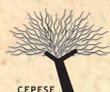


POPULAÇÃO E SOCIEDADE

Relações Externas de Portugal



POPULAÇÃO E SOCIEDADE

Relações Externas de Portugal



 Edições
Afrontamento

Título

População e Sociedade – n.º 21 / 2013

Edição

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade /
Edições Afrontamento
Rua do Campo Alegre, 1021 – 4169-004 PORTO
Telef.: 22 607 37 70
E-mail: cepese@cepese.pt

Edições Afrontamento

Rua de Costa Cabral, 859 – 4200-225 PORTO
Telef.: 22 507 42 20
Fax: 22 507 42 29
E-mail: geral@edicoesafrontamento.pt
WWW.edicoesafrontamento.pt

Fundadores

Universidade do Porto
Fundação Eng. António de Almeida
Fernando de Sousa – Universidade do Porto, Universidade Lusíada
do Porto
J. Manuel Nazareth – Universidade Nova de Lisboa
Jorge Arroteia – Universidade de Aveiro

Antigo diretor

Fernando de Sousa – 1995-2005

Diretora

Maria da Conceição Meireles Pereira

Comissão Editorial

Fernando de Sousa – Universidade do Porto, Universidade Lusíada
Natália Marinho Ferreira-Alves – Universidade do Porto
Teresa Rodrigues – Universidade Nova de Lisboa
Isilda Braga da Costa Monteiro – ESE de Paula Frassinetti
Paula Pinto Costa – Universidade do Porto
Carlos Amaral Dias – Instituto Superior Miguel Torga
Maria Luisa Maniscalco – Universidade “Roma Tre”
Sônia Gomes Pereira – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Izilda Matos – PUC / São Paulo
Manuel Rojas Gabriel – Universidade de Estremadura

Comissão Consultiva

Carlos Diogo Moreira – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Jorge Arroteia – Universidade de Aveiro
Maria Helena Cruz Coelho – Universidade de Coimbra

Armando Luís Carvalho Homem – Universidade do Porto
Jaime Ferreira-Alves – Universidade do Porto
J. Manuel Nazareth – Universidade Nova de Lisboa
Maria Luís Rocha Pinto – Universidade de Aveiro
José Esteves Pereira – Universidade de Lisboa
Adriano Moreira – Academia das Ciências de Lisboa
Amadeu Carvalho Homem – Universidade de Coimbra
Ramon Villares – Universidade de Santiago de Compostela
Ismênia Martins – Universidade Federal Fluminense
Lorenzo Lopez Trigal – Universidade de León
Lená Medeiros de Menezes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Gladys Ribeiro – Universidade Federal Fluminense
Haluk Gunugur – Universidade Bilkent
Maria del Mar Lousano Bartolozzi – Universidade de Estremadura
David Reher – Universidade Complutense de Madrid
Philippe Poirrier – Universidade de Borgonha
Hipólito de la Torre Gómez – UNED – Universidade Nacional de
Educação à Distância.
Patrícia Alejandra Fogelman – Instituto Ravingani, Universidade de
Buenos Aires
Angelo Trento – Universidade de Nápoles
Matteo Sanfilippo – Universidade de Tuscia – Viterbo
Jan Sundin – Universidade de Linköping
Jonathan Riley-Smith – Universidade de Cambridge
Manuel Gonzalez Jimenez – Universidade de Sevilha
Jean-Philippe Genet – Universidade Sorbonne Nouvelle – Paris 3
Neil Gilbert – Universidade de Berkeley – California
James Newell – Universidade de Saiford
Renato Flores – Fundação Getúlio Vargas

Coordenadora do Dossier Temático

Maria da Conceição Meireles Pereira

Design

João Machado

Execução Gráfica Rainho e Neves, Lda.

Tiragem 500 exemplares

Depósito Legal n.º 94 133/95

ISSN 0873-1861-21

Créditos

Capa – pormenor de mapa de M. Seutter (col. particular).
Fotografia de Maria José Belém

ÍNDICE

- 5** NOTA DE ABERTURA
Maria da Conceição Meireles Pereira
- DOSSIER TEMÁTICO
- 11** Las “ocurrencias revolucionarias” de 1846 en Galicia: exilio en Portugal y relaciones hispano-lusas
Camilo Fernández Cortizo
- 29** Cândido da Cunha Sotto Mayor, emigrante, empresário e banqueiro – um ator nas relações luso-brasileiras (1900-1935)
Isilda Braga da Costa Monteiro
- 43** A “Nova Atlântida”. Entre o Atlântico e a Europa – um sentido para o devir português do século XX
Luís Farinha
- 53** Um olhar sobre as relações entre Portugal e o Brasil a partir da obra de Mendes Correia: desafios, pontes e interações
Patrícia Ferraz de Matos
- 71** A presença do oriental em *O Mundo Português*
Marcos Couto
- 91** O Estado Novo face à criação de Israel (1946-1953)
Daniel Cravino Marques
- 107** A Questão Europeia no Marcelismo: o debate geracional
Pedro Mendes
- 123** A evolução das políticas de imigração e asilo em Portugal no contexto de uma Europa Comunitária
Ana Pinho
- VARIA
- 143** Casas de fundição e da moeda no Brasil e em Portugal: *purificar o ouro, apurar as técnicas*
Reginaldo Barcelos
- 165** A emigração do concelho de Vila do Conde para o Brasil (1954-1967)
Adelina Piloto
- 185** Évora, 1964: contributos para a história da institucionalização da Sociologia em Portugal
Augusto da Silva e Rosalina Costa
- 197** Breve panorama da imigração na Área Metropolitana de Lisboa (1980-2010)
Maria Isabel João
- 217** Estudo exploratório das diferenças na intenção empreendedora entre homens e mulheres em Portugal: o caso dos jovens universitários do norte de Portugal
Belkis Oliveira, Juan Antonio Moriano e Vasco Salazar Soares
- 237** SOBRE OS AUTORES
- 243** RESUMOS/ABSTRACTS
- 259** NOTÍCIAS
- 273** POPULAÇÃO E SOCIEDADE – OBJETIVOS E PERFIL / AIMS AND SCOPE
- 279** REFEREES 2012 e 2013
- 281** CATÁLOGO DAS EDIÇÕES DO CEPSE

Nota de Abertura

Maria da Conceição Meireles Pereira

Neste 21.º número da revista *População e Sociedade* relativo ao ano de 2013, o *dossier* temático aborda questões do âmbito das *Relações Externas de Portugal*, matéria de vasta amplitude e passível de convocar diferentes abordagens bem como de eleger infindáveis objetos de estudo.

No caso vertente apresentam-se oito estudos inseridos num arco temporal que se inicia nos meados de Oitocentos e se alonga até ao final do século XX, abordando temáticas diversificadas desenvolvidas através de metodologias selecionadas em função da variedade das fontes e das problematizações em análise.

Nesta conformidade, o *dossier* temático engloba assuntos que se prendem com realizações de política externa e reflexões de diversa índole sobre o relacionamento internacional do País – assumindo particular relevância o Brasil e a “Europa” – quer na dimensão de iniciativas governamentais quer de grupos e personalidades individuais.

No que concerne à secção *Varia* deste número, compõe-se de cinco artigos que na sua maioria se debruçam sobre a centúria de Novecentos, evocando embora diferenciadas temáticas na área das humanidades e ciências sociais.

Perseverando a direção da *População e Sociedade* na observação dos parâmetros internacionais das publicações científicas que permitem a manutenção da sua indexação nas listas ERIH e Latindex, aproveita para agradecer os contributos de todos quantos participaram no presente número, nomeadamente autores e avaliadores científicos, quer portugueses quer estrangeiros.

Foreword

Maria da Conceição Meireles Pereira

At this 21st edition of the journal *Population and Society* for the year 2013, the dossier addresses issues involving the *External Relations of Portugal*, area of vast extent and capable of summon different approaches and elect endless objects of study.

In the present case, eight studies are presented, placed in a time span that begins in the mid-nineteenth century and extends to the end of the twentieth century, focusing diverse themes developed through methodologies selected according to their variety of sources and conceptual models.

As a result, the dossier includes matters that relate to foreign policy accomplishments and reflections of various kinds in the field of Portuguese international relations – Brazil and “Europe” assuming particular relevance – in the scale of government initiatives as well of groups and individual personalities.

Regarding the section *Varia*, consists of five articles mostly huddled over the twentieth century, evoking differentiated themes in the dominion of humanities and social sciences.

The direction of *Population and Society* perseveres in the compliance of the international standards of scientific publications that allows its maintenance at ERIH and Latindex, and takes the opportunity to thank the contributions of all who participated in this edition, namely authors and reviewers, both Portuguese and foreigners.

Dossier Temático

N.º 1. Al. Sob. a 7. Mayo 1824

Relacion de los individuos Españoles que a consecuencia de la revolucion militar ocurrida hace poco en el Reino de Galicia emigraron para este de Portugal por este punto de Camina

<u>Nombres</u>	<u>Empiezo</u>
D.º Demacio Rubini	Brigadier del Exército español
D.º Manuel Alvarez	Comandante de id
D.º Jose Manas	Capitan de id
D.º Antonio M.º Anca	Primer Ayudante de el medico del Cuerpo de sanidad militar del Exército español
D.º Cu. Rodriguez Ferraz	Abogado de los tribunales del Reino de España, ex Presidente de la Junta central de Santiago.
D.º Agustin de Diaz	Vocal de la Junta auxiliar de esta Ciudad
D.º Juan Amico Sanmartin	Idem y capitan de movilizados
D.º Antonio Romero	Abogado, vocal de la Junta auxiliar, y capitan de movilizados literarios.
D.º Esteban Gambo	Secretario de la Junta central, y cap.º de movilizados
1 D.º Jose M.º Santos	Comandante 1.º de la Milicia nacional, Jefe Político, y Preside.º de la Junta de Portu.º durante la revolucion.
1 D.º Diego del Villar	Coman.º 2.º de la misma, y vocal de otra Junta
D.º Manuel Angel Couto	Capitan de la misma, y vocal de la ^{2.ª} de 1.ª instancia
1 D.º Fran.º Sancio Barros	Teniente de la misma, Teniente de contes de la prov.º, y vocal de id
D.º Jose Benito Anado	Idem Idem, y Secretario del Gobierno Político y de la Junta
D.º Manuel M.º Conde	Capitan de la misma
D.º Juan Ventura Arenal	Teniente de la misma
D.º Manuel Aradulla	Idem
D.º Pedro Couto	Cinco años de la Milicia nacional
D.º Fran.º Ponte	Teniente de la misma
D.º Miguel Anton	Comandante de Gerente

Las “ocurrencias revolucionarias” de 1846 en Galicia: exilio en Portugal y relaciones hispano-lusas

Camilo Fernández Cortizo

Introducción

El cambio del absolutismo al liberalismo, ocurrido a lo largo de la primera mitad del siglo XIX, presenta en Portugal y España historias en buena medida paralelas, aunque sin una sincronía cronológica perfecta¹. El triunfo de la revolución liberal y, por lo tanto, la quiebra del absolutismo y la instauración del régimen liberal siguió en ambas naciones una secuencia muy semejante, aunque no siempre cronológicamente coincidente, conformando un periodo social y políticamente convulso, de inestabilidad y de alternancia en el poder inicialmente de absolutistas y liberales, enfrentados finalmente en una guerra civil, que en Portugal duró de 1832-1834, pero que en cambio en España, con ocasión de la primera guerra carlista, se prolongó desde 1833 a 1840. En fechas posteriores, la lucha por el poder enfrentó ya a los moderados y progresistas en España, y a los cartistas y setembristas en Portugal.

En suma la alternancia en el poder de unos partidos y otros, forzada por pronunciamientos militares, en bastantes ocasiones fracasados, y la consiguiente política de represión contra los opositores fue sin duda determinante para que, a lo largo de la primera mitad del siglo XIX, se incrementara de forma notable el número de gallegos realistas o liberales refugiados en Portugal y, a su vez, de portugueses en Galicia.

¹ Sobre la tesis del “paralelismo histórico” en la primera mitad del siglo XIX: ATKINSON, 1965: 307-341; VICENTE, 1991: 183-214; MEDINA, 1994: 37-38; TORRE GÓMEZ, 1998a: 157-158; TORRE GÓMEZ, 1998b: 136-137; VICENTE, 1998: 154; BULLÓN DE MENDOZA, 1998: 13-20; TORRE GONZÁLEZ, 2000: 11-21; PEREIRA, 2000: 39-40.

Cuadro n.º 1 – Portugal / España: exilios liberales y realistas

<p>1. Reinado de Juan VI (1816-1826):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Revolución "vintista" (1820-1823): rebelión del conde de Amarante (02/1823) y refugio en Galicia. - Exilio liberal (04/1823). 	<p>1. Reinado de Fernando VII (1808-1833)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sexenio absolutista (1814-1820): pronunciamiento de Porlier (1815) y exilio de liberales en Portugal. - Trienio liberal (1820-1823): exilio de realistas (Junta Apostólica de Tui). - Década Ominosa (1823-1833): exilio de liberales en Portugal.
<p>2. Regencia de D.ª Isabel María (1826-1828):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promulgación de la Carta Constitucional: rebeliones realistas (07/1826) y refugio en España (Galicia). 	<p>2. Reinado de Isabel II (1833-1868).</p> <ul style="list-style-type: none"> - La primera guerra carlista (1833-1839/1840): exilio de carlistas en Portugal y guerrillas en la frontera portuguesa. - La Década Moderada (1844-1854): pronunciamiento de Vigo (10/1843) y refugio de progresistas en Portugal. - Levantamiento de Galicia (04/1846): exilio de militares y progresistas en Portugal.
<p>3. Reinado de D. Miguel (1828-1834):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rebelión de Oporto (05/1828): paso a Galicia y exilio de liberales en Inglaterra. 	
<p>4. Reinado de D.ª María II (1834-1853).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gobierno setembrista: revuelta de los "mariscales" (07-09/1837). Refugio en Galicia - Gobierno cartista (1842): pronunciamiento de Torres Novas (02/1844). Refugio en España. - La revuelta de María da Fonte (1846). - A Patuleia: la guerra civil (1846-1847) 	

A pesar de la relativa frecuencia de los episodios de exilio durante la primera mitad del siglo XIX y del incremento numérico de los emigrados gallegos y portugueses, hasta el presente su estudio ha suscitado escaso interés, salvo en casos excepcionales, dominando las referencias puntuales o circunstanciales. Tampoco las relaciones políticas y diplomáticas entre los dos reinos peninsulares en los primeros cincuenta años del Ochocientos ha sido una temática que haya preocupado de forma importante a historiadores portugueses y españoles, en buena medida también porque en general el estudio de la política exterior y de las relaciones internacionales hasta fechas recientes no ha despertado gran interés en una y otra historiografía².

En cualquier caso, la primera mitad del siglo XIX, aún estando falta de investigaciones, no está totalmente huérfana de estudios. Unos tratan sobre las relaciones bilaterales en periodos concretos; otros, por su parte, sobre la evolución histórica de los dos países, introduciendo en este caso una doble perspectiva, atenta a destacar los paralelismos, pero también a señalar las divergencias y rasgos distintivos de sus respectivas trayectorias históricas. Este tipo de estudios, de historia comparativa, en cuyo seno las vicisitudes del liberalismo, con sus crisis y avances, y del iberismo son los temas principales, viene acrecentando su número desde la década de 1990 (M. A. Langa Laorga; J. Medina; H. de la Torre Gómez, 1998a, 1998b y 2000; A. Bullón de Mendoza, M. Halpern Pereira; A. P. Vicente, 1991 y 1998; etc.). Por su parte, del primer tipo de investigaciones sobre las relaciones hispano-portuguesas, algunos artículos se publicaron ya en la década

2 Sobre la historiografía española referida a Portugal: PEREIRA, 1993; TORRE GÓMEZ, 1997; DIEGO, 2002; JIMÉNEZ REDONDO, 2002; VALÉRIO, 2002.

de 1970 e incluso en la precedente (A. Eiras Roel, 1963 y 1970; J. del Moral Ruiz; I. P. Ciordia Liberal). Con posterioridad, después de algunos años de silencio ha reaparecido tanto en la historiografía española como en la portuguesa cierto interés por las relaciones bilaterales en periodos concretos de la primera mitad del siglo XIX, destacando en particular la década 1820 (F. de Castro Brandão, 1990a y 1990b; J. Tengarrinha, 1994) y, sobre todo, de 1846 a 1847, los años de la Patuleia (A. Eiras Roel, 1970; C. Robles Jaén, 1998; I. Chato Gonzalo, 2004 y 2011; A. P. Manique, 1988), que tuvo como preludeo en el norte de Portugal la revuelta de María da Fonte, coincidente a su vez con el levantamiento progresista de Galicia en abril de 1846.

Al igual que en la historiografía española, en la gallega los estudios sobre las relaciones con el vecino reino de Portugal durante la primera mitad del siglo XIX son muy pocos en número y se refieren casi exclusivamente al exilio de liberales y de absolutistas gallegos. Destacan ante todo los trabajos de X. R. Barreiro Fernández, quien en diferentes monografías y artículos trata esta temática, con referencias más o menos amplias al exilio de gallegos tras el pronunciamiento de Porlier en A Coruña (1815), a las operaciones militares de las facciones realistas en la frontera de Portugal durante el Trienio Constitucional (1820-1823); al exilio y conjura de los liberales desde territorio portugués durante la Década Ominosa (1823-1833); a la acción de facciones carlistas (1833-1839) en el Bajo y Medio Miño y, finalmente, al exilio de progresistas gallegos tras el fracaso del levantamiento de 1846 (X. R. Barreiro Fernández, 1976, 1977, 1978-1980, 1982, 1997, 2007a y 2007b). Algunos de estos episodios han merecido estudios más específicos: en primer lugar, durante el Trienio Constitucional (1820-1823), las acciones militares en la frontera portuguesa de las facciones realistas, en particular de la Junta Apostólica de Tui, analizadas por A. Rodríguez Eiras (1966 y 1967), E. González López (1980) y, más recientemente, por C. Fernández Cortizo (2010); en segundo lugar, la inmigración ilegal durante el segundo tercio del siglo XIX (A. Esteves, 2009) y, finalmente, tras la derrota del levantamiento gallego de 1846, el exilio de los progresistas gallegos, en un número superior presumiblemente a 1 500 militares y civiles.

En obras clásicas “sobre la revolución gallega de 1846”, como son las de F. Tettamancy y Gastón y de J. do Porto, se contenían ya referencias a la huida a Portugal de una parte de los insurrectos. En aportaciones posteriores, como las de A. Eiras Roel (1970) y E. González López (1985), el análisis se ampliaba tanto cronológicamente – desde el inicio de la sublevación gallega hasta la intervención militar en la guerra civil portuguesa (1846-1847) –, como temáticamente, en este caso describiendo en sus distintas fases la política adoptada por las autoridades portuguesas con los emigrados españoles y sus efectos sobre las relaciones bilaterales. Esta doble perspectiva es la que perdura en las publicaciones más recientes (I. Chato Gonzalo, C. Robles Jaén), que además presentan la novedad de la combinación de fondos documentales de archivos españoles y portugueses. Con estos precedentes, el presente trabajo, en su afán de compendiar “la perspectiva de uno y otro lado”, diversifica todavía más los fondos archivísticos, agregando a la documentación de legaciones (Lisboa y Madrid) y de consulados (los españoles de Oporto y Lisboa; los portugueses de Vigo y A Coruña) en los respectivos países, la conservada de los gobiernos civiles españoles (Pontevedra) y portugueses (Viana do Castelo y Oporto), de los concejos fronterizos (Caminha, Valença do Minho, Monção y Melgaço) y, finalmente, de la Capitanía General de Galicia.

Las “ocurrencias revolucionarias” en abril de 1846: el levantamiento progresista gallego y la revuelta de María da Fonte³

En Galicia y en la provincia del Miño, se desencadenaron en abril de 1846, aunque en esta última los primeros tumultos se anticiparon a mediados del mes de marzo, sendas sublevaciones, por una parte, el levantamiento progresista gallego y, por la otra, la revuelta de María da Fonte, que alcanzaron su momento de apogeo a mediados del mes de abril, coincidiendo en el primer caso con la constitución el día 15 de abril de la Junta Superior del Gobierno de Galicia y la formación de los dos cuerpos del Ejército Libertador de Galicia al mando respectivamente de Miguel Solís y del brigadier Rubín de Celis. Del otro lado de la frontera, la revuelta inicialmente de la provincia del Miño alcanzaba también su momento de apogeo a mediados de abril, coincidiendo con su extensión, según algunos autores bajo la influencia del ejemplo revolucionario gallego, por las provincias de Trás-os-Montes, das Beiras, etc. El gobierno lisboeta tomó plena conciencia en este momento de la amenaza y de la necesidad de una intervención militar, otorgando las Cortes, en su sesión de 20 de abril, al gobierno poderes extraordinarios para “reprimir con promptas e energicas” medidas la revuelta miñota, misión que se le encargó al ministro de Justicia, José Bernardo da Silva Cabral, quien se desplazó a Oporto con amplios poderes políticos y militares.

En este periodo, estaban en el poder en España y Portugal gobiernos moderados; en el reino vecino, el golpe de estado de 1842 liderado por Costa Cabral supuso el inicio del cabralismo, de forma que en 1846 en el gabinete del Duque da Terceira ocupaban el ministerio del Reino António Bernardo Costa Cabral y el de Justicia su hermano José Bernardo da Silva Cabral. En España, en 1844 se había iniciado la década moderada, con el liderazgo del general Narváez, presidente del Consejo de Ministros en sucesivas etapas, la última de ellas entre mediados de marzo y comienzos de abril de 1846, sustituyéndole en la presidencia Francisco Javier de Istúriz, durante la cual se produjo el levantamiento gallego.

Dejando al margen las circunstancias y los avatares de una y otra insurrección, que no interesan en el presente, ambas compartían el objetivo común de derrocar a los respectivos gobiernos moderados y de sustituirlos, al menos en la intención de los rebeldes gallegos y de los setembristas portugueses, por otros progresistas. En efecto, la revuelta de María da Fonte se desató contra la política cabralista, contra sus reformas fiscales – catastro territorial y nuevo impuesto, impuesto para la construcción de carreteras–, político-administrativas, leyes de salud, etc. De igual modo, en el caso de Galicia, la política dictatorial del general Narváez fue el motor del levantamiento, de forma que la proclama del pronunciamiento en Lugo (2.4.1846) y las posteriores de otras Juntas revolucionarias finalizaban con expresiones tales como ¡Viva la Constitución! ¡Abajo el dictador Narváez! ¡Abajo el sistema tributario!⁴

A fin de acelerar la caída del gobierno cabralista y del gobierno moderado, los sublevados procedieron a la remoción y persecución de las antiguas autoridades y a la elección de otras nuevas, a la reorganización de la Milicia Nacional y, finalmente, a la constitución de Juntas revolucionarias que asumían temporalmente el gobierno. No obstante, una y otra sublevación concluyeron de manera muy diferente. Juan do Porto, sintetizaba, con pesar y acritud, su distinta suerte final:

3 Sobre el levantamiento gallego han sido consultados PORTO, 1846; TETTAMANCY Y GASTON, 1908; BARREIRO FERNÁNDEZ, 1977, 1982 y 2007b; a su vez, sobre la revuelta de María da Fonte, CASTRO, 1964; SERRÃO, 1986: 106-110; SARAIVA, 1993: 408-410; RIBEIRO, 1993: 112-114; CAPELA, 1999; SILVA, 2004; FERREIRA, 2004.

4 Tras la constitución de la Junta de Vila Real (12/05/1846), las localidades de Alijó, Favaio, Provesende, etc., se fueron sumando a la revuelta al grito de ¡Muerte a los Cabrales! ¡Nada de contribuciones! (SILVA, 2004: 55).

La revolución de Portugal, nacida entre unas infelices chozas del Miño, fue llevada en hombros de mujeres y campesinos hasta el Palacio de las Necesidades, y la revolución de Galicia, nacida en populosas poblaciones y escoltada por cinco mil bayonetas del ejército, fue a morir entre las paredes de un convento y sobre el lodo de una miserable aldea⁵.

En efecto, la revuelta de María da Fonte fue determinante para la caída del gabinete del Duque da Terceira y de los hermanos Costa Cabral el 20 mayo de 1846 y para su sustitución desde el día 26 del mismo mes por un nuevo ministerio presidido por el Duque de Palmela, con presencia de ministros setembristas, entre los cuales destacaba el de Negócios Estrangeiros, conde do Lavradio, que personificará durante los meses centrales del año 1846 el cambio de las relaciones con el gobierno español, que tiene como su representante en Lisboa a Luis González Bravo.

Por el contrario, el levantamiento gallego se saldó con el fracaso, como consecuencia de la derrota del cuerpo militar al mando de Miguel Solís el día 25 de abril, de la posterior desbandada del segundo cuerpo bajo la jefatura del brigadier Rubín de Celis y, finalmente, de la huida de los miembros de las juntas revolucionarias constituidas. El lugar de destino elegido por un considerable número de estos militares y civiles fue, por razones fáciles de entender, el vecino reino de Portugal.

La presencia en Portugal de un contingente relativamente numeroso de nuevos emigrados, por otra parte llegados de forma repentina, necesariamente tuvo que mediatizar las relaciones bilaterales. En una primera fase, hasta el 20 de mayo de 1846, primó, según señalan diferentes autores, “una robusta solidaridad de relaciones e intereses”⁶; los “lazos de solidaridad y de apoyo mutuo”⁷. Con posterioridad, a raíz de la caída del gobierno de los hermanos Cabral y del nombramiento en 26 del mes de mayo del nuevo gabinete presidido por el Duque de Palmela, con presencia de ministros setembristas, las relaciones bilaterales sufrieron un deterioro, al que contribuyeron las persistentes, incómodas e incluso desabridas quejas y reclamaciones sobre el control y la internación de los emigrados y sobre la entrega de los desertores españoles por parte de González Bravo, cuya remoción consiguió finalmente el gobierno portugués en agosto de 1846. Pasados dos meses, la Emboscada del 6 de octubre de 1846, en cuya preparación al parecer unieron sus esfuerzos el exiliado Costa Cabral y el propio González Bravo, forzó la destitución del gabinete de Palmela y su sustitución por el nuevo del mariscal Saldanha, quien, con ocasión del estallido de la Patuleia, buscó de nuevo el entendimiento y la colaboración del gobierno español.

El levantamiento gallego de 1846 y las relaciones hispano-portuguesas

Desde 1842 en Portugal y desde 1844 en España estaban en el poder ministerios moderados; por lo tanto, a comienzos de 1846 dominaba un clima de entendimiento político, hasta el punto que, como señala Eiras Roel, ambos ministerios “hicieron un frente mancomunado a una oposición revolucionaria”⁸ protagonizada, según las fuentes gubernamentales españolas y portuguesas, por los “anarquistas” de la Península⁹. La razón para esta colaboración no era otra que el compartido temor al triunfo en el reino vecino de la revolución¹⁰. De ahí, que desde los meses iniciales del año 1846 se volvió relativamente frecuente el intercambio entre ambos gobiernos

5 PORTO, 1846: 89.

6 EIRAS ROEL, 1970: 196.

7 CHATO GONZALO, 2004: 32.

8 EIRAS ROEL, 1970: 199.

9 AGA-SE – Caja 54/6546, MPEL a 1SDE, oficios de 8.4.1846, 13.4.1846 y 20.4.1846; caja 54/6549, MPEL a SEMNE, 7.4.1846; ADPT-GC – M598, SEMNE a GCP 19.4.1846.

10 CHATO GONZALO, 2004: 32.

de notas sobre los contactos en la frontera de revolucionarios españoles y portugueses y sobre sus tentativas para alterar el orden¹¹. En el último día del mes de enero, mediante una nota dirigida a González Bravo por el ministro dos Negócios Estrangeiros, se informaba a las autoridades españolas de “los manejos que forman de concierto en estos momentos los enemigos del orden público en España y Portugal”, con el fin de que adoptasen las medidas más convenientes y se reforzase la vigilancia, porque, se insistía en la misma nota, los emigrados españoles manifestaban una actividad que demostraba las esperanzas que “han hecho concebir los últimos acontecimientos en nuestro país”¹². Pasado un mes, a comienzos de marzo, era el gobernador civil de Viana do Castelo quien ordenaba al administrador de Melgaço extremar la vigilancia y el control en la frontera, porque hasta la misma reina María II habían llegado noticias de que los progresistas españoles tramaban una sublevación en Galicia y en otras provincias limítrofes con Portugal, de acuerdo con los agitadores lusos, por lo que daba orden de que, si se alteraba la paz y la tranquilidad públicas, se procediese a la captura inmediata de los amotinados o sediciosos¹³. Por tal razón, enterado el gabinete portugués de la entrada del ex-general Iriarte, militar esparterista que había tenido un destacado protagonismo en los pronunciamientos gallegos de 1840 y 1843, con la intención de cruzar de nuevo la frontera y de dirigirse a Vigo para “dar el grito de la rebelión”, procedió, tras la correspondiente solicitud del español, a ordenar su captura; con tal fin, el día 2 de abril el ministro do Reino notificaba al gobernador civil de Oporto una orden real por la que se le encargaba hacer vigilar muy de cerca a los emigrados españoles y detener al ex-general Iriarte y a otro exiliado, el teniente Antonio Luque, evadido de Lisboa, cuya prisión había sido decretada días antes por una Portaria de 27 marzo, que ahora se reiteraba al sospecharse que iba a reunirse con el anterior en Oporto y, con posterioridad, con los agitadores de Galicia¹⁴.

Estas prevenciones no eran infundadas porque, en el mes de abril, en Galicia y en la provincia del Miño estallaron respectivamente el levantamiento progresista y la revuelta de Maria da Fonte. Iniciada la insurrección gallega, el miedo del “contagio” surgió entre las autoridades portuguesas. En un despacho fechado el 13 de abril, González Bravo advertía al presidente del gobierno español de la “ansiedad” que causaba en el gabinete portugués el temor de que se tratase de explotar por los agitadores el descontento contra los nuevos impuestos, aprovechando precisamente la ocasión que les deparaban los trastornos de Galicia. Días más tarde (19/04) el Secretario de Estado del Ministério dos Negócios Estrangeiros, por expreso mandato de la Reina, ordenaba al Gobernador civil de Oporto las más eficaz vigilancia sobre el mantenimiento del orden público, ante el peligro de que los agitadores de este reino hagan causa común con los sublevados gallegos, reuniéndose con ellos y organizando motines y desórdenes; para prevenir esta unión, deberían impedir por todos los medios la fuga o salida clandestina de revolucionarios para el reino de España con la intención de unirse a los sublevados¹⁵. El gabinete español tenía fundadas sospechas sobre la colaboración de los revolucionarios portugueses en la insurrección gallega, por lo que solicitaba una intensa y eficaz vigilancia de los emigrados españoles, en particular del ex-general Iriarte; sin embargo, el representante portugués en Madrid, conde de Rendufe, dudaba de su veracidad¹⁶. En cambio, ya no tenía dudas sobre la conexión entre progresistas y setembristas en la reciente revuelta en Portugal, hasta el punto de advertir a su gobierno que, en el caso del fracaso de la sublevación gallega, los emigrados harían causa común con los insurrectos portugueses¹⁷.

11 EIRAS ROEL, 1970: 199-200.

12 AMAE-CEL – H1687, MPEL a 1SDE 31.1.1846.

13 AMM-CGC – Caja 1.3.2.2-1, 7.3.1846.

14 AGA-SE – Caja 54/6549, 1SDE a MPEL, oficio 30.3.1846; ADPT-GC – M598, MR a GCP 2.4.1846.

15 ADPT-GC – M598, MR a GCP 19.4.1846.

16 CHATO GONZALO, 2004: 36. ANTT-MNEE – Cx. 681, oficio reservado MPPM a SEMNE 11.4.1846.

17 ANTT-MNEE – Cx. 681, oficios de 23.4.1846 y 25.4.1846.

Ante el estado de sublevación en los dos reinos peninsulares, sus respectivos ministerios procedieron a reforzar todavía más la política de colaboración y de ayuda mutua. A los pocos días del inicio de la sublevación gallega, el 6 de abril, en cumplimiento de un despacho, de 30 de marzo, el representante español en Lisboa informaba haber cumplido las instrucciones recibidas, solicitando al ministro de Negócios Estrangeiros la mayor vigilancia de las fronteras de Galicia, y ordenando al cónsul español en Oporto la comunicación inmediata de todas cuantas noticias reuniera sobre las maquinaciones y tentativas revolucionarias. No obstante, el levantamiento gallego no le fue notificado hasta el día 8 de abril, solicitando de nuevo y sin demora del gabinete portugués la más eficaz vigilancia en la raya. El ministerio portugués respondió inmediatamente a la petición española, comunicándole en el mismo día la expedición de las órdenes más terminantes para frustrar en este reino “las tentativas de los anarquistas”¹⁸. En efecto, días después, el 13 del mismo mes, González Bravo informaba a F. J. Istúriz, presidente del gobierno español, que los ministerios portugueses de Guerra y del Reino habían remitido, por correo del día 8, las más enérgicas órdenes a las autoridades militares para ponerse de acuerdo con las españolas con el fin de desbaratar las tentativas revolucionarias¹⁹.

Las demandas en este sentido se continuaron haciendo durante todo el levantamiento gallego, pero fueron completadas con otras peticiones, como la dirigida el día 11 de abril que insistía de nuevo en el más enérgico control de la circulación en la frontera, al que el gobierno español debía contribuir, al igual que el portugués, con el envío de fuerzas suficientes para impedir el cruce de la raya por grupos armados refugiados en el reino vecino que, huyendo del avance de las tropas portuguesas, tratasen de entrar de nuevo en territorio español. González Bravo daba así cumplimiento a las instrucciones remitidas por la Primera Secretaría del Despacho de Estado, que insistían finalmente en que las autoridades militares portuguesas y españolas establecieran continuas comunicaciones y se pusiesen de acuerdo para la adopción de las medidas más eficaces y convenientes. En su conjunto, estas instrucciones fueron trasladadas al ministro de Negócios Estrangeiros en una nota fechada el día 16 de abril, en la que el representante español solicitaba expresamente una mayor vigilancia y control fronterizos. El día 18 del mismo mes daba respuesta Gomes de Castro en un oficio por el que notificaba que habían sido expedidas a los gobernadores civiles de la raya órdenes de extremar la vigilancia y de entablar comunicación con los jefes políticos provinciales y las autoridades militares españolas a fin de coordinar sus acciones²⁰.

Ahora bien, el representante español dudaba de que el gabinete portugués pudiese cumplir las solicitudes de control y desarme de los insurgentes gallegos, debido a la agitación militar y a la falta de control de las provincias del Norte a causa de la remoción y persecución de las antiguas autoridades locales, y asimismo debido al escaso número de tropas que podían destacar en la raya. Por tal motivo, en sendos oficios de 15 y de 18 abril González Bravo recomendaba a su gobierno el ofrecimiento de auxilio militar al portugués con el fin de evitar la aparición de nuevos focos de conflicto y, en definitiva, de reprimir la rebelión, a la que en su opinión no era ajena la influencia de la insurrección gallega²¹.

No se equivocaba el ministro plenipotenciario español en dudar de la eficacia de las promesas de las autoridades portuguesas, como se demostró con la evasión del ex-general Iriarte, sobre el cual pesaban varias órdenes de detención, de fecha 8 y 13 de abril, cursadas por los ministerios de Guerra y do Reino. Según informaba el gobernador de Bragança había logrado cruzar la frontera el día 9 del mismo mes al

18 AGA-SE – Caja 54/6546. MPEL a 1SDE. 8.4.1846.

19 AHN-EP – Caja 5412/1, MPEL a 1SDE 13.4.1846; AGA-SE – Caja 54/6546, MPEL a 1SDE 13.4.1846.

20 ROBLES, 1998: 19. AHN-EP – Caja 5412/1, 1SDE a MPEL 11.4.1846; AGA-SE – Caja 54/6549, 1SDE a MPEL 11.4.1846; caja 54/6547, 1SDE a MPEL 16.04.1846; caja 54/6549, SEMNE a MPEL 18.4.1846.

21 AHN-EP – Caja 5412/1, MPEL a 1SDE 15.4.1846 y 18.4.1846.

frente de un grupo armado de emigrados españoles, a los que se sumarían dos compañías de soldados en misión de conducción a la cárcel de unos presos, dirigiéndose todos ellos finalmente hacia Astorga para conquistarla.

En todo caso, a mediados del mes de abril, en concreto por un oficio del día 16, el gabinete español daba un paso más al solicitar del portugués el desarme y la internación de los insurgentes huidos de Galicia. El ministerio del Duque da Terceira atendió inmediatamente la petición de internación, en concreto en el depósito de Peniche, según le hacía saber al representante español el ministro de Negócios Estrangeiros en una nota del 17 de abril, cuya copia traducida era remitida días después, en 22 de abril, al primer secretario del Despacho de Estado español²². En la misma nota se notificaba la expedición de órdenes a las autoridades militares de la frontera para que ejecutasen puntualmente la internación, e incluso se ofrecía el auxilio de tropas portuguesas bajo mando español, como así ocurrió cuando el comandante general de Braganza puso a disposición del gobernador de Puebla de Sanabria 400 hombres de las tropas de la línea fronteriza²³. En consecuencia, el gabinete español en los días finales del mes de abril e iniciales de mayo en distintos despachos hacía llegar a las autoridades portuguesas su agradecimiento por la “muestra de buena correspondencia al expedir órdenes de desarme e de internación de los insurgentes en Galicia”, así como por el destacamento en la frontera de fuerzas militares para proteger contra los anarquistas las legítimas autoridades de aquel distrito²⁴.

A la recíproca, González Bravo recomendaba a su gobierno, en una nota fechada en 20 de abril, que a causa de la rebelión del Miño y de la amenaza de que los revolucionarios españoles se combinaran con los sublevados portugueses para realizar nuevas tentativas en territorio español era muy conveniente el establecimiento en las provincias de Pontevedra y de Ourense de cuerpos de observación, que con su presencia prestasen aliento y fuerza moral a las tropas portuguesas, pero también estorbasen la comunicación de los anarquistas de España con el teatro de la insurrección portuguesa²⁵. Al día siguiente insistía de nuevo sobre esta cuestión, señalando la necesidad de situar estos destacamentos de observación en los puntos de la frontera de más fácil acceso para evitar el regreso de emigrados a España y la entrada de otros nuevos en Portugal, donde podrían unirse a los insurgentes portugueses, como así ocurrió con una partida que se dirigieron a Braga para sumarse a las guerrillas que asediaban la ciudad²⁶. Días más tarde, el 25 de abril, cuando las tropas de Miguel Solís habían sido derrotadas y las del brigadier Rubín de Celis estaban en desbandada, pero en cambio la revuelta del Miño proseguía su expansión, se autorizó por los dos gobiernos, en caso necesario, la traslimitación recíproca de las fronteras de ambos reinos, a fin de que los respectivos ejércitos pudieran auxiliarse y perseguir a los insurrectos en Galicia y en el Miño, sin reclamaciones por ninguna de las partes²⁷.

22 ROBLES, 1998: 24. ANTT-MNEE – Cx. 452, MPEL a SEMNE 16.4.1846; AGA-SE – Caja 54/6549, 1SEMNE a MPEL 17.4.1846; AHN-EP – Caja 4512/1, MPEL a 1SDE 22.4.1846.

23 ROBLES, 1998: 24. AHN-EP – Caja 4512/1, MG a 1SDE 20.4.1846.

24 AGA-SE – Caja 54/6549, 1SDE A MPEL 23.4.1846 y 25.4.1846; caja 54/6546, MPEL a 1SDE. 29.4.1846; caja 54/6547, MPEL a SEMNE 1.5.1846. ANTT -MNEE – Cx. 452, MPEL a MNE 1.5.1846. En esta nota, González Bravo reiteraba los sentimientos de gratitud por las buenas disposiciones para reprimir la sublevación de Galicia, al tiempo que hacía votos para que las fuerzas militares portuguesas y españolas siguieran obrando de acuerdo y prestándose recíproco apoyo para la vigilancia de la línea fronteriza, dado que era muy probable que, derrotada la sublevación de Galicia, los insurgentes se refugiaran en el reino vecino. Finalizaba solicitando que no se les diera acogida a aquéllos que, por haber recibido asilo en épocas anteriores, habían abusado de la hospitalidad portuguesa al sublevarse de nuevo en Galicia; por consiguiente, debían ser expulsados de territorio portugués, en particular el ex-general Iriarte.

25 AGA-SE – Caja 54/6546, MPEL a 1SDE 20.4.1846.

26 AGA-SE – Caja 54/6549, MPEL a 1SDE 21.4.1846.

27 EIRAS, 1970: 200; ROBLES, 1998: 25. AGA-SE – Caja 54/6546, MPEL a 1SDE 25.4.1846.

Desde Madrid se notificaba el 28 de abril a González Bravo que habían sido expedidas órdenes a los capitanes generales de los distritos fronterizos para que se comunicasen y pusiesen de acuerdo con las autoridades militares portuguesas “para obrar conjuntamente en beneficio de la tranquilidad” de ambos reinos²⁸. Sobre este particular volvía insistir, en un oficio de 30 de abril dirigido al ministro de Guerra, el capitán general de Galicia, Juan de Villalonga, quien aconsejaba de nuevo el establecimiento de comunicaciones frecuentes entre el comandante general del cuerpo expedicionario gubernamental, José de la Concha, y los comandantes generales de las provincias de Pontevedra y de Ourense, y de éstos con los comandantes portugueses de las provincias limítrofes²⁹. Es más, el capitán general de Galicia adoptaba sus propias iniciativas ordenando al general José de la Concha que desplazase parte de sus tropas a las inmediaciones de la frontera para el mantenimiento del orden en territorio gallego, pero también para la observación e intimidación de los rebeldes portugueses. La expansión de la revuelta portuguesa le reforzaba en la convicción, que transmite al ministro de Guerra español, de la conveniencia de mantener durante algún tiempo las tropas acantonadas en Tui. El gobierno español era de la misma opinión, por lo que ordena la permanencia de las tropas en situación de alerta, pero respetando la más estricta neutralidad. Y en efecto, con fecha 28 de abril, el general José de la Concha, comandante general del cuerpo expedicionario de Galicia, comunicaba al ministro de Guerra que al día se siguiente se dirigiría a Tui con tropas de infantería, de caballería y de artillería, que dejará de guarnición por si fuera necesario disponer de aquellas fuerzas³⁰. Ante la cercanía de las tropas españolas a la raya, el ministro plenipotenciario británico hacía llegar al ministro de Negocios Estrangeiros su oposición a una intervención española, por lo que el gabinete español advertía a los mandos militares que, en caso de una solicitud expresa de auxilio por parte del ministerio luso, sólo se atendería tras personal y expresa orden de la reina Isabel II³¹.

A esta altura del mes de abril, el levantamiento gallego ya había sido sofocado y las ciudades pronunciadas reconquistadas por las tropas gubernamentales. En consecuencia, una parte de los insurgentes, para huir de la represión, se refugió en Portugal. Antes del 23 de abril, fecha de la derrota del ejército de Miguel Solís, eran pocos los que habían huido; fue a partir del día 25, una vez que segundo cuerpo del ejército al mando de Rubín de Celis se dispersó, cuando el contingente de gallegos refugiados se incrementó considerablemente hasta el punto de convertirse en el exilio político cuantitativamente más numeroso de la Galicia del siglo XIX. Según estimaciones del cónsul portugués en Vigo, su total se “hace subir a más de 1.500” militares y civiles. Sin embargo, a través del de las relaciones de “espanhoes que se tem refugiado... particularmente en consecuencia dos últimos acontecimientos políticos da Galiza e Leão” y de los sucesivos listados de embarcados con destino a los depósitos, esta cifra se reduce a 704, a los que hay que sumar los 286 soldados que, embarcados en el Paquete de La Coruña con destino a La Habana, se sublevaron en alta mar, obligando a su capitán a dirigirse a Lisboa, donde fueron acogidos por las autoridades portuguesas como emigrados y destinados al depósito de Peniche. Del total de los primeros, la mayor parte eran militares (82,4%), sobre todo del segundo batallón del Regimiento Zamora y de los regimientos provinciales de Zamora, Oviedo, Gijón, del cuerpo de carabineros y, finalmente, de la Milicia Nacional. Entre ellos se encontraba el brigadier Rubín de Celis y ex-general Iriarte, refugiado por tercera vez desde 1840 en Portugal. Los civiles suponían tan sólo el 8,5%. Se trataba en su mayoría de los miembros de las juntas revolucionarias de Galicia, Santiago, Pontevedra, Vigo y Tui, entre los que destacaban los principales representantes del movimiento del provincialismo gallego (Francisco Añón; Antonio Romero Ortiz, Antolín Faraldo), responsables del fermento galleguista de la rebelión³².

28 AGA-SE – Caja 54/6547, 1SDE a MPEL. 28.4.1846.

29 AHN-EP – Caja 5412/1, CGG a MG 30.4.1846.

30 AGA-SE – Caja 54/6546, 1SDE a MPEL 2.5.1846.

31 AHN-EP – Caja 5412/1, CGG a MG 30.4.1846. Despacho inserto en un oficio de MG a ME 4.5.1846.

32 Las relaciones de emigrados y los listados de embarcados con destino a los depósitos, en ADVG-GC –Legajos 8.52.4.1-5, 8.52.4.1-8; 8.52.4.1-9; ANTT-CCP – Vigo, cx. 330; AHPPo-GC – Cajas 11.071 y 11.091; AGA-SE – Cajas 54/6546, 54/6547 y 54/6548.

La entrada de estos emigrados se prolongó desde los días finales del mes de abril hasta el de julio. En la última semana del primero los llegados sumaron el 48,6%; en los dos meses siguientes, la proporción se redujo al 21% y en el posterior de julio se incrementó de nuevo hasta el 25,2%. En algunos casos, las propias autoridades portuguesas colaboraron en la llegada de emigrados a Portugal. El cónsul luso en Vigo remitía, en 30 de abril, al ministerio de Negócios Estrangeiros una relación de pasaportes visados a insurgentes de distintas localidades gallegas, embarcados para Portugal, no sin advertir que la mayor parte lo han hecho sin pasaportes y en diferentes puertos de la costa gallega³³. Incluso, las autoridades se involucraron, pese al bloqueo de las costas de Galicia decretado por el capitán general en 15 de abril, en el transporte por mar de emigrados. A comienzos de mayo el cónsul español en Oporto hacía saber al representante español en Lisboa la llegada a la ciudad en el día 30 de abril de una goleta de guerra portuguesa con 34 ex-oficiales procedentes de los puntos sublevados; su destino final será el depósito de Peniche³⁴.

Desde los diferentes concejos de la raya, sus respectivos administradores encaminaban a los emigrados hacia Viana do Castelo y desde aquí hacia Oporto. A partir la última semana de abril hasta finales del mes de mayo la entrada de emigrados fue continua y, en consecuencia, las relaciones remitidas por las autoridades de la frontera frecuentes. En un oficio, fechado el día 6 de mayo, del comisario de Protección y Seguridad de Tui al jefe político provincial de Pontevedra se incluían, después de haber solicitado a las autoridades portuguesas noticia de los súbditos españoles emigrados, varios listados de implicados en la rebelión de Galicia, que habían cruzado la frontera; lo propio hacía el cónsul español en Oporto³⁵.

Con la llegada en sucesivas tandas de los insurgentes huidos de Galicia, el gabinete español, a fin de evitar conspiraciones y conjuras desde territorio portugués, solicitó de las autoridades vecinas su desarme, como también la entrega del armamento, municiones y otros efectos de guerra³⁶. La solicitud de devolución se amplió también a las cajas de los regimientos sublevados y a los caudales de la hacienda pública, ante el peligro de que los utilizaran “de otro modo los rebeldes a favor del refugio que han buscado en aquel suelo”; en la petición española se contemplaba asimismo la detención de “aquéllos que por su carácter de gefes o de individuos de las juntas revolucionarias” los habían sustraído³⁷.

Contemporáneamente, se reiteraba otra demanda, por otra parte relativamente frecuente y reciproca durante la primera mitad del siglo XIX, como era la de la internación, en este caso de los insurgentes gallegos en depósitos alejados de la frontera. Antes del levantamiento gallego, por razones de clima a petición de los recluidos, y tras el pertinente acuerdo entre los gobiernos portugués y español, los emigrados españoles habían sido trasladados del depósito de Peniche al de Leiria; del mismo, según nota fechada en 5 de mayo, habían huido 17 emigrados, que el cónsul español en Oporto presumía que se habían dirigido a los puntos sublevados del distrito de Galicia³⁸.

33 ANTT-CCP – Vigo, cx. 330, CGPPN a SEMNE 30.4.1846. En todo caso, días más tarde, el mismo cónsul adopta un comportamiento muy diferente con algunos implicados en el pronunciamiento de Vigo, a quienes, habiendo entrado en el consulado para refugiarse, sólo les permite permanecer unas horas; con posterioridad, informado del bando publicado por las nuevas autoridades que ordenaba la entrega de todos los ocultos en casas, ya no proporciona acogida (ANTT-CCP – Vigo, cx. 330, CGPPN a SEMNE 4.5.1846).

34 AHN-EP – Caja 5412/1, CEP a 1SDE 1.5.1846; AGA-SE – Caja 54/6549, CEP a MPEL 1.5.1846; AMAE-CEL – H1687, MPEL a 1SDE 4.5.1846.

35 AHPPo-GC – Caja 11.091, CPST a JPP 6.5.1846; caja 11.071, CEP a JPP: varios oficios de 5.5.1846, de 10.5.1846, etc., con relaciones de emigrados españoles recientemente llegados a Portugal, que sin demora envía al ministro de Gobernación.

36 AGA-SE – Caja 54/6549, 1SDE a MPEL 9.5.1846. Comunicación al Ministerio de Negócios Estrangeiros, Caja 54/6547, MPEL a MNE 14.5.1846.

37 AMAE-CEL – H1687, 1SDE a MPEL 2.5.1846; AGA-SE – Caja 54/6549, 1SDE a MPEL 6.5.1846. En todo caso, González Bravo advertía que la detención por las autoridades portuguesas de los emigrados españoles que habían huido con caudales públicos era, según su opinión, irrealizable sino se les hacían llegar sus identificaciones con las correspondientes filiaciones.

38 AGA-SE – Caja 54/6548, CEP a MPEL 5.5.1846.

La internación de los emigrados españoles, según el gobierno de su país, era fundamental para mantener el orden y la tranquilidad de las provincias limítrofes. A la hora de justificar la solicitud del alejamiento de los revolucionarios de la frontera se argumentaba que, con sus tentativas de permanecer o de aproximarse a la raya, trataban de “introducir la insurrección en las provincias confinantes y proclamar la rebelión, sin que los detenga el reciente recuerdo de las desgracias sucedidas en Galicia”. En otros casos, los oficios intercambiados aludían ya a la comisión de robos, de pillajes por los emigrados españoles que, pasando el río Miño en barcas privadas furtivas, atentaban contra las personas y propiedades en territorio gallego, regresando a continuación a su refugio en Portugal³⁹. Por una y otra razón, durante el mes de mayo en diferentes ocasiones las autoridades españolas elevaron a las portuguesas peticiones de una mayor vigilancia en la frontera de los emigrados españoles y de su internación; según una nota del 15 de mayo, todavía a estas alturas un número considerable de los emigrados por las “ocurrencias de Galicia” andaban dispersos por la provincia del Miño, unos con fines de alterar el orden y otros para poder sobrevivir con los recursos enviados por sus familias. Días más tarde, en 20 del mismo mes, el Ministerio de Gobernación español enviaba a todos los administradores de los concejos portugueses de la raya la petición de que reforzasen las diligencias hasta conseguir la detención de todos los emigrados ocultos en sus distritos, debido a que un buen número de ellos se habían sustraído a su vigilancia y a la de las demás autoridades encargadas de recogerlos y de dirigirlos a las autoridades superiores para que fueran internados. No obstante, el alcalde del municipio gallego de Setados, tras su entrevista con autoridades portuguesas, exponía al jefe político provincial de Pontevedra sus dudas sobre los resultados de estas demandas, según él de escasa eficacia hasta el presente “por las circunstancias políticas sobrevenidas en Portugal”, en plena revuelta de Maria da Fonte⁴⁰. De hecho, pocos días después en 26 de mayo, el ministerio de Gobernación español renovaba al nuevo gabinete del Duque de Palmela anteriores peticiones de internación de los emigrados implicados en la sublevación de Galicia, algunos de los cuales, sustraídos a la vigilancia de las autoridades portuguesas, bien para sobrevivir bien para alterar el orden y la paz, practicaban robos y otros crímenes en territorio español⁴¹.

Por la desconfianza precisamente sobre la eficacia de las promesas de internación por parte de las autoridades portuguesas se seguían manteniendo en la línea fronteriza las fuerzas militares de observación, establecidas en los días finales del mes de abril por el general José de la Concha en atención a las noticias de la sublevación de algunas localidades de la provincia del Miño. En una nota del 6 de mayo, el jefe político de Pontevedra informaba al ministro de Gobernación que, a pesar de haber recibido noticia de las autoridades portuguesas de que la rebelión había sido sofocada y el orden y el sosiego públicos restablecidos, había dado órdenes a todas las autoridades dependientes que vigilasen estrechamente los movimientos de los sublevados portugueses por si quisieran entrar en la provincia pontevedresa⁴². El peligro era de nuevo el “contagio revolucionario”, por lo que en el día 14 de mayo el capitán general de Galicia dirigía un oficio al Comandante general del ejército portugués en las provincias del Norte notificándole su disposición a atender las indicaciones que juzgase convenientes en la presente situación de rebelión⁴³. De hecho, en 23 de mayo, por lo tanto tres días antes de la toma de posesión del nuevo gabinete del Duque de Palmela, el representante portugués en Madrid, conde de Rendufe, informaba al ministro de Negócios Estrangeiros de haber cursado una solicitud de ayuda al gobierno español para poner el punto final a la

39 AHPPo-GC – Caja 11.091, MG a ACVM; ACC; ACM; ACVC; ACME y ACV 20.5.1846; y también MG a GWC 26.5.1846; ADVC-GC – Legajo 8.52.4.2-11, JPP a GCVC 26.5.1846.

40 AHPPo-GC – Caja 11.091, MG a ACVM; ACC; ACM; ACVC; ACME y ACV 20.5.1846, y también AS a JPP 20.5.1846.

41 AHPPo-GC – Caja 11.091, MG a GWC 26.5.1846; ADVC-GC – Legajo 8.52.4.2-11, JPP a GCVC 26.5.1846.

42 AHPPo-GC – Caja 11.071, JPP a MG 6.5.1846.

43 AGA-SE – Caja 54/6546, MPEL a 1SDE 14.5.1846.

rebelión del norte del país; en todo caso, aclaraba el propio solicitante que el auxilio era para labores de vigilancia en la frontera, pero en ningún modo para una intervención militar en territorio luso⁴⁴.

En estos momentos, entre el día 20 y el 26 de mayo, sobrevinieron en Portugal importantes cambios gubernamentales que habían de suponer un giro en las relaciones de buen entendimiento y de amistad entre los dos gabinetes moderados. En 20 de mayo caía el gobierno del Duque da Terceira, con la consiguiente defenestración de los hermanos Cabral, a los que González Bravo dio protección y refugio en la legación española, organizando a continuación el viaje por mar y su exilio en España⁴⁵. Al frente del nuevo ministerio estaba el duque de Palmela, con presencia de ministros setembristas, entre ellos el ministro do Reino e el de Negócios Estrangeiros, conde do Lavradio. Periódicos españoles consideraban este gabinete revolucionario porque se había puesto al frente de la revolución, hasta el punto de preguntarse “quién era más revolucionario, si el gobierno o la misma revolución”⁴⁶. Ciertamente el nuevo ministerio adoptó una política de concesiones a los revolucionarios, que el gabinete de F. J. Istúriz consideraba como un peligro para la permanencia en el poder de los moderados en España.

En su primera conversación con González Bravo, con ocasión a la recepción oficial al cuerpo diplomático, el conde do Lavradio le adelantó el deseo del nuevo gabinete de proseguir con la política de entendimiento y buenas relaciones. Pero los hechos no secundaron estos buenos deseos, de forma que las relaciones bilaterales se volvieron tensas y en algunos momentos conflictivas. Un primer indicador del cambio que había de sobrevenir en el futuro es el comportamiento adoptado con el ex-general Iriarte. Preso en el castillo de Viana do Castelo desde comienzos del mes de mayo, el 22 de este mes era puesto en libertad por los sublevados, de forma que el 2 de junio vivía en libertad en la misma localidad, por lo que el representante español en Lisboa anunciaba a F. J. Istúriz su intención de hacer todos los esfuerzos para que fuera internado en un depósito o expulsado de Portugal. Sin embargo, al día siguiente llegaba a Oporto, donde el gobernador militar le proporcionó un nuevo pasaporte para Lisboa⁴⁷.

No obstante, consecuencias mucho más graves tuvo el movimiento de tropas españolas en las inmediaciones de la frontera, mandado por la propia reina Isabel II por una orden 31 de mayo, que no descartaba incluso la traslimitación de la frontera, a fin de destruir los grupos armados españoles que actuaban en la raya y para cercenar toda tentativa revolucionaria al abrigo de Portugal, ya que, en opinión del gabinete español, en este país en los momentos presentes “no hay autoridad y fuerza para prevenir o apagar” las tentativas revolucionarias. Esta movilización de tropas, interpretada por el gobierno portugués como un amago de intervención militar y, en cambio, justificada por el español por la necesidad de reforzar las labores de vigilancia y de control ante la amenaza de alteración del orden por los emigrados existentes en la frontera con Galicia y por los que venían en esta dirección evadidos del depósito de Peniche, marcó el inicio de un periodo de desentendimiento que había de perdurar hasta el cambio del próximo gobierno portugués salido de la Emboscada del 6 de octubre de 1846, a raíz de la cual se inauguró una nueva etapa de colaboración entre ambos países⁴⁸.

44 CHATO GONZALO, 2004: 37. ANTT-MNEE – Cx. 681, 23.5.1846.

45 ROBLES JAÉN, 1998: 32-35.

46 ROBLES JAÉN, 1998: 41-43.

47 AGA-SE – Caja 54/6548, CEP a MPEL 5.5.1846; 22.5.1846; 3.6.1846; caja 54/6546, 1SDE a MPEL 2.6.1846.

48 EIRAS ROEL, 1970. 201-202; ROBLES JAÉN, 1998: 43-50; CHATO GONZALO, 2004: 37-49.

Conclusión

Durante el año 1846 las relaciones luso-españolas, como acabamos de señalar, atravesaron por tres fases. En los meses iniciales, en concreto hasta finales de mayo, entre los gobiernos moderados de ambos reinos dominó un clima de entendimiento y de colaboración, que la amenaza de las revuelta da Maria da Fonte y del pronunciamiento gallego contribuyó a reforzar hasta el punto de ofrecerse mutuamente ayuda militar y de mostrarse favorables a autorizar la traslimitación de la frontera para la persecución de los insurrectos. Por tal razón, el gobierno español remitió al portugués a finales del mes de mayo y a comienzos del siguiente, por tanto inmediatamente después de ser sofocada la sublevación gallega, varias notas de agradecimiento por los esfuerzos en el control y vigilancia de la frontera y por la rapidez en la expedición de las órdenes de desarme e internación de los insurrectos huidos al país vecino.

Pero la situación política portuguesa experimentó, a finales del mes mayo, un profundo cambio y, en consecuencia, también las relaciones bilaterales. La caída del ministerio Terceira-Cabral y su sustitución, a partir del 26 de mayo, por uno nuevo, con inclusión de ministros setembristas, dejaba al español sin su socio moderado peninsular. Todavía más, la política de concesiones a la “revolución” por el nuevo gabinete fue considerada por el de Madrid como una amenaza para su propia permanencia en el poder; de ahí el interés por la intervención en los negocios internos de Portugal, inicialmente solicitada por el gabinete del duque da Terceira para poner fin a la revuelta del Norte, pero finalmente rechazada por el presidido por el Duque de Palmela. Con todo, el gobierno español, que en público manifestaba su política de neutralidad, no cesó en su tentativa de interferencia para favorecer la vuelta de los cartistas al poder; a tal fin parece responder la aproximación y concentración de una numerosa fuerza militar en la frontera de Galicia, considerada por el gabinete portugués como una amenaza, como un amago de invasión. En Lisboa, por su parte, el representante español, González Bravo, no perdía ocasión para manifestar su hostilidad al gobierno portugués, en particular en la doble cuestión de la internación de los insurrectos gallegos y de la entrega de los desertores del Regimiento Borbón y de los 286 sublevados a bordo del barco Paquete de La Coruña.

El levantamiento gallego, meses después de su derrota, todavía seguía interfiriendo en las relaciones luso-españolas, que, a raíz de la Emboscada del seis de octubre, entraron en nueva etapa, de entendimiento y de colaboración, auspiciada por la solicitud de ayuda militar en la guerra civil portuguesa (1846-1847). El “problema” de los emigrados políticos españoles en Portugal, en consecuencia, se desactivaba en gran parte, ciertamente por la amnistía decreta por Isabel II en el mes de octubre de 1846, pero también porque ahora primaba la campaña militar. Solicitada por el gabinete del duque da Terceira, rechazada por el del duque de Palmela, finalmente se sucedía la intervención militar española y, por circunstancias del destino, el mismo comandante del cuerpo expedicionario que había sofocado la rebelión gallega, el general Concha, lo era también de las fuerzas españolas, cuya entrada en Oporto en 30 de junio de 1847 supuso el fin de la rebelión de la Patuleia.

Fuentes

Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación – *Correspondencia. Embajadas y Legaciones. Portugal (Lisboa)* (AMAE-CEL).

Archivo General de la Administración – *Servicio Exterior. Servicio Exterior en Portugal. Legación de España* (AGA-SE).

Archivo Histórico Nacional – *Estado. Portugal* (AHAN-EP).

Archivo Histórico Provincial de Pontevedra – *Gobierno Civil* (AHPPo-GC).

Arquivo Distrital de Viana do Castelo – *Governo Civil* (ADVC-GC).

Arquivo Distrital do Porto – *Governo Civil. Correspondência recibida no Governo Civil* (ADPT-GC).

Arquivo Municipal de Melgaço – *Correspondência do Governo Civil* (AMM-CGC).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Ministério de Negócios Estrangeiros. Correspondência dos Consulados portugueses* (ANTT-CCP)

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Ministério de Negócios Estrangeiros. Espanha* (ANTT-MNEE).

Remitentes y Destinatarios (Claves)

Administrador del Concejo de Valença do Minho: ACVM

Alcalde de Setados: AS

Capitán General de Galicia: CGG

Comisario de Protección y de Seguridad de Tui: CPST

Cónsul de España en Oporto: CEP

Cónsul General de Portugal en las Provincias del Norte: CGPPN

Gobernador Civil de Oporto: GCP

Gobernador Civil de Viana do Castelo: GCVC

Jefe Político Provincial de Pontevedra: JPP

Ministerio de Estado: ME

Ministerio de Gobernación: MG

Ministério dos Negócios Estrangeiros: MNE

Ministro do Reino: MR

Ministro Plenipotenciario de España en Lisboa: MPEL

Ministro Plenipotenciário de Portugal en Madrid: MPPM

Primer Secretario del Despacho de Estado: 1SDE

Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros: SEMNE

Bibliografía

ATKINSON, William C., 1965 – *Histoire d'Espagne et Portugal*. Paris: Payot.

BARREIRO FERNÁNDEZ, Xosé Ramón, 1976 – *El carlismo gallego*. Santiago de Compostela: Pico Sacro.

BARREIRO FERNÁNDEZ, Xosé Ramón, 1977 – *El levantamiento de 1846 y el nacimiento del galleguismo*. Santiago de Compostela: Pico Sacro.

BARREIRO FERNÁNDEZ, Xosé Ramón, 1978-1980 – “La reacción absolutista en Galicia en el Trienio 1820-23”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. 93-94, p. 167-208.

BARREIRO FERNÁNDEZ, Xosé Ramón, 1982 – *Historia Contemporánea (ss. XIX-XX). Vol. 1 De la Guerra de Independencia al Postfranquismo (1805-1983)*. A Coruña: Ediciones Gamma.

BARREIRO FERNÁNDEZ, Xosé Ramón, 1997 – *O liberalismo coruñés: a segunda xeración (1823-1846)*. A Coruña: Real Academia Galega, p. 9-58.

BARREIRO FERNÁNDEZ, Xosé Ramon, 2007a – “Historia Política da Galicia Contemporánea. Vol. 1 A transición política (1783-1833)” in *A Gran Historia de Galicia*. A Coruña: Edición La Voz de Galicia S.A.

BARREIRO FERNÁNDEZ, Xosé Ramón, 2007b – “Historia Política da Galicia Contemporánea. Vol. 2 De Isabel II á Restauración (1833-1874)” in *A Gran Historia de Galicia*. A Coruña: Edición La Voz de Galicia S.A.

BONIFÁCIO, Maria Fátima, 1993 – *História da Guerra Civil da Patuleia, 1846-1847*. Lisboa: Editorial Estampa.

BRANDÃO, Fernando de Castro, 1990a – “A diplomacia liberal em Espanha através da correspondência dos representantes portugueses (1821-1823)” in *A Diplomacia na História de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 191-207.

BRANDÃO, Fernando de Castro, 1990b – “Aspectos das relações diplomáticas luso-espanholas (1814-1821)” in *A Diplomacia na*

História de Portugal. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 171-189.

BULLÓN DE MENDOZA Y GÓMEZ DE VALUGERA, Alfonso, 1998 – “Carlismo y miguelismo” in TORRE GÓMEZ, Hipólito de la; VICENTE, Antón Pedro (dir.) – *España-Portugal. Estudios de Historia Contemporánea*. Madrid: Editorial Complutense, p. 13-39.

CAPELA, José Viriato, 1999 – *A Revolução do Minho de 1846. Segundo os relatórios de Silva Cabral e Terena José*. Porto: Edições Afrontamento.

CASTRO, Francisco Cyrne de, 1964 – *A Patuleia no Alto Minho. Alguns pormenores da sua história*. Viana do Castelo: Tipografia Casa dos Rapazes.

CHATO GONZALO, Ignacio, 2004 – *Las relaciones entre España y Portugal a través de la diplomacia (1846-1910)*. Mérida: Editora Regional de Extremadura.

CHATO GONZALO, Ignacio, 2011 – “Espanoles en Portugal: exilio, emigración y masonería (1843-1868)” in FERRER BENIMELLI, José Manuel (coord.) – *La masonería española: represión y exilios*. Zaragoza: Gobierno de Aragón, Departamento de Cultura y Deporte, vol. 1, p. 71-96.

CIORDIA LIBERAL, Ignacio Pedro, 1973 – “España en la segunda crisis constitucional portuguesa (Desde la muerte de Juan VI al reconocimiento de Miguel I)”. *Cuadernos de Historia. Anexos de la Revista Hispania*. Madrid: Instituto Jerónimo Zurita, C.S.I.C., p. 163-236.

DIEGO, Emilio de, 2002 – “La presencia portuguesa en la historiografía española: de los ‘cuarenta imperiales’ al fin del franquismo” in TORRE GÓMEZ, Hipólito de la; TELO, António José (coord.) – *La mirada del otro. Percepciones luso-españolas desde la historia*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, p. 121-140.

EIRAS ROEL, Antonio, 1963 – “La política hispano-portuguesa en el Trienio Constitucional”. *Hispania*. Madrid: C. S. I. C., Instituto Jerónimo Zurita, n.º 91, p. 401-455.

EIRAS ROEL, Antonio, 1970 – “Moderados y cartistas: La “Patuleia” y la reacción española”. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos, t. XIV, p. 189-228.

ESTEVES, Alexandra P. L., 2009 – “Espanha de partida, Portugal de chegada: a imigração ilegal no Alto Minho no século XIX”. *Boletim Cultural*. 8, p. 49-74.

FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo, 2010 – “Los ‘otros gallegos’ en Portugal: exiliados realistas y conjuras absolutistas durante el Trienio Constitucional 1820-1823” in HERNÁNDEZ BORGE, Julio; GONZÁLEZ LOPO, Domingo L. (ed.) – *Exilios en la Europa mediterránea*. Santiago de Compostela, p. 89-106.

FERREIRA, Fátima Sá e Melo, 2004 – “Modernização e conflito no mundo rural do sec. XIX: politização e “política popular” na Maria da Fonte”. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto: Universidade do Porto, vol. 5, p. 31-49.

GONZÁLEZ LÓPEZ, Emilio, 1980 – *Entre el Antiguo Régimen y el Nuevo régimen: absolutistas y liberales. El reinado de Fernando VII en Galicia*. Sada, A Coruña: Edicións do Castro.

GONZÁLEZ LÓPEZ, Emilio, 1985 – *De Espartero a la revolución gallega de 1846: la buena y mala fortuna del progresismo gallego*. Sada, A Coruña: Edicións do Castro.

JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos, 2002 – “La historiografía española sobre Portugal”, in TORRE GÓMEZ, Hipólito de la; TELO, António José (coord.) – *La mirada del otro. Percepciones luso-españolas desde la historia*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, p. 215-234.

LANGA LAORGA, María Alicia, 1990 – *España y Portugal en el siglo XIX*. Madrid: Ediciones Akal.

MANIQUE, António Pedro, 1988 – *Portugal e as potências europeias (1807-1847)*. Lisboa: Livros Horizonte.

MEDINA, João, 1994 – *História de Portugal Contemporâneo político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta.

MORAL RUIZ, Joaquín del, 1974 – “Realistas, miguelistas y liberales. Contribución al estudio de la intervención española en Portugal (1826-1828)” in JOVER ZAMORA, José María (ed.) – *El siglo XIX en España: doce estudios*. Barcelona: Editorial Planeta, p. 239-252.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 1993 – “Relações entre Portugal e Espanha na Época Contemporânea. Ponto da situação historiográfica”. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto: Universidade de Porto, III Série, vol. 4, p. 85-100.

PEREIRA, Maria Halpern, 2000 – “Del Antiguo Régimen al liberalismo (1807-1842)” in TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (ed.) – *Portugal y España Contemporáneos. Ayer*. Madrid: Marcial Pons, n.º 37, p. 39-64.

PORTO, Juan do, 1846 – *Reseña histórica de los últimos acontecimientos políticos de Galicia*. Madrid: Imprenta de la Viuda de Burgos.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, 1993 – “A restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anti-cabralismo” in MATTOSO, J. (dir.) – *História de Portugal. Vol. V O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 107-119.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, 2000 – “Los Estados liberales (1834/39-1890/98)”, in TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (ed.) – *Portugal y España Contemporáneos. Ayer*. Madrid: Marcial Pons, n.º 37, p. 65-95.

ROBLES JAÉN, Cristobal, 1998 – *España y la guerra civil en Portugal (1846-1847)*. Murcia. Tesis Doctoral inédita.

RODRÍGUEZ EIRAS, Antonia, 1966 – “Alzamientos realistas en Galicia en el Trienio Constitucional”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*.

Santiago de Compostela, t. 21, fasc. 64, p. 189-215.

RODRÍGUEZ EIRAS, Antonia, 1967 – “La Junta Apostólica y la restauración realista en Galicia”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, t. 22, fasc. 67, p. 198-220.

SÁNCHEZ CERVELLO, Joseph, 2001 – “Perfil de Portugal. El vecino más ignorado”. *Política Exterior*. Vol. XV, n.º 79, Madrid: Estudios de Política Exterior SA, p. 171-175.

SARAIVA, José Hermano, 1993 – *História de Portugal*. Mem Martins: Alfa.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1986 – *História de Portugal. Vol. VIII – Do Mindelo à Regeneração (1832-1851)*. Lisboa: Editorial Verbo.

SILVA, Célia Maria Taborda da, 2004 – “Os levantamentos populares durienses e a formação da Junta de Vila Real durante a “Maria da Fonte”. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto: Universidade do Porto, vol. 5, p. 51-58.

TENGARRINHA, José, 1994 – “Os movimentos liberais em Espanha vistos do Portugal absolutista, 1810-1820 (através dos relatos de espões e informadores)”. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa: Universidade de Lisboa, n.º 16-17, p. 51-74.

TENGARRINHA, José, 1995 – “Centros e periferias, dinamismos e bloqueios: Portugal e Espanha na entrada do mundo contemporâneo: esboço de análise comparada”. Cascais: Câmara Municipal, p. 405-414.

TETTAMANCY Y GASTON, Francisco, 1908 – *La revolución gallega de 1846*. A Coruña: Librería Regional de Carré.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, 1997 – “Historiografía española del Portugal contemporáneo” in ALMUIÑA, Celso (ed.) – *La Historia del 96. Ayer*. Madrid: Marcial Pons, n.º 26, p. 65-80.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, 1998a – “El derrumbe del Orden Antiguo (1789-1834-1839)” in TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (ed.) – *España y Portugal. Siglos IX-XX. Vivencias históricas*. Madrid: Editorial Síntesis, p. 157-158.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, 1998b – “Portugal y España: ¿historias paralelas?” in TORRE GÓMEZ, Hipólito de la; VICENTE, António Pedro (dir.) – *España-Portugal. Estudios de Historia Contemporánea*. Madrid: Editorial Complutense p. 135-141.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, 2000 – “Introducción. Unidad y dualismo peninsular: el papel del factor externo” in TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (ed.) – *Portugal y España Contemporáneos. Ayer*. Madrid: Marcial Pons, n.º 37, p. 11-35.

VALÉRIO, Nuno, 2002 – “Estudos sobre Espanha em Portugal na última década do século” in TORRE GÓMEZ, Hipólito de la; TELO, António José (coord.) – *La mirada del otro. Percepciones luso-españolas desde la historia*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, p. 205-213.

VARGUES, Isabel Nobre; TORGAL, Luís Reis, 1993 – “Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo e absolutismo. O exílio político” in MATTOSO, J. (dir.) – *História de Portugal. Vol. V O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 65-87.

VICENTE, António Pedro, 1991 – “Espanha e Portugal. Do Antigo Regime ao Novo Regime: similitudes e alternativas no acesso ao Liberalismo” in *1^{as} Jornadas Académicas de História da Espanha e de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 183-214.

VICENTE, António Pedro, 1998 – “Portugal e Espanha. Similitudes históricas e rejeições culturais” in TORRE GÓMEZ, Hipólito de la; VICENTE, António Pedro (dir.) – *España-Portugal. Estudios de Historia Contemporánea*. Madrid: Editorial Complutense, p. 143-159.

No Rio de Janeiro. — Em honra do Sr. Candido Soto Maior



No salão nobre do Club Gymnástico Português do Rio de Janeiro, realizou-se um banquete em homenagem ao sr. Candido Soto Maior, tomando n'ele parte as mais distintas individualidades do governo, da politica, da diplomacia e das finanças, reproduzindo a illustração n'esta pagina uma fotografia dos convidados. Tomou o lugar de honra o sr. Candido Soto Maior, tendo á direita o sr. ministro da Fazenda, dr. Homero Balista, e á esquerda o sr. ministro da Agricultura, dr. Simões Lopes. Seguiam, pela direita, os srs.: encarregado de negocios de Portugal, dr. Cezar Mendes, o sr. ministro da aviação, dr. Pires do Rio, Conde de Avelar, Conde Pereira Carneiro, dr. Lourival Souto e Joaquim Carvalheiro; pela esquerda o sr. Visconde de Moraes, dr. Nilo Peçanha, sr. Dias Tavares, sr. consul de Portugal, sr. Raul Villar e sr. vice-consul de Portugal.

Cândido da Cunha Sotto Mayor, emigrante, empresário e banqueiro – um ator nas relações luso-brasileiras (1900-1935)

Isilda Braga da Costa Monteiro

No século XX, a nova realidade económica, social, política e diplomática fez emergir novos atores nas relações internacionais. Atuando formal ou informalmente, estes atores, sejam eles empresas, organizações não-governamentais ou indivíduos, contribuem ativamente para as relações transfronteiriças, retirando aos Estados o exclusivo da intervenção que, até então, lhes pertencia.

É nesse quadro que, no âmbito das relações luso brasileiras, alguns estudos publicados recentemente têm realçado o papel desempenhado pelos emigrantes portugueses que viram o Brasil como a resposta às suas expectativas de vida¹. Expectativas diferentes como diferentes eram as suas proveniências sociais e culturais. Na verdade, a emigração portuguesa para o Brasil, que desde há alguns anos tem vindo a ser estudada num e noutro lado do oceano, não cabe na visão estreita que empiricamente sobre ela se construiu – a do emigrante português, homem ou mulher, jovem ou velho, rude, pobre e analfabeto, que, enganado pelos empregadores, um dia desejou ser rico, atravessou o Oceano, onde veio a morrer, longe da sua terra natal, mais miserável e infeliz do que quando partira. Tal como já tivemos oportunidade de dizer em anteriores trabalhos, a leitura atenta da imprensa periódica então publicada em Portugal e no Brasil e o levantamento dos registos de passaportes, documento de que o emigrante se deveria munir para partir legalmente, fazem perceber que a par desses – certamente a maioria – havia, também, outros que partiam com a mesma ou maior ambição para o Brasil, nos mesmos paquetes, mas que, contrariamente aos anteriores, tinham património próprio, formação e uma bem montada rede de familiares e amigos a quem recorrer, num e noutro país. À luz da época, pela forma como a eles se refere a imprensa periódica, estes últimos não eram emigrantes como os outros e não carregavam o peso negativo dessa denominação que se lhes não ajustava. Na ótica dos jornais então publicados, estes eram homens com instrução e retaguarda familiar, que se deslocavam para o Brasil para aí “fixar residência”², exercer a carreira comercial já iniciada em Portugal³ ou para “tratar de negócios”⁴. Dessa forma, ao mesmo tempo que se acentuava a desgraça

1 FERREIRA, 2012.

2 Como é o caso, em 1907, do vereador da Câmara Municipal de Vila Real, Augusto Pereira de Moraes (*O Distrito de Vila Real*. Vila Real, 14.11.1907, p. 3).

3 *O Distrito de Vila Real*. Vila Real, 13.5.1909, p. 3.

4 Como é o caso de Abel Lopes Abelha que tendo casa comercial na cidade de Vermelho Novo, em Minas, para lá voltou depois de um longo período de tempo passado em Vila Real (*Vila-Realense*. Vila Real, 8.9.1910, p. 3).

dos primeiros, criticando a emigração esse “grande cancro, que actualmente infesta o progresso nacional”⁵, advogando medidas repressivas ou de redirecionamento para África, dá-se festivamente notícia da partida para o Brasil dos segundos, desejando-se-lhes as maiores felicidades. Resistindo em reconhecer as duas situações como faces de uma mesma questão, procura-se limitar a primeira e aceita-se naturalmente a segunda. Enquanto dos mais pobres, apetrechados apenas da “sciencia de empunhar a enxada”⁶, pouco mais há a esperar do que o trabalho duro e a morte inglória longe da terra natal, em torno dos mais favorecidos criam-se grandes expectativas não só sobre a possibilidade da sua notoriedade no Brasil, sempre graças a uma vida de trabalho intenso e sério que constantemente se sublinha, como no envio das remessas e num retorno produtivo ao país de onde partiram⁷. E os exemplos de sucesso não faltam nas páginas dos jornais, publicados um pouco por todo o norte do país, ao noticiar a chegada destes emigrantes, quer em visita à sua terra, para passar grandes temporadas ou, simplesmente, passear antes de partir para uma viagem à Europa e/ou com destino ao Brasil, quer, ainda, para definitivamente fixar residência. São eles os *brasileiros* de torna-viagem com fortuna acumulada de quem se fala e sobre os quais a literatura deixou uma imagem pouco abonatória, mas que a imprensa periódica, na maioria dos casos, refere elogiosamente, reconhecendo-lhes o papel primordial para a dinamização económica, social, educativa, cultural e até política, das suas terras de origem, em Portugal.

Assim, diferentes à partida para o Brasil, os emigrantes portugueses, aquando do retorno ao país de origem, são também diferentes à chegada. Uma diferença que as páginas dos jornais espelham de forma evidente. Se para os que vêm pobres, se destaca a falta de sorte em terras brasileiras e a miséria a que estão condenados, abrindo nos casos mais extremos subscrições públicas que providenciem o mínimo necessário à sobrevivência, para os outros que retornam endinheirados, reservam-se elogios e reverências. Para estes últimos, o retorno ao país de origem, mesmo que não definitivo, representava a concretização natural do objetivo que os levava, um dia, a atravessar o Oceano. Um retorno que, frequentemente, se fazia acompanhar de projetos de vida e de investimento delineados a partir de uma maior ou menor riqueza acumulada. Tal como temos vindo a demonstrar em anteriores estudos⁸, num país de fracos recursos, como era Portugal nos inícios do XX, as iniciativas empresariais destes homens contribuíram decisivamente não só para o desenvolvimento local do norte do país, como, pelos lucros rápidos e vultuosos que permitiram, acabaram também por lhes assegurar um crescente protagonismo no plano social, que passava pelo reconhecimento público do seu prestígio, tantas vezes premiado com a nobilitação, durante a Monarquia, ou a atribuição de uma comenda, na vigência da República. Alguns deles, vieram, ainda, a destacar-se pela participação ativa na vida política local ao nível partidário ou no desempenho de funções nas vereações camarárias. Contudo, tal como acontecera na sua chegada ao Brasil, a maior capacidade de ressocialização e reintegração na terra natal ou, como em muitos casos acontece, numa outra localidade mais ou menos próxima, dependia não só do nível social e cultural de que originalmente provinha como da existência prévia de uma rede de relações, familiar ou de amizade, mantida mesmo durante a vivência migratória.

Esta era a realidade que obrigava os emigrantes endinheirados que não viam o retorno a Portugal como o “descanso do guerreiro”, o tempo para uma merecida reforma, a percorrer as várias etapas de um percurso, tacitamente definido, que viabilizasse a sua integração social, ou seja, a aquisição de um lugar nos patamares mais elevados da sociedade local. A benemerência, exercida quer através de ofertas de bens e dinheiro, quer pela integração nos órgãos sociais de instituições como os bombeiros voluntários, os asilos e as misericórdias, assumia-se como a melhor via para a inserção no círculo social, garantindo referências elogiosas na imprensa

5 *Vila-Realense*. Vila Real, 9.10.1913, p.1.

6 RIBEIRO, Sebastião A. – “A Emigração. Aspectos do problema – seus grandes males – consequências do êxodo”. *Vila-Realense*. Vila Real, 9.10.1913, p.1.

7 Jorge Alves teve a oportunidade de verificar que, para a segunda metade de Oitocentos, o retorno se verificava essencialmente entre os emigrantes que no Brasil se dedicavam ao comércio e aos ofícios, em detrimento dos que trabalhavam na agricultura (ALVES, 1999: 240-241).

8 MONTEIRO; MAIA, 2008/2009; MONTEIRO, 2013; MAIA; MONTEIRO, 2007.

e a transposição de muitas soleiras de portas de casas de famílias que, de outra forma, dificilmente se abririam. Para muitos destes *brasileiros* enriquecidos, isso poderia representar também a possibilidade de fazer um bom casamento, seus ou dos seus filhos, garantindo a ligação a uma conceituada família da terra, ou ainda, de recrutar sócios de idoneidade reconhecida para os negócios a empreender em Portugal. Partilhando os mesmos espaços, os mesmos eventos, os mesmos interesses, entre os quais a política obrigatoriamente se inclui, e que o final conturbado da Monarquia e a implantação da República tornou mais presente no dia-a-dia das populações, mesmo que em regiões periféricas do país, como a região transmontana e alto-duriense, os emigrantes de retorno, sobre os quais hoje, já existem alguns estudos, destacam-se na sociedade local e nacional e, facto menos estudado, assumem-se, frequentemente e ao nível económico e social, como importantes atores nas relações entre o seu país de origem, Portugal, e o Brasil que, um dia, os acolheu e ao qual permanecem ativamente ligados.

É o caso de Cândido Sotto Mayor, nascido em Trás-os-Montes, emigrante no Brasil, empresário e banqueiro, cujo percurso de vida procuraremos traçar no presente estudo de molde a percebermos as várias vertentes da sua intervenção financeira, económica e política, em Portugal e no Brasil, nas primeiras décadas de Novecentos e o contributo que, dessa forma, deu para as relações entre os dois países. Figura complexa, multifacetada e com um percurso de vida longo, vivido em dois países e sob diferentes regimes políticos e diferentes realidades económicas e financeiras, sobre Cândido Sotto Mayor persistem algumas dúvidas a que a continuidade do nosso estudo procurará responder em devido tempo.

Cândido Narciso da Cunha Sotto Maior nasceu em Lebução, concelho de Valpaços, distrito de Vila Real, filho de Cândida de Sotto Mayor e de pai incógnito, a 26 de outubro de 1852 e foi batizado a 3 de novembro seguinte, na respetiva igreja matriz, apadrinhando pelo reverendo António José Teixeira da mesma freguesia⁹. Embora posteriormente a imprensa recorra ao discurso habitual sobre os emigrantes de retorno, para destacar as suas origens humildes e pobres, a verdade é que os Cunha Sotto Maior de Lebução estavam longe de ser, na época, uma família de fracos recursos e, sobretudo, desprovida de estatuto social. A consulta dos registos paroquiais de Lebução permite-nos perceber que a ligação à localidade desta família ilustre de Viana do Castelo detentora do palacete, onde, ao longo de muitos anos, esteve instalado o Governo Civil, terá sido estabelecida em meados do século XVIII, através do casamento de Maria Madalena Nogueira, aí residente, com Manuel José da Cunha Sotto Mayor, natural dessa localidade minhota. Deste casamento nasceu Joaquina Margarida da Cunha Sotto Mayor que veio a casar em 26 de maio de 1789 com António José Ramos, natural de Lebução, filho de Teresa Ramos, solteira, e de Manuel Rodrigues, casado¹⁰. Joaquina Margarida da Cunha Sotto Mayor e António José Ramos tiveram um filho, José Lino da Cunha Sotto Mayor, avó paterno de Cândido Sotto Maior, que casou em 8 de janeiro de 1816, em Lisboa, na igreja matriz da freguesia do Coração de Jesus, com D. Ana Lúcia Garcez Palha, filha de António Basílio de Brito e de D. Mariana Antónia Garcez Palha de Almeida aí residentes e naturais de Cascais¹¹.

Nos anos seguintes, o casal residiu na rua do Salitre da referida freguesia, onde nasceram os dois filhos mais velhos, António (21.9.1816)¹² e João (13.4.1818)¹³, apadrinhados pelo capitão António Basílio de Brito, cavaleiro da Ordem Militar de Avis, certamente seu tio materno. Nos anos seguintes, já em Lebução nascem mais filhos – José (12.5.1830)¹⁴, um rapaz, em 18 de maio de 1837, cujo nome não está indicado no registo

9 ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Batismos, livro 1836-1859, fol. 68-68v.

10 ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Casamentos, livro 1760-1859, fol. 44.

11 ADL – *Registos Paroquiais*. Lisboa. Coração de Jesus. Casamentos, livro 1808-1837, fol. 77v-78.

12 ADL – *Registos Paroquiais*. Lisboa. Coração de Jesus. Batismos, livro 1800-1825, fol. 274.

13 ADL – *Registos Paroquiais*. Lisboa. Coração de Jesus. Batismos, livro 1800-1825, fol. 301v.

14 ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Batismos, livro 1790-1841, fol. 12.

de batismo¹⁵, e Joaquim Felisberto (11.3.1845)¹⁶. Além destes, nasceu, também, na década de 1820¹⁷, uma filha de nome Cândida, que, em 26 de outubro de 1852, dá à luz Cândido Narciso, batizado na igreja matriz de Lebução, alguns dias depois, em 3 de novembro, como filho de pai incógnito, e apadrinhado pelo reverendo António José Teixeira¹⁸. Cândido Narciso já não conheceu o avô materno, José Lino da Cunha Sotto Mayor, que morrerá alguns anos antes na freguesia de Lebução, a 2 de outubro de 1849 “repentinamente”¹⁹, e a avó, D. Ana Lúcia Garcez Palha, no entanto, voltara a casar, em 7 de julho de 1851, com Bernardo Agostinho Cagigal²⁰, cunhado do seu filho mais velho, António Lino, já então casado e com filhos.

Terá sido, assim, em Lebução ou na vizinha freguesia de Bouçoães, onde, em 1867, nasce a sua meia irmã Maria Estefânia, filha de sua mãe e de Eduardo António Fontanel²¹, que Cândido Narciso da Cunha Sotto Mayor terá passado a infância. Conforme se pode ler nas referências biográficas que sobre ele foram escritas, anos mais tarde, nos jornais, com 13 anos vai para Chaves para trabalhar na casa comercial de Luís Paulino Teixeira que, ainda durante a monarquia virá a ser vice-presidente e presidente da Câmara. Estava-se então a meio da década de 1860 e a capacidade atrativa do Brasil como terra de oportunidades fizera-se já sentir na família. O tio, Joaquim Felisberto da Cunha Sotto Mayor, e o primo, Francisco Lino, filho de António Lino da Cunha Sotto Mayor, já em 1858 tinham atravessado o Oceano com esse destino, quando tinham 13 e 11 anos respetivamente²². Em 1872, pouco antes de completar os 20 anos²³, será também a vez de Cândido Narciso partir.

O tio e o primo, catorze anos volvidos sobre a sua chegada ao Brasil, eram então proprietários de uma casa comercial fundada em 1865 – a Sotto Mayor & C^a, que no início do século XX, sediada no Rio de Janeiro, “à rua Conselheiro Saraiva, 36 a 40, num magnífico edifício próprio, é um das mais antigas e reconhecidamente uma das mais importantes no comércio de manufaturas de lã e algodão”²⁴, conforme refere uma obra publicada no Brasil em 1913. É aí que Cândido Narciso vai encontrar trabalho e a porta aberta para entrar na sociedade local, integrando, por isso, o grupo dos emigrantes portugueses mais favorecidos – é alfabetizado, tem experiência profissional no sector comercial e tem uma rede familiar já instalada e bem sucedida no Brasil, com condições para lhe garantir trabalho e lhe facilitar a inserção na sociedade carioca. Sem surpresas, portanto, enceta, no Rio de Janeiro, um percurso profissional e empresarial de sucesso, evidenciando o espírito empreendedor que o vai caracterizar até ao final da vida. Para além entrar para a sociedade da Sotto Mayor & C^a, assume a sua direção quando o tio, Joaquim Felisberto da Cunha Sotto Mayor, retorna definitivamente a Portugal em 1886, para constituir família e fixar residência, inicialmente, na cidade do Porto, mais tarde em Lisboa (no palácio de S. Bento, no qual arrendou uma parcela) e, finalmente, na Figueira da Foz, na casa que construiu e que passou a ser conhecida por palácio Sotto Mayor. Segundo António Chaves escreveu, anos mais tarde, em 1901, numa elogiosa biografia sobre Cândido Sotto Mayor, este imprimiu nessa casa uma “fabulosa actividade” e correu todo

15 ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Batismos, livro 1790-1841, fol. 69.

16 ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Batismos, livro 1836-1859, fol. 24.

17 Em 1917, Cândida Sotto Mayor é referida como nonagenária (*Notícias do Norte*. Chaves, 7.1.1917, p. 2).

18 ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Batismos, livro 1836-1859, fol. 68-68v.

19 ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Óbitos, livro 1803-1859, fol. 100.

20 ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Casamentos, livro 1760-1859, fol. 100.

21 ADVR – *Registos Paroquiais*. Chaves. Santa Maria Maior, livro 1904, reg. 39. A imprensa periódica coeva refere, ainda, a existência de mais duas irmãs de Cândido Narciso da Cunha Sotto Mayor. Amélia Sotto Mayor Teixeira casou com Aníbal Paulino Teixeira, médico municipal de Chaves (*Intransigente*. Chaves, 10.12.1905), pais de Cândido Sotto Mayor Teixeira (*Intransigente*. Chaves, 27.7.1905) e Maria Amélia Sotto Mayor Teixeira, tendo falecido, já viúva, em 17 de fevereiro de 1917 (*Folha de Chaves*. Chaves, 25.2.1917). O enteado Adalberto Teixeira apresentou à Escola Médica Cirúrgica do Porto, em 1908, a dissertação *Água mineiro-medicinal de Vidago*: Fonte *Campinho*, que dedicou a várias pessoas da família entre as quais o tio, Cândido da Cunha Sotto Mayor, e os primos, seus filhos. Cândida Sotto Mayor Braga casou com José Gomes da Silva Braga, diretor do Banco de Chaves e membro da comissão executiva do Partido Progressista local, e faleceu em novembro de 1905 (*Intransigente*. Chaves, 18.11.1905 e 26.11.1905).

22 ADVR – *Registos de passaportes*, livro 1857-1860, fol. 43v, 44v.

23 O passaporte foi requerido em 21 de março de 1872 (ADVR – *Registos de passaportes*, livro 1871-1872, fol. 81).

24 LLOYD *et al*, 1913.

o Brasil e “introduziu em todo o Império as fazendas que chegavam da Europa e levantou assim a primeira casa comercial do Rio de Janeiro”²⁵. É durante as décadas de 1880, durante a sua permanência no Rio de Janeiro, que Cândido Sotto Mayor se torna acionista de várias empresas, entre as quais a Companhia Fiação e Tecidos Corcovado, uma grande fábrica têxtil, que se manterá em funcionamento ao longo da primeira metade do século XX²⁶.

Tendo partido de Portugal, no início da década de 70 de Oitocentos, com a ambição que a idade e as expectativas lhe permitiam, Cândido Sotto Mayor retornou ao país de origem cerca de duas décadas depois, no final desse mesmo século, como um dinâmico empresário, sócio de importantes empresas comerciais e industriais ligadas ao sector têxtil, no Rio de Janeiro. Não tem então, ainda, os cinquenta anos. Apesar de o seu percurso de vida evidenciar um apurado sentido de família, reservando-lhe sempre importantes cargos nas suas empresas, sobre a sua vida familiar, antes e depois da chegada a Lisboa, pouco se sabe. Embora se tenha mantido solteiro, Sotto Mayor teve dois filhos. Cândido Sotto Mayor Júnior terá nascido em Lisboa, no início da década de 1890, e cumprindo o trajeto habitual entre os emigrantes de retorno que fizeram fortuna longe da sua terra natal, após alguns anos de estudo num colégio suíço, em S. Gallen²⁷, no início do século, frequentou, entre 1908 e 1913, o curso de Direito da Universidade de Coimbra, residindo, então, no n.º 114 da Couraça dos Apóstolos²⁸. É em seu nome que, logo no ano seguinte, em 1914, vendo na complexa situação financeira e económica da época uma oportunidade de negócio, mais do que um risco, que Cândido Sotto Mayor, já sexagenário, funda com António Vieira Pinto uma casa de câmbio na rua do Ouro e na rua do Comércio, em Lisboa, denominada Casa Bancária Pinto & Sotto Mayor, negócio que ele como emigrante no Brasil conhecia bem as potencialidades, que em 1921 dá origem ao Banco Pinto & Sotto Mayor. Note-se, a propósito, que o facto de filho e pai terem o mesmo nome dá origem a confusões que as fontes compulsadas nem sempre permitem deslindar com segurança absoluta, tanto mais que, por uma opção estratégica do progenitor, Cândido Sotto Mayor Júnior surge frequentemente na posição de *testa de ferro* – empresta oficialmente o seu nome à empresa, mas a capacidade financeira e de decisão pertence, e todos o parecem então saber, a Cândido Sotto Mayor, pai.

Por sua vez, sobre a filha, Cândida Sotto Mayor, pouco sabemos, além de, no início do século XX, o acompanhar algumas vezes nas suas deslocações a Chaves e ao estrangeiro e de, em sua homenagem, o seu pai ter dado o nome de Vila Cândida a um bairro que mandou construir em Lisboa, durante os anos de 1920, e que se manteve na posse da família até 1974. Embora não tenhamos encontrado referência ao seu falecimento, ainda em vida do pai, essa é uma hipótese a considerar, acrescida do facto de que o seu nome não se inclui entre os familiares próximos que informam os interessados, na imprensa periódica lisboeta, em 31 de outubro de 1935, da realização do funeral do banqueiro Cândido Sotto Mayor²⁹.

Em Portugal, desde o final do século XIX, Sotto Mayor estabelece o seu quartel-general entre Chaves, no palacete que mandou construir, e Lisboa, onde, entre 1902 e 1906, ergueu o denominado palácio Sotto Mayor de “grandiosa opulência”³⁰, a que a *Ilustração Portuguesa* dedicou várias páginas, e investe estrategicamente, diversificando os negócios que vão desde as águas termais (em 1897, adquire em Trás-os-Montes, a nascente das águas Campilho, para fazer a sua exploração comercial)³¹ até à banca. Em 1914, como vimos, financiou através do filho, a fundação da Casa Bancária Pinto & Sotto Mayor que, em 1925, dará lugar ao Banco Pinto & Sotto Mayor.

Homem da alta finança lisboeta, Cândido Sotto Mayor move-se com à-vontade nos meandros da política da época, gerindo cuidadosamente as suas ligações partidárias em função das suas convicções mas, também,

25 *O Intransigente*. Chaves, 13.10.1901, p. 1-2.

26 BIRCHAL, 2004: 9.

27 *O Intransigente*. Chaves, 27.7.1905, p. 1; 12.7.1906, p. 1.

28 *Anuário da Universidade de Coimbra*. 1908-1909 a 1912-1913.

29 *Diário da Manhã*. Lisboa, 31.10.1935, p. 8.

30 *Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 1906, p. 88-91.

31 TEIXEIRA, 1908: 35.

dos seus interesses económicos e financeiros. Reverenciado pelos regeneradores do distrito de Chaves³² até ao momento em que, por questões relacionadas com as termas de Vidago, se incompatibilizou com um dos seus líderes, António Teixeira de Sousa tornou-se em 1905 chefe do Partido Progressista local³³, ligando-se aos republicanos, após 1910.

Na verdade, no início do século XX, Cândido não descurou a relação com a região onde nascera. Antes pelo contrário. Proprietário, como atrás referimos, das águas termais Campilho e de um palacete que construiu em Chaves, terra à qual ofereceu, em 1901, um jardim para usufruto da população, deslocava-se frequentemente a esta localidade, surpreendendo pelo facto de um homem com forte presença nas finanças e na economia nacionais, se envolver em questões de âmbito local das quais poderia obter dividendos com reduzido significado na carteira de negócios que então detinha. Atendendo ao que escreve *O Intransigente*, jornal flaviense progressista, em 1907,

Cândido Sotó Mayor é político, mas um político como decerto outro se não nota no paiz. A política, nem a elle, nem a pessoas de sua familia deu qualquer vantagem. O seu prestígio que é grande, e a sua boa vontade, que é incomparável, estão exclusivamente ao serviço dos seus amigos. Todos aquelles que conhecem e muitos são, a tenacidade e o interesse com que Cândido Sotó Mayor em Lisboa patrocina as pretensões dos seus amigos e solicita beneficios d'interesse geral, se surpreendem ante essa inexcedível dedicação³⁴.

Opinião contrária tem a *Folha de Chaves*, que no dia 29 de outubro de 1916, sob a epígrafe *O Milionário* escreve sobre ele que:

Milhares de criaturas são tributárias do seu cofre! No seu luxo, no luxo dos seus parentes, nos seus banquetes, nos seus festins, nos presentes de *chalets* a ministros, [...] nas suas manifestações de rico, arrotando ouro, e nas suas manifestações políticas e nos seus galanteios, sempre tão pitorescos – o sr. Soto Maior não dispende a vigésima parte do rendimento da parte vigésima do seu capital. [...] Lançado no Brasil, numa casa comercial já feita e com largas transações, saiu, pela simples razão de lá ter estado, rico, como os outros que lá estiveram, com pouca inteligência, mas muito ouro. Nem inteligente, nem ilustrado. Mal sabe escrever. Há poucos anos seria impossível, com tão poucos recursos intelectuais, congregar tão avultados capitais.

E o articulista termina acusando-o de ter contribuído pouco para o bem-estar da população flaviense, comparativamente a outros emigrantes de retorno, com menor riqueza do que ele. E alguns dias depois, o mesmo jornal conclui “As ‘generosidades’ do sr. Soto Maior não brotam dum bom coração; saem dum espírito mercantil”³⁵.

Figura polémica, adorada por uns e criticado por outros, Cândido Sotó Mayor tem, nesta época, um espaço assegurado nas páginas da imprensa de Chaves. Uma imprensa que, dependendo do cariz político e da conjuntura do momento, balança entre o apoio ao grande benemérito da terra e a crítica contundente ao homem cujas convicções políticas têm “a fragil consistência dos famosos castelos sobre a areia” e cuja orientação política consideram ser “variável e indeterminável como o rumo dos redemoinhos de vento”³⁶. Era uma perspetiva. Na realidade, Cândido Sotó Mayor parece-nos, sobretudo, servir-se estrategicamente da política para atingir determinados objetivos, da mesma forma que se serviria dos seus negócios para se impor politicamente, num jogo complexo e ambicioso.

32 *O Intransigente*. Chaves, 24.10.1900, p. 3.

33 *O Intransigente*. Chaves, 18.11.1905, p. 2.

34 *O Intransigente*. Chaves, 15.7.1907, p. 1.

35 *Folha de Chaves*. Chaves, 12.11.1916, p. 1.

36 *Folha de Chaves*. Chaves, 8.10.1916, p. 1.

Com nítido envolvimento na política partidária durante a Monarquia, Cândido Sotto Mayor redirecionou-se após 1910 com a implantação da República, refazendo a sua rede de sociabilidade política. Não se pode considerar, no entanto, um exemplo dos muitos que após a implantação da República viram a adesividade ao novo sistema como o melhor caminho para a sobrevivência política e financeira. Graças à independência que a sua grande fortuna, estimada, então, em vinte mil contos³⁷, lhe permitia, Cândido Sotto Mayor não deixa de evidenciar alguma coerência relativamente ao seu passado monárquico. Assim, sob a ditadura de Pimenta de Castro, no início de 1915, terá protegido a fundação de um centro monárquico em Chaves a quem foi dado o seu nome, ao mesmo tempo que, diz-se, frequentava o gabinete do ministro da Justiça, Guilherme Moreira, “que badalava então numa sineta de conservantismo republicano”³⁸. Esta duplicidade evidencia-se de novo, mais tarde, nas eleições municipais de 1916, quando congrega em torno da sua lista republicanos mais conservadores como o deputado por Chaves, António Carvalho Mourão, e monárquicos. Uma situação que não escapa às críticas dos republicanos. O órgão do Partido Republicano Português em Vila Real, o jornal *A Democracia*, entre outubro e dezembro de 1916, leva a cabo uma verdadeira campanha contra a atuação política de Cândido Sotto Mayor, criticando-o duramente ao afirmar que “Entende-se com o sr. António Cabral³⁹ para que este dê instruções aos monárquicos de Chaves e frequenta gabinetes de ministros republicanos para que estes o autorizem a afivelar a máscara. Sempre nestes papeis o infeliz senhor brasileiro”⁴⁰.

Na realidade, em 1916, bem à medida da época e da forma como então se fazia política, a angariação de votos era feita junto da população com recurso a diversos meios, mais ou menos legais, mais ou menos velados. Uma tarefa a que se dedicavam os empregados da filial da Casa Bancária de Cândido Sotto Mayor, em Chaves, com o apoio de alguma imprensa, nomeadamente o jornal *Notícias do Norte*, dirigido por Arnaldo Moita Coelho Fortes, e ainda nesse mesmo ano substituído por António Teixeira Chaves, e que, embora o negue, constava ser por si financiado⁴¹. São eles que, em nome de Cândido Sotto Mayor, compram votos, fazem multiplicar as promessas junto das populações das aldeias do concelho, dão conta dos muitos atos de benemerência que praticou ou servem de caixa de ressonância de notícias abonatórias sobre ele publicadas em jornais da capital.

O semanário *Folha de Chaves* não poupa críticas:

Pôz ele em actividade os seus caixeiros, uns com metal sonante à disposição, outros com cheques e outros ainda com promessas. A toda a parte os caixeiros teem ido bater com as amostras do seu comércio... eleitoral. Ofertas são as dezenas, promessas aos milhares⁴².

Supervisionando à distância a sua campanha política, Cândido Sotto Mayor reserva-se para um outro tipo de combate, que só ele poderia travar, ao nível dos negócios e da influência política, quer em Chaves, quer, como vimos atrás, nos gabinetes dos ministros republicanos.

Em meados de 1915, mediante a apresentação de um ambicioso e dispendioso projeto de renovação para as Caldas de Chaves, Sotto Mayor conseguira junto da Câmara Municipal, a adjudicação da sua exploração por um período de 99 anos⁴³. A expectativa do sucesso desse negócio, que muitos reconheciam ser vital para o desenvolvimento de Chaves – expectativa essa alimentada estrategicamente por Sotto Mayor –, justifica

37 *Folha de Chaves*. Chaves, 21.1.1917, p. 1-2.

38 *A Democracia*. Vila Real, 8.10.1916, p. 2.

39 António Cabral, antigo ministro monárquico, manteve-se leal aos seus princípios mesmo após 1910 e veio a constituir em 1923 a Ação Realista Portuguesa.

40 *A Democracia*. Vila Real, 8.10.1916, p. 2.

41 *Notícias de Chaves*. Chaves, 26.11.1916, p. 3.

42 *Folha de Chaves*. Chaves, 15.10.1916, p. 2.

43 *O Flaviense*. Chaves, 18.7.1915, p. 1.

os elogios na imprensa local, exaltando a sua inteligência e a sua “corajosa audácia que não se encerra egoisticamente no goso tranquilo da sua opulência”⁴⁴. Sem outro interesse que não seja o amor à sua terra, afirma o *Notícias do Norte*. Na sua perspetiva, com uma situação desafogada, este *brasileiro* não precisava dos favores de ninguém ou de usufruir benesses dos poderes públicos, não tirando o “mínimo proveito material dos favores ou dos melhoramentos que promove”⁴⁵. Para o referido periódico, ser republicano ou monárquico não era importante, o que era importante era saber “se as suas intenções visam ou não ao engrandecimento geral do concelho e até da região transmontana e se tudo quanto tem feito honra ou não esta parte da República”⁴⁶. E sobre isso, no seu entender, a figura de Cândido Sotto Mayor não oferecia quaisquer dúvidas.

Contudo, num folhetim com vários capítulos, que se arrasta animadamente até final de 1916, após a arrematação da concessão feita a Cândido Sotto Mayor, na Câmara Municipal de Chaves, em 17 de abril⁴⁷, a exploração das termas e a possibilidade de, finalmente, serem construídas, com qualidade, as estruturas de apoio que faltavam e que tanto entusiasmaram a população de Chaves, reforçando a admiração pelo seu ilustre conterrâneo, acaba por não se concretizar. Cândido Sotto Mayor não formalizou o tão desejado negócio. Em consequência disso, foi acusado pelos seus adversários políticos de só se ter ocupado das eleições municipais quando as águas das Caldas moviam os seus interesses⁴⁸ ou, invertendo o argumento, de ter utilizado as águas para agitar “deante dos olhos dos flavienses uma enganadora bandeira eleitoral”⁴⁹, ludibriando não só os políticos locais como os próprios republicanos a quem terá passado a ideia de uma poderosa influência eleitoral no concelho⁵⁰.

A realidade poderá ser, no entanto, um pouco diferente – a Grande Guerra e as crescentes dificuldades no envio das remessas dos emigrantes portugueses do Brasil para Portugal mudaram as regras do jogo e obrigaram os homens de negócios, como Cândido Sotto Mayor, a reequacionar os seus investimentos e a rever os seus projetos. A exploração das águas termais de Chaves implicava um financiamento elevado que a conjuntura financeira económica cada vez mais degradada não aconselharia. Assim, e apesar de o *Notícias do Norte* considerar que o adiamento pelo governo da União Sagrada para o ano seguinte das eleições municipais inicialmente marcadas para novembro de 1916, permitia mais tempo para, “se multiplicarem as relações de amizade do grande benemérito, sr. Soto Mayor, para com o povo flaviense”⁵¹, a verdade é que Cândido Sotto Mayor deixa de aparecer na linha da frente do combate político municipal. Embora a idade e a fortuna acumulada lhe permitissem retirar-se, sem problemas, da vida ativa, os grandes negócios, num lado e doutro do Oceano, vão captar a sua atenção e exigir-lhe um cuidado constante. Mais do que até então acontecera, a partir daqui, a vida empresarial de Cândido Sotto Mayor faz-se entre Lisboa e o Rio de Janeiro, frequentando a alta roda do poder político e financeiro da época, em Portugal e no Brasil.

Em 1917, Cândido Sotto Mayor funda com o filho e António Vieira Pinto a Companhia de Seguros Sagres e logo depois o Banco Colonial Português. Uma diversidade que abria caminho à construção do que virá a ser um dos primeiros grupos económicos do país, apesar, como refere Sousa da Câmara, do favorecimento do poder político ao Banco Nacional Ultramarino que terá prejudicado os seus objetivos. Em 1919, funda a União Elétrica Portuguesa que sediada no Porto e com uma postura inovadora, se propunha solucionar o problema hidroelétrico nacional. A esta empresa outras se seguiriam, nos anos imediatos, como a Sociedade Portuguesa de Administração, a Companhia Portuguesa de Preparação de Carnes, a Renascença Gráfica, o Banco Nacional

44 *O Flaviense*. Chaves, 23.4.1916, p. 1.

45 *Notícias de Chaves*. Chaves, 29.10.1916, p. 1.

46 *Notícias de Chaves*. Chaves, 17.12.1916, p. 1.

47 *Notícias do Norte*. Chaves, 23.4.1916, p. 1.

48 *Notícias de Chaves*. Chaves, 26.11.1916, p. 1.

49 *O Flaviense*. Chaves, 18.7.1915, p. 1.

50 *O Flaviense*. Chaves, 18.7.1915, p. 1.

51 *Notícias do Norte*. Chaves, 26.10.1916, p. 1.

Agrícola, que, em 1923, se fundiu com o Banco Colonial Português, a Ottosgráfica e a Fosforeira Portuguesa. Paralelamente adquire algumas firmas já existentes quer ao nível bancário como o Banco de Chaves e o Banco Mercantil de Viana, quer industrial como a Companhia Ocidental Portuguesa e a Companhia de Fornos Elétricos⁵².

Em 1925 e na sequência da legislação então promulgada que visava organizar o tecido empresarial bancário⁵³, a Casa Bancária dá lugar ao Banco Pinto e Sotto Mayor alargando-se a novos sócios, entre os quais o Banco Português do Brasil, o Banco Comercial do Rio de Janeiro, novos elementos da família Cunha Sotto Mayor – Joaquim da Cunha Sotto Mayor e Manuel Emílio da Cunha Sotto Mayor –, e diversas personalidades, algumas das quais vão assumir cargos de relevo no Estado Novo, como José Caeiro da Mata. Mantendo-se como sócios maioritários, Cândido Sotto Mayor Júnior e António Vieira Pinto, a complexidade da situação financeira então vivida em Portugal, decorrente, em grande parte, da instabilidade política da Primeira República vai justificar que Cândido Sotto Mayor, pai, assumia a presidência do conselho de administração que então entrou em funções. Tinha então 73 anos e um longo percurso feito nos negócios. Contudo, os tempos que se avizinhavam não viriam a ser fáceis para o grupo que, ao longo dos últimos anos, tinha erguido. Em 1927, além de ter ocorrido a morte de António Vieira Pinto com apenas 38 anos, Cândido Sotto Mayor cegou atingido por uma bala perdida durante a denominada Revolução de Setembro quando se encontrava à janela do seu palacete em Lisboa. Nada, no entanto, que o afastasse dos negócios e dos cargos que continuou a exercer ativa e pessoalmente até ao último dia da sua vida.

No Brasil que deixara no final de Oitocentos, Cândido Sotto Mayor mantém a ligação e os negócios, deslocando-se lá sempre que havia necessidade para tratar de assuntos relacionados com as empresas de que era sócio ou acionista. Antes da guerra, a firma Sotto Mayor e C^a, dedicada ao comércio grossista e à importação, com sede no Rio de Janeiro, destacara-se pelo “grande movimento para todos os estados da União”, mantendo um escritório em São Paulo, à rua de São Bento, 6, e um numeroso corpo de viajantes por todo o Brasil. Como se refere nas *Impressões do Brasil no século XX*, publicadas em 1913, esta empresa empregava um total de 60 pessoas, sob a direção dos dois sócios aí residentes, os antigos funcionários Alberto Ferreira Cardoso e José António de Sousa, natural de Chaves⁵⁴. Segundo a mesma publicação, o “chefe da firma” era Cândido Sotto Mayor, “detentor de grandes propriedades, tanto no Brasil como em Portugal”.

Por sua vez, a Fiação e Tecidos Corcovado de que era acionista, fundada no final do século XIX, conheceu grande desenvolvimento, tendo contribuído para o surto industrial que fez do Rio de Janeiro o maior centro industrial do Brasil até a década de 20 do século XX. No ano de 1902, a 28 de junho, Cândido Sotto Mayor, numa das suas estadias no Brasil, foi homenageado pela Sociedade Recreativa do Pessoal da Fábrica Corcovado. O discurso então produzido por José da Cruz, na sua dupla qualidade de presidente da fábrica e da referida sociedade, foi integralmente transcrito no jornal de Chaves, *O Intransigente*. Apresentando-o como um dos fundadores da fábrica, “o primeiro entre eles, aquele que em tudo pensou e tudo organizou para que fossem levantadas essas paredes, e para que essas máquinas tivessem a vida necessária para a poderem produzir”, refere que foi ele “quem por todo esse Brasil espalhou e fez conhecidos os nossos produtos, arcando com todos os desgostos, contrariedades e dificuldades que sempre trazem as empresas d’esta ordem”. E mais à frente, José da Cruz, acrescenta,

o homem que em tudo e por tudo, tenaz e eficazmente concorre para o desenvolvimento e progresso do commercio e indústrias d’este paiz, o homem que aqui ganhou sua fortuna, aqui a tem e aqui

52 CÂMARA, 1989: 9-32.

53 Pelo decreto de 20 de março de 1925, entre outras medidas, fazia-se uma distinção entre bancos e casa bancárias, permitindo-se aos primeiros, sociedades de responsabilidade limitada, anónimas ou não, a execução de diversas operações como receber depósitos, colocar obrigações alheias e efetuar contratos de empréstimo sobre penhor, enquanto as segundas apenas podiam fazer algumas delas (MENDES, 2002: 43).

54 *Folha de Chaves*. Chaves, 27.10.1918, p. 3.

a emprega em tudo quanto esta terra possa ser útil, esse homem com o seu modo de pensar e proceder, só tem por fim mostrar a sua gratidão para com a terra que elle regou com o suor do seu trabalho, e da qual colheu os fructos do seu interessante labutar. O sr. Cândido Sotto Mayor tem sido e continua sendo grato a esta boa terra do Brazil⁵⁵

Em *Impressões do Brazil no século XX*, refere-se que a Fábrica Corcovado tendo iniciado atividade com 500 teares, contava já, em 1913, com mais de 1000, empregando mais de um milhão de operários. Contudo, durante a Grande Guerra, o desequilíbrio entre as condições oferecidas à exportação para responder à procura externa e as que se ofereciam para abastecimento do mercado interno, bem como a prática de armazenamento de produtos básicos, por parte de alguns produtores, para com isso conseguirem uma elevação de preços, geraram, no Brasil, uma tensão social responsável pelo surto grevista de 1917, que afetou também a fábrica de Tecidos Corcovado⁵⁶, com reflexos negativos inevitáveis sobre a sua situação financeira. Mais tarde, em 1920, a compra e a incorporação da antiga fábrica Andaraí, obrigaram a contrair um empréstimo no Banco Português do Brasil, de que Cândido Sotto Mayor era acionista, que não foi possível saldar, nos anos seguintes, devido à forte concorrência dos tecidos ingleses, vendidos no Brasil a preços baixos. De acordo com as palavras proferidas pelo diretor da Companhia, Manuel Lopes Fortuna, na assembleia geral extraordinária realizada ainda em vida de Cândido Sotto Mayor, mas sem a sua presença, no mês de fevereiro de 1935, “Principiou, então, a Corcovado a subir o seu penoso calvário de provações. Empréstimos sucedem-se a empréstimos, os juros vão-se acumulando e os débitos crescem grandemente”⁵⁷, apresentando-se, então, a firma Sotto Mayor e C^a como a sua maior credora. Na verdade, a difícil conjuntura económica após 1924 marcada pela valorização cambial e pela queda geral dos preços dos tecidos de algodão no comércio mundial, são as grandes razões para essa situação⁵⁸.

Em março de 1918, Cândido Sotto Mayor fundou o Banco Português do Brasil juntamente com o visconde de Moraes, um influente português emigrado no Brasil, Jaime Lino da Cunha Sotto Mayor, a Casa Bancária Pinto e Sotto Mayor e a Companhia de Seguros Sagres, que, no conjunto, detinham mais de 12% das ações. A nacionalidade portuguesa dos principais acionistas do banco não levantava, então, qualquer dificuldade acrescida. À luz da legislação brasileira então em vigor, independentemente da nacionalidade dos proprietários ou acionistas, qualquer empresa sediada no Brasil e aí a operar era considerada brasileira. Com o objetivo de “atender aos interesses e necessidades financeiras” de Portugal e Brasil, os estatutos previam operar com câmbio, atuar no mercado de intermediação de remessa de imigrantes residentes no Rio de Janeiro e na concessão de crédito à indústria e ao comércio⁵⁹. Áreas que fizeram dos membros da comunidade portuguesa residente no Rio de Janeiro os seus principais clientes e o progresso da empresa nos dez anos seguintes. As sedes construídas no Rio de Janeiro e em Santos tornaram-se a imagem do sucesso do banco. Um sucesso que permitiu aos acionistas principais, além da obtenção de dividendos e a participação em empresas constituídas no âmbito de lucrativos contratos com o estado brasileiro, como foi o caso da construção da rede de saneamento em torno da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, o acesso a crédito barato às empresas de que os seus acionistas principais eram proprietários, como aconteceu com a Fábrica Corcovado em 1920, reforçando a teia de negócios que Cândido Sotto Mayor e outros elementos da sua família detinham no Brasil e que incluía, ainda, empresas na área do investimento imobiliário.

A participação ao mais alto nível empresarial e financeiro de Cândido Sotto Mayor implicava que, tal como acontecia em Portugal, mantivesse, no Brasil, onde se deslocava frequentemente, uma relação forte com o

55 *O Intransigente*. Chaves, 18.8.1902, p. 2.

56 CARONE, 1984: 189.

57 *Diário Oficial da União*. Brasil, 27.2.1935.

58 CURY, 1999: 94-95.

59 MARQUES; MELO, 2011: 463, 466, 468.

poder político. Sinal disso é a fotografia que a *Ilustração Portuguesa* inclui no número que publicou em 22 de setembro de 1919 (ver imagem que serve de separador) e que mostra o banqueiro português numa fotografia de grupo tirada aquando de um jantar realizado em sua homenagem, no salão nobre do Club Ginástico Português do Rio de Janeiro, ladeado por três ministros brasileiros – o ministro da Fazenda, o ministro da Agricultura e o ministro da Viação e Obras Públicas. Mercê dos seus interesses financeiros e empresariais em Portugal e no Brasil, Cândido Sotto Mayor, movimentava-se com à-vontade no círculo do poder político e financeiro dos dois países. Desta forma, contribuindo, formal e informalmente, para as relações entre Brasil e Portugal, sobretudo, entre 1914, ano da fundação da Casa Bancária Pinto e Sotto Mayor, e 1935, ano da sua morte, Sotto Mayor assume-se, assim, como um ator de relevo nas relações luso-brasileiras dessa época. No âmbito das suas empresas e dos seus interesses financeiros e políticos, circularam dinheiro, produtos e influências entre Portugal e o Brasil, que reforçaram aos vários níveis as suas relações.

As palavras que, em 1922, o *Diário de Lisboa* faz registar nas suas páginas sobre a viagem ao Brasil do presidente da República portuguesa, António José de Almeida, evidenciam o reconhecimento da importância da opinião de quem conhecia bem a realidade política e económica brasileira e portuguesa e das potencialidades e fragilidades do seu relacionamento. Conforme se menciona no referido jornal, o facto de o presidente brasileiro, Epitácio Pessoa, estar, então, em final de mandato não seria favorável, no entender de Sotto Mayor, ao objetivo da comitiva portuguesa em estabelecer um tratado comercial entre os dois países, pelo que considerava já como positivo que fossem conseguidos pelo presidente da República portuguesa e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros alguns elementos que orientassem os respetivos governos no estudo dos problemas luso-brasileiros⁶⁰.

Na verdade, e embora, tal como vaticinara Sotto Mayor, não tivesse sido possível celebrar, em 1922, o almejado tratado comercial, foram assinados três outros sobre questões importantes como a da reciprocidade em matéria de propriedade literária e artística, a da isenção do serviço militar em caso de dupla nacionalidade e a da proteção do trabalho dos emigrantes⁶¹. O consenso obtido nestes aspetos, embora só o primeiro viesse a ser politicamente sancionado⁶², constituiu, sem dúvida, um saldo positivo nesta visita presidencial realizada a propósito da comemoração do primeiro centenário da independência brasileira, e que assinala, entusiástica e publicamente, a reaproximação política e diplomática entre Portugal e Brasil, após 1910. Uma reaproximação que, contudo, as décadas seguintes mostraram não ser fácil sustentar no quadro das especificidades políticas e económicas de cada um dos países e, sobretudo, no quadro geoestratégico em que, ao nível internacional, cada um deles se inseria. Na verdade, ao longo da primeira metade do século XX, quer durante a Primeira República, quer durante o Estado Novo, apesar de as relações luso-brasileiras se revestirem, na prática e graças a diversos agentes sociais, de grande relevância para os dois países – devido não só à grande dimensão da comunidade portuguesa no Brasil como, até à década de 1930, ao forte investimento dos empresários portugueses na economia brasileira, como Sotto Mayor –, estas não estiveram no centro da política externa dos dois países.

A década de 1930, de que Cândido Sotto Mayor viveu, ativamente, os primeiros cinco anos, vai ser marcada por grandes mudanças políticas e económicas que de forma inevitável se vão refletir, quer no Brasil quer em Portugal, no império financeiro, comercial e industrial por ele erguido. A implantação de um novo regime político com cariz nacionalista e autoritário, quer no Brasil quer em Portugal, sob a liderança forte de Getúlio Vargas e António Salazar, respetivamente, justificam um entendimento político e uma vontade na aproximação económica entre os dois países, que, contudo, não obteve os resultados desejados devido à crise económica então instalada e à adoção de políticas protecionistas⁶³.

60 *Diário de Lisboa*. Lisboa, 4.9.1922.

61 MENDES; MIRANDA, 2006: 187-191.

62 MENDES; MIRANDA, 2006: 194-195.

63 BALTAZAR, 2006: 207-208

No Brasil, a crise de 1929 e a depressão dos anos 30 fez com que a economia perdesse o dinamismo que até então a caracterizara. O volume de negócios com Portugal diminuiu, como diminuiu também o valor das remessas enviadas para o seu país pelos emigrantes portugueses. Uma e outra situação afetam inexoravelmente e definitivamente a Fábrica Corcovado e o Banco Português do Brasil, condenando a primeira ao encerramento e o segundo a uma reorganização. A presença empresarial de Cândido Sotto Mayor, no Brasil, terá, certamente, então esmorecido, centrando-se de novo na firma Sotto Maior e C^a, onde, nas já longínquas décadas de 70 e 80 do século XIX, tudo tinha começado, e que continuava impor-se pelo dinamismo e capacidade financeira.

Em Portugal, a economia é dominada pelos grandes grupos financeiros ligados a algumas famílias poderosas e influentes e a homens fortes do regime continuavam, apesar das limitações à importação, a dominar a banca, o comércio de importação/exportação e colonial e as companhias de navegação⁶⁴. Entre essas famílias está a Sotto Mayor, encabeçada, até 1935, pelo seu “lugar-tenente”⁶⁵, Cândido Sotto Mayor.

Na noite do dia 29 para 30 de outubro de 1935, Cândido Sotto Mayor morreu. Tinha acabado de fazer 83 anos. A imprensa lamentou o desaparecimento do “reputado homem da finança portuguesa”⁶⁶, salientando a “vida inteira de trabalho com que se guindou à situação de indisputável relevo que ocupava na sociedade”⁶⁷, recordando o cravo vermelho que sempre trazia na botoeira⁶⁸. No funeral que saiu, ao meio dia do dia seguinte, da sua casa, na avenida Fontes Pereira de Melo para o cemitério dos Prazeres, e que os jornais noticiaram nas suas páginas, participaram milhares de pessoas, entre as quais figuras de destaque da cultura e das finanças portuguesas de então como o almirante Gago Coutinho, membros da família Pinto Basto e Ricardo Espírito Santo, da diplomacia, como o embaixador da Alemanha em Portugal, o barão von Hoyningen-Huene, e do regime salazarista como Caeiro da Mata e Carneiro Pacheco. O Brasil fez-se representar pelo seu embaixador em Lisboa.

A 3 de novembro seguinte, o *Jornal de Chaves* refere-se à sua morte, dizendo: “Sotto Mayor, que deixa uma avultada fortuna, era bem o símbolo do homem que, saindo do nada, conseguiu, mercê da sua perseverança, continuidade e disciplina, tornar-se um potentado financeiro e, portanto, uma figura de relevo no nosso país e no Brasil”. Em poucas linhas, este jornal resumia o percurso de uma vida, a vida de um homem que pelo seu empreendedorismo construiu pontes entre os dois lados do Oceano Atlântico.

Fontes

Anuário da Universidade de Coimbra. 1908-1909 a 1912-1913.

ARAÚJO, Norberto de – “Comentários simples: Página de Quinta-Feira”. *Diário de Lisboa*. Lisboa, 31.10.1935, p. 9.

Arquivo Distrital de Lisboa (ADL) – *Registos Paroquiais*. Lisboa. Coração de Jesus. Casamentos, livro 1808-1837.

ADL – *Registos Paroquiais*. Lisboa. Coração de Jesus. Batismos, livro 1800-1825.

Arquivo Distrital de Vila Real (ADVR) – *Registos de passaportes*, livros 1857-1860 e 1871-1872.

ADVR – *Registos Paroquiais*. Chaves. Santa Maria Maior, livro 1904.

ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Batismos, livros 1790-1841 e 1836-1859.

ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Casamentos, livro 1760-1859.

ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Óbitos, livro 1803-1859.

Democracia (A). Vila Real, 1915-1919, 1823-1825.

Diário da Manhã. Lisboa, 1935.

Diário de Lisboa. Lisboa, 1922, 1935.

64 ROSAS, 1994: 103.

65 É assim que se lhe refere o periódico *Folha de Chaves*, em 22 de janeiro de 1922.

66 *Jornal de Chaves*. Chaves, 3.11.1935, p. 1.

67 *Diário da Manhã*. Lisboa, 1.11.1935, p. 7.

68 ARAÚJO, Norberto de – “Comentários simples: Página de Quinta-Feira”. *Diário de Lisboa*. Lisboa, 31.10.1935, p. 9.

- Diário Oficial da União*. Brasil, 27.2.1935.
- Distrito de Vila Real (O)*. Vila Real, 1907-1910.
- Folha de Chaves*. Chaves, 1915-1917, 1918-1922.
- Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 1906, 1919.
- Intransigente*. Chaves, 1900-1907.
- LLOYD, Reginald *et al*, 1913 – *Impressões do Brasil no século vinte: sua história, seu povo, commercio, industrias e recursos*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd.
- Notícias do Norte*. Chaves, 1915-1917.
- RIBEIRO, Sebastião A. – “A Emigração. Aspectos do problema – seus grandes males – consequências do êxodo”. *Vila-Realense*. Vila Real, 9.10.1913, p.1.
- TEIXEIRA, Adalberto, 1908 – *Água Minero-Medicinal de Vidago. Fonte Campilho. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto*. Porto: Typ. do Porto Medico.
- Vila-Realense*. Vila Real, 1890-1935.

Bibliografia

- ALVES, Jorge, 1999 – “Os brasileiros da emigração no Norte de Portugal” in *Os Brasileiros da Emigração. Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, p. 233-247.
- BALTAZAR, Isabel, 2006 – “Ritmo Novo: o tratado de comércio entre Portugal e Brasil (14.09.1933)” in CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues da; SARMENTO, Cristina Montalvão (ed.) – *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, p. 205-230.
- BIRCHAL, Sérgio de Oliveira, 2004 – *O empresário brasileiro: um estudo comparativo. Ibmecc MG Working Paper – WP 11*. Disponível em <<http://www.ceae.ibmeccmg.br/wp/wp11.pdf>> [consult. 10 maio 2011].
- CÂMARA, João de Sousa da, 1989 – *História do Banco Pinto & Sotto Mayor: 1914-1989*. S.l.: Banco Pinto e Sotto Mayor.
- CARONE, Edgard, 1984 – *Movimento operário no Brasil: 1877-1944*. São Paulo: Difel.
- CURY, Vania Maria, jan.-dez. 1999 – “Algodão e proteção: a indústria têxtil no Brasil, 1890-1930”. *História Revista*. Goiânia. 4 (1/2), p. 79-97.
- FERREIRA, Marie-Jo, 2012 – *Le Brésil Indépendant et le Portugal: 1822-1922. Normalisation politique, liens culturels et migrations*. Paris: L'Harmattan.
- FONTE, Barroso da (coord.), 1998 – *Dicionário dos mais ilustres Trasmontanos e Alto Durienses*. Guimarães: Editora Cidade Berço, vol. 1, p. 587.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa; MONTEIRO, Isilda, 2007 – “Os “Brasileiros” de torna-viagem como agentes culturais. O caso de Lamego na primeira metade do século XX” in *Actas do Seminário Internacional Memórias e Migrações: Museus, História, Educação, Diversidades e Direitos Humanos*. Fafe: Museu dos Emigrantes. Disponível em: <<http://www.museu-emigrantes.org/seminario-comunicacao-f-maia.htm>>, [consult. 14 mar. 2013].
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO; Hildete Pereira de, set.-dez. 2011 – “Negócios portugueses no Rio de Janeiro: um estudo sobre o Banco Português do Brasil (1918 a 1938)”. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro. Vol. 15, n.º 3, p. 461-482.
- MENDES, José Amado, 2002 – “A empresa bancária em Portugal no séc. XX: evolução e estratégias”. *Gestão e Desenvolvimento*. Viseu. N.º 11, p. 39-56.
- MENDES, José Sacchetta Ramos; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, 2006 – “O Tratado do 1º Centenário ou a retórica das ‘duas pátrias’” in CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues da; SARMENTO, Cristina Montalvão (ed.) – *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, p. 165-196.
- MONTEIRO, Isilda; MAIA, Fernanda Paula Sousa, 2008/2009 – “Em defesa dos interesses da Senhora Aparecida – os “brasileiros” e o desenvolvimento local”. *Oppidum*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada, ano 4, n.º 3, p. 195-207.
- MONTEIRO, Isilda, 2013 – Os *brasileiros* e a Primeira República na região de Trás-os-Montes e Alto Douro. *Cadernos MPR*. Lisboa: Museu da Presidência da República, vol. 3, p. 378-389.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, s.d. – *ICS – Habitação na Cidade Industrial, 1870-1950: A promoção privada do alojamento operário, 1870/1930*. Disponível em <<http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/arq/ntp/textos/textos.htm>> [consult. 14 mar. 2013].
- ROSAS, Fernando, 1994 – “O Estado Novo (1926-1974)” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. S.l.: Círculo de Leitores, vol. 7.



A “Nova Atlântida”. Entre o Atlântico e a Europa – um sentido para o devir português do século XX

Luís Farinha

Introdução

Pela nossa deriva solitária ao longo do Atlântico Sul impúnhamos à Europa uma vocação que se confundirá com o seu destino e ao mesmo tempo revestíamo-nos para sempre – sem o saber – de uma identidade anómala.

Eduardo Lourenço, *Ensaio* (13), *Público*, 15.1.2013

Finis Patriae (1890) é o título de um dos poemas mais genuinamente patrióticos de Guerra Junqueiro, o “poeta da República”, escrito há pouco mais de um século, em plena crise nacional da Regeneração – o capitalismo português –, e do lance colonizador idealizado sob a bandeira do audacioso (e contudo improvável) “Mapa Cor-de-Rosa”¹. Ele é um bom indicador – a par da obra do caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro –, da crise mental que as elites portuguesas viveram na mudança de século.

1890, o ano da maior crise do regime político monárquico-constitucional e do maior abalo do sistema económico liberal português: a primeira havia de desembocar no levantamento republicano falhado de 31 de Janeiro no Porto, duas décadas antes da implantação da República; o segundo, numa profunda alteração do modelo económico nacional, livre-cambista, fomentado por Fontes Pereira de Melo desde 1851.

Impedido de manusear a seu belo prazer os habituais “fundos de compensação” (constituídos basicamente por remessas de emigrantes brasileiros e por “exportação” de mão-de-obra negra para as minas do Rand), o

1 O “Mapa Cor-de-Rosa” – atribuído ao ministro dos Negócios Estrangeiros Henrique Barros Gomes – evidencia a ambição (embora desmesurada) de uma pequena potência europeia como Portugal em possuir um vasto território africano, de Angola e Moçambique. Sustentava esse desiderato sobre os “direitos históricos” afirmados desde Quatrocentos, mas principalmente numa resposta política aos sucessivos agravos com que foi confrontado o país no contexto da disputa europeia sobre o continente africano. Esses agravos foram sendo sentidos desde os tratados de Lourenço Marques (1881) e do Congo (1884), depois dos resultados da Conferência de Berlim (1884-1885) e, muito especialmente, depois do Ultimato inglês (1890). Na Conferência de Berlim, Portugal foi preterido nas suas pretensões sobre a foz do Rio Congo, em favor de um entendimento mais estreito celebrado entre a tradicional aliada, a Grã-Bretanha, e a Alemanha.

Estado português entrou em bancarrota em 1891-1892. A economia portuguesa tornou-se incapaz de exportar e as elites nacionais impuseram (através do Estado oligárquico) uma política proteccionista.

Porém, o frágil mercado interno impedia um desenvolvimento industrial com capacidade de crescimento e modernização. Chegava assim o tempo dos “africanistas”: ideólogos e agentes da “pacificação” em África. As elites portuguesas viam no novo “eldorado africano” o território ideal para a extensão do mercado nacional. A Monarquia soçobrou, a I República deu lugar a um Estado autoritário, mas nenhum dos três regimes pôs alguma vez em dúvida a estratégia nacional imperialista. Sob o manto de diferentes leis orgânicas e de aparentes divergências nos objectivos e graus de colonização, há uma linha coerente de longa duração que inspira esta estratégia nacional colonialista e imperialista assente no pressuposto de que Portugal não conseguiria subsistir (na Ibéria, na Europa e no Mundo) sem as suas colónias africanas. Esta “verdade” inabalável subsistiu entre as elites portuguesas – apoiantes ou desafectas aos diferentes regimes – até meados dos anos 60, por uma altura em que já era perceptível a oscilação da política externa portuguesa entre a África e a Europa e quando já parecia inevitável o abandono das colónias e a integração do país no Mercado Europeu.

Colonização como resposta à crise

Fundar um grande Império na África do Sul, como defronte, na outra ourela do Atlântico, concertámos os alicerces de um outro, não menos rico e grandioso, que projecto genial!

Basilio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*

Em 1891, as dificuldades de exportação (mais do que a necessidade de substituição de bens) – de mão-de-obra, de emigrantes, de produtos agrícolas – levam as elites a dirigir-se para uma política de desenvolvimento voltada para o mercado interno, se possível alargado ao mercado colonial (quase inexistente por esta época: em 1912 havia em Angola 7000 portugueses da metrópole).

No entanto, estes produtos voltados para o mercado interno e colonial são oriundos de setores não competitivos a nível internacional e derivam da transformação de produtos agrícolas ou do mar e de matérias-primas coloniais. Algumas delas, como o cacau de S. Tomé, são reexportadas diretamente para os mercados europeus.

Entre os setores de transformação estão as conservas de peixe, cortiça em obra, citrinos e conservas de fruta. O setor têxtil (apesar de alguns núcleos importantes na Covilhã ou no vale do Ave), nunca conseguiu competir com o exterior e, por isso, nunca descolou de uma produção que associava a fábrica ao trabalho familiar à peça.

Perante estas dificuldades internas e de participação no mercado internacional – avolumadas pela crise financeira e pela dificuldade de obter as habituais “compensações” –, o país inteiro, não só as elites, mas igualmente o operariado e o funcionalismo, voltam-se para a defesa de uma política autárquica, reivindicam o protecionismo do Estado e fixam-se, de forma quase mítica, na ideia da criação de um “eldorado africano” – a refundação dos “novos brasis em África”. Um espaço de dimensão dupla – o “vêlo de ouro” de onde havia de sair a salvação económica de um país dependente e, simultaneamente, o lugar mítico onde havia de recuperar-se o sentido messiânico de uma pátria/mátria de novos espaços lusos no Atlântico Sul. Seria um lugar novo, a construir pelos novos nautas do século XX – a “Nova Atlântida”, na expressão feliz de Eduardo Lourenço, em *Ensaio* recente (ver introdução).

Neste sentido, refiram-se três medidas emblemáticas – a publicação da “Lei dos Cereais” (Elvino de Brito, 1899), acompanhada da criação do “pão político”; a publicação da pauta proteccionista de 1891; e o início das “campanhas de pacificação” em África.

Nenhuma delas permitiu o “salto” desejado do desenvolvimento do país, embora tenham permanecido em vigor mesmo durante a República. A “Lei dos Cereais” potenciou o latifúndio alentejano e a agricultura extensiva, com empobrecimento dos solos e produção cara, face aos preços do mercado internacional; o “pão político” (resultante de uma compensação paga pelo Estado aos moageiros e à panificação) não tornou o pão melhor nem mais barato, antes fez crescer um importante setor que dependia inteiramente do Estado e que, durante a República havia de concorrer para a sua queda, quando o regime, por absoluta necessidade de correção das contas públicas decidiu acabar com o “pão político”. A pauta proteccionista de 1891, potenciando indústrias voltadas para o mercado interno – ele próprio pobre e reduzido –, aprofundou a baixa produtividade, pulverizou os setores industriais (a fabriqueta do vão de escada) e impediu a modernização tecnológica. As “campanhas de pacificação” e a concomitante “ocupação” ficaram reduzidas a uns quantos atos heroicos de “Mouzinhos” e outros; não fora a I Guerra Mundial (e as expedições de Alves Roçadas e Pereira d’Eça aos Cuamatos), com apoio dos ingleses e uma mobilização forçada do país entre 1914 e 1919, a pacificação/ocupação ficariam (como de algum modo ficaram...) adiadas para a verdadeira “recolonização” dos anos 1950, quando em África já sopravam os “ventos da descolonização” e da luta armada de libertação nacional.

Pátria, República e Império

As colónias acabarão de vez com a fome em Portugal.

Álvaro de Castro, Chefe do Governo, 1920



Figura n.º 1 – Mapa “Europa e colónias portuguesas” (1911). Fonte: *O Século*, 15 de junho de 1911.

A I República, implantada em 1910, foi um regime “avançado”, com alguns dos seus atores inspirados por ideologias liberais e democráticas e, em menor grau, por ideias socialistas, libertárias e de “livre-pensamento”. Conceberam uma visão “avançada” de democracia mas, como homens do seu tempo, foram incapazes de idealizar uma sociedade plurirracial com igualdade de direitos para todos os “portugueses” das colónias, brancos ou negros.



Figura n.º 2 – República Portuguesa – Postal desdobrável em 10 partes com representação das províncias portuguesas, do Minho à África. Fonte: FMS, 1911 [?]

Sedimentada em tempos de descrença e de crise nacional, a sua ideologia embebeu-se de um acrisolado patriotismo e manteve (ou até aprofundou) a crença na construção de um espaço continental e colonial integrado, embora repensado na perspetiva de uma autonomia progressiva das colónias e de uma independência inevitável no tempo longo (como, aliás, já acontecera no Brasil). Portugal era considerado, na sua natureza política, o mesmo, do Minho a Timor, como se apressara a veicular a propaganda republicana dos primeiros tempos do regime: as diferenças culturais e civilizacionais e as distâncias brutais entre Trás-os-Montes e Macau não pareciam ainda ensombrar o mítico Portugal pluricontinental e plurirracial que a “ideia” republicana representava iconograficamente de uma forma naturalista, ingénua e descomprometida². A República herdara um Império ainda em construção, embora com fronteiras praticamente delimitadas e com as “campanhas de pacificação” em plena execução política e militar. Escasseavam, contudo, os meios financeiros e os recursos bélicos para continuar a obra, sendo Portugal a potência europeia mais débil no concerto das nações europeias e, simultaneamente, aquela que mais extensos territórios possuía em África³.

2 Ver Figura n.º 2, Postal “Pátria”. Trata-se de um desdobrável composto de 10 postais (organizados em *puzzle*) alusivos às províncias portuguesas, publicado em 1911 [?]. Ao centro, a República, iluminada por uma aura de luz solar e a legenda “Pátria”. Aos seus pés, sobre uma fita rosa, vermelha e verde, em legenda, o verso do Poeta: “Esta é a Ditoso Pátria Minha Amada”.

3 Ver Figura n.º 1, Mapa “Europa e colónias portuguesas” e Figura n.º 3, Mapa “Portugal não é um país pequeno”. Ao contrário do que podia pensar-se,



Figura n.º 3 – Mapa "Portugal não é um país pequeno". Fonte: Portugal não é um país pequeno...., ACPECP, Palácio Foz, 1934 [?]

A construção do Império Africano constituiu um dos – senão o maior – objetivos políticos da República: para uma pequena potência como Portugal, a integração na moderna Europa do início do século XX só poderia ter lugar com a defesa da sua soberania sobre os extensos espaços africanos. Construiu boa parte da sua propaganda, especialmente depois do Ultimato de 1890, com a promessa de constituir uma alternativa política à derrotada Monarquia e capaz de concretizar, em obra colonizadora, a “herança histórica sagrada” dos portugueses de Quatrocentos. O “destino português” seria o de “dar novas pátrias ao mundo”, nas palavras de Augusto Casimiro, o “poeta-soldado”, superando o desânimo nacional dos finais do século XIX e inventando, no “mar profundo e vasto do futuro as muitas índias por descobrir”⁴.

Definido o objetivo e reinventada a “mística imperial”, restava o mais difícil: conseguir os meios para a colonização africana, tanto mais que, desde os finais do século XIX, as grandes potências europeias, nossas credoras, se apressavam em exigir uma nova partilha de África, com o argumento de que nos faltavam os meios materiais para efetivar a colonização e que, por isso, a realizávamos com recurso a “trabalho forçado”⁵.

Implantada a República, a administração republicana apressou-se a dar os primeiros passos: consagrou o regime de descentralização na Constituição de 1911 e fez promulgar, em 15 de agosto de 1914, as leis n.º 277 e n.º 278, leis-base da organização administrativa e financeira das colónias: previam largos poderes para os governadores, cabendo a cada província a tarefa de elaborar a sua própria carta orgânica.

Coube a Norton de Matos a tarefa de pôr em prática o novo modelo de colonização em Angola, voltado, nas suas palavras, para “a civilização dos indígenas e o seu progresso”, embora numa África já batida pelos vendavais da I Guerra Mundial⁶. O novo governador-geral ensaiou uma política de defesa de fronteiras, com

o mapa da Figura n.º 3, divulgado pelo Estado Novo no início da década de 1930, não constitui uma inteira novidade, antes se inspirará na visão imperial do mapa da Figura n.º 1. A continuidade da visão imperial da I República para o Estado Novo parece indiscutível: as colónias portuguesas eram do tamanho da Europa. Bastava que se concretizasse o Império para que o pequeno país europeu se pudesse salvar da sua pequenez.

4 Augusto Casimiro (Amarante, 1889-Lisboa, 1967) foi capitão do exército, poeta da Renascença Portuguesa, marcador de fronteiras no Norte de Angola, administrador colonial, “soldado-herói” do *front*, resistente republicano à Ditadura Militar e ao Estado Novo (contra o Ato Colonial), diretor da *Seara Nova* até à sua morte (AUGUSTO, 1989:13-24; “CASIMIRO, Augusto”, *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. 6: 137).

5 Os interesses britânicos e sul-africanos acusavam Portugal de ineficácia colonizadora. No início do século XX, a campanha contra a deslocação de trabalhadores “contratados” de Angola para as roças de S. Tomé e Príncipe alimentava uma imprensa europeia demolidora e os respetivos circuitos diplomáticos. Em 13 de agosto de 1913, concluiu-se um acordo anglo-germânico de partilha das colónias africanas de Portugal (numa versão atualizada de um outro acordo celebrado em 1898). Sobre estes acordos ver TEIXEIRA, 1999: 494-520.

6 José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos (Ponte de Lima, 1867-1955) foi nomeado governador-geral de Angola por decreto de 20 de abril de

o apoio da grande expedição militar de Alves Roçadas enviada pela Metrópole, iniciou uma “política de porta aberta” em matéria de concessões a capitais e interesses estrangeiros, mas deixou a obra em meio quando foi chamado a comandar o esforço de guerra, como ministro, nos governos democráticos de Afonso Costa.

A concentração de meios militares em Angola e Moçambique, entre 1914 e 1919, permitiu a conclusão da “pacificação” e o esforço de guerra na frente europeia tranquilizou, por alguns anos, a questão da nova partilha das colónias: Portugal assegurava na Conferência de Paz de Paris a posse dos seus territórios de além-mar, embora a guerra tivesse constituído um pesado óbolo a pagar pela manutenção dos territórios africanos. Abria-se, contudo, uma nova oportunidade para a colonização portuguesa que passava a poder contar com o apoio dos interesses britânicos: de ora em diante, Portugal tentaria obter esse apoio, em troca de concessões que não pusessem em causa a “nacionalização” dos mercados coloniais e que, simultaneamente, fosse suficientemente compensador para a Grã-Bretanha em termos económicos e geoestratégicos. No pós-guerra, e apesar das debilidades financeiras e políticas da Nova República, foram reforçados os mecanismos de autonomia das províncias ultramarinas, com a criação da figura do alto-comissário e lançados planos de desenvolvimento, baseados em colónias de povoamento branco que, num prazo não muito longo, possibilitariam a unificação económica, comercial e política de um “Império único”. A par desta unidade imperial, propunha-se a elevação dos povos coloniais a um estatuto que os aproximasse, no tempo longo, a uma integração no Império português. A crise final da I República está indissolúvelmente associada à incapacidade do país para concretizar um plano colonial de semelhante envergadura: faltavam os meios materiais e financeiros para a sua realização. A imposição do Ato Colonial em 1930, centralizador e limitador da autonomia colonial, veio dividir e antagonizar os setores republicanos que até aí tinham apoiado a política colonial⁷. A linha de divisão entre “centralistas” e “autonomistas” coincidiu, numa primeira fase, com a oposição entre defensores e opositores da Ditadura Militar, respetivamente. De facto, só nos anos seguintes se veio a recompor o quadro das elites nacionais que irão apostar, de novo, na criação do Império.

A “nova largada” ou a “reconquista de Angola”

Nós existimos na história, livres, porque resistimos à Espanha e nos prolongámos além do mar.

Augusto Casimiro, *Reconquista de Angola*, agosto de 1960

Recomposto o regime do sobressalto que sobreveio ao fim da II Guerra Mundial e inutilizadas as oposições internas (pelo desmantelamento do MUD e pela prisão dos mais intransigentes), impunha-se a Salazar uma certa reforma do regime sem pôr em causa a sua continuidade. Para o Estado Novo, as décadas de 1940-50 abriam-se sobre o quádruplo desafio da reforma política do regime, do desenvolvimento económico – em Portugal e nas colónias –, da necessidade de garantir o apoio externo das democracias ocidentais, particularmente da Grã-Bretanha e dos EUA, bem como dos organismos internacionais destinados à manutenção da paz e à

1912, vindo a ser exonerado por decreto de 27 de fevereiro de 1915. Foi ministro da Guerra de 19 de junho de 1915 a 10 de dezembro de 1918 (MELO, 1996: 553-555).

7 Ficaria célebre a disputa entre Cunha Leal e Salazar, explicitada em diferentes obras daquele republicano liberal e administrador do Banco de Angola e, muito especialmente, em *A Obra Intangível do Dr. Oliveira Salazar*, 1930. Salazar responde com a deportação de Cunha Leal do país, em 26 de maio de 1930, depois de este ter criticado o Ato Colonial no 3.º Congresso Colonial, reunido em Lisboa em maio de 1930. Conhecidas são também as oposições desencadeadas por antigos governadores coloniais e por membros do Conselho Superior de Colónias, como o coronel Utra Machado ou o comandante Jaime de Morais, justamente dois dos mais acérrimos republicanos opositores de Salazar. Ou ainda por Augusto Casimiro, um ex-governador interino de Angola.

reconstrução económica e, por último, em responder ao desafio da manutenção e recolonização (entretanto ameaçada) dos espaços ultramarinos.

Entre os “africanistas” e na Assembleia Nacional os debates são duros e frontais sobre cinco questões fundamentais que não tinham obtido solução antes da Guerra, a saber: que meios militares se tornavam indispensáveis para garantir a segurança dos capitais e da população branca?; que reformas administrativas se impunham para permitir a ocupação efetiva do território e a aceitação do domínio português pelas populações colonizadas e pela comunidade internacional?; como estimular a transferência de capitais portugueses para as colónias e como garantir os investimentos internacionais sem abrir as portas, de forma descontrolada, ao capitalismo mundial?; como promover a “colonização branca” sem comprometer o equilíbrio económico-social da metrópole?; e, por fim, como reformar o estatuto das populações autóctones sem comprometer uma “integração” controlada e os riscos do separatismo? O desafio seria de vida ou de morte. Nas palavras de um desses “africanistas”, o ministro das Colónias (e depois do Ultramar) Sarmento Rodrigues, Portugal encontrava-se “à beira de um cataclismo” ou “no limiar de uma nova epopeia”⁸.

A política colonial salazarista conduziu à guerra colonial porque estava (muito) longe dos seus horizontes a valorização efetiva da “condição indígena” e, muito menos, qualquer tipo de autonomia referendada que pudesse culminar em separatismo ou em independência. “Para Angola e em força” era o grito de guerra expresso por Salazar em nome de uma política que aceitava pagar o pesado óbolo da guerra em troca da segurança sobre os recentes investimentos estabelecidos pelo país em África.

Uma grande parte da oposição republicana acompanhou esta “nova largada” colonizadora com um entusiasmo contido e com um olhar crítico e desconfiado. Dispunha-se a concordar com as condições e os objetivos, mas discordava das metas a atingir e, principalmente dos processos de colonização do Salazarismo: um regime antidemocrático nunca poderia promover uma igualdade efetiva e progressiva dos colonos e dos “elementos nativos” e, por maioria de razão, jamais consideraria oportuna a consulta dos povos coloniais sobre o seu estatuto político, como recomendavam as Nações Unidas. Pelo contrário, consideravam que o modelo de desenvolvimento colonial iniciado pelos altos-comissários em Angola e Moçambique nos anos 1920 continuava a constituir um exemplo para o período pós-guerra⁹. Concludente sobre este desígnio colonial – a “Missão Histórica” de Portugal – foi a síntese apresentada ao concurso do “Prémio de Abílio Lopes do Rego”, na Academia das Ciências, por Norton de Matos, em janeiro de 1953, sob o título de *A Nação Una*. Um livro técnico e doutrinário, onde o antigo alto-comissário de Angola recusava qualquer tipo de separatismo com base na ideia simples de que a obra colonizadora dos portugueses tinha deixado raízes indestrutíveis para as gerações seguintes. O progresso dos territórios de além-mar só poderia fazer-se, segundo Norton de Matos, pela aplicação do princípio da “unidade nacional”. Do mesmo modo que Portugal podia executar o *apartheid*, também o poderia fazer em relação ao separatismo. Em 1952, continuava a exortar os portugueses:

Tomai a peito o desenvolvimento paralelo dos territórios portugueses: que a totalidade dos recursos e das energias nacionais seja aproveitada para a organização da Nação Una, que a todos toquem os sacrifícios e as vantagens. «Tudo para todos» deve ser a vossa divisa¹⁰.

8 RODRIGUES, 1955: 48.

9 Em *Angola e o Futuro* [1960], uma coletânea de textos e contributos escritos desde os anos 1940, Augusto Casimiro, um antigo colaborador de Norton de Matos em Angola, considerava que continuavam atuais os princípios defendidos por aquele alto-comissário em 1926: a “civilização portuguesa” continuava a mostrar condições especiais “para transformar as civilizações primitivas e para se adaptar a variadas regiões”, mercê da sua experiência multissecular nos trópicos.

10 MATOS, 1953: 4.

Havia uma concordância expressa entre a oposição republicana e o regime quanto à oportunidade e às condições básicas da colonização portuguesa: a soberania e a independência de Portugal só seriam garantidas pela “empresa de além-mar” e os portugueses apresentavam, pela sua experiência histórica, uma especial aptidão colonizadora. Separava-os, contudo, os métodos, e muito especialmente para a geração mais recente de republicanos. Para estes últimos, a colonização dos novos tempos exigia uma “política de cooperação” e não de assimilação, já que consideravam a segunda como uma forma de colonização forçada. Impunha-se, ainda nas palavras de Augusto Casimiro, uma “reconquista” de Angola e de Moçambique¹¹, sem abandono nem repressão dos povos coloniais a quem deviam antes ser dados meios de desenvolvimento e de valorização social e cultural que lhes permitissem ultrapassar o “estado primitivo” em que se encontravam. Ao Estado português caberia mobilizar a riqueza daquelas terras novas, “erguendo o nível das populações”, “aumentando o património caseiro” e criando “civilização” ao serviço do mundo. Tal política obrigaria a uma alteração do estatuto tanto de “brancos” como de “negros” e, antes de mais, a uma alteração da situação política em Portugal. Só estas alterações concomitantes permitiriam uma autodeterminação com base numa consulta referendária, de acordo com as normas definidas na ONU pela comunidade internacional.

Epílogo

Os “últimos” republicanos tiveram ainda a possibilidade de vislumbrar o fim do Império e de propor uma “terceira via” como alternativa à guerra que consideravam desastrosa para Portugal e para os povos das colónias¹². Com a “questão de Goa” e o início da guerra em Angola, decidiram-se por “sucessivos avisos à navegação” do Governo, antecipando o avizinhar de uma tempestade violenta, como resultado do predomínio da solução militar sobre qualquer posição de compromisso político pela parte de Salazar. Em *Pátria em Perigo* (1962) e em *Ilusões Macabras* (1963), Cunha Leal constituíra-se justamente como a voz da oposição democrática organizada na Ação Democrato-Social, que defendia o primado da solução política sobre a solução militar e a abertura imediata de negociações para a constituição de uma plataforma de acordo que envolvesse Portugal e alguns países da ONU, entre eles os EUA, com vista à preparação de um processo democrático de autodeterminação dos povos africanos sob domínio português. De resto, já desde a campanha eleitoral de 1957 que Cunha Leal (e aqueles a quem poderíamos designar de oposição social-democrata) se encaminhara para uma posição de transigência e de negociação. Em *As Minhas Razões e as Razões dos Outros – Ecos de uma Campanha Eleitoral* (1957), Cunha Leal delineia aquele que será o programa descolonizador da oposição democrática moderada: aceitação do princípio da autodeterminação, seguido de fatal independência, sempre que houvesse condições sustentáveis para a criação de um país e os seus habitantes o desejassem, depois de uma fase de transição pactuada.

Esta foi, igualmente, a posição defendida por Henrique Galvão na sua ida à ONU, em 9 de dezembro de 1963, como peticionário, a convite da 4.ª Comissão Especial sobre Descolonização¹³. Posições muito próximas, aliás, dos planos de descolonização propostos pela administração norte-americana, em 1962 e 1963, e renovados pelo designado “Plano Anderson”, em 1965: depois de um período de transição de oito anos, os

11 *Reconquista de Angola* é o título de um texto (manifesto), escrito muito provavelmente em 1960 por Augusto Casimiro. Com algumas alterações, o texto foi também publicado no jornal *Reconquista de Angola*, em 15 de agosto de 1960. Nele se defende uma colonização de tipo novo, com um novo estatuto para os povos coloniais e uma política não repressiva que permitisse evitar uma solução extrema de guerra e de abandono forçado dos colonizadores (BNL – *Espólio de Augusto Casimiro*, Reservados, D5).

12 Interessante a carta dirigida por Augusto Casimiro a Cunha Leal, agradecendo a oferta do livro deste último, *A Pátria em Perigo*, em 1 de julho de 1962. Portugal não conseguira, por razão da sua imprevidência, “fugir ao abismo” da guerra e da destruição dos seus espaços africanos (BNL – *Espólio de Augusto Casimiro. Correspondência*. Reservados, D5).

13 FARINHA, 2000:18-28.

povos coloniais seriam chamados a autodeterminarem-se através de um plebiscito, preparado através de conversações entre portugueses e africanos¹⁴.

Nos derradeiros tempos do Império, estes republicanos voltavam a conceber um utópico espaço imaginário afro-luso-brasileiro, de natureza federal ou confederal, baseado naquela que consideravam ser uma secular cultura comum e uma especial vocação luso-tropical e atlântica de pacífica convivência multirracial. E nem a formulação pelo ministro de Estado Correia de Oliveira do Mercado Comum Português¹⁵ lhes parece ser uma ameaça ao espaço atlântico que vislumbram e defendem: o desenvolvimento das colónias e o “melhoramento da vida nativa” aumentariam as capacidades de resposta de Portugal ao mercado livre europeu a que, por razões inevitáveis, o país tivesse um dia que aderir¹⁶. Divididos entre a África e a Europa, buscavam no “eldorado africano”, os meios materiais para abraçar o novo ciclo europeu que se anunciava no horizonte.

Esta teria sido a outra fase da “Nova Atlântida”.

Bibliografia

- ALEXANDRE, Valentim, 2000 – *Velho Brasil, Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1875)*. Porto: Edições Afrontamento.
- ALEXANDRE, Valentim, 2010 – “A República e a Construção do Império” in *Viva a República 1910-2010 (Catálogo)*. Lisboa: Centenário da República, p. 145-149.
- AUGUSTO Casimiro (1889-1967), *Mostra bibliográfica*, 1989 (Apresentação de Alberto Pedroso). Lisboa: BN.
- CAMACHO, Brito, s/d – *Moçambique – Problemas coloniais*. Lisboa: Guimarães & C^ª.
- CASIMIRO, Augusto, [1960] – *Angola e o Futuro*. Lisboa: Seara Nova.
- CASIMIRO, Augusto, 1921 – *Portugal e o Mundo. Um Sentido Português*. Coimbra: Coimbra Editora.
- “CASIMIRO, Augusto”, [1960] in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro, vol. 6.
- CLARENCE-SMITH, Gervase, 1990 – *O Terceiro Império Português, 1825-1875*. Lisboa: Teorema.
- CASTELO, Cláudia, 1998 – *O Modo Português de Estar no Mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- FARINHA, Luís, 2000 – “Henrique Galvão e o Império”. *História*. Lisboa, ano XXII (Nova Série), n.º 21, p. 18-28.
- FERREIRA, José Medeiros, 1992 – *Portugal na Conferência de Paz – Paris 1919*. Lisboa: Quetzal Editores.
- LEAL, Cunha, 1930a – *Oliveira Salazar, Filomeno da Câmara e o Império Português*. Lisboa: Edição do Autor.
- LEAL, Cunha, 1930b – *A Obra Intangível do Dr. Oliveira Salazar*. Lisboa: Edição do Autor.
- LEAL, Cunha, 1957 – *As Minhas Razões e as Razões dos Outros – Ecos de uma Campanha Eleitoral*. Lisboa: Edição do Autor.
- LEAL, Cunha, [1962] – *O Colonialismo dos Anticolonialistas (Coisas do Tempo Presente)*. Lisboa: Livraria Petrony.
- MATOS, Norton de, 1953 – *A Nação Una. Organização Política e Administrativa dos Territórios do Ultramar Português*. Lisboa: Paulino Ferreira Torres, Lda.
- MATOS, Norton de, 1926 – *A Província de Angola*. Porto: Marânus.
- MELO, Daniel de, 1996 – “Matos, José Maria Mendes Norton de” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. II, p. 553-555.
- PINTO, António Costa, 1999 – “Portugal e a Resistência à Descolonização” in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. V, p. 51-64.
- PROENÇA, Maria Cândida, 2008 – *Questão Colonial no Parlamento, 1910-1926*. Lisboa: Assembleia da República/D. Quixote, vol. II.
- RODRIGUES, Manuel Maria Sarmiento, 1955 – *Unidade da Nação Portuguesa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- SANTOS, Fernando Piteira, 1984 – “Portugal Império: do mito ao conceito jurídico”. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa, 5ª série, n.º 2.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, 1998 – “Colónias e Colonização Portuguesa na Cena Internacional (1885-1930)” in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. IV, p. 494-520.

14 PINTO, 1999: 51-64.

15 José Correia de Oliveira (1921-1976) desempenhou cargos de responsabilidade ministerial junto de Oliveira Salazar. Era ministro de Estado e ajunto do chefe do governo quando, em 25 de março de 1961, concluiu um estudo de unificação do mercado português, encomendado por Salazar.

16 CASIMIRO, [1960]: 329-338.

C.º - 11 de Julio y Agosto 1822

Relacion de los individuos militares que a consecuencia de la revolución militar ocurrida base por en el mismo año de haberse emigraron para este de Corta gel por este punto de Camina

<u>Nombre</u>	<u>Empleso</u>
D. Leonis Rubini	Arrogador del Ejército español
D. Juan Alvar	Comandante de D
D. Jose Manza	Capitan de D
D. Antonio de Arce	Primer Ayudante de el Director del cuerpo de infanteria militar del Ejército español
D. Jo. Rodriguez Ferrero	Algado de la tribunale del Reino de España, en Comandante de la Santa Cruz de Santiago
D. Agustin de Diaz	Real de la Santa Cruz de Santiago
D. Juan Christó Sanmartin	Alca y capitán de voluntarios
D. Antonio Arce	Algado, Real del Ejército español, y capitán de voluntarios de San Ildefonso
D. Esteban Escobar	Secretario de la Santa Cruz, y cap.º de voluntarios
D. Jose M.º Santa	Comandante R.º de la milicia nacional, jefe de Bat. y Com.º de la Santa Cruz de Santiago durante la rebelion
D. Diego del Villar	Coman.º de la misma y vocal de otra Santa Cruz
D. Manuel Angel Santa	Capitan de la misma y vocal de la misma, de la Santa Cruz
D. Juan Garcia Arce	Primer Ayudante de el Director de esta del por y vocal de D
D. Jose Antonio Arce	Alca Real, y Secretario del Gobierno de la Santa Cruz
D. Juan M.º Santa	Capitan de la misma
D. Juan Antonio Arce	Primer Ayudante de la misma
D. Juan Arce	Alca
D. Juan Arce	Comisario de la milicia nacional
D. Juan Arce	Primer Ayudante de la misma

Um olhar sobre as relações entre Portugal e o Brasil a partir da obra de Mendes Correia: desafios, pontes e interações

Patrícia Ferraz de Matos

Introdução

Este artigo pretende destacar o trabalho desenvolvido pelo antropólogo e arqueólogo António Augusto Esteves Mendes Correia (Porto, 4.4.1888-Lisboa, 7.1.1960) no sentido de estabelecer relações científicas internacionais, nomeadamente com o Brasil. Mendes Correia formou-se em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto em 1911. Foi um dos principais impulsionadores da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAEE), criada no Porto em 1918, e foi o mentor da Escola de Antropologia sediada na mesma cidade, que existiu enquanto tal durante a primeira metade do século XX. Lecionou na Faculdade de Ciências e na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e reuniu ao longo de vários anos um conjunto de colaboradores. Desempenhou funções como presidente da Câmara Municipal do Porto (1936-1942), foi deputado na Assembleia Nacional (1945-1957), presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais² (1946-1959) e, já no final da sua vida, assumiu a presidência da Sociedade de Geografia de Lisboa (1951-1960).

Nos últimos tempos têm surgido em Portugal estudos sobre os contextos sociais de produção da ciência³. São exemplo disso trabalhos que procuram estudar não só as investigações realizadas em laboratório⁴, mas também que se propõem estudar as redes científicas nacionais e internacionais⁵, cuja colaboração contribuiu para o desenvolvimento de novas pesquisas, partilha de ideias e abertura ao debate⁶.

No que à história da ciência diz respeito é, muitas vezes, necessário o conhecimento não só dos seus intervenientes nacionais, mas também daqueles com quem foram permutadas ideias, que foram citados e convidados para participar em reuniões científicas. O trabalho desenvolvido por Bruno Latour e Michel Callon, que conduziu ao desenvolvimento da teoria *actor-network*, lembrando os elementos técnicos e não técnicos envolvidos na produção de conhecimentos, traz-nos algumas pistas. Torna-se, assim, possível analisar uma

1 Texto escrito a propósito das comemorações do Ano do Brasil em Portugal e, inicialmente, apresentado no Simpósio Ciências Sociais Cruzadas (Brasil – Portugal) realizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e na Universidade de Évora, entre 5 e 7 de junho de 2013. A realização da pesquisa para a elaboração deste artigo teve o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

2 Designada por Junta das Missões Geográficas e de Investigações de Ultramar depois de 1951.

3 NUNES; ROQUE, 2008.

4 NUNES, 2001.

5 ROQUE, 2001.

6 PEREIRA, 2001.

rede de pessoas⁷ e o trabalho que foi desenvolvido para que os conhecimentos produzidos na academia fossem divulgados através de redes heterogêneas, ligadas a outras academias e à sociedade⁸. Além disso, é possível ainda investigar a circulação de conhecimentos⁹ e o modo como a produção científica que daí resultou veio a influenciar as estruturas que foram criadas. Como referiu Adam Kuper:

As histórias sérias da ciência, como as boas etnografias, têm de abarcar as práticas dos atores, as estruturas institucionais, as redes sociais, os recursos intelectuais e materiais, bem como as relações com outras disciplinas e escolas estrangeiras ou com os organismos oficiais. [...] Não devemos questionar-nos apenas sobre aquilo de que falam os antropólogos, mas também sobre com quem eles falam e quem excluem¹⁰.

No caso das atividades de Mendes Correia, os esforços que desenvolveu no sentido de serem permutados trabalhos e ideias entre a Escola de Antropologia do Porto e outras instituições no exterior terão trazido novas análises, modos distintos de observação e de investigação, o que a terá vindo a influenciar, estimular e ajudar a colocá-la num plano mais internacionalizado e competitivo. A criação da SPAE terá sido um dos primeiros grandes incentivos a essa internacionalização, mas com a institucionalização da antropologia a nível oficial na Universidade do Porto essa estratégia passou a ser mais regulamentada e promovida.

Como referiram João Arriscado Nunes e Maria Eduarda Gonçalves, o processo de internacionalizar a ciência ou de globalizá-la “não decorre de uma qualquer inerência da sua universalidade – isto é, da validade das suas proposições e procedimentos independentemente dos lugares e das circunstâncias em que eles são acionados – mas de um trabalho de translocalização”¹¹ que pode ocorrer em termos da constituição de uma “rede de laboratórios capaz de replicar os mesmos procedimentos”, do recrutamento de cientistas e técnicos e da circulação de publicações ou meios que permitem o transporte do conhecimento à distância¹².

No âmbito da obra desenvolvida por Mendes Correia, o Brasil esteve sempre presente. Presidiu, por exemplo, a direção do Grupo de Estudos Brasileiros da cidade do Porto¹³. Fez parte de algumas associações científicas do Brasil e propôs brasileiros para fazerem parte da SPAE (como foi o caso de Renato Kehl, Oliveira Viana e Pedro Calmon) e com ela permutarem os seus trabalhos. Mendes Correia viajou para o país sul-americano por duas vezes (em 1934 e em 1937), tendo visitado várias instituições dedicadas ao ensino e à investigação científica e apresentado conferências sobre os trabalhos que ia desenvolvendo nas diversas áreas a que se dedicou. Nessa altura conheceu pessoalmente alguns dos vultos da intelectualidade brasileira, como foi o caso de Gilberto Freyre, e promoveu a existência de um intercâmbio intelectual futuro, assim como a vinda de brasileiros a Portugal.

Como acréscimo, o Brasil fez parte das suas reflexões – a grande ex-colónia de Portugal poderia ser encarada não só como um bom exemplo do sucesso da colonização portuguesa nos trópicos, mas também a demonstração de que a convivalidade entre indivíduos de supostas “raças” diferentes era possível, não sendo a mestiçagem vista como uma ameaça. Para além do património linguístico, comum a Portugal, o autor destacou o património cultural e biológico (por ele designado como “etnogenia brasileira”) da nação sul-americana, do qual exaltou a influência portuguesa sob a capa da expressão “cultura luso-brasileira”¹⁴. O

7 BARNES, 1972.

8 LATOUR, 1987.

9 BASTOS; BARRETO, 2011.

10 KUPER, 2005: 225.

11 NUNES; GONÇALVES, 2001: 15-16.

12 NUNES; GONÇALVES, 2001: 17.

13 *Comércio do Porto*. Porto, 7.1.1960.

14 CORREIA, 1956c.

seu contexto de atuação foi ainda propício ao debate de várias ideias que povoaram a literatura científica de então, como foi o caso da eugenia, da mistura racial¹⁵ e de algumas propostas vindas do campo científico para o devir da humanidade.

1. Internacionalizar a ciência: o caso das relações com o Brasil

Mendes Correia foi um dos fundadores da SPAE, fazendo parte da sua direção desde o início, primeiro como secretário (1918), depois como vice-presidente (1922) e posteriormente como presidente (1929). Fundada no Porto a 26 de dezembro de 1918, foi uma sociedade única no país, embora similar a outras no estrangeiro, que permitiu estimular e desenvolver os estudos antropológicos; está relacionada com a Escola de Antropologia do Porto e manteve ao longo de várias décadas relações com cientistas nacionais e estrangeiros, promovendo a permuta de trabalhos e o debate de ideias. De acordo com o artigo 1.º do Capítulo I dos Estatutos de 1918, a SPAE tinha como objetivo

estimular e cultivar em Portugal o estudo dos métodos antropológicos, da antropologia zoológica, antropologia étnica, antropologia e arqueologia pré-históricas, psicologia experimental, etnografia, e dos ramos científicos seus derivados ou aplicados, como as antropologias militar, pedagógica, clínica, criminal, judiciária, etc.¹⁶

O mesmo artigo referia ainda que, para alcançar os seus objetivos, a sociedade deveria, entre outros aspetos: realizar sessões científicas periódicas e extraordinárias; publicar trabalhos e estudos originais sobre antropologia e ciências antropológicas; e pôr-se em contacto com sociedades congêneres, nacionais e estrangeiras¹⁷. A SPAE passou a publicar os *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, assim designados entre o volume I de 1918 e o volume X de 1945, depois do qual passaram a denominar-se *Trabalhos de Antropologia e Etnologia (TAE)*, e estes foram durante muito tempo o principal meio de divulgação das atividades realizadas pela sociedade. Enquanto periódico, esta publicação revela o papel crucial que uma revista pode ter na institucionalização de uma disciplina.

Os sócios da SPAE podiam ser honorários, efetivos ou correspondentes, mas só podiam ser correspondentes “os autores de publicações antropológicas de merecimento ou indivíduos que de qualquer forma hajam prestado serviço à antropologia e ciências antropológicas”¹⁸. Apenas os sócios honorários e os efetivos tinham voto deliberativo e podiam fazer parte dos corpos gerentes¹⁹.

A atividade de Mendes Correia na SPAE foi desenvolvida ao lado de figuras como: Aarão de Lacerda (1863-1921), com formação em zoologia e medicina; José da Rocha Ferreira, professor de paleontologia; e Bento Carqueja (1860-1935), com formação em ciências físico-naturais. Da medicina provinham nomes como Luís Bastos de Freitas Viegas (1869-1928) e Abel Salazar (1889-1946). Segundo o relatório do primeiro ano de existência da SPAE, publicado na ata de 22 de janeiro de 1920, esta sociedade tinha reunido “55 sócios, dos quais apenas 2 declinaram as eleições”, o que era “um número lisonjeiro para uma sociedade consagrada em Portugal, a um ramo científico especializado”²⁰. Aos sócios fundadores foram-se juntando como sócios efetivos

15 Para além do Brasil, a mistura racial foi debatida também no México, Peru, Argentina e Venezuela. Além disso, a questão da miscigenação, vista como decadência, encontrava em Arthur de Gobineau (1816-1882), por exemplo, uma referência crucial, cuja discussão foi comum tanto na Europa como nos Estados Unidos da América, na América Central e do Sul.

16 *Estatutos da SPAE*, 1918: 3.

17 *Estatutos da SPAE*, 1918: 3-4.

18 *Estatutos da SPAE*, 1918: 6.

19 *Estatutos da SPAE*, 1918: 7.

20 *Livro de Actas da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia I*, 1918-1924.

algumas figuras conhecidas, tanto nacionais como estrangeiras, ligadas à ciência e à academia, mas também a outras áreas.

Assim, é importante dar conta também das relações externas que a SPAE foi mantendo, alargando o debate e permutando trabalhos. Tal esforço de internacionalização pode ser verificado, por um lado, com as propostas dirigidas a sócios estrangeiros, correspondentes e honorários, para dela fazerem parte e, por outro, com as propostas para permutar os *Trabalhos da SPAE* com revistas estrangeiras. Entre as figuras externas destacam-se precisamente alguns brasileiros. Mendes Correia propôs para fazerem parte da SPAE (e com ela permutarem trabalhos) figuras como Oliveira Viana (eleito sócio correspondente em 1934), Pedro Calmon e Renato Kehl. Por essa razão, não é de estranhar a existência de alguns livros oferecidos por Pedro Calmon na antiga Biblioteca do Departamento de Zoologia e Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP) com uma dedicatória por ele assinada, dirigida à biblioteca ou a Mendes Correia.

O Brasil esteve também entre os temas das conferências apresentadas na SPAE, tendo Mendes Correia apresentado o texto “A etnogenia brasílica” em 1935, que viria a ser publicado no volume XIX dos *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*²¹. Foi a SPAE que esteve na origem da Escola de Antropologia do Porto²² e ambas se fortaleceram durante décadas. Já no final da sua vida, Mendes Correia foi ainda um dos diretores e compiladores da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

No que respeita às associações científicas e culturais brasileiras a que esteve ligado, podemos referir a Liga Brasileira de Higiene Mental, para a qual foi escolhido durante a sua visita ao Brasil em 1934 e onde se associou como sócio honorário. Tal proposta, publicada pelo *Jornal do Brasil*, de 29 de junho de 1934, refere-se aos núcleos portugueses com atividades paralelas às da Liga, ou com um programa médico-social idêntico. A notícia salienta que apenas no ano transato (1933) Renato Kehl, presidente da Liga Brasileira de Higiene Mental, “de regresso da Europa”, levou notícias sobre as “várias sociedades portuguesas, como a Liga Portuguesa de Profilaxia Social, a Sociedade de Antropologia, a Sociedade de Estudos Eugénicos”²³. E embora esta última sociedade estivesse ainda a organizar-se, a verdade é que qualquer uma delas tinha afinidades com a Liga Brasileira. Mendes Correia esteve ligado também ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro²⁴ (como sócio correspondente desde 1937); e à Sociedade Brasileira de Medicina e Cirurgia Legal, em São Paulo.

Mendes Correia apresentou as suas reflexões sobre o Brasil em vários congressos, dentro e fora do seu país, tendo participado, por exemplo, no *Congresso Brasileiro de Identificação* realizado em 1934 no Rio de Janeiro²⁵. No *Congresso Luso-Brasileiro de História* de 1940 (integrado nos *Congressos do Mundo Português* que ocorreram em Lisboa) proferiu uma comunicação sobre “o elemento português na demografia do Brasil”²⁶. Participou ainda no *Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros*, realizado em Washington no ano de 1950²⁷.

No âmbito da promoção do intercâmbio científico e cultural podemos referir, por exemplo, o convite formulado por Mendes Correia a Renato Kehl para vir a Portugal. Tal proposta foi aceite e a 24 de outubro de 1932 Renato Kehl proferiu uma conferência no Porto intitulada “Política eugénica”²⁸. Nessa comunicação, o médico e eugenista brasileiro defendeu o casamento entre indivíduos da mesma classe social, ou da mesma

21 CORREIA, 1935.

22 Uma escola contemporânea da Escola de Antropologia do Porto foi a Escola Nina Rodrigues no Brasil. Através dela é possível perceber as preocupações dos seus membros (médicos e cientistas sociais), as suas linhas teóricas e as relações com a sociedade e o Estado brasileiro (CORREIA, 1982).
23 AAVV, 1935: 48.

24 Tinham feito parte desse instituto: duque de Saldanha, marquês de Sá da Bandeira, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, António Feliciano Castilho, Latino Coelho, Pinheiro Chagas, Tomás Ribeiro, Alexandre de Serpa Pinto e os reis D. Luís e D. Carlos, assim como o ex-presidente da República, Bernardino Machado.

25 Neste congresso apresentou a conferência intitulada “O indivíduo, realidade biológica” (AAVV, 1935).

26 CORREIA, 1940d.

27 CORREIA, 1951.

28 *Livro de Actas da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia II, 1925-1944*.

“raça”, e manifestou-se contra a mestiçagem, uma vez que esta podia trazer malefícios ao nível social, biológico e moral.

A 27 de agosto de 1936, e na qualidade de presidente da Câmara Municipal do Porto, informou que a mesma apoiaria um Grupo de Estudos Brasileiros, que se constituiu nessa cidade para intensificar “o conhecimento das múltiplas e variadas manifestações de atividade cultural no grande país irmão”, com o qual havia “tantas afinidades étnicas, espirituais e económicas”²⁹. Posteriormente, a 9 de dezembro de 1937, propôs que a Câmara Municipal saudasse e homenageasse, através dos “Estudos Portugueses”, algumas figuras “da alta cultura da Alemanha e do Brasil”, que “fizeram parte das delegações dos dois países às comemorações do quarto centenário da fixação da Universidade em Coimbra”, tendo parte delas recebido ali a distinção de doutoramento *honoris causa*. Entre essas figuras, que iriam visitar o Porto, estavam o camonianista e escritor Afrânio Peixoto e o historiador e académico Pedro Calmon, e também o antropólogo E. Fisher, o geógrafo Lautensach, o folclorista e filólogo Krüger e a historiadora de arte Gertrud Richert. Segundo Mendes Correia, quase todos eles eram autores de trabalhos sobre “assuntos portugueses”: por exemplo, Afrânio Peixoto, nos seus relatos de viagem em Portugal, e Lautensach, nos seus volumes sobre a geografia do país, “exaltam de modo especial as características do Porto”³⁰.

Em vários dos seus textos e discursos, Mendes Correia cita Gilberto Freyre³¹ e Afrânio Peixoto³² (médico, político, historiador) e estes também o citam³³, havendo assim uma clara partilha de interesses e troca de ideias. Entre os trabalhos que foram oferecidos à Escola de Antropologia do Porto (no âmbito das permutas científicas) existem também alguns do historiador brasileiro Sílvio Romero³⁴. Dos nomes citados por Mendes Correia, e com os quais permuta trabalhos, podemos estar a falar de especialistas de áreas muito distintas, mas cujo trabalho preencheria os seus interesses diversificados, ou então de indivíduos que se interessavam por vários assuntos, como era o caso do “professor do Porto”, expressão pela qual era muitas vezes designado.

Também as viagens que realizou ao país sul-americano por duas vezes (em 1934 e em 1937) lhe permitiram alargar a sua rede de contactos e sustentar alguns dos já existentes. Nessas ocasiões visitou instituições dedicadas ao ensino e à investigação científica e apresentou conferências sobre os trabalhos que ia desenvolvendo nas diversas áreas a que se dedicou. Conheceu pessoalmente o escritor e sociólogo brasileiro Gilberto Freyre e moveu esforços no sentido de estimular relações futuras com a comunidade científica brasileira. Em ambas as viagens desenvolveu contactos com vista a permutar trabalhos e formulou convites a alguns brasileiros para conferenciar durante a criação da Sociedade de Estudos Eugénicos (Coimbra, 1937) ou a realização dos *Congressos do Mundo Português* (Lisboa, 1940).

Durante a sua visita de 1934 (Figura n.º 1), realizada a convite do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, proferiu conferências e comunicações sobre diferentes temas ligados à antropologia (“antropologia criminal”, “antropologia portuguesa”, “raças da pré-história”, “europeus e africanos na etnogenia brasileira”, entre outros). O jornal *A Pátria* (Rio de Janeiro, 15 de julho de 1934), por exemplo, apresentou uma súmula da primeira fase dos trabalhos no Instituto Luso-Brasileiro de Alta-Cultura. A propósito do convite para a inauguração deste instituto, no Rio de Janeiro e em São Paulo, foi elaborada, por alguns colaboradores da SPAE, uma edição baseada em artigos que saíram nos jornais brasileiros, aquando da sua estadia no Brasil³⁵.

29 *Boletim Municipal da Câmara Municipal do Porto*.

30 *Boletim Municipal da Câmara Municipal do Porto*.

31 Tal acontece, por exemplo, na sessão inaugural da IV Legislatura (1945-1949).

32 CORREIA, 1940b; CORREIA, 1943.

33 Em *Casa Grande & Senzala* o autor brasileiro (FREYRE, 1957 [1933]) cita vários trabalhos do professor do Porto (CORREIA, 1913; CORREIA, 1919; CORREIA, 1924; CORREIA, 1931).

34 É o caso da publicação de um discurso proferido por Sílvio Romero, no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, acerca do elemento português na colonização do Brasil (ROMERO, 1902).

35 AAVV, 1935.



Figura n.º 1 – Mendes Correia e esposa, Maria Antónia do Carmo de Loureiro e Brada, no momento de chegada ao Rio de Janeiro, em 1934.

No Rio de Janeiro visitou escolas, institutos, sociedades ou agremiações: Instituto de Identificação, Escola Militar de Educação Física, Beneficência Portuguesa, Instituto Histórico e Geográfico do Brasil³⁶, Biblioteca Nacional, Faculdades de Medicina e de Direito, Museu Nacional, Escola Nacional de Belas Artes, Instituto Anatómico Benjamim Baptista, Laboratórios Granado, Rotary Club e Instituto Nacional de Música. Em Niterói foi ainda convidado pelas Faculdades de Medicina e de Direito, tendo havido uma sessão solene em sua honra nesta última, onde discursou Oliveira Viana.

No mês de junho, e no Gabinete Português de Leitura, falou, no dia 12, sobre “Raças das Colônias Portuguesas”; no dia seguinte sobre “O homem no mundo animal” e no dia 15 sobre “O homem fóssil”. Já no *Congresso Nacional de Identificação*, realizado no dia 18, apresentou a conferência “O indivíduo, realidade biológica”. No dia 19 apresentou, na Escola Nacional de Belas Artes, uma comunicação intitulada “A arte pré-histórica na Europa Ocidental”; no dia 22, na Academia Brasileira de Letras, outra sobre “Montaigne e a América pré-colombiana”; no dia 23, na Academia Brasileira de Letras, sobre “A Atlântida e as origens de Lisboa”; no dia 26, no Instituto Histórico e Geográfico, sobre “Vallaux e a Geografia Geral dos Mares”; e no dia 27, no Gabinete Português de Leitura, sobre “As origens do Povo Português”. Em julho, no dia 12, apresentou a conferência “Os criminosos em Portugal” no Instituto dos Advogados e, no dia 13, proferiu a palestra “Técnica das investigações pré-históricas”, no Museu Nacional.

Também em julho, mas na Universidade de São Paulo, proferiu algumas das conferências que já tinha apresentado anteriormente no Rio de Janeiro: “O homem na série animal”, “Montaigne e a América pré-colombiana” e “A Atlântida e as origens de Lisboa”. Além disso, visitou em São Paulo a Faculdade de Medicina, o Instituto de Medicina Legal, a Repartição de Identificação, a Faculdade de Direito, o Instituto Butantan, a Penitenciária, a Santa Casa, a Beneficência Portuguesa e o Museu Paulista, onde, segundo Santos Júnior, “estudou 26 crânios de ‘sambaquis’ da ilha de Santo Amaro, ainda não estudados por nenhum outro cientista”³⁷.

Durante a visita ao Rio de Janeiro, tornou-se sócio honorário da Academia Nacional de Medicina (proposto por Renato Kehl) e da Liga Brasileira de Higiene Mental, sendo agraciado também com a Ordem do Cruzeiro do Sul no Ministério das Relações Exteriores. Esta visita revelou os vários interesses intelectuais de Mendes Correia. Contudo, a diversidade dos temas sobre os quais se debruçou não significava distância, como referiu no discurso de agradecimento na Academia de Medicina do Brasil:

A medicina humana e a história natural do homem não se separam por fronteiras nítidas, antes se relacionam, indissoluvelmente, em interpenetrações e conexões que a nenhum cultor desses domínios é hoje lícito desconhecer e contestar. Precisamente é pelo terreno da Antropologia Criminal, da Biotipologia e da Antropologia Clínica, que essas interferências mais fortemente se acentuam no estado atual dos nossos estudos³⁸.

Posteriormente, em 1937, Mendes Correia visitou, no Rio de Janeiro, o Real Gabinete Português de Leitura, cuja fundação remonta a 14 de maio de 1837, possuindo a maior e mais diversificada biblioteca de autores portugueses fora de Portugal. Esteve, assim, presente na ocasião do centenário de fundação do gabinete (1937), quando foram tiradas algumas fotografias, surgindo o professor do Porto em algumas delas, junto de figuras de relevo da sociedade brasileira da época, como pude verificar na visita à exposição dos 170 anos do Real Gabinete Português de Leitura (Figura n.º 2).

36 O seu presidente em 1934 era o conde Afonso Celso.

37 JÚNIOR, 1934: 7.

38 AAVV, 1935: 72.

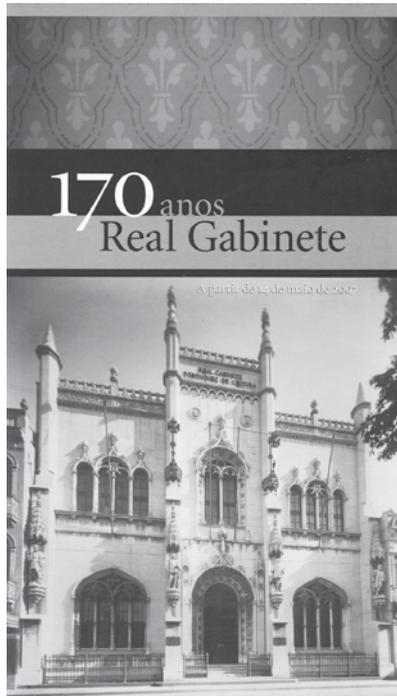


Figura n.º 2 – Anúncio da celebração dos 170 anos do Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, 2007.

2. A presença do Brasil na obra de Mendes Correia

As relações intelectuais entre o Brasil e Portugal foram especialmente profícuas entre os finais do século XIX – um período caracterizado pela influência do nacionalismo e no qual se refletiu sobre a identidade portuguesa – e as primeiras décadas do século XX, numa altura em que vários autores foram chamados a debruçar-se sobre o futuro da nação europeia, embora periférica, e das suas capacidades enquanto país colonizador em territórios extra-europeus. Durante essas décadas, surgiram vários discursos que assinalaram os elementos históricos em comum e trouxeram para o debate elementos explicativos, como o da “raça” e o do caráter nacional, sobretudo até à década de 1950, quando se verificou uma atenuação da circulação de tais discursos³⁹.

A obra de Mendes Correia é reveladora desse interesse pelo Brasil – um país que fornecia vários terrenos de estudo e, ao mesmo tempo, podia ser inspirador de novas reflexões acerca da colonização portuguesa em curso noutros territórios. Assim, os seus artigos de âmbito arqueológico debruçaram-se especificamente sobre Portugal, ou as então colónias, como Moçambique e Timor, mas também sobre a ex-colónia brasileira, como aconteceu com o texto “Gravuras rupestres no Brasil”⁴⁰. O país sul-americano serviu de campo para diversos estudos, tanto acerca do passado, como do seu período contemporâneo, demonstrado no artigo intitulado “A etnogenia brasílica”⁴¹, ou no livro *Cariocas e Paulistas*, com cerca de trezentas páginas⁴². Escreveu ainda

39 Sobre as representações portuguesas e brasileiras da identidade nacional portuguesa durante esse período, ver SOBRAL, 2010, onde o autor destaca principalmente as representações dos autores Mendes Correia (1888-1960), Gilberto Freyre (1900-1987), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Jorge Dias (1907-1973).

40 CORREIA, 1932.

41 CORREIA, 1935a.

42 CORREIA, 1935b.

os textos “Antigos escravos africanos em Portugal e no Brasil”⁴³, “O elemento português na demografia do Brasil”⁴⁴, “As tendências bio-étnicas do Brasil contemporâneo”⁴⁵, “Cientistas no Brasil”⁴⁶ e “A ‘cultura luso-brasileira’”. (A propósito de duas conferências de Pedro Calmon)⁴⁷.

No âmbito da sua obra, as suas reflexões acerca da ex-colónia sul-americana vão-se alterando um pouco e adequando ao longo dos anos. Em 1919 lamenta que “os portugueses emigram para países estranhos que vão valorizar, em vez de emigrarem para as colónias ou de valorizarem a própria terra”, embora reconheça que a emigração para o Brasil tendo inconvenientes, também tinha vantagens⁴⁸. Contudo, essa emigração podia levantar problemas, uma vez que iria pôr em contacto seres humanos muito distintos.

Já em 1934, quando visita o Brasil, fala no que se pode designar por uma miscigenação seletiva, mas que considera tratar-se de “seleção racial”:

Os eugenistas e os economistas estão vigilantes, no que respeita aos problemas da imigração. Se, no ponto de vista das condições de saúde física e moral dos imigrantes, é possível um regime de fiscalização racional, as dificuldades são maiores na fixação dos contingentes étnicos. Um estropiado, um inválido, um meliante, são averiguadamente indesejáveis como elementos da economia dum país. Mas a seleção racial é mais difícil⁴⁹. [...]

Quando, nas tardes dos domingos, ou recolhendo ao hotel, eu via, no Rio, na Avenida Beira Mar, [...] os pares abundantes de enamorados, só encontrei brancos com brancas, mulatos e mulatas, negros e negras, numa eletividade atrativa de indivíduos das mesmas raças. Na base do amor que inspirava aqueles idílios, estava como um dos elementos a afinidade antropológica. [...] E o índio? Quer o índio selvagem, o bugre, quer o índio assimilado, o caboclo, quer os mestiços do sangue índio com os elementos brancos – os mamelucos – ou com os elementos negros – os cafusos –, o seu papel na vida atual do Brasil é hoje reduzidíssimo⁵⁰. [...]

Mosaico de regiões, rede complexa de gentes e interesses polimorfos, o Brasil dá, porém, exemplos edificantes do poder da Natureza e do poder dos homens⁵¹.

Era, assim, através da “seleção racial” que os indivíduos escolhiam parceiros fenotipicamente semelhantes, num propósito que designa por “afinidade antropológica”. Além da mestiçagem ser vista como algo que naturalmente se repudia, os seus resultados – os mestiços – não ocupavam lugares de destaque na vida social do Brasil.

Em 1940, no *Congresso Luso-Brasileiro de História*, integrado nos *Congressos do Mundo Português*, debruçou-se sobre “O elemento português na demografia do Brasil”⁵². Nesta intervenção, considerou o Brasil uma nação que estava a sofrer um processo de “branqueamento” – fenómeno que alguns autores defendiam estar a acontecer – e com o qual concordava. Embora reconheça a existência de uma forte imigração neste país, incluindo os indivíduos de origem africana, e assumo o elemento ameríndio, considera que “os elementos de cor” não são a “maioria ativa – social, política e economicamente dominante – da população”⁵³. Além disso, refere ser “reduzido o seu número nos postos elevados, nas classes

43 CORREIA, 1938.

44 CORREIA, 1940c.

45 CORREIA, 1944b.

46 CORREIA, 1954b.

47 CORREIA, 1956c.

48 CORREIA, 1919: 161.

49 CORREIA, 1935a: 7-8.

50 CORREIA, 1935a: 13.

51 CORREIA, 1935a: 22.

52 CORREIA, 1940c.

53 CORREIA, 1940c: 254.

preponderantes, nas escolas médias e superiores, nas praias e estâncias elegantes⁵⁴. Nesta comunicação, além de Oliveira Viana⁵⁵, cita Sívlio Romero⁵⁶, Roquette Pinto⁵⁷, Lôbo de Oliveira, Óscar Brown⁵⁸, Pedro Calmon, Euclides da Cunha, Alfredo Ellis Júnior e Gilberto Freyre, mostrando, assim, o seu conhecimento das ideias gerais associadas a estes autores.

Para Mendes Correia, a mestiçagem podia ser vista, à partida, como uma ameaça, como aconteceu na comunicação “O mestiçamento nas colónias portuguesas”⁵⁹, apresentada à 22.^a Subsecção do II Congresso da União Nacional, realizado em 1944 em Lisboa, uma vez que conduziria à dissolução de caracteres específicos dos portugueses, cuja existência alguns autores tinham tentado demonstrar⁶⁰. Porém, o “mestiçamento” aparece também como via subsidiária da manutenção e consolidação do império, ou seja, verifica-se aqui uma atualização das ideias do autor, ao atenuar o conteúdo de alguns dos seus discursos anteriores. Já previamente, no Congresso Colonial dos congressos de 1940, tinha aludido a essa ideia quando se refere ao processo de formação da ex-colónia sul-americana:

O mestiçamento dos portugueses com índias brasileiras de que nasceram, por exemplo, os muito enaltecidos mamelucos das bandeiras paulistas – e mais tarde com as regras introduzidas pela escravatura no mesmo país – gerando os mulatos ou cabras, etc. – foi inegavelmente um processo inevitável de povoamento e formação do Brasil⁶¹.

No contexto pós II Guerra Mundial, em 1950⁶², admite mais explicitamente que o mestiçamento é “um dos agentes mais poderosos da expansão portuguesa”⁶³, que testemunhava “a ausência de preconceitos raciais da parte dos Portugueses”⁶⁴.

Também a ideologia colonial do Estado Novo veio a apropriar-se nos anos 1950 das teses luso-tropicalistas de Gilberto Freyre⁶⁵. A valorização da miscigenação está presente na sua obra *Casa Grande & Senzala*⁶⁶, onde o autor, que se terá inspirado no antropólogo Franz Boas (1858-1942) e em outros autores culturalistas para valorizar o contributo das culturas dos africanos e dos ameríndios para a formação do Brasil, defende que aquela sociedade foi favorecida pela mestiçagem durante o período colonial. País considerado livre de preconceito racial, podia servir de exemplo para o resto do mundo. Além da “democracia racial”, o autor destaca a predisposição dos portugueses para o contacto fraterno com populações tropicais, devido ao seu passado étnico e cultural de “povo” indefinido entre a Europa e a África⁶⁷.

54 CORREIA, 1940c: 254.

55 Historiador contemporâneo de Roquette Pinto, Lôbo de Oliveira e Óscar Brown, entre outros. Mendes Correia conheceu pessoalmente Oliveira Viana durante a sua estada no Brasil em 1934, mas já se relacionava com ele através de correspondência epistolar e de permuta de publicações. Voltou a vê-lo na sua segunda viagem ao Brasil em 1937.

56 Historiador que via o Brasil como o produto de três raças: branco europeu, negro africano e índio aborígene.

57 Historiador que classificou os grupos humanos em leucodermes, faiodermes e melanodermes.

58 Antropólogo e biotipologista, autor de *O normótipo brasileiro*. Para Mendes Correia, este livro concebe num esforço de simplificação, não um “normótipo”, mas pelo menos três, “correspondentes respectivamente aos leucodermes, aos faiodermes e aos melanodermes da classificação de Roquette Pinto” (CORREIA, 1940c).

59 CORREIA, 1944a.

60 MELLO, 1936; TAMAGNINI, 1939; LIMA, 1940; AZEVEDO, 1940.

61 CORREIA, 1940a: 13.

62 Ano em que o texto foi apresentado.

63 CORREIA, 1954a: 258.

64 CORREIA, 1954a: 258-259.

65 FREYRE, 1957 (1933).

66 Neste livro, Freyre cita várias vezes o professor do Porto: CORREIA, 1913; CORREIA, 1919; CORREIA, 1924; CORREIA, 1931, donde podemos mais uma vez confirmar a troca de ideias.

67 ANDREWS, 1991; CASTELO, 1998.

Alguns autores em Portugal revelam ser conhecedores da obra de Freyre, como é o caso do escritor e intelectual de direita, José Osório de Oliveira⁶⁸, que parece concordar com as mesmas e enaltece-as já na década de 1930 e inícios da seguinte, numa altura em que o regime político ainda não tinha incorporado as teses do luso-tropicalismo e da mestiçagem desproblematizante do povo português⁶⁹. A imensa nação sul-americana, considerada à época como uma das grandes criações portuguesas, foi também alvo das reflexões de Mendes Correia no que concerne à diversidade de elementos raciais no país e à problemática de aí vir a existir uma maior homogeneização ou heterogeneidade racial, tendo em conta o elemento português na sua demografia⁷⁰.

Para Mendes Correia, alguns autores, inspirados sobretudo nos trabalhos de Franz Boas nos Estados Unidos da América, atribuíam ao meio físico uma “acção modeladora capaz de gerar novos tipos humanos, sobre a massa plástica das populações existentes”⁷¹. Crítico da apreciação do antropólogo americano, refere que algumas modificações averiguadas estavam mais relacionadas com o mestiçamento do que com o meio. No que toca à presença do elemento português na demografia do Brasil, considera que essa “arianização” não representaria necessariamente um “reaportuguesamento”, até porque o país tinha indivíduos de origens muito distintas, mas poderia constituir uma “reintegração do fator germinal luso”⁷². Perante esta heterogeneidade, e no “estrito aspeto racial”, aceita, tal como Oliveira Viana, que irá existir um “aumento dos elementos europóides concomitantemente com uma regressão dos pardos e negros”⁷³. Apesar de considerar que “não é crível a eliminação de genes dos elementos melanodermes e doutros elementos não leucodermes no pecúlio germinal do povo brasileiro”, sustenta que “os elementos de cor não são a maioria, social, política e economicamente predominante da população brasileira”⁷⁴, uma ideia que já havia defendido em outro local⁷⁵. Assim, no geral, os discursos de Mendes Correia parecem alertar, sobretudo, para os possíveis malefícios da mestiçagem e inclinar-se para a valorização de comunidades cujos “elementos de cor” não sejam determinantes.

Em 1950, Mendes Correia participa no colóquio de Estudos Brasileiros, realizado em Washington. Nessa ocasião apresenta o texto “A cultura portuguesa na África e no Oriente”, onde aborda a “psicologia da cultura portuguesa ou luso-cristã”⁷⁶. Nele enaltece a definição de “cultura portuguesa” feita pelo antropólogo Jorge Dias nesse colóquio – que insiste na “primazia, no quase exclusivismo, dos aspetos psicológicos dessa definição” – embora considere que “uma cultura é acima de tudo a tradução duma psicologia”, mas sem excluir a existência de índices materiais, bem expressivos, dessa psicologia⁷⁷.

Isto embora, segundo o professor da FCUP, nem sempre seja fácil, ou possível, encontrar laços entre a mentalidade que criou esses elementos e a sua fisionomia. Antes, “é a afetividade que regula em grau e sentido a maior parte das atividades intelectuais, volitivas e sociais dos Portugueses”⁷⁸. O autor fala no conceito de afetividade, “desde o aspeto amoroso que levou os colonizadores lusitanos à fusão com as raças nativas, até à preocupação espiritual [...] que impregnou quase toda a sua atuação no mundo (mesmo fora da rigidez estrita

68 Filho de Ana de Castro Osório, autora do primeiro manifesto feminista português (1905), e de Paulino de Oliveira, que colaborou com Afonso Costa, ministro da Justiça, na elaboração da Lei do Divórcio.

69 OLIVEIRA, 1934a; OLIVEIRA, 1934b; OLIVEIRA, 1939; OLIVEIRA, 1940.

70 CORREIA, 1944b.

71 CORREIA, 1944b: 7.

72 CORREIA, 1944b: 8-9.

73 CORREIA, 1944b: 9.

74 CORREIA, 1944b: 9.

75 CORREIA, 1940c: 254.

76 CORREIA, 1951. Este artigo foi publicado em CORREIA, 1954a: 227-263, e será daqui em diante o citado.

77 CORREIA, 1954a: 227.

78 CORREIA, 1954a: 228.

dos cânones eclesiásticos)”, chegando a designar esta por “cultura luso-cristã”⁷⁹. Reconhece que a intolerância religiosa ditou na metrópole e no ultramar perseguições e violências, mas que tais factos têm paralelos, e até mais graves, em outras “nações civilizadas”⁸⁰. Acrescenta que embora tenha havido a intenção de proselitismo em favor da fé cristã, tal veio a constituir um importante elemento cultural⁸¹. Assim, a “cultura portuguesa”, que entende ser o mesmo que “cultura luso-cristã”, era o “conjunto de elementos culturais, sobretudo de atitudes psicológicas, que os Portugueses espalharam pelo globo ou que em muitos pontos receberam as influências ou as penetrações que o meio físico ou o contacto doutros povos e culturas originaram”⁸². Mas essa “cultura”, embora tivesse uma “predominante feição psicológica”, tinha também “aspetos materiais ou ergológicos” e “correlações biológicas, ou bio-étnicas”⁸³.

Em 1951, Gilberto Freyre visita Portugal e os seus territórios coloniais em África e na Índia⁸⁴, a convite do ministro das Colónias, Sarmento Rodrigues, para que assim pudesse provar a sua teoria luso-tropical *in situ*. Fenómenos idênticos ao sucesso do Brasil com uma “harmonia” racial (apesar dos conflitos existentes que reconhece) e uma coexistência tolerante de diferentes culturas e religiões dever-se-iam observar em outros locais sob o domínio português e é esta similitude que vai tentar provar. Na Guiné, por exemplo, Gilberto Freyre encontrou fulas islamizados que colaboravam com o colono português; em Goa, Damão e Diu constatou que conviviam simultaneamente católicos, muçulmanos, hindus e parses. Porém, em alguns casos não se trataria propriamente de uma atitude tolerante e talvez fosse a própria pobreza a aproximar os colonos portugueses das gentes nativas.

No mesmo ano, e enquanto deputado na Assembleia Nacional, Mendes Correia pronuncia-se a 26 de abril contra o “estatuto de indígena”⁸⁵, defendendo que todos os habitantes do império português – metrópole e colónias – deveriam ser considerados cidadãos portugueses sem diferenciação de estatuto. É também nesse ano que afirma que os exemplos de mescla racial, encontrados nas colónias, testificam a ausência de preconceito racial entre os portugueses⁸⁶, pressupondo esta asserção a ausência de racismo também no Brasil. Esta asseveração é, contudo, produzida num contexto particular. Não obstante, a ideia de que a colonização portuguesa foi singular encontra-se em autores de outras nacionalidades, como o já referido Gilberto Freyre⁸⁷ ou a americana Ruth Benedict. Na obra *Race and Racism* esta autora refere, talvez por influência de Freyre, que houve uma diferença nas atitudes dos colonizadores de diferentes nações: os espanhóis, os portugueses e os holandeses não partilharam o horror que os ingleses tiveram em relação à miscigenação, nem os franceses impuseram as rígidas distinções de casta, como o fizeram os ingleses⁸⁸.

Por seu turno, segundo o investigador americano Gerald Bender, tanto Portugal, como o Brasil, tentaram no início dos anos 1930 reivindicar o seu esplendor através do luso-tropicalismo, acentuando a natureza

79 CORREIA, 1954a: 228.

80 CORREIA, 1954a: 229.

81 CORREIA, 1954a: 229.

82 CORREIA, 1954a: 230.

83 CORREIA, 1954a: 232.

84 Freyre não visita Timor, pois foi-lhe transmitida a ideia de que não valeria a pena. Sobre o que escreveu acerca desta viagem, ver FREYRE, 1954a e FREYRE, 1954b.

85 De acordo com a legislação, os “indígenas” eram, segundo o artigo 2.º do decreto-lei n.º 16473 de 6 de fevereiro de 1929, do ministério das Colónias, que regulamentou o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas, “os indivíduos da raça negra, ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça; e não indígenas, os indivíduos de qualquer raça que não estejam naquelas condições”. Em resultado da revisão constitucional, este estatuto foi reformulado em 1954; adotou-se então uma política integracionista e as colónias passaram a ter o nome e o estatuto jurídico de províncias ultramarinas; contudo, tal estatuto continuou a impor a segregação. O estatuto aprovado em 1954 foi definitivamente revogado em 1961.

86 CORREIA, 1951.

87 FREYRE, 1957 [1933].

88 BENEDICT, 1983 [1942]: 106.

positiva da mescla portuguesa de “raças” nos trópicos⁸⁹. Todavia, ainda que ambos os países defendessem a singular ausência de racismo entre os colonizadores portugueses, havia uma grande diferença no modo como viam os negros. Os brasileiros destacavam a natureza simbólica do contacto racial entre os portugueses e as civilizações africanas, tendo cada grupo beneficiado da cultura do outro. Já em Portugal caracterizavam-se os africanos como intrinsecamente inferiores e a auto-adulação portuguesa sobre a sua “missão civilizadora” dependia dessa inferioridade⁹⁰. Contudo, apesar das semelhanças e das diferenças da interpretação brasileira e portuguesa do luso-tropicalismo, o ponto central da ideologia dos dois países foi a existência de um colonialismo português não racista, completamente *sui generis*⁹¹. Segundo Bender, a afirmação de que a grande percentagem de mestiços no Brasil é a prova *ipso facto* da ausência de racismo português, pressupõe que as atitudes raciais e a conduta podem deduzir-se da incidência histórica da mescla racial e de que o padrão brasileiro de mescla racial é não só único, mas representativo das relações entre os portugueses e os brancos, em todas as partes do mundo⁹².

Durante o exercício das suas funções de deputado na Assembleia Nacional, Mendes Correia também profere opiniões sobre acordos culturais entre Portugal e o Brasil. Várias são as vezes em que nessa qualidade defende a manutenção de boas relações com o país irmão e a difusão do livro português nesse território. A 15 de dezembro de 1945 sugere a “defesa da língua portuguesa, em complemento desse notável instrumento diplomático que é o acordo ortográfico luso-brasileiro”; considera ser útil a defesa do livro português, que corria “o grave perigo de ser subvertido por livros e publicações de outros países” e propõe que se faça “uma ampla reforma do ensino” – primário, técnico e superior. Essa reforma deveria avançar no sentido de uma “simplificação, sem complicações, sem excessos de cursos verdadeiramente desnecessários, sem especializações fictícias”, que o país não comportava⁹³.

Ainda, na Assembleia Nacional elogia o acordo cultural assinado entre Portugal e o Brasil, que estipulava: a atribuição de bolsas de estudo a professores, académicos, membros de outros organismos, diplomados e técnicos; a organização de cursos e conferências de individualidades de um país no outro; o intercâmbio de livros e trabalhos; e a criação nos dois países do Prémio Álvares Cabral para consagração dos trabalhos mais notáveis publicados num deles sobre o outro (7 de dezembro de 1949). Recorda episódios da história comum dos dois países e a criação, em 1934, do Instituto Luso-Brasileiro para a Alta Cultura, simultaneamente no Brasil e em Portugal, cujos primeiros atos públicos culturais foram as conferências que proferiu no Rio de Janeiro e em São Paulo, e lembra a sua participação no 1.º centenário do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro em 1937. No domínio diplomático salienta a importância do colóquio Luso-Brasileiro de Washington, realizado a 14 de dezembro de 1950. Na sessão de 7 de dezembro de 1954 refere-se ao Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil, firmado no Rio de Janeiro em 16 de novembro do ano anterior, e elogia a conveniência do estabelecimento de uma comunidade luso-brasileira⁹⁴. Recorde-se que deste intercâmbio fez parte ainda a participação do Brasil nas Comemorações Centenárias de 1940 e a integração de Portugal nas Comemorações Centenárias da Restauração de Pernambuco e da Fundação da Cidade de São Paulo em 1954.

Em 1956, para além do património linguístico, comum a Portugal, o autor destaca no texto “A ‘cultura luso-brasileira’”⁹⁵ o património cultural e biológico (por ele designado como “etnogenia brasileira”) da nação sul-americana, do qual exalta a influência portuguesa sob a capa da expressão “cultura luso-brasileira”. Por

89 BENDER, 1980: 31.

90 BENDER, 1980: 31.

91 BENDER, 1980: 33.

92 BENDER, 1980: 61.

93 *Diário das Sessões*. Assembleia Nacional.

94 *Diário das Sessões*. Assembleia Nacional.

95 CORREIA, 1956c.

último, a importância de Mendes Correia na sociedade portuguesa de então, e junto do meio científico e cultural brasileiro, terá justificado a presença de alguns brasileiros distintos, ou os seus representantes, em cerimónias dedicadas ao professor do Porto. Tal aconteceu, por exemplo, na sessão de homenagem que lhe foi feita a 4 de abril de 1957 na Sociedade de Geografia de Lisboa, que incluiu uma sessão solene, uma exposição biobibliográfica, a oferta do seu busto em bronze (Figura n.º 3), e um banquete para mais de 250 individualidades, onde esteve o embaixador do Brasil, Álvaro Lins⁹⁶. Nessa ocasião foi saudado pelos reitores de várias universidades, nomeadamente por Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil (no Rio de Janeiro) e por embaixadores do Brasil.

Conclusão

Como outros autores já o demonstraram⁹⁷, no período entre os finais do século XIX até aos anos 1950 houve um incremento das relações intelectuais entre Portugal e o Brasil. Este artigo pretendeu demonstrar o contributo de Mendes Correia para a promoção e manutenção dessas relações através da sua ação científica e política. As relações luso-brasileiras foram por ele enaltecidas e estimuladas a vários níveis. Enquanto fundador e mentor da SPAE, Mendes Correia propôs brasileiros para dela fazerem parte e com ela permutarem trabalhos científicos. O Brasil foi ainda tema para debate em algumas das conferências apresentadas na SPAE. Por outro lado, Mendes Correia fez parte de algumas associações científicas e culturais brasileiras.

Durante as viagens que realizou ao país sul-americano (em 1934 e em 1937) procurou estabelecer intercâmbios, visitando várias instituições dedicadas ao ensino e à investigação científica e apresentando conferências sobre os trabalhos que ia desenvolvendo. Os temas dessas conferências eram, na maioria das vezes, adequados aos públicos para os quais se dirigia, que podiam ser mais especializados em domínios do Direito, da Medicina, da História ou da Arqueologia. Contudo, embora diversos, vários dos assuntos que abordava eram do interesse de alguns dos seus interlocutores da comunidade científica e essa diversidade era amiúde idêntica ao trabalho de alguns brasileiros. Por essa razão, alguns deles foram mesmo convidados, não só para fazerem parte da SPAE, como a visitarem o país, como aconteceu com Renato Kehl em 1932.

No âmbito da ação política, e enquanto presidente da Câmara Municipal do Porto, promoveu, em 1936, o apoio à criação de um Grupo de Estudos Brasileiros, constituído na mesma cidade, e a homenagem a algumas figuras da alta cultura brasileira, como Afrânio Peixoto e Pedro Calmon, em 1937. No ano de 1945, e enquanto deputado na Assembleia Nacional, defendeu a existência de acordos culturais entre Portugal e o Brasil, sugeriu a difusão do livro português nesse país e pronunciou-se favoravelmente sobre o acordo ortográfico luso-brasileiro. Ainda na Assembleia Nacional, mas já em 1954, continuou a destacar a importância da existência de uma comunidade luso-brasileira.

No período analisado, a grande ex-colónia portuguesa foi considerada, em geral, como um bom exemplo da colonização portuguesa e, num contexto pós-colonial para o Brasil, mas no qual Portugal ainda administrava territórios ultramarinos, o país sul-americano serviu de inspiração para o debate acerca das questões relativas à mestiçagem e a uma correta e higiénica administração colonial. Por outro lado, no início dos anos 1950, numa altura em que a colonização portuguesa se sentiu ameaçada face ao contexto internacional, é interessante que tenha sido um intelectual brasileiro, que no início dos anos 1930 descreveu a colonização portuguesa como diferente⁹⁸, a ser convidado para visitar alguns dos territórios administrados na África e na Índia, no sentido de

96 AAVV, 1957.

97 SOBRAL, 2010.

98 FREYRE, 1957 [1933].



Figura n.º 3 – Busto em bronze de Mendes Correia, Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

poder constatar a sua teoria luso-tropical. A tese de Gilberto Freyre viria a ser incorporada pelo sistema político português e utilizada em ocasiões oficiais, nacionais e internacionais.

No que respeita à obra de Mendes Correia, verificou-se, ao longo dos anos, uma adequação das suas teses relativamente à colonização portuguesa e à mestiçagem, às quais não terão sido alheias as mudanças internacionais e nacionais, sobretudo no período pós II Guerra Mundial. Assim, o professor do Porto passa a destacar nos seus textos o facto de no Brasil se verificar que indivíduos aparentemente muito diferentes entre si, do ponto de vista fenotípico, podiam afinal relacionar-se e conviver mutuamente. Por essa razão, e mediante determinadas condições, a miscigenação não era necessariamente nefasta e podia ocorrer. Como acréscimo, o Brasil foi considerado um aliado importante no que à promoção da língua e da cultura portuguesas dizia respeito, tendo também contribuído para tal a ação de Mendes Correia.

Além de ter sido citado, entre outros, pelos brasileiros Gilberto Freyre e Afrânio Peixoto, o professor Mendes Correia é ainda hoje uma figura a partir da qual se pode analisar a forma como alguns indivíduos, representantes da classe científica portuguesa de então, moveram esforços para, entre Portugal e o Brasil, se promover o diálogo científico e cultural, e também o debate e a constituição de alicerces para o conhecimento científico.

Fontes

- AAV, 1935 – *A Cultura Portuguesa no Brasil. Missão do Professor Mendes Corrêa, Director da Faculdade de Ciências do Porto, para inauguração do Instituto Luso-Brasileiro de Altos Estudos, no Rio de Janeiro e S. Paulo, em junho e julho de 1934*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- AAV, 1957 – “Professor Mendes Correia. Homenagem dos seus amigos e admiradores”. Sep. do *Boletim da SGL*, números 4-6, p. 119-152.
- AZEVEDO, Ayres de, 1940 – “A pureza bioquímica do Povo Português” in *Congressos do Mundo Português*, CNCP, vol. XVII, tomo 1, secção 2. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, p. 551-564.
- BENEDICT, Ruth, 1983 [1942] – *Race and racism*. Londres, Melbourne e Henley: Routledge e Kegan Paul.
- Boletim Municipal da Câmara Municipal do Porto*. 1937 a 1942. Porto: Tipografia Leitão.
- Comércio do Porto (O)*, Porto, 7 de janeiro de 1960.
- CORREIA, Mendes, 1913 – *Os Criminosos Portugueses: Estudos de Antropologia Criminal*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- CORREIA, Mendes, 1919 – *Raça e Nacionalidade*. Porto: Renascença Portuguesa.
- CORREIA, Mendes, 1924 – *Os Povos Primitivos da Lusitânia*. Porto: A. Figueirinhas.
- CORREIA, Mendes, 1931 – *A Nova Antropologia Criminal*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- CORREIA, Mendes, 1932 – “Gravuras rupestres no Brasil”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. V (4), p. 1-8.
- CORREIA, Mendes, 1935a – “A etnogenia brasileira”. *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. XIX, p. 1-22.
- CORREIA, Mendes, 1935b – *Cariocas e Paulistas*. Porto: Fernando Machado.
- CORREIA, Mendes, 1938 – “Antigos escravos africanos em Portugal e no Brasil”. *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. XXIII, p. 1-29.
- CORREIA, Mendes, 1940a – “O mestiçamento nas colónias portuguesas” in *Congressos do Mundo Português, Congresso Colonial*, vol. XIV, tomo 1, secção 1. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, p. 113-133.
- CORREIA, Mendes, 1940b – “Factores degenerativos na população portuguesa e seu combate” in *Congressos do Mundo Português*, CNCP, vol. XVII, tomo 1, secção 2. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, p. 577-589.
- CORREIA, Mendes, 1940c – “O elemento português na demografia do Brasil” in *Congressos do Mundo Português, Congresso Luso-Brasileiro de História. O Império e a República*, vol. IX, tomo 3, secção 2, Parte 2. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, p. 243-58.
- CORREIA, Mendes, 1943 – *Raças do Império*. Porto: Portucalense Editora.
- CORREIA, Mendes, 1944a – “O mestiçamento nas colónias portuguesas”. Sep. de *África Médica*. Porto: Costa Carregal, n.º 12, p. 1-4.
- CORREIA, Mendes, 1944b – “As tendências bio-étnicas do Brasil contemporâneo”. *Publicações do Congresso Luso-Espanhol do Porto*, V, p. 1-11.
- CORREIA, Mendes, 1951 – “A cultura portuguesa na África e no Oriente”. *Estudos Coloniais. Revista da ESC*. II, n.º 1, p. 19-51.
- CORREIA, Mendes, 1954a – *Antropologia e História*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- CORREIA, Mendes, 1954b – “Cientistas no Brasil” in *Antropologia e História*. Porto: Imprensa Portuguesa, p. 265-294.
- CORREIA, Mendes, 1956 – “A ‘cultura luso-brasileira’. (A propósito de duas conferências de Pedro Calmon)”. Separata do *Boletim da SGL*. Série 74, números 10-12, p. 347-357.
- Diário das Sessões. Assembleia Nacional*. Disponível em: <<http://debates.parlamento.pt>> [consult. set. 2010].
- Estatutos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 1918. Porto: SPAE.
- Estatutos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 1924. Porto: SPAE.
- FREYRE, Gilberto, 1957 [1933] – *Casa Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. Lisboa: Livros do Brasil.
- FREYRE, Gilberto, 1954a – *Aventura e Rotina. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e de ação*. Lisboa: Livros do Brasil.
- FREYRE, Gilberto, 1954b – *Um brasileiro em terras portuguesas. Introdução a uma possível Lusotropicologia*. Lisboa: Livros do Brasil.
- LIMA, J. A. Pires de, 1940 – “Influência de Mouros, Judeus e Negros na Etnografia portuguesa” in *Congressos do Mundo Português*, CNCP, vol. XVIII, tomo 2, secção 3. Lisboa: Edição dos Congressos do Mundo Português, p. 63-102.
- Livro de Actas da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia I*, 1918-1924, Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- Livro de Actas da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia II*, 1925-1944, Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- MELLO, Lopo Vaz de Sampaio, 1936 – “Da influência da eugenia no fenómeno da colonização e na política do império”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 131, p. 37-69.
- OLIVEIRA, José Osório, 1934a – “O negro. Contribuição brasileira para o seu estudo”. *O Mundo Português*. I (4), p. 135-138.

- OLIVEIRA, José Osório, 1934b – “A mestiçagem. Esboço duma opinião favorável”. *O Mundo Português*. I (11), p. 367-369.
- OLIVEIRA, José Osório, 1939 – “A suposta inferioridade do mestiço”. *O Mundo Português*. VI (62), p. 57-60.
- OLIVEIRA, José Osório, 1940 – “Os portugueses no Brasil”. *O Século. Suplemento dedicado ao Império Colonial Português e às comemorações, nas Províncias Ultramarinas, dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal* (Lisboa), p. 73-74.
- ROMERO, Sívio, 1902 – *O elemento português no Brasil. Conferência*. Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, p. 1-62.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos, 1934 – “O Prof. Mendes Corrêa no Instituto Luso-Brasileiro de Alta-Cultura”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. VI (4), p. 1-8.
- TAMAGNINI, Eusébio, 1939 – “Les dimensions du nez, l'indice nasal et le prétendu fort métissage négroïde des portugais”. *Congrès International des Sciences Anthropologiques et Ethnologiques*, I. Copenhaga: s.n., p. 175-176.

Bibliografia

- ANDREWS, G. R., 1991 – *Blacks & Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison: UWP.
- BARNES, J. A., 1972 – “Social Networks”. *Module in Anthropology*. Reading, MA: Addison – Wesley, n.º 26.
- BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda (ed.), 2011 – *A circulação do conhecimento: medicina, redes e império*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- BENDER, Gerald J., 1980 [1978] – *Angola: mito y realidade de su colonización*. Mexico: Siglo Veintiuno Editores.
- CASTELO, Cláudia, 1998 – *O Modo Português de Estar no Mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1967)*. Porto: Afrontamento.
- CORRÊA, Mariza, 1982 – *As Ilusões da Liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de doutoramento).
- KUPER, Adam, 2005 – “Histórias alternativas da antropologia social britânica”. *Etnográfica*. 9 (2), p. 209-230.
- LATOUR, Bruno, 1987 – *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers through Society*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- NUNES, João Arriscado, 2001 – “Laboratórios, escalas e mediações na investigação biomédica. A oncobiologia entre o global e o local” in NUNES, João Arriscado; GONÇALVES, Maria Eduarda (org.) – *Enteados de Galileu? A Semiperiferia no Sistema Mundial da Ciência*. Porto: Edições Afrontamento, p. 33-75.
- NUNES, João Arriscado; GONÇALVES, Maria Eduarda, 2001 – “Introdução” in NUNES, João Arriscado; GONÇALVES, Maria Eduarda (org.) – *Enteados de Galileu? A Semiperiferia no Sistema Mundial da Ciência*. Porto: Edições Afrontamento, p. 13-31.
- NUNES, João Arriscado; ROQUE, Ricardo (ed.), 2008 – *Objectos Impuros: os estudos sociais da ciência em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- PEREIRA, Tiago Santos, 2001 – “Colaborações científicas internacionais e a diversidade dos sistemas de investigação: Entre o global e o local” in NUNES, João Arriscado; GONÇALVES, Maria Eduarda (org.) – *Enteados de Galileu? A Semiperiferia no Sistema Mundial da Ciência*. Porto: Edições Afrontamento, p. 143-170.
- ROQUE, Ricardo, 2001 – “Porto-Paris, ida-e-volta: Estratégias nacionais de autoridade científica. A Sociedade Carlos Ribeiro e a antropologia portuguesa no final do século XIX” in NUNES, João Arriscado; GONÇALVES, Maria Eduarda (org.) – *Enteados de Galileu? A Semiperiferia no Sistema Mundial da Ciência*. Porto: Edições Afrontamento, p. 239-290.
- SOBRAL, José Manuel, 2010 – “Representações portuguesas e brasileiras da identidade nacional portuguesa no século XX”. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, 41 (2), p. 125-139.

N.º 1. - El día 7 de Mayo 1855

Relación de los individuos Españoles que a consecuencia de la revolución mi-
litar ocurrida hace poco en el Reino de Chile se organizaron para este de Chile
por este punto de Comisión

Nombre	Empíreo
D. Simón Arce	Organista del Ejército español
D. Ramón Álvarez	Comandante de D
D. José Álvarez	Capitán de D
D. Antonio M.º Arce	Primer Ayudante de el Médico del cuerpo de medicina militar del Ejército español
D. Sr. Rodríguez Barrera	Ayudante de la tribuna de el Reino de España, en Pruden- cia de la Junta central de Santiago
D. Sr. Aguirre de Dios	Real de la Junta auxiliar de Chile (Banda)
D. Juan Christie Canastota	Alférez y capitán de marinería
D. Antonio Comas	Alférez, vocal de la Junta auxiliar, y capitán de comen- do de Ultramar.
D. Sr. Esteban García	Secretario de la Junta central, y cap.º de comen.º D
D. Sr. Sr. García	Comandante 1.º de el Ejército nacional, jefe de la 1.ª y 2.ª D. de la Junta de Chile (Comando de Chile)
D. Sr. Diego del Villar	Coman.º 2.º de la misma, vocal de el Ejército
D. Sr. Manuel Ángel Goye	Capitán de la misma y vocal de el Ejército, de el Embajador
D. Sr. Sr. García Álvarez	Primer Ayudante de el Médico de el Ejército y vocal de D
D. Sr. Sr. Álvarez	Alférez, y Secretario del Gobierno Chileno de la Junta
D. Sr. Sr. Gonda	Capitán de la misma
D. Sr. Sr. García	Comandante de la misma
D. Sr. Sr. García	Alférez
D. Sr. Sr. García	Comandante de el Ejército nacional
D. Sr. Sr. García	Comandante de la misma
D. Sr. Sr. García	Comandante de el Ejército

A presença do oriental em *O Mundo Português*

Marcos Couto

We must take stock of the nostalgia for empire, as well as the anger and resentment it provokes in those who were ruled, and we must try to look carefully and integrally at the culture that nurtured the sentiment, and above all the imagination of empire.

Edward Said¹

A construção de um “mundo” português

Durante as décadas de 1930 e 1940, a ideia de uma pretensa missão de “civilizar” ou, noutra medida, de “exterminar” aqueles que eram inferiores aos ocidentais, continuavam a recolher adeptos por toda a Europa. A exclusão do elemento “indesejado” foi idealizada e posta em prática, por exemplo, pelo regime nazi que sonhava com um império racialmente puro. A projeção do “Espaço Vital” ariano pressupunha a germanização dos territórios conquistados, mas jamais pressupôs a germanização daqueles que eram dominados². A indiferença para com os não (presumíveis) arianos levou à institucionalização de uma desigualdade sustentada por argumentos que buscavam uma estandardização cruel do ser humano. Na verdade, todos aqueles que não seguiam o padrão foram entregues a uma sorte impiedosa, em que a subnutrição, as doenças e as câmaras de gás devastaram milhares de vidas³. De facto, as existências imperiais criaram ilusões e expectativas diversas nos homens, foram palcos em que as finalidades demagógicas, mais ou menos atroz, estiveram quase sempre à frente do bem-estar e benefício das populações.

1 SAID, 1994: 12.

2 LUKACS, 1975.

3 FERGUSON, 2012: 225-229.

Em Portugal, as ideologias que promoviam a eugenia racial não adquiriram tamanha expressão⁴. Ou seja, enquanto uns promoviam o extermínio, em Portugal o projeto de integração e assimilação do indígena era apresentado como um dos traços distintivos da ação colonial portuguesa. Tal como diz Marinho da Silva,

É a História – autêntica e não deformada ao sabor de mesquinhos interesses – que nos garante jamais terem os portugueses feito, como sistema de predomínio e como base da posse territorial, “a política de extermínio das populações nativas”. [...] Houve sempre [...] o desejo de levar a bom porto outra política: – a da assimilação do indígena, conseqüentemente a sua cristianização, o seu aporтуguesamento. Destarte, conseguiu-se realizar, em moldes únicos, uma *unidade lusíada*⁵.

De facto, o Estado Novo, durante os anos 1930 e 1940, procurou incutir na opinião pública a verdadeira existência desta “unidade lusíada”, de que Portugal, do Minho a Timor, era um só. Porém, a realidade do império português não assentava num ideal de unidade entre os seus habitantes mas sim numa estrutura civilizacional rigidamente hierarquizada e numa política fortemente etnocêntrica, racista e paternalista. Na verdade, por muito que se fale dos benefícios desta missão civilizadora para os povos colonizados e das virtudes da colonização encetada pelos portugueses, sabe-se que o “acolhimento” do nativo das suas colónias no “lar” lusitano, facto tão difundido pela propaganda do Estado Novo, era uma ficção. Na realidade, o que se verificava era uma imposição cultural que tratava de abafar as culturas tradicionais dos povos colonizados, não admitindo o colonizador uma diversidade que o assustasse ou chocasse. Assim sendo, através de diversos mecanismos, como a religião, a educação e o próprio Direito, impuseram-se dogmas que, na verdade, oprimiam culturas mas que, aparentemente permitiam que o nativo entrasse no mundo civilizado⁶.

O que se verificava, portanto, no plano político e jurídico português daquelas décadas era um quadro onde se consagrava uma nítida distinção entre civilizados e não civilizados. Através do Ato Colonial (1930), que simboliza e corporiza o projeto imperial do regime, percebe-se a existência de uma linha que procurava demonstrar a distância a que se encontrava a cultura “superior” portuguesa, o seu grau de evolução, as suas qualidades morais, em comparação com as populações das suas colónias. Esta diferenciação permitia que o Estado assumisse um papel protetor e paternalista em relação aos autóctones das colónias, notada de imediato pela imposição de um regime jurídico que possibilitava uma ascensão deste, embora de forma teórica, ao “estatuto” de civilizado. A hierarquização civilizacional do império, regulada através do Ato Colonial e do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de 1926⁷, mantido em vigor pelo Estado Novo revela, portanto, um racismo camuflado que institui diferenças de direitos e deveres entre os nascidos na metrópole e os nascidos nas colónias, fortalecendo a condição inferior dos últimos em relação aos primeiros, e entre os próprios povos de além-mar, visto que configura uma sociedade piramidal na qual a base é composta por angolanos, moçambicanos e guineenses, seguida, num ponto intermédio, por timorenses e são-tomenses, e encontrando-se na posição mais elevada os autóctones do Estado da Índia, Macau e Cabo Verde⁸.

4 A influência cristã na sociedade portuguesa “impediu” que as práticas de higiene racial fossem levadas aos excessos cometidos pela Alemanha nazi (PIMENTEL, 2008: 40-45).

5 SILVA, 1942: 438. As transcrições das fontes seguem em grafia atualizada.

6 MATOS, 2006: 65-66.

7 O Estatuto inicialmente aplicava-se a Angola e Moçambique, passando em 1927 a aplicar-se também à Guiné, e em 1946 a São Tomé e Príncipe e Timor. Aos habitantes de Cabo Verde, Índia e Macau foi-lhes reconhecida uma posição social mais elevada, não chegando a ser considerados indígenas (MATOS, 2006).

8 MATOS, 2006: 66.

Os fundamentos deste regime de indigenato encontram-se nas ideias desenvolvidas no final do século XIX pela geração de militares que participaram nas guerras de ocupação das colónias africanas, fortemente marcada pelo darwinismo social, ou seja, pelo ideal da intrínseca superioridade da raça branca⁹. Neste contexto, é natural a existência de pouco espaço para uma reciprocidade cultural entre dominador e dominado e, embora se fale de uma suposta unidade nacional e de um vínculo à mesma nacionalidade por parte de todos os homens que habitam o Império Colonial Português, a verdade é que o respeito pela singularidade e pela alteridade do colonizado é praticamente inexistente por parte do colonizador.

Aparentemente, a raça, a religião e a cultura portuguesa abriram-se a todas as “raças” do império de forma a possibilitar-lhes a “evolução”. Contudo, houve sempre a preocupação de vincar a superioridade de uma cultura sobre as outras, de realçar que o colonizador saía incólume deste processo “humanitário” e “solidário”. Isto foi mais evidente na década de 1930, visto que a partir da década seguinte se começa a verificar uma relativa mudança de posição ideológica por parte do Estado Novo, que vai adotando gradualmente a teoria luso-tropicalista do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, fruto do contexto internacional vivido e da cada vez mais intensa contestação ao imperialismo¹⁰.

Contudo, o que se verifica predominantemente, visto que esta mudança de postura do regime não passa de uma operação de cosmética política, é a relegação e silenciamento das culturas locais em detrimento da cultura dominante. Valorizava-se a capacidade de assimilação dos nativos, o quanto este tinha orgulho de “ser” português, como beneficiava por ser colonizado por Portugal em vez de outros países europeus, que exploravam e discriminavam as terras e os homens que dominavam de forma violenta e interesseira.

Este país que não oprime, que antes “educa” o colonizado, para que este abandone a inferioridade da sua cultura local, precisava de ter mecanismos que possibilitassem a veiculação e a aceitação de determinadas ideias e de determinados estereótipos. A produção de uma identidade fictícia, distorcida, ou o camuflar de uma realidade pouco agradável pressupõe um processo de fortalecimento e de veiculação de mensagens que podem exagerar, ou ofuscar, a realidade e a alteridade. Esta cosmética discursiva pode ter múltiplas facetas mas uma única finalidade, isto é, apenas pretende transmitir uma ideia que acaba por se revestir de uma realidade falaciosa, mas extremamente útil para o regime.

Com efeito, a propaganda colonial do Estado Novo encontrou esta dinâmica representativa. Alguns dos órgãos oficiais mais importantes a nível de produção de eventos e divulgação de conhecimento sobre as colónias, como é o caso do Secretariado de Propaganda Nacional, criado em 1933 e que viria a ser substituído pelo Secretariado Nacional de Informação em 1944, e da Agência Geral das Colónias (1924-1951), encarregaram-se de dar uma nova dinâmica à temática ultramarina através de exposições, imprensa, literatura, cartazes, postais ilustrados, sistema de ensino, cinema, expressão artística ou teatro¹¹. Neste contexto insere-se a revista de propaganda colonial *O Mundo Português*, publicada entre 1934 e 1947 e editada em conjunto pelo SPN/SNI e a Agência Geral das Colónias, que tinha como objetivo a consolidação de um determinado discurso e de determinadas imagens que fortaleciam, legitimavam e representavam um império e uma identidade. De periodicidade mensal entre 1934 e 1945, passando a bimensal entre 1946 e 1947, a revista foi dirigida por Augusto Cunha e contou com a colaboração de algumas das personagens mais ilustres do Estado e do panorama cultural português da época. Foi uma revista emblemática nos anos 1930 e 1940 que, segundo Armindo Monteiro se destinava

9 ALEXANDRE, 2000.

10 A adoção do luso-tropicalismo torna-se oficial a partir dos anos 1950.

11 MATOS, 2006: 69.

À gente nova – e traz grandes ambições. Vem para alentar a fé, o ideal patriótico, a esperança no grande futuro de Portugal. [...] Pretende trazer à larga mocidade das nossas escolas de aquém e de além-mar a certeza de que, vinda de glorioso passado, dispõe ainda dos elementos precisos para construir próspero e prestigioso destino. Quer dar-lhe a visão, o amor e o orgulho do verdadeiro Portugal. [...] Entende dar-lhe a representação exata e heroica – para a elevar até à grande força constitutiva que é o sentimento da dignidade nacional¹².

Resumindo, era necessário, de forma didática e manipuladora, dar a conhecer Portugal aos portugueses. Tendo em vista este propósito, a revista procurou “aproximar” os portugueses da sua missão histórica de civilizar os povos das suas colónias. Fê-lo através de uma narrativa cuidada, em que a hipérbole assume protagonismo quando se contam episódios das “gestas” portuguesas, quando se recordam os heróis dos tempos de glória da nação.

Na verdade, quando se está perante um regime volátil, que apenas atende ao seu próprio interesse, muitos fatores podem ser empolados, assim como outros diminuídos, num jogo de memória *versus* esquecimento. Assim, um bom exemplo desta atitude é a forma como o Estado Novo utilizou o seu passado para legitimar-se como um civilizador nato e como merecedor de ser império. A História foi um manancial de que o regime se serviu para definir o presente e o futuro do país.

Lusitanismo e Orientalismo – os povos orientais no “lar” português

Segundo Eduardo Lourenço, tudo o que nasceu em torno da ideia de império teve como fonte a aventura portuguesa no Oriente¹³. O século XVI, período em que Portugal assumiu um papel central nas descobertas marítimas e, conseqüentemente, nos destinos da Humanidade, é o paradigma da ação colonial portuguesa. De facto, a lembrança destes tempos de glória investiam os portugueses de um destino imperial e de uma missão civilizadora. O ideário salazarista pretendia construir em África um império assumidamente nostálgico do Oriente e apostava-se, portanto, em repetir a História, o já feito e o já sido. Era necessário “re-enraizar” o passado no presente, de retomar o trilho dos grandes feitos. Tornava-se, assim, indispensável operar o “renascimento” nacional tomando, tal como defendeu Armindo Monteiro, a “pesada tarefa que o comando dos mortos nos impõe”¹⁴. Com efeito, para orientar a nação rumo a este destino singular e glorioso, era necessário que esta complexa retórica adquirisse o estatuto de “verdade” diante dos olhos dos portugueses¹⁵. A construção de uma atmosfera de credulidade mística neste destino em forma de missão torna indispensável a manipulação da própria História.

A narrativa histórica produzida pelo regime durante os anos 1930 e 1940 fez-se através da seleção de factos e da escolha dos mitos mais atuantes e mobilizadores¹⁶. Filtrando o passado, conservando apenas aquilo que interessava difundir, cria-se uma memória repleta de enganos e anacronismos, um cenário que pode legitimar não a verdade mas um interesse, uma imagem e uma identidade pouco precisa. Assim sendo, a recuperação e a evocação da ação portuguesa no Oriente, tendo em consideração este complexo jogo de interações, não é inocente, visto que se procura inserir a nação num *continuum* histórico, pretendendo resgatar os grandes homens e os grandes momentos da História para o presente. O Oriente, com tudo que representa no imaginário nacional, constitui-se como um espaço/memória mais fabuloso do que real, ao qual os portugueses

12 MACHADO, Francisco – “O Mundo Português”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 12, dez. 1934, p. 437-438.

13 LOURENÇO, 2003: 30.

14 MONTEIRO, Armindo – “Inimigos da Colonização”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 5, mai. 1934, p. 195.

15 CUNHA, 2001: 26-27.

16 CATROGA, 2001: 55.

eram estimulados e convidados a regressar, de forma a reviverem esse passado glorioso. Assim sendo, a revalorização das terras do Oriente torna-se numa autêntica arma ideológica da política imperialista levada a cabo pelo regime do Estado Novo.

Com efeito, este projeto continuamente sonhado que era o império estimulava o ego da nação e legitimava a sua vocação existencial. A identidade nacional dissolveu-se neste empreendimento irrealizável, consubstanciando um ideal de unidade entre os povos que o habitavam, embora fosse a diversidade étnica e cultural que o caracterizava e compunha. Na verdade, sob os desígnios do império, a pluralidade cultural dos povos colonizados foi subalternizada sob a ação do colonizador, para que, aparentemente, os primeiros participassem e compartilhassem da identidade do último. A imagem de Portugal projetada pelo Estado Novo pretendia demonstrar a manifestação de uma *Portugalidade*¹⁷ intrínseca que revestia o espírito de cada habitante do império, independentemente de ter nascido na metrópole ou nas colónias. A partilha de uma língua, fé e história “superiores” com povos vistos como “atrasados”, cujas formas culturais, religiosas, sociais e estéticas estão claramente afastadas daquelas com que o colonizador se identifica, traduz, teoricamente, uma vontade humanitária em elevar a condição civilizacional do colonizado. Contudo, embora o discurso oficial do regime expressasse o desejo de fazer evoluir os autóctones das colónias de forma a adquirirem plenamente a cidadania portuguesa, a verdade é que este evolucionismo social não é mais do que retórica política.

Este rumo traçado pelo Estado Novo levou, no plano discursivo, os portugueses de volta ao Oriente. A sua politização e instrumentalização, enquanto memória perene dos feitos gloriosos portugueses, serviu para demonstrar o método exemplar da colonização portuguesa na sua época dourada e como os mesmos traços ainda se mantinham na política colonial salazarista. Esta ideia é dada por Alves de Azevedo quando diz que

não teria lembrado a muitos homens do tempo de Albuquerque, ou posteriores, que um povo conquistado podia vir a ser mais feliz com a conquista. Considerar os naturais duma colónia como meros servidores do branco mas como súbditos do mesmo Estado, cujas liberdades são garantidas pela mesma bandeira, é também ideia moderna¹⁸.

Destas palavras, sobressaem, sobretudo, dois conceitos: “felicidade” e “liberdade”. De facto, o poder colonial produz a realidade do colonizado da forma que mais lhe convém. Sujeito a uma vasta gama de conotações que descreve, constrói e representa a sua identidade e realidade, o *Outro* é modelado sistematicamente pelos padrões e interesses de quem o observa e descreve¹⁹. A “felicidade” inerente ao facto de ser conquistado por portugueses, sinónimo e garantia de liberdades que não poderia usufruir sob o domínio de mais nenhum povo, é exemplo de uma criação discursiva que apontava, por um lado, para a singularidade do relacionamento dos portugueses com os nativos e, por outro, para a própria subalternização dos povos orientais, dando a impressão que seria preferível o domínio português à própria autodeterminação. Apesar de, aparentemente, existir abertura para a diversidade cultural no espaço imperial português – aliás, Marinho da Silva afirma que o “respeito pelo costume do nativo não é produto de fraqueza: constitui uma das facetas da política de unidade”²⁰ – certo é que foi notável o desinteresse dos portugueses num diálogo de intercâmbio cultural.

17 CUNHA, 2001: 110.

18 AZEVEDO, Alves – “Como ganhámos e perdemos Malaca”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 70, out. 1939, p. 390.

19 SAID, 2004: 187.

20 SILVA, Marinho da – “Política imperial IX”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 106, out. 1942, p. 440.

A estruturação e composição da sociedade colonial portuguesa, que hierarquiza a diversidade das suas culturas por diferentes “estados” ou “graus” de um desenvolvimento que, no fundo, convergem para o mesmo fim, faz do império uma ilustração de uma identidade apenas plural na aparência, visto que projeta no sonho imperial uma unidade que traça um único caminho para todos os povos que o compõem, a cidadania portuguesa. Esta foi a “fórmula” encontrada para domesticar a diferença em relação ao que era o “padrão” civilizacional a seguir, e servia de “tampão”, impedindo uma participação plena dos povos “inferiores” no universo cultural lusitano.

Neste contexto, o rumo para todos os indivíduos e espaços do império era, tal como defendia Manuel Anselmo, de “lusitanismo integral, isto é, de aportunismo, em tudo, das nossas províncias de além-mar, esquecendo-nos de que elas foram Colónias. Urge levar para lá, a par das nossas leis, a nossa alma portuguesa”²¹. No campo discursivo, o Estado Novo procurou incutir na opinião pública a “edificação” deste Portugal uno e homogéneo. Em *O Mundo Português*, fonte elucidativa da estrutura e linguagem do discurso adotado pelo regime, é nítida a pretensão de legitimar esta realização. Exemplo do que acaba de ser referido, num período em que já era notória a influência dos acontecimentos na Índia Britânica em Goa, em que Timor entrava nos bastidores da II Guerra Mundial como elemento de grande importância estratégica tanto para japoneses como para australianos, e em Macau crescia perigosamente a presença de organizações bolchevistas²², são as palavras de A. Emílio Gomes, que afirmava o quanto era “consolador verificar-se que uma das etapas [da política colonial portuguesa] parece totalmente alcançada: a metrópole e as terras portuguesas no Ultramar identificam-se nos sentimentos patrióticos”²³.

Este sentimento patriótico das populações orientais, o orgulho de serem portugueses era evidente. Segundo J. Benedito Gomes, português nascido em Goa, “a Índia regozija-se em ser portuguesa”²⁴, “sente-se verdadeiramente portuguesa”²⁵ pelo facto de beneficiar a nível social, cultural e económico do domínio português. O mesmo Benedito Gomes argumenta que, ao longo da história da Índia portuguesa, existiram “homens que pela sua cultura, instrução e correção de atos mereceram ser nomeados Chefes das províncias do Ultramar”, assim como também existiram “filhos de Goa espalhados nos quadros de saúde, na magistratura, na missão, no exército e no magistério”²⁶. Este benefício e reconhecimento que Portugal lhes concedeu deveram-se, em grande parte, à forma como se afeiçoaram e assimilaram a língua, à religião e aos usos e costumes portugueses. Levando o espírito da Pátria lusitana, distinguiram-se, sobretudo, da população da Índia britânica. A mesma opinião é partilhada por D. José da Costa Nunes, que apresenta o seguinte argumento:

O goês, pela sua cultura, pela sua religião, pelo seu espírito ocidentalizado, pelas suas qualidades de trabalho, pelas suas iniciativas por vezes de vulto, destaca-se enormemente dos outros grupos populacionais indianos. Tem sido ele o braço direito da Grã-Bretanha, na construção de portos e cidades, na organização e funcionamento dos serviços públicos, no desenvolvimento comercial e industrial, na exploração das riquezas naturais, em tantas iniciativas que traduzem progresso e bem-estar²⁷.

21 ANSELMO, Manuel – “Ideia Portuguesa de Império”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 14, fev. 1935, p. 59.

22 GUNN, 1998: 156.

23 GOMES, A. Emílio – “Esteve ou não Camões em Macau?”. *O Mundo Português*. Lisboa, números 92 e 93, ago. e set. 1941, p. 355.

24 GOMES, J. Benedito – “A obra imperialista portuguesa: uma obra missionária dum filho da Índia em Timor”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 52, abr. 1938, p. 184.

25 GOMES, J. Benedito – “Expansão da espiritualidade portuguesa”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 77, mai. 1940, p. 199.

26 GOMES, J. Benedito – “A obra imperialista portuguesa: uma obra missionária dum filho da Índia em Timor”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 52, abr. 1938, p. 184-185.

27 NUNES, D. José da Costa – “Um testemunho indiscutível”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 144, dez. 1945, p. 540.

De facto, esta existência “superior” que Portugal proporcionava aos goeses fazia com que aquilo que os distinguia, que os tornava singulares aos olhos do colonizador e das outras potências do Ocidente fosse a sua própria anulação social, política e cultural em função da identidade portuguesa. Segundo o mesmo D. José da Costa Nunes, o goês era “português pelo coração, porque foi Portugal que lhe levou, a par da cultura ocidental, a religião católica, a que é tão fiel”, e era “em toda a parte onde vive, uma afirmação da superioridade do nosso método colonizador”²⁸. Ou seja, o que sai valorizado, no fundo, deste discurso, é a política colonial portuguesa que fez do goês um modelo a ser seguido. A sua cultura, na realidade, prima pela ausência. O que é construído e fornecido aos leitores de *O Mundo Português* é um cenário que expressou a superioridade do colonizador em relação ao colonizado e em comparação com outras nações colonizadoras. Esta última ideia é ainda reforçada e desenvolvida por D. José da Costa Nunes:

Nós não temos na Índia grandes cidades, grandes portos, grandes indústrias, grandes obras materiais, mas temos uma coisa que mais ninguém tem: uma população de nível moral, social, religioso e intelectual, incomparavelmente superior à do resto da Índia. [...] Os olhos vulgares, presos à matéria que deslumbra, não veem isto. Sugestionam-se com [...] as riquezas fabulosas, o luxo sem par, mas não veem que é mais difícil, e mais nobre também, arrancar um povo ao viver ancestral de velhas e falsas religiões, para o igualar a nós, no seu pensar, no seu sentir e nos seus hábitos sociais. [...] Foi isto que fizemos na Índia; é isto o que os outros povos colonizadores jamais puderam fazer. É que nós fomos à Índia levados por um ideal; os outros por interesses. Eles conquistaram riquezas; nós conquistamos almas²⁹.

Sendo Portugal o mediador indispensável para o goês, absorvendo-o e dando-lhe as ferramentas necessárias para elevar a sua condição social, a produção e legitimação da sua inferioridade tornava-se fundamental para sustentar a ação portuguesa, a mais “difícil” e mais “nobre” e apresentada como totalmente distinta das outras potências coloniais. A forma como o arranca do “viver ancestral de velhas e falsas religiões” e o torna superior aos outros indianos, faz da conquista de “almas” um método colonizador infalível. De facto, tudo isto são formas de incutir na opinião pública imagens que, na realidade, apenas respondem aos interesses ideológicos do regime. Esta construção fornece à sociedade portuguesa uma ideia de integração do goês que não aconteceu efetivamente.

Goa era apresentada, oficialmente, como o farol da religiosidade portuguesa no Oriente, era ilustrada como um autêntico padrão do espírito lusitano³⁰. Contudo, as autoridades pintavam uma realidade que não correspondia à verdade. A importância do catolicismo foi constantemente empolada pelas autoridades, já que poucos saberiam na metrópole que a comunidade hindu era maioritária religiosa e culturalmente³¹. As palavras de Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes dão conta deste insistente exagero, afirmando que “a população de Goa orça em metade cristã e metade hindu”³². Além disto, também o “peso” da língua portuguesa é hiperbolizado. O concani, desvalorizado e reduzido a dialeto pelas autoridades portuguesas, era a língua mais falada pelos goeses, aliás, nem sequer a comunidade cristã abandonou o concani³³.

Do ponto de vista político, sabe-se que desde o século XIX que os goeses lutavam pela sua independência. A I República alimentou as expectativas através de uma liberdade religiosa e de uma condição de igualdade dos

28 NUNES, D. José da Costa – “Um testemunho indiscutível”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 144, dez. 1945, p. 540-541.

29 NUNES, D. José da Costa – “Um testemunho indiscutível”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 144, dez. 1945, p. 541.

30 STOCKER, 2005: 51-52.

31 MENESES, 2010: 388.

32 GOMES, Maria Ermelinda dos Stuarts – “Língua Concani, sua cultura e sistematização”. *O Mundo Português*. Lisboa, números 19 e 20, set. e out. 1935, p. 28.

33 Só 7,8% da população falava português e apenas 1,1% o tinha como língua materna (MENESES 2010; STOCKER, 2005).

hindus perante a comunidade minoritária cristã³⁴. Porém, todo e qualquer desejo acabaram por ser silenciados pela Ditadura Militar (1926-1933) assim como pelo Estado Novo durante os anos 1930 e 1940, embora se tenha assistido a uma escalada de tensão neste território sob a influência dos acontecimentos na Índia britânica, onde subiam de tom as exigências de independência e de liberdades civis³⁵. Na metrópole, o discurso e a imagem veiculados defendiam a afeição cultural, social e religiosa de Goa a Portugal, sendo esta indiana apenas no plano geográfico.

A propaganda do Estado Novo transmite, portanto, esta realidade. Amadeu Cunha, em dois artigos publicados em *O Mundo Português* no ano de 1946, dava conta, através das palavras de Vítor Dias, natural da Índia e professor da Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa, e de Marcelo Caetano, na altura ministro das Colónias, de uma Goa que respondia afirmativamente às necessidades da metrópole. Vítor Dias escreveu uma carta a Mahatma Gandhi que, segundo Amadeu Cunha, era “um testemunho, com incontestável autoridade, que honra quem o redigiu pela nobre justiça tão insuspeitamente rendida à mãe-pátria”, onde se salientava “os benefícios da doutrina cristã para os desprotegidos e para a elevação e dignidade dos povos hindus”. De facto, Vítor Dias afirmava:

Sob estes ensinamentos modelou-se em Goa, um povo inteiro, mais ou menos homogéneo na sua ética social, das diferenças de religiões, de castas e de línguas. [...] Para vos dar uma ideia do ‘standard’ moral do nosso povo basta que vos diga: 1) – que a criminalidade em Goa é vinte vezes menor do que no vosso país; 2) – que há povoações onde durante séculos não se tem ouvido falar de um homicídio; 3) – que ninguém aqui morre de fome porque há sempre alguém que partilha o seu pão com quem não o tem; 4) – que a criminalidade entre os cristãos de Goa é menor que entre os não cristãos; 5) – que nunca se assistiu em Goa a cenas de intolerância religiosa como as que se lêem todos os dias nos vossos jornais; 6) – que os intocáveis a quem recusais uma gota de água dos vossos poços, servem nas nossas mesas como hábeis cozinheiros e nós comemos o alimento que eles preparam com as próprias mãos. Por último: serão necessários séculos para que a Índia nos ultrapasse em ética social. [...] A integração de Goa na Grande Índia privar-nos-ia do ‘standard’ moral adquirido durante quatro séculos de cristianização sob o Governo português. Por isso nós vos pedimos, venerando Mahatma, como o sábio da antiguidade: não nos tireis o que não nos podeis dar, porque o vosso povo o não tem: a nossa moral e a nossa cultura³⁶.

Na mesma linha, segundo Amadeu Cunha, Marcelo Caetano defendera:

A nossa Índia não é uma colónia, é um Estado português profundamente assimilado por séculos de constante influência da nossa cultura e da nossa religião. A sua integração num Estado indiano de predominante influência hindu ou maometana seria uma violência de que os indo-portugueses sofreriam duras consequências, mas que na nova organização política causaria também profundas perturbações. A nossa gente constituiria uma minoria religiosa, linguística e cultural de modo nenhum desprezível, sabido como é que o indo-português se distingue na Índia inglesa pela sua inteligência e pelas suas aptidões, fruto em grande parte da nossa secular influência³⁷.

Efetivamente são dois discursos esclarecedores e seguidores da linha orientalista tal como Edward Said a identificou. São claras representações de um apagamento brutal tanto da realidade política e social de Goa como da própria identidade dos goeses. O “indo-português” existia graças à Nação que o

34 STOCKER, 2005: 33-34.

35 STOCKER, 2005: 61-70.

36 CUNHA, Amadeu – “Fumos da Índia”. *O Mundo Português*. Lisboa, números 3 e 4, 1946, p. 186.

37 CUNHA, Amadeu – “Ideias, factos e notícias do ultramar português”. *O Mundo Português*. Lisboa, números 3 e 4, 1946, p. 255.

orientou nos difíceis rumos da civilização e o integrou no seu seio. Tudo isto vai ao encontro daquilo que Said defendeu como sendo uma faceta do Orientalismo, isto é, o oriental é visto como uma figura privada de evolução, condenado à inferioridade³⁸. Apenas o homem branco poderia provocar melhorias nas suas condições de vida.

Toda esta cosmética discursiva tinha como objetivo legitimar um método e uma prática colonialista num período em que os ventos do anticolonialismo e da autodeterminação dos povos sopravam cada vez com maior intensidade. O Estado Novo alicerçava a sua política colonial nesta convicção da superioridade portuguesa face aos povos colonizados. Na Índia, o contexto de tensão não levou ao abandono da política paternalista e civilizadora, mas obrigou a concessões. Na verdade, a condição social dos habitantes do Estado da Índia – juntamente com os macaenses e cabo-verdianos – era pouco explícita no Ato Colonial e no Estatuto dos Indígenas. Embora estivessem numa posição reconhecidamente superior aos nativos das outras colónias, não eram também cidadãos. Esta situação acabou por ser alterada em 1945 com o reconhecimento do estatuto de “cidadãos” aos naturais do Estado da Índia, Macau e Cabo Verde³⁹. Também a denominação dos habitantes do Estado da Índia como “indo-portugueses”, tal como é utilizado por Marcelo Caetano no discurso acima citado, pressupõe uma aceitação, tolerada pelo regime, da fusão destas duas culturas. Esta era uma ideia certamente mais tolerada pela riqueza histórica e cultural da civilização em questão, não existindo referência, por exemplo, ao luso-macaense e ao luso-timorense. Com efeito, o indo-português era a prova de uma influência mútua entre um povo que foi espiritualmente grande, a Índia, e um outro que, supostamente o era no presente, Portugal.

Da perspectiva de uma ideologia evolucionista, havia o interesse em demonstrar um relacionamento entre as duas civilizações, de forma que ficasse visível a existência de uma ligação entre a matriz do vanguardismo civilizacional, o ariano, com aquele que se queria legitimar como herdeiro dessa vanguarda. Isso mesmo demonstra J. Vasco Benedito Gomes quando defende que este entrelaçar das duas culturas corresponde a “Portugal na Índia, e é também a Índia em Portugal. É produto ariano”⁴⁰.

A partir de 1940, a mudança progressiva que se verifica no plano ideológico e discursivo do regime⁴¹ começa a moldar esta relação através de uma ideia de reciprocidade que apresenta uma aparente “igualdade”, facto que não deve ser compreendido como alheio a tudo que sucedia na Índia britânica. Em *O Mundo Português*, Emílio Gomes segue esta linha de pensamento afirmando que o nível cultural indiano “nos dera já uma verdadeira aristocracia literária”⁴². Para o autor, ao contrário de outros, o dinamismo cultural indo-português era evidente, apesar de concordar que

ainda hoje o traço dominante da coletividade indiana consiste no preconceito das castas; que, rendendo culto ao passado, o indiano substitui a iniciativa própria e o espírito realizador pela erudição, esperando resignadamente qualquer milagre para os seus problemas: que, embora incapaz de aplicar a justiça, aprecia-a, tem a ambição do prestígio e perde grande parte da vida em questões sem finalidade⁴³.

38 SAID, 2004: 241.

39 MATOS, 2006: 66.

40 GOMES, J. Vasco Benedito – “Expansão da espiritualidade portuguesa”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 77, mai. 1940, p. 204.

41 Verifica-se, a partir dos anos 1940, uma ligeira mudança de discurso em relação aos colonizados, como que anunciando a mudança, mais decorativa que verdadeira, que o Estado Novo vai adotar a partir dos anos 1950 através da apropriação da ideologia luso-tropicalista de Gilberto Freyre.

42 GOMES, A. Emílio – “Reflexo espiritual da Índia na projecção literária do império”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 101, mai. 1942, p. 223.

43 GOMES, A. Emílio – “Reflexo espiritual da Índia ...”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 101, mai. 1942, p. 223-224.

Apesar de ser dada a ideia de uma reciprocidade e de um reconhecimento cultural, o facto é que o indiano, por aquilo que demonstram os seus “traços dominantes”, ainda necessita de quem o ajude a resolver as suas “incapacidades” e defeitos.

De facto, o que se verifica é que não houve qualquer vontade em compreender o Oriente e os orientais, sendo constantemente valorizada a capacidade integradora dos portugueses e a forma como os colonizados necessitavam e se conseguiram *aportuguesar*. A alteridade foi colocada na sombra. Ao português da metrópole é também dado a conhecer, num contexto que se crê de diferença, um paradigma familiar. Desta forma, pode-lhe ser transmitida a ideia de que estar em Macau poderia ser como estar em qualquer cidade metropolitana de Portugal. Esta é a sensação que fica da leitura da transcrição de *China* de Camilo Pessanha:

É Macau a única terra do ultramar português em que as estações são as mesmas da Metrópole e sincrónicas com estas. É a única em que a Missa do Galo é celebrada em uma noite frígida de inverno; em que a exultação da aleluia nas almas religiosas coincide com o alvoreço da primavera [...]; em que a comemoração dos mortos queridos tem lugar no outono. Mais ainda: em Macau é fácil à imaginação exaltada pela nostalgia, em alguma nesga de pinhal, menos frequentada pela população chinesa, abstrair da visão dos prédios chineses, dos pagodes chineses, das sepulturas chinesas, das misteriosas inscrições chinesas, destacando a cada canto em retângulos de papel vermelho, das águas amarelas do rio e da rada, onde deslizam as lentas embarcações chinesas a certas horas do dia, a ilusão de terra portuguesa⁴⁴.

Este mesmo sentimento era, segundo José Ferreira Martins, já perceptível em Baçaim no século XVI, visto que “os recém-chegados, quando para lá seguiam, em pouco tempo conseguiam fazer adormecer a saudade da Pátria distante, porque Baçaim lhes parecia bem uma cidade de qualquer província de Portugal”. Com efeito, estas imagens que excluem do olhar europeu e ocidental todos os elementos do exotismo oriental e permitem um *flashback* da metrópole, sugerem uma integração exemplar das colónias orientais no “lar” lusitano. Porém, isto não é mais do que uma tentativa de mascarar o exótico⁴⁵. O *lusitanismo*, recuperando a expressão de Manuel Anselmo, com que se procurou cobrir toda e qualquer diferença dos povos que habitavam o império, promovendo a supressão de toda a singularidade cultural em detrimento de uma afeição quase natural à cultura portuguesa, a afirmação de um orgulho em “ser” português inquestionável, é uma ficção que pretende, através da manipulação discursiva e imagética, o ressurgimento do orgulho nacional e a legitimação de um empreendimento colonial amplamente redutor, que inventa uma identidade coletiva para um conjunto de indivíduos muito distintos. Isso mesmo demonstrava Amadeu Cunha, que defendia que na Índia Portuguesa existia “uma população de nunca desmentido patriotismo, portuguesa e bem portuguesa de alma e coração”, e Marinho da Silva, quando afirmava que “Timor, mesmo sob ocupação nipónica, mantém, integralmente, a *alma lusitana* pelo portuguesismo inquebrantável de naturais e colonos”⁴⁶. Esta identificação patriótica ainda é mais empolada por Hugo Rocha, através de um artigo dedicado à obra *Timor Português* de Mendes Correia, onde transcreve um encontro deste com um jovem timorense que conheceu na Exposição Colonial do Porto em 1934 cujo “amor” à pátria portuguesa o sensibilizou:

44 PESSANHA, Camilo – “A obra cultural da Agência Geral das Colónias: Macau e a gruta de Camões”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 124, abr. 1944, p. 151-152.

45 BOXER, 2002.

46 SILVA, Marinho da – “Política imperial IX”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 106, out. 1942, p. 439.

[Adriano Côrte Real] sorria de júbilo. De júbilo – reparai bem – que lhe era causado por se ver em terra portuguesa da Metrópole. De júbilo que lhe vinha da sensação de pisar a terra da Mãe Pátria, a terra donde haviam partido aqueles que tinham civilizado a dele. Porque Adriano Côrte Real – reparai, ainda – é um patriota, um patriota como poucos. Um patriota que tem a paixão ardente da sua Pátria portuguesa. [...] Quando lhe perguntei como se aventurava a vir à Metrópole, Adriano respondeu-me: “Meu pai gosta muito de Portugal, nós temos grande orgulho na nossa Mãe-Pátria”. [...] “Tanto na minha família como na do sr. Tenente coronel [Carlos Ximenes], todos adoram Portugal. É grande a nossa Mãe-Pátria”⁴⁷.

De facto, a reestruturação da identidade dos povos orientais assentou no ideal de *lusitanismo*. No entanto, isto não passou de instrumentalização, opressão e preconceito, de uma forma de dominar e exercer autoridade sobre o *Outro*. Para Portugal, o importante não eram os habitantes das suas colónias localizadas a Oriente, mas antes tudo aquilo que estes assimilavam do que era “ser” português.

A incompreensível alteridade e a persistência da dicotomia civilizado/primitivo

Esta imagem de que os povos das colónias e metrópole se identificavam no sentimento patriótico, esta ideia de “fraternidade” entre indivíduos muito distintos entre si, não pressupunha um reconhecimento de igualdade social e cultural. Ou seja, o que o regime dava a conhecer sobre estas populações, as considerações, as imagens e as descrições que produzia, iam ao encontro do seu desejo em legitimar a sua suposta “missão” colonizadora e de afirmação identitária, enquanto nação imperial. Com efeito, embora pudesse dar a perceber uma ideia de unidade, tal como pretendia, não deixava de estar presente, de forma simultaneamente subtil e veemente, a representação da desigualdade do colonizado em relação ao colonizador.

Efetivamente, o evolucionismo social foi o paradigma da narrativa colonial portuguesa nos anos 1930 e 1940, protegendo o cânone do progresso e civilização ocidental. Na verdade, esta teoria que sustentava a superioridade do homem branco permitiu que o seu saber, a sua cultura e a sua experiência criassem, tendo por base os padrões e critérios de avaliação ocidentais, o “indígena” enquanto “espaço” vazio, desprovido de conhecimentos. De facto, a ideia que se quer dar é que a ação colonizadora é absolutamente necessária para os colonizados. Alves de Azevedo corrobora, em parte, esta ideia. Num artigo em que lança um ataque feroz ao anticolonialismo e ao comunismo defende:

As raças atrasadas não só são incapazes de progredir desacompanhadas do fermento branco mas ainda serão sempre obrigadas mau grado a sua ânsia de liberdade a aceitar a presença do europeu sem o qual voltarão ao estado de barbárie em que se encontravam antes de ser iniciado o movimento colonizador⁴⁸.

Seguidamente são dados vários exemplos que demonstravam a selvajaria, o primitivismo, longe da condição civilizacional que Portugal deu posteriormente às suas colónias:

As epidemias, as fomes, as mulheres dando à luz sobre fogões quentíssimos para amadurecer o fruto – do que resultava muitas vezes a morte da criança ou da mãe e frequentemente das duas – constituíam hábito e regra por todo o Oriente.

47 ROCHA, Hugo – “Timor – um livro e uma recordação”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 137, mai. 1945, p. 208.

48 AZEVEDO, F. Alves de – “Antes da chegada dos ferozes colonizadores”. *O Mundo Português*. Lisboa, números 9 e 10, set. e out. 1934, p. 332.

A ideia era demonstrar que

Perante esta confusão arrepiante de práticas revoltantes e crueldades absurdas [...] antes a adoção dos nossos métodos, da sistematização dos nossos processos. Porque para os anticolonialistas de profissão, de nada vale o mérito dos nossos médicos, administradores e missionários morrendo de peste, febre amarela, doença do sono etc., e contribuindo ainda poderosamente para a elevação do estatuto vital das raças indígenas, antes que abandonem por outras latitudes mais hospitaleiras os povos atrasados que sofrem⁴⁹.

Com efeito, Portugal, para estas civilizações consideradas inferiores, era a esperança de algo melhor. Portugal arrancou-os da inércia e da preguiça, do paganismo e da obscuridade, trazendo-lhes a palavra de Cristo e educando-os para o trabalho. Na verdade, teriam mais para agradecer do que para revoltar-se. Esta é a ideia que transmite Leite de Magalhães em relação à população timorense. Orgulhoso de tudo aquilo a que assistiu na colónia, afirmava que “as nossas populações superavam, em número e em qualidade, as do território vizinho”, e que as “populações agora submissas e agradecidas, cujos filhos procuram as escolas e as igrejas para falarem a nossa língua e viverem na doçura da nossa fé” eram a demonstração daquilo para que Portugal estava destinado, ou seja, “de nos gastarmos e sofrermos para bem da humanidade”⁵⁰.

De facto, a vocação imperial portuguesa prende-se a esta capacidade civilizadora e a um projeto espiritual desligado de todo o materialismo que obcecava as outras nações coloniais. Tal como diz Leite de Magalhães, “a obra portuguesa nunca assentou sobre alicerces de ouro. [...] A pilhagem, que enriqueceu outras nações, nunca sujou os cofres da pequena casa lusitana”⁵¹. Assim sendo, foi através de uma superioridade moral, concedida pela inspiração e fé cristã, que Portugal civilizou “bárbaros” e “selvagens”. Este desinteresse e a forte carga humanista foi o padrão da missão lusitana. Esta capacidade civilizadora, resultado de cinco séculos de experiência, entrecruzada com um espírito missionário, fizera do ato de civilizar uma vocação muito particular, como explica Mário Marques:

São muitos e variados os instrumentos de civilização que o dominador pode empregar na sua missão de aperfeiçoar a organização social das raças dominadas. É pelas missões religiosas e escolares de vários graus que o povo colonizador exerce a sua ação civilizadora, no campo educativo. É pela criação de leis e regulamentos apropriados, pela distribuição equitativa do imposto, organização do crédito agrícola, estabelecimento de tribunais indígenas, melhorias materiais e facilidade de comunicações que se fomenta a evolução social dos indígenas. Como é, ainda, pela assistência médica, em todas as suas modalidades e aperfeiçoamentos, e por uma rigorosa e inteligente fiscalização do trabalho – válvula de segurança contra o depauperamento das raças e os abusos em que, por vezes, se lançam os exploradores das sociedades nascentes, – que o Estado colonizador capta a simpatia e admiração do colonizado e lhe demonstra praticamente o espírito de elevada intenção que o levou a colonizar⁵².

A conversão religiosa, o trabalho e a educação, foram os meios de ação utilizados de forma a possibilitar a evolução do “indígena”. Benedito Gomes corrobora a importância das missões religiosas na assimilação política do autóctone, afirmando que “as missões são como uma necessidade nacional para um império

49 AZEVEDO, F. Alves de – “Antes da chegada dos ferozes colonizadores”. *O Mundo Português*. Lisboa, números 9 e 10, set. e out.1934, p. 333-334.

50 MAGALHÃES, Leite de, cor. – “Timor, – a desventurada”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 45, set. 1937, p. 393-394

51 MAGALHÃES, Leite de, cor. – “Timor, – a desventurada”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 45, set. 1937, p. 394.

52 MARQUES, Mário – “Comportamento do colonizador para com as raças indígenas”. *O Mundo Português*. Lisboa, números 92 e 93, ago. e set.1941, p. 328-329.

ainda tão vasto, contendo bastantes terras para agricultar e populações ainda atrasadas, como em Angola, Moçambique, Guiné e Timor⁵³.

A Oriente, Timor era a maior “preocupação” do regime. Se Macau e o Estado da Índia tinham uma condição social e cultural vista como superior em relação às outras colónias do império, sendo regularmente enfatizada a existência de naturais destas colónias como funcionários de quadros superiores, como médicos, juizes, etc., Timor encontrava-se na base da hierarquia civilizacional, estando próximo da barbárie. Porém, tendo como base uma ação civilizadora baseada no trabalho, os portugueses conseguiram, segundo Marinho da Silva, “muitos progressos dos indígenas de Timor, e devido a ela se encontram timorenses bons carpinteiros, pedreiros, ferreiros, motoristas, criados, empregados comerciais, empregados de escritório e até alguns funcionários públicos dos quadros de Fazenda, Correios e Administrativo”⁵⁴.

Constata-se, assim, que tornar alguém “civilizado” significava uma imposição cultural do colonizador sobre o colonizado, e que a alteridade, aparentemente, é abafada. Contudo, ela é revelada de forma metódica pelo colonizador, ou seja, ela encontra espaço quando o dominador pretende evidenciar as suas razões para se impor sobre o *Outro*. Embora o regime pretendesse, como escreveu Hugo Rocha, “conhecer cientificamente as variadas gentes que vivem sob a nossa bandeira”⁵⁵, a verdade é que era evidente o pouco interesse dedicado à realidade social e cultural dos habitantes das colónias por quem as governava⁵⁶.

Num país em que os “saberes” coloniais estavam subordinados à política e ideologia do regime, um vasto número de trabalhos que se definiam como “científicos” ficavam-se por uma avaliação pouco precisa, em que a busca da legitimação do empreendimento imperial assume maior importância. Disciplinas como a etnografia e a antropologia preocuparam-se em demonstrar os benefícios que o domínio do colonizador oferecia aos colonizados, procurando, assim, realçar as “debilidades” deste último, facto que justificava a pretensa missão civilizadora do primeiro⁵⁷. Exemplo disso é o artigo publicado por Ferreira da Costa, que se debruça sobre o “corte de cabeças praticado, em tempo de guerra, pelos povos timorenses”. Neste trabalho, que pretendia ser de etnografia, o autor faz do timorense um objeto totalmente mensurável, visível e conhecido por um conjunto bibliográfico que toma como inquestionável. Seguindo a opinião de vários “mestres”, não hesita em remeter sistematicamente o nativo timorense para o quadro das sociedades primitivas. Sobre o termo “primitivo”, tem uma interessante nota, onde dá conta do debate entre etnólogos e sociólogos sobre a expressão a utilizar em relação a estes povos:

Utilizo o termo “primitivo” com certa reserva. Tenho em conta os reparos que, a seu propósito, formulou Henri Berr. [...] Diz-nos o cientista: “Nunca julgarei excessivo insistir no facto de ser inexacta e errônea a expressão de ‘primitivo’, no sentido que lhe é atribuído geralmente. Aumenta o número dos etnólogos e sociólogos que fazem a tal respeito reservas deste género: os não civilizados são verdadeiramente primitivos? Não se pratica um autêntico abuso de linguagem ao empregar esta palavra, aliás bastante vaga?”. E mais adiante: “São certamente menos cultos do que nós, mais simples: encontram-se mais perto da Natureza; mas não está demonstrado que não tenham evoluído”. Henri Berr, que preconiza, como mais acertada, a designação de «inferiores», ou a de “não-civilizados”, diz-nos ainda que: “As sociedades chamadas primitivas mantêm e prolongam até nós, por efeito de circunstâncias especiais, não a origem, mas uma fase secundária da organização da sociedade. Talvez, ante os dados que nos proporcionam as

53 GOMES, J. Benedito – “A obra imperialista portuguesa: uma obra missionária dum filho da Índia em Timor”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 51, mar. 1938, p. 139.

54 SILVA, Marinho da – “Política imperial IX”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 106, out. 1942, p. 440.

55 ROCHA, Hugo – “Timor – um livro e uma recordação”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 137, mai. 1945, p. 206.

56 ROQUE, 2006.

57 ROQUE, 2006; MATOS, 2010.

sociedades observáveis e a psicologia, tenhamos o direito de supor que a sociedade passa por três fases, por três estados, dos quais é intermediário aquele que as chamadas sociedades primitivas constituem⁵⁸.

Embora tenha dúvidas, Ferreira da Costa dá uso frequente à expressão. Todavia, neste trabalho em que se procurava saber os motivos que levavam os guerreiros timorenses a decapitarem os seus adversários, o autor enfatiza, recorrentemente, as diferenças de mentalidade entre o homem “civilizado” e o “primitivo”. Embora argumente que “praticaremos nocivo disparate se pretendermos estudar e compreender os costumes e as crenças dos primitivos através do prisma das concepções dos civilizados”⁵⁹, demonstra sucessivamente que avalia e julga o *Outro* pelos padrões da sua civilização. Faz de ponto de partida da sua análise o testemunho de uma “pobre mulher timorense”⁶⁰, mas é no estudo dos trabalhos dos investigadores ocidentais que encontra as suas respostas. Ferreira da Costa recorre, portanto, aos “observadores” da vida tribal timorense e das sociedades designadas como inferiores em geral, mergulhando na “complexa mentalidade dos povos primitivos, para a qual tudo, ou quase tudo, apresenta expressão mística ou encerra valores místicos”⁶¹. Ou seja, o autor penetra “numa esfera em que desaparecem os fatores a que chamamos objetivos, fornecidos e controlados pela nossa experiência, para ficarem unicamente os elementos místicos, mercê dos quais o primitivo, distinguindo *o que nós* distinguimos, não pode vê-lo *como nós* o vemos”⁶².

Esta (in)capacidade do “primitivo” em descobrir “num tronco, numa pedra, num crânio, muitas coisas das quais nós nem sequer suspeitámos”⁶³ não traduz qualquer tipo de compreensão por parte do “civilizado” sobre o papel que determinado objeto pode desempenhar na vida do primeiro. Isto fica ainda mais evidente quando Ferreira da Costa afirma que “nunca um civilizado poderia descobrir tantos e tão importantes valores-garantias numa cabeça decapitada ou num feixe de ossos”⁶⁴.

Na verdade, o valor de um objeto não obedece propriamente a uma lógica ou regra universal. O significado e função de um determinado artefacto, que pode ser adorado por uns e odiado por outros, são estipulados pelo próprio homem, o que leva a uma realidade fictícia de pressupostos e conceitos pré-estabelecidos. Separar o “bom” do “mau”, o que é “nosso” do que é dos “outros”, é um processo que pode parecer obedecer a uma realidade objetiva, mas, na verdade, revelam a existência de barreiras mentais. Ferreira da Costa está claramente distante deste conceito. A diferença não implica, necessariamente, que se seja inferior. Só porque o homem “civilizado” não atribui o mesmo valor a determinado objeto que o “primitivo”, isso não tem que significar que a “mentalidade primitiva” do “indígena” timorense seja assim tão diferente da “mentalidade civilizada” do colonizador. No entanto, Ferreira da Costa, através das palavras de Lévy Bruhl⁶⁵, procura reforçar a sua posição:

As representações coletivas dos primitivos diferem profundamente das nossas ideias e dos nossos conceitos, com os quais não têm sequer pontos de equivalência. Por um lado, não possuem caracteres lógicos; por outro, não sendo puras representações no sentido próprio do termo, exprimem, ou

58 COSTA, Ferreira da – “Etnografia de Timor: Que significam o corte de cabeças humanas e a conservação dos crânios em muralhas e árvores sagradas”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 7, 1947, p. 24.

59 COSTA, Ferreira da – “Etnografia de Timor: Que significam o corte de cabeças humanas...”, p. 28.

60 Esse testemunho resume-se a uma frase em que a mulher timorense afirma que os guerreiros cortam e conservam as cabeças para que os “mortus num fazéri mal e depois ajudari us génte que vence élis” (COSTA, Ferreira da – “Etnografia de Timor: Que significam o corte de cabeças humanas...”, p. 23).

61 COSTA, Ferreira da – “Etnografia de Timor: Que significam o corte de cabeças humanas...”, p. 28.

62 COSTA, Ferreira da – “Etnografia de Timor: Que significam o corte de cabeças humanas...”, p. 31.

63 COSTA, Ferreira da – “Etnografia de Timor: Que significam o corte de cabeças humanas...”, p. 31.

64 COSTA, Ferreira da – “Etnografia de Timor: Que significam o corte de cabeças humanas...”, p. 32.

65 Filósofo, sociólogo e antropólogo francês, nasceu em Paris em 1857 e aí faleceu em 1939. Os seus estudos dirigiram-se maioritariamente para a análise da mentalidade dos povos das sociedades que definiu como primitivas.

melhor, implicam não só que o primitivo tem uma imagem do objeto e crê que essa imagem é real, mas revelam que o primitivo espera ou receia, em face da referida imagem, qualquer coisa – uma ação determinada que dali nasça e que sobre ele exerça. Esta “qualquer coisa” é uma influência, uma virtude, uma força oculta variável segundo os objetos e consoante as circunstâncias, mas sempre real para o primitivo, e fazendo parte da sua representação. Se quiser designar numa palavra essa propriedade geral das representações coletivas que tão grande lugar ocupam na atividade mental das sociedades inferiores, eu direi que ela é mística. Empregarei este termo, à falta de melhor, não por alusão ao misticismo religioso das nossas sociedades (algo que é muito diferente) mas no sentido estritamente definido em que se diz *místico* da crença e forças, em influências, em ações imperceptíveis aos sentidos, e no entanto reais⁶⁶.

De facto, a tendência humana em repudiar as formas culturais, religiosas, sociais e estéticas mais afastadas daquelas com que se identifica⁶⁷, faz com que se tome, sistematicamente, a “nossa” cultura como a medida de todas as outras. O estabelecimento imaginário daquilo que é a “nossa” singularidade, os “nossos” padrões e valores, faz com que o processo comparativo entre sociedades e culturas se faça através de determinadas imagens, conceitos e símbolos que, na verdade, não afastam nem aproximam os povos. A sujeição de qualquer grupo humano a uma heterogeneidade de fatores que produzem e representam uma identidade faz da observação do *Outro* algo pendente de uma produção de conhecimentos que se podem modelar perfeitamente segundo os interesses de quem julga.

O texto de Ferreira da Costa é, inquestionavelmente, uma valiosa ferramenta para o Estado Novo que, assim, vê defendida a sua causa imperial. O timorense, predominantemente visto como “místico” e “primitivo” é, no entanto, o mesmo que fora visto como exemplo demonstrativo da excelência de um método colonizador que conseguiu tirar estes seres da barbárie, fazendo de cada um deles um trabalhador, um cristão e, sobretudo, um orgulhoso português. Tudo isto contrasta mas faz perceber que a ambiguidade e o engenho com que é representado se deve, literalmente, a uma estereotipização ambivalente e perversa, ou seja, da mesma forma que traz, através do seu “olhar”, o “indígena” para a civilização, também o afasta, porque o apresenta como estando, todavia, muito longe daquilo que é exigido para ser “civilizado”. Isto vai ao encontro das palavras de John M. MacKenzie, que defende o seguinte:

The colonial stereotype as essentially ambivalent, part of the “grotesque psychodrama” in which the discourse far from being simply possessed by the colonizer, also possesses him. His relationship with the colonized operates like a fetish, vacillating between fear and desire, doubt and confidence. The indigenous of empire are portrayed as degenerate in order to justify conquest, but as redeemable in order to justify their continuing rule⁶⁸.

Num império em que, tal como diz Marinho da Silva, “não há dominadores ou dominados, não há raças nobres e raças inferiores”, onde “todos têm livre acesso aos benefícios da civilização”⁶⁹, pressupõe-se o reconhecimento da diferença cultural. Porém, o Estado Novo não respeitou isso. O *Outro*, controlado por um colonizador que, na mesma proporção, o trazia à civilização e o afastava dela, foi inserido num império fictício, no qual o exotismo, o pitoresco e a alteridade foram exacerbados ou diminuídos, dependendo do interesse do regime, e onde todas as “raças” foram colocadas numa posição de inferioridade em relação aos portugueses da metrópole.

66 COSTA, Ferreira da – “Etnografia de Timor: Que significam o corte de cabeças humanas...”, p. 31-32.

67 LÉVI-STRAUSS, 2000: 17-18.

68 MACKENZIE, 2007: 12.

69 SILVA, Marinho da – “Política Imperial: continuamos uma obra”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 127, jul. 1944, p. 273.

Conclusão

A domesticação da diferença possibilitou a reinterpretção e reavaliação das outras culturas sob a perspectiva e fundamentos de uma pretensa e imutável superioridade política, cultural e moral portuguesa sobre o nativo das colónias. Era a crença de que se era “império” e de que se era superior que conferia, aparentemente, alguns direitos ao colonizador. Segundo as palavras de José de Oliveira Boléo, este tinha o direito de “observar os costumes tradicionais dos povos dominados, [...] o de indicar uma linha de conduta moral e intelectual”, assim como de usar a força para reprimir “práticas que possam ferir uma moral elevada”⁷⁰. Porém, afirmava que “o indígena é o nosso principal cuidado, hoje como nas épocas longínquas em que os nossos primeiros missionários levaram até ao último Oriente a palavra de Cristo e o nome português”⁷¹. De facto, tudo parecia processar-se de forma a beneficiar não o colonizador mas o colonizado.

Com efeito, numa revista que, segundo Francisco Machado, se destinava a “fazer propaganda colonial junto de quem não conheça as colónias, mormente junto de gente nova da nossa terra”⁷², não é de surpreender que os textos publicados em *O Mundo Português* tivessem o intuito de dar as formas pretendidas pelo regime a cada um dos participantes da trama colonial portuguesa. Os autores citados no presente trabalho não traem os princípios ideológicos que o Estado Novo quer ver defendidos e promovidos através do Oriente e dos orientais. Ou seja, é recorrente a busca da legitimação do empreendimento colonial através da demonstração da eficácia do método civilizador português, a demonstração do aportunismo dos nativos das colónias do Oriente, assim como dos benefícios e da satisfação em se “ser” português. Tudo isto, como é analisado ao longo deste trabalho, é propaganda que defende de forma categórica a finalidade histórica da nação.

Exemplo da manipulação discursiva do regime que os nativos orientais eram alvo, são as referências cada vez mais insistentes ao pretense patriotismo do goês a partir dos anos 1940, período em que começam a subir de tom as contestações face à presença portuguesa na Índia, resultado da própria independência da Índia Britânica. Os discursos citados espelham esta tentativa de promover os benefícios da colonização portuguesa, facto que, supostamente levava o “luso-indiano” a regozijar-se em “ser” português e a rejeitar a sua matriz indiana. Os acontecimentos de 1961, nomeadamente a independência goesa, vieram demonstrar como a propaganda colonial portuguesa encapotou o que efetivamente acontecia.

Esta capacidade de instrumentalizar “realidades” é também notada na forma ambígua que o oriental, e sobretudo o timorense, é representado em *O Mundo Português*. Na verdade, a valorização da ação colonial portuguesa não poderia recair apenas no que foi feito, mas também tinha que demonstrar o que havia ainda a fazer. Desta forma, torna-se fundamental evidenciar o que ainda justificava a presença e domínio do colonizador. Ou seja, é importante dar a conhecer o que afastava o autóctone de ser “civilizado”. Assim, foi possível constatar que o timorense foi sistematicamente representado de uma forma ambivalente, ora apresentado como um “orgulhoso” português, católico e trabalhador, “evidências” que funcionavam como demonstração da eficácia da colonização portuguesa, ora como um “primitivo”, muito longe dos padrões do homem “civilizado”, facto que revelava a “necessidade” de continuar a sua missão. É importante realçar que este discurso dicotómico é visível ao longo de todo o período de publicação da revista, não se verificando qualquer tipo de diferença no “olhar” sobre o timorense à medida que se iam operando transformações na política e ideologia colonial do Estado Novo.

Contudo, num trabalho em que se pretende analisar a forma como o oriental foi representado na revista de propaganda colonial *O Mundo Português*, é de realçar a “ausência” do macaense na referida publicação.

70 BOLÉO, José de Oliveira – “O império”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 54, jun. 1938, p. 260.

71 BOLÉO, José de Oliveira – “O império”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 54, jun. 1938, p. 260.

72 MACHADO, Francisco – “O Mundo Português”. *O Mundo Português*. Lisboa, n.º 12, dez. 1934, p. 437-438.

O facto de não ser “usado” da mesma maneira que o timorense e o indiano levanta questões e, em parte, corrobora a ideia de instrumentalização, no plano discursivo, do colonizado, visto que a não “inexistência” do macaense, numa revista que tinha como propósito dar a conhecer as colónias que compunham o império, pode ser entendida pela ausência de motivações, interesses e até de ameaças ao seu domínio, ao contrário do que se verificou na Índia portuguesa, por exemplo.

O “lar” lusitano, tal como é promovido em *O Mundo Português*, não possibilitava aos protagonistas da trama colonial portuguesa terem consciência integral de si mesmos. Por um lado, um colonizador que vivia de um espólio/delírio, distante do seu tempo e da sua condição. Por outro, um colonizado que é representado como pertencente a uma identidade e a uma cultura que não é a sua mas que integra, no plano teórico e discursivo, para dar, de certa maneira, um sentido ao mundo daquele que o subjuga.

Fontes

O Mundo Português: revista de cultura e propaganda: arte e literatura coloniais. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1934-1945.
O Mundo Português: revista de actualidades do império. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1946-1947.

Bibliografia

- ALEXANDRE, Valentim, 2000 – *Velho Brasil Novas Áfricas (1808-1975)*. Porto: Afrontamento.
- ANDERSON, Benedict, 2005 – *Comunidades imaginadas*. Lisboa: Edições 70.
- ARENDE, Hannah, 2008 – *As origens do totalitarismo*. 3.ª ed. Lisboa: Dom Quixote.
- BARREIROS, Inês Bezeza, 2009 – *Sob o olhar dos deuses sem vergonha: cultura visual e paisagens contemporâneas*. Lisboa: Edições Colibri.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.), 2000 – *História da Expansão Portuguesa: último império e recentramento*. Vol. V. Lisboa: Temas e Debates.
- BHABHA, Homi K., 1994 – *The location of culture*. London: Routledge.
- BOXER, Charles Ralph, 2002 – *Opera Minora*. Vol. II. Lisboa: Fundação Oriente.
- BURUMA, Ian; MARGALIT, Avishai, 2005 – *Ocidentalismo: uma breve história da aversão ao Ocidente*. Mem Martins: Europa-América.
- CASTELO, Cláudia, 1999 – *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*. Lisboa: Afrontamento.
- CATROGA, Fernando, 1999 – “A história começa a Oriente” in AAVV – *O Orientalismo em Portugal: séculos XVI-XX*. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimientos Portugueses, p. 197-232.
- CATROGA, Fernando, 2001 – *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora.
- CATROGA, Fernando, 2003 – *Caminhos do fim da história*. Coimbra, Quarteto Editora.
- CLARKE, J. J., 1997 – *Oriental enlightenment. The encounter between Asian and Western thought*. New York: Routledge.
- COUTO, Marcos, 2011 – *Representações do Oriente em O Mundo Português (1934-1947)*. Porto (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- CUNHA, Luis, 2001 – *A nação nas malhas da sua identidade: o Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Lisboa: Cosmos.
- FERGUSON, Niall, 2012 – *Civilização: O Ocidente e os Outros*. Porto: Civilização Editora.
- FERNANDES, Evaristo, 1960 – *Salazar e o Salazarismo*. Porto: Edições Lemos.
- FIGUEIREDO, Fernando Augusto, 2004 – *Timor: a presença portuguesa (1769-1945)*. Porto (Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- FOUCAULT, Michel, 2005 – *A arqueologia do saber*. Coimbra: Almedina.
- FOUCAULT, Michel, 2005 – *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio d'Água.
- GUIMARÃES, Ângela, 1987 – “Labirinto dos mitos” in AAVV – *O Estado Novo das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*. Lisboa: Fragmentos, vol. II, p. 107-121.
- GUNN, Geoffrey, 1998 – *Ao encontro de Macau: uma cidade-estado portuguesa na periferia da China*. Macau: Fundação Macau.
- GUPTA, Akhil; FERGUSON, James, 1992 – “Beyond ‘Culture’: Space, identity, and the politics of difference”. *Cultural Anthropology*, vol. 7. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0886-7356%28199202%297%3A1%3C6%3AB%22SIAT%3E2.0.CO%3B2-6>> [consult. 21 de set. 2012].
- HESPANHA, António Manuel, 1999 – “Panorama do Orientalismo em Portugal” in AAVV – *O Orientalismo em Portugal: séculos XVI-XX*. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimientos, p. 15-39.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (ed.), 1993 – *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOBBSAWN, Eric J., 1990 – *Nations and nationalism since 1870: programme, myth, reality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUNTINGTON, Samuel, 1999 – *Choque das Civilizações e a mudança na ordem mundial*. Lisboa: Gradiva.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, 2000 – *Raça e História*. Lisboa: Presença.
- LOFF, Manuel, 2008 – *O nosso século é fascista!: o mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras.
- LOURENÇO, Eduardo, 1988 – *O labirinto da saudade*. 3.ª ed. Lisboa: Dom Quixote.
- LOURENÇO, Eduardo, 1990 – *Nós e a Europa ou as duas razões*. 3.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- LOURENÇO, Eduardo, 2003 – “Os girassóis do império” in RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (org.) – *Fantasmagorias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, p. 29-41.
- LUKACS, Georg, 1975 – *El asalto de la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Barcelona: Grijalbo.
- MACKENZIE, John. M., 2007 – *Orientalism: history, theory and the arts*. Manchester: Manchester University Press.
- MATOS, Patrícia Ferraz de, 2006 – *As cores do império: representações raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- MATOS, Patrícia Ferraz de, 2009 – “Estar aqui é como estar lá” in MWEWA, M.; FERNANDES, G.; GOMES, P. – *Sociedades desiguais, Género, Cidadania e Identidades*. São Leopoldo\RS: Nova Harmonia.
- MATOS, Patrícia Ferraz de, 2010 – “Aperfeiçoar a ‘raça’, salvar a nação: Eugenia, teorias nacionalistas e situação colonial em Portugal”. *Trabalhos de Antropologia e Etnografia*. Vol. 50, p. 89-111.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, 2010 – *Salazar: uma biografia política*. Lisboa: Dom Quixote.
- PANIKKAR, K. M., 1977 – *A dominação ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PIMENTEL, Irene Flunser, 2008 – *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial: em fuga de Hitler e do Holocausto*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- PINTO, Rui Pedro, 2008 – *Prémios do espírito: um estudo sobre prémios literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- POLIAKOV, Léon, 1974 – *O Mito Ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. São Paulo: Perspectivas.
- RIBEIRO, Margarida Calafate, 2004 – *Uma história de regressos*. Porto: Afrontamento.
- RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (org.), 2003 – *Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras.
- ROQUE, Ricardo, 2006 – “A antropologia colonial portuguesa (1911-1950)” in CURTO, Diogo Ramada (dir.) – *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 789-822.
- ROSAS, Fernando, 1986 – *O Estado Novo nos anos trinta: 1928-1938*. Lisboa: Estampa.
- ROSAS, Fernando (coord.), 1992 – “Portugal e o Estado Novo (1930-1960)” in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Vol. XII. Lisboa: Editorial Presença.
- ROSAS, Fernando, 2001 – “O salazarismo e o homem-novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. *Análise Social*. Vol. XXXV. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, p. 1031-1054.
- ROWLAND, Robert 1987 – *Antropologia, história e diferença*. Porto: Afrontamento.
- SAID, Edward, 1994 – *Culture and Imperialism*. London: Vintage Books.
- SAID, Edward, 2004 – *Orientalismo: representações ocidentais do Oriente*. Lisboa: Livros Cotovia.
- SANCHES, Manuela Ribeiro (org.), 2006 – *Portugal não é um país pequeno: contar o império na pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1995 – *Pela Mão de Alice*. São Paulo: Cortez.
- SOUZA, Teotónio de, 2001 – *Gilberto Freyre na Índia e o “Luso-Tropicalismo transnacional*. Lisboa: Centro Português de Estudos do Sudoeste Asiático.
- SOUZA, Teotónio R. de, 2001 – *Orientalismo, ocidentose e outras viroses: a sabedoria oriental e outros valores*. Lisboa: Centro de Estudos em Teologia.
- STOCKER, Maria Manuel, 2005 – *Xeque-mate a Goa*. Lisboa: Temas e Debates.
- VARISCO, Daniel Martin, 2007 – *Reading orientalism: said and the unsaid*. Seattle: University of Washington Press.
- YOUNG, Robert J. C., 2003 – *Post-colonialism: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.



O Estado Novo face à criação de Israel (1946-1953)

Daniel Cravino Marques

Introdução

No fim da II Guerra Mundial, Portugal apresentava uma situação internacional e financeira favorável. Contava com o apoio dos aliados anglo-americanos, era credor de 80 milhões de libras à Inglaterra e apresentava uma estabilidade interna face às perspectivas de eleições em 1945. No entanto, o horizonte perspectivava-se obscuro na mente dos líderes políticos portugueses. Receavam, em primeiro lugar, o enfraquecimento da Europa Ocidental, dominada pelas doutrinas vencedoras da guerra, a democracia e o socialismo; de seguida, temiam os movimentos que arquitetavam a união da Europa pois, além de dominados pelas democracias, julgavam que uma união apenas favoreceria os grandes Estados, perigando os impérios coloniais já ameaçados pela vontade de descolonização, o que prejudicava os interesses portugueses na Índia e em Timor. Temiam o enfraquecimento dos poderes da Europa Central, a ameaça do comunismo na restante Europa, a perda de influência e poder da Europa no Mundo, estando sujeita a ser palco de uma terceira guerra mundial. Por fim, preocupavam-se com o isolamento internacional do regime franquista, ameaçado por uma intervenção externa que derrubasse o regime e o substituísse por uma democracia¹.

Portugal e o regime vigente estavam numa posição defensiva face à emergência de um novo mundo onde a ideologia nacional não era plenamente aceite. Isto justificou a necessidade de eleições nacionais, acompanhadas do respetivo disfarce político e dos momentos de maior liberdade que se sentiram durante este período. Lisboa tentou uma adesão à ONU, na perspectiva de Salazar, órgão internacional potencialmente conflituoso em relação aos interesses nacionais, mas foi vetada pela URSS. Agudizava-se assim o isolamento internacional português num mundo bipolar².

A imigração judaica para a Palestina

O fim do império britânico sentia-se cada vez mais perto, em virtude dos tumultos nas suas várias possessões coloniais, em especial na Índia e no Médio Oriente. Nesta última região, Londres debatia-se com a emergência do nacionalismo árabe e as reivindicações do sionismo na Palestina, região estratégica para o seu abastecimento de petróleo e para as suas comunicações com a Índia, ou seja, o Canal do Suez.

1 TELO, 1996: 772.

2 TEIXEIRA, 2000: 118.

A rendição da Alemanha permitiu a libertação dos judeus dos campos de concentração e extermínio, sendo enviados, numa fase inicial, para campos de refugiados de guerra, construídos pela Agência das Nações Unidas para o Auxílio e Reabilitação (UNRRA)³ de onde, posteriormente, emigrariam para os EUA e para a Palestina. Contudo, as limitações impostas pelo Livro Branco de 1939⁴ levaram os movimentos sionistas a tentar contornar estes impedimentos à imigração judaica na Palestina⁵, desdobrando-se em contactos e organizando transportes para os judeus que assim quisessem emigrar para a Palestina, ilegais aos olhos britânicos mas necessários para os sionistas.

Neste contexto de emigração clandestina, o primeiro contacto sionista com o governo português surgiu da parte do rabino Solomon Schonfeld, líder de um dos vários movimentos sionistas existentes, o *Chief's Rabi's Religious Emergency Council*. Interpelando o embaixador português em Londres, Domingos Holstein Beck (Duque de Palmela) a 27 de fevereiro de 1946, Schonfeld propunha um acordo de *leasing* temporário de uma parte das ilhas dos Açores, para servir de base de apoio para os refugiados judeus da Europa⁶. A resposta negativa do governo português suceder-se-ia a 9 de abril, afirmando que os Açores já estariam sobrepopoados⁷. Esta resposta transmitiu a primeira impressão aos movimentos sionistas que o regime português não pretendia envolver-se na questão das reivindicações judaicas na Palestina. Porém, em janeiro de 1947, a Agência Judaica centralizava em si mesma todas as atividades sionistas e comunicava ao mundo a sua intenção. Através do seu boletim *Informations de Palestine*, a responsabilidade de falar em nome dos judeus pertencia unicamente ao Conselho Nacional democraticamente eleito pelos judeus na Palestina e não a outros grupos que assumiam os mais variados nomes, desautorizando assim quaisquer iniciativas independentes de outras organizações⁸.

Por sua vez, na Palestina, tanto árabes como palestinos, liderados por Husseini, *mufti* de Jerusalém⁹, temiam pelo seu futuro, em virtude do seu apoio ao regime do Eixo durante a II Guerra Mundial. Apesar de alguma tolerância inglesa para com alguns colaboradores árabes associados ao regime nazi, os britânicos não deixaram de retirar o seu apoio à criação de um Estado palestino independente, ao qual já chamavam desdenhosamente “o estado *mufti*”¹⁰. Apesar da presença britânica no Médio Oriente, tanto as suas políticas como instituições estavam em queda. Apenas no Egipto ainda permanecia o tratado de 1936 de auxílio militar mútuo, além da presença militar britânica no Canal do Suez, o que conferia a Londres uma ligação a um importante Estado árabe e figura central na Liga Árabe. Esta Liga era uma das principais organizações árabes apoiantes do *mufti* de Jerusalém, mas não granjeava de boa reputação junto do diplomata português no Cairo, descrevendo-a como:

espécie de conglomerado étnico confessional, originariamente patrocinado pela engenhosidade britânica afim de [...] melhor garantir seus interesses políticos e económicos pois até esta data os ali-cercos e futuro da liga árabe quase só conhecem como liame a xenofobia e [...] a oposição islâmica ao regresso e instalação judaica na Palestina¹¹.

3 GILBERT, 2009: 147.

4 O Livro Branco de 1939 foi uma medida política aprovada pelo primeiro-ministro Neville Chamberlain para limitar a imigração judaica para a Palestina e cessar a aquisição de terrenos por parte dos judeus, sendo posteriormente só admitidos novos imigrantes com a autorização das autoridades árabes. A intenção consistia em organizar um Estado palestino independente dentro de dez anos, transferir gradualmente os poderes governativos para as populações existentes na Palestina ao longo de um período de cinco anos, assegurar a segurança das comunidades árabes e judaicas, dos Lugares Santos e dos interesses estratégicos britânicos (SACHAR, 1998: 222-223).

5 GILBERT, 2009: 148.

6 AHDMNE – *Ofício do Duque de Palmela a Oliveira Salazar de 27 de fevereiro de 1946*. 2.º P, A50, M40, Proc. 32, 6.

7 AHDMNE – *Despacho de Vasco Garin ao Duque de Palmela de 9 de Abril de 1946*. 2.º P, A50, M40, Proc. 32, 6.

8 AHDMNE – *Boletim Informations de Palestine* anexado ao ofício do cônsul Amílcar Lino Franco a Salazar de 24 de janeiro de 1947. 2.º P, A40, M50, Proc. 32, 61.

9 Clérigo muçulmano que pronuncia *fatwas* dentro dos preceitos da lei islâmica, visto como chefe da comunidade islâmica pelos governantes britânicos.

10 PAPPE, 2007: 156.

11 AHDMNE – *Telegrama de José Caetano d'Ávila a Oliveira Salazar de 14 de janeiro 1946*. 2.º P, A47, M144, Proc. 33, 113.

Esta organização árabe sofria de problemas internos com a formação de dois blocos no seu seio: um hachemita (Transjordânia e Iraque) e outro anti-hachemita (Egipto, Líbano, Síria e Arábia Saudita).

Na perspetiva de Ernst Bevin, ministro do *Foreign Office* britânico, a qual coincidia com a do *State Department* americano, os interesses de ambos seriam favorecidos com uma política pró-árabe. Mas a autoridade final sobre a política externa americana pertencia a Henry Truman, o qual estava mais próximo da causa judaica do que os especialistas do *State Department*¹². Este, por sua vez, procurou convencer os britânicos a facilitarem a imigração dos judeus para a Palestina e abolir o Livro Branco de 1939, mas sem sucesso. Bevin, reagindo às pressões americanas, afirmava que o motivo da ansiedade de Washington ao autorizar os judeus a irem para a Palestina devia-se à falta de vontade americana em permitir a entrada à imigração judaica¹³.

Londres esforçava-se por manter um ponto de apoio na região do Médio Oriente e o plano americano inviabilizava qualquer soberania britânica na Palestina, pois a vitória do sionismo ameaçava todos os planos britânicos para o Médio Oriente¹⁴.

Desde o início de 1946 que o governo de Whitehall procedeu a um aumento de esforços de forma a impedir que os judeus da Europa partissem para a Palestina. Como um dos percursos migratórios em terra atravessava a zona de ocupação britânica, da Áustria até à Itália, o *Foreign Office* procurou persuadir Roma a fazer todos os possíveis para estrangular este fluxo clandestino para a Palestina¹⁵. Esta situação obrigou os sionistas a orientarem os seus esforços para o mar onde o bloqueio inglês também se fazia sentir. Foi neste contexto que Portugal se viu envolvido na questão da imigração judaica e dos seus antagonistas britânicos. A 5 de abril de 1947, a embaixada britânica em Lisboa entregou uma nota verbal ao governo português no sentido de este agir de forma a impedir o navio *Exodus 1947*¹⁶ de aportar nos Açores ou em outra área de Portugal¹⁷.

Mas a 9 de abril Marcelo Mathias, secretário-geral interino no Palácio das Necessidades, defendia “parecer que não convém seja tomada qualquer atitude suscetível de envolver o Governo Português naquela delicada questão”. Como tal seria conveniente que o

Comandante dos portos dos Açores tivesse confidencialmente conhecimento da diligência britânica [...] de maneira a poder não só informar [...] sobre as condições em que por ali eventualmente passe o navio aludido, como também para a sua orientação no caso de surgir qualquer incidente¹⁸.

Na resposta oficial ao embaixador britânico, Portugal interpunha que dado tratar-se de “uma operação comercial era muito difícil intervenção das autoridades portuguesas na matéria” e aconselhava a tratar da situação com os fornecedores da ilha, ressaltando que “as autoridades portuguesas competentes foram informadas e naquilo que estivesse ao seu alcance respeitariam os desejos manifestados pela Embaixada”¹⁹.

No entanto, apesar da permissão portuguesa para o navio aportar e se abastecer nos Açores, Marcelo Mathias pediu ao comandante dos portos daquelas ilhas que recolhesse informações sobre o navio e os abastecimentos adquiridos. Estas diligências do comandante permitiram a Marcelo Mathias informar os

12 FRASER, 2008: 24-26.

13 COHN-SHERBOK; EL-ALAMI, 2008: 51.

14 MANSFIELD, 2003: 234.

15 GILBERT, 2009: 149.

16 A importância deste navio prende-se com o facto de ser o maior navio adquirido pelos judeus para transportar o maior número de imigrantes da América e da Europa para a Palestina de uma só vez, além das repercussões que originou aquando da sua chegada junto dos observadores da ONU.

17 AHDMNE – *Nota verbal do embaixador britânico Owen O'Malley para Caeiro da Matta de 4 de abril de 1947*. 2.º P, A50, M40, Proc. 32, 6.

18 No ofício enviado ao ministro da Marinha omitiu-se as palavras “sionista” e “semita” além do objetivo do navio conforme estão presentes num rascunho (AHDMNE – *Ofício de Marcello Mathias ao Chefe do Gabinete do Ministério da Marinha Capitão-de-Fragata, Celestino Martinho dos Ramos de 7 de abril de 1947*. 2.º P, A50, M40, Proc. 32, 61.

19 AHDMNE – *Apontamento de conversa de Vasco Garin com emissário da embaixada britânica [ilegível] de 8 de Abril de 1947*. 2.º P, A50, M40, Proc. 32, 61.

britânicos sobre a quantidade de combustível e a orientação que o navio tomou depois de sair do porto, assegurando-os que não conseguiria chegar à Palestina com aqueles abastecimentos. De facto, o navio dirigiu-se ao sul de França e ao norte de Itália antes de se dirigir definitivamente para o Médio Oriente. Interceptado pelas autoridades britânicas, este navio foi alvo das atenções de observadores da ONU que testemunharam o tratamento violento que soldados ingleses infligiram sobre os refugiados judeus, acabando estes últimos por serem reenviados para campos de refugiados na Europa donde fugiam²⁰.

Londres, descontente com a não intervenção portuguesa, enviou um memorando ao Palácio das Necessidades onde salientava a importância de prevenção do tráfico ilegal para a Palestina afirmando que “not only jeopardises the possibility of finding any peaceful solution to the Palestine problem, but is also open to grave objection from the humanitarian point of view” e alertando no sentido de “taking any steps that may be possible to prevent her from reaching her destination”. Para este efeito, a embaixada britânica procurou utilizar a Convenção para a Salvaguarda da Vida Humana e a Convenção sobre Linhas de Carga Máxima como fundamentos segundo os quais, dado o mau estado das embarcações usadas pelos sionistas, “may provide grounds for detaining or delaying them”²¹.

Lisboa, por seu lado, contrapunha que a verificação dos certificados previstos nas Convenções incidiam sobre o número de pessoas a bordo, a totalidade do carregamento e o prazo dos respetivos certificados, pelo que a análise mais pormenorizada só era efetuada nas embarcações que pretendessem receber emigrantes portugueses de acordo com o decreto-lei n.º 19 029²². Era, portanto, impossível o uso da convenção para os fins propostos pelo *Foreign Office*.

Nesta altura, o governo britânico encontrava-se já sob forte ataque da oposição conservadora, defensora do fim do Mandato britânico na Palestina e das pressões norte-americanas para permitir a imigração judaica na Palestina. A 18 de fevereiro de 1947, o governo britânico anunciava que já não tinha poder para determinar a quem deveria pertencer a Palestina e, conseqüentemente, viu-se obrigado a pedir uma sessão especial na Assembleia Geral da Nações Unidas para encontrar uma solução e facilitar a transição²³. Foi, então, formado o Comité Especial das Nações Unidas sobre a Palestina (UNSCOP), o qual trabalhou durante 9 meses (entre fevereiro e novembro de 1947) até chegar à decisão sobre como dividir a região entre judeus e palestinos (tal como haviam acordado a URSS e os EUA). Porém, a intransigência árabe desequilibrou a balança a favor do movimento sionista, o único a apresentar um plano de partição na ONU. O lado palestino e árabe ainda continuava a rejeitar qualquer partição e, desta forma, boicotava qualquer tentativa efetuada nesse sentido²⁴.

No final de agosto, o UNSCOP apresentou o seu relatório final, onde recomendava uma partição da Palestina entre judeus e árabes e a internacionalização dos Lugares Santos, ao que se opôs veementemente a Grã-Bretanha afirmando que não garantiria a segurança em tais condições. O relatório seria votado em Assembleia da ONU e contou com uma votação maioritariamente favorável.

Num ofício de 15 de novembro de 1947, o cônsul Riba-Tâmega da legação portuguesa em Istambul expunha a sua análise sobre o Próximo Oriente salientando as dificuldades ali vividas. Apesar de esperar o veto de Moscovo sobre o plano de partição da Palestina apresentado pelo UNSCOP, tal não aconteceu, aprovando “machiavelicamente [sic] tal decisão”. A ideia por detrás de tal ação prender-se-ia, segundo Riba-Tâmega, com o interesse da União Soviética em gerar novos conflitos, “concordando na divisão da Terra Santa”. Uma vez

20 GILBERT, 2009: 171-172.

21 AHDMNE – *Nota verbal anexada ao ofício do 1º Secretário de Legação Henrique Queiroz ao capitão-de-fragata Celestino Martinho dos Ramos de 25 de julho 1947*. 2.º P, A50, M40, Proc. 32, 61.

22 AHDMNE – *Ofício da Direcção da Marinha Mercante, director geral da Marinha capitão de mar-e-guerra Luís de Freitas Oliveira Lima a Marcelo Mathias de 11 de agosto de 1947*. 2.º P, A50, M40, Proc. 32, 61.

23 COHN-SHERBOK; EL-ALAMI, 2008: 51.

24 PAPPE, 2007: 159-160.

assegurado o voto pela resolução 181 da Assembleia Geral da ONU, o diplomata sublinhou a falta de interesse de Londres pela Palestina, a impossibilidade de os americanos enviarem uma força sem colocarem em risco os seus interesses junto dos países árabes e, por último, a impossibilidade da atuação da força internacional sob a égide da ONU, pois seria necessário que todas as nações assim o consentissem para se proceder à partilha, o que era impossível. Para o cônsul, ao votar a divisão da Palestina, a URSS estaria a alimentar divisões com o propósito de aumentar a sua zona de influência na região²⁵. Note-se que tanto os EUA como a URSS eram favoráveis à criação de Israel, mas para Moscovo a luta sionista era vista como uma luta de libertação contra o imperialismo, não esquecendo que, inicialmente, muitos dirigentes sionistas eram socialistas²⁶. Na sequência da adoção do relatório, Whitehall anunciou que iria permanecer na Palestina até 15 de maio de 1948, remetendo-se a um papel de autodefesa, excluindo a sua intervenção no crescente conflito²⁷. A ONU não fez qualquer proposta sobre como deveria ter sido levado a cabo ou financiada a partição da Palestina, tendo Londres recusado implementar ela própria a resolução 181 da ONU. Perante este cenário, Londres limitou-se a conceder o poder de soberania às comunidades que lhes pareciam mais estáveis e ordeiras, o que resultou imediatamente em lutas entre comunidades judaicas e árabes e a inevitável escalada para a guerra à medida que a administração britânica desaparecia²⁸.

Londres via-se cada vez mais enfraquecida pelas emancipações que ocorriam por todo o Médio Oriente e Mediterrâneo, tendo-se visto forçada a retirar-se do Líbano, do Egito e do Irão em detrimento de Washington que ganhava terreno na Arábia Saudita e na Turquia. As informações oriundas da representação diplomática portuguesa em Washington alertavam para uma política de contenção da URSS, recorrendo a uma pressão constante em diferentes pontos geográficos e políticos²⁹. Os EUA iniciavam assim a sua campanha de alianças regionais. Ao mesmo tempo que decorriam as negociações com os EUA para a base das Lajes, na ONU os novos países emancipados ameaçavam, no entender do embaixador Pedro Teotónio Pereira, Portugal e o seu império, pois “cada dia ganham mais força estes países novos que nos odeiam”; quanto às potências coloniais estas “esfrangalhan-se [sic]” sendo “isoladas as velhas nações nas U.N. [sic] e são constantemente vexadas pela multidão caótica desses recém-chegados que a Rússia impele e anima”³⁰.

Especialmente preocupante era o caso da Índia que ganhava força e ameaçava as possessões portuguesas. Face à posição de Washington e com o intuito de habilitar as legações nas suas relações oficiais e pessoais com representantes de certos países, foram emitidas diretivas, via telegrama, às legações portuguesas sobre a conduta a ter face à apresentação de credenciais de embaixadores de países com quem Portugal não tinha relações. A 25 de agosto de 1947, Caeiro da Matta informava que convinha

proceder [da] mesma maneira, especialmente tendo em vista ambiente [em] Washington, mas deve [a] nossa comunicação ser redigida com os devidos cuidados sem se referir relações oficiais com alguns países [que] não existem³¹.

25 AHDMNE – *Ofício de Riba Tâmega a Caeiro da Matta de 15 de novembro de 1947*. 2.º P, A50, M40, Proc. 32, 61.

26 MANSFIELD, 2003: 234.

27 DROZ, 1988: 236.

28 MANSFIELD, 2008: 235.

29 ANTT – *Ofício João de Bianchi a Caeiro da Matta de 9 de julho de 1947*. AOS/CO/NE-4F.

30 ALMEIDA, 2008: 321-322.

31 AHDMNE – *Telegrama circular de Caeiro da Matta para as várias legações portuguesas de 25 de agosto de 1947*. 2.º P, A 48, M 267, Proc. 33, 2. Os países em questão seriam a Polónia (Portugal não reconhecia o governo polaco em funções), Checoslováquia, Roménia, Hungria, Áustria e outros com quem não existissem relações oficiais.

Contudo, era ressaltado um ponto importante no anterior telegrama de Caeiro da Matta, pois para o

caso de países que se tornaram independentes depois ou durante a guerra a nossa posição até fim das hostilidades foi não reconhecer formalmente a sua independência para não dar impressão de que tomávamos posição em matéria dependente resultado da guerra e não se prevendo necessidade qualquer acto expresso reconhecimento nossa parte³².

Face à incerteza do posicionamento dos países emergentes, a postura mais cautelosa seria certamente a de aguardar, evitando reconhecimentos que transmitissem alguma posição sobre qualquer assunto. Efetivamente, ainda subsistia a falta de normas que regessem o reconhecimento de estados, por Portugal, limitando-se ao estudo individual de cada caso³³. Portanto, nada impedia que os diplomatas desses países reconhecidos – fosse por acordo das potências interessadas ou pela admissão na ONU – tivessem relações oficiais e pessoais com os diplomatas portugueses³⁴. Quando colocado perante a proposta do cônsul em Ancara, o visconde de Riba-Tâmega, para se criar um consulado em Jerusalém, Salazar respondeu negativamente, justificando com as exigências orçamentais e a exiguidade dos quadros, sublinhando que aquele não era o momento oportuno, pois a nomeação, a ser realizada, seria só de cônsules de carreira e de “sólidas garantias”³⁵. A sensibilidade diplomática necessária em relação à crescente conflitualidade vivida na Palestina, ainda sob Mandato inglês, suscitava a Salazar a necessidade de garantir uma nomeação que não prejudicasse os interesses de Portugal, comprometendo a aliança com a Grã-Bretanha e com os EUA ao tomar qualquer atitude partidária em relação a judeus ou árabes.

A postura portuguesa de não intervenção seria posta à prova quando uma organização sionista procurou furar o embargo de armas imposto pelos EUA para limitar a violência no Médio Oriente. O objetivo seria adquirir armas no Canadá usando documentos com vistos falsos de Portugal e do Canadá. Após ter adquirido o visto canadiano junto de pessoal diplomático em Lisboa, esta organização contactou a Casa de Portugal em Washington numa tentativa de obter o visto português³⁶. O visto português era necessário para enganar as autoridades canadianas sobre o destino final do armamento encomendado, levando-as assim a pensar que se destinava a Portugal. Na realidade apenas se pretendia transferir o armamento para outra embarcação em Lisboa e posteriormente rumar para a Palestina³⁷. Dando-se conta da gravidade da situação, as autoridades portuguesas desdobraram-se em contactos com o governo canadiano para os alertar da situação, além de comunicarem o sucedido à embaixada britânica. Todas as diligências portuguesas resultaram na anulação do negócio. Contudo, não seriam apenas os judeus a contactarem Portugal com o propósito de aquisição de armas. Também uma empresa inglesa, a Kingsbury Ltd, propôs a aquisição de algumas centenas de veículos blindados desarmados para reexportação para Beirute. O Palácio das Necessidades recusou, afirmando não apoiar qualquer fação do conflito e ser política do Governo não apoiar nem intervir nos conflitos que opunham árabes e judeus³⁸.

32 AHDMNE – *Telegrama circular de Caeiro da Matta para as várias legações portuguesas de 25 de agosto de 1947*. 2.º P, A 48, M 267, Proc. 33, 2.
33 As regras de reconhecimento aplicadas a um Estado não eram necessariamente aplicadas aos restantes. Tal medida já tinha sido implementada durante a II Guerra Mundial, sendo o único ponto constante a alternância entre as potências de referência para Portugal, mudando conforme a conjuntura internacional entre a Grã-Bretanha e as forças do Eixo (LOFF, 2003: 1029-1074).

34 AHDMNE – *Telegrama circular de Caeiro da Matta para as várias legações portuguesas de 25 de agosto de 1947*. 2.º P, A48, M267, Proc. 33, 2.
Os países que adquiriram a independência durante ou depois da guerra seriam a Islândia, Abissínia, Síria, Líbano e Filipinas.

35 AHDMNE – *Telegrama de Caeiro da Matta ao Visconde de Riba-Tâmega de 26 de novembro de 1947*. 2.º P, A48, M212, Proc. 33, 77.

36 AHDMNE – *Ofício de Pedro Teotónio Pereira a Caeiro da Matta de 11 de fevereiro de 1948*. 2.º P, A3, M705, Proc 36, 31.

37 AHDMNE – *Despacho de Vasco da Cunha para Teotónio Pereira de 21 de junho de 1948*. 2.º P, A3, M705, Proc. 36, 31.

38 AHDMNE – *Parecer de Luís Esteves Fernandes de 22 de julho de 1948*. 2.º P, A3, M705, Proc. 36, 31.

Grã-Bretanha – o velho aliado e o Médio Oriente

A Guerra da Independência terminava efetivamente em janeiro de 1949 com uma vitória clara dos sionistas sobre os árabes. Israel procurou orientar a sua política externa para a necessidade mais premente de qualquer novo Estado, ou seja, o seu reconhecimento *de facto* e *de jure*.

Como Walter Eytan³⁹ sublinhou no seu livro *The First Ten Years*, Israel

had always taken it for granted the she would join the United Nations. The General Assembly itself had, indeed, stated in its resolution of November 29, 1947 that when the independence either the Arab or the Jewish State had become effective, sympathetic consideration should be given to its application for admission to its membership in the United Nations⁴⁰.

O novo Estado imediatamente estabeleceu os princípios pelos quais se tencionava guiar, orientando-se para a amizade e cooperação com os EUA e a URSS, um pacto entre judeus e árabes e o apoio às Nações Unidas⁴¹. Note-se, contudo, a contradição das novas diretivas da sua política externa que pretendia ultrapassar a crescente bipolarização dos blocos ocidental e soviético.

O caso do reconhecimento do Estado de Israel constitui um exemplo de como os reconhecimentos *de facto* e *de jure* e as suas interpretações variam de país para país ou da conjuntura. O processo de reconhecimento iniciou-se desde o primeiro momento da declaração de independência israelita. No entanto, apesar de constituírem apenas reconhecimentos *de facto*, o reconhecimento *de jure* ficou relegado para depois das eleições legislativas e presidenciais. Alguns países eram indiferentes à nomenclatura usada pois, na sua lógica, os reconhecimentos *de facto* e *de jure* eram indissociáveis⁴². Por sua vez, outros países acreditavam na diferença de reconhecimentos, pelo que procediam inicialmente ao primeiro e, mais tarde, ao segundo.

Para Portugal, este período foi significativo para a política externa, pois a tradicional prática da *realpolitik* bilateral da diplomacia portuguesa na sua relação com a Espanha, o Reino Unido e os EUA alterou-se. Sob a forma da ONU, a lógica multilateral impôs-se, a qual não era do agrado de Lisboa, visto que Salazar e algumas das elites políticas dependiam do bilateralismo para fazerem valer a sua posição. A adesão de Israel às convenções e tratados internacionais obrigou a cuidados reforçados por parte da diplomacia portuguesa no sentido de nem hostilizar nem favorecer o novo Estado⁴³. A admissão favorável ou desfavorável de Israel avaliava-se caso a caso, ao que a ausência de diretrizes claras sobre o assunto obrigava os diplomatas a consultas constantes ao Palácio da Necessidades⁴⁴.

A 3 de fevereiro, Londres informava Lisboa que estava a ponderar o reconhecimento de Israel e, se tal sucedesse, informaria o Governo português antes desta medida ser tornada pública. Pedro Teotónio Pereira, na sequência deste anúncio, levantou a hipótese da conveniência do reconhecimento de Israel por Portugal, caso a Grã-Bretanha assim o fizesse, pois acreditava que “até comercialmente seria muito útil”⁴⁵.

Atenta ao desenrolar dos eventos, a diplomacia portuguesa apercebeu-se das concessões feitas por Londres ao emergente poder americano nesta região, optando pela “aproximação e conciliação das políticas inglesa e americana”⁴⁶. A política britânica ainda lutava para manter as possessões na Índia mas, na ótica de Salazar, essa política era pouco clara. Contudo, se Londres persistisse em “alimentar a divisão, atrair a si o

39 Walter Eytan foi o primeiro diretor-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel sob o comando do ministro Moshe Sharret.

40 EYTAN, 1958: 15.

41 GILBERT, 2009: 285.

42 EYTAN, 1958: 8-17.

43 AHDMNE – *Nota formal da legação suíça em Portugal para Caeiro da Matta de 14 de agosto de 1948*. 2.º P, M212, A48, Proc. 33, 77.

44 AHDMNE – *Parecer de Carreiro de Freitas para Luís Esteves Fernandes de 4 de dezembro de 1948*. 2.º P, M212, A48, Proc. 33, 77.

45 ALMEIDA, 2008: 374.

46 AHDMNE – *Ofício de Henrique Queiroz para Caeiro da Matta de 24 de janeiro de 1949*. 2.º P, A48, M264, Proc. 33, 177.

Paquistão e proteger, até, a independência do Hyderabad, sobretudo se a Índia não se revelasse suficientemente segura na adesão à Comunidade de Nações Britânicas”, tal era para Salazar:

O que mais convém, porque a unidade da Índia é um perigo muito maior para nós que a Índia dividida, porque se os Estados da Índia ficarem dentro da Comunidade Britânica, não há motivo para que a Índia portuguesa não fique dentro do Império português [...] a nossa facilidade de manobra é maior, dada a concorrência de interesses, desde que possamos ter pontos de apoio no Paquistão e no Hyderabad⁴⁷.

E reconhecer Israel, nesta altura, seria contraproducente. Todavia, o investimento nas relações com os países árabes apenas surgiu a partir de 1953 com a reabertura da representação portuguesa em Ancara⁴⁸. Segundo Manuela Franco, “a perspectiva de uma aliança muçulmana contra a Índia aparece como valiosa; Portugal vai alargando a sua representação nos países árabes como pode; procura geralmente uma posição muito discreta”⁴⁹. O distanciamento entre Lisboa e Londres acentua-se neste momento com a implosão da influência britânica a deixar Portugal:

com uma mistura de ressentimento por essa fraqueza, um certo alívio por perder o complexo de inferioridade e também um estado de ansiedade por, não sendo membro das Nações Unidas e desconfiado dos EUA, não saber para onde se virar para procurar o apoio que o aliado tradicional já não lhe podia oferecer⁵⁰.

O próprio governo israelita teria a iniciativa de contactar Lisboa no sentido de dar a conhecer a constituição do governo de pleno direito em Israel, além do resultado das eleições no início de 1949. Entenda-se que esta iniciativa subentendia uma tentativa de se estabelecerem relações diplomáticas, mas não surtiu efeito⁵¹.

Os irmãos católicos: Irlanda, Santa Sé e Espanha

Enfrentando a ameaça do comunismo na Europa, a Santa Sé via-se cada vez mais dependente dos EUA para prevalecer. Esta dependência, associada a uma opinião europeia crescentemente favorável a Israel, degradou o poder reivindicativo da diplomacia papal, o qual se limitava, neste período, a um projeto de internacionalização de Jerusalém⁵².

A representação diplomática portuguesa no Vaticano, dentro do período cronológico deste artigo, fez-se pelas mãos do diplomata de carreira Pedro Tovar de Lemos (1946-1950), 2.º conde de Tovar, e por José Nosolini (1950-1953) via nomeação política⁵³.

A 29 de janeiro de 1949, um despacho ao embaixador português na Santa Sé informava que os representantes da Irlanda e de Espanha em Lisboa apresentaram um projeto ao MNE português no sentido de se constituir um organismo internacional para a defesa dos Lugares Santos na Palestina⁵⁴.

47 STOCKER, 2005: 73.

48 AHDMNE – *Anuário Diplomático e Consular*, 1953, p. 87.

49 FRANCO, 2006: 73.

50 STOCKER, 2005: 80.

51 AHDMNE – *Telegrama de Moshe Sharret para Caeiro da Matta de 21 de março de 1949*. 2.º P, A48, M264, Proc. 33, 177.

52 SACHAR, 1998: 198.

53 REIS, 2006: 197-202.

54 AHDMNE – *Despacho de Vasco da Cunha para Tovar de Lemos de 29 de janeiro de 1949*. 2.º P, A48, M264, Proc. 33, 177.

Isolada internacionalmente pelo seu apoio aos regimes fascistas europeus, a Espanha franquista procurava fugir à solidão diplomática que a manietava. Portugal e Espanha ainda colaboravam, mantendo-se Lisboa fiel ao Pacto Ibérico apesar de algum distanciamento e desconfiança⁵⁵. Madrid pretendia uma coesão das políticas externas ibéricas nalguns temas procurando:

a) Conhecer a atitude de Portugal em relação a Tânger, e qual a sua posição perante a internacionalização dos Lugares Santos; b) Tentar uma postura comum face ao novo Estado de Israel, com o objetivo de que um reconhecimento antecipado não desse ao mundo a impressão de uma divergência entre ambos os países; c) conhecer a postura de Portugal em relação à China comunista, e no caso de, por causa de Macau, Portugal ser obrigado a estabelecer com ela algum contacto, e ver a possibilidade de Portugal se encarregar da defesa dos missionários espanhóis na China⁵⁶.

Mantendo-se fiel às diretrizes anunciadas e ao facto de Madrid não ter abordado anteriormente a questão da internacionalização com Lisboa, o MNE português evitou alimentar esperanças de sucesso da iniciativa espanhola⁵⁷. Todavia mais convicto do sucesso deste empreendimento estava o representante papal em Madrid, o nuncio Tardini, o qual demonstrava estar a par da situação, defendendo a viabilidade do projeto e da necessidade de intervenção dos países católicos⁵⁸.

Em maio do mesmo ano as representações da Santa Sé, Espanha, Irlanda e Portugal reúnem-se para discutir o projeto, tendo o momento sido aproveitado para o diplomata português se informar das pretensões da Santa Sé. Estas consistiam em quatro pontos vitais: a) Jerusalém; b) outros Lugares Santos; c) instituições católicas na Palestina (conventos, hospitais, recolhimentos para peregrinos, etc.); d) direitos dos católicos nos Lugares Santos⁵⁹. O objetivo principal era Jerusalém, considerado o berço da civilização cristã, posta em perigo pelos combates anteriormente ali verificados. Na opinião do embaixador Tovar de Lemos, “o único meio de evitá-lo é o estabelecimento de uma administração internacional, amparada por forças armadas também internacionais”⁶⁰. Estivessem os Lugares Santos em território israelita ou árabe, ficariam sob a responsabilidade de uma comissão de fiscalização internacional com o compromisso das partes envolvidas e com a garantia de acesso, de permanência e de culto. As instituições católicas, por sua vez, teriam um estatuto jurídico específico para garantir a sua existência. Os direitos católicos referiam-se a direitos consuetudinários, sendo “preciso que esse equilíbrio seja mantido e respeitado, que os direitos dos católicos não sejam cerceados em proveito de outra qualquer confissão religiosa”; “são estes os objetivos que deveriam ter presentes os quatros países católicos em questão nas diligências que se propõem praticar junto dos membros da O.N.U.”⁶¹

A saída da Itália do projeto de internacionalização, face à sua necessidade de obter financiamento ao abrigo do Plano Marshall e a adesão de Israel à ONU levaram Tovar de Lemos a afirmar que toda a esperança “de voltar para trás e de impor ao Estado de Israel um ato internacional com todo o carácter de uma capitulação talvez se pudesse ter conseguido antes do reconhecimento e da admissão na ONU”⁶².

Terminava assim, na ótica portuguesa, a viabilidade do projeto de internacionalização, mas salvaguardando sempre a possibilidade de uma mudança de opinião. De acordo com Bruno Reis,

55 REDONDO, 1996: 133.

56 REDONDO, 1996: 141.

57 AHDMNE – *Despacho de Vasco da Cunha para Tovar de Lemos de 29 de janeiro de 1949*. 2.º P, A48, M264, Proc. 33, 177.

58 AHDMNE – *Despacho de Vasco da Cunha para Tovar de Lemos de 29 de janeiro de 1949*. 2.º P, A48, M264, Proc. 33, 177.

59 ANTT – *Ofício de Tovar de Lemos para Salazar de 21 de maio de 1949*. AOS/CO/NE-4F.

60 ANTT – *Ofício de Tovar de Lemos para Salazar de 21 de maio de 1949*. AOS/CO/NE-4F.

61 ANTT – *Ofício de Tovar de Lemos para Salazar de 21 de maio de 1949*. AOS/CO/NE-4F.

62 ANTT – *Ofício de Tovar de Lemos para Salazar de 30 de maio de 1949*. AOS/CO/NE-4F.

A posição portuguesa neste campo de batalha longínquo e minado do Médio Oriente era tudo menos ativista. [...] Mas Salazar sabia que Portugal nada podia fazer quanto a isso e, portanto, o melhor era não insistir em acções impopulares com os EUA⁶³.

Apesar da breve participação portuguesa, Israel ainda diferenciava Madrid de Lisboa, pois não se tinha esquecido das ligações franquistas com o regime nazi, recusando mesmo encontros informais. Tal atitude apenas motivou um estreitar de laços entre o regime espanhol e os regimes árabes⁶⁴. Esta recusa trazia consequências para o Governo israelita, pois

there were several reasons for Portugal's reluctance to mend fences with Israel. First, there was administrative lethargy in Portuguese Foreign Ministry, where no official had enough motivation to deal with the issue. Second, Portugal did not wish to take a step that was liable to anger Spain. Third, Portugal was discouraged by the fact that Vatican was not favourably disposed toward Israel⁶⁵.

A mesma opinião seria partilhada pelo Presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, Moisés Bensabat Amzalak. Ao dirigir-se ao embaixador israelita em Londres, nomeou os principais motivos da recusa de Lisboa como sendo: a) a necessidade de Portugal coordenar a sua política externa com Espanha sem obstar as suas relações com a Inglaterra; b) O impacto do sentimento católico e a ligação entre o Vaticano e o governo português; c) o receio de contrariar as comunidades coloniais (neste caso as comunidades muçulmanas); d) a tendência de Lisboa de hesitar e evitar decisões arriscadas⁶⁶.

A diplomacia portuguesa entendia o futuro peso do mundo árabe no seio da ONU, constatando que:

se o mundo maometano se encontrasse unido e se ela pudesse ser assim uma associação política de todos os povos da religião de Allah, representaria, apesar do atraso social e industrial dos países muçulmanos, um elemento de grande peso na balança mundial. De Marrocos à Indonésia, com as largas infiltrações em direção ao sul em África; abrangendo uma das regiões mais ricas do mundo, e das mais importantes estrategicamente – o Próximo Oriente; estando situado na linha-mãe das civilizações, o mundo maometano poderia aspirar ao papel de árbitro entre os poderosos que se digladiam⁶⁷.

Mas devido ao número limitado de membros da Liga Árabe e das “frequentes questiúnculas entre eles”, tal potencial não se concretizava. Ressaltava, por fim, o papel da Europa, que “alimentada pelas inexploradas riquezas de África, poderia ser esse terceiro poder”⁶⁸.

Atendendo à presença quer da Índia quer do Egipto no Conselho de Segurança da ONU, como membros não permanentes, em 1950, a legação portuguesa no Cairo defendia, pela voz de António de Sêves:

julgo dever dizer que ela está longe de ter evoluído suficientemente para dar a Portugal uma possibilidade de tomar uma posição sem alienar simpatias no mundo árabe que lhe permitem não agravar interesses africanos evidentes sem vantagem, parece, para quaisquer outros que derivem do reconhecimento do estado de Israel – e esta Legação não conhece⁶⁹.

63 REIS, 2006: 198.

64 REIN, 1996: 21-26.

65 ABADI, 2004: 87.

66 ABADI, 2004: 87.

67 AHDMNE – *Relatório referente ao ano de 1948 do 1.º secretário de Legação Mário de Oliveira Neves de 24 de junho de 1949*. 2.º P, A50, M9, Proc. 20, 135.

68 AHDMNE – *Relatório referente ao ano de 1948 do 1.º secretário de Legação Mário de Oliveira Neves de 24 de junho de 1949*. 2.º P, A50, M9, Proc. 20, 135.

69 ANTT – *Ofício de António de Sêves, legação no Cairo, a Oliveira Salazar de 5 de junho de 1950*. AOS/CO/NE 20.

E ainda

tanto mais que toda a campanha de consequências anti-ocidentais desenvolvida contra a América e contra a Inglaterra, com tendência a justificar a neutralidade do Egipto no caso da Coreia [sic] e a ligar toda a Liga Árabe (nascida sob o patrocínio inglês) a política externa do Egipto, assenta justamente na questão de Israel, por um lado, no desinteresse da América e da Inglaterra pelo algodão egípcio por outro, tendo como centro a questão vital para o atual governo da evacuação das tropas inglesas e da unidade do vale do Nilo, ou seja, o Sudão. Quem contribuir para resolver, pelo menos salvando a face ao governo Egípcio, esta questão central – é um amigo do Egipto e da Inglaterra e do Ocidente, se tudo for feito com as precauções necessárias. Quem tomar qualquer posição a favor de Israel sem atender a sensibilidade especial do mundo árabe e às necessidades especiais da política interna e externa o Egipto perante os egípcios e o mundo Árabe, tanto nesse caso de Israel como no caso das negociações com a Inglaterra, sem obter nenhum benefício particular, não prestará, decerto, nenhum serviço ao ocidente⁷⁰.

A 23 de fevereiro de 1953, o ministro dos Negócios Estrangeiros Paulo Cunha oficializava por despacho uma postura que até então era apenas uma diretriz:

a presente ocasião de agitação manifesta em torno dos problemas de Israel e dos Estados Árabes desaconselha que se tome qualquer decisão alterando o *statu quo*, o que seria objeto de exploração. Quando se entrar em situação mais tranquila, procurar-se-á rever o assunto⁷¹.

Comércio entre Portugal e Israel

É interessante analisar o processo de relacionamento comercial entre os dois países pelo simples facto de terem um trajeto muito diferente e até contrário ao do relacionamento político. Procurando combater a inflação e o excesso de liquidez, criado pela entrada substancial de divisas e consequente aumento de oferta monetária, o Governo português iniciou um processo de endividamento público interno⁷². A balança comercial do pós-guerra lutava com algumas dificuldades, melhorando a sua posição no início da década de 1950. O que coincidiu com a queda da Grã-Bretanha como o principal fornecedor nacional⁷³.

A economia israelita, por sua vez, procurou regular os direitos de propriedade, iniciou um conjunto de obras públicas para diminuir a alta taxa de desemprego e procedeu à reflorestação e desenvolvimento agrícola⁷⁴. É neste contexto de desenvolvimento agrícola que nasceram as relações comerciais. O setor agrícola israelita, dominado pelos citrinos e respetiva exportação, necessitavam de caixas de madeira para o seu transporte. O bloqueio económico por parte dos vizinhos árabes, do qual Israel era alvo, limitava seriamente a obtenção de madeira (entre outras matérias-primas) e a produção de caixotaria.

Em fevereiro de 1946, foram notícia no *Palestine Post* más condições meteorológicas em Espanha, esperando-se uma fraca colheita de citrinos para esse ano. Este aspeto constituiu uma oportunidade para os empresários israelitas conquistarem mercado a Espanha. Com uma colheita de citrinos estimada em 8 500 000 caixotes, dos quais 4 500 000 seriam para exportação, era essencial obter caixas para assegurar este

70 ANTT – *Ofício de António de Séves, legação no Cairo, a Oliveira Salazar de 5 de junho de 1950*. AOS/CO/NE 20.

71 AHDMNE – *Citação de Paulo Cunha presente na informação de serviço de Pinto Lima para Paulo Cunha de 12 de abril de 1955*. 2.º P, A55, M151, Proc 41, 22.

72 SÉRGIO, 1990: 2.

73 ROMÃO, 1996: 167-168.

74 GILBERT, 2009: 293-298.

transporte⁷⁵. Iniciaram-se, então, negociações com fornecedores em Portugal e na Suécia, tentando obter o maior número de caixotes possível, o que equivalia a uma maior possibilidade de exportação⁷⁶. Procurando dar resposta à procura do mercado e em concorrência direta com Espanha, Israel começava a tornar-se cada vez mais atrativo como cliente de Portugal. Em junho de 1950, a Repartição de Negócios Políticos questiona a Repartição de Negócios Económicos sobre a conveniência em reconhecer Israel. Esta última comunicaria que existia

a maior conveniência no reconhecimento do Estado de Israel pelo governo português dada a necessidade de abrir novos mercados ao comércio exportador português e a consequente vantagem de termos naquele país representação permanente⁷⁷.

Em 1951, Lisboa propunha um acordo comercial a Israel, no sentido de exportar a produção excedente de batata portuguesa mas, após breves negociações, não viria a dar frutos⁷⁸. Esta iniciativa portuguesa, caso tivesse tido sucesso, implicaria o reconhecimento *de facto* de Israel.

Israel tornava-se cada vez mais atrativo comercialmente para Portugal, sendo cliente não só da caixotaria mas também das cortiças e das conservas portuguesas. Marcelo Mathias, embaixador em Paris, num ofício ao ministro Paulo Cunha, informava que

havia entretanto toda a vantagem em averiguar-se qual o exato alcance das exportações portuguesas para Israel [...]. Se efetivamente para ali vendemos um milhão e meio de dólares parece que haveria vantagem, independentemente do problema político, em não deixarmos que nos seja fechado aquele mercado⁷⁹.

A própria Repartição de Negócios Económicos pressionava a Repartição de Negócios Políticos sobre a conveniência do Governo português em reconhecer Israel. Não só devido ao intercâmbio existente e respetivo desenvolvimento, mas devido ao conjunto crescente de firmas que pediam informações sobre importadores em Israel⁸⁰.

Conclusão

A região do Médio Oriente era, no período cronológico deste artigo, menos importante na lista de prioridades da política externa portuguesa, em virtude da ausência de interesses nacionais naquele espaço geopolítico. A emergência de movimentos de cariz independentista e descolonizador na Ásia, em particular na Índia, onde a Grã-Bretanha procurou alavancar a sua posição procurando o apoio muçulmano, orientou a política externa portuguesa de forma semelhante na defesa das possessões portuguesas no continente indiano. Apesar de criticar e suspeitar da política londrina de dividir para governar, Salazar optou por não reconhecer o estado israelita com receio de ferir a suscetibilidade do mundo árabe e muçulmano com forte presença na ONU. Mesmo quando interpelado por Londres sobre o reconhecimento de Israel, Lisboa evitou pronunciar-se, escudando-se na ausência de uma doutrina fixa em relação ao reconhecimento de estados.

75 *Palestine Post*, 18 de Fevereiro, 1946, p. 3.

76 *Palestine Post*, 18 de Fevereiro, 1946, p. 3.

77 AHDMNE – *Ofício de José Augusto (repartição das questões económicas) para Antero Carreiro de Freitas (repartição das questões políticas) de 28 de junho de 1950*. 2.º P, A50, M82, Proc. 33, 77.

78 AHDMNE – *Ofício de Ruy Ulrich para Paulo Cunha de 6 de fevereiro de 1952*. 2.º P, A32, M101, Proc. 41, 22.

79 AHDMNE – *Ofício (urgente) de Marcelo Mathias a Paulo Cunha de 20 de abril de 1954*. 2.º P, A55, M30, Proc. 41, 22.

80 AHDMNE – *Informação de serviço de Tomaz Andresen a Carreiro de Freitas de 27 de junho de 1952*. 2.º P, A32, M101, Proc. 41, 22.

Pretendia-se desta forma manter Portugal afastado do conflito e da possibilidade de exploração por parte de alguma das forças envolvidas.

Lisboa tinha conhecimento da importância estratégica do Canal do Suez para os ingleses e do esforço destes para manter a sua presença na região, cada vez mais enfraquecida face à influência americana nesta zona.

A surpreendente vitória israelita na Guerra da Independência em 1949 e a adesão de Israel na ONU inviabilizou (mas não abandonou) o projeto em curso de internacionalização de Jerusalém e a capitulação do novo Estado. Patrocinado pela Santa Sé, este projeto contava com o apoio dos tradicionais países católicos europeus: Irlanda, Espanha e Portugal. Salazar, cético relativamente à viabilidade do projeto compreendia a necessidade de Madrid sair do isolamento internacional. A proposta de internacionalização consistiu na única ação da política portuguesa, durante este período, face a Israel e a que melhor transmite a postura portuguesa face ao estado israelita: a adoção do mesmo posicionamento da política externa do Vaticano.

Paralelamente à questão política salientam-se as negociações comerciais entre os dois Estados sobre a caixotaria portuguesa que, apesar de não ser um setor estratégico para Portugal, foi vital para as exportações de citrinos israelitas. Estes, sim, eram um produto estratégico na sua economia, pois o país permanecia sob bloqueio económico dos países árabes vizinhos. As exportações para Israel foram alvo da atenção da Repartição de Questões Económicas do MNE, a qual verificava cada vez mais as vantagens económicas oriundas de um acordo com o novo Estado, ressaltando a necessidade de se estabelecer uma representação permanente. Todavia, a esfera política prevaleceu sobre a esfera económica e as posições mantiveram-se.

Fontes arquivísticas

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE) – *Anuário Diplomático e Consular*, 1953.

AHDMNE – *Ofício do Duque de Palmela a Oliveira Salazar de 27 de fevereiro de 1946*. 2.º P, A50, M40, Proc. 32, 6; *Despacho de Vasco Garin ao Duque de Palmela de 9 de abril de 1946*. 2.º P, A50, M40, Proc. 32, 6; *Boletim Informations de Palestine* anexado ao ofício do cônsul Amílcar Lino Franco a Salazar de 24 de janeiro de 1947. 2.º P, A40, M50, Proc. 32, 61; *Telegrama de José Caetano d'Ávila a Oliveira Salazar de 14 de janeiro 1946*. 2.º P, A47, M144, Proc. 33, 113; *Nota verbal do embaixador britânico Owen O'Malley para Caeiro da Matta de 4 de abril de 1947*. 2.º P, A50, M40, Proc. 32, 6; *Ofício de Marcello Mathias ao Chefe do Gabinete do Ministério da Marinha Capitão-de-Fragata, Celestino Martinho dos Ramos de 7 de abril de 1947*. 2.º P, A50, M40, Proc. 32, 61; *Apontamento de conversa de Vasco Garin com emissário da embaixada britânica [ilegível] de 8 de abril de 1947*. 2.º P, A50, M40, Proc. 32, 61; *Nota verbal anexada ao ofício do 1º Secretário de Legação Henrique Queiroz ao capitão-de-fragata Celestino Martinho dos Ramos de 25 de julho 1947*. 2.º P, A50, M40, Proc. 32, 61; *Ofício da Direção da Marinha Mercante, director geral da Marinha capitão de mar-e-guerra Luís de Freitas Oliveira Lima a Marcelo Mathias de 11 de agosto de 1947*. 2.º P, A50, M40, Proc. 32, 61; *Ofício de Riba Tâmega a Caeiro da Matta de 15 de novembro de 1947*. 2.º P, A50, M40, Proc. 32, 61; *Telegrama circular de Caeiro da Matta para as várias legações portuguesas de 25 de agosto de 1947*. 2.º P, A48, M267, Proc. 33, 2; *Telegrama circular de Caeiro da Matta para as várias legações portuguesas de 25 de agosto de 1947*. 2.º P, A48, M267, Proc. 33, 2; *Telegrama circular de Caeiro da Matta para as várias legações portuguesas de 25 de agosto de 1947*. 2.º P, A48, M267, Proc. 33, 2; *Telegrama de Caeiro da Matta ao Visconde de Riba-Tâmega de 26 de novembro de 1947*. 2.º P, A48, M212, Proc. 33, 77; *Ofício de Pedro Teotónio Pereira a Caeiro da Matta de 11 de fevereiro de 1948*. 2.º P, A3, M705, Proc. 36, 31; *Despacho de Vasco da Cunha para Teotónio Pereira de 21 de junho de 1948*. 2.º P, A3, M705, Proc. 36, 31; *Parecer de Luís Esteves Fernandes de 22 de julho de 1948*. 2.º P, A3, M705, Proc. 36, 31; *Nota formal da legação suíça em Portugal para Caeiro da Matta de 14 de agosto de 1948*. 2.º P, M212, A48, Proc. 33, 77; *Parecer de Carreiro de Freitas para Luís Esteves Fernandes de 4 de dezembro de 1948*. 2.º P, M212, A48, Proc. 33, 77; *Ofício de Henrique Queiroz para Caeiro da Matta de 24 de janeiro de 1949*. 2.º P, A48, M264, Proc. 33, 177; *Telegrama de Moshe Sharret para Caeiro da Matta de 21 de março de 1949*. 2.º P, A48, M264, Proc. 33, 177; *Despacho Vasco da Cunha para Tovar de Lemos de 29 de janeiro de 1949*. 2.º P, A48, M264, Proc. 33, 177; *Despacho de Vasco da Cunha para Tovar de Lemos de 29 de janeiro de 1949*. 2.º P, A48, M264, Proc. 33, 177; *Despacho de Vasco da Cunha para Tovar de Lemos de 29 de janeiro de 1949*. 2.º P, A48, M264, Proc. 33, 177; *Citação de Paulo Cunha presente na informação de serviço de Pinto Lima para Paulo Cunha de 12 de abril de 1955*. 2.º P, A55, M151, Proc. 41, 22; *Ofício de José Augusto (repartição das questões económicas) para Antero Carreiro de Freitas (repartição das questões políticas) de 28 de junho de 1950*. 2.º P, A50, M82, Proc. 33, 77; *Ofício de Ruy Ulrich para Paulo Cunha de 6 de fevereiro de 1952*. 2.º P, A32, M101, Proc. 41, 22; *Ofício (urgente) de Marcelo Mathias a Paulo Cunha de 20 de abril de 1954*. 2.º P, A55, M30, Proc. 41, 22; *Informação de Serviço de Tomaz Andresen a Carreiro de Freitas de 27 de junho de 1952*. 2.º P, A32, M101, Proc. 41, 22.

ANTT – *Ofício de Tovar de Lemos para Salazar de 21 de maio de 1949*. AOS/CO/NE-4F; *Ofício de Tovar de Lemos para Salazar de 30 de maio de 1949*. AOS/CO/NE-4F; *Ofício de António de Séves, Legação no Cairo, a Oliveira Salazar de 5 de junho de 1950*. AOS/CO/NE 20.

Outras Fontes

ALMEIDA, João Miguel, 2008 – *António Oliveira Salazar e Pedro Teotónio Pereira: Correspondência política 1945-1968*. Lisboa: Círculo de Leitores.

EYTAN, Walter, 1958 – *The First Ten Years*. New York: Simon & Schuster.

GERSHON, Agron (ed.) – *The Palestine Post* - Jerusalem, 1946-1949. Disponível em: <<http://jpress.tau.ac.il/publications/PPost-en.asp>> [consult. 12 de jul. 2010].

Bibliografia

ABADI, Jacob, 2004 – *Constraints and Adjustments in Portugal's Policy toward Israel*. *Middle Eastern Studies*. London: Taylor & Francis, n.º 5, vol. 40.

COHN-SHERBOK, Dan; EL-ALAMI, D., 2008 – *The Palestine-Israeli Conflict*. Oxford: Oneworld.

DROZ, Bernard, 1988 – *História do Século XX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

FRANCO, Manuela, 2006 – *O Melindre do Problema Sionista, Relações Portugal Israel 1947-1977. Relações Internacionais*. N.º 11, Instituto Português de Relações Internacionais. Disponível em: <http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/artigo_ri.php?ida=110>

[consult. 22 de dez. 2008].

FRASER, T., 2008 – *The Arab-Israeli Conflict*. 3.ª ed. New York: Palgrave Macmillan.

GILBERT, Martin, 2009 – *História de Israel*. Coimbra: Edições 70.

LOFF, Manuel, 2003 – *As ditaduras Ibéricas na Nova Ordem Eurofascista (1936-1945): Autodefinição, Mundivisão e Holocausto no Salazarismo e no Franquismo* (Tese de Doutoramento em História e Civilização apresentada ao Instituto Universitário Europeu de Florença, vol. 3).

MANSFIELD, Peter, 2003 – *A History of the Middle East*. 2.ª ed. London: Penguin Books.

PAPPE, Ilan, 2007 – *História da Palestina Moderna: Uma terra, dois povos*. Lisboa: Caminho.

REDONDO, Juan Carlos, 1996 – *Franco e Salazar: As relações luso-espanholas durante a guerra fria*. Lisboa: Assírio & Alvim.

REIN, Raanan, 1997 – *Franco, Israel y los judíos*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

REIS, Bruno, 2006 – *Salazar e o Vaticano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

SACHAR, Howard M., 1998 – *A History of Israel: From the rise of Zionism to our time*. 2.ª ed. Nova Iorque: Ed. Knopf.

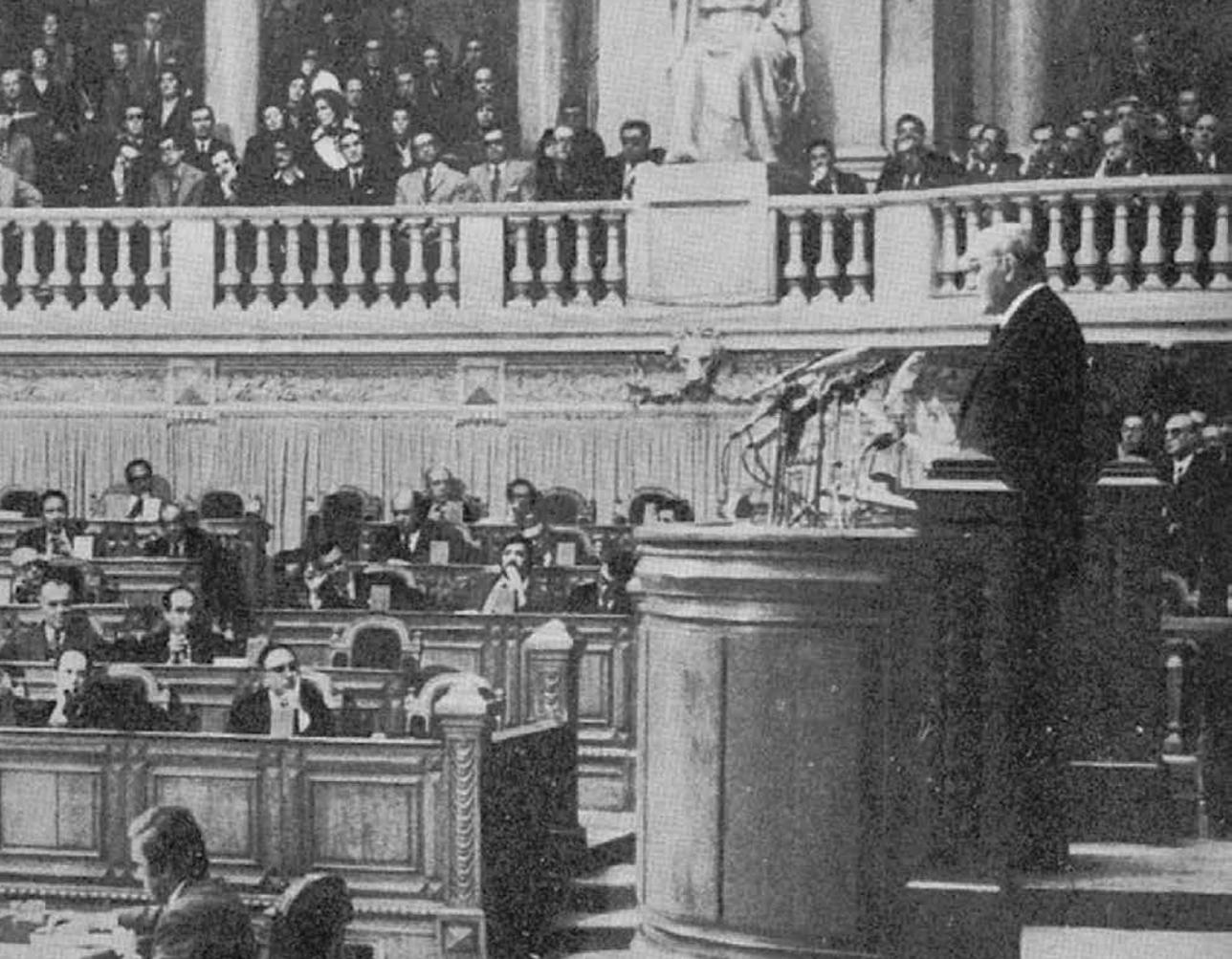
SÉRGIO, Anabela, 1990 – *O sistema bancário e a expansão da Economia Portuguesa (1947-1959)*. Lisboa: Banco de Portugal.

STOCKER, Maria, 2005 – *Xeque-Mate a Goa*. Lisboa: Temas e Debates.

ROMÃO, A., 1996 – “Comércio Externo” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.) – *Dicionário do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, vol. 2.

TEIXEIRA, N. S., 2000 – “Política Externa” in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, vol. 9.

TELO, António, 1996 – “Política Externa” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.) – *Dicionário do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, vol. 2.



A Questão Europeia no Marcelismo: o debate geracional

Pedro Mendes

Introdução

Este artigo analisa o debate político relativo ao “dilema integrativo”¹ português que ocorreu durante o marcelismo. Neste período emergiu uma *questão europeia* em Portugal que se centrou na possibilidade de uma reorientação europeia da política externa de Portugal e que teve importantes reflexos na política interna.

Deste modo, através da análise das condicionantes culturais e identitárias² do debate ocorrido no marcelismo relativamente a uma estratégia europeia defendida por uma parte das elites políticas, e das consequentes resistências por parte do conservadorismo imperial das elites do *establishment* político do Estado Novo, o texto que se segue visa contribuir para uma melhor compreensão da incipiente europeização de parte da sociedade portuguesa.

Sem prejuízo de uma perspetiva contextual mais global, optamos, por regra metodológica, por concentrar a nossa análise nos *discursos percecionais*³ de alguns dos principais atores que participaram no debate que ocorreu neste período do regime autoritário português relativo à possibilidade de compatibilizar a ideia imperial de Portugal com uma aproximação europeia da política externa portuguesa. Neste sentido, o presente trabalho desenvolve-se em torno do debate ocorrido na Assembleia Nacional entre os defensores de uma política externa *imperial-continuista* e os defensores de uma política externa *europeia-reformista*.

Mais do que numa perspetiva descritiva dos factos relativos à definição da política externa portuguesa, o nosso problema centra-se na análise compreensiva, diríamos weberiana⁴, relativamente às *imagens*⁵ e às

1 CRUZ, 1988.

2 Esta perspetiva está relacionada com o conceito de cultura política introduzido nos anos 1950 por Gabriel Almond. Este autor definiu-o como “um padrão particular de orientações para a acção política”, um “conjunto de significados e propósitos dentro do qual cada sistema político está embutido” (ALMOND, 1956: 396). Toda a problemática percetiva e geracional que organiza conceitualmente este trabalho está intimamente ligada ao aparecimento da problemática da cultura política e do mais recente *cultural turn* que se verificou nas Relações Internacionais. Sobre a cultura política ver os clássicos ALMOND, 1963; ALMOND; VERBA, 1980. Sobre o *cultural turn* nas Relações Internacionais ver LAPID; KRATOCHWIL, 1996; KATZENSTEIN, 1996; LEBOW, 2010.

3 Por *discursos percepcionais*, entendam-se as *percepções* extraídas das intervenções políticas que analisamos, ou seja, as *imagens* nacionais e internacionais dos atores políticos em análise, também referidas ao longo do trabalho como *visões do mundo* (Cf. as notas 6, 7 e 8).

4 Adotamos aqui a perspetiva Weberiana de *Verstehen* e de *erklärendes Verstehen* utilizada em HOLLIS; SMITH, 1991: 78-82.

5 De acordo com Kenneth Boulding, as decisões tomadas pelos atores de política externa não respondem aos factos “objetivos” da situação mas, essencialmente, à *imagem* que estes têm da situação. O que determina o comportamento dos atores não é o mundo *real*, mas sim o que estes pensam ser o mundo. Deste modo, é a *imagem* que os decisores têm do mundo – correta ou incorreta, verde ou vermelha – que determina o comportamento dos decisores (BOULDING, 1969).

*ideias*⁶ que compõem as *visões do mundo*⁷ dos atores políticos envolvidos neste debate. É, portanto, partindo da problemática da análise das atitudes percepcionais destes atores que procuramos evidenciar a *internalização* dos assuntos de política externa nos últimos anos do regime autoritário português.

1. Contextualização do problema: a sucessão, a questão europeia e a problemática geracional⁸

O problema da sucessão do *ditador* é sempre muito complexo pois, por definição, todo o regime autoritário assenta num *chefe condutor* e no princípio da centralização e concentração de poder no chefe, que constrói todo um edifício político-administrativo à sua imagem. Foi isto que aconteceu com Oliveira Salazar, principal autor do sistema político e líder condutor do Portugal autoritário, corporativo e ultramarino⁹. Todavia, para além do problema da pessoalização do chefe, a sucessão em Portugal era agravada pela necessidade do sistema criado já não estar adaptado à realidade. Isto originava a necessidade não só de mudança do líder mas também de mudança do sistema político. Portanto, a mudança em Portugal em finais da década de sessenta inícios da década de setenta era, por um lado uma necessidade e, por outro, uma dificuldade. Ou seja, como mudar um regime autoritário sem acabar com ele? De facto esta não era uma tarefa nada fácil. Com efeito, já no século XVI Nicolau Maquiavel tinha pensado, de forma eloquente, neste dilema ao sublinhar o seguinte:

Não há nada mais difícil de executar, nem de êxito duvidoso, nem mais perigoso de administrar, do que a introdução de um novo sistema: pois aquele que o introduz tem como seus inimigos todos aqueles que beneficiam do antigo sistema e apenas tem como aliados mornos aqueles que talvez possam beneficiar do novo sistema¹⁰.

Na verdade, após a impossibilidade natural da continuidade de Oliveira Salazar, Marcelo Caetano surgia não como o candidato ideal¹¹, mas como aquele que, face à conjuntura, seria o melhor candidato. E qual era a conjuntura? Quais os apoiantes, inimigos e aliados mornos?

A conjuntura era particularmente difícil, tanto ao nível interno como ao nível externo. Existiam fortes pressões e expectativas de mudança na sociedade civil e política interna e mesmo no ambiente internacional era visível a impossibilidade de tudo continuar na mesma. Neste quadro, Marcelo era o candidato que conseguia transmitir, ao mesmo tempo, alguma segurança aos *continuístas*¹² e bastante esperança aos

6 Na esteira de Max Weber, Robert Keohane e Judith Goldstein defendem que as ideias, como também os interesses, têm uma carga causal na explicação da ação humana. O seu principal argumento é que as ideias influenciam as políticas, pois providenciam "road maps" que conduzem os decisores a definir o universo de possibilidades de ação. Deste modo, perceber o impacto das ideias torna-se essencial para se conseguir compreender as opções de política externa (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993: 3-30).

7 Keohane e Goldstein definem três categorias de ideias que afetam o comportamento político. A primeira, a mais global e abrangente, é definida como *world views* (visão do mundo). Basicamente as *world views* prendem-se com concepções gerais sobre o sistema internacional – éticas, cosmológicas e ontológicas –, e são fortemente influenciadas por fatores simbólicos e culturais (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993).

8 Para além da conceção sociológica de *generation gap*, existe aquilo que podemos chamar de *fator geracional* relativamente às *imagens* e às *visões do mundo* em política externa. Sobre este assunto ver ROSKIN, 1974; DALLEEK, 1983.

9 Claro que, desde o golpe militar até a instituição do Estado Novo, vários e diferentes conflitos políticos tiveram de ser ultrapassados nas elites portuguesas. Todavia, é hoje claro o papel principal que Salazar desempenhou na ultrapassagem de todos estes conflitos e na submissão política do Estado Novo ao Salazarismo (AAVV, 1982; AAVV, 1987; AAVV, 1989; PINTO, 1992; ROSAS, 1994; ROSAS, 2004; LOFF, 1996).

10 Maquiavel citado no brilhante ensaio de SCHMITTER, 1999: 232.

11 O presidente da República Américo Tomás, um dos rostos da ala conservadora imperial-continuista, viu-se confrontado, e algo contrariado, com a inevitabilidade de, perante o jogo de forças, indigitar Marcelo como novo presidente do Conselho.

12 Aparentemente as forças conservadoras continuístas, nomeadamente as chefias militares, teriam imposto condições *sine qua non*, para possibilitarem que Marcelo fosse o sucessor de Salazar. Estas condições eram as da continuidade e inalteração da política colonial e da continuidade do esforço da guerra em África.

reformistas. Deste modo, Marcelo reunia, para além dos seus apoiantes pessoais tradicionais¹³, o apoio de influentes sectores empresariais e financeiros que apostavam na abertura aos mercados europeus; de parte das estruturas militares mais internacionalizadas (NATO, EUA) e céticas da possibilidade de vitórias militares em guerras de libertação; bem como de uma crescente classe média urbana cansada da guerra e do imobilismo social português.

Claro que, como ele próprio assume na sua primeira mensagem ao país como presidente do Conselho, em 27 de setembro, em S. Bento, as suas tarefas eram “ciclópicas”, e contavam com inimigos fortes e um vasto conjunto de aliados mornos, sobretudo ao nível do sistema político. É que, por de traz da aparente convicção de que era necessária mudar, as elites conservadoras *imperial-continuistas*, políticas e militares, com as suas veladas ameaças de golpe militar nunca saíram do terreno político e sempre condicionaram, de algum modo, o exercício político de Marcelo Caetano.

Neste sentido, a tentativa de Marcelo Caetano ultrapassar o conservadorismo estagnador que caracterizava o regime foi tudo menos fácil. Claro que esta tentativa, como bem salienta Keneth Maxwell, não significava “uma alteração fundamental da ditadura”, mas sim o seu “aperfeiçoamento”¹⁴. Do mesmo modo, Pulido Valente chama a atenção para o facto de as novas ideias de Caetano serem, na sua essência, ideias recicladas dos “princípios indiscutíveis” de Salazar¹⁵.

Contudo, apesar da aparente continuidade autoritária, a verdade é que a ascensão de Caetano deu expressão a uma crescentemente reclamada abertura política e, ao nível económico, à necessidade de uma política desenvolvimentista, pró-europeia, aberta ao investimento estrangeiro de modo a ultrapassar o condicionamento industrial de Portugal.

Deste modo, passados que foram menos de trinta dias após a tomada de posse de Marcelo Caetano, Gonçalves Rapazote, ministro do Interior, anunciava através de uma famosa metáfora que se avizinhava uma primavera política. Nas suas palavras, “a árvore que crescera e enraizara nestes quarenta anos” iria “receber uma poda cautelosa e prudente”¹⁶.

Esta política de aperfeiçoamento, que Marcelo definiu como uma política de *renovação na continuidade*¹⁷, refletia a necessidade de dar resposta à transformação que se estava a verificar na sociedade portuguesa¹⁸.

Com efeito, a conjuntura que permitiu que “o corporativismo de Estado”¹⁹ estabelecesse um determinado tipo de dominação política e exploração económica, mudou radicalmente. Por um lado, a ascensão de uma nova burguesia – que já não compreende a excessiva regulamentação burocrática do Estado corporativo – começa a pôr em causa o modelo sociopolítico do regime português. Por outro lado, a afirmação de uma nova

13 Marcelo Caetano tendo sido um dos principais políticos do Estado Novo, e várias vezes colaborador próximo de Oliveira Salazar, sempre cultivou uma abordagem política diferente aos problemas nacionais. Neste quadro, Caetano foi um dos rostos de uma importante corrente reformista dentro do Estado Novo que defendia um projeto de *liberalização ocidental* do regime que passava por um processo de modernização económica, política, social e até colonial. Esta corrente que existiu sobretudo no período pós-guerra, nunca teve a capacidade de ultrapassar o poder bloqueador de Salazar e das correntes mais conservadoras. Todavia, como nota bem Fernando Rosas, se estas ideias poderiam fazer sentido em 1958 ou 1961, elas tornam-se impossíveis com o desenvolvimento da guerra (ROSAS, 1994: 546-547). Assim, liberalizar e modernizar em guerra tornou-se, como não poderia deixar de ser, um projeto tardio e contraditório.

14 MAXWELL, 1999: 58. Por sua vez, Philippe Schmitter considera que “Marcelo Caetano foi um produto de compromisso que herdou uma estrutura decisória muito frágil e delicadamente equilibrada que nunca conseguiu dominar nem modificar” (SCHMITTER, 1999: 201).

15 VALENTE, 1990.

16 Citado em PINTO, 1977: 177.

17 CAETANO, 1971.

18 Como bem explicou Fernando Marques: “O regime é incapaz de absorver a profunda mudança dos anos 60 e sucumbe, sem qualquer apoio, às mãos dessa geração que idolatrou Elvis Presley e James Dean; [...] essa geração, enfim, que já sem qualquer equívoco, era fruto definitivo do lento e longuíssimo percurso de consolidação da burguesia” (MARQUES, 1983: 605). Neste ponto, não desenvolvemos os aspetos de mudança na sociedade portuguesa ao nível da oposição ao regime, não porque não sejam importantes, mas porque aqui o que nos interessa analisar é, sobretudo, a esperança e frustração dos portugueses não ligados diretamente aos movimentos oposicionistas.

19 SCHMITTER, 1999: 168-169.

elite económica implica o surgimento de uma mentalidade empresarial mais cosmopolita, que considera que o aparelho autoritário e corporativo impossibilita as suas aspirações de participar no mercado competitivo da Comunidade Europeia.

Ao nível da sociedade civil, o aparecimento da Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento Económico e Social, em outubro de 1970 (SEDES)²⁰ reflete também uma incipiente modernização da estrutura da sociedade portuguesa, nomeadamente da capacidade de quadros técnico-profissionais²¹ se mobilizarem de forma independente do aparelho corporativista. Mesmo a Igreja Católica, que tinha sido um apoio fundamental na legitimação tanto do corporativismo como do regime autoritário, começa a distanciar-se²².

Estas mudanças na sociedade portuguesa, fizeram surgir uma nova geração sociopolítica que, paulatinamente, começava a emergir nos organismos técnicos da administração pública e cuja iniciação profissional se prendeu diretamente com o efeito EFTA, ou seja, com o impulso do comércio externo, fruto da adesão de Portugal à EFTA.

Estas novas elites emergentes, inconformadas com a ocupação clientelar dos postos-chave da administração pela gerontocracia rotativa, perturbados pela guerra colonial – não houve família da sociedade portuguesa na década de setenta que não tivesse pelo menos um filho na guerra²³ – sem apego emocional à ideologia do regime, passam a rejeitar o caráter rural dominante do corporativismo do Estado Novo. Na realidade, a nova classe média portuguesa, predominantemente urbana, almejava ser *européia*²⁴.

Admiradora dos modelos sociopolíticos da Europa desenvolvida, esta nova geração – de onde emergirá uma plêiade de políticos na qual Caetano assentará uma das faces da sua política de abertura²⁵ – vê na aproximação à Europa uma saída para o impasse.

Neste sentido, o recrutamento de governantes nos círculos liberal²⁶ e tecnocrata²⁷ é uma tentativa de injetar sangue novo no velho sistema corporativo com o intuito de uma *liberalização*²⁸. Estes jovens governantes, como o subsecretário de Estado do Planeamento João Salgueiro, o secretário de Estado do Comércio Xavier Pintado e o secretário da Indústria Rogério Martins, um europeísta convicto, vão tentar promover políticas de aproximação aos modelos europeus de desenvolvimento. Deste modo, quer ao nível da sociedade civil quer ao nível do aparelho de Estado parece emergir uma geração liberal-modernizante que exprime uma clara opção externa: a Europa Comunitária.

20 A SEDES nasce como “associação civil” independente da Ação Nacional Popular (ANP) composta por jovens técnicos, advogados e jornalistas. Inicialmente apadrinhada por Marcelo e inserida na alegada política de renovação, rapidamente se distanciou da efetiva continuidade seguida pelo presidente do Conselho. De um ponto de vista ideológico as referências da SEDES eram variadas e iam desde o liberalismo, passando pela social-democracia, até ao marxismo. Sobre o papel da SEDES e a Europa no marcelismo cf. CASTILHO, 2000: 148-153. Ver ainda a opinião de Caetano sobre a criação da SEDES e dos seus “infiltrados” (CAETANO, 1974: 67-68).

21 Foram 147 os peticionários da licença para fundação da SEDES; entre estes contavam-se Miguel Caetano, filho de Marcelo, dois governantes, Rogério Martins e Xavier Pintado, e seis deputados da Assembleia Nacional: Pinto Leite, Joaquim Pinto Machado, Joaquim Macedo, Alberto Lobo e Silva e Magalhães Mota. Todavia, a grande maioria dos fundadores eram quadros técnicos, de onde podemos destacar o papel de 22 engenheiros e 15 economistas contra apenas 14 advogados, formação com uma posição tradicionalmente dominante na política portuguesa.

22 Como refere António Costa Pinto: “O catolicismo tradicionalista e a igreja enquanto ideologia e instituição, foram simultaneamente um dos elementos mais poderosos da ditadura e, por outro lado, de limitação à fascização do regime, sendo aliás o principal elemento motor do ‘pluralismo limitado’ do Estado Novo” (PINTO, 2000: 36).

23 Até 1974 mais de um milhão de portugueses prestou serviço nas guerras coloniais. Sobre este assunto ver MACQUEN, 1998: 58- 65.

24 MAXWELL, 1999: 40.

25 Sobre este assunto ver REIS, 1992: 45-60; SANCHEZ CERVELLÓ, 1993: 23-35; ROSAS, 1999: 15-59; ROSAS, 2000: 11-27; CASTILHO, 2000: 49-70.

26 A “ala liberal” da Assembleia, cujos líderes mais conhecidos são Pinto Leite, Sá Carneiro, Pinto Balsemão, Magalhães Mota e Miller Guerra, é composta por cerca de trinta jovens políticos que aceitam integrar como independentes as listas da União Nacional de 1969, representam uma nova *visão do mundo* face ao posicionamento externo de Portugal e defendem uma liberalização do regime em “termos europeus e ocidentais”.

27 Igualmente jovens são quadros saídos dos grandes grupos económicos – com especial destaque para a CUF – e das universidades e que, nas secretarias e sub-secretarias de Estado, vão ser o rosto da renovação primaveril do marcelismo.

28 A liberalização é o processo identificado com medidas tomadas por um regime autoritário no sentido de providenciar maiores garantias de direitos aos indivíduos e aos grupos de uma sociedade. A liberalização pode ser vista com um sinal para o início de uma possível transição mas não deve ser confundida com um processo de *transição ou de democratização* (O’DONNELL; SCHMITTER, 1986: 6-9).

2. O colóquio da Política Industrial: as reações à posição de Rogério Martins

Em fevereiro de 1970, na inauguração do colóquio sobre política industrial promovido pela Associação Industrial Portuguesa, Rogério Martins fez um discurso de abertura²⁹ que chocou parte do *establishment* político do Estado Novo. O discurso pelo seu tom, e pelas suas omissões, revelava o prólogo de uma estratégia europeia. O secretário de Estado da Indústria cometeu a ousadia de falar como se Portugal fosse apenas o retângulo europeu, o que causou uma desconfortável perplexidade.

Na verdade, Rogério Martins limitou-se a traçar um quadro realista da debilidade industrial portuguesa e da necessidade de alterar essa situação com uma nova política industrial cujo “primeiro grande objectivo” seria o de “facilitar a rápida adesão dos nossos empresários às realidades concorrenciais mundiais”³⁰.

Rogério Martins sublinha a necessidade de “ter muito presente o mundo que nos rodeia”. Ou seja, na sua ótica, “um mundo cada vez mais uno”, um mundo de “progresso exponencial das comunicações, dos meios informativos, dos transportes, [...] tornam impensável que um país como o nosso se possa manter resguardadamente à margem”³¹.

Apontando as diretrizes orientadoras da necessidade urgente de um desenvolvimento industrial português, Rogério Martins vai destacar a incapacidade do modelo de “desenvolvimento autárquico” para Portugal. E isto por duas razões essenciais: a primeira, resultante da “exiguidade do mercado interno e dos recursos humanos e materiais nele disponíveis”; a segunda, “resultante das consequências do processo de integração europeia”³².

O novo secretário de Estado da Indústria defendia claramente o desenvolvimento de uma estratégia industrial que se abrisse aos mercados europeus. Mas mais importante era a *visão do mundo* que lhe estava subjacente – a negação do modelo sociopolítico conservador do corporativismo e do condicionamento industrial, e a defesa de um modelo sociopolítico modernizante e liberal. Nas suas palavras,

a diferença essencial entre o novo regime de política industrial, que se propõe, e o antigo reside assim na *mudança radical de atitude* que preconiza e pressupõe: de protecção passa a liberal, de autárquica passa a plenamente inserida na teia de trocas mundial, de imobilista passa a prospectiva³³.

Com efeito, esta “nova política industrial” contém uma *raison de être* incompatível com os fundamentos ideológicos que legitimam o corporativismo conservador do Estado Novo. Por um lado, nega a sua natureza autárquica e imperial, por outro, nega a sua natureza autoritária e estatista.

Efetivamente, e contrariando a tradicional lógica corporativista de controlo político e condicionamento económico, o “motor deste novo sistema” seria a “iniciativa dos portugueses”³⁴. Ou seja, o Estado é relegado para segundo plano para dar lugar à *sociedade civil* e aos cidadãos portugueses, é o fundamento *liberal* da sociedade pluralista a negar o fundamento *anti-liberal* e estatista do corporativismo do Estado Novo.

Inicia-se aqui o debate sobre a *questão europeia*, que se vai prolongar por quase todo o marcelismo e que polarizou o regime político português em torno de um famoso “dilema integrativo”³⁵. De um lado, posicionavam-se os *integracionistas* ou *ultramarinistas* que, sustentando uma metafísica do império, defendiam a essência imperial do Estado português uno e pluricontinental. Para estes, sem império, a essência da nação portuguesa

29 Passaremos a citar extratos do discurso de abertura do colóquio publicado em MARTINS, 1970: 85-121.

30 MARTINS, 1970.

31 MARTINS, 1970.

32 MARTINS, 1970.

33 MARTINS, 1970.

34 Nas suas exatas palavras: “Ficará a questão pairando: Qual vai ser o motor de todo o sistema? O motor vai ser a iniciativa dos portugueses, suplectivamente exercer-la-á o Estado” (MARTINS, 1970).

35 CRUZ, 1989: 113-123.

faleceria como entidade histórica. Do outro lado, surgiam os *autonomistas* ou *uropeístas* que apostavam na revisão descentralizante do modelo autárquico imperial e na reorientação europeia das políticas portuguesas. A confrontação destas duas correntes, submersa por Oliveira Salazar através de uma hábil e carismática gestão política dos dogmas da *teologia do Estado Imperial*³⁶, irá emergir com a ascensão de Marcelo Caetano.

Com efeito, logo após a exposição do secretário da Indústria, as reações não se fizeram esperar; o ministro do Ultramar, Silva Cunha, considerou a intervenção de Rogério Martins “pouco feliz”³⁷.

Na Assembleia Nacional, o antigo ministro da Economia, Luís Teixeira Pinto, sublinhou a necessidade de se englobar o ultramar na economia nacional e de respeitar o programa político que o legitimou como deputado, com base numa política “inequívoca e nacional”³⁸. E concluiu:

Pior será que a omissão do Ultramar em aspectos fundamentais da política económica corresponda a uma opção, que nem o eleitorado tomou, nem o interesse nacional autoriza. Aqueles que têm uma visão rectangular do país e procuram os grandes espaços no mercado ibérico ou, mais ambiciosamente, numa Europa que ainda não está realizada, deviam recordar-se das palavras do sr. presidente do Conselho na entrevista ao jornal *Figaro*, onde se afirma, de modo inequívoco, que a opção europeia não pode sobrepor-se à opção nacional³⁹.

3. A posição de Franco Nogueira

Alberto Franco Nogueira, principal formulador da política externa portuguesa, nomeadamente como ministro dos Negócios Estrangeiros entre 4 de maio de 1961 e 6 de outubro de 1969, *essencialista*⁴⁰, doutrinador da política externa do Portugal pluricontinental e ultramarino, hipotético sucessor de Salazar, cético da capacidade de Marcelo Caetano em manter o rumo traçado, foi, naturalmente, ator importante na *questão europeia*.

No interlúdio da sucessão de Salazar, quando instado a pronunciar-se sobre as hipóteses para a nova liderança de Portugal, Franco Nogueira, apesar de reconhecer mérito intelectual a Marcelo Caetano, apresenta dúvidas quanto à sua aptidão para substituir Oliveira Salazar como presidente do Conselho. Fundamentalmente, não o achava capaz de “encarar os mais graves e prioritários problemas do país”, ou seja, os domínios da “Defesa, Ultramar, e Política Externa”. Na sua opinião, relativamente a estes domínios, o pensamento de Marcelo Caetano “fora e continuava a ser contrário a tudo o que tem sido feito; e a sua nomeação poderia bem ser o prelúdio à perda do Ultramar”⁴¹.

Com a tomada de posse do novo governo, sublinha:

36 Assim, ao longo de todo o período autoritário, especialmente com Salazar, não existiu espaço para questionar o dogma imperial. Ilustrativo desta conceção doutrinário-propagandística é o célebre discurso à Nação Portuguesa sobre a política ultramarina, onde Oliveira Salazar afirma: “Não tenho dúvidas sobre o sentimento do povo português, aqui e no Ultramar, acerca da defesa da integridade da Nação: o povo que trabalha e luta não precisará de largas discussões para se orientar sobre o seu destino” (SALAZAR, 1963: 34).

37 CUNHA, 1977: 270.

38 *Diário das Sessões*, n.º 25, 20 fev. 1970, p. 450

39 *Diário das Sessões*, n.º 25, 20 fev. 1970, p. 451.

40 Este conceito, a que recorremos várias vezes ao longo deste trabalho, é uma elaboração nossa cuja origem inspiradora podemos encontrar no artigo n.º 2 do Ato Colonial, onde se afirma: “é da *essência* da nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nelas se compreendam” (ALEXANDRE, 2000: 48). Para outros desenvolvimentos cf. também as notas 47 e 48 do presente trabalho.

41 NOGUEIRA, 1987: 314.

Findou uma época com lampejos de grandeza, um estilo de governo onde havia sentido de medida e elegância de forma, uma concepção de vida assente em certezas, uma visão de Portugal haurida na história, também erros e sombras sem dúvida; mas foi toda uma política onde a firmeza e a coragem desempenhavam papel de monta. *Uma viragem, em suma. Vamos ter novos tempos, novas vontades*⁴².

Na sua intervenção na Assembleia Nacional, a propósito do *problema* da “Europa e da Nação Portuguesa”⁴³, Franco Nogueira começa por caracterizar a posição geopolítica e geoestratégica de Portugal. Na sua opinião, numa análise geopolítica e geoestratégica, Portugal ocupa uma posição de dependência e de subalternidade face às principais potências europeias. Sublinha a marginalidade de Portugal face ao “jogo de interesses e exigências estratégicas dos grandes europeus”⁴⁴. Neste sentido, defende que “não temos na Europa, enquanto metrópole, suficiente individualidade e tipicidade para sobreviver a um conflito de que saíssemos derrotados”⁴⁵. Deste modo, – e assumindo como indesmentíveis as suas declarações pois “correspondem a realidades geográficas e físicas inegáveis” –, conclui que a “nossa força de resistência apenas podemos ir buscá-la fora e além da Europa, e esta consideração conduz-nos hoje e no futuro, como sempre nos conduziu no passado, ao ultramar”⁴⁶.

Cético do processo de integração Europeia, caracteriza a integração económica e política como um “mito”. De facto, “a integração económica da Europa é um mito, como é um mito a sua unidade política”. Mais, na sua opinião, a situação que a Europa vive é de crise. Esta crise resulta das “tensões internas entre os membros do Mercado Comum” e dos sucessivos “golpes profundos” que representam a “nova política alemã em direção ao leste”, a “nova política francesa, de natural aproximação aos Estados Unidos”, o arrefecimento do desejo da Inglaterra na sua admissão na Comunidade Económica Europeia, bem como da hostilidade dos Estados Unidos da América ao Mercado Comum e à integração económica europeia⁴⁷.

Mas mais interessantes, porque reveladoras da sua *imagem nacional* e da sua *visão do mundo*, são as suas declarações visando os seus opositores *europeístas*, ou seja, as elites que têm uma *imagem nacional* e uma *visão do mundo* divergente da sua⁴⁸. Interessante, ainda, é perceber que os dois grupos – *europeístas* e *ultramarinistas* – refletem também uma cultura académico-profissional distinta, que, neste caso, Franco Nogueira expõe de forma reveladora na seguinte passagem:

É no momento em que aos nossos olhos se começa a desintegrar o sonho inviável da integração europeia que alguns erigem a Europa com uma obsessão a que deveríamos confiar o nosso desenvolvimento, a nossa riqueza, o nosso futuro. Eu tenho como todos nós, o maior respeito pelos técnicos e pela técnica, e hoje, como sempre, uns e outros desempenham papel fundamental na vida e no progresso de qualquer comunidade, e só temos de lhe prestar a nossa homenagem. Mas como acontece em todas as profissões, também neste caso encontramos diferenças. E parece que alguns tecnocratas portugueses sucumbem ao sortilégio e são impressionáveis pelo fascínio do mito europeu⁴⁹.

42 NOGUEIRA, 1987: 316.

43 *Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 569-572.

44 *Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 569

45 *Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 569.

46 *Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 569.

47 *Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 570.

48 Poderíamos utilizar aqui o conceito elaborado por Boulding relativo à sofisticação das imagens. Deste modo, parece-nos que os europeístas tinham uma imagem mais sofisticada do sistema nacional e internacional do que os seus opositores. Para além destas, existiam ainda nas elites portuguesas outras imagens, designadamente as luso-tropicais entre as quais tem particular interesse a do *Oceano Moreno*. Sobre o *Oceano Moreno* e a sua coerência com o ocidentalismo cf. MOREIRA, 1987: 239-241.

49 *Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 570.

Deste modo, parece ser o próprio Franco Nogueira que reconhece a existência de uma ala modernizante na Assembleia Nacional que começa a ver na Europa o centro de atração fundamental para Portugal. Pejorativamente designa-os por “tecnocratas snobs”, com uma visão limitada da nação portuguesa. Para Nogueira, estes novos técnicos sem formação histórica para uma cabal compreensão da *essência* da nação portuguesa⁵⁰, ao insistirem fascinados na aproximação de Portugal à Europa, revelam uma preocupante estreiteza de ideias:

Para esses poucos, como para outros de outros sectores, ser europeu é ser moderno, é ser rasgado nos seus horizontes, é ver em grande e com largo alcance. Há que dizer tratar-se de uma atitude de simples snobismo político e intelectual. E há mesmo qualquer coisa mais grave: dir-se-ia que esses não sentem a Nação Portuguesa na sua totalidade⁵¹; e que perante os valores permanentes do país, parecem proclamar a neutralidade de quem quer ficar alheio aos problemas que a defesa desses valores acarreta; e que pensam ser lícito aplicar aos problemas nacionais uma mentalidade e um espírito de gestão empresarial, indispensáveis e de encorajar para os seus fins próprios, mas inadequados a uma Nação, que não é uma fábrica ou oficina monumental⁵².

Dando, curiosamente, como exemplo o caso espanhol⁵³, Franco Nogueira não considera que o progresso económico, industrial e comercial passe pela adesão à Europa Comunitária. Até porque está convencido que “se o fizéssemos, nos termos em que a proposição nos é submetida, passaríamos a ser colonizados pela Europa, e depois a Europa colonizaria o ultramar português”⁵⁴.

Deste modo, e contrariamente aos *tecnocratas* “que preconizam uma política limitada e burguesmente europeia”, Nogueira pensa que o que é fundamental é a necessidade de

reabilitar o ideário português e afirmar corajosamente que a política nacional portuguesa não é conservadora, mas audaciosa, não é antiquada, mas de futuro, e não está apegada a valores históricos, mas a interesses materiais colectivos, concretos e palpáveis, de hoje e de amanhã⁵⁵.

4. A posição de José Pedro Pinto Leite

Num discurso proferido durante a campanha eleitoral de 1969, em Loures, José Pedro Pinto Leite define-se e caracteriza a sua *geração* da seguinte forma: “pertencço, pela idade e pelo espírito, a uma geração insatisfeita, que não aceita nem a rotina, nem a inércia, nem a mentira como métodos de trabalho”⁵⁶.

A sua *visão do mundo* – do sistema interno português e do lugar de Portugal no sistema internacional – é claramente diferente da solução *continuista*. Na sua ótica,

50 Não se pode compreender este conceito de Nação sem nos reportarmos ao pensamento de Salazar. A legitimidade ideológica do Estado Novo tem no conceito de Nação uma base fundamental. Este “nacionalismo” esteve na “raiz e origem” de toda a teoria e prática política do regime autoritário. Relembremos o famoso *slogan* do Estado Novo: “nada contra a Nação, tudo pela Nação” (CRUZ, 1989: 61).

51 Para Franco Nogueira, “a realidade básica da Nação Portuguesa é constituída pelo indissolúvel conjunto de metrópole e ultramar” (*Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 570).

52 *Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 570. Como se verá a seguir, Pinto Leite irá responder utilizando o mesmo argumento *geracional* e académico-profissional.

53 Franco Nogueira tinha uma visão tradicional do perigo iberista e, também neste caso, pensava que “uma opção europeia nossa teria de passar pela Espanha, com tudo o que isso implicaria” (*Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 571).

54 *Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 571.

55 *Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 572.

56 LEITE, José Pinto – “Os documentos ignorados ou esquecidos”. *Expresso*. Lisboa, 6 jan. 1973, p. 13.

a marcha do tempo é implacável. A sociedade e o mundo em que vivemos estão sujeitos a um movimento irreversível, cada vez mais rápido. *Os homens e as ideias envelhecem, as soluções desadaptam-se*. Nós, portugueses, somos uma comunidade que só pode subsistir, não à custa de um ou de alguns homens, por mais extraordinários que sejam, mas sim à custa do esforço diário, inteligente e continuado de todos nós que somos o povo português⁵⁷.

Num documento em que pretende focar os problemas que, em sua opinião, devem ter prioridade absoluta na preparação dos candidatos pró-governamentais, vem ao de cima a sua preocupação com uma estratégia de aproximação à Europa Comunitária. Nele pode ler-se o seguinte: “política externa – integração económica europeia – sua conciliação com a integração do espaço português”⁵⁸.

Em janeiro de 1970, Pinto Leite, na qualidade de presidente da Câmara do Comércio e Indústria Luso-Alemã, acompanhou o secretário de Estado da Indústria, Rogério Martins, durante uma visita oficial deste à República Federal Alemã. Num relatório que redigiu respeitante a essa visita, realça que “a título mais ou menos confidencial, foi tratado o problema das relações EFTA com o Mercado Comum e de uma possível adesão futura de Portugal a este último”⁵⁹. Mais adiante, referindo-se à modalidade de relacionamento com a CEE, escreve:

o governo português não prevê, por ora, uma entrada como membro da CEE, mas está interessado em manter com ela boas relações, e em estudar uma qualquer forma de colaboração [...]. O lado alemão mostrou-se altamente interessado em estudar o assunto e em manter de início os contactos a nível de diretores gerais [...]. Em princípio são possíveis negociações para os seguintes efeitos:

1. Entrada posterior, tal como a Turquia, em vinte e dois anos e a Grécia num prazo mais curto;
2. Associação do tipo dos Estados africanos da antiga comunidade francesa;
3. Associação do tipo praticado pela Tunísia e Marrocos, sem quaisquer implicações políticas;
4. Colaboração do tipo de zona de *libre exchange* [...]. O governo português tem interesse em colaborar com o Mercado Comum, não só pelas vantagens económicas que daí pode tirar, *mas também e sobretudo esses contactos darão lugar a um melhor conhecimento entre os povos e obrigarão os nossos industriais e a nossa administração a reformar-se e a modernizar-se*⁶⁰.

Noutro capítulo do relatório (capítulo V – diário e argumentação do secretário da Indústria), discorre sobre o desenvolvimento da política industrial, para ele fundamental para modernizar o país. Referindo-se à problemática da EFTA e do alargamento da CEE, escreve:

existe uma convicção firme que a EFTA tem os dias contados, pois que as negociações para a entrada da Inglaterra no Mercado Comum, embora morosas, deverão chegar a bom tempo [...]. O Governo Português por intermédio do senhor Secretário de Estado fez as primeiras sondagens junto de um membro da CEE no sentido de uma colaboração naquela entidade. Os contactos continuarão⁶¹.

O interesse aqui demonstrado pela Europa Comunitária é, pois, por demais evidente. Deste modo, a definição de uma estratégia europeia era, para Pinto Leite, fundamental para diminuir o fosso de desenvolvimento que separava a economia portuguesa da economia da Europa Comunitária e que, face a esta, colocava Portugal na cauda da Europa.

57 LEITE, José Pinto – “Os documentos ignorados ou esquecidos”. *Expresso*. Lisboa, 6 jan. 1973, p. 13.

58 LEITE, José Pinto – “Os documentos ignorados ou esquecidos”. *Expresso*. Lisboa, 6 jan. 1973, p. 13.

59 LEITE, José Pinto – “Os documentos ignorados ou esquecidos”. *Expresso*. Lisboa, 6 jan. 1973, p. 13.

60 LEITE, José Pinto – “Os documentos ignorados ou esquecidos”. *Expresso*. Lisboa, 6 jan. 1973, p. 13 (itálicos nossos).

61 LEITE, José Pinto – “Os documentos ignorados ou esquecidos”. *Expresso*. Lisboa, 6 jan. 1973, p. 13.

Todavia, de um ponto de vista da luta política interna, o grande problema era combater o velho mito que a aproximação à Europa traria consequências desastrosas para a economia portuguesa. Era voz corrente nos setores conservadores que Portugal sairia fortemente prejudicado pelo contacto com a poderosa economia europeia, numa metáfora, Portugal seria engolido pelos tubarões europeus⁶².

Consciente da especificidade externa de Portugal, bem como das dificuldades e bloqueios políticos internos, Pinto Leite não defende uma posição dicotómica Ultramar *versus* Europa. Com efeito, à ideia de que o vetor europeu da política externa portuguesa era inconciliável e prejudicial ao seu vetor ultramarino, Pinto Leite vai contrapor a ideia que a aproximação à Europa seria um fator de desenvolvimento metropolitano e ultramarino. Pinto Leite defendia uma perspetiva *relacional e não excludente* da vocação atlântica de Portugal face à sua vocação europeia.

É esta ideia que está presente no discurso que proferiu na Assembleia Nacional a 24 de fevereiro de 1970, subordinado ao tema “Portugal europeu, Portugal ultramarino”. Deste modo, na sua opinião:

a nossa aproximação à Europa com as consequências inevitáveis que isso terá em relação ao processo da metrópole, é condição *sine qua non*, não só para que não viremos as costas ao mar, mas muito mais, para que o próprio mar não nos vire as costas⁶³.

Para Pinto Leite, não obstante os *velhos do restelo* defensores do “pensamento económico feudal português”⁶⁴, a aproximação à Europa é um processo irreversível. Em sua opinião, nem as estratégias demagógicas e simplistas que sustentam uma dicotomia inconciliável entre a vertente europeia e a vertente ultramarina irão obstar ao progresso de uma política realista de desenvolvimento e modernização do Estado português.

Apesar desta sua perspetiva conciliadora, que defendia que o desenvolvimento da metrópole era fundamental para o desenvolvimento do restante território nacional, as reações da ala *ultramarinista* e conservadora da Assembleia Nacional são imediatas. Deste modo, para Teixeira Pinto,

o problema que se põe é se nós, pela via económica, não estamos a querer trair outros interesses, ou melhor, esquecê-los, minimizá-los. E portanto a opção entre o ultramar e a Europa é uma opção política com laivos económicos. V. ex^a conhece as razões fundamentais da opção pela Europa, que são perfeitamente claras. Foi uma opção política que se quis fazer pela via económica⁶⁵.

Por sua vez, o deputado Almeida Garrett sublinha que o problema não é económico mas político: “o problema da liberalização é hoje um problema emocional, [...] liberalização no sentido que é dado politicamente à palavra, é coisa que não interessa nada à política económica”⁶⁶.

Pinto Leite contra argumenta: “vossa ex^a propõe por exemplo que, para se liberalizar a imprensa se imponha uma lei de imprensa com censura?”⁶⁷ E conclui:

sim meus senhores, queremos mais liberdade para se poder expandir e crescer. Não uma “liberdade esmolada”, concedida pelas mãos da administração com competência para definir, consoante o seu arbítrio, os pedidos que lhe sejam dirigidos, mas estipulada numa lei geral, que conceda a todos, sem excepção, e não reserve apenas para alguns a possibilidade de participar e colaborar no desenvolvimento económico do país⁶⁸.

62 Sobre as concepções das elites financeiras relativamente ao impacto da CEE na economia portuguesa em 1972, ver CASTILHO, 2000: 427-443.

63 *Diário das Sessões*, n.º 26, 25 fev. 1970, p. 477.

64 *Diário das Sessões*, n.º 26, 25 fev. 1970, p. 477.

65 *Diário das Sessões*, n.º 26, 25 fev. 1970, p. 478.

66 *Diário das Sessões*, n.º 26, 25 fev. 1970, p. 479.

67 *Diário das Sessões*, n.º 26, 25 fev. 1970, p. 478.

68 *Diário das Sessões*, n.º 26, 25 fev. 1970, p. 479.

Decorridos oito dias sobre a exposição de Franco Nogueira (7 de abril), Pinto Leite dirige-se novamente à Assembleia Nacional para falar do posicionamento internacional de Portugal pois, na sua opinião “quer esta Assembleia quer a opinião em geral necessitam de ser esclarecidas quanto a algumas confusões e mal-entendidos que, voluntária ou involuntariamente, têm sido postos a circular nos últimos tempos”⁶⁹. Deste modo, no seu discurso intitulado “Política Internacional e Relações Internacionais”, Pinto Leite tenta rebater a *imagem nacional* e a *visão do mundo* defendida pelo ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira.

Começa por afirmar que “todos os portugueses com sentido crítico e mentalidade jovem e esperançosa”⁷⁰ desejam uma “aproximação” e “colaboração” com a Europa.

Relativamente aos vetores estratégicos da política externa portuguesa, desconstrói a visão pouco *sofisticada* da visão essencialista ultramarina que sublinhava, quase em exclusivo, a vocação africana de Portugal. Com efeito, na sua opinião, “Portugal, para além da sua vocação universal, que não é nem meramente atlântica, nem meramente africana, pois a sua projeção se alargou também à Ásia e à América do Sul [...] *tem também uma inegável, uma patente vocação europeia*”⁷¹.

Referindo-se diretamente ao discurso de Franco Nogueira, Pinto Leite cita, perplexa e ironicamente, o ex-ministro de Salazar: “Com franqueza, não entendo o alcance da frase: ‘Nunca a Europa teve em conta os interesses portugueses’ ”⁷². Pinto Leite, contrariando a visão de Franco Nogueira, reafirma que Portugal viveu os seus períodos mais altos quando estava fortemente ligado à Europa, com particular destaque para o período áureo dos descobrimentos. Com efeito, a sua perceção é a de que “a decadência inicia-se justamente quando Portugal se começa a isolar da Europa”⁷³.

Relativamente ao processo de integração europeia, Pinto Leite mais uma vez reflete uma perspetiva contrária da visão cética e pessimista do sucesso da construção da Europa Comunitária defendida oito dias antes por Franco Nogueira naquela mesma assembleia⁷⁴. Assim, rebatendo *ipsis verbis* o seu opositor, Pinto Leite afirma que “a integração económica europeia não é um mito”. Ao contrário, o movimento de integração europeia é, afirma Pinto Leite,

uma realidade bem patente, fruto dos esforços dos dirigentes esclarecidos dos diversos países após a hecatombe da última guerra mundial. Tem tido um caminho difícil e penoso, para vencer certos egoísmos nacionais injustificados ou efetivas dificuldades de carácter estrutural, *mas um caminho certo em direção à meta final*⁷⁵.

Para Pinto Leite, o presente momento da construção da Europa Comunitária não é de fraqueza mas sim de afirmação. Não se assiste, portanto, como defendeu Franco Nogueira, à desintegração do “sonho inviável da integração europeia”, mas antes à sua afirmação pois, em sua opinião, este é um momento “em que estão de novo criadas as condições para uma revitalização da integração económica europeia, assinaladas, sobretudo, pelo diálogo que a Inglaterra e a Comunidade já iniciaram” e que “inevitavelmente finalizará com o ingresso da velha nação anglo-saxónica no Mercado Comum”⁷⁶.

Deste modo, Portugal não deve assumir uma posição de desconfiança e rejeição face ao movimento de integração europeia. Portugal deve adotar uma atitude de abertura e aproximação com o movimento de integração

69 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr, 1970, p. 666.

70 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 667.

71 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr.1970, p. 668 (itálicos nossos).

72 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 669.

73 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 668.

74 Confrontar com a posição de Franco Nogueira anteriormente referida (ponto 3).

75 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 669 (itálicos nossos).

76 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 669.

européia, pois só na Europa podemos obter “os recursos técnicos e financeiros de que necessitamos para recuperar o atraso da metrópole e ajudar o desenvolvimento dos nossos territórios situados no terceiro mundo” Segundo Pinto Leite, se Portugal não adotar uma política de aproximação à Europa e continuar a insistir “no esplêndido isolamento do espaço português”, a longo ou a médio prazo não subsistirá “como individualidade nacional”⁷⁷.

Com uma rara visão estratégica, caracterizada por uma lucidez e modernidade de pensamento incomum na altura, Pinto Leite sublinha que

não podemos de deixar de cada vez nos abirmos mais, sem complexos provincianos, a uma cooperação internacional que nos permita participar ativamente na nova civilização dos computadores, da biologia molecular, da pesquisa e do aproveitamento das riquezas do fundo dos mares, da energia nuclear, da aeronáutica, conquistando para todas as nossas populações condições de vida mais desafogadas e mais justas, uma cultura mais vasta e generalizada, um aperfeiçoamento moral de acordo com os progressos da civilização técnica⁷⁸.

Será esta “a única política de grandeza nacional”⁷⁹ capaz de ser entendida e de empolgar a nossa juventude”⁸⁰.

Sublinhando, mais uma vez, a diferença geracional, e a consequente competição entre *visões do mundo*, que dividiam as elites portuguesas relativamente às opções estratégicas de política externa, nomeadamente a definição da relação de Portugal com a Europa Comunitária, conclui, afirmando:

parece ser ainda que a minha geração, a quem ironicamente têm chamado de “tecnocratas” e “eurocratas” e outras coisas mais (certamente para opor à dos isolocratas), a que sente a “Nação Portuguesa na sua totalidade”, não só territorial, mas também humana, e que mais do que com a grandeza balofa que serve as ambições dos *condottieri*, mas empobrece o povo, se preocupa com as reais necessidades do povo⁸¹.

Conclusão

Depois de analisados os *discursos percepcionais* de alguns dos principais atores que participaram no debate relativo à *questão europeia* e ao *dilema integrativo* com que se confrontou a política externa portuguesa podemos retirar algumas conclusões.

Primeiro, com a emergência do marcelismo o sistema político português evidencia uma divisão clara entre duas opções ao nível da política externa; de um lado a opção *imperial-continuista*, do outro a opção *européia-reformista*⁸².

Segundo, estas opções refletiam *imagens* e *visões do mundo* distintas e por vezes incompatíveis. Os *ultramarinistas*⁸³ achavam inconciliável a opção europeia com a opção ultramarina, argumentando que as

77 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 669.

78 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 669.

79 Está, mais uma vez, a contrariar, *ipsis verbis* (citando), a posição de Franco Nogueira.

80 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 669.

81 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 670.

82 Jaime Nogueira Pinto caracteriza estas opções de “liberal-europeia” e “nacionalista-integracionista” (PINTO, 1977: 232). Por sua vez, Adriano Moreira caracteriza este debate como a “alternativa entre uma concepção rectangular do país, que seria a europeia e a concepção ultramarina, que seria a herdeira da tradição” (MOREIRA, 1987: 239). Interessante é analisar este debate à luz de investigações de académicos estrangeiros insuspeitos, e perceber uma certa continuidade na luta entre duas identidades culturais na sociedade portuguesa. Assim, segundo Wiarda, “On the one hand stood the dominant inward-looking, Catholic-corporativist-patrimonialist conception; on the other, a European-oriented, nascently liberal-rationalist-urban-middle-class-secular one” (WIARDA, 1979: 122). Claro que Wiarda está a falar de outro período histórico (1822-1926), mas afinal não foi por influência deste que se seguiu o período autoritário do Estado Novo? E não foi por Salazar ter conseguido abafar esta luta identitária-cultural, que ela se revela novamente – ainda que de diferentes formas – com o seu desaparecimento?

83 Para uma análise da relação entre o nacionalismo autoritário português e seu império colonial, ver CRUZ, 1989: 62-70.

províncias ultramarinas não tinham, nem podiam ter, nas negociações com a CEE, um estatuto semelhante ao do retângulo metropolitano. Para estes, a opção europeia implicaria uma opção fundamental e inconciliável com a essência da nação portuguesa. Por seu lado, os liberais, bem como os círculos tecnocratas, tinham uma visão diferente e claramente *européista*. Assiste-se a uma competição entre duas visões do mundo distintas.

Terceiro, utilizando a metodologia sugerida por Boulding relativamente à sofisticação das imagens, podemos dizer que os *européistas* tinham uma imagem mais sofisticada do sistema nacional e internacional, uma imagem mais aberta, descentralizada e cosmopolita. Por seu lado, os *ultramarinistas* tinham uma imagem menos sofisticada, mais fechada, auto-centrada e comunitária, ou seja, uma ideia paroquial da comunidade portuguesa ainda que, paradoxalmente, mais ampla geograficamente.

Quarto, ao longo do debate é claro que, por várias vezes, emergem argumentos geracionais que suportam a diferença de *imagens* e de *visões do mundo* dos atores relativamente às opções de política externa portuguesa em disputa. Deste modo, esta competição entre diferentes *visões do mundo* parece assentar também numa componente geracional. Ou seja, a questão europeia não pode ser completamente desligada do debate geracional que tem por base um conflito político entre os velhos conservadores ultramarinistas defensores do regime autoritário, e os jovens liberais europeístas, defensores de uma evolução no sentido da demo-liberalização efetiva do regime português.

Quinto, este conflito identifica-se com os objetivos de política externa, evidenciando uma clara *internalização* dos assuntos externos e demonstrando as fragilidades do presidente do Conselho para a ultrapassar. Com efeito, em face das posições de afrontamento assumidas pelos dois movimentos mais significativos da Assembleia Nacional, Marcelo Caetano vai afirmar que as duas opções não se deveriam tornar exclusivas uma da outra, ou pelo menos a europeia não poderia excluir a do ultramar⁸⁴. O presidente do Conselho tentou situar-se numa posição equidistante, tentou conciliar o inconciliável.

Todavia, sabe-se que em política não se pode agradar a *gregos* e a *troianos*, e quem não tem a coragem ou a capacidade para se impor é ultrapassado pelo próprio sistema político e pelas suas contradições. Com efeito, todo o sistema político para além de se caracterizar por um processo constante em que os pronunciamentos categóricos se sucedem, é também, e sobretudo, uma luta, um jogo de forças concorrentes e muitas vezes opostas. Marcelo Caetano, carecendo de carisma hegemónico⁸⁵, mais uma vez, pareceu paralisar face à complexificação das pressões contraditórias do sistema político português⁸⁶.

Perante este quadro, o marcelismo não conseguiu desenvolver a adequada capacidade de adaptação sistémica para resolver a “contradição externa”⁸⁷ que caracterizava o regime português. Deste modo, face à derrota da opção *européista-reformista* e à consequente manutenção da política externa *imperial-continuista* o regime autoritário português irá ser conduzido para um caminho sem retorno, de onde só sairá, de forma radical, com o *golpe de libertação* do dia 25 de Abril de 1974.

84 Na sua opinião: “Criou-se um falso dilema – disse – que levaria a optar entre a Europa e a África, em termos dramáticos que chegaram a produzir divisões e polémicas, com suspeitas injustas de um lado ou de outro” (CAETANO, 1971: 19).

85 Ao conjugar-mos o conceito de *carisma* de Weber com o conceito de *hegemonia* de Gramsci, queremos explicitar que apesar de tradicionalmente se considerar, em comparação com Oliveira Salazar, Marcelo Caetano um líder pouco carismático, a verdade é que todo o poder carismático implica uma relação. Ser carismático implica ser percebido como tal e, sobretudo, ser aceite como tal. Neste sentido, Marcelo Caetano não teve carisma hegemónico. Ou seja, nunca, ao contrário de Salazar, a sua liderança foi aceite de forma hegemónica. Claro que a sociedade portuguesa também era mais complexa nos anos setenta do que nos anos trinta, quarenta ou cinquenta. Deste modo, a oportunidade para a confirmação do “triângulo carismático” foi claramente menor. Sobre a importância do triângulo carismático nas dinâmicas dos movimentos fascistas e regimes ditatoriais ver PINTO; LARSEN, 2006: 251-257.

86 Neste sentido, poderá ter razão Adriano Moreira quando afirma: “Sempre pensei que Caetano não era o homem capaz de fazer funcionar o aparelho político” (*Apud* ANTUNES, 1992: 44).

87 SCHMITTER, 1999: 189.

Fontes

Diário das Sessões. Assembleia Nacional. n.º 25, 20 de fevereiro de 1970; n.º 26, 25 de fevereiro de 1970; n.º 30, 8 de abril de 1970; n.º 34, 15 de abril de 1970.

Expresso. Lisboa, 6 de janeiro de 1973.

Bibliografia

- AAVV, 1982 – *O Fascismo em Portugal*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- AAVV, 1987 – *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarquia. 1926-1959*. Lisboa: Fragmentos.
- AAVV, 1989 – *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- ALEXANDRE, Valentim, 2000 – “O Império Colonial” in PINTO, António Costa (coord.) – *Portugal Contemporâneo*. Madrid: Sequitur, p. 39-60.
- ALMOND, Gabriel, 1956 – “Comparative Political Systems”. *Journal of Politics*. 18, p. 391-409.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney, 1963 – *The Civic Culture*. Princeton/New Jersey: Princeton University Press.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (eds.) 1980 – *The Civic Culture Revisited*. Boston: Little Brown.
- ANTUNES, José Freire, 1992 – *Nixon e Caetano, promessas e abandono*. Lisboa: Edição Difusão Cultural.
- BOULDING, Kenneth, 1969 – “National Images and International Systems” in ROSENNAU, James (ed.) – *International Politics and Foreign Policy: a reader in research and theory*. New York: Free Press, p. 422-431.
- CAETANO, Marcelo, 1971 – *Renovação na Continuidade*. Lisboa: Edições Verbo.
- CAETANO, Marcelo, 1974 – *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record.
- CAETANO, Marcelo, 1977 – *As minhas memórias de Salazar*. Rio de Janeiro: Record.
- CASTILHO, J. M. Tavares, 2000 – *A Ideia da Europa no Marcelismo (1968-1974)*. Lisboa: Afrontamento.
- CRUZ, Manuel Braga da, 1988 – *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença.
- CRUZ, Manuel Braga da, 1989 – “Salazar e a política” in AAVV – *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: D. Quixote, p. 59-70.
- CUNHA, Silva, 1977 – *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*. Coimbra: Almedina.
- DALLEEK, Robert, 1983 – *The American Style of Foreign Policy: Cultural Politics and Foreign Affairs*. New York: Oxford University Press.
- GOLDSTEIN Judith; KEOHANE, Robert, 1993 – “Ideas and Foreign Policy: An Analytical Framework” in GOLDSTEIN Judith; KEOHANE, Robert (eds.) – *Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change*. New York: Cornell University Press, p. 3-30.
- HOLLIS, Martin; SMITH, Steve, 1991 – *Explaining and Understanding International Relations*. Oxford: Clarendon Press.
- KATZENSTEIN, Peter J. (ed.), 1996 – *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. New York: Columbia University Press.
- LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, Friedrich (eds.), 1996 – *The Return of Culture and Identity in the IR Theory*. London: Lynne Rinner Publishers.
- LEBOW, Richard Ned, 2010 – *A Cultural Theory of International Relations*. New York: Cambridge University Press.
- LOFF, Manuel, 1996 – *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)*. Porto: Campo das Letras.
- LUCENA, Manuel, 1976 – *A evolução do sistema corporativo português. II – O Marcelismo*. Lisboa: Perspectivas e Realidades.
- MACQUEN, Norrie, 1998 – *A Descolonização da África Portuguesa*. Mem Martins: Inquérito.
- MARQUES, Fernando, 1983 – “Sociedade e Grupos Sociais no Período Constitucional” in SARAIVA, José Hermano (dir.) – *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Alfa.
- MARTINS, Rogério, 1970 – *Caminho de País Novo*. Lisboa: Gris.
- MAXWELL, Kenneth, 1999 – *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Presença.
- MOREIRA, Adriano, 1987 – *A Europa em Formação: A Crise do Atlântico*, 3.ª ed. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- NOGUEIRA, Franco, 1979 – *Diálogos Interditos: A Política Externa Portuguesa e a Guerra de África*, I vol. Braga/Lisboa: Editorial Intervenção.
- NOGUEIRA, Franco, 1987 – *Um Político Confessa-se: Diário 1960-1968*. Porto: Civilização.
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C., 1986 – “Defining some Concepts” in O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WITEHEAD, Laurence (eds.) – *Transitions from Authoritarian Rule: Prospects for Democracy*. Baltimore/London: The John Hopkins University Press.
- PINTO, António Costa, 1992 – *O salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa.

- PINTO, António Costa, 1994 – *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal. 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.
- PINTO, António Costa, 2000 – “Portugal Contemporâneo: Uma Introdução” in PINTO, António Costa (coord.) – *Portugal Contemporâneo*. Madrid: Sequitur, p. 1-38.
- PINTO, António Costa; LARSEN, Stein Ugelvik, 2006 – “Conclusion: Fascism, Dictators and Charisma”. *Totalitarian Movements and Political Religions*. Vol. 7, n.º 2, p. 251-257.
- PINTO, Jaime Nogueira, 1977 – *Portugal, Os Anos do Fim*. Lisboa: Ed. Sociedade de Publicações de Economia e Finanças.
- REIS, António, 1992 – “A Abertura Falhada de Caetano: o impasse e a agonia do regime” in REIS, António (coord.) – *Portugal Contemporâneo*, vol. V. Lisboa: Alfa.
- ROSAS, Fernando, 1994 – *O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII. Lisboa: CL.
- ROSAS, Fernando, 1999 – “O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição no Estado Novo in BRITO, J. M. Brandão de (coord.) – *Do Marcelismo ao Fim do Império*. Lisboa: Notícias, p. 15-59.
- ROSAS, Fernando, 2000 – “O Marcelismo e a Crise Final do Estado Novo” in ROSAS, Fernando (coord.) – *Portugal e Transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Colibri, p. 11-27.
- ROSAS, Fernando, 2004 – *Portugal século XX (1890-1976). Pensamento e acção política*. Lisboa: Notícias, 2004.
- ROSKIN, Michael, 1974 – “From Pearl Harbor to Vietnam: Shifting Generational Paradigms and Foreign Policy”. *Political Science Quarterly*. 89, n.º 3, p. 563-587.
- SALAZAR, Oliveira, 1963 – *Declaração sobre Política Ultramarina*. Lisboa: SNI.
- SANCHEZ CERVELLÓ, Josep, 1989 – *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola, 1961-1976*. Lisboa: Editora Assírio & Alvim, 1993.
- SCHMITTER, Philippe, 1999 – *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: ICS.
- VALENTE, Vasco Pulido. – “Marcelo Caetano, as desventuras da razão”. *K. Nov.* 1999, p. 40-45, 162-185.
- WIARDA, Howard J., 1979 – “The Corporatist Tradition and the Corporative System in Portugal: Structured, Evolving, Transcended, Persistent” in GRAHAM, Lawrence; MAKLER, Harry (eds.) – *Contemporary Portugal. The Revolution and its Antecedents*. Austin/Texas: Texas University Press, p. 89-122.



A evolução das políticas de imigração e asilo em Portugal no contexto de uma Europa Comunitária

Ana Pinho

Introdução

O presente artigo, em parte baseado na dissertação de mestrado *Imigração irregular: histórias que explicam factos*, da mesma autora, procura, através da análise histórica da evolução da legislação relativa a aspetos relacionados com a imigração em Portugal, compreender a relação desta com os desenvolvimentos registados ao nível das diretivas europeias respeitantes à mesma problemática.

Assim, após uma reflexão sobre a evolução histórica propriamente dita, proceder-se-á a uma análise da legislação portuguesa no quadro dos esforços comunitários rumo a uma política de imigração comum, complementada por algumas considerações a respeito da evolução mais recente da própria política comunitária, de forma a permitir um enquadramento geral dos factos anteriormente focados e uma percepção mais clara das reais implicações e consequências práticas dos mesmos.

Para uma cabal compreensão dos factos estudados importa perceber, em primeiro lugar, o que significam alguns dos conceitos essenciais à investigação sobre tais assuntos.

Emigração refere-se, no contexto da União Europeia,

à ação pela qual uma pessoa, habitualmente residente no território de um Estado-Membro cessa essa residência, durante um período que seja (ou que se espera vir a ser) de, pelo menos, doze meses. No contexto global, trata-se da ação de partida de um Estado com o propósito de se instalar noutro¹.

Imigração, no contexto da UE,

significa a ação pela qual uma pessoa estabelece a sua residência habitual no território de um Estado-Membro por um período que seja, ou que se espera vir a ser, de pelo menos doze meses, tendo sido previamente residente habitual noutro Estado-Membro ou num país terceiro².

Imigração irregular refere-se a situações de “residência, ou de trânsito, usando de meios irregulares ou ilegais, com documentos inválidos ou falsos”³.

1 Comissão Europeia, 2012: 63.

2 Comissão Europeia, 2012: 91.

3 Comissão Europeia, 2012: 92.

Asilo é a

forma de proteção concedida por um Estado, no seu território, com base no princípio de *non-refoulement* e do direito de asilo, reconhecido a nível internacional ou nacional. Este direito é concedido a uma pessoa que esteja impossibilitada de obter proteção no seu país de nacionalidade e/ou de residência, especialmente por receio de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a determinado grupo social ou por convicções políticas⁴.

Portugal: um país *in medias res*

Portugal foi essencialmente, durante quase cinco séculos, um país de emigração. Ponto de partida de fluxos populacionais direcionados para África, Ásia e América do Sul, até mais de metade do século XX, nos anos 1960 reorientaria as suas rotas rumo ao sonho norte-americano e às promessas de uma Europa renascida⁵.

A reconstrução dos países europeus destroçados pela 2ª Guerra Mundial e os planos e efetivação da edificação de uma Europa Comunitária, enquanto entidade supranacional, marcariam de forma decisiva a evolução das políticas de imigração portuguesas.

Nos anos 1970, depois de uma “hemorragia de mão-de-obra” clandestina portuguesa para França⁶, e face às necessidades (monetárias e preventivas) causadas por uma guerra colonial, Portugal ver-se-ia obrigado a apostar numa mudança estrutural no que às políticas de imigração diz respeito. Nasceram assim o Secretariado Nacional de Emigração e a Comissão Interministerial para os Assuntos da Emigração, defendendo “a dignidade dos migrantes em termos de políticas de proteção social e integração e combate à migração clandestina”⁷.

O governo português preocupar-se-ia então com os emigrantes em situação irregular “negociando com o governo francês de modo a garantir os seus direitos”, num atitude que “parece não corroborar com a atual atitude de Portugal em relação aos imigrantes”, dado o carácter progressivamente mais rígido da lei de imigração, imposto pela harmonização com as diretivas europeias. Depois dos anos 1990, a típica visão de um país “brando em relação às leis de imigração (clandestina)”, generalizada até então, seria assim alterada⁸.

A revolução de 25 de Abril de 1974 e o subsequente processo de descolonização viriam a marcar o início de uma “nova fase nas imigrações em Portugal”. Ao repatriamento dos portugueses residentes nas ex-colónias somar-se-ia a transformação do país num “polo de atração para um largo contingente de africanos” em busca de melhores condições de vida ou fugindo à guerra civil nos países recentemente declarados independentes⁹.

Até ao princípio dos anos 1980, e desde 1974, “o dispositivo legal existente era casuístico e disperso, destinando-se, essencialmente, a regular a expulsão e o direito de asilo, no quadro do regime democrático implementado”.

Em 1981 verificou-se a primeira sistematização legislativa respeitante à regulação da entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros de território nacional, reunindo a legislação existente sobre a matéria¹⁰.

A partir do princípio dos anos 1990, o número de entradas no país aumentaria significativamente, passando Portugal a fazer parte do rol dos países de imigração, “fenómeno que integra as novas tendências migratórias à escala mundial e que se traduz no facto de países tradicionalmente fornecedores de mão-de-obra passarem também a receber imigrantes”¹¹. Além de mais intensos, os fluxos também se diversificaram, notando-se um

4 Comissão Europeia, 2012: 25.

5 COSTA, 2004: 53.

6 RAMOS, 1991: 8.

7 SANTOS, 2004: 144.

8 SANTOS, 2004: 145.

9 SEF, 2008: 16.

10 SEF, 2008: 17.

11 SEF, 2008: 15.

abrandamento do ritmo da imigração proveniente das ex-colónias africanas, um crescimento da imigração indiana, chinesa e, especialmente, brasileira, e uma retoma da imigração europeia¹².

Portugal não deixou, contudo, de ser um país de emigrantes. Na verdade, em 2008, estimava-se que “por cada 15 imigrantes que chegam a Portugal, há 100 portugueses que saem para trabalhar no estrangeiro”¹³.

Enquanto, nos anos 1980, a maioria dos países da Europa Ocidental e do Norte estava empenhada em impor restrições severas à migração de países terceiros – face à instalação permanente e reunificação familiar promovida pelos trabalhadores recrutados que se pretendiam temporários¹⁴ – Portugal, por outro lado, com a consolidação da democracia, a estabilidade política resultante (que estimulava o investimento nacional e internacional), e a adesão à Comunidade Económica Europeia, em 1986 (que promovia o desenvolvimento de vários setores económicos), tornou-se num país especialmente atrativo. Entretanto, e dadas as novas circunstâncias, a aparente apatia relativa às questões relacionadas com a imigração, também devida ao período de grandes transformações sociais, políticas e económicas que centrava a atenção nacional noutras matérias, deu lugar à adoção de um conjunto de instrumentos legais que permitiram a Portugal uma maior capacidade de intervenção em matéria de regulação dos fluxos migratórios¹⁵.

As alterações aos regimes legais relativos à imigração em Portugal respondem, assim, ainda hoje, essencialmente a duas premissas: as alterações nos fluxos migratórios e a implementação da legislação comunitária pertinente.

Neste momento específico, tais princípios traduziram-se na aprovação de novos regimes legais relativos ao direito de asilo e ao estatuto do refugiado; à entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros; ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; e aos cidadãos comunitários, objeto de um regime especial de entrada, permanência e saída do país¹⁶.

Assim, condicionado “pela evolução de valores sociais a tutelar neste domínio, bem como pela necessidade de transposição de normas comunitárias”, Portugal passa, em 1980, a dispor de enquadramento legislativo interno adequado que lhe permite regular os fluxos de refugiados com a adoção de uma nova lei referente ao Direito de Asilo e Estatuto do Refugiado. Neste seguimento, em 1991, a criação do Conselho Português para os Refugiados, “vacionado essencialmente para a tutela dos Refugiados”, seria um “marco na recente história do asilo em Portugal”¹⁷.

Com a aprovação de um novo regime relativo à entrada e permanência de estrangeiros pretendia-se “facilitar o conhecimento da legislação através da inserção de todas as normas num só diploma”; “rever as normas desajustadas às exigências do interesse nacional” (sendo ainda aplicada a legislação do anterior regime que “obedecia a um quadro de valores completamente distinto”, incluindo restrições às saídas dos próprios portugueses); e “disciplinar as situações até então não previstas” (como a existência de autorizações de residência para permanências superiores a um ano).

Neste período, a posse de “meios de subsistência suficientes” seria adotada como condição para a admissão de estrangeiros em território nacional, uma medida justificada pela necessidade de impedir a entrada de estrangeiros que “garantem a sua sobrevivência no País recorrendo à mendicidade, à prática de atos ilícitos e à exploração da tradicional hospitalidade portuguesa”¹⁸.

12 SEF, 2008: 17-18.

13 SEF, 2008: 16.

14 COSTA, 2004: 14-15.

15 COSTA, 2004: 57-58.

16 COSTA, 2004: 58-59.

17 SEF, 2008: 12.

18 COSTA, 2004: 59-60.

Com a prevista extinção da Guarda Fiscal (que viria a efetivar-se em 1993) e a reforma do antigo Serviço de Estrangeiros, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) surgiria como um “serviço civil especializado em matéria de imigração” que pudesse fornecer “os elementos indispensáveis à formulação pelo governo das grandes linhas de atuação no domínio da imigração”, passando a ser a única entidade responsável pelo controlo das fronteiras nacionais¹⁹.

O estabelecimento de um regime específico de entrada e permanência para os nacionais de outros Estados comunitários tornar-se-ia necessário com a adesão de Portugal à CEE, em “resultado do princípio de livre circulação de trabalhadores, consagrado pelo Tratado de Roma”²⁰.

A obediência às disposições comunitárias relativas à livre circulação de pessoas nos países membros levaria à implementação de medidas legislativas adicionais a propósito da adesão de Portugal à Convenção de Schengen, em vigor desde 1995.

Este acordo intergovernamental, assinado em 1985 pela França, Alemanha, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, tinha como finalidade a “supressão de controlos de pessoas nas fronteiras dos Estados membros da Comunidade Europeia, tendo em vista fomentar a livre circulação de pessoas”.

Aplicado apenas pelos Estados subscritores²¹, ao suprimir as fronteiras internas, a Convenção de Schengen “coloca os Estados aderentes perante uma responsabilidade acrescida pelo controlo das fronteiras externas”, dado que lhes cabe impedir a entrada de estrangeiros indocumentados que, penetrando no território de um dos países membros, poderão circular livremente pelo território dos restantes²².

A intensificação dos fluxos de imigrantes e requerentes de asilo que se verificaria entretanto sofreria, no entanto, uma quebra – reflexo do endurecimento da política de imigração – depois da aprovação de um novo regime de regulação de entrada, permanência e saída de estrangeiros, em 1993²³.

Era assim estabelecida uma maior restrição às entradas regulares no país, ao mesmo tempo que se procedia à aplicação das disposições comunitárias, estabelecendo uma uniformização dos vistos, com a introdução dos vistos de curta duração, trânsito e escala, válidos em todos os países aderentes à Convenção do Acordo Schengen²⁴. Tendo em vista evitar a circulação de imigrantes em situação irregular em Portugal pelos restantes Estados membros, e dada a constatação política do crescimento da imigração irregular no país, proceder-se-ia, de 1992 a 1993, a um processo extraordinário de regularização. As situações de irregularidade deviam-se essencialmente à anterior “ausência de uma política de regulação de fluxos migratórios”, sendo que “as entradas irregulares ocorriam porque as fronteiras estavam ‘abertas’, dado que Portugal continuava a ver-se, fundamentalmente, como um país de emigração”²⁵. Procurar-se-ia então a “fixação” destes imigrantes em território português através da concessão de um título de residência a cidadãos de países terceiros, “entre os quais beneficiaram de tratamento específico os cidadãos originários dos PALOP”²⁶.

Entretanto, em 1993 os números do asilo atingiram o pico de 1 659 pedidos, na sua maioria realizados por europeus de leste, principalmente da Roménia, em resultado da queda do Muro de Berlim e das “alterações político-sociais verificadas” nos países de leste. Este acréscimo não se traduziu, no entanto, num aumento

19 COSTA, 2004: 60-61.

20 COSTA, 2004: 61.

21 Além de França, Alemanha, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, aderiram à Convenção de Schengen a Itália (1990), Espanha e Portugal (1991), Grécia (1992), Áustria (1995), Finlândia, Suécia e Dinamarca (1996); Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria, Eslovénia e Malta (2004). Reino Unido, Irlanda, Chipre, Bulgária e Roménia, apesar de membros da atual União Europeia, mantêm o controlo das suas fronteiras. Aos Estados membros da EU, juntaram-se em 2001a Islândia e a Noruega, bem como a Suíça, desde 2008 (Europa dos Resultados, 2010).

22 COSTA, 2004: 61-62.

23 COSTA, 2004: 62.

24 SEF, 2008: 18.

25 COSTA, 2004: 65.

26 SEF, 2008: 19.

significativo do número de estatutos de refugiado concedidos, por um lado porque muitos dos requerentes não conseguiam demonstrar reunir os requisitos necessários, por outro, porque se verificou um “estretar dos critérios que permitiam a sua concessão”²⁷, nomeadamente no que se refere à extensão do pedido, “um retrocesso em matéria de regulamentação do direito de asilo” em relação à lei de 1980, até então em vigor²⁸.

O Estado português passaria então a dedicar uma maior atenção à questão da entrada de estrangeiros. A pressão da opinião pública relativamente à limitação dos fluxos migratórios e a percepção cada vez mais nítida de que Portugal passava a ser um país de imigração conduziram a um “endurecimento das condições de entrada no território português para os estrangeiros não comunitários” e a uma “diminuição das garantias individuais dos estrangeiros” (de que é exemplo o acelerar do processo de concessão de asilo instituído pela nova lei).

O combate à imigração irregular torna-se uma prioridade. Os centros de instalação temporária são aprovados em 1994 e nesse ano e no seguinte Portugal celebra acordos bilaterais (com França e Espanha) e multilaterais (com a Polónia) de readmissão de pessoas em situação irregular²⁹.

Em 1998 foi adotada a nova lei de imigração, com a aprovação de novos regimes de asilo e refugiados, bem como de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros. A “política de admissão restritiva” mantém-se, mas torna-se “mais humanista, com uma maior concessão de garantias e direitos aos imigrantes em matéria de reagrupamento familiar ou aplicação de penas acessórias de expulsão”³⁰.

Entre finais dos anos 1990 e início do novo século registou-se o maior crescimento (69%) de população estrangeira em Portugal. Além de mais intensos, os fluxos migratórios sofreram também uma alteração qualitativa profunda: com o colapso da URSS e a emergência de novos Estados independentes, cresce o afluxo de imigrantes provenientes da Europa de Leste, originários de países sem especial afinidade histórica, cultural ou linguística com Portugal.

Em 2001, e sem qualquer tradição nesse sentido, a Ucrânia passa a liderar a tabela das comunidades imigrantes mais numerosas, seguida do Brasil, Cabo Verde e Angola³¹. No mesmo ano, novas alterações no regime jurídico entram em vigor: é criada a autorização de permanência que concede aos imigrantes em situação irregular a “possibilidade de permanecerem em Portugal pelo período de um ano, renovável até ao limite de cinco anos, mediante uma proposta ou contracto de trabalho e desde que portadores de um passaporte válido e certificado de registo criminal”³².

Apesar de não admitido politicamente, esta medida acabou por funcionar como um novo processo de regularização, sendo o seu objetivo oficial “ultrapassar as dificuldades de imigração legal para Portugal derivadas das deficiências da rede consular portuguesa”³³.

Em 2003, as autorizações de permanência seriam revogadas e a nova Lei de Imigração aprovada nesse ano estabelecerá a elaboração de relatórios de oportunidades de trabalho que fixariam “um limite máximo anual imperativo de entradas de cidadãos estrangeiros oriundos de Estados terceiros para o exercício de uma atividade profissional”.

Era assim estabelecida uma “relação direta entre a admissão de estrangeiros e o interesse nacional” através da consagração de quotas por sectores de atividade, admitindo a ultrapassagem dos limites estabelecidos pelo

27 COSTA, 2004: 63-64.

28 Lei n.º 38/80, de 1 de agosto, que, no artigo 6.º, previa a extensibilidade do pedido “a outros membros do seu agregado familiar, desde que este o requeira e prove a qualidade destas pessoas”.

29 COSTA, 2004: 66.

30 COSTA, 2004: 66-67.

31 SEF, 2008: 19.

32 SEF, 2008: 20.

33 COSTA, 2004: 67.

relatório de oportunidades de trabalho se “a oferta de emprego [for] essencial à economia nacional” ou se “revista [de] natureza altamente qualificada ou de interesse científico, artístico ou social relevante para o País”³⁴.

“Visando o combate à imigração ilegal”, o decreto-lei n.º 34/2003, de 25 de fevereiro, passou a regulamentar a responsabilização dos empregadores pelo cumprimento da lei no pagamento de salários, contribuições fiscais e à segurança social de trabalhadores imigrantes, bem como a criminalizar o apoio à imigração ilegal. Contudo, o “fluxo da imigração ilegal não só não diminuiu como, por força desta legislação flexível, aumentou de uma forma acentuada, tornando-se cada vez mais visível a precariedade do acolhimento e integração destes imigrantes”³⁵.

Independentemente da fação política no poder, a discussão e definição da política de integração portuguesa, à semelhança do que acontece nos outros países europeus, passou a girar à volta do binómio “integração social dos estrangeiros residentes/regulação dos fluxos migratórios”, sendo que o acentuar de um ou outro aspeto resulta das prioridades políticas do momento³⁶.

Assim, em 2004, novas alterações são estabelecidas. Entre outros aspetos, é permitida a regularização dos imigrantes que tivessem entrado no país antes de março de 2003, que se encontrassem a trabalhar e tivessem as contribuições fiscais e de segurança social em dia; foram definidos os critérios económicos e sociais na determinação das necessidades de mão-de-obra e da capacidade de acolhimento de cada região, “assegurando a participação das autarquias locais em todo o processo”; e procede-se a uma certa “desburocratização” dos procedimentos de atuação do SEF, “com vista a acelerar os processos e facilitar a integração dos imigrantes”³⁷.

A atual “Lei de Estrangeiros”

Desde 2012 que vigora em Portugal uma nova Lei de Imigração, a lei n.º 29/2012, de 9 de agosto, que introduz alterações ao diploma inovador de 4 de julho de 2007, na sua base.

Regendo a entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território português, bem como o estatuto de residente de longa duração, a lei n.º 23/2007 marcou uma agilização dos procedimentos para concessão do título de residência, passando a autorização de residência a englobar várias categorias (correspondentes a diferentes tipos de visto na legislação anterior) “de acordo com o motivo que justificou a sua concessão”³⁸. Esta última consagrou ainda, entre outros aspetos, as regras à admissão de estrangeiros, tipos de visto e condições para a sua emissão, reagrupamento familiar, permanência e afastamento de território nacional, disposições criminais e contraordenacionais específicas do domínio da imigração e as taxas aplicáveis aos serviços prestados pela Administração neste domínio³⁹.

A lei n.º 29/2012 trouxe as primeiras alterações ao regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional aprovado em 2007, transpondo para a ordem jurídica nacional uma série de diretivas da União Europeia adoptadas desde então⁴⁰.

O quadro seguinte apresenta, de forma esquemática e resumida, as condições necessárias à entrada em território português, os tipos de visto existentes e suas particularidades, os tipos de autorização de residência e

34 COSTA, 2004: 68.

35 SEF, 2008: 20.

36 COSTA, 2004: 69.

37 SEF, 2008: 20-21.

38 SEF, 2008: 22.

39 SEF, 2008: 24.

40 Respetivamente, Diretiva n.º 2009/50/CE, do Conselho, de 25 de maio; Diretiva n.º 2009/52/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho; Diretiva n.º 2011/51/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio; Diretiva n.º 2008/115/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro.

condições para sua obtenção e manutenção e os procedimentos relativos ao afastamento coercivo de território nacional (salvo indicação em contrário, todos os artigos citados estão inseridos na lei referida no cabeçalho do quadro).

Quadro n.º 1 – As condições necessárias à entrada em Portugal, os tipos de visto existentes e suas particularidades, os tipos de autorização de residência e condições para sua obtenção e manutenção e os procedimentos relativos ao afastamento coercivo de território nacional

Procedimentos de entrada (lei n.º 29/2012, de 9 de agosto) Os cidadãos estrangeiros que pretendam entrar em Portugal devem:		
<ul style="list-style-type: none"> - ser portador de documento de viagem reconhecido e com uma validade superior à da estadia (salvo no caso de reentrada de um cidadão estrangeiro residente no país); <p>ou</p> <ul style="list-style-type: none"> - ser titular de <i>laisser passer</i> emitido pelo Estado do qual são nacionais; licença de voo/certificado de tripulante ou documento de identificação marítimo, quando em serviço; salvo-conduto ou documento de viagem para expulsão; <p>ou</p> <ul style="list-style-type: none"> - ser nacional de país com os quais Portugal tenha convenções internacionais que lhe permita a entrada com o bilhete de identidade ou documento equivalente (art.º 9) 	<ul style="list-style-type: none"> - dispor, em meios de pagamento <i>per capita</i>, dos valores fixados por portaria do ministério da Administração Interna (MAI) e do ministério do Trabalho e da Segurança Social (art.º 11); <p>ou</p> <ul style="list-style-type: none"> - apresentar um termo de responsabilidade assinado por cidadão nacional ou estrangeiro habilitado a permanecer regularmente no país, que assuma o compromisso de garantir as condições da sua estadia em território nacional e a reposição dos custos do seu afastamento, em caso de permanência ilegal (art.º 12) 	<ul style="list-style-type: none"> - ser titular de um visto válido e adequado à finalidade da deslocação, concedido pelas autoridades consulares nacionais, nos respetivos postos consulares tutelados pelo ministério dos Negócios Estrangeiros ou pelas autoridades competentes dos Estados Membros da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen; <p>ou</p> <ul style="list-style-type: none"> - estar habilitado com título de residência, prorrogação de permanência ou com cartão de identidade, quando válidos, ou beneficiando dessa faculdade nos termos de convenções internacionais de que Portugal seja parte (art.º 10).
Vistos		
<p>Concedidos pelos postos consulares de carreira e secções consulares, competindo-lhes solicitar os pareceres, informações e demais elementos necessários para a instrução dos pedidos. Excepcionalmente, podem ser concedidos vistos de escala, curta duração e especiais em postos de fronteira, sendo este último concedido por razões humanitárias ou de interesse nacional reconhecidas pelo MAI, para entrada e permanência temporária a cidadãos estrangeiros que não reúnam os requisitos legais para o efeito. É ao diretor nacional do SEF que compete decidir sobre tais matérias (artigos 45 a 66).</p>		
(válidos para um ou mais Estados, partes na Convenção de Aplicação)		
<p>Visto de escala aeroportuária</p> <p>Permite ao seu titular, quando utilize uma ligação internacional, a passagem pela zona internacional do aeroporto de um Estado, parte na Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen (art.º 49).</p>	<ul style="list-style-type: none"> - As embaixadas e os postos consulares de carreira portugueses podem conceder vistos de escala aeroportuária ou de curta duração solicitados por titulares de passaportes diplomáticos, de serviço, oficiais e especiais ou de documentos de viagem emitidos por organizações internacionais (art.º 48). 	
<p>Visto de curta duração</p> <p>Permite a entrada para fins que não justifiquem a concessão de outro tipo de visto, com um prazo de validade de um ano e para uma ou mais entradas, não podendo a duração de uma estada ininterrupta ou a duração total das estadas sucessivas exceder 90 dias em cada 180 dias a contar da data da primeira passagem de uma fronteira externa (art.º 51).</p>		

Vistos	
(somente válidos para território português)	
<p>Visto de estada temporária</p> <p>Permite a entrada em território nacional para:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) tratamento médico em estabelecimento de saúde oficial; b) transferência de cidadãos nacionais de Estados, partes na Organização Mundial do Comércio, no contexto da prestação de serviços ou de formação profissional; c) exercício de uma atividade profissional subordinada ou independente, de carácter temporário e que não ultrapasse, em regra, os seis meses; d) exercício de uma atividade científica em centros de investigação, de uma atividade docente num estabelecimento de ensino superior ou de uma atividade altamente qualificada durante período inferior a um ano; e) exercício de uma atividade desportiva amadora certificada, desde que o clube ou associação se responsabilize pelo alojamento e cuidados de saúde; f) permanência por períodos superiores a três meses em casos excepcionais devidamente fundamentados; g) acompanhamento de familiar sujeito a tratamento médico (art.º 56). 	<ul style="list-style-type: none"> - O parecer prévio do SEF é condição para a concessão do visto quando se tratem de vistos de estada temporária ou residência por motivos de interesse nacional, segurança interna, prevenção de imigração ilegal e de criminalidade conexa (art.º 53). - A concessão de vistos para exercício de atividade profissional subordinada está sujeita à existência de uma promessa ou contrato de trabalho, bem como, se aplicável, as adequadas habilitações (art.º 59). - A concessão de vistos de residência, estada temporária e de curta duração dependem da inexistência de: uma medida de afastamento do país e subsequente período de interdição de entrada; de indicação para efeitos de não admissão no Sistema de Informação Schengen ou do Sistema Integrado de Informações do SEF; da posse de meios de subsistência, de documento de viagem válido, e de seguro de viagem (art.º 52). - A concessão de visto de estada temporária ou de residência é recusada quando o estrangeiro tenha sido condenado por um crime que em Portugal seja punível com pena privativa de liberdade de duração superior a um ano ou mais que um com idêntica pena, ainda que a sua execução tenha sido suspensa; com fundamento numa ameaça à ordem, segurança ou saúde pública (art.º 32).
<p>Visto para obtenção de autorização de residência</p> <p>Permite ao seu titular a entrada em território português a fim de solicitar autorização de residência, habilitando-o a permanecer em território nacional por quatro meses (art.º 58).</p> <p>Em função do propósito a que se destina, existem seis tipos de visto de residência:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) para exercício de uma atividade profissional subordinada; b) para exercício de atividade profissional independente ou para imigrantes empreendedores; c) para atividade de investigação ou altamente qualificada; d) para estudo, intercâmbio de estudantes, estágio profissional ou voluntariado; e) no âmbito da mobilidade de estudantes do ensino superior; f) para efeitos de reagrupamento familiar (artigos 59 a 64). 	

Autorizações de residência		
Temporária		<p>A emissão dos títulos de residência é da responsabilidade do SEF, sendo efetivada mediante:</p> <ul style="list-style-type: none"> - posse de visto de residência válido; - meios de subsistência definidos por lei; - condições de alojamento; - inscrição na Segurança Social, quando aplicável; - ausência de condenação por crime punível em Portugal com pena privativa de liberdade superior a um ano; - não se encontrar no período de interdição de entrada em território nacional subsequente a uma medida de afastamento do país; - ausência de indicação no Serviço de Informações de Segurança e Sistema Integrado de Informação do SEF para efeitos de não admissão (art.º 77). <p>A autorização de residência engloba títulos para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - exercício de atividade profissional subordinada; - exercício de atividade profissional independente; - investigação ou atividade profissional altamente qualificada; - atividade de investimento; - estudo em estabelecimento de ensino secundário; - estudo em estabelecimento de ensino superior; - estágio profissional não remunerado; - voluntariado; - reagrupamento familiar; - vítimas de tráfico de pessoas ou de ação de auxílio à imigração ilegal; - titulares do estatuto de residentes de longa duração noutro Estado membro da UE; - titulares do “cartão azul UE”; - situações especiais (artigos 88 a 124).
<ul style="list-style-type: none"> - válida durante um ano, renovável por períodos sucessivos de dois anos ou sempre que se verifique a alteração dos dados de identificação nela registados (art.º 75) - para efeitos de renovação os requisitos devem manter-se (art.º 78) 	<p>O titular de uma autorização de residência ou de visto de estada temporária está habilitado a aceder ao mercado de trabalho em Portugal, ainda que, no segundo caso, por tempo limitado.</p> <p>O mesmo acontece com os requerentes de asilo ou proteção subsidiária a quem tenha sido emitida autorização de residência provisória. A estes são aplicadas as disposições gerais relativas, quer ao acesso ao mercado de trabalho quer ao sistema de Segurança Social (SEF, 2008: 41).</p>	
Permanente		
<ul style="list-style-type: none"> - sem limite de validade, devendo ser renovada de cinco em cinco anos ou sempre que uma alteração o justifique (art.º 76) - para concessão de uma autorização de residência permanente os requerentes devem possuir: autorização de residência temporária há pelo menos cinco anos; não ser alvo, nos últimos cinco anos de residência, de penas que ultrapassem, isolada ou cumulativamente, um ano de prisão; meios de subsistência definidos por lei; condições de alojamento e conhecimentos do português básico (art.º 80) 		
Afastamento de Território Nacional		
Coercivo (art.º 140)		<p>O cidadão estrangeiro detetado em situação de irregularidade é:</p> <ul style="list-style-type: none"> - detido por autoridade policial e apresentado, num período máximo de 48 horas, às autoridades judiciais para validação da detenção e aplicação de medidas de coacção se justificáveis; - em alternativa à detenção, o estrangeiro pode ser notificado para abandonar voluntariamente o território nacional no prazo de 20 dias, sob pena de instauração de processo administrativo de expulsão (art.º 138) ; - o estrangeiro pode ainda entregar-se à custódia do SEF para condução à fronteira e afastamento do país, no mais curto espaço de tempo possível, ficando interdito de entrar em território nacional durante um ano (art.º 147); - validada a detenção pelo juiz, este pode determinar a colocação do expulsando em Centro de Instalação Temporária (por um período máximo de 60 dias), a obrigação de permanência na habitação com vigilância electrónica ou a apresentação periódica ao SEF ou às autoridades policiais (art.º 160).
<p>Expulsão administrativa</p> <ul style="list-style-type: none"> - destinada a cidadãos que entrem e/ou permaneçam no país de forma irregular 	<p>Expulsão judicial</p> <ul style="list-style-type: none"> - destinada a estrangeiros em situação regular ou aplicada como pena acessória pela prática de um crime doloso com condenação a pena superior a seis meses <ul style="list-style-type: none"> – para não residentes – ou um ano – para residentes 	

Afastamento de Território Nacional	
Regresso voluntário (art.º 139)	Não podem ser expulsos, estrangeiros
O Estado pode apoiar o regresso voluntário de cidadãos estrangeiros que preencham as condições exigíveis aos países de origem, no âmbito de programas de cooperação estabelecidos com organizações internacionais.	<ul style="list-style-type: none"> - nascidos e residentes em território português; - que tenham a seu cargo filhos menores de nacionalidade portuguesa a residir em Portugal ou residentes em Portugal aos quais asseguram sustento e educação; - que residam no país desde idade inferior a 10 anos (art.º 134); - residentes de longa duração, exceto caso se considere que representam uma ameaça para a ordem ou segurança pública (artigos 136 e 137).

É de destacar a definição dos pormenores relativos à autorização de residência para imigrantes empreendedores e para imigrantes altamente qualificados, introduzida em 2007⁴¹; o estabelecimento de normas mínimas sobre sanções e medidas contra empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular⁴²; o alargamento aos beneficiários de proteção internacional das normas mínimas relativas à obtenção do estatuto de residente de longa duração⁴³; e a definição de normas e procedimentos comuns nos Estados membros para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular⁴⁴.

Relativamente aos imigrantes empreendedores, o Despacho n.º 1661-A/2013, de 28 de janeiro altera o Despacho n.º 11820-A/2012, de 4 de setembro, que visou definir as condições para a aplicação do regime especial de autorização de residência para atividade de investimento em território nacional com dispensa de visto de residência, designadamente em termos os requisitos quantitativos e temporais mínimos, os prazos mínimos de permanência e os meios de prova, “visando melhorar a competitividade” da referida atividade⁴⁵.

Digna de nota, e que corrobora também a tentativa de progressiva uniformização da legislação europeia relativa ao tratamento da imigração, é a criação do “Cartão Azul UE”, o título de residência que habilita o seu titular a residir e a exercer, em território nacional, uma atividade altamente qualificada, de acordo com uma série de termos especificamente definidos para o propósito. Tal medida dá continuidade e consistência ao propósito almejado já pelo decreto Regulamentar n.º 84/2007, cujo objectivo era simplificar o regime de concessão de autorização de residência a investigadores, docentes do ensino superior e outros cidadãos estrangeiros altamente qualificados que pretendam desenvolver a sua atividade em Portugal como forma de tornar o país mais atrativo para mão-de-obra altamente qualificada⁴⁶.

A “Lei do Asilo”

As condições e procedimentos de concessão de asilo e proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária são, em Portugal, estabelecidos pela lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que “transpôs para a ordem jurídica interna as Diretivas do Conselho” Europeu⁴⁷.

O direito de asilo é garantido

41 Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto, artigos 90º e 90ºA, respetivamente.

42 Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto, artigos 185º e 185ºA.

43 Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto, artigo 126º.

44 Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto, artigos 134º a 180º.

45 Despacho n.º 1661-A/2013, de 28 de janeiro.

46 decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro.

47 SEF, 2008: 15.

aos estrangeiros e apátridas perseguidos ou gravemente ameaçados de perseguição, em consequência de atividade exercida no Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual, em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana,

e àqueles que

receando com fundamento ser perseguidos em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas ou integração em certo grupo social, não possam ou não queiram voltar ao Estado da sua nacionalidade ou residência habitual", independentemente de possuírem ou não as características que lhe são atribuídas pelo agente da perseguição, e, no caso de possuírem mais que uma nacionalidade, se os motivos que sustentam o pedido se verificarem em relação a todos os Estados de que é nacional⁴⁸.

A avaliação das tais circunstâncias cabe ao SEF, o direito de decisão ao ministro da Administração Interna.

Recentemente, e de forma consistente, o Parlamento Europeu tem visado práticas comuns relativas ao retorno voluntário nas suas Decisões⁴⁹. De acordo com as diretivas europeias, a lei portuguesa prevê a assistência a requerentes e beneficiários de asilo ou proteção subsidiária que manifestem vontade de regressar ao país de origem, nomeadamente através de programas de apoio desta natureza⁵⁰.

A construção de um espaço de liberdade, segurança e justiça

Desde Maastricht que a União Europeia vem proclamando o desejo de construção de uma política comum de imigração⁵¹. Em 1992, o Tratado assinado na cidade holandesa (re)criou uma União Europeia com base em três pilares essenciais: uma Política Externa e de Segurança Comum, as Comunidades Europeias (unidas numa só) e a cooperação para tratar da justiça e assuntos domésticos. Tais princípios seriam complementados pela integração do Acordo de Schengen na legislação europeia através do Tratado de Amesterdão, assinado em 1997. A vinculação ao Acordo passava então a ser condição necessária ao ingresso efetivo de um país na organização, abolindo as fronteiras internas e controles de movimentação intergovernamental entre os Estados, sendo reforçadas as fronteiras entre a UE e países terceiros⁵².

No mesmo, seria determinado o “desenvolvimento de uma área de liberdade, segurança e justiça” dentro da UE que deveria ser assegurada por medidas apropriadas a respeito do controle de fronteiras externas, de asilo e imigração e a prevenção e combate de crimes. Foi ainda definida uma política comum sobre imigração e asilo a ser debatida e implementada nos cinco anos seguintes pelo Conselho Europeu. A classificação do tema como intergovernamental fragilizaria, no entanto, a sua concretização plena.

O Conselho de Tampere, de 1999, determinaria que a política comum de asilo e de imigração se deveria focar em parcerias com os países emissores, na criação de um regime comum de concessão de asilo, no tratamento igualitário com padrões mínimos para requerentes de asilo e imigrantes, e na gestão dos fluxos migratórios com foco na luta contra a imigração irregular.

Apesar de tais definições terem guiado as políticas nacionais a partir de então, estas são ainda muito heterogêneas dado o elevado número de ressalvas apresentadas pelos países membros, sendo que a opção

48 Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, artigo 3º.

49 Decisão n.º 575/2007/CE, de 23 de maio de 2007, que cria o Fundo Europeu de Regresso, ou a Diretiva 2008/115/CE, de 16 de dezembro de 2008, relativa a normas e procedimentos comuns nos Estados-Membros para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular.

50 Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, artigo 139º.

51 GUERRA; MOTA; CARNEIRO, 2006: 4.

52 PEIXOTO; SIQUEIRA, 2012: 10-15.

pelos padrões mínimos deixa a possibilidade dos mesmos oferecerem condições bastante diferentes em termos de imigração e asilo⁵³.

De 2000 a 2005, a UE apresentou, consistentemente, uma série de propostas para a harmonização de políticas públicas para a migração e a sua implementação nos países membros que esbarraram, porém, nas tendências para a manutenção da lógica de exclusividade da soberania nacional sobre a regulação da migração. Apesar disso, o aumento dos movimentos migratórios na Europa ocorreu em simultâneo com a expansão do sistema regional, dando à UE a possibilidade de se encarregar de criar bases para a cooperação regional em matéria de imigração⁵⁴.

Nesse sentido, o *Green Paper on an EU Approach to Managing Economic Migration*, de janeiro de 2005, surgiria como um “roteiro de iniciativas legislativas para o desenvolvimento de uma política comum sobre migração legal”, parte integrante do Programa de Haia (2006-2009), que visava relançar o debate sobre procedimentos de admissão de nacionais de países terceiros por motivos económicos. O “Livro Verde” reconhecía a importância da imigração para o desenvolvimento económico da região e do envolvimento das instituições europeias no assunto para limitar os fluxos irregulares. A par deste, a Comissão Europeia elaborou uma Agenda Comum para a Integração, propondo um conjunto de princípios básicos comuns (e respetivos mecanismos de apoio fornecidos pela UE) visando o enquadramento da integração de nacionais de países terceiros⁵⁵.

O plano que define as políticas de migração propriamente ditas, o *Policy Plan on Legal Migration*, de dezembro do mesmo ano, dá especial atenção às políticas referentes a trabalhadores altamente qualificados, apresentando muitas restrições à entrada de trabalhadores com poucas qualificações⁵⁶, falhando assim na resposta à falta de mão-de-obra em sectores de atividade específicos e na inclusão efetiva dos trabalhadores nas sociedades de acolhimento.

Na prática, portanto, as políticas concretizadas apresentam-se como meramente instrumentais, “assentes nas necessidades imediatas do mercado de trabalho e frequentemente ultrapassadas por fluxos migratórios ilegais” que aparecem para responder às necessidades não supridas pelos trabalhadores em situação regular⁵⁷. Os atuais contingentes são definidos por critérios políticos que complexificam e atrasam o processo, colocando em causa a eficácia do sistema e levando as empresas a recorrer à mão-de-obra disponível, nem sempre regularizada.

Criada como bastião da “integração económica global, da propagação democrática e dos mercados livres”, os recentes desenvolvimentos da UE em termos de política migratória, designadamente com a criação da zona Schengen, vêm desenhando uma espécie de “super fronteira” que abrange toda a Europa.

O Tratado de Amesterdão, que defendia a “aproximação do estatuto dos nacionais de países terceiros ao estatuto dos nacionais dos Estados membros”⁵⁸, definiu, na verdade, a livre circulação europeia como exclusiva para “europeus e aqueles aí formalmente admitidos”. Ademais, o desenvolvimento de um sistema comum de asilo e a manutenção de “políticas nacionais que privilegiam migrantes ricos e qualificados face aos menos favorecidos” parecem sugerir novos limites à migração europeia⁵⁹.

Numa Europa que envelhece rapidamente e com uma economia necessitada de “ativos com elevadas qualificações para conseguir aproximar-se da ambicionada meta estabelecida na ‘estratégia de Lisboa’”, uma viragem na orientação das políticas europeias parece premente, assim como a aposta numa “integração

53 LEÃO, 2010: 9.

54 LEÃO, 2010: 1-3.

55 GUERRA; MOTA; CARNEIRO, 2006: 21-23.

56 LEÃO, 2010: 3.

57 GUERRA; MOTA; CARNEIRO, 2006: 5.

58 MARQUES, 2010: 10.

59 DAUVERGNE, 2008.

harmoniosa nas sociedades de acolhimento” e no reconhecimento de que “as questões migratórias são parte integrante das relações da UE com os Estados de trânsito e de origem”⁶⁰.

Impondo desafios que erodem a capacidade dos Estados lidarem com eles eficientemente, o processo de globalização vem evidenciando a crescente necessidade de cooperação internacional para garantir a resolução eficaz de problemas de caráter global, já que aos Estados é particularmente difícil estender a soberania sobre assuntos que ultrapassam as suas fronteiras.

A “pressão imparável para a imigração a partir dos países mais pobres” e a “resposta lenta, burocrática e desajustada às realidades do mercado e das empresas, no processo de gestão de quotas e de atribuição de vistos de trabalho”, não só não reduz o fluxo de entrada de imigrantes irregulares como o acentua. A imigração irregular torna-se, assim, inevitável enquanto persistirem padrões de desenvolvimento e de distribuição de riqueza muito desequilibrados entre diferentes regiões do mundo. Torna-se portanto imprescindível uma promoção dos países de origem dos migrantes que garanta o aumento do nível de vida e a criação de oportunidades de emprego local, bem como a agilização e flexibilização dos procedimentos necessários para suprir a escassez de mão-de-obra em vários sectores de atividade⁶¹.

As respostas comunitárias, apesar de, progressivamente, se aproximarem de uma estratégia generalizada de (pelo menos aparente) cooperação, passam, contudo, muitas vezes, por ações unilaterais com contornos de protecionismo que tendem a transformar a lei da migração num “bastião de soberania”⁶².

Nunca como nas duas últimas décadas os governos despenderam tanto dinheiro em mecanismos de controlo da imigração. No entanto, as democracias ocidentais têm visto as suas tentativas de um “controlo eficaz e eficiente” das migrações votadas ao fracasso, notando-se uma distância cada vez maior entre os objetivos políticos traçados e os resultados efetivamente atingidos.

Tal fracasso traduz-se no crescimento do número de migrantes indesejados, independentemente de a sua situação estar regularizada ou não; na falta de consenso entre países de origem e acolhimento relativamente a responsabilização e medidas a adotar; e na “frustração e ressentimento” entre imigrantes e nativos dos países de acolhimento⁶³. Além disso, a falta de canais de imigração legais tem ainda o efeito perverso de encorajar o tráfico de pessoas, uma vez que as causas para as migrações persistem independentemente das condições existentes nos países de destino⁶⁴.

Tais movimentos continuarão a crescer “até que os Estados combatam as suas causas e criem mecanismos internacionais adequados para lidar com eles”⁶⁵.

Torna-se assim pertinente a discussão acerca de uma melhor utilização dos orçamentos destinados às políticas migratórias punitivas e coercivas se aplicadas ao desenvolvimento do comércio, investimento e assistência humanitária aos países de origem, de forma a, numa perspetiva de longo prazo, reduzir a pressão migratória no território⁶⁶. Todavia, e apesar de algumas medidas estarem previstas nesse sentido (nomeadamente no caso da cooperação entre Europa e Magreb ou a progressiva inclusão de países da Europa central nas estruturas políticas europeias)⁶⁷, a tendência continua a ser para respostas defensivas, muitas vezes apoiadas em questões de “segurança nacional”⁶⁸.

60 MARQUES, 2010: 9-10.

61 GUERRA; MOTA; CARNEIRO, 2006: 14-16.

62 DAUVERGNE, 2008.

63 MARTIN, 2003: 5-6.

64 MARTIN, 2003: 7-13.

65 CIERCO, 2004: 159.

66 MARTIN, 2003: 5.

67 CIERCO, 2004: 160-163.

68 DAUVERGNE, 2008.

A definição da entrada de imigrantes irregulares como problema de segurança nacional é, na verdade, largamente usada para restringir as políticas migratórias e aumentar o policiamento e as punições aos imigrantes irregulares em nome da proteção dos cidadãos nacionais, correspondendo aos interesses e preocupações de vários países ocidentais para ampliar o controlo sobre os movimentos migratórios e as suas consequências negativas⁶⁹.

Em 2007, durante as negociações que levariam à assinatura do Tratado de Lisboa, as regras jurídicas do Espaço Schengen foram modificadas, procurando-se a consolidação de um “espaço de circulação livre e segura” e a implementação de políticas de imigração, asilo e concessão de vistos comuns a todos os países parte. O processo de padronização das políticas de entrada no espaço vem levantando, no entanto, uma série de debates.

Principalmente em Estados nos quais a imigração é sistematicamente encarada como um problema social, fenómenos como a “Primavera Árabe” são instigadores de acesas discussões acerca da capacidade do tratado para garantir, em simultâneo, a livre circulação de pessoas dentro do Espaço Schengen e a segurança das suas fronteiras. Consequentemente, argumentos para uma reforma do tratado que dê mais margem de manobra aos Estados têm vindo a alimentar uma “desconfiança mútua” baseada numa “política de pânico”. O carácter “urgente” da situação seria relativizado por alguns eurodeputados como resultante do perfil dos imigrantes em causa e das agendas políticas dos países afectados – cujo discurso é tantas vezes usado para fundamentar uma supressão de liberdades individuais que se tem vindo a tornar progressivamente mais comum – enquanto os fluxos migratórios se tornam cada vez mais num bode expiatório recorrente para as dificuldades económicas contemporâneas⁷⁰.

Em alguns países da Europa, e apesar da sobrelotação das infraestruturas destinadas ao efeito, o número de detenções de imigrantes em situação irregular continua a crescer, bem como o número de deportados, tendo passado, em alguns casos, de “mal necessário” a ação comum e conveniente, incluindo, em larga escala, nomeadamente no Reino Unido, requerentes de asilo cujos processos (“acelerados”) não chegam, por vezes, sequer a cumprir os trâmites legais adequados⁷¹.

Aclamados como “grandes avanços” – visto que os estrangeiros nestas circunstâncias deixam de ser colocados em estabelecimentos prisionais – os espaços destinados à detenção de imigrantes são comumente conotados como “instalações precárias e desumanas”, em parte devido à falta da necessária regulamentação relativa ao funcionamento dos mesmos⁷². Em Portugal, as condições de detenção são, em geral, boas, contudo, “nem mesmo as melhores condições de detenção podem evitar os efeitos da restrição severa do direito das pessoas se movimentarem livremente e de gerirem a sua própria vida”⁷³.

O tempo de detenção em Centro de Instalação Temporária – que em Portugal nunca excedeu o máximo de dois meses – era, até 2008, ilimitado na União Europeia, tendo a Diretiva do Retorno estabelecido um limite máximo de seis meses para os Estados-Membros⁷⁴.

Apesar dos esforços conjuntos, da parte quer do Parlamento quer do Conselho Europeus, para uma legislação mais adequada, quer em matéria de asilo quer de controlo da imigração⁷⁵, a Europa, tal como o resto do mundo, tem ainda um longo caminho a percorrer, principalmente no que concerne à aplicação da teoria legislativa à prática real.

69 LEÃO, 2010: 10.

70 PEIXOTO; SIQUEIRA, 2012: 16-21.

71 BOSWORTH, 2008.

72 AROSO, 2009: 8.

73 JRS Portugal, 2010: 78-79.

74 Diretiva 2008/115/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativa a normas e procedimentos comuns nos Estados-Membros para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular (AROSO, 2009: 8-9).

75 JRS Portugal, 2010: 195-198.

A legislação nacional para imigrantes está relativamente bem harmonizada entre os membros dos Acordos de Schengen mas há ainda algumas discrepâncias uma vez que a UE se limita a determinar padrões mínimos a serem observados, deixando, por exemplo, o fornecimento ou não de visto a trabalhadores de países não membros ao critério de cada país consoante a sua análise do próprio mercado de trabalho, sendo mais fácil ficar num país de forma irregular que regular.

A legislação sobre asilo está ainda menos harmonizada e a nível nacional é normalmente mais restritiva que a proposta pela UE. A concessão de vistos de permanência e cidadania, ponto fundamental de controlo sobre estrangeiros, permanece delegada aos Estados nacionais, já que o Tratado de Maastricht de 1992 estabelece que a cidadania europeia é adicional à cidadania nacional e, portanto, oferecida a todos os nacionais de países-membros.

O papel da União foi, porém, reforçado, na tentativa de coordenar o acesso, intercâmbio e divulgação de informações sobre as migrações na região e a busca de integrar o imigrante de países não membros em questões relacionadas com o emprego, políticas urbanas e educação, bem como na proposta de cooperação com os países de origem para coordenar o retorno de migrantes⁷⁶.

O retorno voluntário vem assumindo um papel de destaque no contexto da política de retorno da UE. Contudo, a própria diretiva referente ao mesmo foi, aquando da sua aprovação pelo Parlamento Europeu em 2008, alvo de acesos debates, chegando a ser considerada, no Parlamento português, como “um revés para os objetivos da Cimeira Europa/África” e uma “derrota para as organizações de direitos humanos”. Sendo que a legislação existente em Portugal relativamente a esta temática estabelecia já a prioridade do retorno voluntário sobre o coercivo, bem como o apoio judiciário ao retorno, a proposta de tais medidas – novidade em muitos países europeus – como patamares mínimos de respeito pelos Direitos Humanos, apresentou-se como um limite às possibilidades do retorno voluntário⁷⁷.

Entretanto, no mesmo ano de 2008, as questões sobre as fronteiras e a preocupação em relação à circulação de pessoas – especialmente não-europeus – no espaço da UE levariam à aprovação, por parte do Parlamento Europeu, de uma lei de criminalização da imigração irregular. Através desta define-se que “imigrantes que se encontrem em situação irregular em algum país do bloco após 30 dias podem ser presos por um período de seis meses, além de serem proibidos de voltar a qualquer país da União Europeia pelo período de cinco anos”.

No ano anterior, em Lisboa, definira-se, em Tratado, que a Carta dos Direitos Fundamentais e dos Direitos Humanos da União passavam a ter valor jurídico⁷⁸.

Conclusão

Num mundo eminentemente global, em que os valores universais têm prevalência sobre os definidos internamente ao Estado, o apelo dos imigrantes à proteção oferecida pelos primeiros, mesmo que em oposição à política nacional dos Estados, será cada vez mais comum. O Estado deixa de ter, assim, liberdade completa para restringir a circulação entre fronteiras e a permanência de estrangeiros no seu território dado o dever de considerar a fragilidade da situação dos refugiados, bem como de garantir que imigrantes irregulares vejam respeitados os seus direitos inalienáveis.

76 LEÃO, 2010: 16.

77 SEF, 2009c: 19-21.

78 PEIXOTO; SIQUEIRA, 2012: 11-12.

Face às restrições impostas à soberania e às percepções de falhas no controle de entrada e assimilação de imigrantes, é notória a perda de eficácia, e mesmo de legitimidade, das políticas migratórias nacionais⁷⁹. Tal facto, somado à constatação de que os aspetos ligados às migrações se inserem num prisma essencialmente internacional – principalmente quando se tem em conta que as condições económicas favoráveis em países desenvolvidos estão intimamente ligadas às condições adversas nos países de partida (*brain drain* e dependência de capital externo são apenas alguns exemplos esclarecedores) – parece corroborar a crença de que as hipóteses de uma resolução eficaz da questão aumentam com uma ação coletiva⁸⁰.

Como os dados analisados comprovam, Portugal tem sido exemplar no que ao cumprimento das normativas e sugestões europeias diz respeito, no entanto, o facto de muitas das tentativas comunitárias para o estabelecimento de uma política comum a nível do controlo dos fluxos migratórios se centrarem essencialmente em medidas de atenuação imediata daqueles que são encarados como problemas comuns, juntamente com o facto de uma parte significativa dos países membros se limitar a cumprir os requisitos mínimos obrigatórios na aplicação das decisões com valor de lei, vai minando a eficácia de tais projectos e reforçando o descrédito na utilidade dos esforços isolados. Torna-se, portanto, essencial uma ação concertada e focada não apenas na atenuação das consequências mas também, e especialmente, na prevenção das causas.

Tal ação não deverá centrar-se no policiamento de fronteiras, nas restrições sobre os direitos de permanência ou nas punições mais severas sobre os irregulares (que, provado está, não concorrem para eliminar as causas da problemática) antes naqueles que constam como sendo os pilares fundamentais da construção europeia: a cooperação entre diferentes (nações) para o bem-estar e paz comum num espaço de liberdade, segurança e justiça.

79 LEÃO, 2010: 13.

80 LEÃO, 2010: 10.

Fontes

decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro. *Diário da República*, n.º 212 – Série I. Lisboa: Ministério da Administração Interna.

Despacho n.º 1661-A/2013, de 28 de janeiro. *Diário da República*, n.º 19 – Série II. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna.

Europa dos Resultados, 2010 – *Os Acordos de Schengen*. Disponível em: <http://www.europadosresultados.eu/index.php?option=com_content&view=article&id=138:os-acordos-de-schengen&catid=31:justica&Itemid=54> [consult. 30 de jul. 2011].

Lei n.º 38/80, de 1 de agosto de 1980. *Diário da República*, n.º 176 – Série I. Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 27/2008, de 30 de junho. *Diário da República*, n.º 124 – Série I. Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto. *Diário da República*, n.º 154 – Série I. Lisboa: Presidência da República.

GUERRA, Isabel; MOTA, Joaquim Magalhães; CARNEIRO, Roberto, 2006 – *Imigração, desenvolvimento e coesão social em Portugal: parecer face ao anteprojecto de proposta de lei que regula as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território português (aprovado no Plenário de 14 de julho de 2006)*. Lisboa: Conselho Económico e Social.

SEF, 2008 – *A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal*. Lisboa: Rede Europeia das Migrações.

SEF, 2009a – *Guia do Requerente de Asilo – Portugal*. Disponível em: <http://www.sef.pt/documentos/56/Guia_Asilo.pdf> [consult. 2 de mar. 2011].

SEF, 2009b – *Legispédia SEF – A Lei de Estrangeiros documentada e comentada de várias formas*. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/lexismigratoria/>> [consult. 7 de mar. 2011].

SEF, 2009c – *Retorno assistido e reintegração em países terceiros: programas, estratégias e incentivos*. Lisboa: Rede Europeia das Migrações.

Bibliografia

AROSÓ, Joana Silva, 2009 – *A Detenção de Imigrantes em Situação Ilegal*. Braga: Escola de Direito da Universidade do Minho.

BOSWORTH, Mary, nov. 2008 – “Foreign Nationals in Prison and Detention”. *Prison Service Journal*, 180, p. 18-23.

CIERCO, Teresa, 2004 – “A Política de Refugiados e a Conjuntura Internacional”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, n.º 11, p. 149-170.

Comissão Europeia, 2012 – *Glossário de Migração e Asilo*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia

COSTA, Paulo Manuel, 2004 – *Políticas de Imigração e as novas dinâmicas da cidadania em Portugal*. Lisboa: Instituto Piaget.

DAUVERGNE, Catherine, 2008 – *Making People Illegal: Migration Laws for Global Times*. Vancouver: UBC Press.

JRS Portugal, 2010 – *Muros que nos separam: detenção de requerentes de asilo e migrantes irregulares na EU*. Lisboa: Paulinas Editora.

LEÃO, Augusto Veloso, 2010 – *Migrações e Governança Regional: A lei de Imigração na União Europeia e na Alemanha*. VI Seminário de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.

MARQUES, M. Margarida (coord.), 2010 – *Estado-Nação e migrações internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.

MARTIN, Philip, 2003 – “Bordering on Control: combating irregular migration in North America and Europe”. *IOM Migration Research Series*. Disponível em: <http://publications.iom.int/bookstore/free/mrs_13_2003.pdf> [consult. 2 de maio 2011].

PEIXOTO, Daniel Ribeiro; SIQUEIRA, Eike Nogueira Lhamas de, 2012 – “Guia de Estudos do Conselho Europeu: Xenofobia na União Europeia”. in *Guias para o IX Modelo Intercolegial de Relações Internacionais*. Disponível em: <<http://www.mirin.com.br/guias/CE.pdf>> [consult. 10 de jan. 2013].

RAMOS, Maria da Conceição Pereira, 1991 – *L’immigration clandestine: élément structurel du phénomène migratoire et donnée permanente du système d’emploi des pays européens*. “Communication à la conférence de l’Association Européenne des Economistes du Travail”. Madrid, 26-29 de set.

SANTOS, Vanda, 2004 – *O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e Imigração dos anos 90 à actualidade*. Lisboa: ACIME, Estudos do Observatório da Imigração, n.º 8.

Varia

Casas de fundição e da moeda no Brasil e em Portugal: *purificar o ouro, apurar as técnicas*

Reginaldo Barcelos

Introdução

Temos em conta, de início, que a problemática da metalurgia do ouro no Brasil dos séculos XVIII e XIX foi, ainda, pouco ou quase nada inquirida pela História e pela Arqueologia. Não nos incumbe aqui, é bem claro, tratar do ouro e sua produção, no país, sob os seus vários aspetos: econômico, corográfico, histórico, administrativo, mineralógico, etc. A história dos descobrimentos e exploração das lavras auríferas e de todo o extenso território brasileiro penetrado pelos intrépidos sertanistas, que, diga-se de passagem, constitui um dos mais interessantes ciclos do bandeirantismo, escapa, ainda, ao estudo da nossa arqueologia. Iremos tratar unicamente de algumas tecnologias empregadas para a transformação do ouro *in natura* em barras o que era operado pelas casas de fundição legais e também nas ilegais.

Estas oficinas funcionaram, no Brasil colonial e de inícios do império, em dois períodos distintos, consoante o método de cobrança dos direitos reais sobre a extração do mineral. As primeiras casas de fundição, ou oficinas dos reais quintos, foram implantadas em meados do século XVII, após os primeiros descobrimentos do metal precioso na capitania de São Vicente. Desativadas algumas, funcionaram outras até o alvorecer do século XVIII, centúria essa em que se assiste ao *rush* das “Minas Gerais”. Também aí funcionaram oficinas de fundição aurífera nas primeiras décadas do século XVIII. Após o interregno de dezasseis anos, entre 1735 e 1751 – período em que esteve vigente a cobrança do imposto através da *capitação* por cada escravo empregado nos serviços da mineração do ouro, por cada estabelecimento comercial, ofícios desempenhados e outros – as casas de fundição foram restabelecidas em 1751¹. Durante esse período, segundo Roberto Simonsen, a arrecadação total atingiu as redondas 2066 arrobas de ouro, equivalente a uma média, aproximada, de 128 arrobas anuais².

1 Foram restabelecidas, em 1751, as casas de fundição, em São Paulo, Araçuaí (hoje, cidade de Minas Novas, Minas Gerais), Vila Rica, Sabará e São João del Rei, Vila do Príncipe, Jacobina, Meia Ponte (atual cidade de Pirenópolis, Goiás), Vila Boa (atual cidade de Goiás Velho, Goiás), e criadas as casas de fundição de São Félix e Cuiabá.

2 SANTOS, 1924: 90 e SIMONSEN, 1957: 277.



Figura n.º 1 – Fachada do Museu do Ouro, antiga Casa de Fundição e Intendência de Sabará, Minas Gerais, Brasil.
Fonte: Arquivo Museu do Ouro, 2008.

A “novíssima” Lei das Casas de Fundição de 3 de dezembro de 1750, criada para otimizar as rendas da Fazenda Real de Portugal pombalino, via cobrança do imposto do *quinto*, propiciou a farta produção, pela burocracia portuguesa, de conjuntos de fontes documentais primárias relacionadas ao funcionamento destas verdadeiras fábricas de fundir o ouro. As investidas nos arquivos portugueses foram muito promissoras, pois foi encontrada uma grande massa documental inédita – principalmente no Arquivo Histórico da Casa da Moeda de Lisboa possibilitaram uma problematização do tema e assunto ainda pouco investigados.

Os documentos históricos consultados fazem ampla referência à falta de insumos – “ingredientes” – para os serviços da fundição, principalmente o sublimado corrosivo, “solimão”³ ou “sulimão” [nosso cloreto de mercúrio II] o que, por vezes, até terá paralisado as importantes atividades das casas de fundição⁴ e, por conseguinte, o envio dos rendimentos do imposto do *quinto* à Real Fazenda.

Tudo isso, levou-nos a conjecturar uma hipótese para a utilização de outros “ingredientes” ou técnicas no processo da fundição do ouro, que não sejam os oficialmente ordenados pelo reino às fundições no Brasil.

3 Sua descoberta é atribuída ao químico e alquimista islâmico Abu Musa Jabir ibn Hayyan (c.721-c.815), também conhecido pelo nome latino Geber. Foi a ele atribuída a descoberta do ácido clorídrico e ácido nítrico que, combinados, formaram a água régia, uma das poucas substâncias que podem dissolver os metais nobres, como o ouro.

4 Algo que os vassallos da colônia temiam sempre, pois significava diminuição nos *quintos* do respectivo ano e poderia ocasionar a derrama: imposto cobrado compulsoriamente em todas as comarcas igualmente até atingir as 100 arrobas empenhadas com os cofres reais.

Supõe-se que essa carência porventura possa ter fomentado a prática de novos experimentos químicos e metalúrgicos dos fundidores e ensaiadores das casas de fundição, no sentido da redução do gasto desses insumos e também no do fabrico local de outros que os substituam, conforme foi possível verificar em alguns raros relatos contemporâneos do funcionamento das casas de fundição e em documentos oficiais sobre os resultados de experiências feitas pelos técnicos lotados nessas oficinas de fundição do ouro.

Deparamos com estudiosos, como o paduano Domingos Agostinho Vandelli (1735-1816), o alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), ensaiadores, fundidores e demais oficiais de casas de fundição do Brasil e da Casa da Moeda de Lisboa, sugerindo outros materiais e métodos que pudessem substituir o carecido solimão ou mesmo economizar o seu extremado gasto nas fundições do ouro. Deixamos identificadas neste artigo algumas sugestões e apontamentos elaborados por eles.

Casas de fundição do ouro e intendências

E que os officiaes deputados por el-rey á cobrança dos quintos, & a cunhar o ouro, tem obrigação grave em consciencia, de fazer bem, & fielmente seu officio.

Andre João Antonil⁵

No período da História do Brasil que se convencionou chamar de Ciclo do Ouro foram estabelecidos nos distritos auríferos as casas de fundição e intendências do ouro a fim de exercerem a fiscalização sobre o metal extraído, e dele tirarem a parte correspondente aos impostos ordenados pela metrópole, com o intuito de colocar um fim na livre circulação de ouro sem guias, já que essas deveriam acompanhar as barras fundidas nas mencionadas fundições comprovando a sua autenticidade. Não é essa a ocasião de pormenorizarmos essa organização do fisco metropolitano, mas tão-somente deixar consignada uma ligeira notícia sobre tais repartições, pelas quais passou, oficialmente desde os primeiros descobertos, parte de todo o ouro arrancado ao solo brasileiro⁶.

O empenho da coroa portuguesa em realizar uma arrecadação sempre maior e mais rigorosa manifestou-se através de multiplicadas providências e experiências, algumas delas gerando revoluções e motins, mas nem sempre capazes de evitar os descaminhos do ouro, ora escapando pela porta larga do contrabando, impossível de evitar, ora esquivando-se ao *quinto* através da falsificação de barras e moedas em casas clandestinas de fundição⁷.

Mesmo tendo notícias concretas das descobertas de ouro no Brasil ainda no século XVI, foi provavelmente somente por volta de 1620 que funcionou a primeira casa de fundição do Brasil, em São Paulo⁸. Em fins do século XVII, quando do começo da exploração aurífera das jazidas aluvionares do atual estado brasileiro de Minas Gerais, a cobrança do *quinto* restringiu-se a quatro casas de fundição estabelecidas na faixa litorânea

5 ANTONIL, 1711: 158.

6 É vasta a bibliografia sobre o Ciclo do Ouro, no Brasil. O professor britânico Charles Boxer, no seu livro *The Golden Age of Brazil* (1963), descreve minuciosamente o *rush* das minas, a quintagem, a cunhagem de moedas, o aventureirismo, o contrabando, o aumento do número de escravos, o comércio, o elevado preço dos gêneros e utilidades; o pastoreio; a lavoura; a sociedade e tudo mais que o ocorreu naqueles anos (BOXER, 1969).

7 Tais fábricas de barras e moedas falsas eram organizadas de forma a tentar acobertar bem o crime que praticavam, conscientes que estavam os seus infratores de que incorriam em crime de lesa-majestade. Sobre alguns casos de falsificações e fundições clandestinas de ouro no período colonial, ver PEIXOTO, 1910; LIMA JÚNIOR, 1954; CAVALCANTE, 2002; TÚLIO, 2005 e GUIMARÃES, 2008.

8 Pelo Alvará de 8 de agosto de 1618 mandou-se criar um "feitoria, em que rezidisse um thezoureiro com seu escrivão, que lançaria em livro os quintos do ouro, da prata e mais metaes, e o provedor que seria superintendente della faria pagar os quintos a todos os lavradores das Minas", na capitania de São Paulo (documento anônimo e sem data, no Arquivo Histórico Ultramarino – ACL-N-São Paulo, n.º catálogo 796).

do sul da colônia, entre o Rio de Janeiro e São Paulo, todas dirigidas pelo provedor da Fazenda do Rio, que, por sua vez, desempenhava também a função de administrador geral das Minas⁹.

Tais casas destinavam-se a receber todo o ouro produzido nas minas, às quais as partes eram obrigadas a levá-lo para aí ser reduzido a barra, procedendo-se à arrecadação do *quinto* antes da fundição, conhecido como “*quinto dos infernos*”, tal era a repugnância dos povos das minas àquele imposto pertencente a Fazenda Real. Após pago o *quinto* e registradas as barras, eram entregues aos seus donos acompanhadas de uma guia, podendo estes então livremente dispor delas, contanto que as não levassem para fora do reino¹⁰.

Este sistema de arrecadação, implantado no Brasil muito cedo, era o único que existia quando se iniciou a cata aurífera dos ribeiros das minas dos Cataguases – como era conhecida a região mineira no início da exploração aurífera. No entanto, não era útil nem para a Fazenda Real, que por falta de vigilância e fiscalização já vinha experimentando consideráveis descaminhos do imposto, nem mesmo para os próprios mineiros, por lhes causar grandes transtornos terem de sair das minas numa época em que a falta de meios de comunicação tornava longas e penosas as viagens, para irem fundir o ouro nas oficinas reais do litoral.

Para se ter uma ideia das quantidades do ouro que saiu de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, relacionados com as quantidades recebidas anualmente em Lisboa, podemos ir a um dos escritores que tratou desse assunto¹¹. Ele mostra que houve um aumento crescente do ouro registrado durante a primeira década dos Setecentos. De 725 quilos em 1699, subiu para 1785 quilos em 1701, e para 4380 quilos em 1703. Continuou subindo até alcançar, em 1712, o impressionante total de 14 500 quilos. Logicamente que, somado a esta cifra, ainda havia o fluxo paralelo de ouro contrabandeado fugitivo do fisco, sendo que para esse último não há ainda informações precisas. O padre jesuíta André João Antonil, em 1711, avalia que menos de um terço do ouro realmente retirado das minas era declarado¹².

É inegável que grandes quantidades do ouro brasileiro depressa entravam em circulação, legalmente ou não, de ambos os lados do Atlântico. Segundo Magalhães Godinho¹³, por volta do ano de 1703, a quantidade de ouro em Minas excedia em muito todo o ouro que Portugal até então recebera da Guiné, desde a fundação da Mina, em 1482, ou ao que toda a Espanha havia recebido de suas possessões americanas durante o decorrer do século XVI.

Diante dessas e outras inconveniências, a parte mais lesada era sempre a Fazenda Real, o que podemos verificar através dos documentos da época. Em 1693, escrevia Luiz Lopes Pegado, provedor da Fazenda do Rio, que o ouro que entrava nas casas de fundição ficava muito aquém do que devia, sendo os homens de tão “pouca obediência” que não o quintavam. Pegado reclamava contra os clérigos que não pagavam o *quinto* do ouro que tiravam e escreve:

nem há quem os possa obrigar a isso; [e contra os ourives que fundiam barras falsamente] que não ha remedio podellos extinguir por mais ordens que se tem passado desta adeministracao contra elles; e ainda contra os que fraudulentamente passavam o ouro para Lisboa e para o Porto¹⁴.

9 Tem sido difícil localizar as quatro casas de fundição mencionadas por Artur de Sá e Menezes em princípios de 1700. Esse governador, em carta ao rei D. Pedro, ao propor ordenados maiores para provedor e mais oficiais das oficinas do quintos, além da casa do Rio, menciona a de Taubaté e São Paulo em julho de 1701 (AHU – ACL-CU-017, cx.7, D.743). Havia casas de fundição pelo menos em Paranaguá (AHU – ACL-CU-017, cx.4, D.377) e em São Paulo.

10 Entre 1751 e 1833, quando foram restabelecidas as casas de fundição em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, e criadas as da Bahia. As barras podiam circular nas províncias do interior. Nas fronteiras das províncias litorâneas, caso se destinassem à exportação, as mesmas teriam de ser manifestadas nas alfândegas, onde o proprietário recebia uma nota sobre o seu número e valor, obrigando-o a entregá-la(s) na Casa da Moeda e trazer um atestado dessa entrega quando do seu retorno.

11 Relatório de Félix Madureira e Gusmão, de 28 de julho de 1705 [?], (Apud CARDOSO, 1940: 372).

12 ANTONIL, 1711: 144.

13 GODINHO, 1953: 16.

14 AHU – ACL-CU-017-01, cx. 10, D.1871.



Figura n.º 2 – Barras (anverso) números 200, 2311, 3032 e 2050 confeccionadas na Casa de Fundição de Sabará, anos 1794, 1817 e 1816. Fonte: Acervo do Museu do Ouro.

Não são muito comuns, hoje em dia, os remanescentes numismáticos de uma época perfeitamente característica da evolução econômica e política por que passou o Brasil e Portugal. As poucas barras existentes fazem parte de coleções de museus e particulares pelo mundo afora¹⁵. Esses testemunhos físicos – as barras –, foram legados ao presente porque, pela lei e carta régia de 11 de fevereiro de 1719, todo o ouro deveria ser fundido em barras, ao preço de 14 tostões (1\$400) a oitava, desde que de 22 quilates¹⁶, apesar de só terem chegado até o presente barras fundidas em fins do século XVIII. As casas de fundição tinham ordem de fazer fundir, para tal efeito, barras de menos de um marco com o objetivo de facilitar as transações comerciais, como moeda de curso normal. As barras de peso superior eram liberadas, sendo que o mínimo de ouro que os mineradores poderiam entregar para a fundição nas casas era de 6 oitavas. O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1816) afirma que a quantidade mínima aceita para a fundição era de 8 oitavas¹⁷. O numismata Kurt Prober (1950) informa da existência de uma barra padrão, de 1730, em cobre cor-de-rosa pertencente à coleção da Casa da Moeda do Rio de Janeiro (n.º10 135). Esta barra mede 450mm de comprimento e 35mm de largura, pesando 4 marcos, 7 onças, 1 oitava, 39 grãos¹⁸.

15 No que se refere ao estudo numismático e histórico das barras de ouro da Casa de Fundição de Sabará, ver PROEBER, 1950: 1-38. Existem outros estudos sobre as barras de ouro históricas do Brasil publicados pela Sociedade Numismática Brasileira e disponíveis na internet.

16 Os preços do ouro, ao serem adotados nas casas de fundição após 1751, foram 1\$200 a oitava de ouro em pó, não quintado; e 1\$500 a oitava do fundido em barra ou quintado. Sobre a variação dos preços da oitava de ouro durante o período do Ciclo do Ouro, ver ESCHWEGE, 1979 [1833]: 136.

17 SAINT-HILAIRE, 1938: 292.

18 PROBER, 1990: 93-95.

Convocados pelo governador D. Pedro de Almeida Portugal, os procuradores das câmaras de Vila Rica, Sabará e São João del Rei reuniram-se em julho do mesmo ano de 1719 para discutir a implantação de quatro casas de fundição naquelas vilas e uma na vila do Príncipe, atual cidade do Serro, anunciadas por um Bando do governador expedido no mesmo mês.

Porém, não sendo estas as providências esperadas pelo povo, oprimido pelas exigências do fisco português, ao tentar implantar as projetadas casas do *quinto*, provocaram sérias perturbações em vários pontos das Minas, o que viria a culminar no motim de Vila Rica, na noite de 28 de junho de 1720.

O governador, que durante os acontecimentos foi surpreendido com fracas forças para resistir, foi forçado a aceitar quinze condições impostas pelo povo de Vila Rica, entre as quais o perdão dos amotinados e a de não consentir casa de fundição e cunhagem de moedas.

Por Bando de julho de 1720, o governador ratifica o perdão concedido aos sediciosos de Vila Rica e de Vila do Carmo e promete não mais tratar da criação de casas de fundição e da moeda. Mas, depostas as armas e a pretexto de que continuavam a amotinar os povos, mandou prender e justicar os cabeças do motim. Entre eles o “fascinoroso” – nas palavras do conde de Assumar – Felipe dos Santos, cujo corpo o governador mandou arrastar pelas ruas de Vila Rica e esquartejar para aterrorizar os mais régulos.

Substituiu o conde de Assumar, no governo de Minas, D. Lourenço de Almeida. Este tentou novamente, em 1722, o estabelecimento das casas de fundição. Após consultados os procuradores das câmaras e demais pessoas da nobreza, foi ponderado por eles que as casas de fundição haviam causado perturbações na capitania e que ainda não era oportuna a sua implantação para se evitarem as desordens. Ofereceram, por sua vez, a sua majestade a quantia de mais doze arrobas para a satisfação dos quintos.

O governador aceitou a oferta, porém, em 15 de janeiro de 1724, convocou novamente os procuradores e mostrou-lhes ordens terminantes do rei para serem implantadas as casas de fundição. Declarou que não ia pedir-lhes conselhos sobre a execução delas, mas que somente queria os pareceres sobre como cumprirem com mais exatidão a ordem régia.

Adotou-se então o sistema das casas de fundição do ouro, começando a Casa de Vila Rica a *quintar* e a lavar as barras áureas no dia 1 de Fevereiro de 1725, ficando instalada com a igualmente inaugurada Casa da Moeda. Para abrigar as oficinas aproveitou o governador alguns imóveis que estava a construir para quartéis dos Dragões¹⁹, no mesmo local onde hoje está instalada a Escola de Minas, que foi, por sua vez, antes da transferência da capital de Minas Gerais de Vila Rica para Belo Horizonte, em 1897, o antigo Palácio dos Governadores da capitania. A Casa de Fundição de Vila Rica, restabelecida por Gomes Freire de Andrade, em 1751, ficava localizada num lugar seguro nos fundos do Palácio dos Governadores, construído sobre a antiga Casa de Fundição que ali funcionou entre 1724 e 1735. Auguste de Saint Hilaire, viajante francês que visitou o Palácio dos Governadores, em 1816, confirma que o “local de fundição do ouro em pó faz parte do palácio”²⁰.

A Casa da Moeda de Vila Rica foi extinta por Bando de 7 de abril de 1734. O mesmo Bando anunciou ainda que o ouro amoedado seria recolhido, tendo curso para o futuro apenas o ouro em barras, em folhetas²¹, ou em pó. A Casa de Fundição de Vila Rica continuou até 1832, tendo estado fechada durante a cobrança do imposto da *capitação*, de 1 de julho de 1735 a 31 de julho de 1751.

Segue-se que D. José, após estudos aturados sobre o assunto, baixou o alvará com força de lei em 3 de dezembro de 1750²² e o Regimento das Intendências e Casas de Fundição de 4 de março de 1751, que

19 MENEZES, 1975: 171,180.

20 SAINT-HILAIRE, 1938: 136.

21 O ouro, tal como a mica, são algumas vezes encontrados em veios, que podem ser desfolhados. Este tipo de ouro era denominado “ouro em folhetas”.

22 *Lei das Casas de Fundição*, 1751.

regulavam o funcionamento das intendências e casas de fundição mandadas estabelecer no Brasil pela citada lei. O capítulo 2.º do Regimento estabelece o quadro de funcionários das casas de fundição: um intendente, um fiscal, um meirinho e seu escrivão, um tesoureiro, um escrivão da receita, um escrivão da intendência, um escrivão das fundições, dois fundidores, ou um com o seu ajudante, um ensaiador com o seu ajudante. O Regimento não menciona, obviamente, os escravos que eram tocadores de foles ou auxiliavam nas operações de fundição do ouro já que alguns, principalmente os de origem mina, conheciam a metalurgia do ouro. Segundo o historiador Eduardo França Paiva, eles sabiam muito mais sobre esta matéria que os portugueses, e a escolha dos traficantes luso-brasileiros por escravos da Mina, principalmente durante a segunda metade do século XVII e primeira do século XVIII, estava assentada no *know-how* metalúrgico e mineratório dos negros daquela nação africana²³.

Os intendentes eram nomeados pelo rei, bem como os demais funcionários letrados. Os fiscais seriam, por seu turno, nomeados a cada trimestre pelas respectivas câmaras e aprovados pelos ouvidores sob juramento estabelecido no cap. 3.º da lei de 3 de dezembro.

Os fiscais assumiam o governo econômico das intendências, nunca podendo tomar o lugar dos intendentes, mesmo na sua ausência. Contudo, os intendentes não podiam adverti-los e só deviam representar ao governador a sua culpa, o que é determinado pela ordem de 10 de julho de 1754²⁴.

Os tesoureiros deviam ser nomeados, na forma do cap. 5.º §1 do Regimento, pelas câmaras para mandatos de três anos, no entanto, “pratica-se o contrário, porque as camaras propõem três pessoas, e o governador escolhe hua, a quem passa provizão, sem que para isso haja ordem de sua magestade”²⁵.

O escrivão da receita, da conferência, e das fundições eram anualmente escolhidos entre as pessoas “de bem” pelas câmaras e aprovadas pelo governador, conforme Regimento (capítulos números 6, 7 e 8). No entanto, o desembargador José João Teixeira Coelho (1780) afirma não ser exatamente isso o que se pratica, “por que os governadores [tomam para si] a autoridade dos ditos officios, conferindo-os sem a aprovação dos intendentes, e muitas vezes, as pessoas que não tem qualidades precisas para o desempenho das suas obrigações”²⁶.

Os demais officios de fundidores, ensaiador e seu ajudante, abridor, meirinhos, com seus escrivães, que deveriam ser nomeados pelo superintendente das Casas de Fundição e Moeda, conforme a prática estabelecida pela Ordem de 29 de abril de 1727, são nomeados por provisões do governador, caso esse omisso no Regimento.

Deixando de lado as imprecisões no “novíssimo” método de arrecadação do *quinto* reimplantado em 1751, decorre relativamente bem o seu funcionamento durante o restante da segunda metade do século XVIII, exceto a já mencionada falta do solimão nas casas de fundição, o que, por vezes, até paralisou as atividades de algumas delas. São recorrentes, pelo menos até finais do século XVIII, as cartas, avisos e representações das câmaras, nos quais governadores da capitania de Minas Gerais, intendentes das Casas de Fundição, intendentes gerais, provedores da Fazenda Real e camaristas suplicam aos reis e aos secretários de Estado da Marinha e Ultramar que não deixem faltar o solimão, afim de não paralisarem as casas de fundição, de interpolarem o comércio e animarem o contrabando de ouro em pó e, assim, prejudicar os rendimentos a que o monarca tem direito. Apresentamos mais adiante alguns documentos históricos que comprovam os arranjos feitos pelos ministros e oficiais das casas de fundição atinentes a evitar a falta desse precioso gênero.

Ao que parece, o imposto do *quinto*, de acordo com documentação sobre esse assunto, era suficientemente eficaz nos rendimentos, tendo sempre o rei o direito de fazer a derrama *per capita*, inclusive recorrendo a

23 PAIVA, 2002: 187-207.

24 COELHO, 1903: 446.

25 COELHO, 1903: 446.

26 COELHO, 1903: 447.



Figura n.º 3 – Bilhetes para troca de ouro em pó nas casas de permuta.
Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil.

bens pessoais, caso as cem arrobas, com as quais se comprometeram as câmaras, não fossem anualmente arrecadadas pelas casas de fundição.

No entretanto, a circulação do ouro em pó, que sempre foi um pesadelo da administração pública, tornou-se motivo para se criar a Lei das Casas de Permuta, em 13 de maio de 1803, com o intuito de evitar o seu contrabando. A lei estabelecia para todas vilas, arraiais e locais de mineração as chamadas *casas de permuta*. Com esta lei proibiu-se a circulação de ouro em pó como moeda, ficando assim revogado o cap. 4.º §1 do Alvará de 3 de dezembro de 1750.

Os mineiros ou faisqueiros tinham a obrigação de levar às casas de permuta, ou ao comissário local, semanalmente ou mensalmente, todo o ouro apurado, para ser trocado por bilhetes. Caso preferissem, deveriam levá-lo acompanhado de uma guia às casas de fundição para ser feita a respetiva barra.

Chegado ao segundo reinado, na fase regencial, encontramos talvez o último ato legislativo regulador do assunto em estudo, antes da definitiva extinção das casas de fundição. Trata-se da lei de 24 de outubro de 1832, mais precisamente no seu artigo n.º 94, onde está escrito:

É livre o curso e giro do ouro em pó nas províncias que o produzem, seja qual for a quantidade, e, quando elas não tenham pago o competente direito, poderá ser manifestado na Casa da Moeda para ser reduzido a barra ou moeda, pagando no primeiro caso, o direito respectivo e no segundo o mesmo direito e o de senhoriação²⁷.

Não obstante, mesmo diante do numeroso, oneroso e ocioso quadro de oficiais das casas de fundição do Brasil, o excessivo gasto dos “ingredientes” – principalmente o solimão – e a crescente queda da extração, a coroa portuguesa não tentou nenhuma diminuição nesses gastos, tanto com os funcionários, quanto com os materiais, nem mesmo investiu no incremento da mineração aurífera, apesar dos estudos e sugestões apresentados por Domingos Vandelli, Eschwege e outros, o que veremos com mais detalhe adiante.

27 *Cartas de Lei, Alvarás...*, 1815-1888.

Argumentavam os governadores, intendentess e alguns indivíduos envolvidos com a fundição do ouro nas oficinas régias, que o ouro vinha “industriosamente” misturado com esmeril “que lhe unem para lhes aumentarem o pezo sem que seja facil descobrirse-lhes o author do vício pela duplicidade de mãos porq tem girado”²⁸. Tais impurezas, segundo os oficiais, aumentavam o gasto de solimão no momento da fundição. Informações a favor da hipótese de que o demasiado gasto do sublimado corrosivo se fazia pela inexperiência e comodismo dos fundidores que atuaram nas casas de fundição serão apresentados mais a frente.

Quando, na década de 20 do século XIX, o imposto do *quinto*, que a Real Fazenda arrecadava, já era insuficiente para custear as vultosas despesas das casas de fundição, e ainda cobrir a soma de 120 contos, que nessa altura, era tirado dele para manter a administração dos diamantes, resolveu-se findar a trajetória das ditas casas no Brasil, sendo que a última a ser definitivamente fechada foi a de Sabará, em 1833, tendo como derradeiro patente testemunho de seu funcionamento até esse ano a barra de ouro n.º 56 que, em 1945, estava na posse do colecionador Oswaldo Impellizzeri, no Rio de Janeiro²⁹.

Não há dúvida sobre as atividades das casas de fundição, até ao ano de 1833, uma vez que o marquês de Sapucaí, Cândido José de Araújo Viana, ministro da Fazenda, nascido em Sabará, escreveu no seu *Relatório sobre o Melhoramento do Meio Circulante*, apresentado em sessão extraordinária da assembléia geral, em 1833, e diz: “não será fora de propósito o communicar-vos que ainda não tive participação da effectiva abolição das casas de fundição, determinada pela lei de 24 de outubro do ano passado, cuja execução foi immediatamente recommendada”³⁰.

É sobremaneira provável que a lei de 24 de outubro tenha sido elaborada a partir da sugestão do ministro dos Negócios da Fazenda, Bernardo Pereira de Vasconcelos que, no seu *Relatório* (1832), propõe o fechamento das casas de fundição:

Indicação de algumas medidas legislativas: [...] principiarei pelas casas de fundição das províncias de Minas Gerais, Goyaz e Matto Grosso. O governo não pode deixar de dizer-vos a este respeito que estas estações são hoje absolutamente nullas, e que os seus empregados, quasi sempre com os braços cruzados, vencem em branda ociosidade os ordenados, que tem: são, quando muito, monumentos, que attestão, ou a perda da riqueza dessas províncias, ou a ignorância do governo que as levantou³¹.

A falta e o uso do solimão no Brasil e em Portugal

Cuidemos pois em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, e em amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto, que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer convulsão política.

José Bonifácio de Andrada e Silva³²

O solimão pela tradução do termo farmacêutico em que figura o vocábulo árabe é *solução de Salomão*, veneno. Nada se sabe sobre a origem desse vocábulo. Miguel Nimer adverte que:

28 Carta do governador Luís Diogo Lobo da Silva ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar informando sobre envio de solimão na frota que chegou ao Rio de Janeiro para as casas de fundição de Minas Gerais de 3 de julho de 1767 (AHU – ACL-CU-011, cx. 90, D.69, fol.2).

29 PROBER, 1950: 24 e 30.

30 *Relatório sobre o melhoramento do meio circulante*, 1833: 16.

31 VASCONCELOS, 1832.

32 SILVA, 2002: 201.

É preciso verificar se tem alguma relação, a não ser simples assonância ou análoga fonética como nome do rei israelita, considerado pelos árabes como o rei supremo dos magos [...] rei cujo poderio era tão extraordinário que nada lhe resistia e tudo chegava a fazer mesmo transmutar os metais em ouro. Portanto é preciso investigar se as propriedades do solimão que os árabes reputavam maravilhosas, por ter mercúrio na sua base, justificam a denominação, ou se estamos em presença da corruptela de termo de origem latina, que define uma matéria volatilizada, quimicamente sublimada que é alta, mas condensável como é o solimão [...]. É também conhecido como veneno que se obtém do mercúrio. [...] um termo de uso entre os alquimistas para alcançar a pedra filosofal³³.

O solimão teve vários usos, além da aplicação na metalurgia do ouro, como para a conservação de cadáveres³⁴. A pena para fabricantes de solimão falso em Portugal era ir em: “degredados quatro annos para Angola ou África, ou o venderem, ou trouxerem de fora sem lincença delle contratado”³⁵.

Segundo Aires de Casal, considerado o pai da geografia brasileira, o homônimo rio Solimão na Amazônia tem esse nome

pelo qual he ainda designado, alludindo, não aos venenos com os quais os índios d’estas paragens inficionão as suas settas, pois também os do Baixo-Amazonas, e alguns do rio Negro, usavão do mesmo artifício; mas da nação denominada Soumani e por corrupção Solimão e Solimões³⁶.

É o composto químico com a fórmula $HgCl_2$. Este sólido branco cristalino é um reagente laboratorial. Ele foi usado mais largamente em muitas aplicações, incluindo as medicinais, entretanto, é uma das mais tóxicas formas do elemento mercúrio, pela sua solubilidade em água, em relação a outros compostos de mercúrio. Foi usado como purgante, anti-helmíntico e diurético e empregado como desinfetante. Foi o primeiro remédio eficaz contra a sífilis.

No que tange ao uso do solimão na metalurgia aurífera é bastante provável que sejam as mesmas práticas metalúrgicas dos oficiais fundidores que atuaram nas fundições do ouro no Brasil entre 1725 e 1735, mantendo-se a técnica e os materiais para se apurar (*adoçar*) o ouro no período do restabelecimento das casas de fundição entre 1751 e 1833. Daí a recorrente falta deste “ingrediente”, o solimão, ter sido motivo para vasta correspondência oficial trocada entre os órgãos do fisco português e seus agentes na colônia nos dois períodos em que laboraram as fundições no Brasil, além dos *Registos* de seu envio, pedidos, contratos de fornecimento, etc., presentes no Arquivo Histórico da Casa da Moeda de Lisboa, bem como as várias tipologias documentais constantes do Arquivo Histórico Ultramarino e Arquivo Público Mineiro.

É evidente que essa frequente menção à falta do solimão na documentação oficial vem acompanhada de alguns comentários de seus autores (funcionários régios) sobre o riscos de se pararem as fundições do ouro pela falta desse item, entre os quais o incentivo do contrabando do ouro em pó, pois os mineiros necessitavam movimentar o comércio local, com pagamentos feitos com as barras confecionadas. Ameaçava-se também, com a paralisação das fundições, a declaração da temível derrama, caso as quatro casas de fundição de Minas Gerais não arrecadassem as 100 arrobas anuais dos *quintos*, o que poderia provocar motins e revoltas nos já excessivamente tributados povos das Minas.

33 NIMER, 2005: 340.

34 *O Archivo Popular*, 1843: 240.

35 *Revista de Guimarães*, 1940: 234.

36 CASAL, 1976: 283.



Figura n.º 4 – Frasco em vidro encontrado em escavações na Casa de Fundação de Goiás, possivelmente utilizado para transportar reagentes como o solimão.
 Fonte: SILVA; PARDI, 1989: 256.
 Fotografia de Maria José Belém.

Passemos à análise de alguns documentos que remetem ao assunto. Em carta de 1729 a Gomes Freire de Andrade, superintende das Casas de Fundação e Moeda, o secretário de Estado, Diogo Mendonça Corte Real, surpreendido com o excessivo gasto do solimão nas casas de fundição e moeda, expõe o que em Lisboa se discutia sobre tal gasto. Escreve o secretário que

muitas pessoas a quem não falta alguma intelligencia se admirão de hum tão grande excesso [e outras tantas pessoas acreditam que esse dispêndio é devido] a menos perícia desses officiaes supondo, que quando se liga o ouro para o por na conta de 22 quilates lhe não lanção só a quantidade de liga de que necessita, e demais aquella porção que consumirá o fogo em descoalhar os metaes para os encorporar, mas que neste acréscimo se alarga a mão reduzindo a sua conta a força de fogo, e a poder de solimão³⁷.

Por esta forma, gastava-se muito além do necessário prejudicando assim os cofres da Fazenda Real, fazendo com que o Secretário da Marinha e Negócios Ultramarinos advertisse ao governador da capitania de Minas Gerais que com a quantidade de solimão que se tem remetido “se podia fundir dobro do ouro”³⁸ e que deveriam reduzir o gasto desse artigo.

37 Cópia da carta enviada por Diogo Mendonça Corte Real a Eugenio Freire de Andrade que a remete para D. Lourenço de Almeida (*Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1901: 647).

38 *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1901: 652.

Com o intuito de verificar a qualidade do solimão que chegava ao porto do Rio de Janeiro e acompanhar, nas casas de fundição e moeda, o modo como fundem o ouro, o rei resolve mandar o fundidor da Casa da Moeda de Lisboa, Antonio Carvalho. Esse passa às Minas, em 1729, com ordens de “se abrir hum barril de Solimão ou os que lhe parecer para ele examinar se o dito solimão perdeu alguma força com o calor do porão, ou passagem da lenha que lhe cauze menos efficacia, e vigor”³⁹, pois conjeturava-se a hipótese do gasto extremo desse item estar relacionado à perda de sua eficiência devido ao excessivo calor durante o transporte entre Lisboa e Rio de Janeiro, onde o solimão chegava fraco, afirmavam alguns. O fundidor tinha também a incumbência de

observar se nas referidas cazas se funde e adoça ou ouro na mesma forma, que na desta Cidade [Lisboa] e como o ligão para que fique na ley de 22 quilates lançando lhe o que lhe falta e o suplemento somente – ou se lhe lança mais suplemento que força do fogo e do solimão se consome, e se lhe ordena dê as instruções necessárias para que se faça esta operação, como he mais fácil, segura e conveniente ao Real Serviço⁴⁰.

Após terminado a ordenada tarefa, poderia o fundidor Antonio Carvalho retornar ao reino. Ainda não foi possível encontrar os relatos das averiguações feitas pelo fundidor da Casa da Moeda de Lisboa.

Para além da justificação do excessivo gasto do solimão pela sua má qualidade, argumentavam governadores, intendentes e oficiais que os mineiros lançam mão de grande quantidade de limalha de ferro ou esmeril misturado ao ouro em pó para aumentar o seu peso, o que tornava maior o consumo desse item (solimão) no momento de “adoçar” o ouro na purificação. Referência a esta mistura maliciosa fez o viajante francês Auguste Saint Hilaire em 1818:

além disso a circulação do ouro em pó apresentava gravíssimos inconvenientes. Afim de augmentar o peso do metal misturava-se terra ou areia, e se utilizava, principalmente, nessa falsificação, uma especie de areia brilhante denominada ogó que se encontra para os lados de Sabará⁴¹.

Em carta de 1767, o governador da capitania de Minas Gerais, Luis Diogo da Silva, informa a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a necessidade do envio de solimão para capitania de Minas Gerais e do

vício de antimônios, ferros e outros diversos mineraes e mixtas, que das lavras e faisqueiras trassem contraditos consigo os ouros sem que seja possível separar-se-lhe por outro meyo, além da fundição, faz inevitável o mayor consumo de solimão para se depurar⁴²,

o que tudo somava para a diminuição dos rendimentos do *quinto*.

Ainda no que tange à mistura fraudulenta de “partes heterogêneas” ao ouro levado às fundições, é singular a passagem que escreveu, de Lisboa, José Elói Otoni (1798), político e poeta serrano, filho do fundidor da Real Casa de Fundição do Serro:

Os povos são obrigados, a apresentar o ouro em pó, para se lhe tirar o quinto, e correr em barra depois de fundido; e não o devem reter, senão com o pezo de 20 oitavas para baixo. Porem esta ordem jamais poderá conseguir uma prompta efficaz execução, uma vez que não gira outra moe-

39 *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1901: 649.

40 *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1901: 649.

41 SAINT-HILAIRE, 1938: 290.

42 AHU – ACL-CU-011, cx. 90, D.69, D.1767.

da senão oiro em pó ou em barra; e commercio se exforça a subtrahir-se da quebra que soffre qualquer parcella de oiro fundido, em razão das partes heterogêneas que imperceptivelmente se lhe communicão, e que so depois de calcinadas com azougue se depurão no fogo; humas vezes naturalmente extrahida com o oiro, pela grande combinação que há entre huns e outros metais; porem outras vezes composta pelo fraudulento artificio de certos monopolistas, que apezar de todas as prevenções, fazer passar misturadamente e em confuzo huma grande porção de oiro falço com aquele que é natural e ingênuo⁴³.

Bastante esclarecedora da perda das rendas do real *quinto* é a Resolução⁴⁴ régia, provavelmente de 1779, em que depois de reunido o Conselho Ultramarino para verificação do “papel” (representação) apresentado pelo fiscal da Casa de Fundição de Vila Rica, no qual ele demonstra que a Real Fazenda, a invés de receber as cem arrobas oferecidas pelos povos das minas em lugar da *capitação*, não recebia mais que 55 e no muito 60 arrobas, sendo que nas quatro casas de fundição da capitania de Minas Gerais, 30 arrobas de oiro eram gastos com materiais e funcionários “e se para receber cem he preciso gastar 30, o rendimento liquido por consequencia não he mais que de 70”⁴⁵.

Seguindo a mesma *Resolução* de sua *magestade*, aferimos que o fiscal de Vila Rica que apresentou o “papel”, estima em 15% o acréscimo de matérias estranhas ao ouro em pó que “pelo Regimento das Fundições se deve tirar o oiro do quinto, do mesmo oiro que as partes levão a fundir, e não do ouro depois de fundido. O povo porem abuzando desta graça lança esmeril, e latão limado com lima fina, que se não se distingue do mesmo oiro”⁴⁶.

Consoante aos cálculos apresentados nesse documento percebe-se que das 100 arrobas resultantes do *quinto*, a Real Fazenda recebe 15 de esmeril que somadas às 30 dispendidas com as fundições perfazem 45, o que, cômputos feitos, depreende-se que a Fazenda Real não recebe senão 55 arrobas em lugar das 100 empenhadas pelas câmaras das vilas mineradoras.

Num tom de indignação do rei com relação aos vice-reis, governadores, intendentess lê-se na seguinte passagem do documento sob análise:

antes se faz incrível [que] não houvesse ate agora quem advertisse em tão manifestos prejuizos do real patrimonio, como os que ficao asima referidos [vice-reis, governadores, intendentess]; e que guardando todos hum profundo silencio até o presente, fosse preciso, para se conhecerem, que hum simples particular sahisse de Vila Rica, e os viesse representar a sua magestade⁴⁷.

O monarca não deixa de mencionar a ineficiência do Conselho Ultramarino no tratamento da referida representação fazendo este órgão apenas “algumas reflexões abstratas que não decidem coiza alguma do negocio de [que] se trata, assenta que o dito papel se deve informar ao Brazil”⁴⁸, causando, com isso, estranheza o fato de, compondo-se o mesmo conselho, à época, pelo conde da Cunha, presidente do Conselho, e pelo vice-rei que foi do Brasil, Luis Diogo Lobo, ex-governador de Minas Gerais, dentre outros que serviram nas Américas e, nenhum deles “quizesse dizer o seu sentimento sobre matéria tão importante”⁴⁹, concordando todos que o “negócio” fosse remetido para o Brasil e não resolvido mesmo em Lisboa.

43 OTTONI, 1912: 318.

44 AHU – ACL-CU-011, cx. 101, D.78, post. 1771.

45 AHU – ACL-CU-011, cx. 101, D.78, fol. 1v.

46 AHU – ACL-CU-011, cx. 101, D.78, fol. 2.

47 AHU – ACL-CU-011, cx. 101, D.78, fol. 3v.

48 AHU – ACL-CU-011, cx. 101, D.78, fol. 4.

49 AHU – ACL-CU-011, cx. 101, D.78, fol. 4.

Para além disso na referida Resolução, a monarca, D. Maria I, questiona porque estando na corte outros governadores e ministros que têm grande conhecimento do Brasil, tais como o conde de Valadares, que governou Minas Gerais, não foram consultados, e poderiam dar noções convenientes sobre o mencionado “negócio” da perda dos *quintos*. E até mesmo a Casa da Moeda de Lisboa onde se recebem as barras e o ouro em pó dos *quintos* do Brasil “não pôde deixar de se conhecer a reduçcão deles a Moeda, e por meio dos Ensayos, o que perde a Real Fazenda, e as prevaricaçoens que se cometem em prejuízo dela.”⁵⁰. Por último, o Erário Régio, nos *Registros da Receita e Despesa* dele, haveria de constar com precisão o rendimento do *quinto* de Minas Gerais e as despesas que fazem anualmente as casas de fundição, não havendo motivo para que o Conselho Ultramarino enviasse para o Brasil a consulta sobre o dito “negócio” da fraude e prejuízo dos *quintos*, salientou a rainha.

Assim, decidiu D. Maria I remeter novamente ao Conselho Ultramarino a supramencionada consulta para que o mesmo ouça aqueles que a soberana indicou na Resolução. Por hora não cabe à nossa investigação esquadrihar o que se seguiu, pois o intuito aqui é apenas frisar que o excessivo gasto de solimão poderia ter também conexão com o fato consumado da mistura de pó de ferro ao ouro entregue para o *quinto* que seria transformado em barras nas fundições ou em moeda nas casas da moeda do Rio, Bahia ou mesmo de Lisboa.

Quanto à quantidade de solimão e mercúrio que foram gastos nas fundições oficiais, os viajantes estrangeiros Spix e Martius calcularam que, para o período entre 1753 e 1812, as casas de fundição de Minas Gerais compraram anualmente da Europa sessenta arrobas de cloreto de mercúrio⁵¹. Eles mencionaram também, assim como o barão de Eschwege, a utilização de mercúrio na amalgamação da lama aurífera. É, portanto, fora de dúvida que esse cálculo está muito aquém do que realmente gastaram as fundições do ouro no Brasil desse período. Basta citarmos alguns documentos constantes dos *Livros de Registro Geral* do Arquivo Histórico Casa da Moeda de Lisboa, tais como, por exemplo, a Portaria de 1772 do marquês de Pombal, inspetor do Real Erário, em que se pode ler, na *Relação* anexa, os materiais que são precisos nas casas de fundição de Minas Gerais entre eles “cento e cinqüenta arrobas de solimão para hum anno em caixões de duas arrobas, para se remetterem assim às Minas, por evitar quebras, e despezas de novos caixões”⁵². No alvorecer do século XIX, a quantidade anual do solimão remetido diminui, mas continua ultrapassando (80 arrobas, em 1803⁵³) o gasto estimado por Spix e Martius, entre 1753-1812.

A contaminação atmosférica e do solo pelos diversos metais pesados, principalmente o mercúrio, é objeto para o desenvolvimento de uma investigação geoquímica, no horizonte superficial do solo circunvizinho às Reais Casas de Fundição do Brasil do “ciclo do ouro”, que irá demonstrar a intensidade e a amplitude do problema do depósito desse material tóxico devido ao excessivo gasto do solimão, mercúrio e azougue, no processo da purificação do ouro no ato da fundição.

O solimão era comprado pela Real Junta do Comércio diretamente ao fabricante, geralmente estrangeiro, ou pelo contrador dos Estancos de Solimão e Cartas de Jogar que o fornecia à Casa da Moeda de Lisboa, até o ano de 1779, ano em que a rainha decide passar a impressão das “cartas de jogar para a meza da Impressão Régia [e] quanto ao Solimão, ficando conservado o mesmo privilegio exclusivo do estanco e serem por agora providas as partes que necessitarem deste gênero pellas casas de moeda desta corte, e do Brazil”⁵⁴.

50 AHU – ACL-CU-011, cx. 101, D.78, fol. 4v.

51 SPIX; MARTIUS, 1976: 187.

52 AHCML – *Livro de Registro Geral* 9, fol. 241v.

53 AHCML – *Livro de Registro Geral* 12, fol. 39v. A partir de 1603, com Filipe II, é instituído o contrato das cartas de jogar e solimão, negócio monopolista de fabrico e venda de cartas, que perdurou em mãos particulares até 1779, ano em que o marquês de Pombal fundou a Real Fábrica de Cartas de Jogar, anexa à Impressão Régia, para a qual passou o contrato das cartas. O do solimão foi entregue a particulares que o compravam diretamente de fabricantes em Lisboa, Inglaterra e Holanda.

54 AHCML – *Livro de Registro Geral* 9, fol. 186.

Essa decisão real foi provavelmente devido à má qualidade do produto fornecido e à frequente insuficiência no fornecimento dele, o que “era motivo de experimentar diminuição nos quintos, pois como os mineiros tem perda em fundirem o ouro por toque, ou o retem em suas cazas, ou extraviam para giraraem o seu negócio”⁵⁵.

Ao que parece, ao consultar a documentação da época, a compra do solimão para a Casa da Moeda de Lisboa e fundições do ultramar era feita diretamente pela Real Junta do Comércio aos comerciantes de Lisboa, até o ano de 1804, quando a Portaria de 11 de agosto deliberou que o provedor da dita casa pudesse comprar livremente “os gêneros de aquaforte e solimão a quem com preços mais commodos os derem concorrência de igual qualidade”⁵⁶.

Havia uma fabrica de solimão na rua da Caldeira, em Lisboa, no ano de 1724, conforme uma consulta da câmara ao rei, que Manuel Gonçalves Porto, contratador dele, naquela rua tem

“em prejuízo não só dos ditos moradores, mas também de todo aquelle sitio, como declarava certidão do medico e cirurgião da casa de saúde [que pedia ao monarca] não só nas casas em que se achava, a dita fabrica se não estabelecesse, mas nem em nenhuma do bairro [de São Paulo], por ser prejudicial entre as povoações”⁵⁷.

Seguramente, esta fábrica tinha o fornecimento de sua matéria prima, o mercúrio, vindo do próprio reino, em sítio bem próximo a Lisboa, mais precisamente, das minas de mercúrio de Coima, descobertas entre 1709-1710, por Manuel da Cruz Santiago, a quem D. João V concedeu, por Alvará de 20 de dezembro de 1709, direitos de exploração⁵⁸.

Apenas para se ter uma ideia do gasto anual de solimão na Casa de Fundição de Sabará, tomemos como fonte informativa, dentre outros documentos, a carta datada de 3 de novembro de 1754, do desembargador e intendente da Casa de Fundição de Sabará, Domingos Nunes Vieira, que dá conta ao secretário de Estado Diogo Mendonça Corte Real das despesas relativas ao quinto ano do exercício da fundição de Sabará, iniciado em 1 de agosto de 1753 e findo em 31 de julho de 1754⁵⁹. A arrecadação do *quinto* na Casa de Sabará, naquele ano, foi de 34 arrobas, 21 libras, 1 marco, 2 onças, 1 oitava e 42 grãos o que consumiu um total de 19 arrobas, 5 marcos e 4 oitavas de solimão, ou seja, feitos os cálculos, gastava-se mais de ½ marco de solimão para cada 1 marco de ouro fundido. Transformando em quilogramas temos aproximadamente 509,041 kg de ouro fundido das partes naquele ano que, por sua vez, despendeu 281,164 kg de solimão na sua purificação.

Conferimos que, em Sabará, esse gasto era 15% acima do que era consumido para a mesma quantidade de ouro proveniente de Minas Gerais e fundido na Casa da Moeda de Lisboa, segundo dados apresentados por Domingos Vandelli, nas *Memórias sobre as Minas de Ouro do Brasil*⁶⁰.

Vandelli tornou-se um mestre do naturalismo português, formando toda uma geração de estudiosos, entre os quais muitos brasileiros com quem obteve importantes informações já que nunca esteve no Brasil, mas tinha clara noção da riqueza da colônia. Tal dinâmica reforçava-se na medida em que cada um desses estudantes retornavam ao país natal após o fim dos seus estudos europeus se tornavam correspondentes de Vandelli. O fato de estudiosos-viajantes não se concentrarem em um ponto apenas do território português aumentou ainda mais a riqueza e a diversidade de suas observações⁶¹.

55 AHCML – *Livro de Registro Geral* 9, fol. 195v.

56 AHCML – *Livro de Registro Geral* 12, fol. 39v.

57 OLIVEIRA, 1901: 35.

58 ESCHWEGE, 1979 [1833]: 265.

59 AHU – ACL-CU-011, cx. 66, D.2 e 3.

60 VANDELLI, 1898: 276.

61 BRIGOLA, 1998: 153-164.

Vandelli informa que, quando se ia proceder à purificação do ouro em pó do Brasil na Casa da Moeda de Lisboa, usava-se de um método que é “muito prejudicial pela perda que sucede do ouro, por que além da diminuição de 3, até 4 marcos das escórias produzidas pela area de ferro ou esmeril e latão se perde mais 4 e meio marcos de puro ouro em cem marcos”⁶².

Perda esta causada pela grande quantidade de salitre que era adicionado ao ouro na fundição, o que provocava detonações. Vandelli adverte que, na Casa da Moeda de Lisboa, usavam vinte arratéis (9189g) de salitre para cem marcos (22 950g) de ouro⁶³, e estas fortes detonações lançavam para fora dos cadinhos as partículas de ouro. Outro prejuízo, em parte, “he cauzado do sublimado corrosivo, que volatiza a huma porção de ouro”⁶⁴, pois depois das detonações provocadas pelo salitre lançam, a cada 22 marcos (5049g) de ouro “quatro arratéis [1836g] de sublimado corrosivo [cloreto de mercúrio II, o solimão], até que aparece a cor do fumo, e a chama com alguma cor avermelhada: então com este signal, dizem os fundidores, que está adoptado o ouro”⁶⁵.

Avança Vandelli, na sua *Memoria sobre a Casa da Moeda*, com a intenção de provar o excessivo gasto do solimão e os prejuízos decorrentes disso, que:

a razão pela qual em algumas partes se uzão de moderada quantidade de sublimado corrosivo na purificação do ouro, he para separar a prata nele misturada, porque o acido marino do sublimado unindo-se à prata tansmuta-se em luna cornea, que se volatiza, porem a doze deve ser moderada, e proporcional a prata, [...] ao contrario sendo exorbitante a doze da qual uzão nesta Casa da Moeda, e nas do Brazil⁶⁶.

É desmedida a quantidade de solimão utilizada na purificação do ouro nas fundições régias portuguesas, continua Vandelli, “chegão a 16 onças [...] em seis marcos de ouro [enquanto nas casas da moeda estrangeiras] não passam de seis outavas delle [sublimado corrosivo]”⁶⁷. O que corresponde a 32 vezes mais do que se utilizava nos países estrangeiros.

Conforme foi referido logo acima, a carência do solimão era algo temível dos povos e mesmo dos procuradores das vilas. Entre as principais crises da falta do sublimado corrosivo, parece ter sido a de 1755-1757 a mais grave de todas as que se seguiram, quando na frota do Rio de Janeiro não veio o solimão. Para ilustrar o temor da ausência desse item após tal crise, podemos citar a interessante *Súplica da Vila de Sabará*, escrita em 1757, dirigida ao rei onde escrevem: “para cuja causa suplicamos humildemente a vossa magestade que nelles ponha os olhos de sua paternal benignidade dando a providencia para que não experimente daqui em diante outra semelhante falta”⁶⁸. Algo que parece não ter surtido o efeito desejado, pois o solimão estará faltante em quase todo o período em que laboraram as reais casas de fundição e intendências e casas da moeda do Brasil aurífero.

Para decidir quais seriam as medidas adotadas pelas câmaras das vilas, para sanar a falta do solimão no início da referida crise, reuniram-se os procuradores das câmaras, intendentes e governador em Vila Rica, a 1 de julho de 1757. Muitos procuradores inicialmente votaram “para que se fundisse o ouro sem solimão, com as barras sem serem adosadas com o dito material girasse o comercio” tendo sido difícil, conforme informa o governador ao secretario de Estado da Marinha e Ultramar, convencer os ministros “que as barras ficavão

62 Biblioteca da Ajuda – *Domingos Vandelli, Memoria inédita*, fol. 44v.

63 VANDELLI, 1898: 276.

64 Biblioteca da Ajuda – *Domingos Vandelli, Memoria inédita*, fol. 44v.

65 Biblioteca da Ajuda – *Domingos Vandelli, Memoria inédita*, fol. 44v.

66 Biblioteca da Ajuda – *Domingos Vandelli, Memoria inédita*, fol. 45.

67 VANDELLI, 1898: 277.

68 AHU – ACL-CU-011, cx.72, D.42, fol.1.

falsaz e impuras, por não levarem o material que as purifica, nem daquela forma se poderem cunhar e menos ensayar”⁶⁹, denotando a completa ausência de conhecimentos desses agentes da coroa, no que tange às técnicas metalúrgicas para se afinar o ouro e vazarem-no nos lingotes que circulariam como moeda oficial na colônia, após receberem os cunhos e o respectivo certificado.

Ao final, os procuradores das câmaras e da coroa assentaram que os mineradores deveriam levar seu ouro em pó a *quintar* às intendências, nas quais receberiam guia em que se declarasse o número e o peso. De posse dessa guia, os proprietários receberiam, no Rio de Janeiro, o equivalente em dinheiro e, para a Casa da Moeda do Rio de Janeiro, também, seria enviado o ouro em pó dos *quintos* arrecadados. Ou se quisessem, poderiam receber a mesma quantia na casa da moeda de Lisboa, ou deixar o seu ouro, nas casas de fundição, à espera do solimão, dando-se, para isso, as guias e certidões⁷⁰.

Nessa mesma Junta, foi lido, ainda, “o ofício do intendente do Serro, insinuando o modo de reduzir o ouro a barra por meio do sal da terra, misturado com uma oitava de solimão, do que enviava provas em uma barra, que, vista e o methodo examinado pelos peritos, acharam estes serem impraticável”⁷¹. Ressalte-se que foi vista por peritos, os quais desconheciam ou quase nada sabiam sobre o “mêthodo examinado” empregado na purificação do ouro para a confecção da referida barra. Esta referência documental, além de tornar crível a hipótese da imediata rejeição, por parte dos fundidores e ensaiadores – “peritos” –, de novos métodos e técnicas, criados e experimentados no Brasil para se evitar a receosa e prejudicial falta, ou gasto excessivo do solimão, sinaliza a existência de experimentos locais para a substituição ou diminuição do consumo do mesmo, como sugere o intendente do Serro, ao misturar o salitre (sal da terra) ao solimão para moderar o gasto do “ingrediente” faltante.

Foi possível conferir, a partir dos documentos históricos, que o demasiado emprego do solimão levantava dúvidas quanto ao conhecimento técnico dos fundidores e oficiais das casas de fundição luso-brasileiras fazendo, por exemplo, com que o contador geral da Real Fazenda exigisse, em 1804, providência “para a Real Fazenda não continuar a experimentar maiores prejuízos, ou elles sejam procedidos da imperícia dos empregados nos mesmo ministério naquella capitania [Minas Gerais], ou que ha pouca economia do seu dispêndio”⁷².

Valioso para conhecermos sobre as propostas de inovação no método de se derreter e purificar o ouro é o artigo do *Jornal de Coimbra* de 1818, em que um autor anônimo pondera a afirmação do médico viajante alemão, barão de Langsdorf, que por seu turno, escrevendo para a *Gazeta de Lisboa*⁷³, afirmava que a agricultura é, em Minas Gerais, totalmente desprezada. O autor rebate a afirmação do viajante, citando vários aspectos da indústria, na capitania de Minas Gerais, e, ao mencionar o ouro das minas de Itabira que segundo ele é “muito refratário, de maneira, que para fundir-se parcelas pequenas consumia-se muito solimão, e tempo; o que redundava em prejuizo da Fazenda Real”⁷⁴, deixa-nos, então, uma importante informação sobre a descoberta do ensaiador da Casa de Fundição de Sabará, Camilo de Lelis Martins da Costa, que para economizar o gasto do solimão fazia

69 AHU – ACL-CU-011, cx.72, D.32, fol.1.

70 *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1901: 941-942.

71 *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1901: 942.

72 AHCML – *Livro de Registro Geral* 12, fol. 44.

73 “Num. 249 (21 de outub.1817) Bremen 13 de setembro. O naturalista é mr. Langsdorf, escrevendo do Rio a 30 de junho” (nota 1 do artigo do *Jornal de Coimbra*, 1818).

74 *Jornal de Coimbra*, 1818: 273.

aquecer-se a mina, antes de a lançar no cadinho para a fundição, deixa-la esfriar, e proceder depois à operação ordinária – d'esta maneira, funde-se com meia onça de solimão, e em huma hora, aquella mina, que consumia muitos marcos, em muitas horas, e nunca chegava o metal aquelle grão de ductilidade, que pudesse sofrer o cunho⁷⁵.

A descrição do método acima se assemelha à que foi feita por Eschwege, quando explanava sobre o procedimento descoberto pelo ajudante de fundição da Casa de Sabará, em 1812. Não é plausível afirmar que seja precisamente o mesmo funcionário da fundição de Sabará, pois Eschwege refere ser o ajudante de fundição, enquanto o autor anônimo de Coimbra diz se tratar do ensaiador, citando inclusive o seu nome. O barão de Eschwege não faz referência ao nome do oficial que fez a descoberta em Sabará, mas conforme já vimos acima, informa que a arte descoberta foi também deixada de lado⁷⁶.

Foi com o intuito de evitar perdas deste tipo, gastos com o sublimado corrosivo e outros, que foi criado por ordem do príncipe regente, em 1801, na Casa da Moeda de Lisboa, um “curso docimástico”, sob a direção do brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, para a formação de químicos e ensaiadores de metal. Num documento pertencente ao Arquivo Histórico do Ministério Obras Públicas, Transportes e Comunicações de Portugal lê-se: “sou servido ordenar [...] abra um curso docimástico na Casa da Moeda que sirva *não só para corrigir os defeitos das actuais operações* [itálico nosso], mas também para formar e instruir pessoas hábeis”⁷⁷.

No entanto, por uma série de circunstâncias, o curso só veio a funcionar vinte anos depois. Durante esse período, como ocorria antes também, os ensaiadores e fundidores continuaram a ser formados pelos seus pais ou como aprendizes na Casa da Moeda de Lisboa, e podemos imaginar que muito pouco mudaram os processos utilizados para purificar o ouro, tanto no reino, como no Brasil, apesar das recomendações e críticas de Domingos Vandelli.

Notas Finais

Sendo que um dos objetivos deste artigo foi elucidar e questionar como se articulavam os governadores, procuradores das câmaras das vilas, fundidores, intendentess e funcionários das casas de fundição da capitania de Minas Gerais, para sanar a falta do solimão, sublimado corrosivo utilizado para separar as impurezas contidas no ouro *in natura*, e também entender como era obtido, como se dava a sua fabricação e comercialização; bem como compreender os métodos utilizados para se purificar o ouro no Brasil e em Portugal, no século XVIII e inícios do século XIX, e os conhecimentos empregados, materiais, insumos e propostas de inovações técnica, fizemos o esquadrinhamento de documentação histórica coeva.

Para pesquisas futuras temos proposta a análise de material arqueológico, a saber: fragmentos de cadinhos da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, Casa de Fundição de Sabará e Goiás e escórias metálicas de contextos e tipologias várias. Esta análise físico-química das escórias encontradas em escavações no Museu do Ouro, antiga Casa de Fundição de Sabará, e na antiga Casa de Fundição de Vila Boa de Goiás, será feita com o intuito de conhecer a sua composição química para verificar se existem traços dos elementos Hg e Cl para comprovar o uso exclusivo do solimão (HgCl₂) ou outro “ingrediente” e assim disponibilizar dados comparativos para futuras investigações atinentes à arqueometalurgia do ouro no Brasil e Portugal dos séculos XVIII e XIX.

75 *Jornal de Coimbra*, 1818: 273.

76 ESCHWEGE, 1979 [1833]: 545.

77 AHMOP – *Fundo Intendência Geral de Minas e Metais*, fol. 5v.

Por fim, com o estudo e compreensão deste tipo de estratégia de busca por práticas alternativas para as técnicas da metalurgia do ouro empregados no Brasil colônia pretende-se fundamentar uma arqueologia e historiografia que promova um espaço próprio para as ciências ibero-americanas e africanas, de tal modo que, mesmo sem que tenham sido originados na ciência moderna, estes conhecimentos possam ser estudados e avaliados com a justa consideração ao seu sentido histórico, evidenciando a capacidade das práticas e das tecnologias sofrerem alterações.

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – ACL-CU-017, cx. 4, D.377; cx. 7, D.743; ACL-CU-017-01, cx. 10, D.1871; ACL-CU-011, cx. 66, D.2 e 3; cx. 72, D.42. fol.1; cx. 90, D.69. fol.2; cx. 90, D.69. 1767; cx. 101, D. 78, fol.1v-2; fol. 3v-4v; post. 1771.

AHU – ACL-N-São Paulo, n.º catálogo 796.

Arquivo Histórico da Casa da Moeda de Lisboa (AHCML) – *Livro de Registro Geral* 9, fol.186, 195v, 241v; *Livro de Registro Geral* 12, fol. 39-39v.

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP) – *Fundo Intendência Geral de Minas e Metais*, fol. 5v.

Biblioteca da Ajuda – *Domingos Vandelli, Memória inédita*, ms. 54-V-14.

Fontes impressas

AGRICOLA, Georgius, 1912 [1556] – *De Re Metallica*. London: The Mining Magazine.

ANTONIL, André João, 1711 – *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas, e minas, com varias noticias curiosas do modo de fazer assucar; plantar & beneficiar o Tabaco; tira ouro das minas; & descobrir as da Prata; E dos grandes emolumentos, que esta conquista da America Meridional dá ao Reyno de Portugal com estes & outros generos, & Contractos Reaes*. Lisboa: Officina Real Deslandesiana.

Archivo Popular (O). Lisboa. 1843, vol. 7, p. 240.

CARDOSO, M., 1940 – “Collection of the Fifth in Brazil, 1695-1709”. *Hispanic American Historical Review*. V. 20, n.º 3.

Cartas de Lei, Alvarás, decretos e Atos do Poder Legislativo. Coleção de Leis do Império, 1815-1888. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

CASAL, Manuel Ayres de, 1976 – *Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. São Paulo: Edusp.

Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás, avisos, portarias, etc., 1662-1821, existentes no Arquivo Nacional, 1922. 2.ª ed. rev. e melhorada por A. Esteves. Rio de Janeiro.

COELHO, José João Teixeira – “Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais (1780)”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 8, fasc. 1-2, jan.-jun. 1903, p 399-581.

ESCHWEGE, W. L. von, 1979 [1833] – *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 2 vols.

Jornal de Coimbra, 1917; 1918, n.º 58, p. 273.

Lei das Casas de Fundação, 1751. Lisboa: Impresso na Chancellaria Mor da Corte e Reyno.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de, 1901 – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal. 1ª Parte, t. XII.

OTTONI, José Eloi, 1912 – “Memória sobre o estado atual da Capitania de Minas Gerais. Lisboa, 1798”. *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. 30.

Regimento das Intendências e Casas de Fundação de 1751. Reimpressão fac-similar. Lisboa: Tipografia da Casa da Moeda.

Relatório sobre o melhoramento do meio circulante, apresentado á Assembleia geral legislativa pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda em a sessão extraordinária de 1833, 1833. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.

Revista de Guimarães. Vol. 50-52, 1940, p. 234.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. 1901, n.º 6.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1938 – *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional

SANTOS, Joaquim Felício dos, 1924 – *Memórias do Distrito Diamantino*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e, 2002 – *José Bonifácio Andrada e Silva*, organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von, 1976 – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Ed. Melhoramentos.

VANDELLI, Domingos, 1898 – “Memória sobre as Minas de Ouro do Brasil”. *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. XX, p. 266-278.

VASCONCELOS, Bernardo Pereira, 1832 – *Relatório apresentado à Camara dos senhores Deputados pelo ministro e secretário d'Estado dos Negócios da Fazenda (...) na sessão de 1832*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 3.ª parte.

Bibliografia

- BOXER, Charles R., 1969 – *A idade de ouro do Brasil*. São Paulo: Nacional.
- BRIGOLA, João Carlos, 1998 – “Coleções, gabinetes, jardins botânicos e museus em Portugal: o testemunho dos viajantes estrangeiros (1750-1900)”. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, 3.ª série, vol. 3, p. 153-164.
- CAVALCANTE JÚNIOR, Paulo de Oliveira, 2002 – *Negócio de trapça: caminhos e descaminhos na América portuguesa (1700-1750)*. São Paulo (tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1953 – *Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro: 1670-1770*. S. Paulo: Secção de Publicações.
- GUIMARÃES, André Rezende, 2008 – *Falsários e contrabandistas nas Minas Setecentistas: Inácio de Souza e sua rede internacional de negócios ilícitos*. Belo Horizonte (dissertação de mestrado em História apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais).
- LIMA JÚNIOR, Augusto de, 1954 – *Notícias Históricas: de Norte a Sul*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- MENEZES, Ivo Porto de, 1975 – “Documentação referente a Minas Gerais existente nos arquivos portugueses”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, n.º 26, p. 171-180.
- NIMER, Miguel, 2005 – *Influências orientais na Língua Portuguesa: os vocábulos árabes, arabizados, persas e turcos*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo.
- PAIVA, Eduardo França, 2002 – “Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no novo mundo” in PAIVA, E. F.; ANASTASIA, C. M. J. (org.) – *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI e XIX*. São Paulo: Annablume.
- PEIXOTO, Eduardo Marques, 1910 – “A devassa do governador Luiz Vaia Monteiro por descaminho do ouro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 72.
- PROBER, K., 1950 – *A Casa de Fundição de Sabará*. Rio de Janeiro: SPHAN.
- PROBER, K., 1990 – *Ouro em pó e em barras no meio circulante no Brasil, 1754-1833: Catálogo*. Rio de Janeiro: Ed. de Autor.
- SILVA, C. E. F.; PARDI, M. L. F., 1989 – *A pesquisa arqueológica na Casa de Fundição do Ouro de Goiás*. São Paulo: Dédalos, publ. avulsa, n.º 1.
- SIMONSEN, Roberto Cochrane, 1957 – *História econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional.
- Sociedade Numismática Brasileira. Disponível em: <<http://www.snb.org.br/bibliote.asp>> [consult. 4 de maio 2013].
- TÚLIO, Paula Regina Albertini, 2005 – *Falsários d’El Rei: Inácio de Souza Ferreira e a casa de moeda falsa do Paraopeba (Minas Gerais 1700-1734)*. Niterói (dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade Federal Fluminense).

A emigração do concelho de Vila do Conde para o Brasil (1954-1967)

Adelina Piloto

Introdução

A emigração é uma constante estrutural da nação portuguesa. Os vilacondenses, à semelhança dos seus concidadãos, nomeadamente de Entre Douro e Minho, sempre revelaram grande propensão para a diáspora. Ao longo da sua história plurissecular, os filhos de Vila do Conde devido às suas contingências geográficas e económico-sociais¹, habituaram-se a procurar além-fronteiras o bem-estar que escasseava na sua terra. O fluxo de Vila do Conde para Terras de Vera Cruz iniciou-se pouco tempo após a descoberta do território² e tem-se mantido ininterrupto ao longo dos séculos, embora sujeito a flutuações. Por conseguinte, o fluxo que se analisa no presente trabalho, não obstante as características peculiares que apresenta, tem de ser entendido como o prosseguimento de um processo multissecular que iludiu leis restritivas, superou os momentos de lusofobia e ignorou as mudanças políticas ocorridas de um e de outro lado do Atlântico.

Embora o Brasil tenha constituído durante séculos o destino primordial da emigração portuguesa e, neste particular da vilacondense, a partir da década de 50 do século XX esse movimento sofreu alterações. Com efeito, o fluxo emigratório para o Brasil passa a contar com a concorrência dos países europeus em pleno surto de desenvolvimento económico.

Como refere Marinho Antunes, no período de 1950 a 1969, “assiste-se a uma sensível transformação do fenómeno emigratório português, cujas características mais marcantes são o nítido aumento do número de emigrantes que se começa a operar sensivelmente na segunda metade do período estudado e uma alteração no destino da principal corrente emigratória portuguesa”³. Na opinião do mesmo autor, é possível identificar um “período brasileiro” até 1958, um “período de transição” que inclui os anos de 1959-62, e um “período francês” a partir de 1963⁴.

1 Durante vários séculos Vila do Conde foi um concelho sem termo, isto é, sem uma área rural que lhe garantisse o abastecimento de produtos agrícolas. Tinha abundância de peixe mas escasseavam os produtos da terra: cereais, azeite, vinho, carne, etc. Era em Barcelos que se provia a Vila e, não raras vezes, surgiam questões por via de não serem facilitados os cereais e mesmo a madeira precisa nos seus estaleiros de construção naval (PILOTO, 2011: 66).

2 A vilacondense Isabel de Oliveira refere no seu testamento lavrado a 13 de janeiro de 1625 que foi casada em segundas núpcias com Manuel Gonçalves, piloto e patrão da capitania de Pernambuco no tempo de um dos filhos do primeiro donatário Duarte Coelho (ACV – *Documentos avulsos*).

3 ANTUNES, 1970: 304.

4 ANTUNES, 1970: 377.

A emigração do concelho de Vila do Conde seguiu a tendência nacional, verificando-se um progressivo e acentuado declínio do número de emigrantes para o Brasil a partir de 1958, uma fase de transição até 1962, e um aumento expressivo da emigração para a Europa, especialmente para França, a partir de 1963.

No prosseguimento de uma política advinda já do século XIX, a de atribuir às autarquias competências na elaboração do processo burocrático conducente à obtenção do passaporte, documento imprescindível para a saída legal do país⁵, a Junta da Emigração outorgou às câmaras municipais a função de organizar o processo emigratório. O candidato a emigrante tinha, por conseguinte, de se dirigir aos serviços administrativos do município da sua naturalidade ou residência, munido da numerosa documentação necessária⁶ para o preenchimento do *Boletim de Informação*, fornecido pela Junta da Emigração, ficando desse modo formalizado o pedido de passaporte de emigrante. Este quadro legal deu origem ao registo dos processos de emigração organizados em cada municipalidade.

No espólio do Arquivo Municipal de Vila do Conde existem dois livros de registo dos processos de pretensos emigrantes organizados no município, catalogados com os números 2813 e 2814 que abarcam o período cronológico de 1954-1968⁷. Este suporte documental foi selecionado para constituir a trama empírica do trabalho que se pretende desenvolver, numa perspetiva integrada de investigação. Trata-se de uma fonte manuscrita e inédita com a informação disposta em colunas. O preenchimento manuscrito correspondia aos parâmetros impressos previamente estabelecidos, como a data do registo, nome do titular e dos acompanhantes, naturalidade⁸, local de destino, data da remessa à Junta da Emigração, data da saída, porto de embarque e resultado final do processo. A partir, principalmente, do ficheiro informatizado constituído pelos citados registos, analisar-se-á em termos quantitativos e qualitativos a corrente migratória legal que fluiu do concelho de Vila do Conde em direção ao Brasil entre 1954 e 1967, realçando as suas particularidades e dinâmicas intrínsecas.

No sentido de proporcionar uma visão mais abrangente do fenómeno migratório do concelho neste período, em concomitância com a análise do fluxo para o Brasil efetuou-se o levantamento estatístico da emigração para os restantes países do globo e refletiu-se sobre o contexto histórico e a política emigratória do Estado Novo.

1. Contexto histórico

O elevado índice emigratório português registado na década de 1960, provocou uma rarefação relativa da mão-de-obra disponível no meio rural e em certos setores industriais, com repercussões no agravamento dos custos de produção, nos preços dos bens de primeira necessidade e na habitação, provocando igualmente o aumento acentuado da inflação a partir de 1965⁹. Por outro lado, a emigração impulsionou grandes mudanças socioeconómicas estando na origem de novos estilos de vida e de consumo, de novos hábitos e de novas mentalidades, incentivados pelo maior acesso à instrução e aos novos meios de comunicação¹⁰. As alterações causadas pela emigração, a par de

5 Entre outra legislação, refira-se a lei de 7 de abril de 1863, artigo 10.º, § 5.º: "Nenhum passaporte se concederá senão quando o impetrante provar por documentos que prestou no governo civil ou na administração do seu concelho ou bairro, se tiver a idade de 14 a 21 anos, a fiança determinada no artigo 11.º da lei de 4 de junho de 1859, de que sendo chamado ao serviço militar se apresentará ou se remirá desse ónus pagando o preço da respetiva substituição, como é facultado no artigo 7.º daquela lei".

6 Entre outra, cite-se: bilhete de identidade; cédula pessoal para menores de 10 anos; registo criminal; boletim de vacinação; certidões de nascimento, casamento e de óbito; atestado médico; certificado da 3.ª classe, pelo menos; licença militar; e atestado da junta de freguesia, pelo qual se provasse que os responsáveis pela manutenção da família que deixava em Portugal eram idóneos e possuíam bens suficientes para aquele efeito (CASTRO, 2011: 179).

7 No livro 2813, datado de 12 de janeiro de 1954, consta: "Há-de este livro servir para nele se registarem os processos de pretensos emigrantes organizados nesta Câmara Municipal". O termo de encerramento datado de 9 de setembro de 1965 refere: "Contém este livro cem folhas numeradas e por mim autenticadas com a rubrica que uso Bento Amorim". O livro 2814, no termo de abertura e de encerramento assim como no tipo e disposição da informação, é muito semelhante ao anterior.

8 Este item consta nos três primeiros registos e só volta a ser referido de forma sistemática entre 1961 e 1967, com indicação do lugar e da freguesia.

9 ROSAS, 1994b: 497.

10 ROSAS, 1994b: 497.

uma maior consciência cívica dos cidadãos, em concomitância com a persistência da política de limitação das liberdades fundamentais, originaram um aumento da contestação política e das reivindicações sociais¹¹.

A candidatura de Humberto Delgado à presidência da República em 1958 foi o primeiro grande abalo na estabilidade do regime salazarista. Em 1962, surgiu a primeira grande contestação dos estudantes, sucedendo-se, nos anos subsequentes, novas manifestações e greves. O agudizar dos protestos e a consequente crispação repressiva tornaram bem visível que a sociedade portuguesa queria libertar-se dos bloqueios políticos, institucionais, económicos e ideológicos a que estava sujeita.

A partir da década de 50 do século XX, não obstante o aparente imobilismo, a sociedade portuguesa estava na realidade em mutação estrutural. A entrada de Portugal na EFTA, concretizada em 1960, contribuiu para a internacionalização da economia portuguesa e para o seu desenvolvimento, atingindo novos mercados e aumentando as exportações, para além dos investimentos estrangeiros que trouxe ao nosso país¹². Em curso estava também uma transformação demográfica: na década de 1960 a população portuguesa diminuiu em números absolutos, apresentando uma taxa de crescimento anual negativa¹³.

Outro aspeto que marcou a sociedade portuguesa foi o deflagrar da guerra colonial em Angola, no ano de 1961, alastrando em 1963 à Guiné Bissau e no ano seguinte a Moçambique. Guerra devastadora que impôs pesados encargos financeiros ao povo português, repercutindo-se na diminuição das despesas com infraestruturas, nomeadamente na rede viária, nas comunicações e no apoio social. Entre 1957-1958 e 1973 os encargos com a defesa passaram de 31% a 78% da despesa extraordinária do Estado¹⁴.

Quanto ao relacionamento luso-brasileiro, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1960, este foi marcado por um clima harmonioso, atingindo o seu apogeu no período governativo do presidente da República Juscelino Kubitschek (1956-1961). Entre os mais importantes fatores que contribuíram para esse entendimento, estavam entre outros, a numerosa colónia portuguesa residente no Brasil, a estratégia do Estado português para garantir apoio à sua política colonialista, e a posição periférica que o Brasil tinha na contextura internacional¹⁵.

Três estratégias foram delineadas pelo governo português para conseguir o apoio do Brasil à sua política imperialista: uma de carácter cultural/intelectual que teve em Gilberto Freyre a sua pedra de toque; outra no plano diplomático, com a retoma de negociações para assinatura do Tratado de Amizade e Consulta e criação da Comunidade Luso-Brasileira; e, uma terceira de natureza política, que consistia no trabalho a ser desenvolvido pela embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, no sentido de mobilização dos amigos de Portugal presentes no Congresso Nacional, no ministério das Relações Exteriores e nos meios de comunicação. Esta última linha de ação veio, no decurso do tempo, a revelar-se bastante eficaz ao receber a adesão massiva da colónia portuguesa no Rio de Janeiro¹⁶.

Portugal, consciente de que o problema com as colónias na Índia era apenas o início de um processo descolonizador que a curto prazo atingiria a África, passou a ver o Brasil como fundamental para qualquer estratégia de defesa do seu império colonial¹⁷.

A formalização do Tratado de Amizade e Consulta que assegurava aos cidadãos dos dois países um tratamento “nos respetivos Estados como os da Nação mais favorecida e amiga”, e que esteve na génese de projetos individuais de uma confederação pretendida pelos portugueses Coelho de Carvalho e Bettencourt

11 PATRIARCA, 2004: 68.

12 SOUSA, 1995: 613-630.

13 NAZARETH, 1985: 963-980.

14 ROSAS, 1994b: 499.

15 GONÇALVES, 2010: 99.

16 GONÇALVES, 2010: 102.

17 GONÇALVES, 2003:99.

Rodrigues, e pelos brasileiros Sívio Romero e Medeiros e Albuquerque, entre outros, ou da dupla nacionalidade preconizada por Norton de Matos, foi um marco importante no estreitar de laços entre os dois países¹⁸. Assinado no governo de Getúlio Vargas (1953), ratificado no de Café Filho (1954), e aprovado por unanimidade, em dezembro de 1954, na Assembleia Nacional portuguesa, o Tratado, segundo Williams Gonçalves, “converteu-se num poderoso instrumento jurídico de apoio da diplomacia brasileira às posições assumidas pelo governo português em relação à questão relativa à conservação do império ultramarino”¹⁹.

Contudo, o apoio do Brasil à política colonial portuguesa sofreu um abalo quando os governos de Jânio Quadros e João Goulart implementaram a Política Externa Independente (1961-1964). Em 1961, o Governo português foi notificado de que o Brasil não apoiaria na ONU a sua política colonial²⁰. A atitude de Jânio Quadros e do seu sucessor João Goulart suscitou acalorado debate no parlamento brasileiro com posições extremadas pró e contra a Política Externa Independente do Brasil²¹, mas nem mesmo nesse período houve rutura. De facto, enquanto o Estado Novo existiu, o Brasil apoiou a política traçada pelo regime para África²². E quando os militares brasileiros rompem a ordem constitucional em março de 1964, a posição anterior de crítica ao colonialismo foi ultrapassada e as relações luso-brasileiras voltaram à plena harmonia²³.

Para além da divergência suscitada pela Política Externa Independente, outras objeções e momentos de tensão entre Portugal e o Brasil foram vivenciados nos anos 1950 e 1960. Uma das notas dissonantes esteve relacionada com o inconformismo dos meios diplomáticos brasileiros de segundo escalão quanto aos benefícios que o Brasil recebia do apoio à política internacional portuguesa, especialmente no que dizia respeito a Goa; outra discordância ligou-se ao Acordo Internacional do Café, ao qual Portugal tentou não aderir, alegando que não poderia prescindir das divisas provenientes da exportação do café, e caso o fizesse, criaria um problema político em Angola, porém, pressionado, aceitou o Acordo, mas exigiu compensações ao Brasil; mas o mais grave problema foi criado pelo pedido de asilo político de Humberto Delgado²⁴.

Como o Brasil, ao contrário de Portugal, vivia em democracia (1945-1964), as forças oposicionistas ao Estado Novo puderam contar com o apoio das autoridades brasileiras, pelo menos até 1964, altura em que pela primeira vez na história do Brasil os militares assumiram o poder, instaurando um regime autoritário que se distendeu até 1985²⁵.

No rescaldo das eleições para a presidência da República em 1958, Humberto Delgado foi sucessivamente demitido da Aeronáutica Civil, aposentado compulsivamente e demitido da Força Aérea, acabando por pedir asilo político na embaixada do Brasil, em 7 de janeiro de 1959, e por se exilar naquele país em abril desse ano²⁶. Álvaro Lins, o embaixador brasileiro em Portugal, não hesitou em conceder ao militar português o asilo solicitado, mas pressionado pelas autoridades portuguesas e brasileiras e pela imprensa dos dois países para ser facultado a Delgado visto de saída sem a categoria de exilado político, aquele acabou por sair desautorizado. No entanto, este caso alertou a esquerda brasileira para falta de liberdade e repressão que se vivia em Portugal, para além de ter tornado Álvaro Lins acérrimo crítico das relações diplomáticas do Brasil com Portugal²⁷.

Outro acontecimento que criou algum mal-estar entre os dois países relaciona-se com o caso Santa Maria. A 22 de janeiro de 1960, numa operação de natureza política antissalazarista, Galvão apodera-se em pleno

18 MOREIRA, 2002: 25.

19 GONÇALVES, 2010: 107-108.

20 Para o efeito, deslocou-se a Portugal Afonso Arinos de Melo Franco, ministro das Relações Exteriores do Brasil (MOREIRA, 2002: 24).

21 BARBOSA, 2002: 61-65.

22 GONÇALVES, 2003:99.

23 GONÇALVES, 2010: 120.

24 GONÇALVES, 2010: 114-116.

25 FAUSTO, 2008: 461.

26 ROSAS, 1994b: 530.

27 GONÇALVES, 2010: 116-117.

mar das Caraíbas do navio transatlântico *Santa Maria*, asila-se no Brasil e entrega o pacote ao presidente brasileiro, que posteriormente, o devolve a Portugal, contribuindo todo este imbróglgio para agravar ainda mais a imagem internacional do regime ditatorial que se vivia no nosso país²⁸.

2. Política migratória do Estado Novo

Segundo a opinião de Ioannis Baganha, no período do segundo pós-guerra, a política migratória do Estado Novo continuou a subordinar o direito individual à mobilidade aos interesses económicos e imperiais do governo. Deste modo, leis tendentes a monitorizar e regulamentar a emigração estavam orientadas por três objetivos fundamentais: garantir as necessidades laborais do país, satisfazer os seus interesses em África e tirar proveito das remessas dos emigrantes²⁹.

Para supervisionar os assuntos relacionados com a emigração portuguesa, foi criada em 1947 a Junta de Emigração, dependente do Ministério do Interior, que também detinha a tutela da Polícia Internacional de Defesa do Estado³⁰. Entre outras competências da PIDE, reorganizada em 1954, estava a de fiscalizar os emigrantes. A centralização administrativa desenvolvida pela Junta assentava em duas medidas: por um lado, ficava proibida a intervenção de engajadores de emigrantes para a obtenção de documentos e passagens; por outro lado, os pedidos de licença para emigrar deviam ser apresentados no concelho de naturalidade ou residência que os reencaminhava à Junta da Emigração, organismo a quem competia emitir o passaporte de emigrante³¹.

Mas a ambiguidade da posição e políticas do executivo português face à emigração continua a ser um dos aspetos mais destacado pelos historiadores relativamente a este período. O governo preocupava-se em controlar as saídas legais, mas em simultâneo estimulava o envio de remessas dos emigrantes, ciente de que elas eram importantes para o desenvolvimento do país³². Nas palavras de Beatriz Rocha-Trindade,

a imposição de medidas administrativas e controlo das condições de recrutamento oferecidas aos emigrantes não parece ter-se enquadrado numa estratégia definida ou política concreta, resultando sobretudo de um mero exercício de poder supostamente assente na defesa do bem-estar e interesses dos futuros emigrantes³³.

Para tranquilizar os ultraconservadores e todos aqueles que se opunham à emigração, na tentativa de prolongar indefinidamente a política de baixos salários, o Governo promulgou diversos regulamentos restritivos que acabaram por fomentar a emigração clandestina, mas aparentemente desencorajavam a emigração, permitindo à ditadura sobreviver³⁴. Segundo Cassola Ribeiro, o Governo apercebendo-se que ao travar a emigração legal incentivava a clandestina, a partir de 1963 permitiu que as autorizações anuais para emigrar ultrapassassem as 30000³⁵.

A posição do Governo era de cumplicidade velada; se por um lado publicava leis restritivas, por outro, procedia à harmonização de políticas com as autoridades dos países de acolhimento, procurando negociar a manutenção das quotas e, se possível, o seu aumento.

28 ROSAS, 1994b: 532.

29 BAGANHA, 2001: 18.

30 decreto-lei n.º 36 558, de 28 out. 1947.

31 decreto-lei n.º 36 558, de 28 out. 1947, artigos 25.º e 26.º.

32 SANTOS, 2004: 28.

33 ROCHA-TRINDADE, 2001: 140.

34 PEREIRA, 2009: 57.

35 RIBEIRO, 1986: 220.

3. A emigração

A emigração é um fenómeno profundamente enraizado na sociedade portuguesa, mas tanto o volume como as características intrínsecas do movimento tem variado no decurso do tempo. Nas décadas de 50 e 60 do século XX, o tradicional destino, o Brasil, foi em grande parte substituído pela França e Alemanha, países europeus que no pós-guerra se encontravam em intensa fase de expansão económica.

Marinho Antunes afirma que a emigração portuguesa para o Brasil atingiu o seu apogeu no ano de 1952, ano em que partiram 41518 emigrantes, correspondendo a 87,6% da emigração nacional nesse ano, e os valores mínimos registaram-se em 1969, com 2537 emigrantes, representando apenas 1,7% da emigração efetiva³⁶ portuguesa desse ano; a emigração nacional para França, alcançou os valores máximos em 1969, quando entraram nesse país 110614 portugueses, o que equivaliu a 72% da emigração efetiva portuguesa total desse ano, e os valores mais diminutos, em termos absolutos, aconteceram no ano de 1950 com 314 emigrantes e, em percentagem, em 1951, com 1,2% da emigração efetiva desse ano; e que entre 1950-1969 a França absorveu 43,5% da emigração efetiva portuguesa, seguindo-se com 27,6% o Brasil³⁷.

O objeto de estudo do presente artigo é a emigração legal do concelho de Vila do Conde para o Brasil entre 1954-1967. Porém, o facto de no período em referência, o fluxo destinado ao Brasil ter sido parcialmente trocado por outros destinos, principalmente europeus, conduziu à elaboração de uma análise comparativa, necessariamente sucinta, com a dirigida a outros países, mas cingindo a inventariação apenas aos emigrantes titulares. Quais foram os países, para além do Brasil, que atraíram os vilacondenses nas décadas de 1950 e 1960?

Quadro n.º 1– Evolução da Emigração do concelho de Vila do Conde para os vários destinos no mundo (1954-1967)

Anos/ países	África do Sul	Alemanha	Brasil	Canadá	França	Rodésia	Venezuela	Total
1954	-	-	162	-	2	1	13	178
1955	3	-	100	1	2	2	18	126
1956	2	-	114	-	4	7	17	144
1957	-	-	107	4	38	1	8	158
1958	1	-	98	2	23	2	4	130
1959	2	-	59	-	14	5	9	89
1960	5	-	66	3	29	-	4	107
1961	5	-	59	1	38	1	4	108
1962	8	-	43	3	70	1	5	130
1963	15	26	37	5	99	1	7	190
1964	14	71	21	2	282	-	7	397
1965	17	80	14	2	326	-	3	442
1966	33	65	13	2	424	1	9	547
1967	12	13	22	5	239	2	-	293
Total	117	255	915	30	1590	24	108	3039

Fonte: AMVC – *Registo de processos de emigração*, livros 2813 e 2814.

36 A emigração efetiva, real ou total é a emigração legal mais a clandestina (ANTUNES, 1970: 305).

37 ANTUNES, 1970: 377.

Como se pode observar no quadro n.º 1, os titulares dos processos de emigração optaram por sete países dispersos por três continentes (África, América e Europa). O destino europeu emerge como principal, absorvendo 60,6% do fluxo global. Como afirma Beatriz da Rocha-Trindade, a grande novidade no panorama emigratório português entre 1950-1975 foi a substituição do principal destino, até então o Brasil, pelo espaço europeu: começado este movimento pela França nos anos 50, o caudal emigratório engrossou desmesuradamente na década seguinte, em que as cifras globais praticamente duplicaram (343 000 em 1959-1959; cerca de 650 000 em 1960-1969)³⁸. A França foi o destino de eleição para 1590 vilacondenses, o que representa 52,2% de todo o movimento³⁹. Para a Alemanha, os primeiros registos surgem só no ano de 1963, limitando-se a 255 emigrantes.

Como observou Joel Serrão, o emigrante trocou o tradicional destino brasileiro pelo europeu porque a crise mundial de 1929 e a segunda guerra mundial dificultaram o êxodo transoceânico, e porque os países mais desenvolvidos do norte e do centro da Europa no pós-guerra careciam de abundante mão-de-obra pouco qualificada e pouco exigente para se reconstruírem⁴⁰. Por sua vez, Beatriz Rocha-Trindade afirma que na mudança direcional da emigração desempenhou também papel importante a proximidade geográfica e a facilidade em atravessar as fronteiras⁴¹.

Com destino ao continente africano apresentaram processo 141 vilacondenses, o que representa apenas 4,7% dos registos, 117 optaram pela África do Sul e 24 pela Rodésia, atual Zimbábue.

No novo mundo, o Brasil foi, claramente, o país mais atrativo, com 915 emigrantes titulares, seguindo-se a Venezuela com 108 e o Canadá com apenas 30 elementos, correspondendo o movimento com destino ao continente americano a 34,7% do total.

Em termos globais, a emigração legal do concelho de Vila do Conde durante os 14 anos em análise cifrou-se em 3039 titulares, o que corresponde a 6,2% da população concelhia, de acordo com o censo de 1960, e a 5,6%, em consonância com o recenseamento de 1970⁴².

Quais as razões subjacentes ao fenómeno migratório? Quer seja o movimento transoceânico, quer seja o intraeuropeu, ou até para as províncias ultramarinas, no essencial os motivos do projeto migratório são os mesmos. Aos fatores expulsivos – pobreza, baixos salários, dificuldade em encontrar trabalho nas zonas rurais, incipiente industrialização nacional, fuga ao serviço militar no ultramar e à situação política repressiva vigente no país – adicionam-se os fatores atrativos, entre os quais a existência de maior mercado de trabalho e melhor remunerado no estrangeiro. Em suma, a emigração resulta, uma vez mais, do estado de desenvolvimento de Portugal em conjugação com a evolução do mercado de mão-de-obra internacional.

Os que persistiam no projeto migratório brasileiro, mais dispendioso e complexo do que o intraeuropeu, faziam-no, certamente, por influência das redes de familiares, amigos e conterrâneos, facilitadoras da integração no novo país, e até por experiência migratória anterior. Em três registos consta que os pretendos emigrantes eram retornados: António Lopes do Vale pretendia embarcar em Lisboa para o Recife; Ana Rosa da Silva viajava na companhia de seu marido, Manuel Maia da Costa Santos, para o Rio de Janeiro; e Maria Fernanda Lopes Rodrigues também tinha intenção de embarcar para o Rio de Janeiro⁴³. Estes três casos denotam o fenómeno da remigração, pessoas que vieram à terra natal para matar saudades ou para tratar de negócios, ou até com intenção de cá permanecerem, mas acabaram por apostar em nova partida.

38 ROCHA-TRINDADE, 1992: 5-6.

39 Estes são os números da emigração legal, mas muitos outros devem ter “dado o salto”, aproveitando-se das facilidades existentes. A França implementou uma política deliberadamente permissiva, facilitava a atribuição de estadia e de trabalho a estrangeiros logo que chegavam ao país. Nos restantes países europeus ter-se-iam verificado situações intermédias entre o controlo estrito e extrema permissividade (ROCHA-TRINDADE, 1992: 6).

40 SERRÃO, 1985: 999.

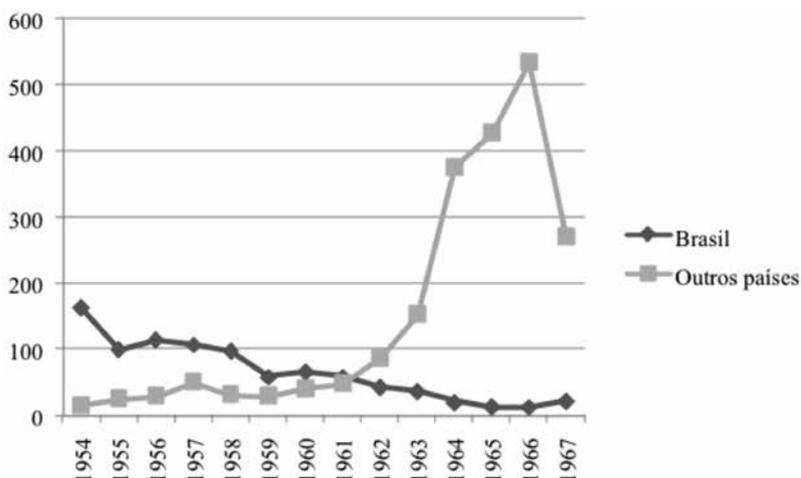
41 ROCHA-TRINDADE, 1982: 85.

42 Em 1960 o concelho de Vila do Conde possuía 48 806 habitantes, tendo aumentado para 53 570 em 1970 (*Censos de 1960 e 1970*).

43 AMVC – *Registo de processos de emigração*, livro 2813, 12 de abril e 28 de maio de 1955 e 14 de setembro de 1960, respetivamente.

Como afirma Miriam H. Pereira, ao longo do século XIX e até à década de 60 do século XX, nenhum país ou região do globo cativou os portugueses como o Brasil⁴⁴. Na verdade, os dados apurados para a municipalidade vêm corroborar tal asserção; até ao ano de 1961 o Brasil continuou a impor-se aos naturais do concelho como o destino migratório por excelência (Gráfico n.º 1).

Gráfico n.º 1 – Evolução da emigração vilacondense para o Brasil e para outros destinos (1954-1967)

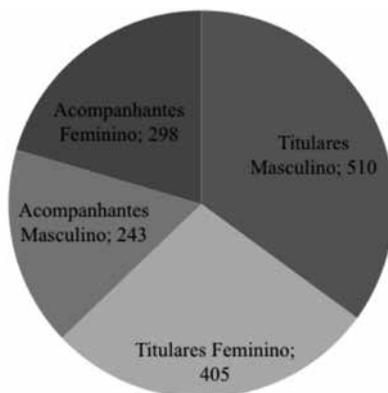


Fonte: AMVC – *Registo de processos de emigração*, livros 2813 e 2814.

O ponto de viragem ocorreu no ano de 1962, quando o fluxo para terras de Vera Cruz foi superado pelo dirigido a outros países. Nos anos seguintes, enquanto a emigração para o Brasil decaía progressivamente, o movimento para os outros países engrossava, principalmente para a França, até atingir o acúmen no ano de 1966, com 534 registos. No último ano representado (1967), inicia-se uma inflexão do movimento com destino a outros países. Outra fonte consultada prova que a emigração local seguiu a tendência nacional; paulatinamente, o caudal migratório português foi perdendo vigor para se deter abaixo dos 50000 efetivos anuais no ano da Revolução dos Cravos⁴⁵.

44 PEREIRA, 2007: 41-48.

45 *Boletim Anual (BJNE)*, 1950-74.

Gráfico n.º 2 – Distribuição dos Vilacondenses para o Brasil por categoria e género (1954-1967)

Fonte: AMVC – *Registo de processos de emigração*, livros 2813 e 2814.

O movimento emigratório para o Brasil perspectivado em termos de titulares e acompanhantes alcançou, nos catorze anos em análise, um total de 1456 emigrantes, 915 titulares (510 homens e 405 mulheres) e 541 acompanhantes (298 do género feminino e 243 do masculino)⁴⁶. Estes são os números da emigração legal pese embora outros tivessem partido em contravenção com a lei para fugirem à guerra colonial e à repressão política do regime, assim como às más condições de vida.

Tendo em consideração a emigração efetiva portuguesa para o Brasil entre 1954-1967 que foi de 188 621 saídas⁴⁷, o fluxo vilacondense ocorrido no mesmo período correspondeu a 0,77% do total nacional.

Entre 1950-1969, o distrito que mais contribuiu para a emigração oficial portuguesa foi o do Porto, no qual se integra Vila do Conde, donde emigraram 91 204 indivíduos que representam 11,3% do total da emigração oficial de Portugal continental; para o Brasil, a emigração oficial portuguesa nos mesmos vinte anos foi de 36 696 saídas⁴⁸. Em termos globais, de acordo com os dados recolhidos entre 1954-1967, o movimento emigratório legal vilacondense para essa ex-colónia portuguesa, incluindo os titulares e acompanhantes, cifrou-se em 1 456 indivíduos, o que representa 3,97% da emigração total do distrito para solo brasileiro. Mas a quota-parte do concelho de Vila do Conde para a emigração global do distrito para o Brasil deve ter rondado os 5%, tendo em conta que o volume apurado apenas diz respeito a 14 dos 20 anos apontados para o movimento emigratório total do distrito.

Mas nem todos os pretendentes emigrantes viram o seu desejo concretizado. Arlindo Quintela da Silva, Clarice da Silva Lua, Fernando Ramos da Silva, Abel Joaquim Santos e António Arlindo Lopes Correia Guedes sofreram o indeferimento do seu processo⁴⁹. Não se conhece o motivo da recusa de emissão de passaporte aos citados candidatos à emigração, mas sabe-se que “a administração nacional conseguia transformar o direito à emigração num privilégio concedido de forma discricionária”⁵⁰. Alguns documentos imprescindíveis para emigrar, como o boletim de informação que era preenchido pelas câmaras municipais e onde constava

46 Em cada registo considerou-se titular o indivíduo que apresentou o processo para emigrar, e acompanhante a(s) pessoa(s) que indicou querer levar na sua companhia.

47 ANTUNES, 1970: quadro n.º 6.

48 ANTUNES, 1970: quadro n.º 8.

49 AMVC – *Registo dos processos de emigração*, livros 2813 e 2814.

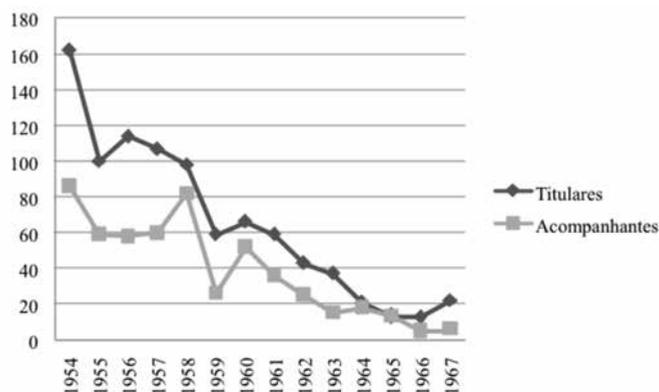
50 PEREIRA, 2009: 51.

a idoneidade política e moral do pretense emigrante, não figuravam na legislação. O que pesava eram os preceitos administrativos definidos pela Junta de Emigração, a “leitura” que esse organismo e, em particular, o seu presidente⁵¹ faziam das leis, bem como a prática diária⁵².

No que concerne aos titulares, 510 eram do género masculino, o que corresponde a 55,7% do movimento; 405 impetrantes eram do sexo oposto, o que equivale a 44,3% da totalidade. Declararam realizar o projeto emigratório sem acompanhantes 659 titulares, o que representa 71,8% da totalidade, os restantes 259 titulares pretendiam viajar na companhia de familiares, o que equivale a 28,2% do fluxo migratório. Em relação ao total dos catorze anos referenciados, a média do número de acompanhantes por titular é de 2,08, mas o quantitativo de familiares indicado pelo impetrante para o acompanhar oscilou entre um e nove. Na maior parte dos casos, restringia-se a companhia a um ou dois filhos; noutros, apenas à esposa, e em algumas situações, acontecia a partida conjunta de famílias numerosas, constituídas por esposa e filhos e mesmo por outros parentes. A título ilustrativo, refere-se os dois emigrantes que levaram na sua companhia as maiores proles: José de Azevedo Correia pretendia embarcar no porto de Leixões com destino a Niterói no Brasil, com a sua esposa, Maria do Carmo Gomes Correia, e os seus oito filhos: Alzira, António, Arminda, Carlos, Henrique, Horácio, Leonor e Maria Vitória⁵³; Jaime dos Santos Maia queria partir do porto de Lisboa para o Recife com a esposa, Albina Ferreira Ramos Maia, e os seus nove filhos: António Joaquim, José Constantino, Manuel Fernando, Luís Martinho, Maria da Conceição, Maria de Fátima, Maria Natália, Maria da Pureza e Maria Teresa Ferreira Maia⁵⁴.

Tratou-se, por conseguinte, de uma emigração predominantemente individual, mas participada em termos quase equitativos por homens e mulheres. É de salientar que, relativamente à segunda metade do século XIX e início do seguinte, a corrente migratória do concelho de Vila do Conde para o Brasil revelava já um aumento significativo da participação feminina⁵⁵. Deduz-se que as titulares femininas a viajarem sós ou na companhia dos filhos, pretendiam juntar-se ao marido que cruzou o oceano alguns anos antes e que encarava o regresso definitivo à terra natal como uma opção cada vez menos atrativa.

Gráfico n.º 3 – Evolução anual da emigração do concelho de Vila do Conde para o Brasil (1954-1967)



Fonte: AMVC – *Registo de processos de emigração*, livros 2813 e 2814.

51 De 1949 a 1968, o presidente da Junta de Emigração foi António Manuel Batista que encarava a gestão da emigração com um problema de soberania e que tinha como uma das suas prioridades agradar aos notáveis locais (PEREIRA, 2009: 54).

52 PEREIRA, 2009: 51.

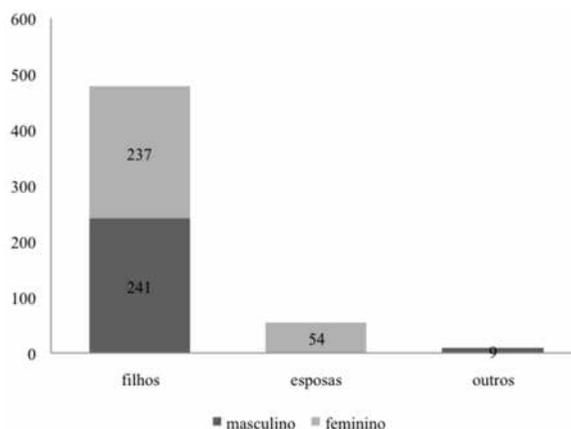
53 AMVC – *Registo dos processos de emigração*, livro 2813, 27 de maio de 1958.

54 AMVC – *Registo dos processos de emigração*, livro 2813, 30 de janeiro de 1960.

55 Entre 1865 e 1913 o número de mulheres titulares na emigração para o Brasil cifrou-se em 39 (PILOTO, 2011: 111).

O movimento anual com destino ao Brasil dos naturais do concelho de Vila do Conde, tanto dos titulares como dos acompanhantes, registou algumas flutuações, mas a tendência geral foi de decréscimo (Gráfico n.º 3). A evolução do número de titulares assim como de acompanhantes foi em grande parte similar, ambas as variáveis atingiram a maior grandeza no ano inicial, com 162 titulares e 86 acompanhantes, e apresentam grande aproximação nos anos de 1964 e 1965, com os mínimos em titulares e acompanhantes, respetivamente 21-18 e 14-13. Apesar da similitude tendencial das duas variáveis, registaram-se alguns desfasamentos: entre 1955-1957, enquanto o número de titulares oscilou, o dos acompanhantes manteve-se praticamente estável; no ano de 1958, diminuiu o quantitativo dos titulares mas o de acompanhantes registou um ligeiro acréscimo.

Gráfico n.º 4 – Distribuição dos acompanhantes por grau de parentesco (1954-1967)



Fonte: AMVC – *Registo de processos de emigração*, livros 2813 e 2814.

Todos os acompanhantes presentes no movimento emigratório tinham laços de parentesco com os titulares. O cômputo total de filhos foi de 478 (241 do sexo masculino e 237 do feminino), 54 mulheres acompanharam o respetivo cônjuge, e o grupo “outros” é constituído por nove familiares: irmão, irmã, sogra, três sobrinhas e três netas (Gráfico n.º 4). Em vinte registos as esposas constam como únicas acompanhantes e nos restantes 34 partilham essa qualidade com os filhos.

Comparando o quantitativo de acompanhantes no decurso do século XIX e primeira década do século XX⁵⁶ com o das décadas de 1950 e 1960, o aumento é significativo. A tendência foi, por um lado, o emigrante viajar cada vez mais acompanhado da mulher e filhos e, por outro, a cônjuge fazer a travessia do Atlântico com a sua prole para o reagrupamento familiar no país de acolhimento, em vez de ficar na aldeia natal à espera do regresso do marido.

Sobre o estado civil e idade, quer dos titulares quer dos acompanhantes, o *corpus* documental que alicerça o presente estudo nada adianta. Pelas características do fluxo já mencionadas, afigura-se lícito aventar

⁵⁶ Entre 1865 e 1913 a emigração do concelho de Vila do Conde perspectivada no feminino e no masculino e de cariz individual e coletivo cifrou-se em 3993 emigrantes; o número de acompanhantes presentes no fluxo cingiu-se a 130: 84 do género masculino e 46 do feminino (PILOTO, 2011: 111).

a hipótese de que o êxodo foi partilhado por casados e solteiros em termos quantitativos próximos, já que para uma parte expressiva o processo emigratório representava a reunificação familiar. O nível etário predominante dos titulares oscilava entre 20 e 40 anos. Já a maioria dos acompanhantes seria de menoridade, crianças que acompanhavam ambos ou, na maior parte das vezes, um dos progenitores.

Figura n.º 1 – Dispersão geográfica da naturalidade/residência dos vilacondenses



LEGENDA:
 --- limite das freguesias
 — Rio Ave / Este
 Linha do Caminho de Ferro

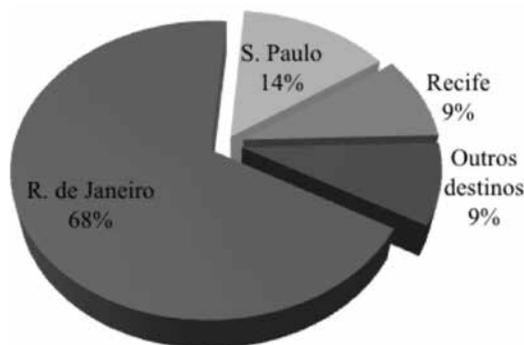
Fonte: AMVC – *Registo de processos de emigração*, livros 2813 e 2814.

Recorda-se que o impetrante tinha de apresentar o pedido de licença para emigrar no concelho da sua naturalidade ou residência, pelo que todos os indivíduos envolvidos no fluxo eram vilacondenses, ou por nascimento ou por residência. Talvez devido a este imperativo da lei, esta variável foi negligenciada no registo durante metade do período em análise, daí a pouca expressividade dos números que se apresenta no mapa, correspondendo apenas a 200 registos na totalidade. Só a partir de 1961 passou a constar na documentação de forma contínua e sistemática a alusão à freguesia e ao lugar do pretense emigrante. Ponderado este óbice, faz-se o reconhecimento possível da naturalidade e/ou morada dos pretensos emigrantes. Consta-se que se dispersavam geograficamente por 28 das trinta freguesias que compõem o concelho, embora distribuídos de forma muito diversa, como pode ser observado no mapa com as cifras por freguesia. Apenas duas pequenas

povoações vizinhas na parte norte do concelho, Parada e Ferreiró, ficaram excluídas no registo migratório para o Brasil⁵⁷.

A sede do concelho, a multissecular freguesia de S. João Batista, como é perfeitamente compreensível, alcançou o valor mais elevado, 37 casos. O enfoque vai de seguida para cinco freguesias contíguas, situadas junto à orla marítima, a sul do Ave: Vila Chã com 23 casos, Árvore e Vilar com 15, Mindelo com 14 e Labruge com 11. As restantes localidades registaram um movimento inferior à dezena, confinando-se as freguesias de Malta e de Retorta a um único caso, que se menciona a título ilustrativo. A 28 de dezembro de 1961, Fernando Ramos da Silva, morador no lugar do Casal da freguesia de Retorta, apresentou processo para emigrar com destino a Salvador na Baía, mas o seu pedido foi indeferido; em 23 de junho de 1962, Maria Irene Moreira da Costa, natural do lugar do Souto, da freguesia de Malta, impetrou licença para embarcar em Lisboa, com destino ao município de Divinópolis, no estado de Minas Gerais⁵⁸.

Gráfico n.º 5 – Distribuição dos emigrantes vilacondenses por destino no Brasil (1954-1967)



Fonte: AMVC – *Registo de processos de emigração*, livros 2813 e 2814.

Em todos os registos do processo de emigração consta a variável relativa ao local de destino. Variadas localidades disseminadas por todo o território brasileiro, desde Belém do Pará, a norte, a Pelotas, no sul, e desde Manaus, no interior, a Florianópolis, no litoral, mereceram a preferência dos pretensos emigrantes, embora os grandes estados já tradicionalmente com muito peso na emigração portuguesa tivessem exercido maior sedução sobre os naturais do concelho. Em primeiro lugar situa-se a grande metrópole do Rio de Janeiro, com 622 registos, o que corresponde a 68% da cota global; na segunda posição surge S. Paulo, com 129 assentos, o que equivale a 14% da totalidade; a cidade do Recife, com 83 averbamentos rastreados, coloca-se no terceiro patamar, representando 9% do êxodo; e com a mesma percentagem está um conjunto de quinze localidades, indo o destaque para a Baía com 27 registos, oscilando os valores das restantes entre a unidade e a dezena.

Na década de 50 e 60 do século XX, o Rio de Janeiro continuou, à semelhança do que se passou no século anterior⁵⁹, a ser o destino por excelência dos vilacondenses. As razões para a forte atração pelo Brasil e pelo

57 É de crer, no entanto, que à semelhança do que ocorreu entre 1865 e 1913, as trinta freguesias do concelho participaram no fluxo para o Brasil, mas a omissão no registo desta variável em parte do período explica o facto de nas duas freguesias não figurar qualquer emigrante.

58 AMVC – *Registo dos Processos de Emigração*, livro 2813.

59 Entre 1865 e 1913, o Rio de Janeiro foi indicado como ponto de desembarque por 1059 vilacondenses, o que correspondia a 27,3% da cota global, só superado pelo destino impreciso “Brasil” que absorveu 45,5% do fluxo (PILOTO, 2011: 137).

estado carioca, em particular, são múltiplas e resultaram da conjugação de vários fatores. Em toda a década de 1950, o PIB no Brasil foi quase três vezes maior do que nos restantes países da América Latina e, de 1957 a 1961 cresceu a uma taxa anual de 7%. Foram anos de estabilidade política e de otimismo na economia, com investimentos públicos nas vias de comunicação, transportes, energia, indústria e no setor financeiro, tendo como contraponto uma inflação galopante⁶⁰. O Rio de Janeiro beneficiou também de progressos assinaláveis e, embora deixasse de ser a sede do governo e capital do país em 1960⁶¹, continuava a ser a urbe onde os portugueses eram mais numerosos⁶² podendo por isso contar com a ajuda de familiares, amigos e conhecidos, para além do precioso apoio de numerosas associações, muitas das quais de auxílio mútuo que proporcionavam aos emigrantes assistência médica, odontológica, jurídica, pensões, etc.⁶³. O estado de S. Paulo posicionou-se no segundo lugar das preferências dos emigrantes do concelho e tal facto estará relacionado com as maiores oportunidades de emprego. Nesta época as grandes multinacionais do ramo automóvel instalaram-se no ABC paulista, dando origem à concentração de operários em proporções inéditas no país⁶⁴. Quanto à atração pelo Recife, desde o século XIX, que se estabeleceu no estado de Pernambuco uma colónia vilacondense muito ativa que alcançou avultado sucesso no mundo dos negócios e funcionou como estrutura de apoio à vinda de outros patrícios. Os vilacondenses a residir no Recife têm mantido no transcurso do tempo uma relação muito estreita com a terra natal, auxiliando as mais variadas iniciativas.

No ano de 1955, o mesário da Santa Casa de Vila do Conde, Carlos da Costa Maia, de visita aos seus familiares no Recife, aproveitou para promover uma subscrição a favor das obras do hospital de Vila do Conde, conseguindo angariar 102 mil cruzeiros. A encabeçar a lista com o donativo de 10000 cruzeiros estava Januário José de Almeida⁶⁵, natural da freguesia de Árvore, que emigrou no ano de 1892, com apenas 13 anos de idade, para o Recife, onde se alcançou aos lugares cimeiros nos meios comerciais e sociais. Na terra natal, entre outros atos de filantropia, mandou edificar uma igreja de invocação a Nossa Senhora de Fátima, inaugurada no ano de 1959, que foi considerada a mais avultada realização das últimas décadas levada a cabo por iniciativa de um *brasileiro*⁶⁶. No país de acolhimento dispensou particular apoio ao Gabinete Português de Leitura e ao Real Hospital Português no Recife, instituição que permanece como uma das maiores obras que a diáspora portuguesa fundou e mantém em todo o mundo⁶⁷. O espírito solidário dos emigrantes do concelho de Vila do Conde a essa instituição tem-se mantido ao longo dos mais de 150 anos de existência, no momento presente o Provedor do Real Hospital é o nosso conterrâneo Alberto Ferreira da Costa.

O setor das comunicações e transportes registou mudanças profundas a partir da segunda metade do século XIX, contribuindo para diminuir a distância-tempo e a distância-custo. Aos incómodos e lentos veleiros sucederam os grandes navios transatlânticos e, posteriormente, o avião que permite chegar rapidamente a qualquer ponto do globo.

Aquando do preenchimento do Boletim de Informação, 629 postulantes à emigração indicaram pretender realizar a viagem para o Brasil a partir da cidade de Lisboa, 244 por Leixões, e em 45 registos não consta essa variável.

60 FAUSTO, 2008: 427.

61 A 21 de abril de 1960, o presidente da República do Brasil, Juscelino Kubitschek, inaugurou solenemente Brasília como a nova capital do país (FAUSTO, 2008: 430).

62 O censo brasileiro de 1950 ao registar 196000 portugueses na cidade do Rio de Janeiro, catapultou-a para o lugar de terceira maior cidade portuguesa no mundo (LESSA, 2002: 17).

63 FONSECA, 2007: 417-436.

64 FAUSTO, 2008: 428.

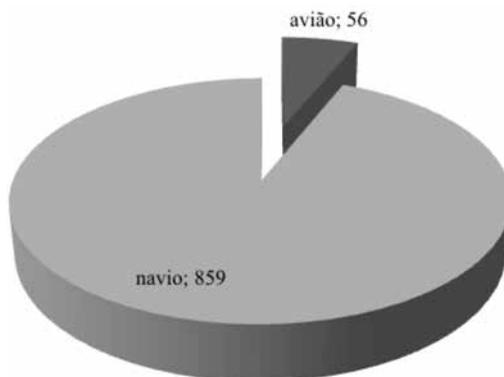
65 *Renovação*. Vila do Conde, 30 jul. 1955.

66 PILOTO, 2011: 304.

67 Foi presidente do Gabinete Português de Leitura e exerceu por várias vezes os cargos de provedor e de tesoureiro do Real Hospital. Pelos relevantes serviços prestados, foi agraciado pelo governo de Portugal com a comenda da Ordem de Cristo (*Comércio do Porto*, 11 abr. 1949).

A pretensão maioritária de embarque na capital, estaria possivelmente relacionada com o facto de aí terem acesso a carreiras de navios mais frequentes, mais cómodos e baratos. Os melhoramentos tecnológicos incorporados nos navios, tornando-os cada vez maiores e mais potentes, permitiam transportar rapidamente grande número de passageiros; a viagem Lisboa–Rio de Janeiro passou a ser feita em cerca de dez dias. A posição secundária do porto de Leixões no panorama nacional, como ponto de partida para o Brasil, evidenciava-se por ser a opção apontada por apenas 244 emigrantes.

Gráfico n.º 6 – Meios de transporte (1954-1967)



Fonte: AMVC – *Registo de processos de emigração*, livros 2813 e 2814.

A via marítima teve a preferência da maioria dos emigrantes, com efeito, 859 indivíduos pretendiam utilizar o navio, e apenas 56 emigrantes optaram pela via aérea. O progresso nos transportes começou por beneficiar os passageiros de 1.ª e 2.ª classe, alargando-se depois aos de 3.ª categoria. Para usufruírem de melhores condições durante a travessia do Atlântico dois vilacondenses optaram por viajar na 1.ª classe do navio: Maria Natália Machado de Sousa e Pacheco Neves, com destino a Salvador da Baía, e Joaquim de Amorim Brito, para o Rio de Janeiro⁶⁸. Por sua vez, indicaram ter intenção de viajar em 2.ª classe os seguintes emigrantes: Guiomar Gomes dos Santos, para o Rio de Janeiro⁶⁹; Eunice de Sá Pestana; José Maria Gomes de Oliveira; António Lopes Fernandes; Maria de Lurdes Gonçalves de Oliveira; e Carlos Maia Ramos, os cinco com destino ao Recife⁷⁰. As restantes pessoas que fizeram o percurso por mar viajaram em 3.ª classe devido a contingências económico-financeiras, certamente.

A partir do ano de 1958 a via marítima passou a ter a concorrência da aérea nas preferências dos vilacondenses. Os emigrantes que escolheram viajar de avião partiram todos do aeroporto da Portela, em Lisboa, e eram, sobretudo, homens a viajarem sós. A maioria tinha como destino o Rio de Janeiro, seguindo-se por ordem decrescente o Recife, Baía, Maranhão e S. Paulo. A via aérea, apesar de mais rápida e cómoda, tinha a desvantagem de ser mais cara e por isso só acessível aos mais abastados. Entre outros emigrantes, teriam

68 AMVC – *Registo de processos de emigração*, livro 2813, 29 de março e 10 de agosto de 1956, respetivamente.

69 AMVC – *Registo de processos de emigração*, livro 2813, 9 de janeiro de 1954.

70 AMVC – *Registo de processos de emigração*, livro 2813, 8 de fevereiro de 1954, 18 de abril de 1955, 29 de dezembro de 1956 e 11 de março de 1957, respetivamente.

preferido a via aérea os homens de negócio naturais do concelho, mas já há muito radicados no Brasil, e os filhos dos grandes lavradores locais, como foi o caso de António Porto Maia, oriundo de uma das maiores casas de lavoura do concelho, natural da freguesia de Tougues, que partiu do aeroporto de Lisboa para o Recife, levando na sua companhia o seu filho, Marcelino Castro Porto Maia⁷¹.

Em média, entre o registo do processo e a data indicada para a partida decorriam cerca de dois meses e, logo que o emigrante recebia a licença de emigração, tinha de caucionar com a maior brevidade possível a passagem na companhia ou agência de navegação selecionada, por meio de cheque, vale do correio ou outro meio compatível de pagamento⁷².

Conclusão

Nas décadas de 50 e 60 de Novecentos, o movimento emigratório do concelho de Vila do Conde para o Brasil, à semelhança do que ocorreu a nível nacional, foi esmorecendo paulatinamente, sendo em grande parte substituído pelo destino intraeuropeu. A evolução quantitativa do fenómeno migratório local e as características de que se revestiu, coadunam-se com os resultados apurados a nível nacional, o que sugere que o fenómeno migratório concelhio se inseria num contexto mais vasto, no distrital e no nacional.

O relacionamento luso-brasileiro no período em referência, pautou-se por uma harmonização política e diplomática que se consubstanciou no Acordo de Amizade assinado em 1953, que instituiu um tratamento de deferência para com os cidadãos dos dois países irmãos e garantia o apoio do Brasil à política colonialista do Estado Novo. Algumas divergências se fizeram sentir, no entanto, relacionadas com a Política Externa Independente do Brasil (1961-1964), com o Acordo Internacional de Café, e com pedido de asilo político de Humberto Delgado na embaixada do Brasil em Lisboa, mas nunca houve rutura, o Estado Novo sempre pode contar com o apoio do país irmão.

A política emigratória do Estado Novo era legalmente restritiva mas em tensão e articulação permanente. Na verdade, o Governo não estava interessado em estancar a emigração porque tinha consciência de que ela funcionava como válvula de escape às debilidades económicas e aos conflitos sociais do país, contribuindo por conseguinte para a permanência do sistema.

A Junta de Emigração estabelecida em 1947 endossou às câmaras municipais a organização do processo burocrático do emigrante, dando origem aos registos de processos de emigração. Tendo como fonte principal os processos de emigração lavrados na municipalidade de Vila do Conde entre 1954 e 1967, procedeu-se, inicialmente, à inventariação dos emigrantes titulares para os vários países dispersos pelo mundo e, de seguida, procurou-se aceder à configuração multifacetada do fluxo migratório legal para o Brasil. A tendência geral do movimento para terras brasileiras foi de decréscimo contínuo, mas ao contrário, assistiu-se a um forte incremento para outros destinos, principalmente para França. No conjunto do período em análise, a França absorveu 52,2% dos emigrantes titulares vilacondenses, seguindo-se o Brasil com 30,1%. A emigração vilacondense legal para o Brasil atingiu os 3093 indivíduos, incluindo-se neste número os titulares e acompanhantes, o que equivale a quase 3,5% da corrente emigratória oficial do distrito do Porto, entre 1950 e 1969.

Tratou-se de um movimento quase equitativo entre homens e mulheres, que se propunham, na sua maioria, concretizar o projeto emigratório individualmente. Apenas 256 titulares declararam levar na sua companhia membros da sua família, especialmente os seus próprios filhos. Quando as mulheres viajavam individualmente como titulares, ou na companhia da sua prole, a reunificação familiar parece ter sido o principal objetivo. Os

71 AMVC – *Registo de processos de emigração*, livro 2813, 7 de maio de 1965.

72 Circular n.º 32/51 S.E., de 6 de setembro de 1951.

titulares que apresentaram processo de emigração disseminavam-se por quase todo o perímetro geográfico concelhio e só a negligência no registo sistemático desta variável impossibilita uma visão mais expressiva da naturalidade ou residência dos postulantes à emigração. Os emigrantes para o Brasil foram atraídos, fundamentalmente, pelas cidades do Rio de Janeiro, S. Paulo e Recife, onde podiam contar com o apoio de particulares e de instituições de solidariedade. A maior parte fez a travessia do Atlântico de navio a partir da capital do país. Alguns mais endinheirados viajaram na 1.^a e 2.^a classe dos paquetes, e mais de meia centena efetuou a viagem para o Brasil de avião.

Fontes

Arquivo Municipal de Vila do Conde (AMVC) – *Registo de processos de emigração*, livros 2813 e 2814 (1954-1968).

Arquivo dos Condes de Azevedo (ACV) – *Documentos avulsos*.

Boletim Anual (BJNE). Lisboa: Junta Nacional de Emigração (vários anos).

Censo no 1.º de Janeiro de 1960. Lisboa: Imprensa Nacional.

Censo no 1.º de Janeiro de 1970. Lisboa: Imprensa Nacional.

Comércio do Porto. Porto, 11 de abril de 1949.

Renovação. Vila do Conde, 30 de julho de 1949.

Bibliografia

ALMEIDA, Carlos C., 1973 – “Sobre a problemática da emigração portuguesa: notas para um projeto de investigação interdisciplinar”. *Análise Social*. Lisboa, n.º 40, p. 778-789.

ANTUNES, M. L. Marinho, 1970 – “Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários”. *Análise Social*. Lisboa, números 30-31, p. 299-385.

BAGANHA, Maria Ioannis, 2001 – “Historiografia da emigração portuguesa para o Brasil: algumas notas sobre o seu passado, o seu presente e o seu futuro” in ARRUDA, José Jobson; FONSECA, Luís Adão (org.) – *Brasil-Portugal: História, agenda para o milénio*. Bauru: EDUSC, p. 15-28.

BARBOSA, António J., 2002 – “O Parlamento e a política externa. As relações Brasil-Portugal”. *Lusíada*. Porto: Universidade Lusíada do Porto, n.º 3, p. 61-65.

BARRETO, António; ALMEIDA, Carlos, 1974 – *Capitalismo e Emigração em Portugal*. Lisboa: Pelo Editora.

CASTRO, Celeste, 2011 – “Estado português repressivo ou paternalista? Uma visão da emigração portuguesa através das Circulares do Governo (1948-1974)” in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Isménia; MENEZES, Lená Medeiros de *et al* (coord.) – *Um Passaporte para a Terra Prometida*. Porto: Fronteira do Caos Editores/CEPESE, p. 169-184.

FAUSTO, Boris, 2008 – *História do Brasil*, 13.ª ed. São Paulo: EDUSP.

FONSECA, Vítor Manuel Marques da, 2007 – “Monumentos à imigração: as sedes das associações portuguesas no Rio de Janeiro, em inícios do séc. XX” in MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando de (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 417-436.

GONÇALVES, Williams da Silva, 2003 – *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal. Do Trado de Amizade ao caso Delgado*. Lisboa: ICS.

GONÇALVES, Williams da Silva, 2010 – “As relações luso-brasileiras nos anos de 1950” in SOUSA, Fernando de; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (coord.) – *As relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: Fronteira do Caos Editores/CEPESE. p. 99-120.

KLEIN, Herbert, 1993 – “Imigrantes pobres no Brasil”. *Análise Social*. Lisboa, vol. XXVIII, n.º 121, p. 11-14.

LEITE, J. Costa, 1996 – “Os negócios da emigração (1870-1914)”. *Análise Social*. Lisboa, números 136-137.

LOBO, Maria Eulália Lahmeyer, 2001 – *Migração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec.

MOREIRA, Adriano, 2002 – “A relação privilegiada Portugal-Brasil”. *Lusíada*. Porto: Universidade Lusíada do Porto, n.º 3, p. 19-29.

NAZARETH, J. Manuel, 1985 – “A demografia portuguesa no século XX: principais linhas de evolução e transformação”. *Análise Social*. Lisboa, vol. XXI, números 87, 88 e 89, p. 963-980.

PATRIARCA, Fátima, 2004 – “Estado Social: a caixa de Pandora” in ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) – *A Transição falhada*. Lisboa: Editorial de Notícias.

PEREIRA, Miriam Halpern, 2007 – “A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano” in MARTINS, Isménia de Lima; SOUSA, Fernando de (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 41-50.

PEREIRA, Vítor, 2009 – “Ineficiência, fragilização e duplicidade. O velho Estado Novo perante a emigração para França (1960-1968)”. *Ler História*. Lisboa, n.º 56, p. 45-68.

PILOTO, Adelina, 2011 – *O Concelho de Vila do Conde e o Brasil – Emigração e Retorno (1865-1913)*. Porto (Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

RIBEIRO, Francisco Cassola, 1986 – *Emigração portuguesa. Aspetos relevantes relativos às políticas adotadas no domínio da emigração portuguesa desde a última guerra mundial. Contribuição para o seu estudo*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1992 – *O fenómeno da emigração em Portugal*. Lisboa: Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 2001 – *As políticas portuguesas para a emigração*. Lisboa: Janus.

ROSAS, Fernando, 1994a – “Portugal depois da Guerra: Estado Velho, Mundo Novo (1950-74)” in MATTOSO, José (dir.) – *História*

de Portugal: O Estado Novo. Lisboa: Editorial Estampa, vol. 7, p. 419-495.

ROSAS, Fernando, 1994b – “A Lenta Agonia do Salazarismo” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: O Estado Novo*. Lisboa: Editorial Estampa, vol.7, p. 497 e 503-542.

SERRÃO, Joel, 1985 – “Notas sobre a emigração e mudança social no Portugal Contemporâneo”. *Análise Social*. Lisboa, números 87-89, p. 995-1004.

SOUSA, Alfredo, 1995 – “Os anos 60 da nossa economia”. *Análise Social*. Lisboa, n.º 133, p. 613-630.

Évora, 1964: contributos para a história da institucionalização da Sociologia em Portugal

Augusto da Silva

Rosalina Costa

1. O desenvolvimento da Sociologia em Portugal: breve apontamento histórico

No momento em que nos aproximamos da comemoração dos cinquenta anos de Sociologia em Évora, retomamos neste texto alguns contributos para a história da institucionalização da Sociologia em Portugal¹. É verdade que desde a década de 60 do século XIX os portugueses se tinham interessado por esta disciplina criada em França por Auguste Comte (1798-1857) com o objetivo de estudar as leis fundamentais próprias dos fenómenos sociais, em ordem à reorganização da sociedade então desestruturada pela Revolução (*Plan des travaux scientifiques nécessaires pour réorganiser la société*, 1822). Teríamos todavia de esperar até 1964 para ver surgir, precisamente em Évora, uma pequena cidade a sul de Portugal e longe dos centros universitários de então, o primeiro curso autónomo de Sociologia em Portugal.

A receção da Sociologia em Portugal foi contrastada e acidentada mas a sua difusão e influência decisivamente assegurada pelo magistério de Teófilo Braga, professor na Universidade de Coimbra. Manuel Braga da Cruz, em extenso e aprofundado estudo que intitulou *Para a História da Sociologia em Portugal*², realça os méritos da sociologia comtiana na renovação pedagógica do ensino jurídico e no desenvolvimento do pensamento socialista republicano em Portugal. Estabelece quatro fases ou tempos que caracteriza desde a entrada na Universidade portuguesa até à sua autonomização em curso de licenciatura, sensivelmente entre 1860 e os finais da década de 60 e começos da de 70 do século XX. Denomina tais períodos de: *sociologia positivista* (1860-1910); *sociologia experimental* (1910 à segunda guerra mundial); *sociologia colonial* (interesse pelo Terceiro Mundo, formação de quadros da administração ultramarina na Escola Superior Colonial de Lisboa, aparecimento do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina); *sociologia do desenvolvimento e do trabalho* (início da década de 60, criação do Instituto de Estudos Sociais em Lisboa, criação do Instituto Superior Económico e Social em Évora, lançamento e afirmação da revista *Análise Social*).

1 Este artigo foi escrito em junho de 2010, no momento em que o Professor Augusto da Silva (professor catedrático jubilado) deixou a colaboração científica regular que até então mantinha com a Universidade de Évora. Uma versão mais alargada deste texto foi entretanto publicada em língua inglesa na revista *Sociological Origins – A Journal of Research, Documentation and Critique* (vol. 8, n.º 1, p. 39-53) com o título “The Sociology Course in Évora, 1964: Novelty, Establishment and Founding Elements of the First Sociology Degree Course in Portugal” (SILVA e COSTA, 2012). A adaptação para língua portuguesa surge no contexto em que nos aproximamos da comemoração dos cinquenta anos de Sociologia em Évora (1964-2014) e tem por objetivo contribuir não só para uma maior e melhor compreensão das origens e institucionalização da Sociologia em Portugal, mas também para o aprofundamento da história, documentação e estudo da investigação sociológica e sua contextualização na sociedade portuguesa.

2 CRUZ, 1983: 4 e ss.

A Sociologia começa por entrar na universidade portuguesa como complementar ou integrativa da formação jurídica. Aquando da reforma do curso jurídico da Universidade de Coimbra em 1901, a sociologia foi contemplada com uma cadeira designada “Sociologia Geral e Filosofia do Direito” e com outra denominada “Sociologia Criminal e Direito Penal” que logo foram suprimidas em 1911 com a extinção da Faculdade de Teologia. Apesar disso, o “olhar sociológico” persistiu na mente dos académicos portugueses que importaram conceitos e métodos, sobretudo de França, e que, na esteira de Le Play, aplicaram ao estudo das condições de desfavor em que viviam os trabalhadores portugueses.

No ensino superior português, concretamente nas três universidades portuguesas (Coimbra, Lisboa e Porto), continuou a não haver lugar para a Sociologia. Esta situação verificou-se até 1955, ano em que o ministro Francisco Leite Pinto lhe facultou a entrada, primeiro no Instituto Superior de Agronomia sob a designação de “História da Agricultura. Sociologia Rural” e, em seguida, no Instituto Superior Técnico e Faculdade de Ciências, com o título de “Sociologia Geral”. Em 1956, entrou na Escola Superior de Medicina Veterinária; em 1957, no curso de Arquitetura; e em 1959, nos cursos da Academia Militar. Já no decurso dos anos 60 (fevereiro de 1962), no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos foram introduzidas cadeiras do domínio das Ciências Sociais (metodologia das ciências sociais, antropologia cultural e sociologia da informação) e o mesmo Instituto, a partir de fevereiro de 1962, passou a chamar-se Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. Ainda em outubro desse mesmo ano foi criado o Instituto de Estudos Sociais no âmbito do Ministério das Corporações e Previdência Social que iniciou as suas atividades letivas em 1963-1964. Dois anos depois, em Évora e por iniciativa particular (nomeadamente dos Jesuítas e do Conde de Vill’Alva, engenheiro Vasco Maria Eugénio de Almeida) é fundado o ISESE (Instituto Superior Económico e Social de Évora), de que fazia parte um curso que pela primeira vez, em Portugal, seria designado de “Sociologia”. Em 1972, o professor Veiga Simão cria a Faculdade de Economia de Coimbra e o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e as licenciaturas em Ciências do Trabalho e Ciências Sociais, estando em todas elas representada a Sociologia. O que não se criava ainda por então, a nível oficial, era uma licenciatura em Sociologia propriamente dita, continuando por isso a do Instituto Superior Económico e Social de Évora a ser a única.

No pós-revolução de 1974, ao ser-lhe reconhecida pelo I Governo Provisório a autonomia pedagógica, o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa rapidamente converteu a sua licenciatura em Ciências do Trabalho em licenciatura em Sociologia. Em 1978, era criada na Universidade Nova de Lisboa outra licenciatura em Sociologia (decreto-Regulamentar n.º 1/78) e, em 1984, também no Porto, ao mesmo tempo que se multiplicavam os cursos de Antropologia, Comunicação Social, História e Ciências Sociais (estes últimos para o ensino). A oferta de cursos em Ciências Sociais proliferou de tal forma que o então ministério da Educação e Cultura sentiu a necessidade de os disciplinar, o que fez através da Portaria n.º 663/79 de 10 de dezembro, tendo nomeado, para o efeito, um grupo de trabalho. Nela se reconhecia a existência, em Portugal, de quatro licenciaturas em Sociologia (na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, na Universidade do Minho, no Instituto Universitário de Évora e no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), além de outras em ciências afins (Antropologia, Comunicação Social, História e Ciências Sociais, Relações Internacionais) em que a Sociologia assumia uma função integrativa, complementar ou de simples formação geral e, finalmente, assumia uma função de especialização (formar sociólogos). A referida portaria estabelecia para todos esses cursos uma base comum constituída por seis disciplinas ministradas nos dois primeiros anos e um ciclo de formação específica lecionado na seqüência do ciclo de base em mais quatro ou cinco semestres. Posteriormente a esta regulamentação foram criadas novas licenciaturas em Ciências Sociais e outras em Sociologia, consolidando-se gradualmente a oferta formativa nesta área do saber em Portugal.

Desde o momento da fundação do curso de Sociologia em Évora até ao presente é possível distinguir quatro fases principais: a primeira de iniciativa privada (1964-1974); uma segunda fase a que chamaremos revolucionária, de desestruturação e estruturação (1975-1978); uma terceira fase de consolidação e aperfeiçoamento (1979-1994); e, finalmente, desde 1995 uma fase de reestruturação e integração na perspetiva de Bolonha.

Especificamente, este artigo centra-se sobre a primeira fase enunciada e tem como principal objetivo apresentar o curso de Sociologia em Évora (1964), à data pioneiro em Portugal³. A novidade deste projeto, as circunstâncias da sua concretização, bem como os elementos fundadores (estrutura do curso, gabinete de investigação, biblioteca e revista científica) são os aspetos centrais que estruturam a nossa narrativa. Ao dar voz a um dos atores diretamente implicados no processo, é nossa intenção contribuir para uma perspetiva mais compreensiva das atividades e desenvolvimentos associados à consolidação da Sociologia em Portugal. Por último, este texto pretende também contribuir não apenas para um maior conhecimento das origens da Sociologia em Portugal, mas também para a história, documentação e desenvolvimento da pesquisa sociológica como um todo.

2. Fundação: o curso de Sociologia em Évora

É precisamente nos anos 60 que é criado em Évora e entra em funcionamento, em outubro de 1964, o Instituto de Estudos Superiores (que mais tarde se passou a chamar Instituto Superior Económico e Social), de iniciativa particular e em que pela primeira vez se ministrava em Portugal um curso de Sociologia⁴. O seu início corresponde a uma fase em que esta disciplina se tinha desprendido de um carácter dedutivo e doutrinário inicial e progressivamente ia assumindo características científicas e técnicas.

Os jesuítas sempre tinham sonhado com a reabertura da sua antiga Universidade em Évora (1559-1759); mas, realisticamente, sabiam que, nem da parte do Estado, nem mesmo da Igreja, havia disposições que tal permitissem. Daí o terem concluído que, nos tempos históricos que se viviam, um Instituto de Estudos Superiores no domínio do Social, sem ferir suscetibilidades nem suscitar obstáculos intransponíveis, embora em forma diversa, responderia ao espírito do projeto que em 1559, fizera surgir a Universidade de Évora. Foi nisso que se empenharam nos princípios dos anos 60. Criaram um Instituto com dois cursos: um de Economia (Direção e Administração de Empresas) e outro de Sociologia (Ciências Sociais), dando início ao que poderíamos designar de 1.ª fase da Sociologia em Évora.

Vivia-se, nos anos 60, um clima de euforia económica relativa em Portugal. Era grande a confiança nas virtualidades do planeamento socioeconómico e acreditava-se que a partir da reforma da empresa se poderiam estabelecer relações mais humanizadas entre as pessoas e os grupos e conseguir, para todos, níveis de vida e de participação cívica condizentes com a dignidade da pessoa humana. Apostava-se, por isso, abertamente, na empresa e no planeamento socioeconómico. Foi num contexto assim que por iniciativa de um grupo de jesuítas formados no estrangeiro⁵, e com financiamento assegurado por uma Fundação da responsabilidade do conde de Vill'Alva, Eng.º Vasco Maria Eugénio de Almeida⁶, foi fundado em Évora o curso de Sociologia.

3 O conhecimento e aprofundamento das restantes fases é certamente da maior importância. Porém, essa é uma tarefa impossível de concretizar – e lamentavelmente, devemos confessá-lo –, no espaço e tempo dedicado à elaboração deste texto.

4 No artigo "Meio século de investigação sociológica em Portugal – uma interpretação empiricamente ilustrada" (2006), Fernando Luís Machado refere-se a uma "polémica histórica", segundo a qual num texto de 1996 "Augusto da Silva reivindica para o Instituto Superior Económico e Social de Évora (ISESE), ali fundado por jesuítas em 1964, a criação, nesse mesmo ano, da primeira licenciatura do país, contestando directamente o pioneirismo geralmente atribuído ao ISCTE" (MACHADO, 2006: 288). Julgamos que tal "polémica" pode ser esbatida com a clarificação de que o curso de Sociologia oferecido, pela primeira vez, em outubro de 1964, em Évora, no Instituto de Estudos Superiores (mais tarde renomeado de Instituto Superior Económico e Social) foi de iniciativa privada, mantendo assim o ISCTE o "pioneirismo", no que diz respeito à licenciatura em Sociologia oferecida por uma universidade pública. Para esse trabalho de clarificação, certamente contribuirá a leitura atenta deste texto, bem como das referências complementares para que remete.

5 Grupo de jesuítas que iniciaram a atividade letiva e que tinham tido formação no estrangeiro (Espanha, Itália, Bélgica, EUA, França, etc.) e outros que se estavam a formar em ordem à instalação progressiva do curso de Sociologia. O primeiro diretor do Instituto Superior Económico e Social foi Lúcio Craveiro da Silva a quem o Estado concedeu o diploma necessário para esse efeito. Este fez-se acompanhar de uma pequena equipa de jesuítas e leigos enquanto outros se estavam a especializar em Portugal e no estrangeiro.

6 O conde de Vill'Alva era possuidor de uma ampla fortuna em bens fundiários e urbanos e, como não tinha descendência direta, decidiu instituir uma fundação – a Fundação Eugénio de Almeida – em benefício das populações da região de Évora, visando "a elevação do espírito de caridade cristã,

3. Elementos estruturantes

A novidade deste curso pode ser compreendida numa dupla perspetiva. Por um lado, falamos de novidade na medida em que Évora foi o palco do primeiro curso de Sociologia em Portugal, ainda que de iniciativa privada, como vimos. Por outro lado, a novidade pode também ser vista enquanto resultado da conjugação de quatro elementos estruturantes que contribuem para dar sentido a esta adjetivação, nomeadamente, a estrutura do curso, o gabinete de investigação, uma biblioteca especializada e ainda uma revista científica fundada na altura. Nas próximas páginas apresentaremos de modo breve cada um destes elementos.

a) Estrutura do curso

Na estruturação deste curso não se pôde contar com pontos de referência nacionais pois, como dissemos, estes não existiam. Recorreu-se, por isso, a exemplos da Bélgica, Itália, França e também dos Estados Unidos da América.

De grande importância foi o Relatório de Bie (Pierre) sobre o ensino da sociologia e das ciências sociais, elaborado por incumbência da UNESCO (1954) com o título: *Les Sciences Sociales dans l'enseignement supérieur: Sociologie, Psychologie sociale et Anthropologie culturelle*. Dele se retiraram as recomendações relativas ao ensino da sociologia como etapa preliminar de “uma formação especializada”.

Apesar disso, não foi possível evitar alguns dos inconvenientes mencionados no referido Relatório, nomeadamente, o de um certo sufocamento da Sociologia por outras disciplinas afins: Direito, História e mesmo Economia. Esse facto, que se torna por demais evidente, a quem examina hoje o *currículum*⁷, ficou, em parte, a dever-se a uma consciente busca de interdisciplinaridade e, por outro lado, também à incerteza da reacção do futuro mercado de trabalho. É que, em Portugal, a sociologia era inteiramente desconhecida na sua vertente profissionalizante. Não se poderia por isso esperar, por parte dos portugueses, uma atitude muito diferente daquela que, já nos meados dos anos sessenta, Henri Mendras põe na boca dos franceses:

Parmi les chercheurs, le sociologue a un rôle particulièrement mal défini. S'il dit: 'je suis sociologue', dans les trois-quarts des cas on lui répondra: 'qu'est-ce que c'est?', ou encore 'je savais que cela existait, mais je ne savais pas que c'était une profession!'. C'est-à-dire, en termes d'analyse des rôles: 'je savais qu'on pouvait s'occuper de sociologie, mais je ne savais pas que c'était un rôle social défini', car dans notre société un rôle professionnel est avant tout un rôle qui permet d'avoir un salaire: or la plupart des gens n'imaginent pas comment on peut gagner sa vie en étant sociologue⁸.

Outra condicionante da estruturação do novo curso foi o grande prestígio de que ao tempo gozavam os métodos quantitativos a que se juntava o empenho da Sociologia em se distinguir da Filosofia e das Doutrinas Sociais (e, em particular, nalguns casos da Doutrina Social Católica). Daí a importância dada a disciplinas “instrumentais”: Métodos, Estatística, Demografia.

Quanto à influência da condicionante “potencial mercado de trabalho”, é ela bem visível na introdução de múltiplas disciplinas da área do Direito: “Direito Civil”, “Direito Constitucional Comparado”, “Direito Comercial”, “Direito Corporativo”, “Previdência Social”, “Legislação Internacional do Trabalho”, “Organismos e Relações Internacionais”, “Legislação do Trabalho” e outras disciplinas ligadas com o mundo do trabalho, em especial com

do nível religioso, cultural e técnico da região de Évora, de harmonia com os princípios tradicionais do país” (Estatutos da FEA, artigo 3.). Em começo da execução dos fins estatutários da Fundação era explicitado, entre outros, no artigo 4.º c) o de “auxiliar a criação e manutenção de um instituto de estudos superiores, orientado pela Companhia de Jesus, de acordo com as tradições universitárias da cidade de Évora”.

⁷ Cf. Quadro n.º 1.

⁸ MENDRAS, 1967: 90.

Quadro n.º 1 – Plano curricular do curso de Sociologia (Évora, 1964)

Ano	Matérias
1.º Ano	Economia I Elementos de Direito Civil Direito Natural Geografia Económica Sociologia I (Sociologia Geral) Contabilidade I [Curso Prático de Francês, Curso Prático de Inglês]
2.º Ano	Economia II (Financeira) Estatística Elementos de Direito Comercial Direcção de Empresas (Sociologia Industrial) Psicologia Social Previdência Social Contabilidade II [Curso Prático de Inglês]
3.º Ano	Sociologia II (Estratificação Social, Família, ...) Análise e Teorias Demográficas História da Sociologia Doutrinas Sociais Doutrina Social Cristã História das Teorias Políticas e Sociais Legislação Internacional do Trabalho Direito Constitucional Comparado Direito Corporativo Técnicas de Investigação Social Curso de Balanços
4.º Ano	Sociologia III (Sociologia do Desenvolvimento) Antropologia Cultural Psicologia Industrial e Psicotecnia Legislação do Trabalho Teoria e Prática do Serviço Social Relações e Organismos Internacionais História dos Factos e Doutrinas Económicas Seminário de Dinâmica de Grupos Seminário de Participação no Desenvolvimento
5.º Ano	Organização do Trabalho Administrativo Estágio Dissertação Exercício Prático (Exame Escrito) Exame Final de Síntese (sobre os principais assuntos estudados)

Fonte: IESE, 1969: 10-11.

a Empresa (“Direção de Empresas I”, “Psicologia Social”, “Psicologia Social e Psicotecnia”, “Dinâmica de Grupos”, “Serviço Social”) em que se pretendia que os futuros sociólogos viessem a encontrar um posto de trabalho.

Todas estas disciplinas lecionadas numa perspetiva comparativa visavam suscitar nos estudantes espírito crítico que os levasse a questionar os “quadros institucionais” da sociedade portuguesa (que não era propriamente uma democracia) e a induzir neles a mobilidade mental necessária para aceitar as mudanças que se impunham para que Portugal se aproximasse das sociedades europeias desenvolvidas.

Na apresentação do curso dizia-se que, embora

tenha por fim preparar dirigentes competentes sobretudo para a Direção de Pessoal e Obras Sociais da Empresa ou de outros Centros em que o progresso social deva surgir com o progresso económico, proporciona junto com sólida formação económica um conhecimento científico da Sociologia e dos seus métodos de investigação⁹.

Tal pragmatismo iria dar os seus frutos, por exemplo, no reconhecimento pelo ministro das Corporações e Previdência Social, das habilitações dadas pelo curso como adequadas para provimento de lugares de diretor de serviço, chefe de divisão e chefe de secção dos quadros de pessoal administrativo das instituições de previdência; e pelo ministro da Educação Nacional como habilitação para exercer o magistério do 6.º e 7.º grupos do Ensino Técnico-Profissional¹⁰.

Havia um empenhamento consciente em demonstrar que as pessoas formadas no novo curso, os sociólogos, não eram apenas seres bem pensantes mas ficavam habilitados para desempenharem funções concretas, quer nas empresas, quer nos sectores da administração pública ligadas ao mundo do trabalho, quer na docência, e com uma preparação técnica e metodológica que os capacitava para participarem em equipas de investigação e nelas darem um contributo específico.

Da perspetiva didático-pedagógica, havia também neste curso algumas inovações, nomeadamente quanto ao calendário de exames finais, que eram precedidos de um mês sem aulas (o mês de junho), para que os estudantes pudessem ampliar e aprofundar (se o quisessem fazer), os conteúdos das diferentes disciplinas que lhes tinham sido lecionadas até finais do mês de maio. Os exames propriamente ditos repartiam-se por todo o mês de julho, deixando tempo bastante, entre eles, para a revisão próxima da matéria que iria ser avaliada no exame seguinte. O calendário era determinado em função dos exames e não das férias dos professores ou estudantes.

De particularidades muito especiais se revestia o último ano do *currículo*. Desde o seu início, o aluno podia ir fazendo, sob a orientação de um professor, a *dissertação* ou Trabalho de Fim de Curso – *tese* – como enfaticamente lhe chamavam. As aulas para os finalistas terminavam em finais de março, sendo o tempo que decorria até julho dedicado à preparação do *Exame Final*, que iria incidir sobre os principais assuntos estudados durante o curso. O que se pretendia com este exame era fazer a síntese dos conhecimentos e aprofundar a sua compreensão de maneira sistemática. Além de uma *parte escrita* sobre assuntos mais técnicos (normalmente do campo da Estatística e dos Métodos e Técnicas de Investigação Social), havia uma *parte oral* que durava hora e meia, cabendo a cada um dos três professores designados para o júri, dialogar com o examinando, durante meia hora, sobre temas e problemas que se enquadravam nas matérias dos programas distribuídos com três meses de antecedência, durante os quais não havia aulas. A primeira época deste *Exame Final* decorria durante o mês de julho, ou em ocasião posterior, em que o estudante finalista (em requerimento à direção) se declarasse convenientemente preparado. Para realçar a importância que era dada a este exame, bastará dizer que o seu peso era de 50% na classificação final.

9 IESE, 1969: 3.

10 *Diário do Governo*, III Série, 22 jun. 1967, n.º 144, p. 2185; Despacho do Ministro da Educação Nacional, 16.5.69.

Tudo o que acabámos de relatar nos parece hoje muito restrito ou quiçá pouco consistente mas, situado nos anos sessenta, em Portugal e em Évora (Alentejo) representava um grande progresso.

Formada a primeira coorte de estudantes, deu-se o embate com o mercado de trabalho. A reação inicial foi de hesitação: “dizer que não” ao candidato a emprego seria uma atitude antipática tanto em relação ao candidato como em relação à entidade formadora; “dizer que sim” era correr um risco de proporções indefinidas. A novidade seduzia, e a resposta foi geralmente boa. As primeiras promoções de sociólogos por Évora, encontraram trabalho nos Organismos de Previdência, no Fundo de Emprego e Mão-de-Obra, no Ministério do Trabalho, no Instituto Nacional de Estatística, nas Regiões-Plano e, alguns poucos, no ensino.

Nos anos posteriores, o afluxo de candidatos ao curso superava as admissões possíveis, o que levou a direção em diálogo com o conde Vill'Alva, instituidor da Fundação Eugénio de Almeida, a pensar na ampliação das instalações. Sobretudo a partir dos anos 1972/1973 e 1973/1974, tornou-se inadiável a tomada de uma decisão. A este aceleração do ritmo da procura dos cursos do Instituto Superior Económico e Social de Évora, não terá sido alheia a notícia da próxima criação, por parte do Estado, de estudos universitários em Évora e da associação do Instituto Superior Económico e Social (embora mantendo-se particular), a esses estudos universitários.

Atenta às reações das entidades empregadoras e às dificuldades encontradas pelos novos sociólogos no exercício das suas atividades, foi a direção do Instituto Superior Económico e Social introduzindo algumas alterações no esquema inicial de formação.

O facto de se tratar de um estabelecimento de ensino particular possibilitou à direção dar sem delongas a resposta que lhe pareceu mais adequada. A título de exemplo, podemos lembrar a passagem da duração do curso, de quatro para cinco anos; a maior importância dada aos métodos e técnicas, ao planeamento social e ao planeamento socioeconómico, à organização política das sociedades e aos seus enquadramentos institucionais, endógenos e exógenos, ao sindicalismo e à sociologia política (que não estavam abertamente contemplados no *currículum* inicial). Para tudo isso, recorria também à colaboração de alguns professores estrangeiros (espanhóis e brasileiros) enquanto outros nacionais se iam especializando fora do país (Roma e EUA).

No início do ano escolar de 1973-1974, o grupo dos professores atingia os 36, 20% dos quais eram doutorados e 40% plurilicenciados. A pluridisciplinaridade que se desejava e se promovia era possibilitada pelo largo leque de disciplinas em que os docentes se tinham formado. Por outro lado, o aspeto de aplicação e formação para a aplicação estava largamente contemplado pelos docentes com experiência e prática atual na administração pública e privada e nos variados aspetos de gestão e intervenção socioeconómica. Estes eram quase todos de dedicação não exclusiva.

Quanto aos alunos, eram, nos dois cursos (Direção e Administração de Empresas e Sociologia), 330, dos quais 139 estavam inscritos em Sociologia (Ciências Sociais), não se notando a feminização do curso, pois eram 67 os rapazes e 72 as raparigas que o frequentavam. Pelo contrário, no curso de Economia (Direção e Administração de Empresas), já a tendência à masculinização era visível: 139 rapazes a comparar com 52 raparigas.

De modo complementar ao ensino, a investigação também não era esquecida. Era, no entanto, considerada numa perspetiva interventiva. A testemunhá-lo ficou, desde o início, a fundação de um Gabinete de Estudos com secções de Economia e Sociologia e corresponsável pela organização anual de jornadas de estudo e ciclos de conferências; a constituição de uma biblioteca especializada; e a publicação de uma revista científica (*Economia e Sociologia*). É sobre estes aspetos que nos detemos nas secções seguintes.

b) Gabinete de Investigação

Em 1966, terceiro ano do começo do curso de sociologia, iniciou-se o processo de instalação de um gabinete de investigação, designado Gabinete de Investigação e Acção Social, com espaço próprio, máquinas

de calcular, bibliografia estatística nacional e internacional, livros seletos relacionados com métodos e técnicas de investigação social.

Nesse gabinete processavam-se algumas aulas práticas de técnicas de investigação social e de demografia. Os estudantes empenhavam-se com entusiasmo na feitura dos questionários e em todas as fases de inquéritos, desde a escolha do tema, até ao relatório final. Os trabalhos práticos de demografia, num tempo em que os “Planos de Fomento” se afirmavam como instrumento de política socioeconómica, de promoção e correção das assimetrias regionais, pessoais e funcionais entusiasmvavam os candidatos a sociólogos. Era também nesse gabinete que os estudantes encontravam o apoio para a elaboração dos trabalhos de fim de curso, e os docentes o apoio necessário à organização anual de jornadas de estudo e ciclos de conferências.

c) Biblioteca

Outro problema que a comissão instaladora do curso teve que enfrentar foi o da constituição de uma biblioteca. Iniciou esse processo valendo-se do recurso a bibliografias já existentes e fixando prioridades para a sua aquisição. O critério seguido foi o da utilidade e o da multifuncionalidade. Assim, as enciclopédias, as coleções, os dicionários, os anuários estatísticos, etc. tiveram prioridade por serem referência ao apoio para várias disciplinas a que acresciam livros dos conteúdos substantivos, conceptuais e metodológicos de cada uma das disciplinas em diversas línguas. O orçamento (sempre escasso) contemplava com maior largueza as disciplinas cujo ensino havia começado em cada ano letivo. As revistas científicas como *Revue Française de Sociologie*, *L'Homme*, *Population*, *Social Compass*, etc. não faltaram desde o início nessa biblioteca em construção.

O enriquecimento progressivo do gabinete de investigação e da biblioteca visava criar, nos estudantes, uma atitude crítica pró-ativa frente às diversas formas de organização social e de inter-relação entre os seus elementos constitutivos. As permutas com a revista *Economia e Sociologia* e a bibliografia enviada para recensão crítica eram outra fonte de enriquecimento da biblioteca.

Os professores ou as disciplinas exigiam a leitura integral (obrigatória e/ou complementar) de algumas obras fundamentais, bem como leituras dos principais autores contemporâneos em diversas línguas. Como estímulo estava o aviso sábio de Henri Mendras:

L'étudiant qui veut s'initier à la sociologie doit entreprendre de nombreuses lectures s'il veut acquérir une idée claire de la démarche intellectuelle du sociologue¹¹.

d) Revista Científica

No ano imediatamente após a fundação do curso de Sociologia e associada ao Gabinete de Investigação e Ação Social do Instituto Superior Económico e Social de Évora, é fundada a revista *Estudos Eborenses* (1965), mais tarde (1968) renomeada como *Economia e Sociologia* (ISSN 0870-6026).

A revista *Economia e Sociologia* aparecia assim intimamente ligada ao curso recém-constituído, ao mesmo tempo que marcava o início da publicação periódica no domínio das ciências sociais em Portugal. A juntar à *Análise Social* (publicada, pela primeira vez, em 1963) associada ao GIS (Gabinete de Investigações Sociais), a *Economia e Sociologia* e, mais tarde, a *Revista Crítica de Ciências Sociais* (1978), editada pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia de Coimbra e dirigida por Boaventura de Sousa Santos, desempenharam um papel importantíssimo para o desenvolvimento das ciências sociais em Portugal nos anos 70 e seguintes, papel esse aliás relevado por Braga da Cruz (1986), ao afirmar que:

uma e outra revista alargaram substancialmente e descentralizaram, já nessa década, a investigação no domínio das ciências sociais, numa procura clara de interdisciplinaridade e fomentando um fecundo intercâmbio institucional académico¹².

4. Pós 1974: revolução, reestruturação e incorporação na universidade

Este período de instalação do ensino da Sociologia em Évora e de especialização do seu corpo docente foi interrompido pela Revolução de 1974, o que levou os jesuítas a suspender *sine die*, as atividades letivas. Após peripécias várias, o governo criou em 1975 (decreto-Lei, 513/75) a Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos “Bento Jesus Caraça” para que os estudantes do ISESE, que assim o pretendessem, pudessem terminar os seus cursos num estabelecimento de ensino oficial.

Os ensinamentos de Sociologia e Economia que antes se realizavam no Instituto Superior Económico e Social (1964-1974) e na Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos (1975-1978) foram integrados, mais tarde, no Instituto Universitário de Évora, posteriormente Universidade. No ano letivo de 1976/1977, entrou em funcionamento, no Instituto Universitário de Évora, um bacharelato em Ciências Sociais, com opções em Economia e Sociologia que, de algum modo, recolhia os frutos dos pioneiros e da experiência que ao tempo (1964), tinham constituído em Évora as Licenciaturas do Instituto Superior Económico e Social de Évora (ISESE). Em paralelo é formalmente criado, em 1976, o Departamento de Sociologia na Universidade de Évora (até 1979, Instituto Universitário), constituído, à data por nove elementos (sete docentes e dois técnicos). A atual licenciatura em Sociologia na Universidade tem, portanto, a data de 1979. Não foi, no entanto, com ela que se iniciaram os estudos de Sociologia em Évora. Eles começaram, como foi dito antes, em 1964.

Herdeira das anteriores experiências e atenta às profundas transformações por que, entretanto, passou o ensino da sociologia e a sociedade portuguesa, a licenciatura de Évora tem procurado reequilibrar o seu *curriculum*. Como constante, permanece a preocupação inicial de oferecer ampla formação teórica e metodológica e de iniciar os seus estudantes na prática do trabalho científico individual e de grupo.

Em 1987, o plano de estudos começou a reger-se pelo sistema de créditos que entrou em vigor no ano letivo de 1987/1988. A progressiva qualificação académica dos docentes induziu a criação do mestrado em Sociologia em 1994/1995. Em obediência a uma orientação geral definida pela Universidade, segundo a qual a duração normal dos cursos da via científica não deveria exceder os oito semestres, procedeu-se em 1993/1994 a uma nova reestruturação curricular, que haveria de ser seguida por outras, no horizonte de Bolonha. Manteve-se, todavia, a opção assumida desde o início: opção generalista, pluridisciplinar e interdisciplinar com posteriores formações especializadas, em domínios mais específicos.

Considerações finais

O curso de Sociologia de Évora, tal qual se encontrava estruturado em 1964, constituía apenas, na mente dos seus promotores, uma fase de um processo iniciado no encontro fecundo de duas vontades: a dos jesuítas, personificada em Lúcio Craveiro da Silva, e a do “mecenas financiador” eng.º Vasco Maria Eugénio de Almeida, conde de Vill’Alva. Não foi, todavia, apenas “o sonho de uma sombra” que o sol da revolução de 74 tivesse dissipado, mas sim uma janela aberta pela qual a revolução entrou com estrondo mas de que, moderados os ímpetus iniciais, aproveitou os elementos (estruturas e atores) que na sua “consciência possível” julgou serem funcionais para uma nova estruturação.

Do primeiro curso de Sociologia restava, em junho de 2010, o Gabinete de Investigação e Ação Social em apoio da publicação da revista *Economia e Sociologia*¹³ e a Biblioteca de Ciências Sociais aberta ao público¹⁴. Os ensinamentos e a investigação foram paulatinamente assumidos pela Universidade de Évora através do Departamento de Sociologia¹⁵, onde foram potenciados e diversificados no espírito de Bolonha.

Atualmente, com o Acordo de Bolonha, o Departamento de Sociologia da Universidade de Évora enfrenta novos desafios que nos levam a repensar – com os olhos no futuro – o nosso departamento e história organizacional. Sabendo que aquilo que somos, bem como o que podemos vir a ser, é sempre e de alguma forma o resultado do que já fomos, ficaremos satisfeitos se desta pequena história algum contributo possa ser retirado para essa maior e, certamente, complexa tarefa.

13 Para mais informações sobre a revista *Economia e Sociologia*, ver página *web* disponível em URL: <https://sites.google.com/site/revistaeconomiaesociologia/>

14 O espólio da Biblioteca está desde maio de 2013 disponível para consulta pública no Arquivo e Biblioteca Eugénio de Almeida, em Évora.

15 Ver página *web* do Departamento de Sociologia, Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, disponível em URL: <http://www.dsoc.uevora.pt/>

Fontes e Bibliografia

- ÁGOAS, Frederico, 2013 – “Narrativas em perspetiva sobre a história da sociologia em Portugal”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, n.º 206, XLVIII (1.º), p. 221-256.
- ALMEIDA, Ana Nunes de, 1996 – “Desafios para a mudança: actores, práticas e processos sociais”. *Sociologia – Problemas e Práticas*. Oeiras: CIES/Celta Editora, n.º 20, p. 105-112.
- ALMEIDA, Ana Nunes de, et al, 1999 – *Perfil da Investigação Científica em Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia em Portugal*. Lisboa, Ministério da Ciência e da Tecnologia, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Observatório da Ciência e Tecnologia.
- ALMEIDA, José Carlos Ferreira de, 1968 – “Situação e problemas do ensino de ciências sociais em Portugal”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, vol. VI (22-23-24), p. 697-729.
- ALMEIDA, João Ferreira de, 1991 – “Ciências sociais” in GAGO, J. M. (coord.) – *Ciência em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 73-81.
- CASANOVA, José Luís, 1996 – “Campo sociológico e publicação – a Revista *Sociologia – Problemas e Práticas* (1986-1996)”. *Sociologia – Problemas e Práticas*. Oeiras: CIES/Celta Editora, n.º 20, p.131-168.
- COSTA, António Firmino da, 1996 – “Sobre o campo da sociologia e as práticas sociológicas em Portugal”. *Sociologia – Problemas e Práticas*, Oeiras: CIES/Celta Editora, n.º 20, p. 171-78.
- CRUZ, Manuel Braga da, 1983 – “Para a História da Sociologia Académica em Portugal”. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*. Coimbra, vol. LVIII, p. 173-219.
- CRUZ, Manuel Braga da, 1986 – “Novas revistas de ciências sociais em Portugal”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, vol. XXII (91), p. 429-431.
- FERNANDES, António Teixeira, 1996 – “O conhecimento científico-social em Portugal: elementos para a análise do seu processo em Portugal”. *Sociologia – Problemas e Práticas*. Oeiras: CIES/Celta Editora, n.º 20, p. 9-41.
- FERREIRA, Nuno Estevão, 2006 – *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- IESE, 1969 – *Programas de 1968-69*. Évora: IESE – Instituto de Estudos Superiores de Évora.
- LEAL, António Silva, 1963 – “A Sociologia em Portugal”. *Estudos Sociais e Corporativos*. Ano II, n.º 6, p. 131-136.
- LOBO, Cristina, 1996 – “Os congressos de sociologia em Portugal”. *Sociologia – Problemas e Práticas*. Oeiras: CIES/Celta Editora, n.º 20, p. 113-130.
- MACHADO, Fernando Luís, 1996 – “Profissionalização dos Sociólogos em Portugal – contextos, recomposições e implicações”. *Sociologia – Problemas e Práticas*. Oeiras: CIES/Celta Editora, n.º 20, p. 43-103.
- MACHADO, Fernando Luís, 2006 – “Meio século de investigação sociológica em Portugal – uma interpretação empiricamente ilustrada”. *Sociologia*. Porto: FLUP, XIX, p. 283-343.
- MENDRAS, Henri, 1967 – *Éléments de Sociologie. Une initiation à l'analyse sociologique*. Paris : Armand Colin.
- MENDRAS, Henri, 1968 – *Éléments de Sociologie. Textes*. Paris : Armand Colin.
- NUNES, Adérito Sedas, 1963 – “Problemas da sociologia em Portugal”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, vol. I (n.º 3), p. 459-464.
- NUNES, Adérito Sedas, 1988 – “Histórias, uma história e a História – sobre as origens das modernas ciências sociais em Portugal”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, vol. XXIV (n.º 1), p. 11-55.
- PINTO, José Madureira, 1994 – *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- PINTO, José Madureira, 2004 – “Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da Sociologia em Portugal”. *Sociologia – Problemas e Práticas*. Oeiras: CIES-ISCTE/Celta, n.º 46, p. 11-31.
- SÁ, Victor de, 1978 – *Esboço Histórico das Ciências Sociais em Portugal*. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa/Ministério da Educação e Cultura – Secretaria de Estado da Cultura.
- SILVA, António da, 1977 – *Livro Branco do ISESE*, vol. I. Évora: s.e.
- SILVA, Augusto da, 1986 – “O Ensino da Sociologia e a Profissionalização dos Sociólogos”. *Revista Arquipélago*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, vol. VII, 1, p. 13-32.
- SILVA, Augusto da, 1996 – “A Sociologia em Évora”. *Revista Economia e Sociologia*. Évora: ISESE, n.º 62, p. 111-120.
- SILVA, Augusto da, 2010 – “Breve Historial do Departamento de Sociologia”. *Página do Departamento de Sociologia*. Disponível em: <<http://www.dsoc.uevora.pt/departamento/historia>> [consult. 13 de abr. 2010].

Breve panorama da imigração na Área Metropolitana de Lisboa (1980-2010)

Maria Isabel João

Introdução

No extremo ocidental do continente europeu, com uma longa costa marítima voltada para o oceano Atlântico, Portugal é um país que se forjou através de sucessivas migrações. O caldeamento de povos e de culturas deu origem aos portugueses e, desde cedo, estes se dispersaram pelo mundo. A expansão ultramarina levou os portugueses para o Norte de África, depois para o Oriente e para o Novo Mundo, mas trouxe também para o país em migrações forçadas os escravos que, a meados do século XVI, representariam em torno de 10% da população do reino. A cidade de Lisboa contaria, então, com cerca de 100 000 habitantes e nela se encontravam além de uma multiplicidade de estrangeiros ligados aos negócios, comunidades de mouros e de judeus e uma grande variedade de escravos: os negros de várias regiões de África, os “japões”, que exerciam todas as artes com bom entendimento, os “chins”, que eram considerados extraordinários cozinheiros, os “mouros da Índia”, de grande vivacidade e engenho¹. A capital do império era não só a maior cidade do país, mas também uma terra de “desvairadas gentes”, com o colorido próprio de uma metrópole que possuía uma população de diversas origens e variados usos e costumes.

Com o declínio da rota do Cabo e do comércio das especiarias, a situação mudou e, apesar do progressivo crescimento económico e demográfico, a cidade deixou de atrair tantos estrangeiros e somente os escravos negros continuaram a ser importados para múltiplos serviços. Na segunda metade do século XVIII, o marquês de Pombal decretou a extinção da escravatura no reino e, nos séculos seguintes, a maior parte dos descendentes dos antigos escravos acabaria por ser absorvida pela população portuguesa. Nunca mais houve um grupo tão importante de indivíduos proveniente de outras regiões no território nacional e, com poucas exceções, Portugal não era um país atrativo para a imigração. Ao longo dos tempos as exceções foram os ingleses ligados a diversos negócios – desde o vinho do Porto, ao vinho da Madeira e ao comércio da laranja, nos Açores – os refugiados de alguns setores da nobreza europeia e de casas reais, destronadas em revoluções, os espanhóis que buscaram abrigo da devastação da guerra civil e os europeus e judeus que fugiram das perseguições do nazismo e procuraram a proteção da neutralidade do Estado português durante a II Guerra Mundial. Nos anos da guerra, Lisboa voltou a ser uma capital cosmopolita e um importante ponto de passagem para a América.

1 Sassetti, 1578 *apud* MIGUEL, 1979: 423.

Deste modo, o censo de 1950 regista somente 21 186 estrangeiros residentes em Portugal, dos quais mais de metade (56,4%) se concentrava nos distritos de Lisboa e Setúbal. A esmagadora maioria era proveniente de países europeus (75,6%), com destaque para os espanhóis, seguidos a grande distância pelos brasileiros (17,8%). Os indivíduos de origem africana eram pouco mais de uma centena, mas não estavam incluídos os naturais das colónias portuguesas que possuíam a nacionalidade portuguesa. De qualquer modo, o seu número era diminuto, e nas décadas seguintes aumentaria ligeiramente com a vinda de estudantes de várias partes do império e de trabalhadores indiferenciados, sobretudo das ilhas de Cabo Verde². Uma década mais tarde, no novo censo verifica-se uma subida de quase 40% do número total de estrangeiros residentes no país, com maior concentração no litoral, mormente na região de Lisboa, e uma distribuição das nacionalidades que mantinha a ordem anterior. Nessa altura, os estrangeiros representavam somente 0,3% do total da população residente no país.

Porém, os portugueses continuavam a partir para trabalhar no estrangeiro, nomeadamente os continentais para os países do norte da Europa, Alemanha e França, em franco crescimento económico no pós-guerra, os madeirenses para vários destinos, como a Venezuela e a África do Sul, e os açorianos maioritariamente para os Estados Unidos da América. A emigração permanecia como uma constante da sociedade portuguesa, tendo-se intensificado na década de 60. A imigração só adquiriu expressão significativa depois da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986, no contexto da expansão da economia portuguesa e da realização de grandes obras públicas que se verificou nas últimas décadas do século passado. O interesse dos investigadores das migrações longo tempo mobilizado pelo estudo da emigração foi atraído para o novo fenómeno em curso, expandindo-se rapidamente os estudos e as análises sobre os aspetos demográficos e as implicações no mercado de trabalho, na economia e na sociedade portuguesa. Por outro lado, problemas como a integração na sociedade de acolhimento, as relações culturais e as representações mútuas dos grupos populacionais em contacto passaram a ser também objeto de reflexão. Tratando-se de uma área de estudos recente dispõe de uma bibliografia importante que permite traçar um quadro geral da evolução do fenómeno³.

Neste trabalho propomo-nos tratar a imigração na área metropolitana de Lisboa⁴, tendo presente o contexto do país. Em primeiro lugar, convém esclarecer que se entende por imigrantes a população estrangeira residente em Portugal, a qual é recenseada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) que anualmente publica relatórios onde são apresentados os *stocks* dos indivíduos com residência legalizada no país⁵. Esses dados são a base usada pelas estatísticas demográficas do Instituto Nacional de Estatística (INE) e o que temos disponível para construir séries aproximadas sobre a imigração. Contudo, os dois conceitos são distintos: o imigrante é o estrangeiro que entra no país, mas alguns estrangeiros já nasceram em Portugal e sempre aqui viveram. As estatísticas oficiais não permitem estabelecer essa diferença e fora delas ficam os imigrantes clandestinos e em situação ilegal. Por isso, as estatísticas oficiais possibilitam somente uma aproximação imperfeita da realidade. Além disso, diferentes procedimentos de recolha e tratamento dos dados conduzem

2 O número de estrangeiros residentes em Portugal é variável consoante as fontes. A Pordata apresenta números diferentes, tendo por base os dados do INE-SEF/MAI: 1960 – 20514; 1970 – 24703; 1980 – 50750 (PORDATA, *População estrangeira com estatuto legal de residente...*).

3 BAGANHA, 2006; MACHADO; MATIAS, 2006. A Porbase e o Alto-comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI/Observatório da Imigração) permitem completar esta bibliografia.

4 As estatísticas do SEF são apresentadas com base no critério administrativo do distrito e os dados não são desagregados por concelhos. Por isso, consideramos os dois distritos, de Lisboa e de Setúbal, quando apresentamos os dados para a população estrangeira residente na AML. Os dezoito municípios da AML concentram 90% da população total dos dois distritos (MALHEIROS, 2011: nota 7, 44).

5 SEF, SEFSTAT, Portal de Estatística, <http://sefstat.sef.pt/evolucao.aspx>. A autorização de residência pode ser temporária, por um ano, ou permanente e os dados incluem também, enquanto estiverem em vigor, as autorizações de permanência, e os vistos de longa duração, isto é, por um ano. Trata-se de uma estatística que resulta de um ato administrativo do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Nos *stocks* estão incluídos os indivíduos com residência legalizada por, pelo menos, um ano.

a desvios consideráveis de valores, a quebras de séries⁶ e a discrepâncias que não é possível ultrapassar, o que reforça a ideia de que só podemos ter uma visão aproximada do fenómeno. No início de cada década, o INE realiza o recenseamento geral da população que permite contabilizar o número de fogos e a população residente, nacional e estrangeira. Os dados obtidos são mais completos e permitem estudos mais finos, nomeadamente ao nível demográfico e da distribuição geográfica.

Uma área metropolitana é uma vasta zona urbana que inclui uma metrópole e as povoações envolventes. No caso português, foi mesmo criada do ponto de vista jurídico a Área Metropolitana de Lisboa (AML), pela lei 46/2008, de 27 de agosto, a qual é uma pessoa coletiva de direito público que constitui uma forma específica de associação dos municípios abrangidos pela Grande Lisboa e a península da Setúbal. Os concelhos que compõem a AML são dezoito: Alcochete, Almada, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira. O concelho da Azambuja chegou a integrar esta área, mas deixou de fazer parte dela em 2004.

Mapa n.º 1 – Área Metropolitana de Lisboa⁷



Esta área regista a maior concentração demográfica e económica do país. Representa somente 3,3% do território nacional, mas nela reside mais de um quarto da população, cerca de 2,9 milhões de habitantes. A densidade populacional é de longe a mais elevada do país (946 hab/km²). Ao nível económico concentra 25% da população ativa, 31% das empresas nacionais, 36% do emprego e contribui com 37% do PIB nacional⁸. Lisboa já foi um centro do sistema económico mundial por um breve período histórico, quando a Coroa portuguesa desempenhou um papel de ligação entre o Oriente e o Ocidente e de intermediário nas

6 Em 2008, houve uma quebra de série dos dados do SEF em resultado de nova metodologia de extração dos mesmos sobre a população estrangeira. Assim, até ao ano de 2007, inclusive, ocorreu uma subavaliação reiterada das migrações que compõem os fluxos mais recentes, casos do Brasil, Ucrânia, Roménia e Moldávia. Em contrapartida, embora de forma menos expressiva, foram sobrestimadas as populações historicamente mais consolidadas em Portugal, designadamente no caso de Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, bem como do Reino Unido e Espanha. Esta situação verificou-se, de forma menos expressiva, com outras nacionalidades (SEF, *Relatório*, 2009: 30).

7 Agradeço o mapa ao doutor Jorge Trindade.

8 Dados relativos a 2010 (INE, 2012).

relações mercantis internacionais. Mas perdeu esse papel ainda durante a época moderna para outros centros europeus, nomeadamente para Amesterdão e Londres. Mesmo nas relações comerciais com a colónia do Brasil acabaria por perder a primazia e por ser suplantada por outras potências europeias após a respetiva independência. Remeteu-se, por conseguinte, a uma posição semiperiférica no sistema das economias-mundo⁹, beneficiando de ser a capital do império luso-africano, com pequenas extensões no Oriente (Goa, Macau e Timor), mas prejudicada pelo facto do país não ter acompanhado, nos séculos XVIII e XIX, a revolução industrial e o desenvolvimento tecnológico que iriam marcar o mundo contemporâneo. Esse atraso económico só seria, em parte, recuperado na segunda metade do século XX, aproximando-se o país, progressivamente, dos padrões da Europa ocidental. O ingresso na Comunidade Económica Europeia, em 1986, facilitou um significativo crescimento da economia e a integração num espaço transnacional que tornaram atrativa a cidade para os negócios, as empresas, os capitais e, em particular, os fluxos migratórios internacionais.

Apesar disso, Lisboa dificilmente pode ser considerada uma cidade global¹⁰. Tais cidades são centros de controlo e de coordenação do mundo financeiro a nível global, que concentram serviços altamente especializados no campo das finanças e da gestão (bolsa, banca, seguros) e que têm a capacidade de organizar e comandar as transações realizadas no mercado mundial. São cidades internacionalizadas, sede de muitas empresas transnacionais e marcadas por grandes fluxos de capitais, mercadorias e profissionais qualificados ou trabalhadores indiferenciados, as quais beneficiam em primeira linha da globalização. As suas relações são, preferencialmente, com o exterior, com outras cidades do sistema financeiro, mercantil e de serviços global. Ora, Lisboa tem uma posição no sistema semiperiférica e não possui os meios necessários para ter um papel de liderança na atual economia-mundo. De um ponto de vista das migrações, a posição peculiar de Portugal já foi qualificada de placa giratória¹¹, porque é, simultaneamente, um local de partida e de chegada de migrantes. Os portugueses continuaram a emigrar maioritariamente para outros países do norte da Europa e, de outros continentes e do leste, foram chegando imigrantes. Uma parte deles vê em Portugal uma porta de entrada para outros países da União Europeia, onde espera obter melhores condições de vida.

Vamos, por conseguinte, apresentar uma breve panorâmica desse processo imigratório, onde destacaremos: a evolução geral e por nacionalidades de origem, a concentração na região litoral do país e, em especial, na Área Metropolitana de Lisboa, os aspetos sociodemográficos que caracterizam estas populações e, naturalmente, os fatores explicativos deste tipo de fenómeno, no contexto específico de Portugal.

Evolução da população imigrante

Após o golpe de Estado militar de 1974, além da implantação do regime democrático, uma das mudanças políticas mais importantes consistiu no processo de descolonização. O fim do império português determinou que os naturais das ex-colónias passassem a ser estrangeiros, o que afetou o estatuto dos residentes cabo-verdianos que se tinham vindo a fixar no país desde a década de 1960. De um momento para o outro aumentou, portanto, o número de estrangeiros, mas na altura do censo de 1981 ainda não ia além de 0,6% da população total (54 414). A população tinha, entretanto, engrossado com os “retornados” das ex-colónias, que se calcula em torno de meio milhão, e com o regresso de emigrantes portugueses à pátria, incentivados pelas políticas dos países europeus de acolhimento nesse sentido.

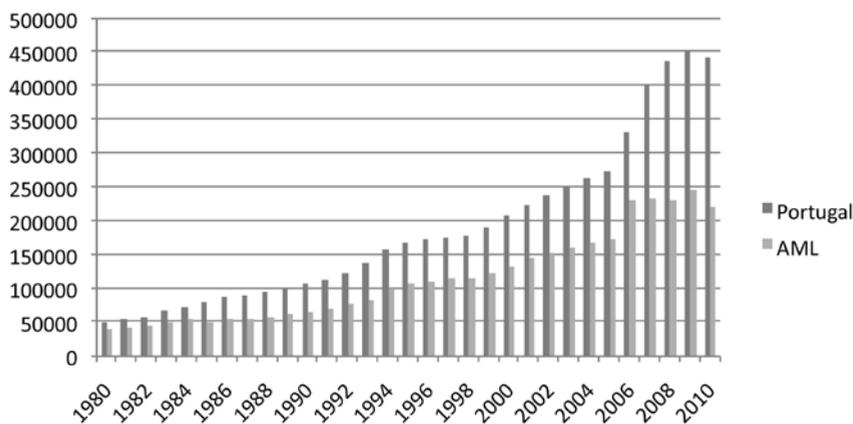
9 Sobre os conceitos de economia-mundo e semiperiferia ver os clássicos: WALLERSTEIN, 1984a; WALLERSTEIN, 1979: vol. I; 1984: vol. II; 1998: vol. III; BRAUDEL, 1985; BRAUDEL, 1995. Para uma aplicação do conceito de semiperiferia em Portugal: SANTOS, 1985.

10 SASSEN, 1991.

11 BAGANHA, 2001.

A grande maioria dos imigrantes concentrava-se na Área Metropolitana Lisboa naquela data, representando 77, 8% do total oficialmente registado (42359)¹². Desses, mais de metade era proveniente de África, com destaque para os cabo-verdianos que ascendiam a 84,4% do total dos africanos. O outro grupo tradicionalmente mais importante era o dos europeus, com destaque para os espanhóis e os ingleses por razões de ordem histórica e económica. Os brasileiros ocupavam o terceiro lugar no *ranking* das nacionalidades de residentes estrangeiros em Portugal, concentrando-se 35,4% da comunidade na região de Lisboa. Os norte-americanos e asiáticos também estavam representados. Os cidadãos dos EUA dominavam o primeiro grupo e os indo-paquistaneses o segundo; uma parte deles viera da antiga colónia de Moçambique. Havia ainda pequenos grupos de imigrantes da Oceania, numa panóplia variada de nacionalidades que se manteve e até diversificou ainda mais nas décadas seguintes. Apesar da concentração na área metropolitana da capital, o número dos que residiam na cidade de Lisboa era mais reduzido (41,4%), destacando-se os cidadãos de origem africana, os espanhóis e os brasileiros.

Gráfico n.º 1 – Evolução da população imigrante em Portugal e na AML (1980-2010)¹³



Fonte: INE e SEF, *Estatísticas Demográficas e Relatórios, 2000-2010*.

Ao longo dos últimos trinta anos, verificou-se um crescimento sustentado da imigração que fica bem evidente no gráfico apresentado. Portugal abeirou-se, em 2010, dos 450 mil estrangeiros com residência legal, o que constitui 4,2% da população. O número foi praticamente duplicando a cada década, em termos absolutos e relativos. A Área Metropolitana de Lisboa possui a maior concentração de estrangeiros com residência legal, tendo passado dos 41076, em 1980, para os 221353, em 2010¹⁴. Porém, ao longo dos anos foi diminuindo a percentagem dos residentes na área de Lisboa no total dos imigrantes. Assim, os 80,9% de 1980 desceram para metade do total em 2010, o que indica que houve, entretanto, uma maior dispersão dos residentes

¹² Os dados estatísticos disponíveis são apresentados por distritos, por isso reunimos os dois distritos de Lisboa e de Setúbal (INE, 1981: 252).

¹³ Considerámos a AML equivalente à soma da população estrangeira residente nos dois distritos de Lisboa e de Setúbal, dada a limitação das estatísticas disponíveis.

¹⁴ INE, 2011: 104.

estrangeiros por outras regiões do país. A grande concentração continua a ser nas regiões do litoral, seguindo um padrão idêntico ao da população portuguesa e compreensível dado que é onde se situam os principais polos económicos do país. A distribuição também apresenta variações consoante as nacionalidades de origem, verificando-se que o Algarve se tornou atrativo para uma população idosa do norte da Europa que procura um clima mais ameno para passar o tempo da aposentação.

As primeiras vagas de imigração foram de indivíduos das ex-colónias portuguesas, na sequência do processo de descolonização. Num primeiro momento, tratou-se de um fluxo muito motivado por razões políticas e pela instabilidade que se vivia nos novos Estados independentes. A guerra civil em Angola e em Moçambique, os golpes de Estado e a situação precária da Guiné-Bissau, as dificuldades económicas de São Tomé e Príncipe propiciaram a imigração para Portugal. Os moçambicanos vieram em menor número, dada a grande distância e a tradicional imigração para a África do Sul, mas da costa ocidental e dos dois arquipélagos, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, o fluxo foi crescente. É uma imigração maioritariamente laboral, de populações com baixas qualificações, que se empregam na construção civil e em serviços indiferenciados. O que não significa que não haja também setores mais qualificados e estudantes do ensino superior que acabam por radicar-se em Portugal. A língua comum e as redes de solidariedade são muito importantes neste movimento de entrada que é o maior na AML.

No início dos anos 1990, Portugal tornou-se mais atrativo para a imigração e houve uma diversificação das proveniências. Com a estabilidade política e a entrada na CEE, a economia estava em crescimento e o afluxo de fundos comunitários permitiu a expansão das obras públicas, criando muito emprego na construção civil. Por outro lado, a abertura aos mercados internacionais e o investimento estrangeiro trouxeram quadros especializados, geralmente europeus ou norte-americanos, enquanto no polo oposto geravam uma crescente procura de trabalhadores para serviços de limpezas, restauração, hotelaria e comércio. A polarização do emprego tem sido apontada como uma característica do mercado de trabalho atual, sobretudo nos mais importantes centros urbanos. A cidade de Lisboa não foge a essa regra e, com a desindustrialização que se começou a verificar nos anos 1980, o terciário tornou-se o principal setor empregador, sendo marcado por uma clivagem forte entre os serviços especializados e altamente qualificados e uma proliferação de serviços indiferenciados, desqualificados e de baixa remuneração.

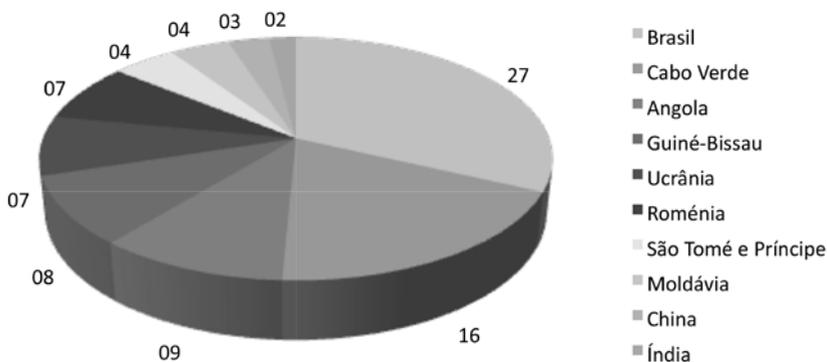
Apesar do crescimento económico não ter sido linear e se ter verificado um declínio na primeira metade da década de 1990, a imagem de Portugal no exterior era muito positiva e associada ao desenvolvimento da União Europeia. Por isso, surgiu uma nova etapa com a chegada dos imigrantes do leste da Europa, nomeadamente os ucranianos, russos, moldavos e romenos. Trata-se de populações que não tinham relações anteriores com Portugal, que chegaram aos milhares através de redes organizadas e na maioria dos casos ficavam em situação ilegal. O caso dos ucranianos é o mais bem conhecido¹⁵ e compreendem-se as motivações económicas de uma migração laboral, com elevada taxa de masculinidade, que se dispersou mais pelo país, empregando-se na construção civil e na agricultura. É uma população com maior nível de formação, mas que foi ocupar-se maioritariamente em setores onde estavam também os africanos. As estatísticas oficiais registam em 2009: 16693 ucranianos na AML (33,8% do total residente no país); 16342 romenos (50,3%); 9261 moldavos (44,5%); 2351 russos (46,8%).

A imigração brasileira tinha já alguma tradição, mas apresentando valores relativamente modestos. Em 1990, o *stock* era de 11413 brasileiros que representavam somente 10,6% do total da população estrangeira residente em Portugal. Tratava-se de uma imigração de quadros médios e superiores, com um padrão de distribuição geográfica mais disperso, que foi crescendo a ritmo lento até ao início do novo século. Porém,

nessa altura verificou-se uma mudança importante e começou a chegar uma população com mais reduzidas habilitações literárias que veio engrossar o *stock* de brasileiros residentes em Portugal. Deste modo, em 2008 suplantaram, nas estatísticas do SEF, o número de ucranianos e cabo-verdianos documentados, passando a ser o maior grupo entre a população imigrante (106704, mais do dobro das outras duas nacionalidades). Esse *stock* ainda não parou de crescer apesar da conjuntura de crise no país e do movimento de regresso, motivado pelo crescimento da economia brasileira. É possível que os processos de reunificação familiar estejam a contribuir para esse acréscimo que, entre 2008 e 2010, se cifrou em mais 11,9% de residentes brasileiros legalizados¹⁶. A maioria concentra-se na AML (58 % do total, em 2009), com especial preferência por zonas de praia, como a Costa da Caparica e a linha do Estoril. O domínio da língua portuguesa e a imagem mais comunicativa e simpática dos brasileiros torna-os especialmente representados no sector do comércio a retalho, da restauração e da hotelaria¹⁷. Apesar disso, o grupo dos brasileiros distribui-se por vários setores de atividade e apresenta maior diversidade de ocupações¹⁸.

Em 1980, o continente asiático era o menos representado entre as nacionalidades presentes em Portugal com 1153 indivíduos legalizados. Dez anos mais tarde o número já tinha quadruplicado e na década seguinte ainda duplicou, cifrando-se em 8743 em 2000 e 26 314 em 2009. Um dos maiores contributos para esse crescimento veio da parte da nacionalidade chinesa que aumentou os seus efetivos ao longo destes decénios, de tal modo que em 2009 o seu número já ascendia a 14 373, fixando-se 45,2% do total na AML. Os setores preferenciais são o comércio a retalho e a restauração, funcionando a comunidade em circuito fechado na medida em que criam o seu próprio negócio e empregam conterrâneos. Outro grupo importante é o dos indianos com um total de 5 873 indivíduos documentados, em 2009, 70% dos quais residentes na AML. Com menos de metade deste número, os paquistaneses encontram-se igualmente sobretudo na região da capital (73,6% do total de 2701 residentes em Portugal). O comércio a retalho também é, tradicionalmente, a principal atividade destes grupos de imigrantes.

Gráfico n.º 2 – As nacionalidades mais representadas no total da população estrangeira residente na AML em 2009



Fonte: SEF, *Relatório 2009*.

16 Entre 2010 e 2011 houve um decréscimo de 7918 brasileiros, mostrando que também estão a regressar ao Brasil ou a partir para outros destinos (SEF, *Relatório 2011*).

17 MALHEIROS; FONSECA, 2011: 43.

18 MALHEIROS, 2007.

No *ranking* das dez nacionalidades mais representadas na AML somente pertence à União Europeia a Roménia que ingressou em 2007. Nesse ano já eram 8348 os residentes romenos na AML, mas dois anos depois quase tinham duplicado. O crescimento deste grupo de imigrantes tem sido acentuado e, em 2010, estão documentados no total 36 830 romenos em Portugal. É um processo migratório recente, de carácter essencialmente laboral, que se acentuou nos últimos anos da primeira década do século. Os outros países da UE mais representados são a Espanha, a Alemanha e o Reino Unido, mas com uma expressão mais reduzida. Aliás, depois de 2007 o número dos cidadãos comunitários sofreu uma quebra, tal como dos EUA, o que pode ter como razão a conjuntura de crise e a saída ou retração das empresas estrangeiras que deslocam os seus quadros para outras regiões.

Da Europa de leste destacam-se duas nacionalidades na AML: os ucranianos e os moldavos. Os primeiros grupos da República da Moldávia chegaram depois dos ucranianos, mas em poucos anos atingiram um pico de 21067 indivíduos legalizados em Portugal. Contudo, em ambos os casos nota-se uma tendência para a diminuição do número de efetivos, o que parece indicar que está a haver regresso por falta de emprego. De facto, no terceiro trimestre de 2010 a taxa de desemprego oficial do país já era de 10,9%, com um valor ligeiramente superior na região de Lisboa. No trimestre, a diminuição do emprego nos setores da indústria, construção, energia e água, cifrava-se em 34 mil indivíduos, e da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, em 28 mil indivíduos¹⁹. As estatísticas são omissas em relação às nacionalidades dos desempregados, mas a população imigrante é seguramente afetada pela recessão económica. Por isso, de 2009 para 2010 regista-se uma descida de 5,3% no *stock* de residentes ucranianos e de 24,6% no de moldavos. Apesar dos números de 2010 serem ainda provisórios, a elevada descida dos segundos em relação aos primeiros parece indicar que se trata de uma população menos estabelecida do que a da Ucrânia.

O maior grupo de residentes estrangeiros é constituído por cidadãos dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Num primeiro lugar destacado estão os brasileiros, seguidos por Cabo Verde e outras ex-colónias africanas. Como já referimos, o número de brasileiros continuou a crescer nos últimos anos da década, talvez porque o setor dos serviços não tinha sido ainda muito afetado pela recessão. Na estatística do emprego já citada, refere-se que no setor dos serviços, ao contrário dos outros, o emprego aumentou em 8,2 mil indivíduos, durante o terceiro trimestre de 2010²⁰. Porém, entre os imigrantes africanos parece registar-se uma tendência para a diminuição do seu número. Por um lado, uma parte deles tem obtido a nacionalidade portuguesa, o que é especialmente notório no caso dos cabo-verdianos, já radicados há mais anos no país. Deixam, assim, de ser contabilizados nas estatísticas sobre estrangeiros. Por outro lado, ocupam os setores de atividade mais afetados pela crise e têm de procurar novas alternativas. O crescimento económico de Angola e de Moçambique tem atraído a imigração, inclusive a portuguesa, e as redes de sociabilidade, nomeadamente dos cabo-verdianos, permitem sair para outros países da Europa e mesmo para os EUA.

A China e a Índia ocupam os últimos lugares nesta tabela das nacionalidades mais representadas na AML. Nestes grupos a tendência é para o acréscimo do número de efetivos, mais acentuado no caso da comunidade chinesa. Trata-se de populações que criam geralmente o seu próprio emprego, mas a crise económica e social poderá também ter efeito negativo sobre as atividades a que se dedicam. De qualquer modo, verificamos que há lógicas diversas na evolução dos vários grupos de imigrantes nos últimos anos, sobretudo desde a crise financeira de 2007 que teve um efeito negativo sobre a economia portuguesa, já marcada por várias debilidades estruturais. O período anterior, até meados da primeira década do século XXI, tinha sido de um crescimento contínuo para a generalidade das nacionalidades.

19 O número total de desempregados era oficialmente de 609,4 mil indivíduos (INE, 2010: 1-7).

20 INE, 2010: 2-7.

A primeira quebra no total de estrangeiros residentes em Portugal regista-se em 2010 com -1,9% e os grupos mais afetados são os africanos dos PALOP, os europeus do leste, com a exceção da Roménia, e os cidadãos da UE e dos EUA, ou seja, os dois polos opostos do mercado de trabalho. Em relação à AML, o relatório do SEF de 2010 é omissivo, mas deve acompanhar esta tendência visto que também é nela que se concentra a maior parte dos imigrantes. Um outro dado corrobora melhor esta análise: em 2010, a emissão de primeiros títulos de residência teve uma quebra de 17,4% em relação a 2009²¹. Uma parte das novas autorizações de residência foram para o reagrupamento familiar (22,8%), seguindo-se o exercício de atividade profissional e o estudo. O Brasil ocupa o primeiro lugar destacado no cômputo geral dos pedidos (16 165), seguindo-se a Roménia (6047).

As migrações têm, naturalmente, uma estreita relação com as conjunturas económicas e com a oferta de emprego, mas o processo depende da forma como os fenómenos são percebidos pelos atores sociais e de decisões que dependem de sociabilidades, de redes e de contactos que determinam as escolhas. Neste processo de evolução do número de imigrantes legais tem também um papel importante o quadro jurídico do país de acolhimento e o funcionamento das instituições que lidam com os estrangeiros. A imigração ilegal em Portugal estima-se que seja elevada e o próprio Estado o reconheceu quando abriu a possibilidade de regularizações extraordinárias em 1992 e 1996, com efeito nos anos subsequentes. Em 2001, foi introduzida a autorização de permanência (AP) que permitiu a regularização de trabalhadores estrangeiros por conta de outrem. Estas medidas tomadas para regularizar a situação dos clandestinos, em conjunturas em que havia necessidade de mão-de-obra, acabam por ter um duplo efeito: aumentam o número dos estrangeiros legalizados e são propiciadoras da imigração, porque veiculam uma imagem de facilidade na obtenção dos documentos. As autorizações de permanência favoreceram a imigração do leste da Europa e possibilitaram a vinda de trabalhadores que se dispersaram sobretudo por distritos do interior, ocupando-se na agricultura²².

Atualmente, a situação mudou e o Governo tem vindo a impor limites à permanência de estrangeiros de países terceiros, já que os cidadãos da UE têm liberdade de circulação no espaço comunitário. Por sua vez, os cidadãos dos PALOP e do Brasil estão ao abrigo de acordos bilaterais que lhes concedem mais facilidade no acesso à legalização. De qualquer modo, o contingente global indicativo da concessão anual de vistos de residência para a admissão em território português de cidadãos estrangeiros para o exercício de uma atividade profissional subordinada teve um limite de 3800 em 2010 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2010, de 26 de março). Esse número foi igual ao de 2009, mas representou uma significativa descida em relação a 2008 (8500). A fixação destes contingentes visa exercer algum controlo sobre as entradas de estrangeiros com finalidade laboral, numa conjuntura de crise e aumento do desemprego.

Caracterização sociodemográfica

Numa sucinta caracterização sociodemográfica da população imigrante, a primeira questão que se pode colocar prende-se com a sua composição em termos de género. É sabido que a população nacional é maioritariamente feminina, o que se deve sobretudo à sobremortalidade masculina²³. Ora, de acordo com os dados do SEF a população estrangeira é maioritariamente masculina²⁴, mas constata-se que tem havido uma tendência para um maior equilíbrio entre os dois sexos, devido ao aumento do número de mulheres em relação ao de homens.

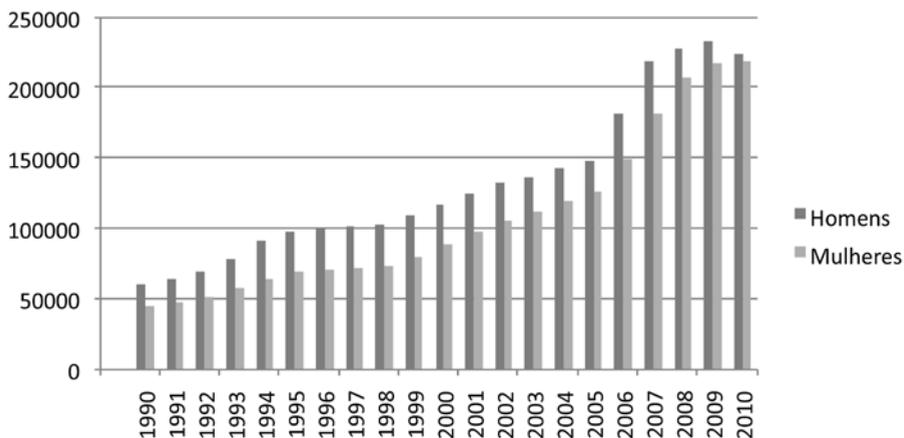
21 Em 2010 foram emitidos 50747 primeiros títulos de residência (SEF, *Relatório 2010*: 22).

22 "No final de 2003, dos mais de 108 mil indivíduos oriundos da Europa de Leste que se encontravam legalmente em Portugal, 95,5% dispunham de uma autorização de permanência. É ainda de realçar que as autorizações concedidas a imigrantes de leste representaram mais de metade (56,2%) do total de autorizações de permanência concedidas" (PERISTA, 2004: 127-130).

23 ROSA *et al*, 2003: 54.

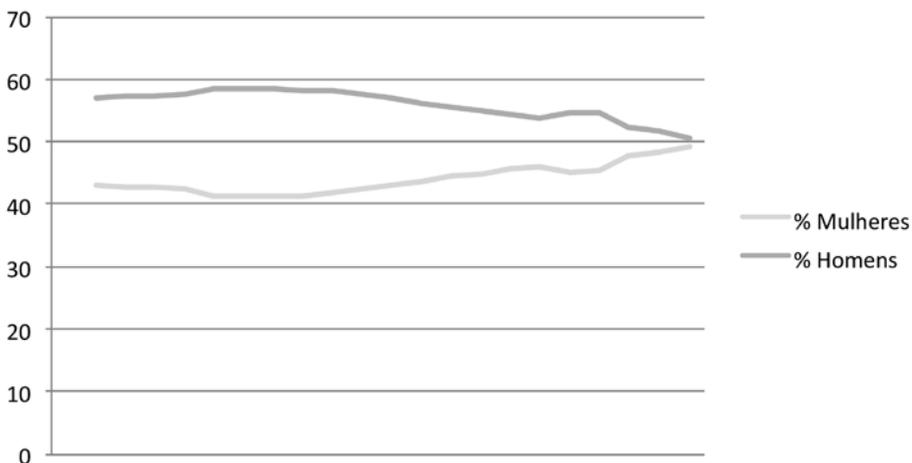
24 ROSA *et al*, 2003: 55.

24 São os únicos dados de que dispomos que nos permitem construir uma série. Os recenseamentos são relativos a único ano e dado que o processo de recolha da informação é por inquérito, os números são distintos dos apresentados pelo SEF (ROSA *et al*, 2003).

Gráfico n.º 3 – Evolução da população imigrante por sexos (1990-2010)

Fontes: SEF e INE, *Anuários Estatísticos de 2009 e 2010*.

A população feminina em relação à masculina era de 43,1% em 1990 e esse valor ainda baixou ao longo da década em resultado da forte imigração laboral que se verificou, em especial dos países africanos e do leste da Europa. Neste tipo de migração predominam tradicionalmente os homens. Porém, em 2001 começou a verificar-se uma tendência sustentada para a subida do número de mulheres que veio a traduzir-se num progressivo equilíbrio da representação dos sexos. Em 2008, já se situava em 47,6% o número de mulheres em relação ao total dos imigrantes e, dois anos depois, ainda se tinha elevado para 49,3%, colocando os dois sexos quase em paridade. A convergência torna-se muito evidente no gráfico n.º 3 que mostra a evolução relativa no número de homens e de mulheres.

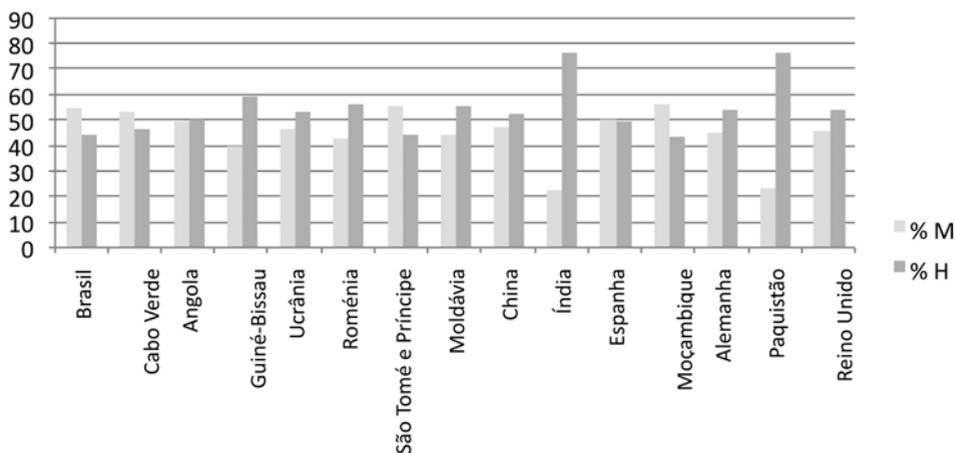
Gráfico n.º 4 – A evolução da percentagem de mulheres e de homens na população imigrante total (1990-2010)

Fontes: SEF e INE, *Anuários Estatísticos de 2009 e 2010*.

As razões que explicam esta evolução são várias. Desde logo, a reunificação familiar que acompanha o estabelecimento dos imigrantes no território nacional, mas também a imigração feminina que se verifica em algumas nacionalidades, nomeadamente de mulheres provenientes do Brasil e de alguns países eslavos.

Por isso, uma análise da composição por sexos consoante as nacionalidades mostra acentuadas diferenças que têm relação com as características dos fluxos migratórios e com as várias culturas nacionais. Para o efeito vamos centrar-nos no ano de 2009 em relação ao qual dispomos de dados desagregados por distritos e por sexos²⁵.

Gráfico n.º 5 – A relação entre mulheres e homens nas principais nacionalidades residentes na AML em 2009 (em %)



Fonte: SEF, *Relatório 2009*.

Globalmente, a maioria da população imigrante em 2009 ainda era masculina (52,8%). Porém, quando se observa por nacionalidades mais representativas constata-se que o Brasil tem uma população feminina maioritária (55,2%). O mesmo se verifica com alguns países africanos, como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique. No caso de Angola há um equilíbrio, mas a Guiné-Bissau ainda continua a ter um claro predomínio masculino (59,7%). Entre os países do leste da Europa com maior imigração, como a Ucrânia e a Moldávia, domina o sexo masculino, se bem que a relação seja mais equilibrada do que em períodos anteriores e a população feminina se situe acima dos quarenta por cento. Outras nacionalidades menos representadas em Portugal e na AML, como a Polónia, a Rússia e a Bielorrússia, apresentam populações mais feminizadas, com valores percentuais de mulheres superiores a sessenta.

Em nacionalidades europeias residentes na AML continua a ser maioritária a população masculina, como é o caso da Alemanha e do Reino Unido, mas em relação a Espanha nota-se uma composição já equilibrada, com ligeira vantagem feminina. Quanto aos países asiáticos, a Índia e o Paquistão apresentam a relação mais desequilibrada, com uma grande maioria de homens (76%). Na nacionalidade chinesa apesar do sexo masculino

25 SEF, *Relatório 2009*. Os dados publicados anualmente são os provisórios e estão em linha: <http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx>. Não é de mais reforçar a ideia do carácter aproximado destes dados em relação à realidade.

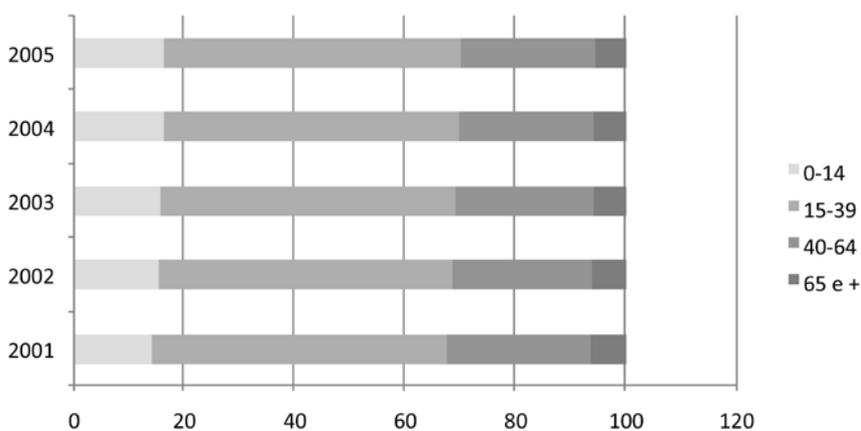
estar em maior número, é bem menor a desproporção (47,6% de mulheres). Entre as populações muçulmanas tende a haver uma composição da população mais fortemente masculina, o que parece ser extensivo aos imigrantes hindus. De qualquer modo, em termos globais nota-se uma tendência para a feminização que se relaciona com a estabilidade das populações imigrantes e que acompanha a diminuição dos fluxos migratórios.

A população imigrante é, em geral, mais jovem do que a nacional, com uma maior incidência nos grupos etários em idade ativa. O número de idosos é relativamente reduzido, sobretudo nas populações imigrantes mais recentes. A divergência deste padrão verifica-se no caso da população reformada do norte da Europa que se tem fixado no Algarve, por causa do clima ameno e das condições favoráveis ao investimento imobiliário. Nos recenseamentos de 1991 e 2001, constatase que a idade média da população portuguesa era de 36,9 e 39,5 anos, respetivamente²⁶. Mas quando se considera a população estrangeira esses valores descem para 29,2 e 32,3 anos, o que indica que se trata de uma população mais jovem²⁷.

Contudo, se considerarmos as nacionalidades verificamos que há diferenças. A população com idade média mais elevada é dos países europeus da UE, apresentando os grupos de origem espanhola e britânica valores superiores aos portugueses (41,0 e 45,3 anos, em 2001). Os franceses distinguem-se naqueles anos pela baixa idade média da população residente em Portugal (19,7 e 26,8 anos), bem como o Brasil (29,8 e 31,2 anos) e os países africanos (inferior a 30 anos). Porém, os cabo-verdianos têm valores superiores (34 anos), o que decorre do facto de serem uma imigração mais antiga no território nacional. A população estrangeira tende a aumentar a média de idades tal como o conjunto dos portugueses. Apesar disso, o índice de envelhecimento é relativamente baixo, exceto no caso dos grupos provenientes de Espanha e do Reino Unido²⁸.

A distribuição por grupos etários nos primeiros cinco anos do novo século coloca em evidência o peso muito acentuado da população em idade ativa e o carácter residual da população idosa.

Gráfico n.º 6 – Estrutura etária da população estrangeira residente em Portugal, 2001-2005 (em %)



Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas 2006 e 2007*.

26 ROSA *et al*, 2003: 57.

27 ROSA *et al*, 2003: 58.

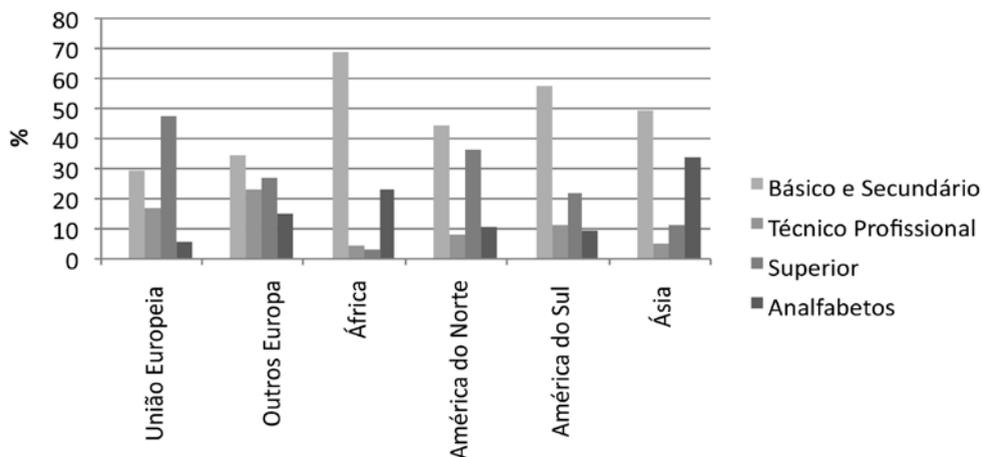
28 ROSA *et al*, 2003: 61.

A faixa etária em idade ativa (15-64 anos) representa 78,1% do total da população imigrante em 2005. No mesmo ano os jovens são 16,3% e os idosos quedam-se por 5,6% do total de estrangeiros com residência legal. É importante verificar que no mesmo ano a população residente em Portugal apresenta valores diferentes: os jovens têm um peso menor (15,6%) e os idosos são em número francamente superior (17,1%), o que reduz o valor da população em idade ativa (67,3%).

Desde o recenseamento de 2001 que se sabe que o número de idosos ultrapassou o de jovens e o índice de envelhecimento da população portuguesa é elevado (102,2)²⁹. Por isso, a população estrangeira com idade média inferior, com um peso acentuado da população em idade ativa e um baixo índice de envelhecimento tem um impacto positivo na demografia nacional. Em 2005, o índice de envelhecimento da população residente em Portugal era de 110,1, contra somente 34,6 entre os imigrantes. A população estrangeira contribui, de forma sensível, para baixar o índice de dependência total da população – 28,1 na população imigrante e 48,5 no total da população residente em Portugal, em 2005³⁰ –, o aumento do volume populacional e o crescimento demográfico.

Um elemento importante para a caracterização da população imigrante diz respeito aos níveis de instrução. Os dados disponíveis referem-se aos indivíduos que solicitaram o estatuto legal de residente e vamos analisar uma curta série relativa a cinco anos, de 2000 a 2004. As estatísticas publicadas estão desagregadas por continentes e grandes regiões de proveniência dos imigrantes, mas não são distribuídas pelos distritos.

Gráfico n.º 7 – População estrangeira que solicitou estatuto de residente em Portugal segundo a instrução, por grandes regiões, 2000-2004 (média anual em %)



Fontes: INE, *Estatísticas Demográficas, 2000 a 2004*.

29 Segundo dados provisórios do censo de 2011 já atinge um valor de 128,6 idosos (65 anos ou +) por 100 jovens (0-14 anos) (PORDATA – *Indicadores de envelhecimento segundo os censos*).

30 Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, expressa habitualmente por 100 (10^{^2}) pessoas com 15-64 anos (*Metainformação* – INE).

Pelo gráfico n.º 7 pode-se constatar que os indivíduos provenientes dos países da União Europeia são os que apresentam um grau mais elevado de instrução, com uma média anual de 47,8% do total dos que solicitam residência em Portugal com nível superior e um número relativamente reduzido de pessoas que não sabem ler nem escrever (5,9%). Entre os que entram de outros países da Europa é menor o peso dos que possuem um grau superior (26,7%) e prevalece o ensino básico e secundário e técnico profissional, numa distribuição mais equilibrada pelos vários graus. A percentagem de analfabetos é mais elevada (15,4%).

O outro grupo com nível de instrução relativamente elevado é da América do Norte, com 36,1% com grau superior. Contudo, a maioria tem o nível básico e secundário (44,6%), com um escasso número a indicar formação técnico-profissional (8,3%) e uma percentagem significativa de analfabetos (11%). Entre os provenientes da América do Sul verifica-se que o nível dominante é o básico e secundário (57, 5%), posicionando-se em quarto lugar quanto ao grau superior (22,1%) e ficando abaixo dos norte-americanos em percentagem de analfabetos (9,3%). Destacando-se os brasileiros, constatamos que a maioria tem o nível básico e secundário, com 22% com um grau superior e 9,5% que não sabem ler e escrever.

Dos dois outros continentes, uma percentagem elevada de analfabetos solicita estatuto de residente, com os provenientes da Ásia³¹ a apresentar os piores indicadores (34,1% contra 23% para os africanos). Apesar disso, os indivíduos provenientes de África apresentam a percentagem mais baixa para o grau de instrução superior, somente 3,4% contra 11,4% para os asiáticos. Observando as nacionalidades africanas mais representadas, verificamos que os cabo-verdianos são os que apresentam piores indicadores quanto ao grau de instrução: somente 1% com nível superior e 27,4% de analfabetos.

Esta análise ganha outra dimensão e significado quando se analisam as estatísticas dos *Quadros de Pessoal* do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, que fornecem indicações sobre o nível de instrução dos trabalhadores estrangeiros por conta de outrem³².

Habilitações e inserção no mercado de trabalho

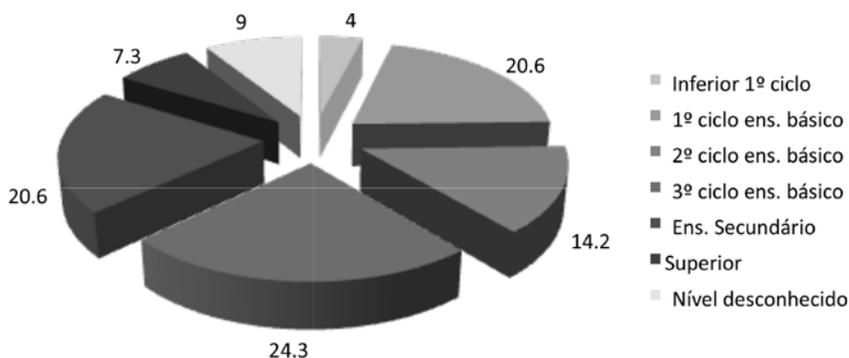
Consideramos para efeito da análise sobre esta matéria o triénio de 2008-2010. Nesses anos a média anual de pessoas de nacionalidade estrangeira ao serviço, recenseadas pelo inquérito do MSSS&GEP, foi de 163 517, o que representa em torno de 5% do total. No conjunto dos estrangeiros, a esmagadora maioria é constituída por trabalhadores por conta de outrem (95,6%) e uma minoria aparece como empregadora (4,2%). Porém, quando se observa por grandes regiões de origem e nacionalidades, constata-se que a maioria dos empregadores é dos países mais antigos da União Europeia, enquanto os trabalhadores por conta de outrem provêm do leste da Europa, do Brasil e dos PALOP.

Quanto à instrução, verifica-se que a maioria se situa no nível de ensino básico (59,1%), seguindo-se o ensino secundário (20,6%) e o superior (7,3%). O nível inferior ao 1.º ciclo de escolaridade é de somente 4%, apesar de haver uma percentagem considerável de indivíduos cujo nível não foi possível apurar (9%). Em geral, o nível de habilitação dos trabalhadores estrangeiros por conta de outrem é inferior ao dos trabalhadores de nacionalidade portuguesa.

31 A nacionalidade mais representada é a chinesa, com mais de metade dos efetivos naqueles anos.

32 Os resultados são obtidos com base em inquéritos anuais às empresas, realizados no mês de outubro. (MSSS&GEP – *Quadros de Pessoal*).

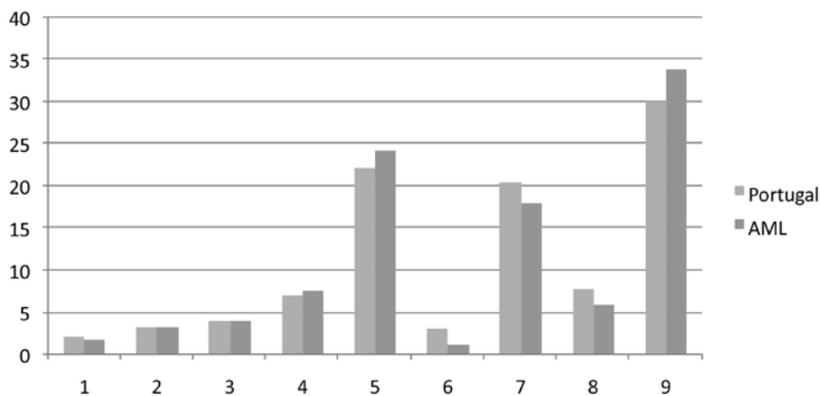
Gráfico n.º 8 – Percentagem de trabalhadores estrangeiros por conta de outrem segundo a instrução, 2008-2010 (média anual)



Fontes: MSSS&GEP – *Quadros de pessoal, 2008-2010.*

A maioria dos trabalhadores por conta de outrem concentra-se na AML: 84345 em média por ano, entre 2008-2010 (54% do total).

Gráfico n.º 9 – Número de trabalhadores estrangeiros por conta de outrem por grupos profissionais em Portugal e na AML, 2008-2010 (média anual)



Fonte: MSSS&GEP – *Quadros de pessoal, 2008-2010.*

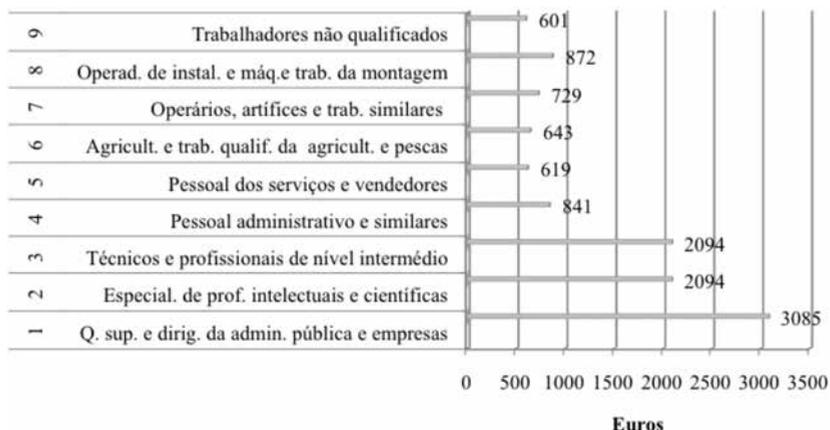
Quadro n.º 1 – Distribuição percentual dos trabalhadores estrangeiros por conta de outrem por grupos profissionais em Portugal e na AML, 2008-2010 (média anual)

Profissões	Portugal	AML
1. Quadros superiores e dirigentes da admin. pública e de empresas	2,2	1,8
2. Especialistas de profissões intelectuais e científicas	3,3	3,4
3. Técnicos e profissionais de nível intermédio	4,0	4,0
4. Pessoal administrativo e similares	7,1	7,6
5. Pessoal dos serviços e vendedores	22,1	24,2
6. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	3,1	1,3
7. Operários, artífices e trabalhadores similares	20,4	17,9
8. Operadores de instalações e máquinas e trab. da montagem	7,8	6,0
9. Trabalhadores não qualificados	30,0	33,8

Fonte: MSSS&GEP – *Quadros de pessoal, 2008-2010.*

Observando a distribuição por grupos profissionais, constata-se que os trabalhadores não qualificados são em número mais elevado, no total e, em particular, na AML (33,8%). Dentro deste grupo, por sua vez, a maior parte está no setor dos serviços e comércio, bem como na construção civil, obras públicas, indústria transformadora e transportes. O segundo grupo profissional mais representado é o pessoal dos serviços e vendedores (24,2%), onde se inclui a prestação de serviços pessoais e de proteção e segurança. Em terceiro lugar, aparecem os operários, artífices e trabalhadores similares que integram os profissionais qualificados de diversas indústrias (17,8%, na AML). O grupo menos representado na AML é, naturalmente, o dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas (1,3%). Trata-se dos setores que ocupam menos pessoal e a região de Lisboa é essencialmente urbana, de serviços e indústrias. Em termos relativos com os trabalhadores por conta de outrem de nacionalidade portuguesa, verifica-se que os estrangeiros estão mais representados no pessoal de serviços e vendedores, na agricultura e pescas, entre os operários e artífices e no conjunto dos trabalhadores não qualificados, ou seja, nas profissões menos qualificadas e mais desvalorizadas socialmente. Na AML, 75,9 % dos trabalhadores estrangeiros por conta de outrem estão distribuídos pelo grupo dos não qualificados, do pessoal de serviços e vendedores, bem como dos operários, artífices e trabalhadores similares. Estes grupos estão entre os que auferem mais baixa remuneração, como se pode ver no gráfico n.º 10.

Gráfico n.º 10 – Trabalhadores estrangeiros por conta de outrem por grupos profissionais e ganho médio mensal em euros, 2008-2010 (média anual)



Fonte: MSSS&GEP – Quadros de pessoal, 2008-2010.

Relativamente ao total dos trabalhadores por conta de outrem, os trabalhadores estrangeiros recebem, em média, remunerações inferiores³³. No entanto, a comparação dos valores por grupos profissionais permite observar que os trabalhadores estrangeiros com funções situadas no topo da hierarquia (numeradas de 1 a 3) apresentam remunerações médias mensais mais elevadas do que as auferidas pelo total dos trabalhadores por conta de outrem dos respetivos grupos.

Conclusão

Entre 1980 e 2009 verificou-se um crescimento sustentado da imigração que só influiu a tendência nos dois anos seguintes. Portugal, tradicionalmente um país de emigração, tornou-se atrativo para a imigração, sobretudo depois da integração na Comunidade Europeia, no final dos anos 80. No contexto dos grandes investimentos públicos e privados realizados nos anos 1990, que permitiram um significativo crescimento da economia e a expansão do mercado de trabalho, a população imigrante aumentou e surgiram grupos de nacionalidades que anteriormente não tinham qualquer relação com o país. Tornou-se, por conseguinte, mais diversificada a população imigrante residente em Portugal, apesar da percentagem de imigrantes ser relativamente diminuta quando comparada com outros países da União Europeia.

A Área Metropolitana de Lisboa é a região do país que concentra maiores grupos de imigrantes de diversas nacionalidades, com destaque para os naturais do Brasil e dos PALOP. Deste modo, a distribuição dos imigrantes replica o que acontece com a população nacional que também se concentra nesta região do país, por razões de ordem socioeconómica e políticas. Não podendo ser considerada uma cidade global, Lisboa e a sua região metropolitana desempenham um papel importante na oferta de emprego nas áreas das indústrias e dos serviços, atraindo os profissionais mais qualificados e os trabalhadores indiferenciados.

³³ Em 2008, a diferença de ganho médio mensal é de menos 15,7% e, no ano seguinte, esse valor desce para 15,1% (MSSS&GEP – Quadros de Pessoal 2008: 38 e 34).

Verifica-se, deste modo, uma polarização do mercado de trabalho, concentrando-se nesta região os quadros de topo de empresas e serviços internacionais. Quando se analisa a situação remuneratória da população ativa imigrante, constata-se que os trabalhadores estrangeiros por conta de outrem que desempenham funções superiores, mais qualificadas e de direção, levam vantagem em relação aos respetivos grupos, enquanto os trabalhadores com atividades situadas nos escalões mais baixos são penalizados com rendimentos médios mensais inferiores.

Olhando para a composição sociodemográfica da população imigrante, observa-se uma predominância masculina que se tem vindo a esbater. A população feminina tem aumentado e os géneros tendem a equilibrar-se, apesar de haver diferenças significativas entre as várias nacionalidades representadas no país e na AML. De qualquer modo, a feminização é um processo que aparece, geralmente, associado com a estabilidade das populações imigrantes e com a diminuição dos fluxos migratórios. Também, de modo geral, se apura que as populações imigrantes são mais jovens, com predomínio da população em idade ativa. O baixo índice de envelhecimento e de dependência total da população imigrante aliam-se ao contributo positivo para o aumento do volume populacional e o crescimento demográfico. Porém, essa realidade global tem de ser matizada pelas diferenças existentes entre os vários grupos de estrangeiros residentes no território nacional.

Fontes

- INE/Instituto Nacional de Estatística, 1981 – “Estrangeiros que legalizaram a sua residência segundo a nacionalidade, por distritos, “R.A. e cidades de Lisboa e Porto” in *Estatísticas Demográficas*. Lisboa: INE.
- INE/Instituto Nacional de Estatística, 2011 – *Anuário Estatístico de Portugal 2010*. Lisboa: INE.
- INE/Instituto Nacional de Estatística, 2012 – *A Região de Lisboa – 2010*. Lisboa: INE.
- INE/Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Demográficas 2000-2010*. Disponível em: <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_accao=PESQUISAR&frm_show_page_num=1&frm_modulo_pesquisa=PESQUISA_AVANCADA&frm_texto=estat%C3%ADsticas+demogr%C3%A1ficas&frm_modulo_texto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=55466&frm_area=o_ine_area_Publicacoes> [consult. jun. 2012].
- INE/Instituto Nacional de Estatística, Novembro de 2010 – *Estatísticas do Emprego*, 3.º trimestre de 2010. Lisboa: INE.
- MSSS&GEP/ Ministério da Solidariedade e Segurança Social/Gabinete de Estratégia e Planeamento – *Quadros de Pessoal*, 2000-2010. Disponível em: <<http://www.gep.msss.gov.pt/estatistica/gerais/qanteriores.php>> [consult. 4 de jul. 2012]
- PORDATA – *Indicadores de envelhecimento segundo os censos*. Disponível em: <<http://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+envelhecimento+segundo+os+Censos-525>> [consult. 2 de jul. 2012].
- PORDATA – *População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades*, [atualização 11.10.2012]. Disponível em: <<http://www.pordata.pt/Portugal/Populacao+estrangeira+com+estatuto+legal+de+residente+total+e+por+algumas+nacionalidades-24>> [consult. 22 de fev. 2013].
- SEF/Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – *Relatórios Estatísticos Anuais*, 2000-2010. Disponível em: <<http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx>> [consult. jun. 2012].

Bibliografia

- BAGANHA, Maria Ioannis *et al*, 2006 – *Bibliografia sobre a Imigração em Portugal*. Lisboa: Oficina do CES, n.º 259.
- BAGANHA, Maria Ioannis, 2001 – “A cada Sul o seu Norte: Dinâmicas migratórias em Portugal” in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) – *Globalização. Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Afrontamento.
- BAGANHA, Maria Ioannis; MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro (org.), 2010 – *Imigração ucraniana em Portugal e no sul da Europa: a emergência de uma ou várias comunidades*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).
- BRAUDEL, F., 1985 – *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Teorema.
- BRAUDEL, F., 1995 – *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 3 vols.
- GÓIS, Pedro (org.), 2008 – *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).
- MACHADO, Fernando Luís; MATIAS, Ana Raquel (compil.), 2006 – *Bibliografia sobre imigração e minorias étnicas em Portugal*:

2000-2006. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano.

MALHEIROS, Jorge Macaísta (org.), 2007 – *A Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

MALHEIROS, Jorge, 1996 – *Os imigrantes na região de Lisboa. Os anos da mudança*. Lisboa: Edições Colibri.

MALHEIROS, Jorge; FONSECA, Maria Lucinda (coord.), 2011 – *Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

MIGUEL, Carlos F. M. de Sousa, 1979 – “Escravidão” in SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas. Vol. II, p. 421-428.

PERISTA, Pedro, 2004 – “Imigrantes do Leste em Portugal: da Imigração à Inserção” in *Actas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Migrações e Etnicidades*. Disponível em: <http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628e59f4bafc_1.pdf> [consult. 24 de jun. 2012].

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 2001 – “História da imigração em Portugal I e II”, “As políticas portuguesas de imigração”. *Janus, Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Público/UAL, p. 170-175.

ROSA, Maria João Valente et al, 2003 – *Contributos dos imigrantes na demografia portuguesa. O papel das populações de nacionalidade estrangeira*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

SANTOS, Boaventura de Sousa, 1985 – “Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português”. *Análise Social*. Lisboa. Vol. XXI (87-88-89), 3.º-4.º-5.º, p. 869-901.

SASSEN, Saskia, 1991 – *The global city*. New York, London, Tokyo: Princeton University Press.

WALLERSTEIN, I., 1979 – *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. México: Siglo Veintiuno, vol. 1.

WALLERSTEIN I., 1984a – *The Politics of the World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

WALLERSTEIN, I., 1984b – *El moderno sistema mundial II: el mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea 1600-1750*. México: Siglo Veintiuno, vol. 2.

WALLERSTEIN, I., 1998 – *El moderno sistema mundial III: la segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850*. México: Siglo Veintiuno, vol. 3.

Estudo exploratório das diferenças na intenção empreendedora entre homens e mulheres em Portugal: o caso dos jovens universitários do Norte de Portugal

Belkis Oliveira

Juan Antonio Moriano

Vasco Salazar Soares

Introdução

O comportamento empreendedor constitui uma condição necessária para o crescimento económico¹. Os 23 milhões de pequenas e médias empresas existentes na União Europeia representam 99% do tecido empresarial, e são o motor chave para o crescimento económico, para a inovação, para o emprego e para a integração económica². O empreendedorismo pode aproveitar os recursos de grupos que manifestam uma reduzida adesão a estas iniciativas como mulheres, pessoas desfavorecidas, imigrantes³. O *Livro Verde* sobre o espírito empresarial é um exemplo de como se fomentam iniciativas empreendedoras e se preparam os cidadãos para estas iniciativas⁴.

A criação de empresas traz vantagens para as pessoas já que aumenta a sua independência e permite uma maior valorização pessoal e social, e para as empresas já que gera dinamismo e motivação. Por último, para a comunidade, promove dinamismo, flexibilidade, inovação e criatividade⁵.

As questões de género também se manifestam na área de criação de empresas. A percentagem de mulheres que ingressam na vida empresarial é inferior à dos homens⁶, apesar de que a perceção comum é que trabalhar por conta própria é compatível com o papel de cuidar dos filhos⁷. O início de um negócio pode ser um caminho a seguir pelas mulheres para evitar o “telhado de vidro”⁸. Contudo, as mulheres encontram mais barreiras para iniciar um caminho profissional empreendedor devido a um menor capital humano⁹, social¹⁰ e financeiro¹¹.

1 SCHUMPETER, 1950 [1942]; REYNOLDS *et al*, 2001.

2 Comisión Europea, 2006.

3 Comissão Europeia, 2003.

4 Comissão Europeia, 2003.

5 GASPAR, 2008.

6 REYNOLDS *et al*, 2000.

7 WINN, 2004.

8 MATTIS, 2004.

9 WINN, 2005; MATTIS, 2004.

10 CARTER; SHAW, 2006.

11 PRIOR; DRIGA, 2009; VERHEUL; THURIK, 2003.

Neste contexto, devido à necessidade de progresso económico e social em Portugal e ao interesse em favorecer a igualdade de género, reconhece-se a necessidade de estudar as variáveis psicológicas e sociais que influenciam a intenção empreendedora dos jovens e, especificamente, as diferenças de género. O presente trabalho tem como objetivos analisar, em primeiro lugar, a intenção empreendedora numa amostra de estudantes universitários do norte de Portugal, tendo como base a Teoria da Ação Planeada¹² e os valores pessoais individuais e coletivos¹³, e, em segundo lugar, explorar nestas variáveis psicossociais as diferenças existentes entre homens e mulheres.

1. O processo empreendedor

Desde os trabalhos pioneiros de Cantillon (1755), Schumpeter (1911) e Weber (1905), o estudo do empreendedorismo despertou um grande interesse. A definição de empreendedorismo sempre foi problemática e dependente dos interesses de cada investigador¹⁴. Neste estudo o conceito de empreendedor engloba a combinação de capacidades e atitudes que dão lugar à criação de novas ideias, de inovações e capacidades para transformar oportunidades diferentes em novos desafios. Como descreve Moriano (2005), pode-se distinguir na conduta empreendedora dimensões centrais (identificar oportunidades, assumir riscos e criar uma nova empresa) e dimensões periféricas (obter recursos, utilizá-los eficazmente e realizar inovações). Segundo o autor, as dimensões centrais proporcionam uma visão vertebrada da conduta empreendedora, enquanto as periféricas estão associadas à eficácia desta conduta.

Por conseguinte, é adotada a definição de empreendedor de Varela (1998), citado por Moriano porque nos parece a mais eclética e vinculada à investigação:

é a pessoa que é capaz de perceber uma capacidade de produção ou de serviço, e perante ela tomar de forma livre e independente uma decisão aquisição de alocação dos recursos naturais, financeiros, tecnológicos e humanos necessários para poder pôr em marcha o negócio, que além de criar valor adicional para a economia, gera trabalho para ela e muitas vezes para os outros¹⁵.

Contudo, empreender vai mais além do ato de criação de uma nova empresa, e “para explicar este processo selecionaram-se os modelos propostos por Carton, Hofer e Meeks (1998) e Baron (2002) porque são complementares e permitem explicar as principais etapas e características do processo empreendedor, distinguindo-o claramente da gestão empresarial (management)”¹⁶.

12 AJZEN, 1991.

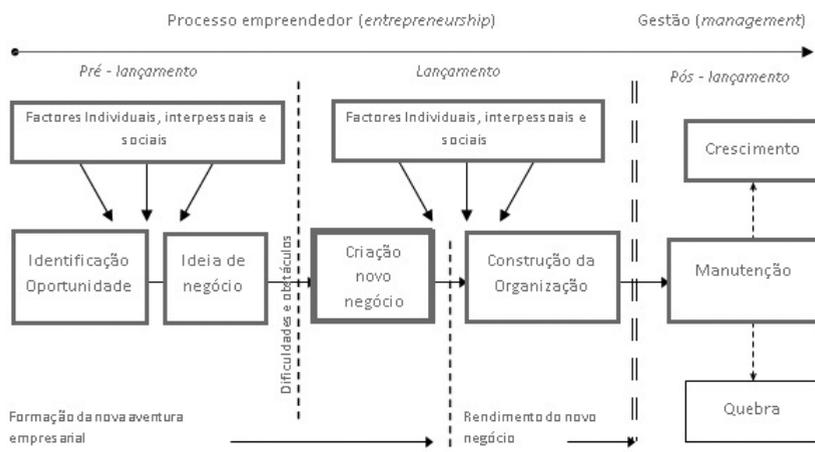
13 SCHWARTZ, 1996; ROKEACH, 1973.

14 STEWART, 1991.

15 MORIANO, 2005: 57.

16 MORIANO, 2005: 24.

Figura n.º 1 – O processo empreendedor



Fonte: Elaboração própria a partir de CARTON *et al*, 1998; BARON, 2002 e MORIANO, 2005: 25.

Esta investigação centra-se na fase do pré-lançamento, que requer tempo para identificar oportunidades, amadurecer a ideia de negócio e desenvolver um plano da empresa¹⁷. Esta fase é influenciada por fatores individuais (motivações, atitudes, conhecimentos e competências), fatores sociais, entre os quais se destaca, a exposição a modelos que desenvolvem atividades empreendedoras, apoio da família e amigos, tamanho da rede social, valores culturais e, finalmente, fatores ambientais ou do contexto (políticos, económicos, situação do mercado laboral e avanços tecnológicos).

Entre os fatores de tipo individual podem encontrar-se diversas motivações externas e internas para empreender que distinguem entre empreendedorismo por oportunidade e por necessidade. O primeiro caracteriza ao empreendedor clássico que procura independência, autorrealização e lucro, e é também típico de economias desenvolvidas. O empreendedorismo por necessidade caracteriza indivíduos que procuram segurança na sua vida, pelo que perante a falta de alternativas seguem esta opção, traduzindo comportamentos típicos de economias em desenvolvimento ou de transição¹⁸.

17 CARTON *et al*, 1998; BARON, 2002.

18 SHAPERÓ e SOKOL, 1982 citado em AMIT; MULLER, 1995.

Quadro n.º 1 – Fatores/motivos para empreender

Fator	Oportunidade	Necessidade
Como surge a motivação de empreender	Indivíduo	Ambiente
Objetivo principal	Orientação para o futuro	Escapar à situação atual
Resultados esperados	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento, prestígio, reputação - Tempo livre - Equilíbrio trabalho/vida pessoal - Ser o próprio chefe - Assumir riscos, independência - Iniciativa - Pôr em prática ideias próprias - Bons rendimentos - Tarefas interessantes - Realização e desenvolvimento pessoal 	<ul style="list-style-type: none"> - Evitar desemprego - Sair de uma situação de emergência - Superar a insatisfação com a situação profissional - Condições e horários laborais flexíveis

Fonte: DEJ, 2007: 61.

2. Empreender em Portugal: questões de género

Foi no relatório *Global Entrepreneurship Monitor – GEM* em 2001 que, pela primeira vez, Portugal aparece referenciado nesta matéria¹⁹.

Neste relatório Portugal ocupa a nona posição contando desde o país menos empreendedor, indicando que apenas 7,1% da população adulta fazia parte da atividade empreendedora. Nele, também se verifica que a percentagem de mulheres empreendedoras é a mais baixa entre os países do GEM em 2001. Em 2004 a situação piorou e Portugal foi o quarto país com menor atividade empreendedora, de entre os países considerados simultaneamente no GEM de 2001 e de 2004. A criação de empresas em Portugal na década de noventa concentra-se nas cidades do Porto e Lisboa, sendo motivada por fatores de oportunidade e não de necessidade.

Inversamente ao ocorrido até então, em Portugal, durante o período de 2000 a 2007, verificou-se um aumento gradual do número total de empresas registadas, o que corresponde a uma taxa de crescimento média anual de 6,85% para o total de empresas²⁰. O aumento do número de empresas registadas na UE e na OCDE no mesmo período é inferior proporcionalmente ao indicado em Portugal (4,55% e 5,25%, respetivamente).

No que diz respeito à criação de empresas segundo o setor de atividade económica, Portugal apresenta um número relativamente maior de novas empresas no setor dos serviços e do comércio do que a média dos países da UE²¹.

Entre as barreiras apontadas para a criação de uma empresa geralmente destacam-se a falta de recursos financeiros e o excesso de burocracia. A comissão europeia refere, no euro barómetro 2007, que 75% e 70% das pessoas entrevistadas da União Europeia e dos Estados Unidos, respetivamente, assinalam o financiamento como o principal problema para criar uma empresa.

A complexidade administrativa é um obstáculo importante. De facto, em 2002 Portugal era o país em que este obstáculo era aludido por mais inquiridos (86%). Esta realidade tem vindo contudo a diminuir nos últimos

19 REYNOLDS *et al*, 2001.

20 SARMENTO; NUNES, 2010.

21 SARMENTO; NUNES, 2010.

anos em Portugal, para o qual contribuíram diversas iniciativas de centralização e simplificação dos trâmites de constituição de sociedades

Além disto, nos últimos anos Portugal criou uma série de iniciativas para incrementar o comportamento empreendedor em geral, e mais em particular o empreendedorismo feminino e o empreendedorismo imigrante. O Quadro Comunitário de apoio ou Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN (2007-2013) e os seus programas operacionais, são os instrumentos que permitem tornar realidade os referidos planos governamentais que promovem o empreendedorismo.

Para Teixeira²², a aversão ao risco, a baixa criatividade e a pouca familiarização com o processo de criação de novos negócios são alguns dos fatores que inibem a criação de empresas entre os estudantes das universidades portuguesas.

A investigação destacou que as mulheres têm menor propensão para a criação de empresas do que os homens²³.

A criação de empresas por parte das mulheres é superior nos países menos desenvolvidos. Assim aqueles países em que uma parte importante das mulheres se encontra em processos de criação de empresas por motivos de necessidade (cerca de 50%), são países de baixo rendimento *per capita*. Em países com rendimento *per capita* mais elevado, a percentagem de participação de homens e mulheres na criação de empresas é muito parecido e esta situação aparece associada à existência de programas específicos de igualdade de género, a mudanças sociais, a mudanças culturais e ao desenvolvimento de programas de educação para empreendedores²⁴.

As motivações de género têm uma influência importante. Entre as motivações das mulheres para aderir a iniciativas empreendedoras estão fatores de oportunidade como a possibilidade de autonomia, a flexibilidade, escapar ao fenómeno do telhado de vidro e fatores de necessidade como a desilusão, uma situação de despedimento ou a insatisfação com o emprego.

Recentemente destacou-se a “barreira invisível” do telhado de vidro como fator que impede as mulheres de progredirem na carreira²⁵, sem ficar claro por que razão isto acontece²⁶. No caso de mulheres com as mesmas habilitações literárias que os homens e com experiências profissionais similares, estas têm salários significativamente inferiores aos homens e recebem menos promoções²⁷.

Os estudos referem, na tentativa de explicar este fenómeno, que o mundo das organizações segue uma estrutura patriarcal²⁸, e que muitas mulheres têm experiências profissionais negativas relacionadas com a predominância masculina nas organizações.

A insatisfação com as políticas organizacionais funciona como uma motivação de grande importância para o autoemprego²⁹. A grande frustração que resulta da falta de flexibilidade que o trabalho dependente oferece relativamente ao papel dualista da mulher enquanto mãe e profissional é outro dos fatores associados à necessidade para seguir a via do empreendedorismo, em que as decisões quanto à carreira são tomadas tendo em atenção fatores familiares e profissionais³⁰. Por outro lado, o grau de independência e controlo que a mulher adquire no autoemprego confere-lhe poder e permite-lhe distanciar-se de situações desfavoráveis³¹.

22 TEIXEIRA, 2008: 20.

23 Comissão Europeia, 2003.

24 MINNITI *et al*, 2005.

25 BRYANT citado em FRENKIEL, 1984.

26 STROH, BRETT e REILLY, 1992, citado em GOODSON; DUDLEY, 1997.

27 GOODSON; DUDLEY, 1997.

28 MORGAN, 1997; WINN, 2004; MATTIS, 2004; MAVIN, 2006 citado em PATTERSON; MAVIN, 2009.

29 WEILER e BERNASEK, 2001 citado em PATTERSON; MAVIN, 2009.

30 POWELL; MAINIERO, 1992; HEWLETT, 2002 citado em PATTERSON; MAVIN, 2009.

31 PADILLA, 2008.

Segundo a OIT, Organização Mundial do Trabalho (2004), estudos realizados sobre mulheres empreendedoras nos Estados Unidos, Reino Unido e Dinamarca, mostram que a maioria se encontrava satisfeita com a transição laboral para o autoemprego. As motivações destas mulheres foram de oportunidade. Em economias mais desenvolvidas o empreendedorismo é de oportunidade e leva a iniciativas positivas e satisfatórias. Alguns estudos com mulheres da Polónia, Lituânia e Ucrânia indicam que os fatores associados a necessidade são fatores importantes na decisão de empreender, o que define um empreendedorismo por necessidade.

Segundo o estudo GEM (2004), tal como em outros países, Portugal apresenta um maior número de empreendedores do sexo masculino, contudo a percentagem de empreendedoras em Portugal é mais significativa do que noutros países. A maior parte das mulheres empreendedoras têm menos de 34 anos e pertencem uniformemente a todas as classes sociais, ao contrário dos empreendedores masculinos que são provenientes predominantemente das classes sociais média-alta e alta³².

Conforme o referido anteriormente sobre o processo empreendedor e as diferenças de género, esta investigação pretende analisar a seguinte hipótese:

Hipótese 1: As mulheres estarão mais motivadas do que os homens por necessidade do que por oportunidade quando desenvolvem a sua carreira profissional através do autoemprego.

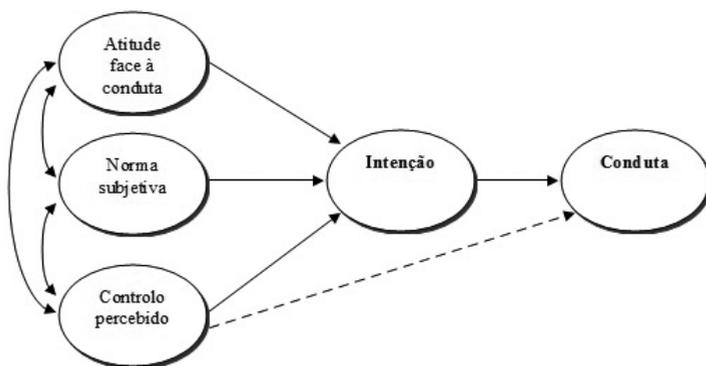
3. O estudo da intenção empreendedora

3.1 Introdução

Os modelos de intenção empreendedora surgem a partir das limitações e críticas aos modelos de traços de personalidade dos empreendedores. A diferença dos modelos baseados nos traços de personalidade e desenvolvimento da intenção empreendedora depende, por um lado, da combinação de fatores pessoais, como por exemplo valores, atitudes, motivações, traços de personalidade e, por outro lado, de fatores sociais como apoio social, norma subjetiva, perceção de oportunidades e perceção de recursos.

Krueger, Reilly, e Carsrud (2000) citados em Moriano, Palací e Morales (2006a), assinalam que os modelos de intenção empreendedora funcionam como modelos sólidos, generalizáveis e que constituem um robusto marco teórico para analisar e prever a intenção empreendedora desde uma perspetiva integradora e sistemática da pessoa e da sua envolvência. O primeiro modelo de intenção empreendedora surge com Shapero (1975, 1982). Segundo este modelo a intenção depende do atrativo recebido, da viabilidade recebida e da propensão para atuar quando aparecem as oportunidades. Este modelo parte do princípio de que a inércia guia a vida das pessoas e só um acontecimento catalisador poderá modificar a sua conduta. Por sua vez, a credibilidade irá depender do atrativo recebido e da viabilidade recebida.

A partir deste modelo outros lhe seguiram, o modelo das ideias empreendedoras de Bird (1988), em que a intenção de empreender surge a partir do contexto social, da história pessoal, da personalidade atual e da habilidade da pessoa. Estes fatores interagem com o pensamento racional e intuitivo desencadeando a intencionalidade e as ações. Nos últimos anos incrementaram-se estudos que utilizam o modelo da Teoria da Ação Planificada (TAP) de Ajzen (1991), entre os quais citamos Alexei e Kolvereid (1996, 1999), Kolvereid (1996), Krueger *et al* (2000), Autio, Keeley, Klofsten, Parker, Hay (2001), e Moriano (2005). Segundo esta teoria (Figura n.º 2), a intenção é uma função das atitudes face à conduta, à norma subjetiva e ao controlo percebido. A principal diferença deste modelo em relação aos anteriores reside no papel do contexto social (norma subjetiva) sobre a intenção para a realização da conduta.

Figura n.º 2 – Representação da TAP

Fonte: Adaptado de AJZEN, 1991: 182.

Tendo em conta que a percentagem de mulheres que criam empresas é inferior à dos homens, tal como se descreveu anteriormente, propõe-se a segunda hipótese desta investigação:

Hipótese 2: As mulheres apresentam uma intenção mais baixa de empreender do que os homens.

3.2 Atitude face à conduta empreendedora

A atitude face à conduta refere-se ao grau em que a pessoa realiza uma evolução positiva ou negativa de comportamento. Assim uma atitude favorável estará associada a uma maior intenção de levar a cabo uma conduta³³. A atitude é determinada por diversas crenças que a pessoa possui face ao objeto (coisa, pessoa ou instituição) e a evolução que as pessoas fazem das ditas crenças. Esta evolução é a componente afetiva da atitude, determinando a motivação e a força da intenção da conduta. Podem-se ter diferentes crenças mas estas, por si só, não conduzem à ação³⁴. Uma valorização positiva de empreender pode permitir ser mais criativo e inovador, mas uma pessoa pode valorizar como totalmente desejável, enquanto outra pode considerar isto como não desejável.

3.3 Norma subjetiva

Esta norma baseia-se na pressão social para realizar ou não um comportamento e reflete o efeito dos valores sociais³⁵ e vem determinada pela perceção das crenças que têm as pessoas importantes para o indivíduo sobre a conduta que o indivíduo deve realizar e pela motivação do indivíduo em satisfazer as expectativas que estes têm sobre ele.

A norma subjetiva é a componente mais social do modelo e Wetzels e Aidis (2007) mostram que as pessoas que integram o núcleo familiar são as que exercem influência sobre a intenção de empreender. Assim,

33 MORIANO *et al.*, 2011.

34 FISHBEIN; AJZEN, 1975; AJZEN, 1989; MORALES, MOYA e REBOLLOSO, 1994 citado em CARPI; BREVA, 1997.

35 MORALES, MOYA e REBOLLOSO, 1994.

ter familiares com experiência na criação de empresas permite que as pessoas possam observar de perto os seus aspetos tanto positivos como negativos³⁶.

A influência normativa tem mais importância para as mulheres do que para os homens³⁷. Nesta mesma linha seguem-se as seguintes hipóteses deste estudo:

Hipótese 3a: A norma subjetiva tem uma influência positiva e significativa na intenção empreendedora.

Hipótese 3b: A influência da norma subjetiva é maior para as mulheres do que para os homens.

3.4 Auto-eficácia empreendedora

A auto-eficácia é constantemente referida como um traço definidor do perfil empreendedor em muitos estudos³⁸. É esperado que as pessoas com um elevado nível de auto-eficácia geral sejam mais persistentes, trabalhem efetivamente mais, demonstrem maior segurança, se esforcem mais na realização de tarefas e tenham a segurança de ter a capacidade necessária para alcançar os seus objetivos. Esta crença nas capacidades relacionadas com a atitude de uma maior persistência no negócio é reforçada externamente pelo êxito e inovação e pelo controlo pessoal percebido dos resultados.

A evidência empírica mostra que as mulheres têm uma menor perceção de auto-eficácia e isto comprova-se nas suas opções académicas, no seu acesso a diversas profissões e concretamente na forma como regem a atividade empresarial³⁹, desta forma analisaremos as seguintes hipóteses:

Hipótese 4a: A auto-eficácia tem uma influência positiva e significativa na intenção empreendedora.

Hipótese 4b: A influência da auto-eficácia é mais significativa para homens do que para mulheres.

3.5 Valores pessoais

O estudo dos valores tem vindo a adquirir grande protagonismo na psicologia social. Schwartz (1996) e Rokeach (1973) consideram os valores como metas desejáveis e transituacionais, que variam de importância e servem como princípio guia na vida das pessoas. Schwartz (1996) propõe no seu modelo uma estrutura formada por dez tipos de valores, que se agrupam por dimensões de individualismo (poder, realização, hedonismo, estimulação e auto-direção), de coletivismo (benevolência, tradição e conformidade) e valores mistos (universalismo e segurança).

Segundo Morris, David e Allen (1994), as culturas individualistas favorecem o espírito empreendedor.

Na investigação sobre a estrutura de valores pessoais dos empresários em Espanha, Moriano, Palací e Trejo (2001) observaram valores individualistas tais como o hedonismo, a auto-direção, a estimulação e a realização.

De uma perspetiva de género, o facto de a mulher ser emocionalmente mais dependente do que o homem leva-a a ser menos individualista⁴⁰. A questão é saber se o individualismo afeta de forma diferente o empreendedorismo de homens e mulheres e nesta abordagem surge a nossa terceira hipótese.

Hipótese 5: Os valores pessoais individualistas do modelo de Schwartz (poder, realização, hedonismo, estimulação e auto-direção) terão uma influência positiva na intenção empreendedora.

36 CAPUTO e DOLINSKY 1998, citado em WETZELS; AIDIS, 2007 e ANDREU, 1998; BROCKHAUS, 1982; HISRICH; BRUSH, 1986; KATZ, 1992; ROBERTS; WAINER, 1968; SÁNCHEZ-ALMAGRO, 2003; SCHERER *et al*, 1989; SHAPERO, 1982 citado em MORIANO *et al*, 2006a.

37 LEROY *et al*, 2009.

38 BARON, 1998; CHEN *et al*, 1998; MARKMAN *et al*, 2002; MARKMAN e BARON, 2003 citado em MORIANO, 2005: 82.

39 HACKETT; BETZ, 1981; ECCLES, 1994; CHEN *et al*, 1998; WILSON, MARLINO e KICKJUL, 2004, citados em DÍAS GARCÍA, 2007.

40 VERHEUL; THURIK, 2003.

4. Método

4.1 Amostra

A amostra é constituída por 107 mulheres (55,2%) e 87 homens (44,8%) que frequentam uma licenciatura no norte de Portugal.

Quadro n.º 2 – Distribuição da amostra por género

	Mulheres		Homens	
	Frequência	%	Frequência	%
Participantes	107	55,2	87	44,8

Fonte: Elaboração própria, 2012.

É possível verificar no quadro n.º 3, que mais de metade dos inquiridos da amostra (69,6%), têm algum familiar direto ou indireto que é empresário ou já teve a sua própria empresa. Uma grande parte dos participantes no estudo (71,6%), têm experiência profissional, sendo que apenas 20,6% teve alguma experiência de autoemprego. Dentro da relação nível educativo/autoemprego pode observar-se que dos 194 participantes (que compõem a amostra após a retirada dos casos críticos) apenas dois referem ter assistido a um seminário ou conferência sobre o autoemprego, o que representa 1,02% da amostra. A maioria dos participantes pertence a um nível socioeconómico médio (70,1%), seguido do nível médio-baixo (22,2%).

Nesta pesquisa participaram 203 estudantes das áreas de economia, direito, gestão e procuradores dos tribunais, dos quais 44,85% são homens e 55,15% são mulheres com idades compreendidas entre os 19 e os 57 anos. A idade média dos participantes foi de 29,30 anos ($DT = 8,00$).

4.2. Instrumento

A recolha de dados realizou-se a partir de um questionário que conta com várias escalas. De seguida, apresenta-se cada uma das secções e escalas que o compõem:

Dados demográficos: características pessoais dos questionados: idade, sexo, localidade e freguesias.

Formação académica: informações sobre o nível de estudos, área de conhecimentos e percurso académico.

Emprego: dados sobre a situação profissional, a experiência profissional em geral, a experiência como empresário/a.

Aspetos familiares: se algum membro da sua família direta é empresário/a ou teve um negócio próprio (pais, irmãos ou avós).

Valores: neste estudo utilizou-se o questionário de valores de PVQ (Portrait Values Questionnaire⁴¹) que mede os valores de forma indireta. Esta escala apresenta uma série de afirmações e os entrevistados devem referir quão semelhante é essa pessoa com eles. As respostas apresentam-se numa escala tipo Likert de “não se parece nada comigo” (0) a “parece-se muito comigo” (5). A fiabilidade desta escala é muito satisfatória, com um alfa de Cronbach de .90.

41 SCHWARTZ, 2005.

Atitude: nesta escala mede-se a atitude que a pessoa mostra relativamente a ser empresário⁴², por um lado explora-se o que significa para a pessoa criar uma empresa (questões A1 a A6) e no ponto seguinte o grau de conveniência que tem para a sua vida as situações propostas (questões B1 a B6). A fiabilidade desta escala é satisfatória, com um alfa de Cronbach de .76.

Auto-eficácia empreendedora: esta escala surge a partir de uma escala desenvolvida em San Diego State University pelos professores Alex de Noble, Don Jung e Sanford Ehrlich (1999) citada em Moriano, Palací e Morales (2006b). Esta escala pretende medir em que áreas a pessoa se considera eficaz quando pretende desenvolver tarefas associadas à criação e gestão de empresas. No questionário realizam-se perguntas sobre até que ponto será capaz de realizar tarefas como definir a sua área de negócio, a sua estratégia, negociar e reconhecer oportunidades de mercado (questões E1 a E6). A fiabilidade desta escala é muito satisfatória, com um alfa de Cronbach de .96.

Norma subjetiva: constitui a componente normativa do modelo e reflete a influência que o ambiente imediato do sujeito (os seus outros significados) exerce sobre a conduta. Os participantes devem assinalar em que medida estariam de acordo o seu cônjuge, pais, irmãos, amigos, companheiros e professores se decidissem ser empresários. A escala de resposta era de tipo Likert de cinco pontos, desde 0 (nada de acordo) a 6 (totalmente de acordo) e mede, por um lado, as crenças normativas sobre outras referências significativas (C1 a C3); e, por outro lado, a motivação para acomodar-se a outros significados ou referentes (D1 a D3). A fiabilidade desta escala é muito satisfatória, com um alfa de Cronbach de .90.

Intenção empresarial: este conceito mede a intenção de criar um negócio ou empresa para si próprio. A intenção consiste na “localização de uma pessoa numa dimensão de probabilidade subjetiva que inclui uma relação entre a própria pessoa e alguma ação”⁴³. Este conceito contém cinco afirmações que pretendem avaliar a intenção empreendedora dos entrevistados. A escala de resposta é de tipo Likert desde 0 “nada” a 5 “totalmente” (questões F1 a F5). A fiabilidade desta escala é moderadamente satisfatória, com um alfa de Cronbach de .63.

Motivação para empreender: Podem-se distinguir dois tipos de empresários tendo por base as suas motivações. Por “necessidade”: pessoas que, por insatisfação, se sentem obrigadas a iniciar uma nova actividade; e por “oportunidade”: pessoas fortemente motivadas por determinadas ideias de negócios e que se empenham pessoalmente num novo projeto empresarial. As pontuações variam entre (-3) necessidade e (+3) oportunidade (questão G).

4.3. Procedimento

O questionário foi aplicado durante as aulas, entre janeiro e junho de 2011, respeitando a participação voluntária e a confidencialidade dos dados. Foi referido aos jovens que se pretendia conhecer alguns aspetos da sua formação académica. Os questionários foram aplicados nas seguintes universidades: Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Universidade Portucalense, Instituto Superior do Douro e Vouga e Universidade Católica Portuguesa. Concluído o processo de aplicação do questionário, iniciou-se o seu tratamento mediante a elaboração de uma base de dados utilizando o programa SPSS (Statistical Package for Social Science), versão 15.0.

42 MORIANO; GORGIEVSKI *et al*, 2011.

43 FISHBEIN; AJZEN, 1975: 28.

5. Resultados

Em primeiro lugar realizou-se uma análise genérica da amostra que consistiu em caracterizar o estudo relativamente à experiência profissional, experiência de autoemprego e família empresária (Quadro n.º 3).

Quadro n.º 3 – Análise genérica da amostra

	Mulheres		Homens		Total	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Experiência profissional	76	71,00	63	72,40	139	71,6
Experiência de auto-emprego	14	13,10	26	29,90	40	20,6
Família empresária	74	69,20	61	70,01	135	69,6

Fonte: Elaboração própria, 2012.

Como se pode observar no quadro n.º 3, os resultados são similares exceto no relativo à experiência de autoemprego entre homens e mulheres. Os homens apresentam mais do dobro da experiência de autoemprego.

Quanto à motivação para empreender (por oportunidade ou por necessidade), não se encontraram diferenças significativas entre homens e mulheres ($t = .22$ e $p = .223$), pelo que não se confirma a hipótese 1.

Quadro n.º 4 – Motivação para empreender

Motivação para empreender								
	-3	-2	-1	0	1	2	3	Total
	Necessidade				Oportunidade			
Homem	3	4	0	6	10	25	58	106
Mulher	1	0	1	5	7	22	48	84
Total	4	4	1	11	17	47	106	190

Fonte: Elaboração própria, 2012.

Por outro lado, no quadro n.º 5 mostram-se os resultados da comparação de médias entre homens e mulheres nas variáveis recolhidas na TAP. Os resultados mostram diferenças significativas entre homens e mulheres na intenção empreendedora e na auto-eficácia empreendedora, sendo a média das mulheres inferior à dos homens quanto à intenção, pelo que se confirma a hipótese 2. As diferenças são significativas quanto à auto-eficácia sendo a média dos homens superior à das mulheres, pelo que se confirma a hipótese 4b. Pelo contrário, não se encontram diferenças na norma subjetiva, pelo que não se confirma a hipótese 3b.

Quadro n.º 5 – Comparação de médias nos componentes dos modelos

	Mulheres		Homens		t
	Média	DT	Média	DT	
Intenção Empreendedora	3.57	1.58	3.9888	1.2800	1.97*
Atitudes	2.83	0.91	2.86	1.00	0.17
Norma Subjectiva	2.85	1.22	2.63	1.28	-1.23
Auto-eficácia empreendedora	3.89	1.05	4.30	0.83	2.94**

*p < .05, ** p < .01

Fonte: Elaboração própria, 2012.

Relativamente à influência das variáveis do modelo da Teoria da Ação Planificada, atitudes, norma subjetiva e auto-eficácia na intenção empreendedora dos estudantes, pode-se apreciar no quadro n.º 5 que a intenção de empreender relaciona-se de forma significativa e positiva com as três variáveis, pelo que se comprovam as hipóteses 3a e 4a.

Quadro n.º 6 – Análise da correlação com intenção empreendedora

	Intenção empreendedora
Atitudes	.555**
Norma subjectiva	.364**
Auto-eficácia	.588**

* Correlação significativa ao nível de 0,05 (bilateral)

** Correlação significativa ao nível 0,001 (bilateral)

Fonte: Elaboração própria, 2012.

Por outro lado, o quadro n.º 7 mostra-nos a correlação entre os valores individualistas e a intenção empreendedora dos e das estudantes universitários/as. As análises mostram-nos que os valores individualistas poder, estimulação e auto-direção correlacionam positiva e significativamente com a intenção de empreender. Podemos considerar que estes resultados suportam a hipótese 5.

Quadro n.º 7 – Correlação entre valores individualistas e a intenção empreendedora

	Intenção empreendedora
Poder	.176**
Realização	.128
Hedonismo	.078
Estimulação	.249**
Auto-direção	.142*

*Correlação significativa ao nível de 0,05 (bilateral)

** Correlação significativa ao nível 0,001 (bilateral)

Fonte: Elaboração própria, 2012.

Para proceder à análise das relações entre variáveis efetuou-se uma análise de regressão onde se descreve uma proposta de modelo de intenção empreendedora estabelecendo-se comparações por passos entre grupos de homens e mulheres (Quadro n.º 8). No passo 1 foram utilizadas variáveis de controlo sociodemográfico, e na análise efetuada verificamos que pertencer a uma família empresária explica 8% da variação da intenção empreendedora dos jovens estudantes. No passo 2 introduziram-se os valores individualistas: auto-direção, estimulação, hedonismo, realização e poder e, com este modelo, explicamos 22% da variação e da capacidade explicativa do modelo que aumentou de 8% para 22%. A variável preditiva significativa neste passo 2 é a estimulação ($\beta = .298; p < .05$). Finalmente, no passo 3 introduziram-se as variáveis associadas à TAP (atitudes, norma subjetiva, auto-eficácia). Com este modelo explicamos 46,8% da variação da intenção empreendedora dos estudantes masculinos da amostra. A auto-eficácia empreendedora é significativa ($\beta = .370; p < .05$). Estes resultados suportam a hipótese 4a e mostram a importância da auto-eficácia para explicar a intenção empreendedora dos estudantes masculinos da amostra. O efeito da atitude e da norma subjetiva não chega a ser significativo para explicar a intenção empreendedora dos estudantes universitários.

A análise da amostra feminina também foi realizada por passos. No primeiro passo utilizaram-se novamente as variáveis de controlo sociodemográfico. Na análise efetuada, verificou-se que pertencer a uma família empresária explica 7% da variação da intenção empreendedora das estudantes. No passo 2 introduziu-se os valores individualistas: auto-direção, estimulação, hedonismo, realização e poder e, com este modelo, explicamos 13% da variação de intenção empreendedora (aumentou de 7% para 13%). A variável preditiva neste passo 2 é pertencer a uma família empresária ($\beta = .201; p < .05$). Finalmente, no passo 3 introduziram-se as variáveis associadas à TAP (atitudes, norma subjetiva, auto-eficácia). Com este modelo explicamos 41,3% da variação da intenção empreendedora das estudantes da amostra. As variáveis significativas são a auto-eficácia ($\beta = .327; p < .01$) e a atitude ($\beta = .290; p < .05$). Estes resultados suportam a hipótese 4a e mostram a importância da auto-eficácia e da atitude para explicar a intenção empreendedora das estudantes da amostra. O efeito da norma subjetiva não chega a ser significativo para explicar a intenção empreendedora das estudantes universitárias portuguesas.

Quadro n.º 8 – Análise de regressão

Variável critério: Intenção empreendedora	Modelo Homens			Modelo Mulheres		
	Passo 1	Passo 2	Passo 3	Passo 1	Passo 2	Passo 3
Idade	-.060	-.028	-.052	-.030	-.045	-.017
Nível socioeconómico	.098	.085	.030	.160	.136	.113
Família empresária	.248*	.176	.094	.212*	.201*	.090
Auto-direção		.136	-.071		.154	-.090
Estimulação		.298*	.005		.140	.049
Hedonismo		.128	.165		-.124	-.051
Realização		-.217	-.227		.057	.017
Poder		.136	.095		-.025	.022
Atitude			.218			.290*
Norma Subjetiva			.130			.115
Auto-eficácia empreendedora			.370*			.327**
F	2.52*	2.72*	5.908***	2.67*	1.733	6.020***
R ²	.085	.220	.468	.073	.125	.413
ΔR ²	-	.139*	.388***	-	.053	.345**

*p < .05; ** p < .01; *** p < .001

Fonte: Elaboração própria, 2012.

Conclusões

O presente estudo pretende identificar e analisar as variáveis psicossociais que permitem explicar e prever a intenção empreendedora. Os resultados obtidos mostram que a intenção empreendedora das mulheres é inferior e é influenciada por fatores diferentes daqueles que influenciam os homens, o que está de acordo com os dados sobre a criação de empresas a nível internacional e nacional. Assim, a intenção empreendedora dos homens da amostra está fortemente associada à auto-eficácia empreendedora, pelo que quando decidem trabalhar por conta própria, têm maior intenção de desenvolver a sua carreira profissional através do autoemprego. Este resultado coincide com a investigação de autores como Baron, 1998; Markman e Baron, 2003, que indicam a auto-eficácia como um traço definidor do perfil empreendedor. No que concerne às mulheres, a intenção empreendedora depende tanto da auto-eficácia como da atitude. Os valores da auto-eficácia apesar de serem significativos são inferiores aos valores demonstrados pelos homens, e apoiam os obtidos por Hackett e Betz, 1981; Eccles, 1994; Chen *et al*, 1998, Wilson, Marlino e Kickul, 2004, citados em Díaz García (2007). Para as mulheres não conta apenas a sua perceção sobre o que é criar uma empresa e o grau de conveniência que tem essa ação na sua vida. Uma vez que ser empresário/a está associado a riscos financeiros e a enfrentar novos desafios com um trabalho árduo, uma das explicações possíveis que afeta a intenção de empreender das mulheres poderá estar relacionada com a dificuldade da mulher em conciliar a vida pessoal e profissional e os conflitos família – trabalho⁴⁴.

44 OSCA; MARTÍNEZ-PÉREZ, 2002.

A norma subjetiva não apresenta diferenças significativas entre homens e mulheres, mas a média do conceito é mais elevada no caso das mulheres (Quadro n.º 5), o que está de acordo com os estudos de Leroy *et al.*, 2009 e de Moriano, 2005. Nestes estudos, como se referiu anteriormente, a influência normativa tem mais importância para as mulheres do que para os homens.

Um outro aspeto importante refere-se à motivação para empreender, apesar de não existirem diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres; a média da amostra em geral é de 2.15, o que denota uma proximidade relativamente aos valores de oportunidade. Estes resultados confirmam os dados indicados pela Organização Internacional do Trabalho (2004), relativo a mulheres empreendedoras nos Estados Unidos, Reino Unido e Dinamarca, os quais mostram que a maioria se encontrava satisfeita com a transição laboral para o autoemprego. As motivações destas mulheres foram a vocação ou oportunidade, a necessidade de melhores recompensas financeiras, o desejo de correr riscos e uma maior autonomia.

Os valores individuais poder, estimulação e auto-direção correlacionam positivamente com a intenção empreendedora o que corrobora os estudos Morris, David e Allen (1994) onde se refere que as culturas individualistas favorecem o espírito empreendedor, promovem a responsabilidade, a obtenção de benefícios e a inovação. A investigação do perfil psicossocial do empreendedor, segundo Moriano (2005), demonstra que os estudantes com elevada intenção empreendedora pontuaram significativamente a realização, o hedonismo, a estimulação e a auto-direção. Existem duas características comuns aos dois estudos: estimulação e auto-direção.

O papel da família empresária na intenção de empreender é significativo e importante tanto nos homens como nas mulheres. Portanto pertencer a famílias empresárias atua como modelo e é um fator de influência importante na intenção de criar uma empresa, o que está de acordo com os resultados obtidos por vários autores⁴⁵.

Uma das principais conclusões do estudo está relacionada com a necessidade de implementar sessões informativas: conferências, seminários sobre o empreendimento nos jovens de forma a incentivar a criação de empresas no norte de Portugal. Em vários países da Europa o curso de empreendedorismo já está incluído no currículo para um modelo académico para a competitividade e Portugal deveria seguir este modelo.

A amostra é limitada ao norte de Portugal e não é representativa da população estudantil, pelo que este estudo pretende ser exploratório e despertar o interesse pelo tema.

Esta investigação visa contribuir para o estudo da conduta empreendedora em Portugal, do ponto de vista psicossocial e corrobora a importância do uso destas teorias especificamente, a TAP como importante modelo teórico para explicar a intenção empreendedora e desta forma prever a conduta. A partir do estudo apresentam-se as possíveis linhas de investigação, entre elas: ampliar a amostra de estudantes para obter dados mais representativos do norte de Portugal, ampliar o estudo às regiões centro e sul, já que estas apresentam especificidades próprias, e realizar estudos longitudinais que permitam comprovar a relação entre intenção empreendedora e conduta empreendedora.

45 CAPUTO e DOLINSKY, 1998 citado em WETZELS; AIDIS, 2007; ANDREU, 1998; BROCKHAUS, 1982; HISRICH; BRUSH, 1986; KATZ, 1992; ROBERTS; WAINER, 1968; SÁNCHEZ-ALMAGRO, 2003; SCHERER, ADAMS e WIEBE, 1989 citados em MORIANO *et al.*, 2006a; TEIXEIRA; FÓRTE, 2011.

Fontes

- Conselho de Ministros, 2010 – “Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010, II Plano para a Integração de Imigrantes, (2010-2013)”. *Diário da República*. 1.ª Série, n.º 182, 17 de setembro de 2010.
- Conselho de Ministros, 2010 – “Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013)”. *Diário da República*. 1.ª Série, n.º 12, 18 de janeiro de 2011.
- Instituto Nacional de Estatística, 2007 – *Factores de Sucesso das Iniciativas Empresariais*. DEE/Serviço de Estatísticas das Empresas.
- Instituto Nacional de Estatística, 26 jun. 2009 – “Demografia de Empresas 2004-2007. O Empreendedorismo em Portugal – Indicadores sobre a Demografia das Empresas” in *Destaque, Informação e Comunicação Social*.

Bibliografia

- AJZEN, I., 1989 – “Attitude structure and behavior” in PRATKANIS, A. R.; BRECKLER, S. J.; GREENWALD, A. G. (org.) – *Attitude structure and function*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, p. 241-274.
- AJZEN, I., 1991 – “The Theory of Planned Behavior”. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*. N.º 50, p. 179-211.
- ALEXEI, T.; KOLVEREID, L., 1999 – “Self-employment intentions among Russian students”. *Entrepreneurship and Regional Development*. 11 (3), p. 269-271.
- AMIT, R.; MULLER, E., 1995 – “Push’ and ‘pull’ entrepreneurship”. *Journal of Small Business and Entrepreneurship*. N.º 12 (4), p. 64-80.
- ANDREU, J. C., 1998 – Ponencia presentada en IV Congreso Nacional de Jóvenes Empresarios Pontevedra, Documento Inédito AJE Madrid.
- AUTIO, E.; KEELEY, R. H.; KLOFSTEN, M.; PARKER, G. C., *et al*, 2001 – “Entrepreneurial Intent among Students in Scandinavia and in the USA”. *Enterprise and Innovation Management Studies*. N.º 2 (2), p. 145-160.
- BARON, R. A., 1998 – “Cognitive mechanism in entrepreneurship: why and when entrepreneurs think differently than other people”. *Journal of Business Venturing*. N.º 13, p. 275-294.
- BARON, R. A., 2002 – “OB and Entrepreneurship: the reciprocal benefits of closer conceptual links” in STAW, B. M.; KRAMER, R. M. (org.) – *Research in Organizational Behavior – An annual series of analytical essays and critical reviews*. Oxford: Oxford Elsevier Science, n.º 24, p. 225-270.
- BIRD, B., 1988 – “Implementing entrepreneurial ideas. The Case for Intentions”. *Academy of Management Review*. N.º 13 (3), p. 442-453.
- BROCKHAUS, R. H., 1982 – “The psychology of the entrepreneurs”. *Academy of Management Journal*. N.º 23, p. 509-520.
- CANTILLON, R., 1755 – *Essai sur la nature du commerce en général*. Londres: Chez Fletcher Gyles dans Holborn.
- CAPUTO, R.; A. DOLINSKY, A., 1998 – “Women’s choice to pursue self-employment: the role of financial and human capital members”. *Journal of Small Business Management*. N.º 36 (3), p. 8-17.
- CARPI, A.; BREVA, A., 1997 – “La Predicción de la conducta a través de los constructos que integran la acción planeada”. *Revista Electrónica de motivación y emoción*, 4 (7). Disponível em: <<http://reme.uji.es/articulos/abreve7191302101/texto.html>> [consult. 1 de jun. 2012].
- CARTER, S. L.; SHAW, E., 2006 – *Women’s Business Ownership: Recent Research and Policy Developments*. Sheffield: Small Business Service.
- CARTON, R. B.; HOFER, C. W.; MEEKS, M. D., 1998 – *The entrepreneur and entrepreneurship: Operational definitions of their role in society*. Paper presented at the Annual International Council for Small Business Conference, Singapore.
- CHEN, C. C.; GREEN, P. G.; CRICK, A., 1998 – “Does Entrepreneurial self-efficacy distinguish entrepreneurs from managers?” *Journal of Business Venturing*. N.º 13 (4), p. 295-316.
- Comisión Europea, 2006 – *La nueva definición de PYME. Guía del usuario y ejemplo de declaración Comisión Europea*. Comisión Europea: Oficina de Publicaciones.
- Comissão Europeia, 2003 – *Livro Verde – Espírito Empresarial na Europa*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comisión de las Comunidades Europeas, 2003 – *Informe de síntesis. El debate público suscitado por el Libro Verde sobre el espíritu empresarial en Europa*. Bruselas: Comisión Europea.
- DENOBLE, A. F.; JUNG, D.; EHRlich, S. B., 1999 – “Entrepreneurial self-efficacy: the development of a measure and its relationship to entrepreneurial action” in REYNOLDS, R. D.; BYGRAVE, W. D.; MANIGART, S.; MASON, C. M. *et al* (org.) – *Frontiers of entrepreneurship research*. Waltham, MA: P&R Publications Inc., p. 73-87.
- DEJ, D., 2007 – “Motivation to become entrepreneur” in MORIANO, Juan Antonio; GORGIEVSKI, Marjan (org.) – *Psychology of Entrepreneurship: Research and Education*. University of Technology in Dresden, p. 57-64.
- ECCLES, J. S., 1994 – “Understanding women’s educational and occupational choices”. *Psychology of Women Quarterly*. N.º 18

(4), p. 585-609.

DIÁZ GARCÍA, C.; JIMÉNEZ MORENO, J. J., 2007 – “¿Cómo incide el género en la intención de crear una empresa?” in MERCADO IDOTEA, C. (org.) – *Empresa Global y Mercados Locales*. Madrid: Escuela Superior de Gestión Comercial y Marketing, vol. 2.

Empresa na hora. Disponível em: <http://www.empresanahora.pt/ENH/sections/PT_como-funciona> [consult. 1 de jun. 2012].

FISHBEIN, M.; AJZEN, I., 1975 – *Belief, Attitude, Intention, and Behavior: An Introduction to Theory and Research*. Reading, MA: Addison-Wesley.

FRENKIEL, N., 1984 – “The Up-and-Comers: Bryant Takes Aim at the Settlers-In”. *Adweek*, March 1984. Disponível em: <<http://www.phrases.org.uk/meanings/glass-ceiling.html>> [consult. 1 jun. 2012].

GASPAR, F., 2008 – “Fomentar o empreendedorismo através do capital de risco e da incubação de empresas: Um estudo empírico em Portugal”. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*. N.º 7 (3), p. 71-84.

GEM – Global Entrepreneurship Monitor 2004, Portugal, Executive Report. Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

GOODSON, S. L.; DUDLEY, G. W., 1997 – *Executive women: barriers to career advancement and attitudes toward self-promotion*. Paper presented at the meeting of the XXVII Congress of the European Association for Behavioural & Cognitive Therapies, Venice.

HACKETT, G.; BETZ, N. E., 1981 – “A self-efficacy approach to the career development of women”. *Journal of Vocational Behaviour*. N.º 18 (3), p. 326 – 339.

HEWLETT, S. A., 2002 – “Executive Women & the Myth of Having it All”. *Harvard Business Review*. 80 (4), p. 5-11.

HISRIC, R. D.; BRUSH, C. G., 1986 – *The Woman Entrepreneur: Starting, Managing, and Financing a Successful New Business*. Lexington, MA: Lexington Books.

KATZ, J., 1992 – “A psychological cognitive model of employment status choice”. *Entrepreneurship Theory and Practice*. N.º 17 (1), p. 29-37.

KECHARANANTA, K.; BAKER, H. G., 1999 – “Capturing Entrepreneurial Values”. *Journal of Applied Social Psychology*. N.º 29 (4), p. 820-833.

KOLVEREID, L., 1996 – “Prediction of employment status choice intentions”. *Entrepreneurship Theory and Practice*. N.º 21(1), p. 47-58.

KRUEGER, N. F.; REILLY, M. D.; CARSRUD, A. L., 2000 – “Competing models of entrepreneurial intentions”. *Journal of Business Venturing*. N.º 15, p. 411-432.

LEROY, H.; MAES, J.; SELS L.; DEBRULLE J., 2009 – *Gender effects on entrepreneurial intentions: a TPB multigroup analysis at factor and indicator level*. Working Paper Steunpunt STOIO, Paper presented at the Academy of Management Annual Meeting, 7-11 August 2009, Chicago.

MARKMAN, G. D.; BALKIN, D. B.; BARON, R. A., 2002 – “Inventors and New Venture Formation: the Effects of General Self-Efficacy and Regretful Thinking”. *Entrepreneurship Theory and Practice*. N.º 27 (2), p. 149-165.

MARKMAN, G.D.; BARON, R. A., 2003 – “Person-entrepreneurship fit: why some people are more successful as entrepreneurs than others”. *Human Resource Management Review*. N.º 13, p. 281-301.

MATTIS, M. C., 2004 – “Women entrepreneurs: Out from under the glass ceiling”. *Women in Management Review*. N.º 19 (3), p. 154-163.

MAVIN, S., 2006 – “Venus envy: problematizing solidarity behaviour and queen bees”. *Women in Management Review*. N.º 21 (4), p. 264-276.

MINNITI, M.; ARENIUS, P.; LANGOWITZ, N., 2005-2004 – *Report on Women and Entrepreneurship, Global Entrepreneurship Monitor*, Center for Women’s Leadership at Babson College e London Business School.

MORALES, J. F.; MOYA, M.; REBOLLOSO, E., 1994 – “Modelos combinatorios del cambio de actitudes” in MORALES, J. F.; MOYA, M.; REBOLLOSO, E.; FERNÁNDEZ-DOLS, J. M., et al (org.) – *Psicología social*. Madrid: McGrawHill.

MORGAN, G., 1997 – *Images of Organizations*. California: SAGE Publishing.

MORIANO, J. A., 2005 – “El perfil psicosocial del emprendedor”. Madrid: Consejo Económico y Social.

MORIANO, J. A.; PALACÍ, F. J.; MORALES, J. F., 2006a – “El Perfil Psicosocial del emprendedor universitario”. *Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones*. N.º 22 (1), p. 75-99.

MORIANO, J. A.; PALACÍ, F. J.; MORALES, J. F., 2006b – “Adaptación y validación en España de la escala de Autoeficacia Emprendedora”, Universidad Nacional de Educación a Distancia. *Revista de Psicología Social*. N.º 21 (1): 51-64.

MORIANO, J. A.; PALACÍ, F. J.; TREJO, E., 2001 – “El Perfil Psicosocial del emprendedor: un estudio desde la perspectiva de los valores”. *Revista de Psicología Social*. N.º 16 (2), p. 229-242.

MORIANO, J. A.; GORGIEVSKI, M.; LAGUNA, M.; STEPHAN, et al, 2011 – “A cross cultural approach to understanding entrepreneurial intention”. *Journal of Career Development*. Disponível em: <http://mgt.dept.shef.ac.uk/publication_files/Moriano_Gorgievski_Laguna_Stephan_Zahasfari_cross-culture-intent_forthcoming.pdf> [consult. 1 jun. 2012].

- MORRIS, M. H.; DAVIS, D. L.; ALLEN, J. W., 1994 – “Fostering corporate entrepreneurship: Cross-cultural comparisons of the importance of individualism versus collectivism”. *Journal of International Business Studies*. N.º 25, p. 65-89.
- OSCA, A.; MARTÍNEZ-PÉREZ, M. D., 2002 – “Avance profesional y Género: variables personales, familiares y organizacionales”. *Revista de Psicología Social*. N.º 17, p. 193-205.
- PADILLA, B., 2008 – “O empreendedorismo na perspectiva de género: uma primeira aproximação ao caso das brasileiras em Portugal”. *Revista Migrações*. Lisboa: ACIDI, p. 191-215.
- PATTERSON, N.; MAVIN, S., 2009 – “Women entrepreneurs: Jumping the corporate ship and gaining new wings”. *International Small Business Journal*. N.º 27 (2), p. 173-192.
- PINHO, L. F.; GASPAR, F. C., 2007 – “A importância do empreendedorismo e a situação em Portugal”. Disponível em: <<http://docentes.esgs.pt/fernando-gaspar/pub/APDR.pdf>> [consult. 1 jun. 2012].
- POWELL, G. N.; MAINIERO, L. A., 1992 – “Cross-Currents in the River of Time: Conceptualizing the Complexities of Women’s Careers”. *Journal of Management*. N.º 18 (2), p. 215-237.
- PRIOR, D.; DRIGA, O., 2009 – “Start-Up Conditions and the Performance of Women and Men Controlled Businesses in Manufacturing Industries”. *Revista de Contabilidad – Spanish Accounting Review*. N.º 13 (1), p. 89-124.
- REYNOLDS, P. D.; HAY, M.; BYGRAVE, W. D.; CAMP, M. et al, 2000 – *Global Entrepreneurship Monitor. 2000 Executive Report*. Kansas City: Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership.
- REYNOLDS, P. D.; CAMP, S. M.; BYGRAVE, W. D.; AUTIO, E. et al, 2001 – *Global Entrepreneurship Monitor. 2001 Executive Report*. Kansas City, MO: Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership.
- ROBERTS, E. B.; WAINER, H. A., 1968 – “New Enterprise on Route 128”. *Science Journal*. N.º 4 (12), p. 78-83.
- RODRIGUES, F., 2010 – *Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2008-2010, Relatório de Implementação e Resultados*. Coordenação Nacional do PNAI.
- ROKEACH, M., 1973 – *The Nature of Human Values*, New York: Free Press.
- SARMENTO, E.; NUNES, A., 2010 – “Criação de Empresas em Portugal e Espanha: Análise Comparativa com Base nos Dados do Banco Mundial”. *Gabinete de Estratégia e Estudos-GEE e Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais-GPEARL, Boletim Mensal de Economia Portuguesa*. N.º 7, p. 41-56.
- SÁNCHEZ-ALMAGRO, M. L., 2003 – *El perfil psicológico del autoempleado*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- SCHERER, R. F.; ADAMS, S. S.; WIEBE, F. A., 1989 – “Role model performance effects on development of entrepreneurial career preference”. *Entrepreneurship Theory and Practice*. N.º 13 (3), p. 53-71.
- SCHUMPETER, J. A., 1911 – *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*. Leipzig: Duncker & Humblot.
- SCHUMPETER, J. A., 1934 – *The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital, Interest, and the Business Cycle*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- SCHUMPETER, J. A., 1950 [1942] – *Capitalism, Socialism, and Democracy*, 3.ª ed. New York: Harper and Bros.
- SCHWARTZ, S. H., 1992 – “Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries” in ZANNA, M. P. (org.) – *Advances in experimental social psychology*. N.º 25. San Diego, CA: Academic Press, p. 1-65.
- SCHWARTZ, S., 1996 – “Value priorities and behavior: Applying a theory of integrated value systems” in SELIGMAN, C.; OLSON, J. M.; ZANNA, M. P. (org.) – *The psychology of values: The Ontario symposium*. New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- SCHWARTZ, S. H., 2005 – “Robustness and fruitfulness of a theory of universals in individual human values” in TAMAYO, A.; PORTO, J. (org.) – *Valores e comportamento nas organizações*. Petrópolis: Vozes, p. 56-95.
- SHAPERO, A., 1975 – “The displaced, uncomfortable entrepreneur”. *Psychology Today*. N.º 9, p. 83-88.
- SHAPERO, A. e SOKOL, L., 1982 – “The social dimensions of entrepreneurship” in KENT, C. A.; SEXTON, D. L.; VESPER, K. (org.) – *Encyclopedia of Entrepreneurship*. New Jersey: Prentice Hall.
- STEWART, A., 1991 – “A Prospectus on the Anthropology of Entrepreneurship”. *Entrepreneurship, Theory and Practice*. 16 (2), p. 71-92.
- STROH, L.K.; BRETT, J. M.; REILLY, A. H., 1992 – “All the right stuff: a comparison of female and male manager’s career progression”. *Journal of Applied Psychology*. N.º 77, p. 251-260.
- TEIXEIRA, A. A. C., 2008 – *Attitudes of Higher Education students to new venture creation: a preliminary approach to the Portuguese case*. Porto: INESC, CEMPPE, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- TEIXEIRA, A.; FORTE, R. P., 2011 – “Unbounding entrepreneurial intents of university students: a multidisciplinary perspective”, FEP Working Papers n.º 322, April 2009. Disponível em: <<http://www.fep.up.pt/docentes/ateixeira/publications.html>> [consult. 1 de jun. 2012].
- VARELA, R., 1998 – *Innovación Empresarial. Un nuevo enfoque de desarrollo*, 5.ª ed. Cali: ICESI.
- VERHEUL, I.; THURIK R., 2003 – *Explaining activity, self perception and gender*. Rotterdam: Erasmus University and the Erasmus School of Economics, Erasmus Research Institute of Management (ERIM), Rotterdam School of Management.
- WEBER, M., 2009 [1905] – *La Ética Protestante y el Espíritu del Capitalismo*. Argentina: La Editora Virtual: 2009.

- WEILER, S.; BERNASEK, A., 2001 – “Dodging the glass ceiling? Networks and the new wave of women entrepreneurs”. *Social Science Journal*. 38 (1), p. 85-103.
- WETZELS, C.; AIDIS, R., 2007 – “Self-Employment and Parenthood: Exploring the Impact of Partners, Children and Gender”, Discussion paper series, Institute for the Study of Labor. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=995500> [consult. 1 jun. 2012].
- WILSON, F.; MARLINO, D.; KICKUL, J., 2004 – “Our entrepreneurial future: Examining the diverse attitudes and motivations of teens across gender and ethnic identity”. *Journal of Developmental Entrepreneurship*. N.º 9 (3), p. 177-197.
- WINN, J., 2004 – “Entrepreneurship: not an easy path to top management for women”. *Women in Management Review*. N.º 19 (3), p. 143-153.
- WINN, J., 2005 – “Entrepreneurial Women: can we remove the barriers?” *International Entrepreneurship & Management Journal*. N.º 1 (3), p. 381-397.

Sobre os autores

Camilo Jesus FERNÁNDEZ CORTIZO (camilojesus.fernandez@usc.es)

Professor titular de História Moderna da Universidade de Santiago de Compostela.

Publicações recentes: “Los pasaportes internos como fuente para el estudio de la emigración gallega al norte de Portugal (1760-1850)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura. Universidade de Coimbra, tomo II, 2010, p. 387-410; “La correspondencia interceptada: la visión de la situación política portuguesa a comienzo del segundo período liberal (1826) en las cartas de los emigrantes gallegos”. *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, n.º 2, 2010, p. 915-931; “Los ‘otros gallegos’ en Portugal: exiliados realistas y conjuras absolutistas durante el trienio constitucional (1820-1823)” in HERNÁNDEZ BORGE, Julio; GONZÁLEZ LOPO, Domingo Luis (coord.) – *Exilios en la Europa mediterránea*. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico da Universidade de Santiago de Compostela, 2010, p. 89-106; “Ir aos ganhos: a emigração galega ao norte de Portugal (1700-1850)” in HERNÁNDEZ BORGE, Julio; GONZÁLEZ LOPO, Domingo Luis (coord.) – *Pasado e presente do fenómeno migratorio galego en Europa*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, 2007, p. 17-49.

Isilda Braga da Costa MONTEIRO (isildamonteiro@eseopf.pt)

Doutorada em História.

Professora da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti e investigadora do CEPESE.

Publicações recentes: “A Emigração portuguesa e italiana para o Brasil – uma análise comparativa (1876-1974)” in SOUSA, Fernando de et al (coord.) – *Um passaporte para a terra prometida* (em colaboração). Porto: CEPESE, 2011, p. 519-533; “Os passaportes – do enquadramento legal à prática (1855-1926)” in SOUSA, Fernando de et al (coord.) – *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: CEPESE, 2011. p. 117-135; “Overview of the commemorations of the Bicentenary of the French Invasions”. *e-Journal of Portuguese History*. University of Porto (Portugal), Brown University (USA), vol. 9, number 2, Summer 2011 (em colaboração); Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/; “The military in the Chamber of Deputies 1851-1870 – corporative lines of action in defense of the army”. *e-Journal of Portuguese History*. University of Porto (Portugal), Brown University (USA), vol. 8, number 1, Summer 2010. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/.

Luis FARINHA (luis.farinha@sapo.pt)

Doutorado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Investigador integrado e vice-presidente do Instituto de História Contemporânea – FCSH/UNL.

Publicações recentes: *Viva a República 1910-2010, Catálogo da Exposição*. Lisboa, 2010 (coordenação); “A transformação política da República: o PRP dos ‘bonzos’, tempo dos deuses menores” e “A caminho do 28 de Maio” in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2009, p. 463-484 e p. 535-567. *Francisco Pinto Cunha Leal, Deputado e ministro da República. Um notável rebelde*. Lisboa: Assembleia da República/Texto, 2009; “Os Tribunais Militares Especiais” in ROSAS, Fernando et al – *Os Tribunais Especiais e os Tribunais Plenários durante a Ditadura Militar e o Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

Patrícia Ferraz de MATOS (patricia_matos@ics.ul.pt)

Investigadora de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Publicações recentes: *The Colours of the Empire. Racialized Representations during Portuguese Colonialism*, Oxford e Nova Iorque, Berghahn Books/European Anthropology in Translation Series, 2013; “A vida e a obra do Professor Mendes Correia: articulações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo em Portugal” in MARTINS, Ana Cristina (coord.) – *Mendes Corrêa (1888-1960): entre a ciência, a docência e a política*, Lisboa: ACD Editores, 2011, p. 9-36.

Marcos COUTO (marcosdocouto86@gmail.com)

Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde defendeu, em 2011, a dissertação *Representações do Oriente em 'O Mundo Português' (1934-1947)*.

Investigador do CEPESE.

Daniel Cravino MARQUES (Dacramar@gmail.com)

Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde defendeu, em 2010, a dissertação *Portugal e Israel: o Estado Novo face à criação do Estado de Israel (1946-1953)*.

Investigador associado do Centro de Estudos de Israel, Médio Oriente e Mediterrâneo (CEIMOM). Colaborador do CEPESE.

Pedro Emanuel MENDES (pemanuelmendes@gmail.com)

Doutorado em Relações Internacionais pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

Professor auxiliar da Universidade Lusíada e investigador do CEPESE.

Publicações recentes: "A (re)invenção das Relações Internacionais na viragem do século: o desafio do construtivismo". *Relações Internacionais*. Lisboa: IPRI-UNL, n.º 36, dez. 2012; "Teorias das Relações Internacionais" in SOUSA, Fernando (coord.) – *Dicionário das Relações Internacionais*. Porto: Afrontamento, 2008; "A raiz e o fruto na análise da política externa dos Estados: uma perspectiva ecléctica". *Relações Internacionais*. Lisboa: IPRI-UNL, n.º 16, 2007, p. 129-144; "A dimensão internacional da transição democrática em Portugal: a influência da Europa" in FREIRE, Raquel (coord.) – *The Challenges to Democratization in a Global World*. Porto: Afrontamento, 2004.

Ana PINHO (anarsp@live.com.pt)

Mestre em História, Relações Internacionais e Cooperação pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde defendeu, em 2011, a dissertação *A imigração irregular em Portugal: vidas que explicam factos*.

Investigadora do Projecto DigESCRAVO, da responsabilidade da Fundação Calouste Gulbenkian em cooperação com a FLUP.

Reginaldo BARCELOS (rbarcelos70@hotmail.com)

Mestre em Arqueologia, doutorando em Arqueologia, no Departamento de Ciências e Técnicas do Património na Faculdade de Letras da Universidade do Porto com bolsa de investigação científica atribuída pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Publicações recentes: "Arqueometalurgia do Ouro no Brasil e Portugal: as Casas de Fundação e da Moeda (sécs. XVIII e XIX)". *Revista Triplov de Artes, Religiões e Ciências*. Lisboa: Triplov, nova série, n.º 39, jun.-jul., 2013.

Adelina PILOTO (adepiloto@gmail.com)

Doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Professora do Ensino Básico e investigadora do CEPESE.

Publicações recentes: *O Concelho de Vila do Conde e o Brasil – Emigração e Retorno (1865-1913)*. Porto: FLUP, 2011 (tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto); "Retorno dos Brasileiros Vilacondenses – As Declarações de Nacionalidade (1865-1913)" in MARTINS, Isménia Lima *et al* (coord.) – *Um Passaporte para a Terra Prometida*. Porto: Fronteira do Caos Editores /CEPESE, 2011, p. 147-167; "Vilacondenses na fundação e engrandecimento do Real Hospital Português de Pernambuco" (em colaboração) in MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2009, p. 137-147; "A emigração do concelho de Vila do Conde para o Brasil (1865-1875)" (em colaboração) in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2007, p. 371-384.

Augusto da SILVA

Professor Catedrático Convidado da Universidade de Évora, Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Évora.

Publicações recentes: *Sociologia Geral I e II – Aportamentos* (reedição em papel e edição em *e-book*) 2012; *Provocações e Tribulações da Sociologia em Évora, 2012; Da Europa para Évora e de Évora para o Mundo. A Universidade Jesuítica de Évora (1559-1759)*, 2009 (co-org. com M. F. Nunes).

Rosalina COSTA

Doutorada em Ciências Sociais (Sociologia) pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL).

Publicações recentes: "Choreographies of Emotion: Sociological Stories behind Bedtime, Fairy Tales and Children's Books". *Global Studies of Childhood*. 2, 2012, p. 117-128; "Pride and Prejudice in Contemporary Marriages: on the Hidden Constraints to Individualisation at the crossroad of Tradition and Modernity", *M/C Journal*. 15, 6. Disponível em <http://journal.media-culture.org.au/index.php/mcjournal/article/viewArticle/574>; "The Sociology Course in Évora, 1964: Novelty, Establishment and Founding Elements of the First Sociology Degree Course in Portugal". *Sociological Origins – A Journal of Research, Documentation and Critique*. 8, 1, 2012, p. 39-53 (em colaboração); "From Fun to Nightmare. Measuring Students' Senior Trip Experiences Through a Mixed-method Approach". *Revista Turismo & Desenvolvimento*. 17/18, 2012, p. 205-207 (em colaboração).

Maria Isabel JOÃO (ijoa@uab.pt)

Professora auxiliar com agregação da Universidade Aberta.

Publicações recentes: "La représentation du peuple dans l'oeuvre de João de Barros". *Imaginaires, Revue du Centre Interdisciplinaire de Recherches sur la Langue et la Pensée*. Reims: EPURE – Éditions et Presses de l'Université de Reims, n.º 15, 2012, p. 211-228; "Os Grandes Centenários Nacionais (1880-2001)" in *Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães. Economia, Instituições e Império*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 567-590; "The Colonial Journey. Confrontations between Europe and Africa" in GONÇALVES, Lénia; BISCAIA, Maria Sofia Pimentel; BASTOS, Glória (coord.) – *Intercultural Crossings. Conflict, Memory and Identity*. Bruxelles: Peter Lang, 2012, p. 121-137; "Dia de Camões e de Portugal: breve história de uma celebração nacional (1880-1977)". *Revista de História Jerónimo Zurita*. Zaragoza: Institución Fernando El Católico, 2011, n.º 86, p. 19-34

Belkis OLIVEIRA (belkisoliveira@terra.es)

Assistente Investigadora da Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

Publicações recentes: *Diagnóstico da população imigrante no concelho de Vila Nova de Gaia: desafios e potencialidades para o desenvolvimento local*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo intercultural, 2011; *Factores psicossociais e sociais preditores de uma boa integração no mercado de trabalho de migrantes: implicações para as políticas de emprego e para os serviços de apoio a integração*. Porto: Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS), 2007.

Juan Antonio MORIANO (jamoriano@psi.uned.es)

Professor Auxiliar da UNED-Universidade Nacional de Ensino à Distância (Madrid).

Publicações recentes: "A cross cultural approach to understanding entrepreneurial intention". *Forthcoming Journal of Career Development*. 2011 (em colaboração). Disponível em: http://mgt.dept.shef.ac.uk/publication_files/Moriano_Gorgievski_Laguna_Stephan_Zahasfari_cross-culture-intent_forthcoming.pdf.

Vasco Salazar SOARES (v.soares@doc.isvouga.pt; vascos@upt.pt)

Professor coordenador do Instituto Superior de Entre Douro e Vouga e professor auxiliar convidado da Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

Publicações recentes: "O empreendedorismo imigrante em Portugal: factores que influenciam este percurso profissional e actividade da ASI decorrente dos resultados do Projecto PEI". *Migrações: Revista do Observatório da Emigração*. Lisboa, n.º 3, out. 2008, p. 263-271 (em colaboração); "Modelo da microestrutura ajustado: estudo das variações das taxas de câmbio para países emergentes da Ásia e da América Latina". *Egesta-Revista Eletrônica de Gestão e Negócios*. Santos: Universidade Católica, vol. 6, n.º 3, jul.-set. 2010, p. 90-113 (em colaboração); "Modelo da microestrutura ajustado das variações das taxas de câmbio para países emergentes da Ásia e da América Latina". *Portuguese Journal of Accounting and Management*. Lisboa: OTOC, n.º 9, mar. 2010, p. 119-140 (em colaboração); "Indicadores financeiros aplicados à seleção de carteiras: metodologia Electre III numa estratégia de buy-and-hold". *Revista Organizações em Contexto*. S. Paulo: Universidade Metodista, vol. 9, n.º 17, jan.-jun. 2013, p. 281-319 (em colaboração).

Resumos/Abstracts

Resumos

Camilo FERNÁNDEZ CORTIZO

Las “ocurrencias revolucionarias” de 1846 en Galicia: exilio en Portugal y relaciones hispano-lusas

Portugal era uno de los destinos tradicionales de la emigración laboral gallega, pero durante la primera mitad del siglo XIX, como consecuencia de la alternancia en el poder de absolutistas y de liberales y, con posterioridad, de moderados y de progresistas, se convirtió también en país de refugio para exilados realistas y liberales. Su llegada más numerosa se produjo, tras la derrota de la revuelta gallega de 1846, a finales del mes de abril, cuando en Portugal proseguía la revuelta de María da Fonte. Los gobiernos moderados de uno y otro reino, enfrentados a la amenaza de los “revolucionarios”, se prestaron mutua colaboración y apoyo hasta que la caída del gobierno de los hermanos Cabral y su sustitución, el 26 de mayo de 1846, por uno nuevo, presidido por Duque de Palmela y compuesto por algunos ministros setembristas, que marcó un nuevo rumbo en las relaciones hispano-portuguesas, a partir de ahora y hasta octubre del mismo año de tensión y en ocasiones de conflicto.

Palavras-chave: rebelión gallega 1846; exilio político; relaciones hispano-portuguesas; revuelta de Maria da Fonte; historiografía española sobre Portugal

Isilda Braga da Costa MONTEIRO

Cândido da Cunha Sotto Mayor, emigrante, empresário e banqueiro – um ator nas relações luso-brasileiras (1900-1935)

No século XX, a nova realidade económica, social, política e diplomática fez emergir novos atores nas relações internacionais. Agindo formal ou informalmente, estes atores, sejam eles empresas, organizações não governamentais ou indivíduos, contribuem ativamente para as relações transfronteiriças, retirando aos Estados o exclusivo da intervenção que, até então, lhes pertencia. É nesse quadro que, no âmbito das relações luso-brasileiras, alguns estudos publicados recentemente têm realçado o papel desempenhado pelos emigrantes portugueses que viram o Brasil como a resposta às suas expectativas de vida.

Foi esse o caso de Cândido Sotto Mayor, nascido em Trás-os-Montes, emigrante no Brasil, empresário e banqueiro, cujo percurso de vida procuraremos traçar no presente estudo de molde a percebermos as várias vertentes da sua intervenção financeira, económica e política, em Portugal e no Brasil, entre 1900-1935, e o

contributo que, dessa forma, deu para as relações entre os dois países. Figura complexa, multifacetada e com um percurso de vida longo, vivido em dois países e sob diferentes regimes políticos e diferentes realidades económicas e financeiras, sobre Cândido Sotto Mayor persistem algumas dúvidas a que a continuidade do nosso estudo procurará responder em devido tempo.

Palavras-chave: relações internacionais; relações Portugal-Brasil; emigração portuguesa; Banco Pinto e Sotto Mayor; Cândido Sotto Mayor

Luís FARINHA

A “Nova Atlântida”. Entre o Atlântico e a Europa – um sentido para o devir português do século XX

Pátria, República e Império foi a trilogia mítica que imbuíu o pensamento republicano das últimas décadas do séc. XIX – uma cartilha para os “poetas da ação”, para os “pacificadores” e para os engenheiros que abriram os sertões africanos, depois da desilusão brasileira de Oitocentos. Estava, pois, traçado o caminho do devir português do séc. XX, que não seria a Europa por muitas décadas. Depois de três séculos errantes, os *lusíadas* dos finais de Oitocentos convenceram-se de que lhes estava destinada a “missão” de refazerem os “novos brasis” africanos. Reconstruíram a “ideia” quatrocentista da expansão e prepararam uma “nova largada” recolonizadora que lhes haveria de sobreviver em modalidade de “Império Ultramarino”. Por fim, quando os povos de África se preparavam para abrir as suas novas fronteiras, foram ainda republicanos os que, num derradeiro esforço, condenaram a guerra colonial e propuseram uma transição pactuada para os “novos brasis” que sempre ambicionaram.

Palavras-chave: Primeira República; império; pátria; estratégia nacional; “novos brasis em África”

Patrícia Ferraz de MATOS

Um olhar sobre as relações entre Portugal e o Brasil a partir da obra de Mendes Correia: desafios, pontes e interações

Mendes Correia (Porto, 1888-Lisboa, 1960) foi um dos principais impulsionadores da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e o mentor da Escola de Antropologia do Porto. Fez parte de associações científicas brasileiras e propôs brasileiros para fazerem parte da SPAE. Viajou para o Brasil em 1934 e 1937, tendo visitado várias instituições dedicadas ao ensino e à investigação. Conheceu vultos da intelectualidade brasileira, como Gilberto Freyre, e promoveu o intercâmbio intelectual entre os dois países. O Brasil fez parte das suas reflexões – a ex-colónia era um bom exemplo do sucesso da colonização portuguesa nos trópicos e a demonstração da possibilidade de convivialidade entre indivíduos de supostas “raças” diferentes, não sendo a mestiçagem vista como uma ameaça. Além da língua, destaca o património cultural e biológico da nação sul-americana – do qual exalta a influência portuguesa sob a expressão “cultura luso-brasileira” – e debate preocupações comuns aos dois países.

Palavras-chave: Portugal-Brasil; relações científicas; Mendes Correia; SPAE; colonização portuguesa

Marcos COUTO

A presença do oriental em O Mundo Português

Este estudo tem como objetivo demonstrar a forma como os habitantes das colónias portuguesas do Oriente foram utilizados, no campo discursivo, pelo Estado Novo de maneira a serem o exemplo do sucesso do empreendimento colonizador português. Integrados no “lar” lusitano, os orientais foram chamados a participar numa trama em que a sua identidade e cultura eram rejeitadas em nome de um ideal de integração em algo superior, a nacionalidade portuguesa. Contudo, da mesma forma que a propaganda do regime promove o orgulho e a felicidade dos indígenas em serem portugueses, não deixa de evidenciar o quanto ainda são primitivos e o quanto necessitam dos portugueses para alcançarem o estatuto de “civilizado”. Esta ambivalência do estereótipo do colonizado é evidente na revista de propaganda colonial *O Mundo Português*, fonte do trabalho desenvolvido, visto que concentrava nas suas páginas um elevado número de artigos que procuravam formar o espaço multifacetado do Oriente português.

Palavras-chave: representações raciais e culturais; alteridade; Estado Novo; imprensa colonial; propaganda

Daniel Cravino MARQUES

O Estado Novo face à criação de Israel (1946-1953)

Os emergentes movimentos de descolonização na Ásia, a democracia, o multilateralismo da ONU e o comunismo na Europa eram uma ameaça para o império português. Portugal procurou conter as ações descolonizadoras de Nova Deli nas suas províncias na Índia. Recorrendo a uma estratégia semelhante à Grã-Bretanha, Lisboa estava preocupada em obter algum apoio dos países muçulmanos ou, pelo menos, mantê-los neutros nesta questão. Contudo, o presidente do Conselho Oliveira Salazar criticava a atitude das políticas britânicas de dividir para governar; não fazia sentido que os britânicos recorressem ao auxílio muçulmano na Ásia, enquanto lutavam para manter as suas posições no Médio Oriente, especialmente no Canal do Suez. Apenas o peso da Santa Sé na política externa portuguesa coincidia o suficiente para, neste caso, Lisboa adotar as mesmas políticas do Vaticano. Israel, para os países católicos, ameaçava Jerusalém e os Lugares Santos e, como tal, não podia ser reconhecido.

Palavras-chave: Portugal; Israel; Médio Oriente; Vaticano; Grã-Bretanha

Pedro MENDES

A questão europeia no Marcelismo: o debate geracional

Este artigo analisa o debate político em torno do *dilema integrativo* português que ocorreu durante o marcelismo. Neste período emergiu uma *questão europeia* em Portugal que se centrou na possibilidade de uma reorientação europeia da política externa portuguesa e que teve importantes reflexos na política interna. Deste modo, o texto que se segue visa contribuir para uma melhor compreensão do debate ocorrido na Assembleia Nacional entre os defensores de uma política externa *imperial-continuista* e os defensores de uma política externa *europeia-reformista*. A nossa análise concentra-se nos *discursos percepcionais* dos principais atores que participaram neste debate, nas sua *imagens* e *visões* relativamente ao posicionamento internacional de Portugal. É, portanto, partindo da problemática da análise das atitudes percepcionais destes atores que procuramos evidenciar a *internalização* dos assuntos de política externa nos últimos anos do regime autoritário português.

Palavras-chave: Portugal; Marcelismo; política externa; *imperial-continuista*; *europeia-reformista*

Ana PINHO***A evolução das políticas de imigração e asilo em Portugal no contexto de uma Europa Comunitária***

Tradicionalmente ligado a fluxos de emigração, Portugal tornou-se, ao aderir à Comunidade Europeia, num dos mais atrativos novos países de imigração do final do século XX. A evolução da sua relação com o fenómeno migratório está, desde aí, intimamente ligada aos progressos do próprio projeto europeu. O presente artigo analisa tal percurso focando-se sobre a evolução histórica do fenómeno em território português, referido como “*in medias res*” porque dividido entre a experiência, relativamente recente, como país de imigração e a realidade de um país que tem na diáspora um elemento construtor da sua própria identidade. Serão ainda analisados aspetos mais formais do tratamento dos imigrantes através de um resumo das leis que regulam internamente a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros. Por último, uma reflexão acerca dos esforços da União Europeia rumo ao objetivo desde há muito apresentado como uma das pedras basilares da sua construção: uma política comum de imigração.

Palavras-chave: imigração; legislação; Portugal; União Europeia; direitos humanos

Reginaldo BARCELOS***Casas de fundição e da moeda no Brasil e em Portugal: purificar o ouro, apurar as técnicas***

Este estudo trata, principalmente, os aspetos históricos, técnicos, materiais e os conhecimentos da época para se purificar o ouro e transformá-lo em barras durante o funcionamento das casas de fundição e intendências, no Brasil (1725-1735 e 1751-1833), entidades responsáveis pelo recolhimento do imposto do *quinto* devido à Fazenda Real portuguesa. Está aqui consignado o levantamento e interpretação de documentação histórica oficial referente ao trânsito, fabricação, uso e comércio do sublimado corrosivo (cloreto de mercúrio II) e uma discussão sobre a precária intermediação pela metrópole desse item usado na purificação do ouro e as estratégias testadas localmente para substituí-lo. Discutem-se, também, os métodos e técnicas empregados para fundir o ouro, a partir de relatos de alguns autores naturalistas que visitaram as casas de fundição, no Brasil, e a Casa da Moeda de Lisboa.

Palavras-chave: casas de fundição; casas da moeda; metalurgia do ouro; quinto; solimão

Adelina PILOTO***A emigração do concelho de Vila do Conde para o Brasil (1954-1967)***

A Junta de Emigração outorgou às câmaras municipais a função de organizar o processo emigratório. Este quadro legal deu origem ao registo dos processos de emigração organizados em cada municipalidade. A partir, principalmente, do ficheiro informatizado constituído pelos citados registos, analisa-se, em termos quantitativos e qualitativos, a corrente migratória legal que fluiu do concelho de Vila do Conde em direção ao Brasil entre 1954-1967, realçando as suas particularidades e dinâmicas intrínsecas. No sentido de proporcionar uma visão mais abrangente do fenómeno migratório concelhio no mesmo período, em concomitância com a análise do fluxo para o Brasil efetuou-se o levantamento estatístico do êxodo para os restantes países do globo e refletiu-se sobre o contexto histórico e a política emigratória do Estado Novo.

Palavras-chave: emigração; Vila do Conde; Brasil; Estado Novo; Junta de Emigração

Augusto da SILVA

Rosalina COSTA

Évora, 1964: Contributos para a história da institucionalização da Sociologia em Portugal

Em Portugal, a Sociologia surge em Évora como curso autónomo de iniciativa privada (IESE, 1964) e só mais tarde nas universidades públicas. Porque é que tal aconteceu? O que está por detrás da fundação da sociologia pela mão de particulares, longe dos centros universitários de então? Estas são algumas das questões que nos guiam neste artigo. Especificamente, é nosso objetivo apresentar o primeiro curso de sociologia em Évora, delinear o contexto mais amplo em que foi fundado, enunciar e desenvolver as principais características que fizeram dele um curso inovador à época. Ao dar voz a um dos atores diretamente envolvidos no processo esperamos oferecer uma perspetiva abrangente sobre as atividades e realizações da sociologia portuguesa durante esse período inicial, e assim contribuir para um maior conhecimento em torno da história da institucionalização desta disciplina em Portugal.

Palavras-chave: História das Ciências Sociais; História da Sociologia; Sociologia; Évora; Portugal

Maria Isabel JOÃO

Breve panorama da imigração na Área Metropolitana de Lisboa (1980-2010)

Este artigo apresenta uma breve panorâmica da imigração nos últimos trinta anos, com especial incidência na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Tratando-se de um fenómeno que adquiriu uma expressão mais significativa nas últimas décadas, importa compreender a evolução do número de imigrantes, no total e por nacionalidades, procurando explicar as razões da atração dos vários grupos pelo país. A grande concentração geográfica no litoral e, em particular, na zona metropolitana Lisboa, é um aspeto destacado no artigo, cuja análise remete para as especificidades dos fluxos migratórios. A caracterização sociodemográfica dos grupos populacionais imigrantes e a inserção no mercado de trabalho são outros problemas focados com o objetivo de traçar um quadro geral da imigração. Neste último domínio, salientamos a polarização do mercado de trabalho e as disparidades da remuneração com base na análise dos dados dos quadros de pessoal, fornecidos pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

Palavras-chave: Área Metropolitana de Lisboa; Portugal; imigração; demografia; mercado de trabalho

Belkis OLIVEIRA

Juan Antonio MORIANO

Vasco Salazar SOARES

Estudo exploratório das diferenças na Intenção empreendedora entre homens e mulheres em Portugal: o caso dos jovens universitários do Norte de Portugal

O presente artigo pretende apresentar a importância do processo empreendedor e uma resenha do empreendedorismo em Portugal e do seu posicionamento em termos internacionais. A recolha de dados realizou-se a partir de um questionário com uma escala de tipo Likert aplicado durante o horário de aulas respeitando a participação voluntária dos inquiridos. Procedeu-se a uma caracterização genérica da amostra relativamente a experiência profissional, experiência de autoemprego e família empresária sendo também analisados os determinantes da intenção empreendedora de uma amostra de estudantes universitários do

norte de Portugal a partir da teoria da ação planificada e dos valores pessoais individualistas e coletivistas. Por outro lado, nesta vertente psicossocial, foi dado ênfase à questão das diferenças de género que evidencia que os homens mostram, empiricamente, maior intenção empreendedora que as mulheres e que esta intenção está associada à auto-eficácia empreendedora. Os resultados vão de encontro ao apontado pela literatura.

Palavras-chave: empreendedorismo; teoria da ação planificada; individualismo; coletivismo; género

Abstracts

Camilo FERNÁNDEZ CORTIZO

The revolutionary events of 1846 in Galicia: exile in Portugal and Spanish-Portuguese relations

Portugal was one of the traditional destinations of Galician labour emigration, but during the first half of the 19th century, as consequence of the change in power of absolutists and liberals and, later, moderates and progressives, also became country of refuge for exiles both royalists and liberals. Its largest arrival occurred, after the defeat of the Galician revolt of 1846, in late April, when in Portugal it was continuing Maria da Fonte's revolt. Governments moderate of either kingdom, faced with the threat of the "revolutionaries", provided mutual collaboration and support until the fall of the Government of Cabral brothers and their replacement, on May 26, 1846, by a new one, chaired by Duke of Palmela and composed of some setembristas Ministers, which marked a new course in Spanish-Portuguese relations, from now and until October of the same year of tension and sometimes conflict.

Keywords: Galician 1846 rebellion; political exile; Spanish-Portuguese relations; revolt of Maria da Fonte; Spanish historiography about Portugal

Isilda Braga da Costa MONTEIRO

Cândido da Cunha Sotto Mayor, an emigrant, a businessman and a banker – an actor in luso-brazilian relationships (1900-1935)

In the 20th century, because of the new economic, social, political and diplomatic reality, new actors emerge in international relations. Acting formally or informally, these actors – enterprises, non-governmental organizations or individuals – have all contributed to cross-border relations, removing from the State the exclusive about this matter. It is in this context that, focused on Portuguese-Brazilian relations, some recent studies have highlighted the role played by Portuguese immigrants who saw Brazil as the answer to their life expectations.

That was the case of Cândido Sotto Mayor, born in Trás-os-Montes, an emigrant in Brazil, a businessman and a banker, whose life journey we will analyze in this study in order to realize the various aspects of his financial, economic and political intervention in Portugal and Brazil, between 1900 and 1935, and the contribution he gave to Portugal-Brazil relations. A complex, multifaceted person and with a long life, Cândido Sotto Mayor

lived in two countries and under different political regimes and different economic and financial situations, and about him still persist some doubts and questions that the continuity of our study will seek to answer in due course.

Keywords: international relations; Portugal-Brazil relations; Portuguese emigration; Banco Pinto e Sotto Mayor; Cândido Sotto Mayor

Luís FARINHA

The “New Atlantis”. Between the Atlantic and Europe – a sense for the becoming Portuguese twentieth century

Homeland, Republic and Empire was the mythical trilogy that imbued the republican thought of the last decades of the nineteenth century – a primer for the “poets of action” for the “peacemakers” and for engineers who opened the African hinterlands, after the Brazilian disappointment of the nineteenth century. The path of the becoming Portuguese twentieth century was therefore traced, that would not be Europe for many decades. After three centuries of wandering, the *lusiads* of the late nineteenth century were convinced they were destined to the “mission” of remaking the “new Brazils” of Africa. They rebuilt the “idea” from the fifteenth century of the Discoveries and prepared a “new start” of re-colonization that would survive as the “Ultramarine Empire”. Finally, when the African people were preparing to open its new borders were still the Republicans who, in a last effort, condemned the colonial war and proposed an agreed transition to the “new Brazils” of Africa as they always aimed.

Keywords: First Republic; empire; homeland; national strategy; “new Brazils in Africa”

Patrícia Ferraz de MATOS

An insight on the relationships between Portugal and Brazil based on the work of Mendes Correia: challenges, bridges and interactions

Mendes Correia (Porto, 1888 - Lisbon, 1960) was one of the main driving forces of the Portuguese Society for Anthropology and Ethnology and the mentor of the Porto School of Anthropology. He belonged to Brazilian scientific societies and proposed Brazilian colleagues to the SPAE. He travelled to Brazil in 1934 and 1937, having visited several institutions of teaching and research. He met high-profile Brazilian intellectuals, such as Gilberto Freyre, and promoted the intellectual exchange between Brazil and Portugal. He considered that former colony as a good example of the Portuguese colonization’s success in the tropics and demonstrated the possibility of good sociability between individuals from supposedly different “races”, not regarding miscegenation as a menace. Besides language, he emphasized the Brazilian cultural and biologic heritage – praising the Portuguese influence, by using the expression “Portuguese-Brazilian culture” – and discussed the common concerns to both countries.

Keywords: Portugal-Brazil; scientific relationships; Mendes Correia; SPAE; Portuguese colonization

Marcos COUTO***The presence of the eastern in O Mundo Português***

This paper pretends to study how the population of the Portuguese oriental colonies was used, in the discursive field, by the Estado Novo in order to be the example of success of the Portuguese colonial enterprise. Integrated in the Portuguese “house”, the Orientals were represented in a way in which their identities and culture were rejected on behalf of an ideal of integration in something superior, the Portuguese nationality. However, if the regime’s propaganda seeks to demonstrate the pride and happiness of the indigenous people of being Portuguese, the same propaganda promotes the image of how far the primitives are from being civilized, and how much they need of the support of the colonizer to reach this status. This ambivalence of the colonial stereotype is clear in the journal of colonial propaganda *O Mundo Português*, source of this study, in which we find a high number of articles that seek to construct this multifaceted space that was the Portuguese Orient.

Keywords: racial and cultural representations; alterity; Estado Novo; colonial press; propaganda

Daniel Cravino MARQUES***The New State towards the creation of Israel (1946-1953)***

The emerging decolonization movements in Asia, the democracy, the multilateralism of the United Nations Organization and communism in Europe were a threat to the Portuguese empire. Portugal sought to contain New Delhi political actions of decolonizing in its provinces in India. Resorting to a similar strategy to Great Britain, Lisbon was preoccupied in obtaining some support of muslim countries, or, at least, keep them neutral on this issue. However, Oliveira Salazar criticized the divide and rule policy of the British. For Salazar and the Portuguese diplomacy did not make sense that the British resorted to Muslim aid in the East while struggling to keep its positions in the Middle East, especially at the Suez Canal. Only the weight of the Holy See in Portuguese foreign policy coincided enough, in this case, for Lisbon to adopt the same policies of the Vatican. Israel, to the catholic countries, threatened Jerusalem and the Holy Places and, as such, couldn’t be recognized.

Keywords: Portugal; Israel; Middle East; Vatican; Great Britain

Pedro MENDES***The european issue in Marcelismo: the generational debate***

This paper analyzes the political debate about the *integrative dilemma* during the marcelismo. In this period emerged a *european issue* in Portugal that focused on the possibility of a European reorientation of the foreign policy, and had major impact on domestic politics. Thus, the following text aims to contribute to a better understanding of the debate at the National Assembly between advocates of an *imperial-continuist* foreign policy and advocates of a *european-reformist* foreign policy. Our analysis focuses on *perceptual discourses* of the main actors involved in this debate, in their *images* and *visions* regarding the international positioning of Portugal. It is, therefore, based on the analysis of perceptual attitudes of these actors that we seek to highlight the internalization of foreign affairs in the last years of the Portuguese authoritarian regime.

Keywords: Portugal; Marcelismo; foreign policy; *imperial-continuist*; *european-reformist*

Ana PINHO

The evolution of Portuguese immigration and asylum policies in a communitarian Europe

Traditionally associated with emigration, Portugal turned into one of the most attractive new immigration countries of the end of the 20th century from the moment it became a member of the European Community. Its relation with the evolution of the migratory phenomenon has been, since then, very closely related to the one of the European project itself.

Focusing on the historical evolution of migration on Portuguese territory, this article analyses its course, called “in medias res” since it is divided between the recent experience as a country of immigration and the reality of a nation which has in its Diaspora one of the main elements of its identity. More formal aspects about the way immigrants are treated in Portugal will also be considered in a synthesis of the Law that regulates the entry, permanence, exit and removal of foreign citizens. Finally, there will be time for a reflection on European Union’s efforts to reach one of its primal goals: a common immigration policy.

Keywords: immigration; legislation; Portugal; European Union; human rights

Reginaldo BARCELOS

Smelting houses and mint houses in Brazil and Portugal: purify the gold, investigate the techniques.

The central aim of the paper is to study the mining history, techniques, materials and expertise involved in the process of purifying and transforming gold ore into gold bars throughout the period of operation of the Smelting House and Intendancy on Brazil (1725-1735 e 1751-1833), agencies responsible for collecting the owed *quinto* (the one fifth tax on mineral activities) due to the Portuguese Royal Treasury.

The study includes a survey and subsequent interpretation of historical official documents relating to transport, production, use and trade of corrosive sublimate (mercuric chloride II) and a discussion of the precarious intermediation by Metropolis that item used in the purification of gold and strategies tested locally to replace it. The author discusses the methods and techniques used, based on documents written by naturalist authors who visited some smelting houses and foundries in Brazil and the Mint House of Lisbon.

Keywords: smelting houses; mint house; gold metallurgy; *quinto*; corrosive sublimate

Adelina PILOTO

The emigration from the municipality of Vila do Conde to Brazil (1954-1967)

The Emigration Board has given the Town Halls the function to organize the emigration process. This legal frame has given rise to emigration processes records in each municipality. The starting point was mainly the computerized files of the mentioned records. The legal migration flow from Vila do Conde towards Brazil between 1954-1967 will be quantitatively and qualitatively analyzed. Their features and inner dynamics will be emphasized. In order to offer a wider insight of the municipal migratory phenomenon of the same period we analyzed both the migration flow to Brazil and the statistics study of the emigration from Vila do Conde to other countries. We also have considered the historic background and the emigration politics of «Estado Novo» Regime.

Keywords: emigration; Vila do Conde; Brazil; Estado Novo; Emigration Board

Augusto da SILVA

Rosalina COSTA

Évora, 1964: contributions for the history of the institutionalization of Sociology in Portugal

In Portugal, the first sociology degree course named as such was of private initiative, begun in 1964, and only later on did public universities start offering sociology courses. What accounts for this sequence? What is behind the foundation of the sociology degree course by private hands, far from the university centers of that time? These questions motivate our inquiries in this article. Specifically, we present a brief overview of the sociology course in Évora (1964), we outline the broader context in which it was created as well as the main characteristics that made this an innovative course at that time. By giving voice to one of the actors directly engaged in the process, we hope to highlight a comprehensive perspective on the activities and accomplishments of the Portuguese sociological venture during this early period.

Keywords: History of Social Sciences; History of Sociology; Sociology; Évora; Portugal

Maria Isabel JOÃO

Brief overview of immigration in the metropolitan area of Lisbon (1980-2010)

This paper presents a brief overview of immigration over the last thirty years, with a special focus on the metropolitan area of Lisbon (AML). In the case of a phenomenon which has acquired a more significant expression in the last decades, it is important to understand the evolution of the number of immigrants, in total and by countries of origin, seeking to explain the reasons for the attraction of several groups for Portugal. The great geographical concentration in coastal areas and, in particular, in the Lisbon metropolitan area is an aspect highlighted in the article, which refers to the specific characteristics of migration flows. The demographic characterization of immigrant population groups and the labour market are the other problems focused in order to draw a general picture of immigration. On this purpose, we stress the polarization of the labour market and the wage disparities based on analysis of data from staff, provided by the Ministry of Solidarity and Social Security.

Keywords: Lisbon Metropolitan Area; Portugal; immigration; demography; labour market

Belkis OLIVEIRA

Juan Antonio MORIANO

Vasco Salazar SOARES

In this paper we present the importance of the entrepreneurial process and a review of entrepreneurship in Portugal and its position in international terms. Data collection took place from a questionnaire contained with a Likert scale. The questionnaire was administered during class respecting the voluntary participation of the respondents. We performed a sample analysis regarding professional and self-employment experience and family owned business. We analyze the determinants of entrepreneurial intention of a sample of university students in northern Portugal from the theory of planned behavior and of individualist and collectivist personal values. Moreover, in this psychosocial aspect we stress the issue of gender that shows that men present empirically higher entrepreneurial intention than women and that intention is associated with entrepreneurial self-efficacy. The results run counter to the expectations presented in literature.

Keywords: entrepreneurship; planned behavior; individualism; collectivism; gender

Notícias

Seminários e Conferências

Empreendedorismo Emigrante Português na Europa

(Porto, 25 de maio de 2012)

Este Seminário Internacional, realizado no âmbito do projeto *Empreendedorismo Emigrante Português em Andorra, Londres, Nice e Mônaco*, teve como principais objetivos proporcionar o conhecimento pessoal e a comunicação entre os investigadores envolvidos, e o diálogo e análise dos mesmos em relação ao projeto; aferir sobre a pertinência das metodologias e ferramentas de pesquisa adotadas na sua ação (questionário, base de dados, comunidade virtual de ligação entre os investigadores e o sítio do projecto, fóruns de debate); atribuir e especificar tarefas; e apresentar o calendário de execução do projeto.

Colóquio *Catalonia and Portugal: the Iberian Peninsula from the periphery*

(Lérida, 26 a 29 de junho de 2012)

O Colóquio *Catalonia and Portugal: the Iberian Peninsula from the periphery* foi organizado por Flocel Sabaté (Universidade de Lérida) e Luís Adão da Fonseca (Universidade do Porto – CEPESE) e teve lugar em Lérida, de 26 a 29 de junho de 2012. Este colóquio inscreveu-se no âmbito das atividades do projeto *Cuius Regio. An Analysis of the Cohesive and Disruptive Forces* (EurocoreCODE/0001/2009). Foram apresentados os seguintes trabalhos: José Augusto Sotomayor-Pizarro (Universidade do Porto – CEPESE) – *Orígenes históricos de Portugal*; Lúcia Rosas (Universidade do Porto – CEPESE) – *Arquitectura e identidade en Portugal*; Paula Pinto Costa (Universidade do Porto – CEPESE) e Luís Adão da Fonseca – *Historiografia e identidade portuguesa*; Cristina Pimenta (CEPESE) – *Percepción de la Península desde la periferia: Portugal en el siglo XV*; Conceição Meireles Pereira (Universidade do Porto – CEPESE) – *Referentes históricos portugueses en los discursos del siglo XIX*; Pedro Cardim (Universidade Nova de Lisboa – CHAM) – *Discursos y combates de cohesión en los siglos modernos: Portugal (1580-1640)*.

Bragança, Cidade sem Fronteiras

(Bragança, 28 e 29 de junho de 2012)

A segunda edição dos seminários que o CEPESE dedicou ao estudo da cidade de Bragança e do seu Município deu continuidade e aprofundou os objetivos da edição anterior, em ordem a entender aquela cidade enquanto espaço político-social de encontro entre a comunidade e os indivíduos e lugar de desenvolvimento das interações entre matéria e cultura, apreender mudanças e ruturas e perceber as suas múltiplas dimensões construtivas (monumentais, económicas, sociais e individuais). Ao mesmo tempo, prosseguiu a reflexão sobre a viabilidade da candidatura de Bragança-Zamora a património mundial. Pretendeu-se, assim, constituir um fórum privilegiado de reflexão sobre estes e outros temas que, de alguma forma, ajudam a fazer de Bragança uma cidade sem fronteiras.

Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul

(Porto, 9 a 12 de julho de 2012)

A oitava edição dos Seminários Internacionais que o CEPESE tem vindo a organizar no âmbito do Projeto “A Emigração de Portugal para o Brasil”, com o apoio da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia – reuniu durante quatro dias mais de quarenta investigadores de Portugal, Espanha, Itália, Argentina e Brasil. Este evento científico deu sequência ao estudo da questão, alargando as geografias dos fluxos emigrantes à Europa do Sul e América do Sul, inscrevendo assim esta

atividade no âmbito da Rede de Investigação Digital REMESSAS, que o CEPESE se encontra a desenvolver, com o objetivo de integrar e articular centros de investigação, instituições e investigadores preocupados com o estudo das grandes migrações internacionais que ocorreram e ocorrem entre as duas regiões.

CARMEN – The Worldwide Medieval Network

(Budapeste, 7 e 8 de setembro de 2012)

Teve lugar na Central European University, em Budapeste, entre 7 e 8 de setembro de 2012, a reunião anual do *CARMEN – Co-operative for the Advancement of Research through a Medieval European Network*, rede de que o CEPESE é membro. Do conjunto de iniciativas previsto no programa, importa salientar a intervenção de Rüdiger Klein (diretor executivo da ALLEA – European Federation of National Academies of Sciences and Humanities) subordinada ao tema: *Humanities and Horizon 2020: The Place of the Humanities and Opportunities for Medievalists in the Next Generation of European Research Funding*. Nesta reunião foi, ainda, dado a conhecer pelo Comité Executivo do CARMEN que o próximo encontro desta rede internacional terá lugar no Porto (13 a 15 de setembro de 2013), com organização a cargo do CEPESE. Por esta razão, Cristina Pimenta, representante do CEPESE no CARMEN, passa a integrar o referido órgão desde setembro de 2012 até setembro de 2013.

VI Seminário Internacional Luso-Brasileiro Os Franciscanos no Mundo Português III. O Legado Franciscano

(Ponte de Lima, 4 a 6 de outubro de 2012)

Realizou-se em Ponte de Lima, de 4 a 6 de outubro de 2012, o VI Seminário Internacional Luso-Brasileiro *Os Franciscanos no Mundo Português III. O Legado Franciscano*, que encerrou o ciclo da temática franciscana ligada ao fenómeno artístico. Dando continuidade aos dois encontros científicos anteriores, realizados no Rio de Janeiro (novembro de 2009: *Os Franciscanos no Mundo Português I. Artistas e Obras*; dezembro de 2011: *Os Franciscanos no Mundo Português II. As Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco*), o evento de Ponte de Lima, cuja realização ficou a dever-se à parceria entre a Câmara Municipal de Ponte de Lima e o CEPESE, contou com a presença de reputados especialistas do mundo ibero-americano (Portugal, Brasil, Espanha e Argentina) sendo extremamente significativa a participação dos investigadores pertencentes ao Grupo de Investigação Arte e Património Cultural do Norte de Portugal do CEPESE. Pensamos com esta terceira temática escolhida para o seminário de Ponte de Lima, *O Legado Franciscano*, ter provado definitivamente a importância que os franciscanos, religiosos e leigos, tiveram ao longo dos tempos nas suas diversas valências, espiritual, assistencial e artística, contribuindo de forma significativa para a afirmação da mensagem cristã no mundo onde foi marcante a presença portuguesa. A visão polifacetada do mundo ibero-americano trouxe ao conhecimento público uma reflexão coletiva que, pela sua diversidade, apontará novas perspetivas para o estudo da espiritualidade franciscana e da arte produzida sob a sua égide.

Foram apresentadas trinta e sete comunicações, das quais dezanove portuguesas (sendo quinze, membros do Grupo de Investigação Arte e Património Cultural do Norte de Portugal), nove brasileiras, uma argentina e oito espanholas, estando representadas algumas das mais prestigiosas universidades dos quatro países (Universidades do Porto, Universidade de Coimbra, Universidade do Minho e Universidade Lusíada; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade de São Paulo, Universidades Federais do Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba e Minas Gerais, Universidade Estadual de São Paulo; Universidades de Santiago de Compostela, Extremadura, La Laguna-Tenerife e Pompeu Fabra-Barcelona; Universidade de Buenos Aires).

Na programação do Seminário, para além das sessões científicas, foram inseridas diversas atividades culturais relacionadas com a riqueza patrimonial de Ponte de Lima. No dia 5 de outubro, no Teatro Diogo Bernardes, e graças ao empenho pessoal do Dr. Franclim Alves de Castro, o Grupo “Rusga Típica da Correlhá” presenteou a assistência com uma actuação que demonstrou a riqueza folclórica das terras limianas, enriquecida pelas explicações do Dr. Darlindo Oliveira, que permitiram uma visão mais profunda dessa realidade onde o erudito se cruza com o popular.

As visitas de estudo, que ocorreram no dia 6 de outubro, centraram-se em três momentos distintos: uma visita guiada ao Museu dos Terceiros, orientada pelo seu diretor, Dr. José Velho Dantas, com a colaboração da Professora Paula Cardona, que deu a conhecer aos congressistas o magnífico espólio, possibilitando também a percepção espacial do núcleo franciscano de Ponte de Lima; uma visita à Casa de Nossa Senhora d’Aurora uma das casas mais emblemáticas de Ponte de Lima, feita pelo Eng.º João Gomes de Abreu Lima, reputado conhecedor das casas nobres limianas, tendo os participantes do seminário sido gentilmente acolhidos por Dona Maria do Rosário de Sá Coutinho; e, como últimos momentos dedicados ao conhecimento do património artístico da região, foram ainda visitados os Santuários da Boa Morte e de Labruja, tendo o Dr. José Velho Dantas e a Professora Paula Cardona feito o respetivo enquadramento científico.

A Emigração Portuguesa na Europa – Desafios e Oportunidades

(Porto, 8 de outubro de 2012)

Este Seminário, organizado pelo CEPESE em colaboração com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, visou aprofundar a reflexão sobre a emigração portuguesa na Europa ao presente, detetar os novos desafios e oportunidades que se colocam a estes emigrantes, nomeadamente a nível do emprego e do seu acolhimento e integração nos países para onde se deslocam ou onde se encontram a residir, e dar a conhecer os seus contributos para o desenvolvimento económico e social da Europa. Para esse efeito, este Seminário, cuja sessão de abertura foi presidida pelo Primeiro-Ministro de Portugal, Pedro Passos Coelho, reuniu diversos especialistas que se destacam pela investigação, exercício de funções ou acompanhamento das diversas facetas do processo migratório.

Third workshop of the Portuguese and Spanish group of the ESF Eurocore Cuius Regio (CURE)

(Santiago de Compostela, 25 a 27 de outubro de 2012)

Este *Seminário Internacional* do projeto *CUIUS REGIO. An Analysis of the Cohesive and Disruptive Forces (EurocoreCODE/0001/2009)*, correspondente à apresentação dos resultados alcançados pelos investigadores portugueses e galegos do referido projeto, teve lugar entre 25 e 27 de outubro de 2012, em Santiago de Compostela (Instituto Padre Sarmiento) e foi uma iniciativa conjunta do CSI, da Junta de Galicia e do CEPESE.

Ação COST IS 1005: Medieval Europe – Medieval Cultures and Technological Resources

(Santiago de Compostela, 6 e 7 de novembro de 2012)

Nos dias 6 e 7 de novembro de 2012, em Santiago de Compostela, reuniu o Management Comitee da Ação COST IS 1005: *Medieval Europe – Medieval Cultures and Technological Resources*. No âmbito do programa desta reunião anual, a apresentação dos diferentes contributos em curso foi focalizada na perspetiva da integração dos resultados na Plataforma Virtual, uma das metas mais visíveis desta Ação. Neste sentido, teve lugar uma sessão dedicada às *Infraestruturas Futuras*, onde países como Portugal tiveram uma oportunidade para explicitar os seus objetivos a médio e longo prazo. Assim, Paula Pinto Costa e Maria Cristina Pimenta, membros do *Management Comitee* desta Ação e Investigadoras do CEPESE, apresentaram uma intervenção subordinada ao tema *The future of digital resources in Portugal: a case study*. A Direção da Ação e o responsável pelo Grupo 2 (*Manuscripts and textual tradition*), ao qual pertence a equipa portuguesa de investigadores, convidaram Portugal a organizar uma reunião, prevista para setembro de 2014.

III Seminário Internacional do projeto CUIUS REGIO. An Analysis of the Cohesive and Disruptive Forces (EurocoreCODE/0001/2009)

(Porto, 30 de novembro e 1 de dezembro de 2012)

O III Seminário Internacional do projeto *CUIUS REGIO. An Analysis of the Cohesive and Disruptive Forces (EurocoreCODE/0001/2009)*, correspondente ao 2.º semestre de 2012, teve lugar nos dias 30 de novembro e 1 de dezembro de 2012, no Porto. Neste seminário estiveram presentes 24 investigadores representantes de todos os países participantes no projeto. Os investigadores portugueses apresentaram os seguintes textos: Ana Monteiro (Universidade do Porto – CITTA) – *The concept of region in the geographic contemporary theory*; José Alberto Azeredo Lopes (Universidade Católica Portuguesa, Porto) – *The regional topic in contemporary political science*; Luís Adão da Fonseca e José Augusto Sottomayor-Pizarro (ambos da Universidade do Porto – CEPESE) e Job Weststrate (Universidade de Groningen) – *The problem of a differentiated identity in the historiography of the 19th century: Guelders in the Dutch historiography and the Portucalense County in the Portuguese historiography*.

Os Portugueses no Brasil – Novos Desafios

(São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, 3, 6 e 11 de dezembro de 2012)

Integrado na programação oficial das comemorações do “Ano de Portugal no Brasil”, este ciclo de Seminários, organizado pelo CEPESE em colaboração com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, teve como objetivo estabelecer um espaço de reflexão sobre a emigração portuguesa para o Brasil ao presente, as dificuldades e obstáculos que importa ultrapassar, as oportunidades no mercado de trabalho brasileiro, os exemplos de sucesso alcançados nos últimos anos e os contributos que estes portugueses têm dado ou podem vir a dar para o desenvolvimento socioeconómico do Brasil. Para tal, participaram nestes Seminários professores universitários, jornalistas, empresários, diplomatas, políticos e outras individualidades que têm acompanhado de perto estas questões.

Seminário Internacional do projeto CUIUS REGIO. An Analysis of the Cohesive and Disruptive Forces (Eurocore-CODE/0001/2009)

(Alba Julia, 8 e 9 de março de 2013)

O Seminário Internacional do projeto *CUIUS REGIO. An Analysis of the Cohesive and Disruptive Forces (EurocoreCODE/0001/2009)*, correspondente ao 1.º semestre de 2013, teve lugar nos dias 8 e 9 de março de 2013 em Alba Julia (Roménia). O CEPESE foi representado por Luís Adão da Fonseca, que apresentou um texto intitulado *Portugal in the late fourteenth century: historical change standards in a context of global crisis*.

III Seminário Internacional sobre as Comendas das Ordens Militares

(Porto, 15 e 16 de março de 2013)

O grupo de História Medieval e do Renascimento do CEPESE organizou o *III Seminário Internacional sobre as Comendas das Ordens Militares* no âmbito das actividades do projecto n.º fcomp-01-0124-feder-010538 (ref.º fctptdc/his-his/102956/2008), subordinado ao título *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional*. Este seminário reuniu investigadores de Portugal, Espanha, Itália e Israel e decorreu na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Teve por objetivo uma apresentação e debate sobre todos os textos preparados, tendo em vista a publicação de um volume monográfico sobre as comendas de Noudar e Marmelar.

A Imprensa em Portugal – Responsabilidade ou Impunidade?

(Porto, junho/julho de 2013)

O CEPESE, com o patrocínio da Câmara Municipal do Porto, organizou dois debates dedicados ao tema *A Imprensa em Portugal – Responsabilidade ou Impunidade?*, nos dias 13 e 27 de junho, e um terceiro debate internacional, sobre *A Imprensa Ibérica ao Serviço da Informação – Liberdade e Responsabilidade*. Estes três eventos, focando especialmente os compromissos da imprensa com os poderes políticos nos diversos períodos da História Contemporânea de Portugal e de Espanha, contaram com a participação de personalidades como António Marinho Pinto, Fernando Pinto Monteiro, Pedro Silva Pereira e José Pacheco Pereira, e também com investigadores espanhóis como Celso Almuiña Fernández, Esther Quinteiro e Virginia Martin Jimenez.

III Encontro da Rede BRASPOR – Ambientes Costeiros e Bacias Hidrográficas

(Ponte de Lima, 22 a 24 de julho de 2013)

O CEPESE, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Câmara Municipal de Ponte de Lima organizaram o III Encontro BRASPOR. Ao longo do encontro foram apresentadas diversas conferências e trabalhos científicos, bem como mesas redondas temáticas, com vista a estabelecer diretrizes para o progresso desta Rede, que tem como objetivo principal o desenvolvimento do conhecimento interdisciplinar de sistemas costeiros de Portugal e Brasil, designadamente através da promoção da integração disciplinar, de métodos e da avaliação do nível de riscos, incentivando deste modo a ampliação da produção científica competitiva e da produção de conteúdos didáticos.

Publicações

CARDONA, Paula Cristina Machado – *Confrarias em Viana do Castelo. A encomenda artística dos séculos XVI a XIX*. Porto: CEPESE, 2012 (e.book).

Graças a este estudo, cujo cariz inovador é digno de realce, obtém-se uma percepção concreta não só da importância das confrarias no concelho de Viana do Castelo numa visão abrangente, na qual se cruzam diversos planos – desde o político, o económico e o social, e com particular destaque o cultural e o religioso – mas também, e não menos significativo, do impacto dos mecanismos acionados pelas dualidades cliente-artista e encomenda-obra. Partindo do enquadramento dos movimentos político-religiosos em que se alicerçou o movimento confraternal e aproximando o fenómeno europeu e nacional à escala regional, foi feita a caracterização do meio em que a actividade devocional, exercida pelas confrarias, floresceu em Viana do Castelo, considerando três índices de avaliação: o geográfico, o económico e o social.

CARDONA, Paula Cristina Machado – *Arte no Tempo das Devoções. Património Artístico de Arcos de Valdevez. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2012.*

As confrarias, neste caso específico, as dos Arcos de Valdevez, são observadas de acordo com o modelo rigoroso de obediência às directrizes tridentinas que regula firmemente o seu funcionamento no período referido, tendo como pano de fundo a importância da definição do espaço sacro que é toda e qualquer igreja. O esquema paradigmático a que obedece a hierarquização desse espaço, estudado numa perspetiva rigorosa, irá reger as relações entre clientela e artistas, possibilitando um outro entendimento acerca das dinâmicas que presidiram à produção artística associada às confrarias e permitindo novos enfoques para o conhecimento do processo relativo à encomenda, seja ela de uma estrutura retabular ou de uma imagem, paramento ou alfaia litúrgica, bem como as relacionadas com pintura e douramento, por muitos consideradas como secundárias.

FERREIRA, Diogo; RODRIGUES, Bruno; AMORIM, Paulo; BRAGA, Sílvia – *A Emigração do Distrito do Porto para o Brasil (1930-1945)*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2012.

Este trabalho analisa e caracteriza a emigração do Norte de Portugal para o Brasil nos anos de 1930 a 1945, tendo como fonte privilegiada os livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto. Recorrendo a métodos estatísticos de interpretação dos elementos obtidos, delineou-se o perfil do emigrante do Norte de Portugal para o Brasil, dando conta do volume total dos efetivos migratórios e a sua relevância relativa no contexto nacional, bem como da sua distribuição por género, estado civil, grupos etários, naturalidade, classificação socioprofissional e destino. São analisados os fatores explicativos e os condicionalismos endógenos e exógenos deste fenómeno, enquadrando-os na evolução política e económica nacional e internacional.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.) – *Os Franciscanos no Mundo Português. II. As Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco*. Porto: CEPESE, 2012.

Esta obra é uma compilação das investigações efetuadas em torno das Ordens Terceiras de São Francisco, podendo constatar-se que estas constituem no panorama da História, da História da Arte, e da História da Cultura e das Mentalidades, um dos capítulos mais importantes das épocas moderna e contemporânea no Mundo de Expressão Portuguesa. Desde a sua fundação até aos nossos dias, sempre acompanharam a vida das cidades e vilas onde estavam inseridas, desempenhando prioritariamente um papel assistencial. Esta ação, levada a cabo por leigos enquadrados pela Ordem de São Francisco, vai ter um profundo reflexo a nível social já que, integrando membros dos vários estratos sociais, exerce uma função aglutinadora que podemos perceber nas festividades religiosas que se organizavam sob a sua égide ao longo do ano litúrgico. Simultaneamente, as Ordens Terceiras vão transformar-se em promotoras de uma actividade artística, quase sempre notável, associada à construção de estruturas próprias para a sua organização (capela ou igreja, casa do despacho e hospital) e apoiando de forma significativa as Ordens Primeiras, às quais estão ligadas.

LEAL, Catarina Mendes – *O Investimento das Empresas Portuguesas no Brasil – uma Experiência de Diplomacia Económica?* Porto: CEPESE, 2012.

A presente publicação propõe-se abordar a Diplomacia Económica e tentar compreender o seu lugar na promoção do investimento português no Brasil, entre 1997-2001. Depois de enquadrar historicamente o desenvolvimento da diplomacia económica e a evolução da lógica da intervenção económica externa do Estado e o seu papel, analisa a importância da Nova Política para a internacionalização e a sua articulação com o investimento português no Brasil. Analisa-se, ainda, a formação de “núcleos duros” de controlo das empresas envolvidas na expansão para o Brasil e o estabelecimento de alianças ibéricas para ali atuarem em conjunto e a questão da sustentabilidade futura do investimento das empresas nacionais no Brasil.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (introdução, leitura e índices) – *Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288. Sentenças de 1290 e Execuções de 1291, in *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Volume IV/1 – Inquisitiones*. Lisboa: Academia das Ciências, 2012.*

Continuando o labor que já se plasmou em volumes anteriores relativos a inquirições régias, este contém a primeira parte das Inquirições Gerais de 1288, acompanhada do prestimoso trabalho de leitura, índices e introdução da autoria do medievalista José Augusto Sottomayor-Pizarro.

SOUSA, Fernando; PEREIRA, Conceição Meireles (coord.); Queiroz, António José (org.) – Os Presidentes do Parlamento Português. Volume II – I República (1910-1926). Lisboa: Assembleia da República, 2012.

Inserido no projeto de investigação *Os Presidentes do Parlamento Português*, que o CEPESE se encontra a desenvolver para a Assembleia da República, foi publicado em 2012 o volume relativo às personalidades que, entre 1910 e 1926 presideram à Assembleia Nacional Constituinte, à Câmara dos Deputados e ao Senado da República. A obra contém um alargado estudo introdutório sobre os referidos órgãos, as eleições para o Parlamento Português na I República, bem como uma resenha dos perfis dos presidentes (naturalidade, área socioprofissional de recrutamento, idade à tomada de posse, duração do mandato, outros cargos políticos que exerceram e forças políticas a que estavam ligados). O conjunto de biografias, além de aprofundar estes dados, estuda a ação e o papel político que desempenharam no exercício dos seus mandatos, elucida a conjuntura política no âmbito da qual se situou a eleição/indigitação de cada presidente, e destaca as questões nacionais que, durante os diversos mandatos, tiveram repercussão no Parlamento.

SOUSA, Fernando de (coord.) – A Rússia de Catarina a Grande vista pelos Portugueses (1779-1781). Porto: CEPESE, 2012.

Em finais do século XVIII, Portugal, atendendo aos sucessivos apelos da Rússia, tomou a decisão de estabelecer relações políticas e comerciais com aquele Império. Desconhecendo completamente a realidade daquele país e ignorando praticamente o comércio do Báltico, o Estado português decidiu dar instruções ao seu embaixador em Londres para que este recolhesse toda a informação pertinente em ordem à prossecução de tais objetivos e encarregar a Companhia do Alto Douro de impulsionar as relações comerciais com a Rússia e os Estados Bálticos. É neste contexto que vão surgir os documentos que agora se publicam, as *Instruções sobre o comércio da Rússia*, uma fonte imprescindível para o conhecimento do Império da Rússia, e os relatórios elaborados pelos homens da Companhia.

SOUSA, Fernando de (coord.) – Os Paços do Concelho do Porto. Porto: CEPESE, 2012.

A presente obra pretende dar a conhecer, desde 1819 (ou seja, desde o ano em que a Câmara Municipal do Porto ocupou, pela primeira vez na sua história, um edifício adquirido e adaptado para tal fim), as *domus municipalis* ocupadas pela Câmara no exercício das suas funções, a sua localização, bem como os fatores que condicionaram a mudança, aquisição, ocupação e construção dos sucessivos Paços do Concelho, enquanto elemento fundamental estruturante do próprio espaço urbano, sob o ponto de vista arquitetónico, cívico e político, enquanto símbolo por excelência do poder municipal.

VECHINA, Sofia Nunes – Roteiro Turístico. Centro Histórico de Ovar – Arte Sacra. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2012.

O património artístico, cultural e humano é uma das maiores riquezas do concelho de Ovar, evidenciando-se nesta obra a herança religiosa como um dos mais antigos testemunhos da identidade owarenses, numa simbiose irrefutável entre arte e tradições religiosas.

Protocolos

Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

Considerando que o CEPESE desenvolve há vários anos projetos de investigação no âmbito da emigração portuguesa e das comunidades portuguesas, e que a DGACCP tem por missão apoiar o Ministério dos Negócios Estrangeiros na execução da política de apoio à emigração e às comunidades portuguesas no estrangeiro, as duas instituições decidiram assinar, em março de 2012, um protocolo de colaboração para o desenvolvimento de atividades conjuntas, nomeadamente, a realização de seminários científicos e a publicação de trabalhos considerados relevantes.

Observatório Político

O CEPESE e o Observatório Político, considerando o interesse comum das duas partes na prossecução do conhecimento e investigação na área das ciências sociais e políticas, celebraram um protocolo, em abril de 2012, com o objetivo de cooperarem no desenvolvimento de atividades que visem prosseguir objetivos comuns, especialmente no âmbito dos estudos políticos.

Cátedra Jaime Cortesão (Universidade de São Paulo) – Rede Luso-Brasileira de Estudos Medievais

No dia 13 de setembro de 2012, foi assinado em S. Paulo um protocolo entre o CEPESE e o Laboratório de Estudos Medievais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, por ocasião da realização do colóquio comemorativo dos 20 anos da Cátedra Jaime Cortesão da Universidade de São Paulo. Com este protocolo foi criada a Rede Luso-Brasileira de Estudos Medievais, com base numa parceria coordenada, no Brasil, pela referida Cátedra e, em Portugal, pelo CEPESE, através do investigador Luís Adão da Fonseca.

COFAC – Cooperativa de Formação e Animação Cultural

O CEPESE celebrou, em novembro de 2012, um protocolo com a COFAC – Cooperativa de Formação e Animação Cultural, que integra o Grupo Lusófona, no sentido de promover a publicação de trabalhos científicos conjuntos e a divulgação e partilha da produção científica de ambas as instituições.

Associação Comercial da Bahia

Considerando que a Associação Comercial da Bahia constitui um organismo privilegiado de representação das empresas daquele Estado brasileiro, e que o CEPESE tem como um dos seus objetivos reforçar a presença portuguesa no mundo, nomeadamente com o Brasil, celebrou-se este protocolo de colaboração entre as duas Instituições, em dezembro de 2012, com o objetivo de aprofundar a discussão e debate em torno das relações económico-sociais e culturais entre Portugal-Brasil, bem como partilhar experiências e conhecimentos no âmbito das mesmas.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

No dia 31 de maio de 2013, o CEPESE e a BNP assinaram um protocolo de colaboração que visa dar início à digitalização de Códices da Coleção Alcobacense. Este acordo pretende, em primeiro lugar, dar resposta aos desafios lançados pela Ação Cost – *Medieval Cultures & Technological Resources*; em segundo lugar, dado o carácter específico das fontes em causa, entendeu-se, ainda, que esta colaboração constituiria uma mais-valia para os resultados finais do Projeto ESF/EUROCOCODE *Cuius Regio. An analysis of the cohesive and disruptive forces destining the attachment of groups of persons to and the cohesion within regions as a historical phenomenon*. Ambos os projetos referidos são coordenados por investigadores do CEPESE.

Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)

No dia 18 de junho de 2013, o CEPESE e a DGLAB assinaram um protocolo de colaboração que visa a disponibilização on-line de documentos relativos às Ordens Militares em Portugal. Este acordo vem ao encontro dos objetivos definidos pelos Projetos *Medieval Cultures & Technological Resources* (Ação COST 1005) e *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional* (FCT-PTDC/HIS-HIS/102956/2008), cuja entidade de acolhimento é, nos dois casos, o referido Centro da Universidade do Porto.

Projetos em curso

Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa (séculos XVI a XIX)

Na sequência do projecto *Artistas e Artífices do Norte de Portugal (séculos XII a XX)*, que resultou na publicação de vários trabalhos, incluindo um *Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal*, que apresenta um levantamento exaustivo dos artistas que exerceram a sua actividade no Norte de Portugal, este novo projecto, iniciado em 2010 e coordenado por Natália Marinho Ferreira-Alves, agora com uma cronologia mais restrita, propõe-se alargar o âmbito geográfico, passando a abarcar não só outras regiões de Portugal, mas incluindo também o Brasil e outros países da América do Sul, como a Argentina e o Uruguai.

Artistas e encomendantes do noroeste de Portugal nos séculos XVII e XVIII – Dos centros de produção à mobilidade transfronteiriça

A cargo de Paula Cristina Machado Cardona (investigadora a tempo integral), este projeto pretende analisar o intercâmbio entre o Norte de Portugal e a Galiza, uma realidade comprovada pela existência de um grande número de artistas dos dois lados da fronteira, seguindo os caminhos de peregrinação para Santiago de Compostela.

As Ordens Terceiras Franciscanas no Norte de Portugal

Coordenado por Natália Marinho Ferreira-Alves, este projeto pretende estudar a importância das Ordens Terceiras Franciscanas como promotoras de uma actividade artística, quase sempre notável, associada à construção de estruturas próprias para a sua organização (capela, casa do despacho e hospital), apoiando igualmente de forma significativa as Ordens Primeiras, às quais estão ligadas. Este projecto, iniciado em 2011, irá prolongar-se até 2013, estando previstas várias publicações no seu âmbito temporal de pesquisa.

CARMEN – Co-operative for the Advancement of Research through a Medieval European Network

Trata-se de uma rede que tem como objetivo o desenvolvimento de plataformas colaboração para a investigação na área da História Medieval. A participação do CEPESE nesta rede é coordenada por Maria Cristina Pimenta, que faz, complementarmente, o acompanhamento e divulgação das ações publicitadas por este organismo. A informação encontra-se disponível em <http://www.carmen-medieval.eu/>

Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional (FCT-PTDC/HIS-HIS/102956/2008)

O objetivo deste projeto, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e coordenado por Luís Adão da Fonseca, é estudar as comendas das Ordens Militares, nomeadamente as Comendas de Noudar, da Ordem de Avis, e de Vera Cruz de Marmelar, da Ordem do Hospital, no contexto nacional e internacional, enfatizando a sua concepção de fronteira e de projeção em diferentes espaços políticos.

COST ACTION IS1005 (Medieval Europe. Medieval Cultures and Technological Resources – Medioevo Europeo)

Esta ação foi aprovada pelo COST (Committee of Senior Officials) em dezembro de 2010 e insere-se no *COST Domain – Individuals, Societies, Cultures & Health (ISCH)*, disponível em http://www.cost.esf.org/domains_actions/isch/Actions/IS1005. A duração prevista para esta ação é de março de 2011 a março de 2015. A organização conta com a participação de 22 países e a coordenação da participação do CEPESE é feita por Maria Cristina Pimenta. O principal objetivo é a criação de um Centro Virtual de Estudos Medievais, através do qual serão fornecidas informações provenientes de manuscritos digitalizados, listas de autenticidade de autores medievais e uma biblioteca de textos medievais.

CUIUS REGIO. An Analysis of the Cohesive and Disruptive Forces (EurocoreCODE/0001/2009)

Em 2010, foi aprovado pela Fundação Europeia da Ciência o projeto *EUROCORE Cuius Regio. An analysis of the cohesive and disruptive forces destining the attachment of groups of persons to and the cohesion within regions as a historical phenomenon*. Com a participação de investigadores da República Checa, Dinamarca, Estónia, Holanda, Polónia, Portugal, Roménia e Espanha, a participação portuguesa é coordenada por Luís Adão da Fonseca. Este projeto, com uma duração de três anos, visa sintetizar a análise histórica de um grupo considerável de regiões que representam uma variedade morfológica, tipológica e histórica de entidades territoriais, permitindo a comparação da dinâmica de coesão e de rutura de regiões ao longo de um período de cerca de nove séculos. As regiões estudadas são: Guelders-Baixo Reno, Portugal (como “região” Ibérica), Livónia, Transilvânia, Silésia-Lusatia superior, Boémia-Luxemburgo, Hainaut e o território fronteiriço Germano-Dinamarquês.

Nobreza Medieval Hispânica: séculos VIII-XVI

Coordenado por José Augusto Sotomayor-Pizarro, este projeto visa a publicação das Inquirições Régias, em colaboração com a Academia das Ciências de Lisboa, e a elaboração de um banco de dados que permita conhecer as relações entre o Norte de Portugal e a Galiza a partir dos respetivos grupos nobiliárquicos, durante a Idade Média. Neste âmbito, foi publicada a primeira parte das Inquirições Gerais de 1288 (*Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Volume IV/1 – Inquisitiones. Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288. Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*, com introdução, leitura e índices da autoria de José Augusto de Sotomayor-Pizarro.

Rede Luso-Brasileira de Estudos Medievais

Coordenada pelo CEPESE e pela Cátedra Jaime Cortesão, propõe-se organizar uma plataforma de colaboração entre medievalistas portugueses e brasileiros. Criada em setembro de 2012, está neste momento em organização o seu programa de atividades. Associado a esta rede, pretende-se iniciar em 2013-14 um seminário luso-brasileiro de estudos medievais em videoconferência.

Os Governos Cívicos de Portugal. História, Memória e Cidadania

O CEPESE ganhou o concurso público internacional lançado pela Secretaria de Estado do Ministério da Administração Interna, como o objetivo de se proceder à avaliação, seleção, eliminação e inventariação das fontes documentais existentes nos Governos Cívicos. Este projeto de investigação desenvolve-se em cinco ações: avaliação, seleção, eliminação e inventariação do espólio documental existente nos Governos Cívicos; digitalização de alguns fundos documentais de conservação permanente; realização de um Seminário Internacional com a participação de especialistas nacionais e estrangeiros das áreas de História, Arquivística e Comunicação; publicação das atas do referido Seminário; e publicação da obra *Os Governos Cívicos de Portugal. História e Memória (1835-2011)*.

Provas académicas de associados do CEPESE

Teses de Doutoramento

Maria Alexandra Dixo de Sousa – *Arquitectura religiosa medieval no Vale do Sousa: intervenções. Do século XIX ao século XXI*.

Tese de doutoramento no Ramo de Conhecimento em História da Arte Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 20 de fevereiro de 2013, orientada pela professora Lúcia Rosas.

Maria do Carmo Pires – *O Ateliê de Arquitura/Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins. Visibilidade da Memória*.

Tese de doutoramento no Ramo de Conhecimento em História da Arte Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 25 de fevereiro de 2013, orientada pela professora Maria Leonor Barbosa Soares.

Lília Paula Teixeira Ribeiro – *A Arquitetura Neopalladiana Portuense: o Hospital de Santo António (1769-1832)*.

Tese de doutoramento no Ramo de Conhecimento em História da Arte Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1 de março de 2013, orientada pela professora Lúcia Rosas.

Mário Raul de Sousa Cunha – “(...) visitando nós ora pessoalmente o dito mestrado de Santiago (...)”. *As igrejas da Ordem Militar de Santiago*.

Tese de doutoramento no Ramo de Conhecimento em História da Arte Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 3 de abril de 2013, orientada pela professora Lúcia Rosas.

Maria Adília Bento Fernandes da Fonseca – *O Recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814) – Clausura e destinos femininos*.

Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, em 3 de abril de 2013, orientada pelos professores José Viriato Capela e Maria Marta Lobo de Araújo.

Outras Notícias

Reconhecimento do CEPESE como Instituição de Utilidade Pública

O CEPES, após um demorado processo administrativo, foi reconhecido pelo Governo Português como **INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA**, através do despacho n.º 1755/2012, de 2 de agosto de 2012, reconhecimento este que teve em consideração toda a atividade de excelência e de utilidade social que esta instituição desenvolveu nos últimos 20 anos, ao serviço da ciência e da cultura de Portugal.

Semana da Ciência e da Tecnologia 2012

Entre os dias 19 e 25 de novembro de 2012, no âmbito da Semana da Ciência e da Tecnologia, uma iniciativa do Programa Ciência Viva promovida pela Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, o CEPESE acolheu

vários grupos de alunos universitários, numa ação que visou dar a conhecer a atividade desenvolvida por um centro de investigação em ciências sociais e humanas e sensibilizar os jovens para a investigação. Além das sessões de apresentação do CEPESE, foram oferecidas a todos os alunos publicações editadas por este Centro.

Bolsas de Iniciação à Investigação

Esta iniciativa, que visa o acolhimento em unidades de investigação de estudantes do ensino superior com bom desempenho escolar, com o objetivo de estimular e desenvolver o sentido crítico, a criatividade e a sua autonomia através da investigação, tem vindo a revelar-se um considerável sucesso, comprovado quer pelo número de candidaturas, quer pela qualidade das apresentações finais. Assim, o CEPESE, após ter acolhido dezasseis bolseiros no ano letivo de 2008-2009, e mais vinte bolseiros em 2009-2010, decidiu, em 2011, abrir um novo concurso para a concessão de Bolsas de Iniciação à Investigação, integrando cinco novos estudantes em projetos de investigação orientados por investigadores doutorados do CEPESE. A redução do número de vagas face aos anos anteriores ficou a dever-se ao facto de o CEPESE suportar integralmente os custos com as referidas bolsas, dada a inexistência de qualquer do reforço do financiamento da FCT para este fim. Os bolseiros selecionados desenvolveram os seus trabalhos durante todo o ano de 2012, que apresentaram já em 2013. Além disso, ao longo do ano, foram realizadas várias reuniões gerais com estes jovens, onde se abordaram questões relacionadas com a metodologia do trabalho científico nas ciências sociais.

Plataforma Digital CEPESE PUBLICAÇÕES

Em 2012, a plataforma digital CEPESE Publicações entrou em pleno funcionamento, encontrando-se disponível em www.cepesepublicacoes.pt. Esta plataforma disponibiliza a maior parte das obras editadas pelo CEPESE, umas em paralelo com a sua publicação em papel, e outras disponíveis exclusivamente em formato digital. Os livros são oferecidos em formato *flash*, *e-book* e *pdf*, de modo a permitir a sua leitura em diferentes dispositivos, incluindo *tablets* e *smartphones*. É possível consultar as obras on-line ou efetuar o *download* das mesmas, sendo ainda permitida, na maior parte dos casos, a impressão e outras funcionalidades, como a introdução de marcadores e notas. Entre as funções avançadas que esta plataforma apresenta, destaca-se a completa ferramenta de pesquisa de conteúdos, através de título, autor, tema e conteúdo (por palavra ou expressão).

Exposição *A Imprensa em Portugal – Responsabilidade ou Impunidade?*

O CEPESE, em colaboração com a Editora Media XXI e com o apoio da Câmara Municipal do Porto, organizou a exposição *A Imprensa em Portugal – Responsabilidade ou Impunidade?*, que esteve patente na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, no Porto, entre os dias 23 de maio e 7 de julho de 2013, com o objetivo de proporcionar aos seus visitantes um percurso e uma reflexão livre sobre alguns momentos marcantes da história do Jornalismo em Portugal e sobre o papel da Imprensa na sociedade contemporânea

Conferência Anual do CEPESE 2013

No dia 28 de junho de 2013, teve lugar mais uma edição da Conferência Anual do CEPESE, nesta ocasião realizado na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, no Porto, edição que contou com a participação de largas dezenas de associados e colaboradores do CEPESE, e com o patrocínio da Câmara Municipal do Porto. A parte inicial da Conferência foi dedicada à discussão do Plano Estratégico do CEPESE para 2014-2020, tendo sido apresentadas várias propostas e sugestões por parte dos presentes quanto a esta matéria, num debate moderado pelo Presidente do Conselho Científico do CEPESE. Seguiu-se a apresentação do Relatório Científico de 2012 e do Plano de Atividades para 2013, pelo Coordenador do CEPESE, de modo a divulgar o conteúdo deste documento, aprovado pela Assembleia Geral do CEPESE no mês de março. A Conferência encerrou com a leitura pelo professor doutor Celso Almúña do Parecer Final da Comissão de Aconselhamento Científico do CEPESE, relativamente às atividades desenvolvidas e a desenvolver por este Centro.

Acolhimento de bolseiros de doutoramento e pós-doutoramento

Doutoramento

Lília Paula Teixeira Ribeiro, Maria Alexandra S. Lage Dixo de Sousa, Mário Raul de Sousa Cunha, orientados pela professora doutora Lúcia Rosas.

Pós-doutoramento

Maria Leonor Botelho Vidal Gomes

Estágio de doutoramento e pós-doutoramento de estrangeiros

O CEPESE acolheu, em 2012, o doutorando Mozart Alberto Bonazzi da Costa (professor e vice-coordenador do Curso Superior de Conservação e Restauro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP), que desenvolveu pesquisas diversas no âmbito do seu projecto de doutoramento intitulado *A Talha no Estado de São Paulo entre os séculos XVII e XVIII*. No mesmo ano, o CEPESE acolheu no âmbito de pós-doutoramento, os investigadores Marica López Calderón, da Universidade de Santiago de Compostela e bolsista da Fundação Barrié de la Maza, que concluiu o seu trabalho sobre as *Invariantes culturales en el estudio de la escultura de la eurrerión Galicia-Norte de Portugal durante la Edad Moderna. Préstamos, influencias e intercambios*, e José Maldonado Escribano (professor da Universidade da Extremadura) que realizou um estudo sobre *La fotografía en Portugal. Historia, géneros y principales autores*. Os três investigadores foram orientados pela professora doutora Natália Marinho Ferreira-Alves.

Entre 1 de abril e 1 de julho de 2013, o CEPESE foi instituição de acolhimento de Rossemildo da Silva Santos sob a orientação de professora doutora Conceição Meireles Pereira, com vista à prosecução da sua tese de doutoramento em curso na Universidade de Valladolid, intitulada *Literatura de viajes: representationes de Brasil*.

População e Sociedade – Objectivos e Perfil

A revista *População e Sociedade*, editada pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, em cujo *site* todos os volumes estão disponíveis online (<http://cepese.up.pt>), publica-se desde 1995 e observa uma periodicidade anual.

População e Sociedade é uma revista de História e Ciências Sociais afins, assumindo como objetivo principal a publicação de textos inéditos, de nível académico, nacionais e estrangeiros, em cinco línguas (português, inglês, espanhol, francês e italiano). Ainda, e em consonância com os propósitos da missão científica do CEPESE e sua Unidade de I&D, esta revista pretende criar um espaço de divulgação e debate relativos à produção dos seus investigadores, bem como das suas atividades e publicações.

Indexada nos sistemas internacionais de avaliação de periódicos científicos (ERIH, LATINDEX), esta revista pratica a arbitragem científica sob regime de anonimato, à qual submete todos os artigos a incluir na *Secção Temática* e na *Varia*, para as quais aceita colaborações nas condições referidas.

Instruções aos autores

- a. A revista *População e Sociedade* aceita artigos inéditos que podem ser apresentados em língua estrangeira (castelhano, inglês, francês e italiano). Os artigos em português devem observar o novo acordo ortográfico. Sendo uma revista com arbitragem científica, a publicação dos trabalhos, após apreciação da sua Direção, está dependente dos pareceres de dois especialistas externos e/ou internos.
- b. Cada artigo deverá ter a dimensão máxima de 60 000 caracteres (espaços incluídos), espaçamento de 1,5, letra Times New Roman corpo 12, margens 2,5 (superior e inferior) e 3 (esquerda e direita), excetuando ilustrações, quadros e gráficos, estes sempre em tons de cinzento.
- c. Os quadros e gráficos devem ser elaborados, a preto e branco, em formato *Microsoft Word* e *Excel*, respetivamente, e não em formato de imagem. Devem ser enviados em ficheiros separados do texto, embora este deva conter a indicação do local da sua inserção.
- d. Os mapas e ilustrações devem ser enviados em formato de imagem (tiff, jpeg, com 300 dpis), em ficheiros separados do texto, embora este deva conter a indicação do local da sua inserção.
- e. Os quadros, gráficos, mapas e figuras devem estar identificados por ordem numérica (exemplos: Gráfico n.º 1; Mapa n.º 3) seguidos de travessão e do título dos mesmos. Por baixo deve ser indicada a fonte em letra corpo 10.
- f. Quando as transcrições são superiores a 3 linhas de texto devem ser apresentadas sob a forma de citação recuada (letra corpo 11), entrada de 3 cm do resto do texto, com uma linha em branco em cima e em baixo.

- g. Cada artigo do *dossier* temático deve ser acompanhado de uma imagem alusiva ao tema do respetivo artigo, em tamanho A4, vertical, a ser publicada a preto e branco, para servir de separador, enviada em formato de imagem (tiff, jpeg, com resolução proporcional à dimensão).
- h. O artigo deverá ser enviado para o endereço electrónico revista@cepese.pt.
- i. Cada artigo deve ser acompanhado do título em inglês, de dois resumos, um na língua original e outro em inglês, entre 800 a 1000 caracteres (espaços incluídos) cada um, 5 palavras-chave (também na língua original e inglês) e identificação do autor (nome, instituição, cargo / categoria, e-mail e publicações recentes).
- j. As notas de rodapé devem ser identificadas por ordem numérica, sem ultrapassar 5 linhas.
- k. As provas tipográficas dos artigos serão enviadas aos autores, sempre que possível, por correio electrónico, para revisão, com fixação de prazo; se este não for cumprido, subentende-se que os autores prescindem dessa revisão.
- l. A cada autor serão oferecidos dois exemplares da revista *População e Sociedade* em que se encontra publicado o seu artigo, cedendo à revista o direito de publicação em suporte papel e on-line.
- m. As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores.
- n. Quaisquer imagens reproduzidas nos artigos são da responsabilidade do autor que deverá assegurar previamente a devida autorização.
- o. Visando-se a uniformidade nos princípios de citação documental e bibliográfica, deverão ser seguidos pelos autores os critérios que se seguem.

Crítérios de citação documental e bibliográfica

- a. Nas notas de rodapé, as citações e referências de autores e obras (monografias e artigos de publicações periódicas ou de obras coletivas) deverão referir o apelido do autor, em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página ou páginas a que a citação se reporta. Se houver menções a mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, elas serão identificadas por uma letra minúscula a seguir à data. Quando o número de autores for superior a três, deve indicar-se o nome destes seguidos da indicação *et al* e quando se tratar de dois autores ou mais os seus nomes devem estar separados por ponto e vírgula (normas também aplicáveis à bibliografia). São exemplos:
SANTOS, 2006a: 75-76.
SANTOS; CRUZ; LOUSADA *et al*, 2006: 104.
(Todas as citações em nota deverão seguir este critério, excluindo-se, assim, menções como: *op. cit*; *ob.cit.*; *idem*; *Ibidem*).
- b. As citações de documentos deverão integrar todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie. É exemplo:
ANTT – *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fol. 3v-4.
- c. Na bibliografia, os livros devem ser citados consoante os exemplos:
SOUSA, Fernando de, 2006a – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESÉ.
SOUSA, Fernando de, 2006b – *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*. Porto: Edições Afrontamento.
- d. Na bibliografia, os artigos em publicações periódicas devem ser citados consoante o exemplo:
WILLIAMS, Andrew, 2004 – “The state after the new world order: liberal dreams and harsh realities”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESÉ/Edições Afrontamento, n.º 11, p. 27-42.

e. Na bibliografia, os artigos em obras coletivas devem ser citados consoante o exemplo:

MENEZES, Lená Medeiros de, 2006 – “Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)” in MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando de (org.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 86-117.

f. Na bibliografia eletrónica devem seguir-se os critérios atrás referidos (autor, data título, quando existam) seguidos do sítio onde está disponível na Internet e data de consulta entre parênteses retos, como é exemplo o seguinte artigo de publicação em série eletrónica:

WRIGHT, Robert E., 2000 – “Women and Finance in the Early National U. S.”. *Essays in History*, 42. Disponível em: <<http://etext.virginia.edu/journals/EH/EH42/Wright42.html>> [consult. 15 de abr. 2009].

População e Sociedade – Aims and Scope

The journal *População e Sociedade*, published by CEPESE – Centre for the Study of Population, Economy and Society, which displays all volumes available online on its website (<http://cepese.up.pt>), was founded in 1995 and has been published since then on an annual basis.

População e Sociedade is a scientific journal about History and related Social Sciences, having as main goal the publication of original papers of academic level, both Portuguese and foreigner, in five languages (Portuguese, English, Spanish, French and Italian). Furthermore, and following the principles of the scientific mission of CEPESE and its R&D Unit, this journal aims at creating a promotion and debate space for its researchers, as well as its activities and publications.

Indexed in the international systems of assessment of scientific journals (ERIH, LATINDEX), this magazine carries out a process of anonymous scientific peer review to which all articles to be included in *Secção Temática* and *Varia*, are submitted. Contributions under the mentioned conditions are accepted.

Instructions for the authors

- a. The journal *População e Sociedade* accepts original articles that can be submitted in foreign languages (Spanish, English, French and Italian). Articles written in Portuguese should note the new spelling agreement. As this is a journal with scientific refereeing, the publication of works, first screened by the board of directors, depends on the opinion of two internal and/or external experts.
- b. Each article must have the maximum size of 60 000 characters (spaces included), 1.5 spacing, Times New Roman Font, size 12, margins 2,5 (up/down) and 3 (right/left), except for images, tables and graphics, always with a grey shading.
- c. Tables and graphics must be drawn up in black and white, in *Microsoft Word* and *Excel* format, respectively, and not in image format. They must be sent in files separated from the text, without forgetting to mention the exact place where they must be inserted.
- d. Maps and images must be sent in image format (tiff, jpeg, with 300 dpis), in files separated from the text. Once again, reference should be made to the exact place where they are to be inserted.
- e. Tables, graphics and images must be numbered (Examples: Graphic nr. 1; Image nr. 3) followed by dash and their titles. Underneath, do not forget to indicate the source in font size 10.
- f. Transcriptions over three lines in length must be submitted in the form of indented quote (font size 11): have a blank line above and below and indented 3 cm from the other text.
- g. Each article of the thematic dossier should be accompanied by an image depicting the theme of the paper, A4 size, vertical, to be printed in black and white, to serve as a separator, sent in an image format (tiff, jpeg, with resolution proportional to its size).
- h. The article must be sent to the following email: revista@cepese.pt

- i. Each article must include its title in English, two abstracts, one in the original language and another one in English, 800/1000 characters (spaces included) each, 5 keywords (also in the mother tongue and in English) and the identification of the author (name, institution, position / category, email address and last publications).
- j. Footnotes must be numbered and should not exceed 5 lines.
- k. Proof sheets of the articles will be sent back to the authors, whenever possible, by email for revision with a deadline; if this deadline is not fulfilled it is understood that authors waive that proof-reading.
- l. Two copies of the journal *População e Sociedade* will be offered to each author, assigning to the magazine the copyright both in paper and online.
- m. The contents of the articles are of the full responsibility of the authors.
- n. Any image reproduced in the articles is of the responsibility of the author who, beforehand, must ensure its due authorization.
- o. In order to keep the consistency of the principles of documentary and bibliographic reference the following criteria must be followed by the authors.

Documentary and bibliographic reference principles

- a. Footnotes, quotes and references to authors and works (monographs and articles of periodic publications or collective works) must include the surname of the author, in uppercase, year of the publication of the work and page or pages when the reference can be found. If there is more than one reference to a title of the same author in the same year, they should be identified by a lowercase following the date. When the number of authors is more than three, one must write their names, followed by *et al* and when there are two authors or more their names must be separated by a semicolon (rules applicable to bibliography). For example:
SANTOS, 2006a: 75-76.
SANTOS; CRUZ; LOUSADA *et al*, 2006: 104.
(All references in footnote must follow this criteria, excluding notes such as: *op. cit.*; *ob.cit.*; *idem*; *Ibidem*).
- b. Quoting of documents must include all necessary elements for a thorough identification of the source.
For example:
ANTT – *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fol. 3v-4.
- c. In the bibliography section, the books must be referred as follows:
SOUSA, Fernando de, 2006a – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE.
SOUSA, Fernando de, 2006b – *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*. Porto: Edições Afrontamento.
- d. In the bibliography section, articles on periodic publications must be quoted as in the following example:
WILLIAMS, Andrew, 2004 – “The state after the new world order: liberal dreams and harsh realities”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, n.º 11, p. 27-42.
- e. In the bibliography section, articles in collective works must be quoted according to this example:
MENEZES, Lená Medeiros de, 2006 – “Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)” in MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando de (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 86-117.
- f. In electronic bibliography the above-mentioned criteria must be followed (author, date, title, whenever possible), followed by the website where it is available on the internet and date of research between brackets, as exemplified in the following article of electronic publication:
WRIGHT, Robert E., 2000 – “Women and Finance in the Early National U. S.”. *Essays in History*, 42. Available in: <<http://etext.virginia.edu/journals/EH/EH42/Wright42.html>> [accessed on 15th April 2009].

Referees 2012 e 2013

Ana Cristina Correia de Sousa – CEPESE
Ana Goy Diz – Universidade de Santiago de Compostela
Ana Paula Brandão – Universidade do Minho
Anna Maria Monteiro de Carvalho – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Antonieta Cruz – Universidade do Porto
Aurora Teixeira – Universidade do Porto
Bernardo Vasconcelos e Sousa – Universidade Nova de Lisboa
Carlos Manuel Gonçalves – Universidade do Porto
Elvira Mea – Universidade do Porto
Ernesto Castro Leal – Universidade de Lisboa
Eugénio de Ávila Lins – Universidade Federal da Bahia
Fernanda Paula Sousa Maia – CEPESE
Helena Araújo – Universidade do Porto
Isilda Braga da Costa Monteiro – ESE de Paula Frassinetti
Joaquim da Costa Leite – Universidade de Aveiro
João José Pinto Ferreira – Universidade do Porto
João Paulo Avelãs Nunes – Universidade de Coimbra
João Teixeira Lopes – Universidade do Porto
Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves – Universidade do Porto
Jorge Alves – Universidade do Porto
Jorge Arroiteia – Universidade de Aveiro
José Alberto Gomes Machado – Universidade de Évora
José Manuel Tavares Castilho – Universidade Nova de Lisboa
Laura Castro – Universidade Católica
Leontina Ventura – Universidade de Coimbra
Lúcia Rosas – Universidade do Porto
Luís Alberto Marques Alves – Universidade do Porto
Luís Alexandre Rodrigues – Universidade do Porto
Luís Casimiro – Universidade do Porto
Luís Farinha – Universidade Nova de Lisboa
Luís Miguel Duarte – Universidade do Porto
Maria Clara Paulino – Universidade do Porto
Maria da Conceição de Castro Sousa Nunes – Instituto Politécnico do Porto

Maria del Carmen Folgar de la Calle – Universidade de Santiago de Compostela

Maria Helena Cruz Coelho – Universidade de Coimbra

Maria Isabel João – Universidade Aberta

Maria José Goulão Machado – Universidade do Porto

Maria Manuel Tavares Ribeiro – Universidade de Coimbra

Maria Raquel Freire – Universidade de Coimbra

Mário Jorge Barroca – Universidade do Porto

Patrícia Ferraz de Matos – Universidade de Lisboa

Regina Anacleto – Universidade de Coimbra

Rui Cunha Martins – Universidade de Coimbra

Teresa Cierco – Universidade da Beira Interior

Teresa Ferreira Rodrigues – Universidade Nova de Lisboa

Teresa Soeiro – Universidade do Porto

Vítor Serrão – Universidade de Lisboa

Catálogo das publicações do Cepese



População e Sociedade

(Revista do CEPESE)
20 números publicados
(10, 11 e 12 esgotados)



Colecção Economia e Sociedade

A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1835-1870)
Fernando de Sousa
CEPESE, Ed. COSMOS
2001
esgotado



A População Portuguesa no Século XIX
Teresa Rodrigues Veiga
CEPESE, Edições Afrontamento
2004



História da População Portuguesa
Teresa Rodrigues (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2008



A Emigração na Freguesia de Santo André da Campeã (1848-1900)
Celeste Castro
CEPESE, Edições Afrontamento
2010



Colecção Militarium Ordinum Analecta (últimos números)

A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago: A Comenda de Santos em finais do século XV e no século XVI
Joel Silva Ferreira Mata
CEPESE, Fundação Eng. António de Almeida
2007



História das Íncultas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis
Paula Pinto Costa (coord.)
CEPESE, Fundação Eng. António de Almeida
2008



Comendas das Ordens Militares na Idade Média
Luís Adão da Fonseca
CEPESE
2009



Nobrez e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder
António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos
CEPESE, 2012



As Comendas Novas da Ordem de Cristo
Isabel Morgado de Sousa e Silva
CEPESE, 2012

Colecção Os Portugueses no Mundo

A Comunidade Lusíada em Joanesburgo
Paulo Bessa
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



Migrações e Desenvolvimento
Maria Ortelinda Barros Gonçalves
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2009
esgotado



As Relações Portugal-Brasil no século XX
Fernando de Sousa; Paula Santos;
Paulo Amorim (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2010



Laços de Sangue. Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil.
José Sacchetta Ramos Mendes
CEPESE, Fronteira do Caos
2010



O Investimento das Empresas Portuguesas no Brasil – Uma experiência de diplomacia económica?
Catarina Mendes Leal
CEPESE, Fronteira do Caos
2012



A Emigração do Distrito do Porto para o Brasil (1930-1945)
Diogo Ferreira, Bruno Rodrigues,
Paulo Amorim, Sílvia Braga
CEPESE, 2012

Colecção Economia e Instituições

A Economia da Corrupção nas Sociedades Desenvolvidas Contemporâneas
Cristina de Abreu (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2011



Relações Portugal-Espanha

Relações Portugal-Espanha: Cooperação e Identidade
Conceição Meireles Pereira (coord.)
CEPESE, FRAH
2000
esgotado



Relações Portugal-Espanha: Uma História paralela, um destino comum?
Conceição Meireles Pereira (coord.)
CEPESE, FRAH
2002
esgotado



Relações Portugal-Espanha: O Vale do Douro no âmbito das Regiões Europeias
Conceição Meireles Pereira (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2006





Migrações Ibéricas: Memória e Processos de Desenvolvimento
 Polígonos, Revista de Geografia, n.º 20
 CEPESE, Universidades de León, Salamanca e Valladolid
 2010

Douro e Real Companhia Velha



Os Arquivos do Vinho em Gaia e Porto
 Fernando de Sousa (coord.)
 CEPESE
 2000
 esgotado



Os Arquivos da Vinha e do Vinho no Douro
 Fernando de Sousa (coord.)
 CEPESE, Edições Afrontamento
 2003
 esgotado



O Vinho do Porto em Gaia & Companhia
 Fernando de Sousa (coord.)
 CEPESE, Edições Afrontamento
 2005



A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia
 Fernando de Sousa (coord.)
 CEPESE, Edições Afrontamento
 2008



O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro - Real Companhia Velha
 Fernando de Sousa (coord.)
 CEPESE
 2003



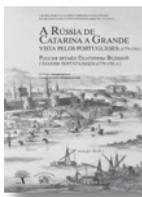
O Património Cultural da Real Companhia Velha
 Fernando de Sousa (coord.)
 CEPESE
 2004



A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)
 Fernando de Sousa (coord.)
 CEPESE
 2006



O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha
 Fernando de Sousa e Conceição Pereira
 CEPESE
 2008



A Rússia de Catarina a Grande vista pelos portugueses (1779-1781)
 Fernando de Sousa (coord.)
 CEPESE
 2012

Arte e Património



Artistas e Artífices e a sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa
 Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
 CEPESE
 2005



O Património Histórico-Cultural da região de Bragança-Zamora
 Luís Alexandre Rodrigues (coord.)
 CEPESE, Edições Afrontamento
 2005
 esgotado



*Francisco José Resende
(1825-1893)*
António Mourato
CEPESE, Edições Afrontamento
2007



*Artistas e Artífices no Mundo
de Expressão Portuguesa*
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2008



*Dicionário de Artistas e Artífices
do Norte de Portugal*
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2008



Espólio Fotográfico Português
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2008



*O Património Cultural da região
de Bragança-Zamora*
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Associação Ibérica dos
Municípios Ribeirinhos do Douro
2008
esgotado



*Os Franciscanos no Mundo
Português: Artistas e Obras I*
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2009
Esgotado



A Encomenda. O Artista. A Obra
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2010



*A Misericórdia de Vila Real
e as Misericórdias no Mundo
de Expressão Portuguesa*
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2011



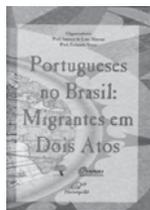
João Baptista Ribeiro, 1790-1868
António Mourato
CEPESE, Edições Afrontamento
2011



*Os Franciscanos no Mundo
Português II. As Veneráveis
Ordens Terceiras de São
Francisco*
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2012



*Os Franciscanos no Mundo
Português III. O Legado
Franciscano*
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2013



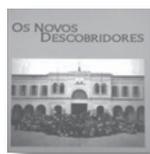
Emigração Portuguesa para o Brasil
Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos
 Ismênia de Lima Martins e Fernando de Sousa (org.)
 CEPESE, FAPERJ
 2006



A Emigração Portuguesa para o Brasil
 Fernando de Sousa;
 Ismênia Martins;
 Conceição Meireles (coord.)
 CEPESE, Edições Afrontamento
 2007



Deslocamentos & Histórias: Os Portugueses
 Izilda Matos; Fernando de Sousa;
 Alexandre Hecker (org.)
 CEPESE, EDUSC
 2008



Os Novos Descobridores
 Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira (org.)
 CEPESE
 2008



Nas duas Margens: Os Portugueses no Brasil
 Fernando de Sousa;
 Ismênia Martins;
 Izilda Matos (org.)
 CEPESE, Edições Afrontamento
 2009



Entre Mares. O Brasil dos portugueses
 Fernando de Sousa;
 Nazaré Sarges; Izilda Matos;
 Otaviano Vieira;
 Cristina Cancela (org.)
 CEPESE, Editora Paka.Tatu
 2010



Um Passaporte para a Terra Prometida
 Fernando de Sousa,
 Ismênia Martins, Lená Menezes,
 Izilda Matos, Nazaré Sarges,
 Susana Silva (coord.)
 CEPESE, Fronteira do Caos
 2011



Relações Internacionais
Dicionário de Relações Internacionais
 (2.ª edição)
 Fernando de Sousa (dir.)
 CEPESE, Edições Afrontamento
 2008



Desafios da Democratização no Mundo Global
 Maria Raquel Freire (coord.)
 CEPESE, Edições Afrontamento
 2004
esgotado



A Instituição de Asilo na União Europeia
 Teresa Cierco
 CEPESE, Almedina
 2010



A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional
 José Francisco Pavia (coord.)
 CEPESE, Quid Juris?
 2011



Magrebe, Islamismo e a Relação Energética de Portugal
Catarina Mendes Leal
CEPESE, Tribuna da História
2011



Ibéria: Quinhentos/Quatrocentos. Duas décadas de Cátedra. Homenagem a Luís Adão da Fonseca
Armando Luis de Carvalho Homem; José Augusto Pizarro;
Paula Pinto Costa (ed.)
CEPESE, Livraria Civilização
2009



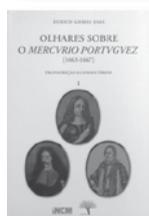
Portugal e a Europa. Factores de Afastamento e Aproximação da Política Externa Portuguesa (1970-1978)
Pedro Mendes
CEPESE
2012



Moncorvo. Da Tradição à Modernidade
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2009



Publicações autónomas
Estudos e Ensaaios em Homenagem a Eurico Figueiredo
Isabel Babo Lança (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005
esgotado



Olhares sobre o Mercurio Portuguez, 1663-1667
2 vols.
Eurico Gomes Dias
Imprensa Nacional - Casa da Moeda, CEPESE
2010



História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes
Fernando de Sousa
CEPESE, Edições Afrontamento
2006



A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património
Fernando de Sousa,
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2011



Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)
Fernando de Sousa (coord.)
2 vols.
CEPESE
2009



Governação de Organizações Públicas em Portugal: A Emergência de Modelos Diferenciados
Carlos Rodrigues
CEPESE, Edições Pedagogo
2011



O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)
Judite Gonçalves de Freitas
CEPESE, Alêtheia Editores
2011



Identidade Nacional. Entre o discurso e a prática
Maria de Fátima Amante (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2011



Memórias de Bragança
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Câmara Municipal de Bragança
2012



Os Paços do Concelho do Porto
Fernando de Sousa e
Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2012



Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Câmara Municipal de Bragança
2013

SÓCIOS FUNDADORES, SÓCIOS COLETIVOS E PATRONOS DE HONRA DO CEPESÉ

Sócios Fundadores

Universidade do Porto

Fundação Eng. António de Almeida



Sócios Coletivos

Banco Espírito Santo

CESPU – Cooperativa de Ensino Superior, Politécnico e Universitário

ISMT – Instituto Superior Miguel Torga

ISVOUGA – Instituto Superior de Entre Douro e Vouga

Fundação Manuel António da Mota

Real Companhia Velha

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UNISLA

Universidade Lusíada do Porto

Universidade Lusófona do Porto



Patronos de Honra

Agência Abreu

Câmara Municipal de Bragança

Câmara Municipal de V. N. Gaia

Câmara Municipal do Porto

Carnady – Comércio Internacional

Cordeiros Galeria

Douro Azul

Vicaima



Colaboraram neste número

Adelina Piloto

Ana Pinho

Augusto da Silva

Belkis Oliveira

Camilo Fernández Cortizo

Daniel Cravino Marques

Isilda Braga da Costa Monteiro

Juan Antonio Moriano

Luís Farinha

Marcos Couto

Maria Isabel João

Patrícia Ferraz de Matos

Pedro Mendes

Reginaldo Barcelos

Rosalina Costa

Vasco Salazar Soares